

Jane Márcia Mazzarino

**TECELAGENS COMUNICACIONAIS-MIDIÁTICAS
NO MOVIMENTO SOCIOAMBIENTAL**

Jane Márcia Mazzarino

**TECELAGENS
COMUNICACIONAIS-MIDIÁTICAS
NO MOVIMENTO SOCIOAMBIENTAL**

1ª edição

 EDITORA
UNIVATES

Lajeado, 2013



Centro Universitário UNIVATES

Reitor: Prof. Ms. Ney José Lazzari

Pró-Reitor da Propex: Prof. Ms. Carlos Cândido da Silva Cyrne

Pró-Reitora de Ensino: Profa. Ms. Luciana Carvalho Fernandes

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Prof. Ms. João Carlos Britto

Pró-Reitor Administrativo: Prof. Ms. Oto Roberto Moerschbaecher



Editora Univates

Coordenação e Revisão Final: Ivete Maria Hammes

Editoração: Marlon Alceu Cristófoli e Bruno Henrique Braun

Capa: Bruno Henrique Braun

Revisão Linguística: Veranice Zen e Volnei André Bald

Conselho Editorial da Editora Univates

Titulares

Beatris Francisca Chemin

Ieda Maria Giongo

Samuel Martim de Conto

Simone Morelo Dal Bosco

Suplentes

Silvana Rossetti Faleiro

Augusto Alves

Ari Künzel

Luís César de Castro

Avelino Tallini, 171 - Bairro Universitário - Cx. Postal 155 - CEP 95900-000

Lajeado - RS, Brasil. Fone: (51) 3714-7024 - Fone/Fax: (51) 3714-7000

E-mail: editora@univates.br - <http://www.univates.br/editora>

TECELAGENS COMUNICACIONAIS-MIDIÁTICAS NO MOVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

Autora:

Jane Márcia Mazzarino

Contato:

janemazzarino@gmail.com

janemazzarino@univates.br

M477t Mazzarino, Jane Márcia

Tecelagens comunicacionais-midiáticas no movimento socioambiental / Jane Márcia Mazzarino - Lajeado : Ed. UNIVATES, 2013.

402 p.

ISBN 978-85-8167-042-3

1. Pedagogia. 2. Educação 3. Educação- Currículo
I. Título

CDU: 659.3:54

Ficha catalográfica elaborada por Nalin Ferreira da Silveira CRB 10/2186

**As opiniões e os conceitos emitidos no livro são de exclusiva
responsabilidade da autora.**

© Jane Márcia Mazzarino.

Tecelagens comunicacionais-midiáticas no movimento socioambiental

Autora Jane Márcia Mazzarino

Tecelagens comunicacionais-midiáticas no movimento socioambiental é um estudo de caso do Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto faz um mapeamento analítico da trajetória histórico-midiática do movimento socioambiental. A obra, resultado da pesquisa de doutorado da autora realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação na Unisinos, está organizada em quatro níveis de análise principais: a) as interações comunicacionais internas do CEA; b) as interações comunicacionais entre o CEA e as comunidades local e regional; c) as interações comunicacionais com os campos: dos movimentos sociais, institucional governamental e midiático; e d) as interações midiáticas, relacionando-as às interações comunicacionais. Tomamos como base teórico-metodológica a teoria dos campos sociais, os estudos culturais latino-americanos e a sociosemiótica. As interações comunicacionais e midiáticas são analisadas levando-se em conta a relação entre matrizes culturais da organização social sobre a qual se faz o estudo de caso, e as macromatrizes culturais do contexto sociocultural contemporâneo, a partir das quais se dá a interação entre o campo dos movimentos sociais e o campo midiático.

Agradeço à força que permeia todos os seres, que considero responsável pela minha entrega ao objetivo de escrever uma tese (agora transformada em livro) sobre questões que considero fundamentais para a sociedade contemporânea. Além dela, ao meu companheiro, por não estar junto à toa e pelo prazer da convivência no cotidiano. À bruxa Rute, pela amizade e companhia. Agradeço a minha orientadora, Prof. Dra. Denise Cogo, e ao coorientador durante o doutorado sanduíche, Prof. Dr. João Pissarra Esteves, da Universidade Nova de Lisboa, pelo crescimento que me proporcionaram e pelos rumos que ajudaram a definir para a tese.

À Capes, que me concedeu uma bolsa para a realização dos estudos na Unisinos. Ao apoio do CNPq, uma entidade do Governo Brasileiro voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico, que possibilitou a realização de um período de estudos em Portugal, extremamente produtivo. A todos que me apoiaram na caminhada acadêmica, professores, familiares, amigos. E aos informantes, que ofertaram seus sentidos para a análise, abrindo-os para as minhas interpretações, faço deste trabalho um ato de reconhecimento da importância das suas doações.

A todos os excluídos, especialmente àqueles que fazem das suas coletas cotidianas um ato de resistência, em uma sociedade que, enquanto eles existirem, não deixará de ser mesmice.

Apresentação

Denise Cogo¹

Na obra “Tecelagens comunicacionais midiáticas no movimento socioambiental”, Jane Mazzarino reúne os resultados de sua pesquisa de doutorado produzida, entre 2002 e 2005, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Ao se debruçar sobre a articulação de três perspectivas conceituais complexas e polissêmicas – a comunicação, a cidadania e os movimentos socioambientais – Jane Mazzarino se propõe a construir, através de um estudo de caso, um percurso de compreensão da tessitura de fios que constituem as interações comunicacionais do Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto (CEA), uma organização social que trabalha com a separação de resíduos sólidos da coleta seletiva na cidade de Porto Alegre.

A partir de um exaustivo trabalho de campo, a autora organiza essa tessitura inter-relacionando quatro instâncias na análise das interações comunicacionais do movimento socioambiental escolhido como objeto de estudo: a) as interações comunicacionais internas do CEA; b) as interações comunicacionais entre o CEA e as comunidades local e regional; c) as interações comunicacionais com os campos: dos movimentos sociais, institucional governamental e midiático; e d) as interações midiaticizadas.

No percurso de análise dessas interações, a autora promove um produtivo diálogo entre a teoria dos campos sociais, os estudos culturais latino-americanos e a sociossemiótica, para identificar empiricamente um conjunto de matrizes culturais macro e micro que possibilitam evidenciar, nessas interações, múltiplas perspectivas relacionadas, dentre outras, à cidadania, à violência, ao gênero, ao educativo, ao comunitário, ao político, ao empresarial, ao religioso, e ao próprio ambiental. Não se limita, além disso, a evidenciar as matrizes culturais, mas avança na hierarquização dessas matrizes e na identificação da predominância de algumas delas, como a cidadã-comunitária, na trajetória comunicacional e midiática do CEA.

1 Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos-RS, onde coordena o grupo de pesquisa Mídia, Cultura e Cidadania (www.gpmidiacidadania.com). Pesquisadora do CNPq. Orientadora da tese de doutorado de Jane Mazzarino da qual resultou esta obra.

O artesanato na articulação de um intrincado entramado conceitual para a delimitação do problema da pesquisa; o rigor e a tenacidade metodológica expressos em um exaustivo trabalho de coleta e análise dos dados; e o compromisso científico e social de oferecer reflexões em torno das relações entre movimento socioambiental e as mídias, são qualidades que tornam a obra de Jane Mazzarino referência necessária para pesquisadores que se dedicam ao estudo das relações entre comunicação, movimentos sociais e cidadania.

Cabe acrescentar, ainda, a maturidade epistemológica com que a autora se conduz no reconhecimento das tensões e contradições constitutivas das dinâmicas dos movimentos sociais, muito bem expresso, por exemplo, quando evidencia a tendência de produtores midiáticos não exporem os conflitos e fragilidades do CEA por se tratar de um “modelo de cidadania”, ou, ainda, quando, em perspectiva similar, desvenda a apropriação de lógicas jornalísticas, por parte da presidente do CEA, na constituição de estratégias de promoção midiática de uma agenda positiva de ocorrências do Centro.

Se os resultados da pesquisa que geraram essa obra necessitam ser vistos com prudência no que se refere a generalizações, especialmente por se tratar de um estudo de caso, o desenho que a gerou, assim como sua operacionalização teórico-metodológica e seu percurso de aprofundamento analítico podem constituir inspiração para aqueles pesquisadores que pretendem incursionar pelo estudo das relações entre comunicação, movimentos sociais e cidadania a partir de uma perspectiva em que comunicação se cruza com a cultura. A obra de Jane Mazzarino reafirma a possibilidade de inscrição nessa perspectiva defendida por autores como Jesus Martín-Barbero sem, em nenhum momento, se deixar seduzir por um culturalismo que des-historiciza e despolutiza os processos e as práticas culturais, mas sim afirmar a comunicação e a cultura como lugares estratégicos de interação a partir dos quais é possível pensar a sociedade.

Porto Alegre, 15 de março de 2013.

Sumário

Jeitos de fazer	12
O que é a tecelagem.....	12
Qual o trabalho a tecer.....	12
Como tecer	16
Primeira Parte - A urdidura	19
<i>I - As interações comunicacionais-midiáticas: a perspectiva dos campos sociais.....</i>	<i>19</i>
Os campos sociais: estrutura e dinâmica.....	19
a) O campo midiático.....	24
A necessária oxigenação das agendas midiáticas.....	30
b) Os movimentos sociais no contexto da sociedade civil global	36
Movimentos sociais e a globalização contra-hegemônica	41
Pressupostos teóricos para abordagem dos movimentos sociais.....	52
Os movimentos sociais brasileiros e as redes de cidadania.....	79
<i>II - As interações comunicacionais-midiáticas: a perspectiva dos estudos culturais</i>	<i>88</i>
Noções de cultura	88
Os estudos culturais.....	90
Das ideologias	103
Segunda Parte - A trama	113
A sociosemiótica das interações comunicacionais e midiáticas	113
Um modo de tramar.....	125
Procedimentos e técnicas de análise	135

Terceira Parte - A tecelagem	149
<i>I - Contextualização histórica dos movimentos socioambientais</i>	<i>149</i>
O movimento ambiental brasileiro contemporâneo	149
O ambientalismo no RS.....	164
A organização dos separadores em Porto Alegre	168
<i>II - As matrizes culturais nas interações comunicacionais do CEA</i>	<i>179</i>
a) Das interações comunicacionais internas	179
A organização social do CEA Vila Pinto.....	179
A líder do CEA.....	198
b) Das interações comunicacionais com a comunidade	215
A interação do CEA com a comunidade local.....	215
A interação do CEA com a comunidade regional.....	231
c) Das interações comunicacionais do CEA com os campos sociais	246
O CEA e o campo dos movimentos sociais	246
O CEA e o campo institucional governamental	278
Das relações externas do CEA	295
<i>III - As matrizes culturais nas interações midiáticas do CEA.....</i>	<i>298</i>
O campo jornalístico e o agendamento	298
O papel das fontes no agendamento do campo jornalístico.....	304
As matrizes culturais do campo jornalístico	310
Os enquadramentos do CEA na mídia impressa.....	321
Os enquadramentos do CEA na mídia televisiva	335
A midiática do CEA para os associados.....	361
O CEA como autor da sua midiática	367
Quarta Parte - O padrão tecido	375
<i>Conclusões.....</i>	<i>375</i>
BIBLIOGRAFIA	395

Jeitos de fazer

O que é a tecelagem

Quando nos propomos a tecer, procuramos fios com nuances de cores nunca antes combinadas: tons de cru, carne, terrosos, areia, azuis, verdes, pretos, brancos. Podemos misturar fios de texturas variadas, também: mais rústicos, refinados, crespos, lisos, macios. De espessuras diferentes: grossos, finos, intermediários. Enfim, juntamos variados fios, de origens diversas, e, com nosso modo de fazer, escolhemos aqueles que funcionam melhor na urdidura – fios fixos sobre os quais vamos tramando – e aqueles com os quais vamos tramar. O processo de tecelagem que ofertamos com nossa pesquisa se inicia com a escolha dos fios e finaliza quando tiramos do tear o tecido, um padrão criado a partir das escolhas que vamos fazendo sobre o que temos.

O que temos aqui são discursos, fios de sentido que coletamos em documentos e nas conversas com os informantes da pesquisa, portanto, que têm origem em pessoas de diferentes trajetórias culturais, sociais, econômicas, políticas, de vida. Esses fios trabalham sobre um quadro sociocultural global mais ou menos fixo. É sobre como a vida em torno do Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto – CEA, uma organização social que trabalha com a separação de resíduos sólidos da coleta seletiva de Porto Alegre, vai se organizando a partir de relações comunicacionais e midiáticas que trata esta obra. Resulta da tese escrita entre 2002 e 2005. intitulada *A cidadania na tecelagem das interações comunicacionais-midiáticas do movimento socioambiental: um estudo de caso do Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto em Porto Alegre*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Denise Cogo e co-orientação do Prof. Dr. João Pissarra Esteves, da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

Qual o trabalho a tecer

Queremos tecer fios de natureza comunicacional e midiática com fios do movimento social contemporâneo – movimentos sociais estes que buscam a mudança do lugar de atuação da cidadania, que passa de um fazer burocrático para um fazer participativo que tem lugar no cotidiano. Desta

prática política resulta uma redefinição da ocupação do espaço público, o que, na contemporaneidade, está mediado pelas tecnologias de comunicação.

Entender dessa ocupação do espaço público midiático requer que se leve em conta as interações sociais entre diferentes campos sociais, nos quais se movimentam matrizes culturais diversas. A mídia se constitui um campo social especial por ser o espaço de visibilidade de outros campos. Os meios de comunicação assumem o papel de produtores da realidade social quando passam a mediatizar a experiência. A construção da realidade social é, de certa forma, delegada aos meios de comunicação. Pela mídia tem expressão, por exemplo, tanto as falas das instituições políticas tradicionais como as dos movimentos sociais contemporâneos, que buscam sensibilizar a sociedade para seus temas de conversações, a fim de pautar a agenda social.

Mata aponta para a necessidade de se reconhecer a centralidade que os meios de comunicação vão adquirindo na vida cotidiana como fonte de informação, entretenimento e construção de imaginários coletivos, – estes entendidos como espaços identitários –, assim como na configuração de modos de ação pública. Com as novas tecnologias de comunicação mudam as formas de simbolização, o que torna questão fundamental compreender como diferentes campos sociais configuram sentidos na contemporaneidade. Mata afirma que é preciso pensar a cultura articulada em torno dos meios e tecnologias como uma nova matriz para a produção simbólica, dotada de um estatuto próprio e complexo, que funde modos anteriores de interação com novas formas expressivas, formas anteriores de produção com novas estratégias discursivas e de recepção (MATA, 1999). Diferentes campos sociais criam formas diversas de articulação de seus discursos nos espaços midiáticos, que se estruturam como práticas sociais.

En esse sentido, la mediatización de la sociedad – la cultura mediática – nos plantea la necesidad de reconocer que es el proceso colectivo de producción de significados a través del qual un orden social se comprende, se comunica, se reproduce y se transforma, el que se há rediseñado a partir de la existencia de las tecnologías y medios de producción y transmisión de información y la necesidad de reconocer que esa transformación no es uniforme (MATA, 1999, p. 85).

Mata aborda a necessidade de conhecer os dispositivos modeladores da mídia, suas lógicas, efeitos desejados, tendências e potencialidades, revelando os conflitos aí existentes, as desigualdades que reforçam, assim como as criações alternativas e os desvios que suscitam (MATA, 1999, tradução nossa).

É nesse contexto, desenhado simplificadamente aqui, e que será detalhado posteriormente, que se centra nosso objeto de estudo. Mais exatamente na interação entre uma organização popular do movimento social – formada

por separadores de resíduos sólidos – e o campo midiático, com interferência das matrizes culturais de outros campos sociais. Para compreender essa interação, vamos nos ater às tensões próprias do processo comunicacional mediado internamente no Centro de Educação Ambiental Vila Pinto, de Porto Alegre, e aquelas tensões que se configuram entre esta organização não governamental (ONG) e diferentes campos sociais. São tensões que surgem das lutas simbólicas que se estabelecem entre práticas hegemônicas e outras que buscam legitimação.

Ulrich Beck (1998) propõe investigar espaços sociais transnacionais, os espaços transfronteiriços do sistema mundial capitalista, as várias sociedades globais (com suas múltiplas organizações transnacionais, atores, grupos e indivíduos que tecem e destecem uma vasta trama de relações sociais), a sociedade de risco mundial que produz novas desordens e turbulências mundiais. Tudo a partir da teoria cultural e, incluindo uma reflexão acerca da sociedade civil transnacional, entendendo esta como resultado de evidentes processos, experiências, conflitos e identidades socioculturais que se orientam por um modelo mundial, por movimentos sociais transnacionais, pela globalização desde baixo ou por um novo cosmopolitismo¹.

Nossa pesquisa se enquadra dentro dos estudos culturais, nos quais vamos analisar o caso de uma organização social formada por mulheres de grupos populares, e suas estratégias e táticas de sobrevivência, em que se incluem aquelas voltadas para a visibilidade no espaço público contemporâneo.

Esteves (2003a), objetivando uma análise ampliada da estrutura da sociedade, utiliza-se da perspectiva dos campos sociais, que tem matriz no pensamento de Bourdieu (1974, 1989). A tese central da teoria dos campos sociais é que a sociedade organiza-se em uma diversidade de campos sociais, reconfigurando o universo cultural-simbólico, quando se dá a perda de espaço do campo religioso. Os campos sociais são pensados a partir de sua abertura entre si, o que determina uma relação de interdependência. A fiação de sentidos na sociedade contemporânea se dá pela interação entre campos

1 Entre os problemas que caracterizam a sociedade de risco mundial, Beck (1998) cita três perigos globais fundamentais: 1) os danos ecológicos causados pela riqueza e os perigos técnico-industriais; 2) os danos ecológicos causados pela pobreza e os perigos técnico-industriais. “A desigualdade é o maior problema do planeta do ponto de vista ‘ecológico’; como também é seu maior problema do ponto de vista do ‘desenvolvimento’”. Foi a comissão de Brundtland que mostrou que existe uma estreita relação entre pobreza e danos ao meio ambiente. 3) Em terceiro lugar, os perigos das armas de destruição em massa, que se relacionam com os perigos do confronto militar-estatal, de terrorismo fundamentalista ou privado. Estes perigos globais se entremesclam com os conflitos da pobreza, étnicos e nacionalistas que vêm assolando o mundo todo desde o final da guerra fria. Paralelamente, Beck sublinha a singularidade da politização involuntária de todos os campos da atividade social como resultado dos conflitos de risco, abrindo espaço para a ação política.

sociais diferentes, representantes de uma pluralidade de universos simbólicos. Pluralidade esta que – sendo ao mesmo tempo enriquecedora e conflituosa – gera uma complexidade social, a qual se reflete na diversidade de orientações de ações que participam da sociedade contemporânea. Esta se constitui um espaço de relatos sociais, ofertas simbólicas e materiais, que se misturam e vão fazendo sentido para os cidadãos, emergindo daí novos valores sociais, a partir dos quais surgem os padrões de vida que dão suporte ao funcionamento da sociedade contemporânea.

Para compreender esta relação entre o sentido e a ação social, será útil a abordagem sociossemiótica da teoria dos discursos sociais². Para a sociossemiótica, toda produção de sentido é social, e todo fenômeno social é um processo de produção de sentido, que fundamenta as representações sociais. A análise dos discursos, que circulam nos processos de comunicação midiáticos, abre-nos um caminho para a compreensão da construção dos sentidos sobre a realidade pelos sujeitos sociais³. A produção de sentido tem uma materialidade, condição essencial para o estudo empírico dos processos comunicacionais. Entendemos como materialidade os textos que surgem das falas dos sujeitos, fragmentos da semiose social e uma configuração espaço-temporal do sentido. É com esses fragmentos de materiais discursivos que vamos nos debruçar para analisar o processo comunicacional-midiático proposto. Esses fragmentos se presentificam nos depoimentos dos atores dos diferentes campos sociais, e nos textos midiáticos em que esta organização social está mediatizada.

Ao optarmos por um estudo de caso na nossa pesquisa, visamos a construir um mapeamento analítico da trajetória histórico-midiática do movimento socioambiental, por meio da atuação do Centro de Educação Ambiental Vila Pinto de Porto Alegre, identificando e compreendendo como as matrizes culturais movimentadas na interação com a comunidade, com os campos dos movimentos sociais, institucional governamental, e com os sujeitos do campo midiático intervêm na mediatização dessa organização popular.

Nosso objetivo geral é compreender qual é o padrão de matriz cultural ofertada pelo CEA no espaço público a partir das suas interações

2 Conforme nos aponta Eliseo Verón (1996, p. 125), a mídia é observada como uma rede semiótica, um sistema produtor de sentidos, que forma uma semiose social, “condição de funcionamento de uma sociedade em todos seus níveis”. (VERÓN, 1996, p. 125).

3 Verón (1996) denomina condições sociais de produção aquelas relativas aos discursos emitidos pelo pólo da produção midiática, enquanto denomina condições sociais de reconhecimento aquelas relativas às apropriações dos receptores sobre os discursos midiáticos. Essas condições referem-se aos efeitos de um discurso. As condições sociais de produção nunca são as mesmas condições do reconhecimento. A distância entre elas é variável, e esta diferenciação funda o conceito de circulação (entre produção e reconhecimento), em que se dá o que Verón denomina “desgaste perpétuo” (VERÓN, 1996).

comunicacionais e midiaticizadas. Partimos da hipótese de que as interações comunicacionais com os diversos campos sociais com que o CEA interage e a relação social que estabelece com sujeitos das comunidades interna, local e regional acabam determinando as matrizes culturais que medeiam as apropriações que o CEA faz do espaço público, as quais estão explicitadas nos seus momentos de visibilidade midiática.

Para atendermos a esse objetivo, portanto, vamos identificar, via análise das gramáticas discursivas, como as seguintes interações podem estar determinando matrizes culturais postas em movimento na midiaticização da organização social:

a) as interações comunicacionais internas do CEA: trata-se da relação social entre os associados da organização social, os quais ocupam diferentes funções e, cada um, tem suas próprias expectativas;

b) as interações comunicacionais entre o CEA e a comunidade local e regional: trata-se da relação social que o CEA estabelece com moradores da Vila Pinto, e com pessoas da comunidade de Porto Alegre e da Região Metropolitana, que atuam como voluntários na organização social;

c) as interações comunicacionais com os campos dos movimentos sociais, institucional governamental e midiático: trata-se das principais relações sociais que o CEA mantém, incluindo o campo dos movimentos sociais – em que participa como uma das organizações – e com outros campos sociais que têm se mostrado primordiais na trajetória histórica do CEA.

A partir dessas análises, vamos compreender como as matrizes culturais movimentadas nas interações comunicacionais intervêm na midiaticização do CEA no espaço público e passam a constituir uma matriz sociomidiática própria do CEA.

Como tecer

Primeira Parte – A Urdidura. No primeiro capítulo caracterizamos o meio ambiente sociocultural do objeto de estudo, formado pelo encontro entre os campos midiático e dos movimentos sociais. Para isso nos utilizamos das perspectivas teóricas dos campos sociais e dos estudos culturais.

Segunda Parte – A Trama. Abordamos a metodologia de trabalho que adotamos ao longo da pesquisa. Partimos da sociossemiótica como modelo para a leitura das matrizes culturais que medeiam as interações sociais que são nosso objeto de estudo. Apresentamos o modo de tramar ou a estratégia que utilizaremos para abordar as interações comunicacionais e midiáticas de que o CEA participa, e finalizamos abordando os procedimentos e as técnicas de análise que fizemos uso na coleta e análise dos dados.

Terceira Parte – A Tecelagem. No primeiro capítulo fazemos uma contextualização histórica dos movimentos socioambientais no contexto brasileiro e gaúcho, especialmente a organização dos separadores de resíduos sólidos. No segundo capítulo analisamos as matrizes culturais que são movimentadas nas interações comunicacionais e midiáticas do CEA: começamos pelas interações comunicacionais internas do CEA, a partir da historicização da organização social. Depois partimos para a análise das relações comunicacionais com o exterior: a comunidade da Vila Pinto e as interações comunicacionais com a comunidade regional. Na sequência trabalhamos com as interações com o campo dos movimentos sociais, as interações entre o CEA e o campo institucional governamental, e, finalmente, tratamos da interação com o campo midiático, quando analisamos os materiais midiáticos produzidos sobre o CEA por ele mesmo e pela mídia tradicional.

Quarta Parte – O Padrão Tecido. Trata-se da conclusão sobre as análises feitas, quando desenhamos qual o padrão de matriz cultural sociomidiática ofertada pelo CEA no espaço público a partir das suas interações comunicacionais e midiáticas. Neste capítulo retomamos as análises e pré-conclusões dos capítulos anteriores, fazemos o cruzamento dos dados, e apontamos as contribuições da pesquisa para as Ciências da Comunicação.

A relação com o outro torna-se para nós possibilidade de reconhecer e de escolher a diferença. Existe relação se, e quando aquilo que nos distingue dos outros é aceito e torna-se a base da comunicação. Comunicar é sempre contar com os pontos em comum para descobrir e afirmar a diversidade. A possibilidade de escolha introduz em nossas relações com os outros (afetivas, familiares e de amizades) a contingência e o risco, transformando-as num campo de investimento e auto-reflexão. A fragmentação e o isolamento são a face escura desse processo, o resultado da nossa incapacidade de escolher ou da dificuldade de reger o esforço da comunicação. Encontrar o outro significa expor-se ao abismo da diferença. Alteridade e comunicação colocam-nos à prova cotidianamente. A nossa necessidade de relação com um enorme campo das diferenças, representado pelos outros. As diferenças atraem exatamente sua riqueza, ao mesmo tempo em que representam um campo minado. A diferença dos outros desafia-nos duplamente. Antes de tudo, colocam-nos diante de nós mesmos, do nosso limite mas também da nossa unicidade. Depois, obrigam-nos a erigir continuamente pontes, a buscar pontos em comum, a construir a linguagem e as regras da troca [...]. O cansaço e a alegria do encontro estão, portanto, num precário equilíbrio. O desafio da alteridade reside na capacidade de assumir o ponto de vista do outro sem se perder (MELUCCI, 2009, p. 127).

Primeira Parte – A urdidura

I – As interações comunicacionais-midiáticas: a perspectiva dos campos sociais

Os campos sociais: estrutura e dinâmica

Estamos pensando nas interações comunicacionais a partir da teoria dos campos sociais, em que as questões culturais, e, por sua vez, as questões ideológicas, atravessam a relação que se estabelece quando os campos sociais trabalham discursivamente em busca de reconhecimento. A comunicação é mediação cultural, diálogo entre matrizes culturais que passam por um processo de atualização contínua, modificando-se ao desterritorializarem-se para reterritorializarem-se. O foco das nossas análises é o intercâmbio, o enfrentamento dessas matrizes culturais de diferentes formações sociais, sendo nosso objetivo dar a conhecer o padrão híbrido resultado desta tecelagem feita pelo CEA – uma organização do movimento social que é expressão da cultura popular contemporânea – em interação com o campo midiático, mais precisamente com o campo jornalístico.

A teoria dos campos sociais tem origem no pensamento sociológico recente, quando a estrutura organizativa da sociedade moderna em campos sociais autônomos constitui-se como condição de desenvolvimento desta mesma sociedade. A organização da sociedade com base numa diversidade de campos sociais refere-se a uma profunda transformação cultural, que tem por base o descentramento das imagens do mundo, tirando da religião o papel de definidor da “verdade”. Esse processo deu lugar a uma nova configuração do universo simbólico-cultural, na qual a religião perdeu privilégios antigos, devido a um movimento de “*racionalização das cosmovisões*”⁴

4 “Naturalmente, no culminar deste percurso, a religião sofreu profundas alterações e o seu papel na sociedade tornou-se muito diferente. A separação que a modernidade consagra entre a Igreja e o Estado resulta numa profunda redefinição da função social da religião e traduz-se na diferenciação do político e do religioso, com base na especialização funcional de cada um destes domínios [...]. Este novo estatuto da religião contém os germes da modernidade e nele radicam os primeiros fundamentos da teoria dos campos, isto é, de um processo de desenvolvimento que tem por base a progressiva diferenciação e autonomização dos campos sociais”. (ESTEVES, 2003, p. 115-116)

Segundo Esteves, trata-se de uma expansão do *universo simbólico*, que passa a se constituir como pluralidade de universos simbólicos, nos quais a linguagem assume um papel essencial, com diferentes esferas culturais constituindo suas próprias *formações discursivas*. A formação do campo midiático surge como uma resposta às crescentes exigências comunicacionais de outros campos sociais para relacionarem-se. Essa pluralidade de universos simbólicos tem implicações na organização das sociedades modernas, quando diferentes esferas sociais assumem funções específicas, o que se refere a uma organização sistêmica da sociedade. Nesse sentido, Esteves afirma que se constitui referência fundamental à formação da noção de campo social a teoria sistêmica, tradicional no pensamento social e, à qual “*a teoria dos campos é devedora mas que procura também superar, designadamente nalgumas das suas limitações mais flagrantes*” (ESTEVES, 2003, p. 118).

O processo de racionalização cultural da modernidade, que se dá com a pluralização dos universos simbólicos e sua respectiva organização em campos sociais autônomos, dá lugar a uma complexidade social devido à diversidade de orientações da ação postas à disposição dos indivíduos.

É no plano da acção social, portanto, que a complexidade atinge a sua expressão mais sensível: a determinação das condutas individuais não é uma questão puramente pessoal e os agentes sociais têm absoluta necessidade de encontrar formas de coordenação das suas acções – o que torna o meio social altamente complexo (ESTEVES, 2003, p. 119).

Partindo do pressuposto que os campos sociais constituem a estrutura paradigmática da sociedade, Esteves (2003) busca definir o que se entende como tal, partindo de uma análise do campo dos mídias.

Esteves (2003) parte do pensamento de Parsons (apud ESTEVES, 2003), para quem o sistema social (com a função de integração social), os sistemas culturais (com funções particulares de manutenção/mudança de padrão), os sistemas de personalidade (com a função da realização de objetivos), e os organismos comportamentais (com funções adaptativas) são sistemas de ação autossuficientes em relação ao meio ambiente. Nesse sentido, os campos sociais enquadram-se como espécies de subsistemas, unidades formadoras da estrutura organizativa que funcionam como mecanismos de controle do sistema social global. Os subsistemas ou campos sociais diferenciam-se por seus valores, normas, coletividades e papéis – ou seja, pelos elementos constituintes da sua própria estrutura. Portanto, Esteves (2003) afirma que a noção de campo social é devedora da noção de subsistema da sociedade, mas não se reduz a ela, pois trata de um estágio mais adiantado de diferenciação social, que enfatiza a dinâmica das estruturas sociais, acercando-se delas

enquanto processos de interação, mudança e evolução social. Para Esteves (2003, p. 127-128)

É neste quadro da evolução, num estágio já muito avançado de especialização funcional, que se observa a formação dos campos sociais. Estes constituem um novo tipo de unidade social, com características internas próprias e cujos efeitos se fazem sentir não só ao nível dos diferentes componentes das estruturas sociais, mas também do sistema social global, ao qual conferem uma nova matriz estrutural e um novo significado funcional. [...] diferenciação funcional da sociedade em que as várias unidades sociais, os campos, definem a sua identidade a partir de uma função específica que realizam. [...] A crescente especificidade funcional, resultante da diferenciação da sociedade, é acompanhada por uma maior complexidade dos subsistemas e pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de integração. Estes dois factores, por sua vez, têm uma implicação directa nas formas de solidariedade societária.

Ou seja, a noção de campo social surge como uma denominação decorrente da complexificação dos sistemas sociais (e, conseqüentemente, dos seus subsistemas), no contexto da evolução das sociedades modernas. Os mecanismos de solidariedade societária referem-se a níveis de interação diferentes, tanto dentro do mesmo campo como na relação com outros campos.

No caso do campo midiático, sua identidade é conferida pela especificidade da função que cumpre no sistema social global, onde diferentes formas de integração se realizam: de carácter económico (trata-se de uma atividade empresarial, com relações de concorrência e lucro), político (com hierarquização de funções e poderes), solidariedade associativa (entre os agentes sociais, que formam uma espécie de comunidade interpretativa, como veremos na sequência).

O campo dos media pode, assim, ser considerado como a resposta, ao nível da organização da sociedade, a este vasto conjunto de necessidades de ordem cultural que nasceram da generalização da linguagem. As exigências de legitimação que a modernidade coloca condicionam a acção dos media simbolicamente generalizados (o dinheiro e o poder) e conferem à linguagem (e ao campo dos media) a função genérica de regulação de todos os outros campos sociais (ESTEVES, 2003, p. 131)

Da mesma forma, podemos afirmar que o campo dos movimentos sociais, especificamente aqueles movimentos que se assumem como movimentos antiglobalização, constitui-se como uma resposta a um sistema social, económico e político que consideram excludente da maioria, ao mesmo tempo se constituem também como um movimento transnacional de solidariedade, tem uma especialização discursiva e busca, via interação com o campo midiático, sua legitimação no sistema social global. Estes campos participam de uma retroalimentação discursiva.

Entendo a estrutura de organização do sistema social global formado por variados campos sociais estruturalmente organizados de forma complexa – ao mesmo tempo em que se constituem enquanto campos de ação social autônomos são interdependentes – e ambientados em espaços culturais também complexos, porque formados de multiculturalidades locais, regionais, globais; as quais, por sua vez, afetam subjetividades/identidades pessoais e coletivas, dando origem a uma diversidade de formas de apropriações, neste que se constitui o que poderíamos denominar como o meio ambiente sociocultural global contemporâneo.

Aqui adotamos a perspectiva teórica dos campos sociais ao invés dos sistemas sociais, e o fazemos por duas questões fundamentais: a perspectiva dos sistemas sociais, apesar de partirem da abertura dos mesmos, trata-se de uma abertura relativa, enquanto os campos sociais permitem-nos pensar uma relação entre os campos mais dinâmica e fluida. A outra questão refere-se à centralidade que assume a função dos sistemas, centralidade esta que, na teoria dos campos sociais, é dada às questões da ordem do simbólico. Como estamos trabalhando com processos comunicacionais e midiáticos, pensados enquanto interações socioculturais, a perspectiva dos campos sociais assim definida permite-nos uma aproximação que consideramos mais adequada ao objeto de estudo.

O sistema social global que surge nesse tempo histórico caracteriza-se por uma valorização do campo midiático e uma estrutura social organizada em rede transnacional, o que vale para entendermos a estrutura e a dinâmica de diferentes campos sociais: quer sejam econômicos (vide grandes grupos empresariais formados por fusões cada vez mais comuns), políticos-institucionais (tais como a Comunidade Europeia, Mercosul, outras organizações internacionais etc.) ou sociopolíticos como entendemos a rede dos movimentos sociais (que têm expressão em acontecimentos como o Fórum Social Mundial etc.), entre outros.

Ainda no sentido de perceber as diferenças entre a teoria dos campos sociais e a teoria sistêmica, em relação à dinâmica da sociedade, Esteves (2003) diferencia dois aspectos: o primeiro refere-se à mudança social e o segundo, ao modo como é equacionada a relação entre o indivíduo e a sociedade.

Na teoria sistêmica, a mudança social é secundária, os desvios e as tensões são acidentais, com os sistemas tendendo para a estabilidade, sendo os mecanismos sistêmicos de controle e reforço da estrutura institucionalizada. Já a teoria dos campos considera as transformações como uma característica intrínseca ao funcionamento dos campos sociais e não uma perturbação ocasional originada externamente.

A concepção dos campos sociais como estruturas estruturadas e estruturantes parece-me reunir as condições necessárias para suprir esta lacuna da teoria dos sistemas. Permite, designadamente, devolver uma imagem mais rigorosa da realidade social: a estrutura social e o devir social são inseparáveis, a dinâmica dos campos sociais define ao mesmo tempo uma determinada estrutura e os factores da sua variação. No panorama global do pensamento sociológico, a teoria dos campos afirma a sua originalidade pela forma como procura estabelecer uma articulação e um justo equilíbrio entre as concepções heracliteístas (a sociedade como fluxo permanente e instabilidade absoluta) e as concepções eleáticas (a sociedade estática, sucessão de estados de repouso) (ESTEVES, 2003, p. 134).

Quanto à relação entre o indivíduo e a sociedade, a teoria sistêmica segue a tradição sociológica na sua concepção do indivíduo e da sociedade como duas entidades separadas. Os indivíduos são considerados à margem dos sistemas sociais, na condição de meio ambiente e não de agentes. Enquanto na teoria dos campos sociais esta separação não é possível, já que os campos sociais são considerados contextos de sociabilidade, um espaço social de interação onde indivíduos e a sociedade são uma e a mesma matéria.

É nesta perspectiva que eles podem ser considerados unidades elementares da estrutura da sociedade – definida não em termos puramente abstractos, distante da realidade sensível da vida, mas como um produto do quotidiano, dos encontros sociais entre os homens, onde estes se formam como pessoas e, simultaneamente, constroem a todo o momento a própria sociedade (ESTEVES, 2003, p. 137).

Cada campo social tem um padrão próprio de interdependência entre seus membros, quadros simbólicos de experiência nos quais se baseia a interação entre os agentes sociais. Enquanto um processo social, portanto entendido dinamicamente, o campo constitui-se como um espaço de intersubjetividade, formado pela interação entre subjetividades pessoais e os modos de ser e fazer coletivos que surgem como resultados do que se pode denominar uma subjetividade coletiva ou identidade coletiva. Ou seja, um *habitus* grupal específico, entendido como um jeito próprio de ser e fazer, que se constrói por meio do padrão de interação entre os sujeitos de um determinado campo social. Essa forma de entender a dinâmica interna e externa dos campos na sociedade pode se aplicar tanto ao campo midiático como ao campo dos movimentos sociais, ou outro campo social. Esta relação entre perspectivas macro e microsociológica tem matriz na análise de Bourdieu (1974, 1989).

Esteves entende que se estabelece uma relação sincrética entre as noções de campo e *habitus*, entre o geral e o particular, entre a sociedade e o indivíduo, portanto entre subjetividades/identidades coletiva e pessoal. Esta dinâmica de interação dos sujeitos sociais no(s) campo(s) em que atuam provoca

mudanças sociais tanto nos sujeitos quanto nos campos, e assim também nas formas de interação entre os diferentes campos sociais da sociedade global. Nesse sentido, podemos afirmar que formas inovadoras de interação entre os movimentos sociais e o campo midiático provocam mudanças sociais que vão além da interação propriamente dita, o que determina a formação de matrizes culturais para outros movimentos sociais, assim como na forma de outros campos sociais se relacionarem com a mídia. É o que percebemos, por exemplo, quando observamos a apropriação dos modos de agir do Greenpeace por outros agentes sociais, que não são do movimento ambientalista ou sequer dos movimentos sociais. Além disso, mudanças nas interações e lógicas dos campos sociais podem definir matrizes culturais para o sistema social global – as macromatrizes.

Nos campos sociais, presentificam-se a estabilidade e a mudança, que estão em permanente tensão, e convergem tanto para a sociedade quanto para os indivíduos. Há um fluxo regular entre os campos que impede seu fechamento. E a função dos mecanismos de mediação é garantir a sua abertura para o exterior, para que assim se relacionem com outros universos simbólicos.

a) O campo midiático

Uma das peculiaridades fundamentais do universo simbólico midiático é que as funções de mediação constituem sua própria razão de ser e, ao mesmo tempo, são fator primordial de estabilização, funcionam como estruturantes da estrutura da sociedade no seu conjunto. Essas funções de mediação são simbólicas, e referem-se à organização do discurso – interpretação, apresentação, seleção, acentuação, exclusão. O campo midiático como dispositivo essencial da discursividade nas sociedades modernas garante uma mediação social generalizada, de todos os campos sociais entre si. A competência simbólico-expressiva do campo midiático faz dele uma referência incontornável da sociedade moderna. Os outros universos simbólicos têm a necessidade de recorrer a ele para afirmar seus objetivos e interesses. Essa confluência para o campo midiático lhe confere um papel determinante de preservação de uma certa homogeneidade social. Para Esteves (2003), a estreita relação entre opinião pública e campo midiático resulta em mutações estruturais nas sociedades modernas, que conferem importância extraordinária aos processos simbólicos de mediação social. Essa relação é atravessada por contradições própria da mídia, que repercutem na opinião pública.

A consolidação da legitimidade do campo midiático consiste no reconhecimento da sua competência para selecionar e distribuir informação em escala ampla no tecido social, conferindo um caráter público aos discursos. A sua concretização resulta na ideologia própria das sociedades modernas:

o direito à informação. Baseada neste forte escoramento social, verifica-se a autonomização e a consolidação do universo simbólico midiático concretizada internamente pelo funcionamento ditado pelos regimes de visibilidade e da transparência. A legitimidade do campo midiático é conferida, portanto, pela sua capacidade de mediar a multiplicidade de interesses divergentes. Essa situação é geradora de tensão permanente entre o campo midiático e outros campos sociais, o que influencia a estrutura interna e o funcionamento de todos envolvidos.

O campo midiático, com suas ritualizações próprias, funda processos de ritualização simbólica da experiência humana em geral. Seus processos rituais se disseminam pelos outros campos e exercem, dessa forma, um efeito estruturante global sobre a vida social. A mídia impõe um ritmo ao conjunto da vida social.

O campo dos media consiste, assim, num espaço eminentemente conflitual: o espaço privilegiado dos conflitos sociais do mundo moderno, no qual se cristaliza a forma de violência própria desse mesmo mundo – a violência simbólica (ESTEVEZ, 2003a, p. 151).

O inédito da intervenção técnica nos processos comunicacionais são as novas relações entre comunicação e organização social. A comunicação não é mais entre soberanos e súditos, ou em relação à divindade como nas sociedades tradicionais e primitivas, mas refere-se à inserção do indivíduo na cultura de massa e na sociedade complexa. É essa transformação histórica de sentido dos processos comunicacionais nas sociedades complexas, em relação a outros tipos de sociedades, o objeto de estudo da disciplina Comunicação. Na modernidade novas formas de organização social liberam práticas sociais como o uso dos meios de comunicação como fator de socialização, revelando um novo tipo de comunicação (MARTINO, 2001). A esta especificidade da vinculação social referente às práticas socioculturais comunicacionais e/ou midiáticas, que instituem uma nova forma de vida, Sodré (2001) denomina “*bios midiático*”.

O território da mídia é o de um quarto bios existencial, o bios midiático, que tende a se autonomizar das relações sociais [...] O bios midiático é a resultante da evolução dos meios e de sua progressiva interseção com formas de vida tradicionais. A uma ciência da comunicação humana caberá a produção de conhecimento específico [...] sobre a socialização decorrente dessa nova realidade histórica. Novas formas de governo, de subjetividade, de relacionamento interpessoal, de produção simbólica desenham-se [...]” (SODRÉ, 2001, p. 112-115).

O campo comunicacional oferece-se, contemporaneamente, como lugar para um novo tipo de reflexão sobre os sujeitos e sobre a organização social.

A lógica comunicacional é fundada pelo dispositivo de sociabilidade, um processo de troca simbólica generalizada, um dos princípios fundamentais do vínculo social, fonte de todo valor, que permite ao sujeito conceber a sua subjetividade, tanto a sua dependência quanto a sua autonomia e libertação.⁵ Os meios de informação contemporâneos contribuem para o alargamento da experiência cultural humana, para além dos espaços territoriais geográfico, que determinavam as relações nas comunidades de pertença. Criam-se então novos hábitos, que se sobrepõem ao quadro tradicional. Assim como tradição e modernidade coexistem, em cada época, de maneira tensional, as esferas informacional e comunicativa travam também complexas e específicas relações entre si. Os complexos dispositivos de informação definem novos horizontes da nossa experiência, alargam a esfera da percepção e de intervenção no mundo via próteses auditivas, de visão e de memória (RODRIGUES, 1994)⁶.

A transnacionalização da informação não significa que todos partilham a mesma visão de mundo e representação da realidade, pois a cultura de cada um delimita o espaço de compreensão dos acontecimentos e das mensagens. Apesar da percepção da realidade ter se tornado um produto tecnicamente elaborado pelos mídias, cada um continua a interpretar conforme o quadro de experiência espontânea da sua própria cultura. Os dispositivos midiáticos afetam nossa experiência individual e coletiva, nossas visões do mundo, os valores culturais do nosso tempo.

5 Informação distingue-se de comunicação. Para Rodrigues (1994), enquanto a informação pertence à esfera da transmissão, a comunicação refere-se a uma relação intersubjetiva, enraizada na experiência particular.

6 Já, SFEZ denomina como “doença” do tautismo a confusão entre expressão (direta, espontânea, sem necessidade de intermediário, não mediada) e representação (mediada), que ocorrem quando o receptor midiático está em interação com a mídia, e crê estar diante da expressão pura quando trata-se da produção midiática, mediada, representação. Toma-se a realidade de segundo grau (formada pelos emissores) ou as realidades de terceiro grau (formada pelos receptores), como única e mesma realidade, a realidade de primeiro grau. Suprime-se o processo de produção e enquadramento do real, o fazer da mídia e de seus produtores. Aí está o totalitarismo do tautismo. O autismo refere-se ao autofechamento do real. Esta confusão entre expressão e representação aproxima-se do conceito de simulacro de Baudrillard. O tautismo é a confusão dos dois gêneros, um delírio, segundo Sfez (1994). No tautismo toma-se a realidade representada por realidade expressa. Esta circularidade infinita caracteriza a sociedade Frankenstein. “Representação e expressão: duas visões do vínculo social, cada uma com sua força, cada uma encontrando na outra compensação para seus limites” (SFEZ, 1994, p. 76). É desta confusão entre informação e comunicação que trata Rodrigues. O círculo tautístico de Baudrillard, segundo Sfez (1994), está na sua insistência em afirmar que a sociedade vive o simulacro generalizado, onde cada mensagem remete a outra, em cadeia giratória, produzindo apenas ruído. Ao deshistoricizar a sociedade, Baudrillard totaliza o conceito de simulacro, como se tudo fosse o que fosse sem estímulo de uma realidade externa. O contexto – lugar indissociável do processo de comunicação – é preterido em favor da mídia, como se a comunicação se desenvolvesse num processo circular sem fim, descontextualizado da realidade antropológica. Realidade esta sobre a qual que Morin (2001) reclama um novo olhar.

[...] os novos media constituem uma espécie de mundo reticular com regras próprias que, ao sobreporem-se ao mundo da nossa experiência imediata, tanto podem permitir a libertação dos indivíduos em relação às coacções inerentes ao controlo das comunidades de enraizamento e de pertença, como podem limitar-se a dissuadir e a neutralizar as solidariedades concretas que, até à nossa época, costumavam fundamentar o funcionamento da vida colectiva (RODRIGUES, 1994, p. 34)

Quando as tecnologias da informação passam a criar novas formas de percepção da realidade, mediadas por mecanismos midiáticos, os processos de comunicação são geradores da tecnocultura – do bios midiático –, em que saber e sentir passam a ser mediados pelas tecnologias de informação. Essa tecnointeração significa que as relações humanas passam a ser também mediadas pela lógica mercadológica dos mídias, ou seja, o ethos social se constrói com interferência do processo de midiatização (SODRÉ, 2002). Essa nova forma de interação determina mudanças culturais, que são, ao mesmo tempo, geradoras de um novo sentido para a realização e para a ação humana, e para a forma de organização das situações cotidianas. Ou seja, intervém na consciência de um grupo social sobre o sentido da existência. Portanto, o ethos midiático, entendido enquanto matriz cultural, estaria orientando o ethos dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que o ethos dos movimentos sociais interferem no ethos midiático. Da mesma forma, compreendemos que o ethos dos campos sociais em interação orientam-se mutuamente.

Para Wolton (2004), a informação, que durante muito tempo foi considerada como fator de emancipação e progresso, não basta para criar a comunicação, já que dá visibilidade às diferenças culturais e às desigualdades, obrigando os sujeitos a um esforço de compreensão desta mesma pluralidade. Apesar de o mundo ter se tornado uma *aldeia global* no plano técnico, este não se dá social, política e culturalmente. No “*auge da ideologia das redes*”, Wolton (2009) aponta para a necessidade de uma outra globalização para fazer frente aos desafios mundiais contemporâneos, a partir da formulação de uma teoria da comunicação que relacione as questões de cultura, comunicação, sociedade e política. Wolton (2004, p. 13) afirma que “[...] *um sistema tecnológico, mesmo o mais sofisticado, necessita de um projeto político e cultural para evitar sucumbir na especulação económica*”. Dessa forma o autor salienta a importância de uma teoria da comunicação como uma questão científica e política para a democracia deste século, quando o fim das distâncias físicas mostra a importância das distâncias culturais, e a necessidade de coabitação cultural passa a ser global. Essa percepção de que o mundo é finito, frágil e que os problemas de coabitação cultural passaram a ser predominantes é característica de uma terceira etapa da globalização, que sucedeu a etapa ligada às conquistas de territórios (entre os séculos XVI e XVIII); e a da exploração física do mundo de uma forma que

pressupunha que este era infinito (entre os séculos XVIII e XX). Segundo o autor, a comunicação compreende três dimensões: técnica, política e sociocultural. Enquanto as duas primeiras dimensões evoluem depressa e paralelamente, a sociocultural é mais complexa e lenta.

Os indivíduos mudam mais depressa de instrumentos do que a sua maneira de comunicar [...] As tecnologias e as redes não são suficientes para aumentar a intercompreensão – é exatamente o contrário [...] esta terceira fase da globalização, que se pensava nos iria tornar o mundo mais familiar, é aquela que, pelo contrário, nos faz tomar consciência das nossas diferenças [...] Esta é a grande revolução deste início de século: a tomada de consciência de uma descontinuidade radical entre emissor e receptor. Por conseguinte, a consciência da importância dos factores socioculturais: a mesma mensagem, dirigida a todo mundo, nunca será recebida da mesma maneira por todos (WOLTON, 2004, p. 18).

A comunicação põe acento na relação interpessoal. Entre a informação (mensagem) e a comunicação (relação) está a cultura, ou seja, as diferenças entre pontos de vista. A globalização da informação e da comunicação trata do choque entre culturas e visões de mundo, e nos faz questionar em que condições as culturas podem coabitar, o que se refere a um problema político, relativo à esfera da negociação. Essa percepção explicita o desafio atual e uma ruptura na ordem da comunicação no século XXI com um pensamento dominante do XX, quando a tecnologia triunfou sobre a cultura e fez-nos acreditar que a *aldeia global* era uma realidade cultural, e não só tecnológica. Em seguida houve o triunfo da economia, com o crescimento das grandes indústrias culturais, consequência da ideologia liberal e da onda mundial de desregulamentação.

Quanto mais há comunicação, troca, interação e mobilidade, mais há necessidade de identidade nos níveis individuais, de comunidade e da sociedade. Quanto mais os indivíduos circulam e participam da “*cultura mundial*” mais sentem a necessidade de defender suas identidades culturais, linguísticas, regionais. É dessas mestiçagens que se constroem as identidades contemporâneas. A cultura e a comunicação tanto podem estar do lado dos valores éticos como do lado dos interesses de mercado, tanto da racionalização como da emancipação. Estas duas dimensões – funcional/racional e normativa/ética – são interdependentes.

Se a informação e a comunicação podem estar do lado da normatividade e da emancipação, podem também ficar apenas na dimensão funcional e gerar a desigualdade de domínio. O interesse da modernidade, como conceito central das nossas atividades, é admitir as aspirações contraditórias dos indivíduos e tentar tolerá-las [...] A nossa identidade cultural e aspirações de comunicação são plurais e contraditórias. Encontramos aqui a complexidade da cultura e da comunicação. São vectores de emancipação, fontes de indústrias florescentes e, ao mesmo tempo, recursos para um regresso identitário [...] Num certo

sentido, a ambivalência da cultura e da comunicação é o aliado mais precioso na reflexão crítica sobre as questões da globalização (WOLTON, 2004, p. 26-27)⁷.

Ao abordar a cultura, Wolton refere-se a ela como sistema de interpretação do mundo. A globalização das indústrias culturais faz emergir um patrimônio cultural mundial, mas não uma cultura mundial. O diálogo das culturas passa a ser um fazer cotidiano nas nossas mentes, mas não se constitui uma cultura comum, sendo antes uma espécie de mosaico de experiências culturais comuns. Mas a globalização da comunicação, – quando as culturas se movimentam para além dos territórios e histórias locais –, pode também se tornar um recurso político ao adquirir um significado cultural.

A antiglobalização, por exemplo, é uma forma de cultura porque exprime uma reação e estabelece uma relação com o mundo. Ainda que é uma ideologia, o que pressuporia uma sistematização das ideias e das atitudes que, por agora, não se verifica na maioria dos militantes antiglobalistas (WOLTON, 2004, p. 50).

Hoje, os movimentos sociais são uma referência para pensarmos sobre as trocas entre um campo social específico e o campo midiático, a partir das questões propostas pelos autores citados, que se referem à relação entre questões de comunicação, cultura e identidade em um sistema social global. Dessa perspectiva, estamos observando a interação entre uma organização social específica e o campo midiático, em que a primeira busca visibilidade pública para suas pautas na interação com o segundo, estabelecendo-se

7 Em relação aos aspectos funcional (necessário) e normativo (ideal), encontramos paralelos conceitos de sistemas de objetos e sistema de ação conforme descritos por Milton Santos. “Objetos são fabricados pelo homem para serem a fábrica da ação” (SANTOS, 1994, p. 90). A velocidade da proliferação dos objetos tornam-nos, o tempo todo, ignorantes das novidades. O espaço é ocupado pela interação entre sistemas de ações e de objetos. Ambos os sistemas são constitutivos de discursos – informam sobre novas realidades espaciais. As ações conformam-se aos objetos. E as novas tecnologias funcionam como fontes de legitimação e aceitação. “Os objetos têm um discurso, um discurso que vem de sua estrutura interna e revela sua funcionalidade. É o discurso do uso, mas, também, o da sedução. E há o discurso das ações, do qual depende sua legitimação prévia para serem mais docilmente aceitas e ativas na vida social, e assim mais rapidamente repetidas e multiplicadas” (SANTOS, 1994, p. 103). As mídias, organizadas pela lógica destes dois sistemas, reorganizam e criam novos espaços, redefinem diferenciações regionais e novas fronteiras. As regiões passam a ser espaços de conveniência, onde os níveis inferiores/locais inferem novos papéis aos níveis superiores/global. A região deixa de ser a territorialidade de um grupo e identidade para ser um lugar de mediações globais/locais. Segundo SANTOS (1994), a região não desaparece com a globalização, mas ao ser reinterpretada, tem seu novo espaço reconhecido, tem seu conceito atualizado a partir da revisão de qualificações dos sistemas de objetos e ações regionais. O comunicador assume este papel de reinterpretar espacialidades e temporalidades para serem reconhecidos cotidianamente pelo receptor de sua mensagem. Quanto às questões da modernidade, Touraine (1992) faz uma discussão paralela relacionando os conceitos de racionalismo e subjetivismo.

entre esses campos relações complexas e contraditórias, com interferência de matrizes culturais também de campos do entorno e do sistema social. Portanto, o pano de fundo dessa interação comunicacional será o sistema social global, formado por campos sociais que jogam com questões relativas à cultura, comunicação e identidade, relacionadas em suas dimensões normativa e funcional.

A necessária oxigenação das agendas midiáticas

Na sociedade moderna, observamos uma crescente necessidade coletiva e pessoal de afirmação de interesses a partir da sua transformação em discursos a serem midiaticizados. Diferentes campos sociais desenvolvem estratégias de apropriação do espaço midiático. Essa interação própria da modernidade explicita um jogo ideologicamente marcado, que se caracteriza pela coexistência de conflitos, cooperações, seduções, influência, simulação, reconhecimento de competências, aproveitamento de oportunidades, rituais, capacidades performativas, e outras formas. As estratégias de interação com o campo midiático são cada vez mais colocadas ao centro no planejamento das organizações dos diferentes campos sociais, e seu sucesso é determinado pela capacidade maior ou menor de os sujeitos sociais apropriarem-se do campo midiático, seja moldando-se às suas regras ou criando novas formas de atuação.

Como já vimos, a importância social do campo das mídias está relacionada com esta necessidade dos agentes sociais de recorrerem a estes canais marcados pela lógica da visibilidade e da transparência.

No final do sec. XX, os movimentos políticos sentem-se importantes, a dizerem quem são e o que pretendem aos diferentes públicos; mas, neste processo, eles só se tornam 'noticiáveis' quando se submetem às regras implícitas da noticiabilidade, quando se conformam com as noções jornalísticas (elas próprias com um carácter histórico) quanto ao que é uma 'estória', ao que é um 'acontecimento', ao que é um 'protesto'. Os media definem o significado público dos acontecimentos relacionados com os movimentos sociais ou, colocando-os à margem, privam-nos de forma activa de um significado mais amplo. As imagens produzidas pelos media acabam por ter influência nas imagens que os movimentos sociais têm de si mesmos; para além disso, elas podem mesmo converter a liderança em celebridade, o que é completamente diferente. As formas de noticiar/publicitar traduzem-se num trabalho sistemático de enquadramento simbólico, o qual, muito ampliado, ajuda a determinar o destino do movimento (GITLIN apud ESTEVES, 2003, p. 168-170).

A ideologia da sociedade da informação baseia-se nos pressupostos da objetividade, transparência, no direito de informar e ser informado, e na crença de que as transformações tecnológicas geram, conseqüentemente,

maior desenvolvimento. No entanto, a leitura direta – mais tecnologia igual maior desenvolvimento – deve ser questionada num mundo em que o desenvolvimento tecnológico é crescente na mesma medida que a exclusão social. Nesse sentido, as novas tecnologias e suas velhas ideologias podem estar mais a serviço da manutenção das desigualdades que de ações emancipatórias. Quando as formas de dominação se manifestam tanto econômica quanto culturalmente, o direito de informar parece ser cada vez mais fundamental, algumas vezes até mesmo mais que o direito de ser informado. Não há dúvida de que a informação constitui-se um recurso político indispensável para as instituições político institucionais, e, especialmente, também cada vez mais para a formulação de contra-hegemonias pelos sujeitos do campo dos movimentos sociais.

Essas mudanças originárias da crescente necessidade de mediação dos campos sociais em geral provocam mudanças fundamentais no espaço público, que complexificam seu funcionamento com novos temas e problemas em discussão, assim como formas de participação inovadoras. O surgimento do espaço público mediado nas sociedades ocidentais, desde o fim do século passado, e sua expansão global, segundo Esteves, inviabiliza sua instrumentalização total. Apesar das formas de manipulação, dos aparatos tecnológicos e dos padrões discursivos circularem e serem apropriadas de forma semelhante pelos diferentes mídias, não é possível um controle total dos recursos simbólicos, pois a opinião pública é formada a partir das diferenças culturais locais e regionais e se constitui pela forma diversa de produção de sentido. Assim, a instrumentalização total é impedida pelo que podemos denominar como as apropriações das ofertas midiáticas feitas por sujeitos particulares ou coletivos, via discussão pública dos acontecimentos mediados, e pela necessidade de legitimidade do campo midiático.

[...] por mais poderosos que se tenham tornado, os media têm de manter alguma reminiscência de diálogo com o público, o que significa que, apesar de tudo, existe sempre um certo grau de abertura, uma dupla dimensão no processo de comunicação: quando surge o desafio de um público activo aos limites do discurso político, os media não podem ignorá-lo sob pena de porem em perigo a sua própria legitimidade (ESTEVES, 2003, p. 239-240).

É nesse sentido que observamos que os movimentos sociais têm um papel crucial no que denominamos como a oxigenação dos discursos midiáticos e, por consequência, da própria sociedade, via pressão para abertura de diálogo com o campo midiático, visando, em última instância, a inserir seus discursos na discussão pública em curso. Seus discursos tendem a contrapor-se aos discursos econômicos e políticos mobilizados pelos grupos dominantes.

Nascidos a partir dos múltiplos factores de crise que atingem a sociedade no seu conjunto (e mais especificamente o modelo de Estado-Nação que deu corpo à própria modernidade) e dinamizados pela própria lógica mediática que favorece a segmentação das audiências, estes movimentos sociais, apesar da sua enorme heterogeneidade, convergem na aspiração comum de atingirem uma expressividade pública relevante. Esta dinâmica social repercute-se nos media, sob a forma de uma pressão objectiva sobre estes mesmos media com vista à sua abertura a novas formas de expressão, que assumem, de forma geral, uma forte ligação aos contextos mais imediatos da experiência e às interpretações da vida quotidiana. Para os media, esta pressão representa uma contra-tendência relativamente à sua orientação predominante e, por isso mesmo, uma nova possibilidade de intervenção ao nível da opinião pública (ESTEVES, 2003, p. 240).

O espaço em que se constrói a opinião pública é, portanto, marcado pela interação entre uma multiplicidade de discursos dos vários campos sociais que se movimentam no sistema social global, discursos estes que chegam aos públicos de forma amplificada ao serem processados via tecnologias (informacionais), e também discursos outros relativos às interações interpessoais (comunicacionais), que podem ou não ser apropriados pelo campo midiático. No caso do “subcampo” midiático do jornalismo, por exemplo, essas apropriações se dão conforme os discursos se enquadrem ou não nas suas lógicas.

Esteves conceitua espaço público “*como domínio por excelência das trocas simbólicas entre cidadãos, onde têm lugar as mediações políticas fundamentais que constituem as sociedades democráticas*” (ESTEVES, 2003b, p. 22). Miranda (1995) afirma que o espaço público contemporâneo é abstrato, deslocalizado, e com limites flutuantes, diferindo do ‘espaço’ grego ou medieval, que era concreto e localizado. O espaço público se liberta do Estado e da ordem política clássica com o desenvolvimento da técnica. Assim, a crise do Estado é inseparável da transformação do espaço público, quando as formas de mediação se multiplicam com os campos sociais, deixando de ser um fazer estatal. A universalização da mediação transforma o sentido do que é político. Generaliza-se o espaço para a efetivação de ideias e práticas políticas, que não está mais atrelado a instituições enquadradas constitucionalmente ou espaços historicamente ligados à nação e ao Estado. A estruturação moderna do político é uma transformação determinada pela evolução tecnológica, que reorganiza estrutural e dinamicamente a sociedade civil. Esse processo tecnológico é, em si mesmo, próprio da modernidade. A imprensa, por exemplo, é a primeira grande responsável pela “*desterritorialização*” da noção de espaço público. O atual processo tecnológico não cria esse movimento, mas acelera-o e radicaliza-o. A sociedade civil passa a se organizar em redes de sociabilidade

para além das limitações espaçotemporais, o que tem uma expressão bastante significativa na organização do campo dos movimentos sociais, entre outros.⁸

A esfera pública é uma construção social que se dá a partir de um processo político plural e complexo. Segundo Schudson, a esfera pública ideal permitiria a participação integral e igualitária de qualquer pessoa numa sociedade atingida por decisões políticas. Alcançar este ideal é resultado da trajetória histórica de cada país. Para criar um espaço público democrático, é preciso uma infraestrutura de recursos de apoio – institucionais, educacionais, e culturais – que torne possível a formação de um juízo público crítico.⁹

Segundo Wolton, a democracia pressupõe a existência de um espaço público em que sejam debatidos os grandes problemas do momento, dando-se espaço para que um maior número de atores se exprima acerca de um maior número de assuntos. Wolton entende que a comunicação é uma condição estrutural para o funcionamento da democracia, quando este novo espaço público remete para uma sociedade aberta e urbanizada, na qual as relações sociais estão marcadas tanto por uma forte valorização do indivíduo como pela organização de massa. Ou o que ele denomina a “*sociedade individualista de*

8 “A sociedade civil é constituída por todas as instituições intermédias entre o Estado e as pessoas privadas – a igreja, os media, os partidos políticos e as associações de qualquer espécie, por intermédio das quais as pessoas de diferentes áreas privadas se reúnem para decidir acerca de assuntos públicos. A sociedade civil não abarca todo o domínio do ‘social’ ou do ‘mundo sociocultural’, mas apenas aquelas ‘estruturas da socialização, associação e formas organizadas de comunicação até ao ponto em que estes são institucionalizados ou estão em vias de institucionalização” (SCHUDSON, 1995, p. 149-166). Schudson salienta que a “personalidade da esfera pública” é diferente de uma nação para outra, com esferas públicas se moldando de forma diversa conforme a qualidade e a quantidade de participação política. A partir dessa premissa podemos afirmar que a sociedade civil brasileira tem especificidades em relação a qualquer país europeu ou de qualquer outro continente, que faz com que tanto o campo midiático quando o campo sociopolítico dos movimentos sociais se organizem e funcionem de formas diferenciadas, como internamente, no Brasil diferentes Estados assumem especificidades neste sentido. E isto é determinante, por exemplo, para que o Fórum Social Mundial, um dos maiores eventos senão o maior evento antiglobalização do início do século XXI, venha a ter lugar em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, e não em qualquer outro território. São também as características dessa sociedade civil que determinam que uma organização de galpões de separação de resíduos sólidos se organizem neste espaço geográfico como aconteceu, e tenha seu modelo exportado para outros espaços urbanos do Brasil e de outros países. O desenvolvimento regional que observamos no Rio Grande do Sul é bastante diferente do que podemos observar em Estados como o Mato Grosso, nos aspectos sociais, culturais, económicos, midiáticos, políticos, de consciência ambiental, de participação social etc.

9 “Estes recursos incluirão recursos institucionais – em especial, os partidos, outras associações livres e os media; recursos educacionais nas famílias, escolas, instituições religiosas, bibliotecas e formas de cultura popular que ajudem a formar ou a ‘socializar’ os indivíduos com vontade e capacidade para participar no debate público crítico e racional; e recursos culturais, na linguagem e nas normas de contenção pública, além das tradições políticas, sociais e legais a que as pessoas podem recorrer como base do discurso público [...]” (SCHUDSON, 1995, p. 149-166).

massa”, a fim de salientar a oposição entre estas duas dimensões: individual e de massa. Para Wolton, o espaço público midiaticizado constitui-se um dos lugares simbólicos, onde se pode gerir essa característica contraditória das sociedades atuais.

A generalização da comunicação representa mais empobrecimento que enriquecimento e liberdade quando se trata da predominância de um código “*político, por hipótese*”, segundo Wolton. Para o autor, a solução desse problema não reside na organização da expressão dos cidadãos por intermédio de múltiplas mídias se esses fazem uso dos mesmos códigos. Mas passa pela coexistência do maior número de discursos heterogêneos perante os valores e as referências dominantes no espaço público. O que se observa é que os mídias veiculam modelos de representação menos numerosos e heterogêneos do que aqueles que existem na sociedade, havendo uma *desproporção entre a visibilidade dos valores feita pelos media e aqueles que circulam na sociedade*”. Prevalece a tendência a uma unidimensionalidade discursiva mesmo com a proliferação dos meios de comunicação (WOLTON, 1995). O autor entende que a multiplicação das tecnologias cria responsabilidade cultural e política, tornando necessário que a comunicação social e cultural reflitam a heterogeneidade social, evitando o desaparecimento de grupos “*não visíveis*” ou o silenciamento de outros que podem regressar em forma de “*estrondo*”. Para o autor, a democracia agora se refere à cultura, depois de já ter se referido à política e ao âmbito social, pois se trata do reconhecimento das múltiplas identidades culturais e a obrigação de pensar as suas relações numa forma política, que, ao mesmo tempo em que garanta as identidades ofereça um meio de as transcender. A globalização das tecnologias de comunicação e o poder das indústrias culturais obrigam a pensar o modelo de democracia cultural (WOLTON, 2004). Na mesma direção, Esteves (2003b) salienta a estrutura assimétrica dos processos de comunicação midiática, que oferece possibilidades de participação bastante diferenciadas entre aqueles que fazem uso da palavra pública. Daí os estudos das fontes jornalísticas observarem uma tendência, talvez universal, de acesso majoritário das fontes oficiais em relação às outras vozes da sociedade.

Segundo Wolton (2004), os movimentos antiglobalistas são os primeiros a pôr a cultura e a comunicação no centro da política, porque colocam em causa toda a representação do mundo; e porque a escala do conflito que denunciam é a do mundo, diretamente ligada ao triunfo das tecnologias de comunicação mundial.

[...] é preciso evitar reduzir a problemática da informação e da comunicação à do imperialismo cultural americano; é necessário abrir os debates e as questões, reintroduzir o normativo, lembrar que há uma margem de

manobra e que o economicismo nem sempre consegue impor a sua lei (WOLTON, 2004, p. 80).

Esteves (2003 b) vai ao encontro do pensamento de Wolton (2004) ao propor que o espaço público contemporâneo deve ponderar suas dimensões constituintes, factual e normativa:

[...] as estruturas de comunicação objectivas, por um lado, e o sentido político (ético e moral) dessas mesmas estruturas, por outro. Essas duas dimensões são complementares mas estabelecem entre si uma relação tensional [...] (ESTEVES, 2003b, p. 61).

Imperativos performativos e funcionalistas voltados para a lógica do custo-benefício atingem diversificados contextos e formas de vida gerando uma objetivação generalizada do social. Assim, os mídias que deveriam ser um espaço mediador de decisões e formador da vontade coletiva, um espaço onde tensões e conflitos deveriam adquirir visibilidade, apresentam-se mais como espaço performativo, comprometendo a intersubjetividade.

Em termos de estrutura da comunicação pública das sociedades modernas, os sintomas directos de uma crise ética e moral gerada pela influência destes factores instrumentalistas manifestam-se sob a forma de uma apropriação unilateral dos media [...] (ESTEVES, 2003b, p. 20).

As desigualdades sociais também se expressam quando uns determinam sobre o que se fala enquanto outros falam a partir de uma pauta que não é sua ou mesmo não falam.

Assimetrias deste gênero estão presentes regularmente ao nível das relações interpessoais mais ou menos informais, ao nível da vida interna das organizações e instituições sociais e, num âmbito mais amplo e global, também com uma projecção sobre a totalidade da sociedade. Estes diferentes níveis situam-se num contínuo que vai do mais estritamente privado até ao absolutamente público, percorrendo estádios intermédios semi-privados e semi-públicos; na certeza, porém, que os níveis superiores, nas actuais condições sociais, só poderão ser atingidos quando se torna presente uma acção sistemática dos mass media, com a sua capacidade de influência excepcional sobre a agenda pública. Este poder dos media ficou conhecido pelo termo próprio da pesquisa sociológica neste domínio como 'agenda setting' [...] (ESTEVES, 2003b, p. 39).

Para Esteves (2003b), as pesquisas teóricas nesta linha foram incapazes de equacionar as implicações políticas de tal poder dos mídias, que é a sua "*capacidade não-democrática de agendamento*", a qual é relativa a uma dada estrutura económico-política de organização dos média. As pesquisas também ignoraram que o sentido político do agendamento começa na própria

constituição da agenda dos mídias. Devido ao seu caráter comercial, os mídias operam com sistemas de sentido e representação não públicos, o que os torna abertos à manipulação e à estabilidade.

À medida que o funcionamento das instâncias do Público fica mais dependente dos media e, ao mesmo tempo, estes se organizam em torno de interesses particulares, a comunicação pública tende a perder o seu carácter livre e autónomo, exprime cada vez mais imperfeitamente a dinâmica da sociedade civil e adquire características técnico-instrumentais acentuadas (ESTEVEES, 2003b, p. 45).

Para não pôr em perigo sua própria legitimidade, os mídias têm que manter uma certa abertura aos temas dos seus públicos. Nesse sentido, os discursos dos movimentos sociais podem dinamizar e revitalizar a sociedade civil, com seus novos temas, sujeitos sociais e modos de comunicar, assim como revitalizam as agendas dos mídias noticiosos.¹⁰

O espaço público tem se modificado historicamente com a inserção de temas de debate primeiro das classes trabalhadoras, depois com o movimento feminista e mais recentemente com outras formas de expressão identitárias e subculturais, que buscam a ampliação da participação e da igualdade contra certos mecanismos de exclusão (de classe, etnia, gênero etc.). Resta saber se os mídia estão atentos para essa possibilidade de revitalização das suas agendas, abrindo mão da sua repetitividade e mesmice em favor da inovação.

b) Os movimentos sociais no contexto da sociedade civil global

A prática dos movimentos sociais, inserida no processo de democratização e constituição da sociedade civil global, possibilita a redescoberta de que a noção de direitos e de cidadania politiza subjetividades coletivas e constrói novas formas de organização, muitas vezes a partir de reciclagens das ações de organizações de caráter hegemônico. A emergência dos movimentos sociais amplia os espaços públicos democráticos, dando visibilidade aos conflitos e

10 O agendamento ou *agenda setting* consiste “num mecanismo específico de intervenção dos chamados media noticiosos ao nível dos discursos públicos. A sua importância atual está diretamente relacionada com a possibilidade de promover um juízo razoável sobre as matérias que são objecto de tais discursos, os assuntos públicos [...] o problema prático da construção das agendas nos nossos dias, nomeadamente tendo em conta o papel que aí cabe aos media, não é propriamente o referido, isto é, uma abertura excessiva das agendas (assuntos e posições), mas exactamente o contrário, o seu fechamento. São por isso indispensáveis mecanismos que possibilitem uma maior permeabilidade das agendas aos contributos dos públicos, tornando possível a sua alteração e correcção de um modo flexível, de acordo com a dinâmica social de novos grupos que trazem novos contributos às discussões em curso (ou mesmo novas discussões que sejam lançadas a partir de outros assuntos postos a debate). Eficácia e legitimidade são, pois, atributos indispensáveis e indissociáveis do processo de agenda, na fórmula de uma combinatória criteriosa e equilibrada de abertura e fechamento” (ESTEVEES, 2003b, p. 48-49).

diferenças, e também criando formas de negociação novas, assim como novos significados para o mundo.

Os atores e os movimentos sociais atuais passam a se definir pela sua relação com o sujeito, e não mais somente pela relação com a sociedade. É o que Touraine (1992) chama de subjetivação dos movimentos sociais, e que vem a constituir-se como a principal diferença em relação aos movimentos sociais do início do século XX. É o caso do movimento operário, que, na sua luta pela gestão social da industrialização, formou a ideia de movimento social ao mesmo tempo modernista e particularista, defensivo, que apelava para a política da libertação a fim de superar obstáculos e contradições. Diferentes, os movimentos atuais apelam também para uma “*política da vida*”, como aborda Giddens (1991, 2002), a fim de aumentar a capacidade de ação e de livre escolha. Mais que transformar a sociedade, os movimentos sociais atuais querem transformar a vida.

A defesa do sujeito remete à concepção de liberdade humana e traz à tona temas morais e sociais. Para Touraine (1992), o sujeito se constitui pela combinação da ação instrumental com a afirmação identitária, as quais operam contra poderes financeiros e autoritarismos comunitários. Eis o conflito central da sociedade atual, em que o lugar de luta se dá no próprio sujeito, segundo o autor. Por isso mesmo, este combate não pode mais ser posto em ação pelos partidos e pelos governos, mas sim na experiência pessoal. O centro do movimento social atual passa a ser a produção do sujeito. Sujeito este, de uma vida pública cada vez menos formal, de ações descontínuas e difusas, e que tende a dar aos meios de comunicação uma importância crescente. É por isso que, como Scherer-Warren (2002, p. 75) afirma, “*na sociedade da informação, os movimentos sociais terão de ser críticos em relação à própria produção da informação*”. A autora considera que este seja um dos desafios para as redes de movimentos no mundo globalizado, informatizado e multicultural. Ou seja, um desafio para redes que extrapolam os espaços geográficos e socioculturais de proximidade.

[...] face à fluidez e pluralidade identitária na sociedade complexa, globalizada, sugerimos que as redes de solidariedade, no associativismo civil, devem ser pensadas para além de sua constituição enquanto redes sociais comunitárias circunscritas por espaços locais. Há de se considerar as novas possibilidades de conexões translocais e até transnacionais, seus potenciais de comunicação nos espaços virtuais e, assim, verificar quais as implicações em termos de redes estratégicas e auto-reflexividade (SCHERER-WARREN, 2002, p. 65).

Trata-se, portanto, de contextualizar os movimentos sociais na sociedade civil global, movimentada pelas tecnologias de comunicação, as quais podem ser utilizadas tanto como instrumento estratégico para políticas globalizantes

homogeneizadoras quanto para criação de contra-hegemonias. As novas tecnologias de comunicação podem servir à democracia, desde que representem a diversidade cultural dos agentes sociais. Para Touraine (1992), a democracia está relacionada com integração e cidadania, o que pressupõe a existência de liberdade das opções políticas, com o respeito pelas identidades, pelas necessidades e pelos direitos. A democracia é um regime político que permite aos agentes sociais formar-se e agir livremente, tendo consciência dos direitos pessoais e coletivos; reconhecendo a pluralidade dos interesses e das ideias; e assumindo a responsabilidade na construção de orientações culturais comuns (TOURAINÉ, 1992). Segundo Touraine (1992, p. 403), para que haja democracia é necessário que os conflitos sociais incorporem aqueles valores que marcam a modernidade: a racionalização e a subjetivação.

O debate democrático existe se as exigências sociais comandarem a vida política, mas forem, por seu turno, comandadas por orientações culturais de que se constituem as expressões sociais, opostas e complementares. Um conflito social central, mas no interior de apostas culturais comuns aos adversários, eis a condição fundamental da democracia.

Na “*sociedade planetária*”, no entanto, Melucci (1966) observa que as interações entre Norte e Sul são marcadas pela desigualdade. Esta desigualdade refere-se menos à privação econômica e mais ao acesso diferenciado dos recursos de informação, de conhecimento, e de autonomia pessoal. Para o autor, uma nova teoria da desigualdade deveria identificar os critérios estruturais da distribuição dos recursos de informação, mas, principalmente, as lógicas que controlam de modo desigual a produção. Portanto, a questão da informação deve ser considerada por Melucci (1996a) *para a análise da desigualdade em escala planetária*. Pensar em democracia é pensar na distribuição de poder e recursos nas relações sociais. Melucci (1996a) pensa o poder como uma modalidade de relações, como uma forma de relacionamento que estabelece e controla o sentido do agir humano. Nesse sentido, relações sociais são relações de poder, fundadas em regularidades, condições e processos que, assim como estruturam as relações, indicam ao pesquisador as formas de poder inerente a estas mesmas relações sociais. O poder combina formas simbólicas e materiais. Para o autor, nas sociedades planetárias, deve-se introduzir no pensar sobre a democracia as dimensões relacionadas à identidade e às diferenças.

[...] na reflexão sobre a democracia, abrem-se hoje questões centrais concernentes, de uma parte, à definição de novos direitos e garantias em sociedades sempre mais diferenciadas e em mutação; de outra parte, à delimitação de um ‘espaço público’ aberto e dividido, que não pode coincidir com as instituições de governo e que representa a arena na qual as questões de convivência e seus dilemas fundamentais passam se tornar visíveis. Sobre ambas vertentes, definições de direitos e espaços públicos, a ação coletiva

e os movimentos sociais adquirem papel central no modelar o futuro da democracia, porque dão voz a quem continuamente corre o risco de não ser ouvido e de não ter a palavra (MELUCCI, 1996a, p. 40).

No espaço público contemporâneo nem houve dissolução dos atores coletivos, nem desapareceram os conflitos, mas há uma mudança profunda nas formas como se manifestam nos últimos anos, com a emergência de uma arena transnacional em que circulam questões que dizem respeito ao sistema global. Ao mesmo tempo emergem formas de mobilização novas em torno das redes de comunicação planetárias, que vão além dos movimentos de rua e dos confrontos com a polícia. O interlocutor é muitas vezes um sistema político transnacional. Isso modifica o sentido de cidadania, que deixa de estar circunscrita ao estado nacional e busca um sentido supranacional, transnacional. Falar da sociedade planetária é referir-se à emergência de uma cidadania também planetária.

Melucci concorda com Touraine ao afirmar que os movimentos sociais contemporâneos demonstram um crescimento da atenção em direção à temática do indivíduo, da subjetividade, da intimidade e das emoções. Há, portanto, um deslocamento de temáticas mais estruturais e macrosociológicas para temáticas subjetivas e microsociológicas. O que se deve especialmente ao novo posicionamento da mulher na sociedade.

Para Melucci, os movimentos sociais contemporâneos não são nem novos nem velhos. Mas um fenômeno composto por diversidades de elementos, significados, de níveis etc. a ser explicado no quadro da sociedade complexa, que tem características próprias que a fazem diferenciar-se das tradições da sociedade industrial. Mesmo assim, o novo é uma noção relativa, já que uma coisa nova sempre diz respeito à outra que a precedeu, sobre a qual diz respeito e também se diferencia. Portanto, é preciso historicizar os movimentos sociais, buscar nas manifestações contemporâneas de resistência coletiva as matrizes culturais que marcam a trajetória do campo social em questão. Basicamente, para Melucci, a ação coletiva na sociedade moderna se movimenta em duas direções combinadas: da ação social e da cidadania. Ou seja, o aspecto da luta social na esfera da produção e o aspecto da luta dos excluídos pela inclusão na esfera da cidadania. Os temas ecológicos apontariam para essas duas direções.

Nos últimos anos os temas ecológicos têm conquistado definitivamente a atenção da mídia e da consciência comum. A ecologia é objeto precioso para o apetite do mercado político e do mercado mesmo. Não obstante este sucesso, do qual não podemos esconder a ambivalência, a consciência fica limitada à sorte do planeta, entendido como habitat físico-social da espécie humana. É o planeta externo que preocupa, nos medos, nos apelos e nos projetos da onda ecológica. Contudo, um outro planeta está envolvido nos processos de radical transformação a que estamos assistindo: aquele interno, que tem por objeto a estrutura biológica, emocional e cognitiva

que está na base da experiência e das relações de cada um de nós [...] Ocupar-nos do planeta interno significa não tanto ampliar a agenda, já cheia, de problemas urgentes, quanto aceitar a necessidade de ter um novo ponto de vista (MELUCCI, 1992, p. 55).

Esse ponto de vista a pesquisa científica também reclama. Para Melucci, a questão ecológica existe porque mudou a percepção cultural e social do mundo em que vivemos. A questão ecológica revela a interdependência planetária, deslocando os limites da consciência e da ação humana, apelando para a reestruturação dos nossos modelos cognitivos e das nossas expectativas sobre a realidade. Isto requer o abandono da pretensão à objetividade, assumindo-se a subjetividade como parte de uma ciência autêntica. Já que as certezas não correspondem à realidade da pesquisa científica. “Os limites do conhecimento, o caráter hipotético da pesquisa, o terreno cheio de incertezas onde acontecem as escolhas dos cientistas, são todos elementos que devem entrar no discurso público da ciência”(MELUCCI, 1992, p. 56). Para Melucci (1992), a questão ecológica tem como primeiro plano a dimensão cultural da ação humana, por ser o lugar em que se colocam as questões sobre o destino da humanidade.

Não é possível imaginar um futuro viável para a vida sem intervir sobre as relações sociais, sobre os sistemas simbólicos, sobre a circulação de informações, quanto ou mais do que se intervém sobre os conjuntos técnicos. Os que se preocupam em governar a complexidade, agindo sobre as coisas, arriscam um erro prospectivo, uma espécie de miopia substancial. A eficácia sobre as coisas, hoje, depende sempre mais da capacidade de agir sobre os códigos simbólicos que regem a vida cotidiana, os sistemas políticos, as formas de produção e de consumo (MELUCCI, 1992, p. 57).

Mais informação, para Melucci, significa maior potencial de ação autônoma, que significa a capacidade reflexiva de produzir sentido e motivação para o que somos. Mas também significa que estamos mais expostos à informação, que pode controlar ou transformar nossa identidade de forma corrosiva.

Ocupar-se do planeta interno significa opor-se aos conquistadores e incluir este enorme patrimônio de consciência no nosso campo de experiência, aprendendo a explorar, a habitar e a cultivar, em vez de submeter-se (MELUCCI, 1992, p. 61).

Os movimentos sociais tratam disso, de formas de se tornar terra de conquista, do potencial de ação autônoma.

Uma ecologia das escolhas econômicas, políticas e tecnológicas não vive sem a ecologia do cotidiano, das palavras e dos sinais com que fazemos existir ou destruímos o planeta interno. As formas de reflexão e de comunicação são o terreno ao qual se aplica um entendimento de segundo nível, que já

está começando a substituir uma cultura centrada exclusivamente sobre os conteúdos, sobre os valores e sobre os objetos. As formas e os processos da ação humana tornam-se extremamente importantes, quando a velocidade da mudança vem provocar uma obsolescência sempre mais rápida e uma substituição dos conteúdos. O modo de ação adquire valor de palavra tanto e mais do que o conteúdo em si (MELUCCI, 1992, p. 67).

Para Melucci, a bandeira das revoluções modernas – o direito à igualdade – foi substituída pela bandeira do direito à diferença. O reconhecimento e o respeito à diversidade entre os seres, as linguagens, as culturas é o que leva a uma nova definição de solidariedade e de convivência. Apesar desses direitos estarem muitas vezes longe, eles já se presentificam há algum tempo na nossa vida cotidiana e na cultura civil. E é em torno deles que se abrem os confrontos contemporâneos e se tece uma nova cultura para os seres humanos. E é a comunicação que se constitui em encontro possível entre os diversos, segundo Melucci. São as dimensões da solidariedade e da comunicação que podem fazer menos opaca e irreduzível a diversidade. Observar como se dão essas dimensões nos movimentos sociais são níveis de análise que incorporamos no nosso estudo.

Movimentos sociais e a globalização contra-hegemônica

Quando a ação e o pensamento que sustentaram os ideais modernos de emancipação social estão sendo questionados pelo “fenômeno” da globalização neoliberal – que se caracteriza pela libertação dos vínculos entre capital, questões sociais e políticas, submetendo a sociedade à lei do valor de mercado, que repercute no aumento exponencial das desigualdades sociais – o que está em causa é a própria reinvenção da emancipação social, segundo Sousa Santos. O autor propõe pensar em globalizações, já que pressupõe a existência de pelo menos outro fenômeno, denominado:

[...] globalização alternativa, contra-hegemônica, constituída pelo conjunto de iniciativas, movimentos e organizações que, através de vínculos, redes e alianças locais/globais, lutam contra a globalização neoliberal mobilizados pela aspiração de um mundo melhor, mais justo e pacífico que julgam possível e a que sentem ter direito. Esta globalização é apenas emergente e tem tido no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, [...] a sua manifestação mais dramática [...] Em minha opinião, é nesta globalização alternativa e no seu embate com a globalização neoliberal que se estão a tecer os novos caminhos da emancipação social (SOUSA SANTOS, 2003, p. 12).

O capitalismo, que desde o seu aparecimento tem sido constantemente confrontado e desafiado pelas práticas e teorias críticas do capitalismo, fez com que assim se mantivesse viva a promessa de emancipação social via formas de desenvolvimento alternativo. Múltiplas alternativas têm se

desenvolvido, passando a representar formas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente¹¹. Trata-se do que Gorz (apud SOUSA SANTOS, 2003) denominou “*reformas revolucionárias*”, ou seja, aquelas que surgem dentro do sistema capitalista, mas que facilita e dão credibilidade a formas de organização econômica e de sociabilidade não capitalistas. Apesar de não representar uma alternativa sistêmica ao capitalismo no sentido de ser uma alternativa de organização micro e macroeconômica integral, isso não lhes retira relevância nem potencial emancipador. Essas “*alternativas econômicas*” geram pelo menos dois efeitos com alto conteúdo emancipador: implicam, frequentemente, mudanças fundamentais nas condições de vida dos seus atores via iniciativas associativas; e, ao nível societal, a difusão das experiências implica o exercício de novos valores e formas de organização não capitalistas nos campos sociais.

A teoria do desenvolvimento alternativo remonta ao início dos anos 70, quando se começaram a formular reflexões e a organizar eventos para discutir o descontentamento face ao modelo tradicional de desenvolvimento. A Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, em 1972, foi um desses momentos de reflexão, que continuou nos anos 80 e 90 e, atualmente, constitui-se como um movimento de crítica à globalização neoliberal. O desenvolvimento alternativo é formulado com base numa crítica de fundo contra a estrita racionalidade econômica que inspirou o pensamento e as políticas de desenvolvimento dominantes; coloca-se contra o desenvolvimento “*a partir de cima*”, e propõe um desenvolvimento de base ou “*de baixo para cima*”; privilegia a escala local, como objeto de reflexão e da ação social contra-hegemônica; propõe alternativas baseadas em iniciativas coletivas populares, de propriedade e gestão solidária que tentam contrariar tanto a separação entre capital e trabalho quanto à necessidade de recorrer à ajuda estatal. O desenvolvimento alternativo tende a favorecer estratégias econômicas autônomas. Quando isso acontece nos setores populares, isso implica a promoção de iniciativas baseadas na autogestão das empresas populares e na

11 As linhas de pensamento crítico sublinham três características negativas das economias capitalistas. Em primeiro lugar, o capitalismo produz sistematicamente desigualdades de recursos e de poder. Em segundo lugar, as relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista produzem formas de sociabilidade empobrecidas, que assentem no benefício pessoal em lugar de se basearem na solidariedade. Em terceiro lugar, a exploração crescente dos recursos naturais a nível global põe em perigo as condições físicas de vida na Terra, de modo que se considera que o tipo de produção e consumo exigidos pelo capitalismo são insustentáveis. (RODRIGUEZ, 2003, p. 24-25)

construção de poder comunitário¹². A ótica do desenvolvimento alternativo tem incrementado a discussão pública com temas como a preservação do meio ambiente, o respeito pela diversidade cultural e o impacto do desenvolvimento econômico convencional sobre as populações dos países pobres.

É preciso passar da imagem da comunidade como uma colectividade fechada e estática (comunidade-fortaleza) para uma imagem da comunidade como uma entidade viva e dinâmica, aberta simultaneamente ao contacto e à solidariedade com outras comunidades, em diferentes escalas, e decidida a defender as alternativas contra-hegemônicas que surjam no seu interior (comunidades-amiba) (SANTOS, 1995, p. 485). [...] No campo da produção, a fragilidade das alternativas existentes torna necessária a articulação destas entre si [...] com o Estado e com o sector capitalista da economia. Esta articulação em economias plurais em diferentes escalas que não desvirtuem as alternativas não capitalistas é o desafio central que enfrentam, hoje, movimentos e organizações de todo o tipo que procuram um desenvolvimento alternativo (RODRIGUEZ, 2003, p. 45).

Constitui-se como elemento central das alternativas ao desenvolvimento tanto a diversidade cultural, quanto à diversidade de formas de produzir, e de entender a produção. Diante dos efeitos sociais e ambientais perversos do capitalismo e do materialismo, a fonte de alternativas ao desenvolvimento encontra-se nas culturas híbridas ou minoritárias das quais “*podem emergir outras formas de construir economias, de satisfazer as necessidades básicas, de viver em sociedade*”. Essas culturas podem, então, subverter a hegemonia do capitalismo e conhecimento moderno. Por essa razão, segundo essa perspectiva, “*a diversidade cultural é um dos fatos políticos essenciais da nossa época*” (RODRIGUEZ, 2003, p. 47). Nesse sentido, as comunidades capazes de

12 O associativismo em forma de cooperativas tem se constituído em um projeto de globalização contra-hegemônica que concorrem no mercado, baseado em princípios diferentes do capitalismo neoliberal – como os princípios de solidariedade e democracia participativa. Mas este projeto ainda não se concretizou plenamente. O interesse pelas cooperativas surge tanto nos países centrais, como na semiperiferia e periferia, onde tem estado associado ao debate sobre o “desenvolvimento alternativo”. As cooperativas apresentam-se como uma alternativa às políticas de emprego convencionais, e de economia popular.

impulsionar alternativas ao desenvolvimento são as comunidades-amiba e não as comunidades-fortaleza.¹³

Após os protestos de Seattle, em finais de 1999, as críticas contra a globalização têm aumentado de forma expressiva. Segundo Rodriguez (2003), o fosso entre ricos e pobres é crescente nas cidades da semiperiferia e da periferia do sistema mundial, o que se manifesta na diferença crescente entre os rendimentos e as condições de vida de uns e outros, nos empregos precários, no aumento do desemprego e do trabalho informal. A economia global contemporânea atinge níveis de crescimento sem precedentes, proporcionais ao aumento no número de pessoas condenadas a viver nas suas margens. Esse processo de exclusão social encontra resistência em ações individuais e coletivas, que incorporam estratégias de sobrevivência locais, nacionais e globais. É assim que diversos movimentos sociais têm surgido ou persistido na América Latina: movimentos de negros, trabalhadores, indígenas, camponeses sem terra, mulheres, e outros como o dos recicladores/separadores de resíduos sólidos, que não raro incluem todas essas nuances culturais citadas em si mesmos.

Com uma outra entrada, mas aproximando-se do nosso tema de pesquisa, Rodriguez estuda a luta coletiva dos recicladores de lixo para melhorar as suas condições de vida no espaço urbano, onde alimentam uma economia de baixo custo, o que lhes permite aceder a bens e serviços indispensáveis para a sobrevivência. Trata-se de membros de classes populares que vivem nas cidades, e para os quais a “rebusca” ou coleta é a estratégia diária de sobrevivência. Estas “economias populares” constituem formas de resistência, na medida em que são mecanismos mediante os quais as classes populares criam e exploram um nicho econômico para sobreviverem. Porém, Rodriguez (2003, p. 283) afirma que, “quando consideradas dentro do conjunto da economia urbana, torna-se

13 Sousa Santos e Rodriguez levantam nove teses a partir da observação de alternativas de desenvolvimento em prática nos países em desenvolvimento: Tese 1. As alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e as suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos. Tese 2. O êxito das alternativas de produção depende da sua inserção em redes de colaboração e de suporte mútuo. A solução mais adequada para contrariar esta fragilidade é a integração das iniciativas em redes compostas por outras iniciativas similares e por entidades diversas. Tese 3. As lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do Estado. Tese 4. As alternativas de produção devem ser ambiciosas em termos de escalas. Tese 5. A radicalização da democracia participativa e da democracia econômica são duas faces da mesma moeda. Tese 6. Existe uma estreita conexão entre as lutas pela produção alternativa e as lutas contra a sociedade patriarcal. Tese 7. As formas alternativas de conhecimento são fontes alternativas de produção. Tese 8. Os critérios para avaliar o êxito ou o fracasso das alternativas econômicas devem ser gradualistas e inclusivos. Tese 9. As alternativas de produção devem entrar em relações de sinergia com alternativas de outras esferas da economia (SOUSA SANTOS, 2003).

evidente que as economias populares estão longe de serem autônomas e, por si mesmas, emancipadoras.” Mas a análise do funcionamento das cooperativas de recicladores pode fornecer informações úteis acerca do potencial emancipador desse tipo de organização no contexto do mercado globalizado.

Um dos motivos desta “*emancipação relativa*” se deve ao fato de que a economia informal está articulada com a economia formal. No caso dos recicladores de lixo, eles vendem os seus produtos a intermediários que, por sua vez, os vendem às grandes companhias recicladoras. Ou então são fonte de produtos, serviços e mão de obra barata para o setor moderno da economia, podendo mais facilitar que impedir sua própria exploração.

Enquanto permanecerem nas margens da economia, as referidas organizações continuarão a ser, na maioria dos casos, meios de sobrevivência e de reafirmação da subordinação dos seus membros, e não de melhoria das condições de vida dos sectores populares (SINGER; SOUZA, 2000) [...] se está a verificar na semiperiferia e na periferia [...] o processo de colonização por parte do capitalismo global estende-se a actividades económicas (por exemplo, a reciclagem de lixos) e a zonas geográficas que até o momento tinham permanecido nas suas margens. Nestas condições, a articulação das organizações económicas com o Estado e entidades nacionais e internacionais apresenta-se como uma estratégia essencial para que essas organizações possam inserir-se gradualmente no mercado nacional e global e no processo político (RODRIGUEZ, 2003, in SOUSA SANTOS, 2003, p. 286).

É basicamente essa a tese de Rodriguez no seu estudo. Para o autor, os recicladores de lixo são um dos grupos cuja presença nas grandes cidades mostra o caráter global da exclusão social. Milhares de pessoas sobrevivem recuperando materiais recicláveis nas ruas ou nas lixeiras nas cidades da semiperiferia, da periferia e, em menor proporção, nas cidades do centro. Além de ser uma atividade de importância fundamental para a sobrevivência de populações excluídas, a reciclagem é uma atividade econômica considerável e importante ambientalmente. Mas tanto no Brasil quanto na Colômbia e em outros países, os separadores recebem baixos rendimentos, geralmente inferiores ao salário mínimo, o que os mantém na miséria. Na conexão entre a economia popular informal e a economia formal, os separadores de lixo são explorados por indústrias do mercado de reciclagem, que pagam baixas cotas sobre o material, o que mantém a situação de exclusão social. O mercado explorador se perpetua na sua necessidade de manter os preços dos materiais recicláveis abaixo do custo da matéria-prima nova. Para Rodriguez, a luta por melhores condições materiais, na América Latina, está intrinsecamente relacionada com a luta pelos direitos de cidadania desses setores. Nesse sentido, para que o círculo vicioso da exclusão e exploração não se mantenha, o autor

afirma a necessidade de uma estratégia econômica e social.¹⁴ A integração em redes é especialmente importante quando se trata de organizações econômicas solidárias de setores que vivem na pobreza e trabalham em condições que dificultam a mobilização coletiva. Trata-se de formar uma rede de economia solidária entre associações populares que realizem atividades complementares. Para Rodrigues, no caso das cooperativas de recicladores, essa estratégia é necessária e, ao mesmo tempo, a mais difícil de empreender, devido a barreiras tecnológicas e culturais. No entanto, são barreiras a serem superadas, já que a viabilidade dessas formas alternativas de organização econômica passa pelas redes de economia solidária e pela integração com organismos estatais que tenham como função a promoção econômica e social.

É improvável que sem o apoio estatal se possam gerar condições necessárias para que prospere uma economia solidária. Também as alianças com empresas capitalistas são necessárias num ambiente econômico caracterizado pelas fusões entre empresas com a finalidade de enfrentarem a concorrência global. Ao mesmo tempo, se a aliança se estabelecer em termos que ponham em perigo a estrutura cooperativa das organizações de recicladores, será muito possível que acabem por ser absorvidas pelas empresas capitalistas com que se associem ou que percam o seu carácter cooperativo. O resultado da promoção destes tipos de redes de apoio mútuo é uma economia plural, na qual coexistem o Estado, as empresas solidárias e as empresas capitalistas no contexto de um mercado regulado. Neste sentido, a promessa cooperativista decepciona tanto os defensores de propostas neoliberais – cuja economia ideal está baseada exclusivamente em empresas capitalistas que concorrem num mercado livre – como os defensores de um colectivismo estatal – que gostariam de ver o mercado eliminado e substituído pelo planejamento econômico centralizado. Não se trata da utopia da sociedade de mercado criticada acertadamente por Polanyi (1957), nem da utopia colectivista. É uma utopia real (WRIGHT, 1998), porque é suficientemente radical para não se conformar com a regulamentação do mercado sem alterar a divisão entre capital e trabalho, e suficientemente real para ser viável nas condições do mercado contemporâneo. E, na medida em que tem vocação global – dado que um dos princípios do cooperativismo é o da colaboração entre cooperativas de todo o mundo –, pode vir a ser uma forma de globalização contra-

14 RODRIGUEZ, 2003. A história das cooperativas e das redes de recicladores na Colômbia mostra, ao mesmo tempo, o imenso potencial emancipador das iniciativas econômicas populares articuladas através de formas não capitalistas de produção, e as extremas dificuldades pelas quais atravessa uma população altamente marginalizada dentro de um ambiente econômico e político desfavorável. Na Colômbia, duas mudanças fundamentais ocorrem no mercado da reciclagem: as indústrias compradoras estão passando por processos de fusão para fazer face à concorrência de indústrias estrangeiras; e estendeu-se por todo país o processo de privatização do serviço de recolha de lixo. Ou seja, empresas privadas passam a fazer tanto o serviço de limpeza como a reciclagem. A superioridade destes consórcios põe em causa a sobrevivência da atividade artesanal dos recicladores organizados, que agora correm o risco de nem sequer à margem do mercado poderem sobreviver devido ao tecnicismo crescente.

hegemónica. Porém, para atingirem isto, as empresas cooperativas, dentro e fora dos sectores populares, no centro, na semiperiferia e na periferia, têm ainda um longo caminho a percorrer (RODRIGUEZ, 2003, in SOUSA SANTOS, 2003, p. 307).

Pensar em globalização e globalização contra-hegemónica, portanto, é fazer uma análise para além de um processo económico. Para Beck (1998, p. 56 e 58),

uma sociologia plural da globalização deve levar em conta aspectos relativos à economia, tecnologia, política internacional, ecologia, às culturas (ou, se se quiser, as indústrias culturais mundiais) ou às novas desigualdades sociais.

O desenvolvimento do mercado mundial está produzindo a unificação de modos de vida, símbolos culturais e modos de conduta transnacionais. As formas de consumo globais referem-se à exaustão dos mesmos recursos naturais utilizados para a produção dos produtos da sociedade de consumo, assim como a crescente descartabilidade e conseqüente aumento nos volumes de resíduos – sólidos e não sólidos. Este problema ecológico mundial está servindo para que formas de economia popular se desenvolvam como uma alternativa decorrente das lógicas capitalistas. A existência dos recicladores de lixo é uma conseqüência da globalização económica e de consumo cultural, assim como de suas respectivas mazelas.

Na linha dos estudos culturais, a globalização determina também localizações. Fruto de um processo dialético, a globalização significa deslocalização, mas também uma re-localização, o que se dá para além da lógica económica. A deslocalização e a re-localização não significam o renascimento do local¹⁵. A cultura global não pode ser entendida estaticamente, mas como um processo contingente e dialético (e de modo algum reduzível à lógica do capital), como glocalização (neologismo formado com as palavras globalização e localização), em cuja mesma unidade se apreciam e decifram elementos contraditórios. Nesse sentido, pode-se falar de paradoxos das culturas glocais, fruto do entrelaçamento, diálogos e conflitos transnacionais. A globalização também produz novas e particulares comunidades. Segundo Beck (1998, p. 81-83) “os limites surgem aqui não mediante a exclusão, e sim mediante formas particularmente compactas de dupla inclusão. Alguém que participa em muitos círculos distintos e através disto se limita. A globalização reflete-se, portanto, também em novas formas de atuação dos sujeitos sociais, mestiçagens de práticas, a interação como um espaço cultural mestiço, próprio das fronteiras. A globalização não produz necessariamente uma cultura global fruto da

15 Pensando o local como um aspecto do global, Robertson propõe substituir o conceito da globalização cultural pelo de glocalização, neologismo formado com as palavras globalização e localização. (BECK, 1998).

produção massiva de símbolos e informações, mas cenários locais, que resultam em coleções fortemente variadas. “Do emaranhado global emergem símbolos culturais e se tecem identidades de várias índoles” (BECK, 1998, p. 87).

Zygmunt Bauman (1999) sustenta que a globalização e a localização são, ao mesmo tempo, expressão de uma nova polarização e estratificação da população mundial em ricos globalizados e pobres localizados. Os ricos globalizados dominam o espaço e não têm tempo, enquanto os pobres são localizados, estão presos ao espaço e têm que matar seu tempo, pois não têm nada para fazer. Consideramos que Bauman reduz a problemática da globalização ao não perceber que os pobres também estão inseridos em redes globais, e se movimentam no planeta em processos emigratórios que não se podem ignorar, tamanha a importância que têm adquirido nas últimas décadas. Outra fragilidade do pensamento de Bauman é não perceber que os ricos – de centro, de países semi periféricos ou periféricos – também estão tendo que “matar o tempo” quando passam a ser uma massa de novos desempregados, e muitas vezes trata-se de profissionais superqualificados, tendo que buscar formas de desenvolvimento alternativas da mesma forma que os separadores da Colômbia e do Brasil. Ricos e pobres vivem uma situação de insegurança material, e, neste sentido, a globalização se constitui uma ameaça à democracia.

A verdade nua é esta: sem segurança material não pode existir liberdade política, nem portanto democracia alguma; e então todos nos vemos ameaçados por novos e antigos regimes e ideologias totalitários (BECK, 1998, p. 98)¹⁶.

Assim, o choque da globalização provoca paradoxos e exigências em termos políticos nos diversos âmbitos da sociedade.

Indivíduos e grupos sociais se confrontam com a dinâmica da globalização e suas exclusões. Os processos de globalização das economias e de privatização da infraestrutura pública têm gerado uma tendência mundial de aumento do

16 Pensar sobre o processo da globalização requer esclarecer as diferenças entre globalização, globalidade e globalismo. Enquanto a globalidade significa que vivemos em uma sociedade mundial politicamente multidimensional, policêntrica e contingente na qual agentes transnacionais e nacionais brincam de gato e rato, globalismo é entendido como domínio de mercado mundial que impregna todos os aspectos e o transforma. Trata-se da imposição de uma ideologia neoliberal e que influem em todos os aspectos da sociedade; se trata de um economicismo anacrônico que se difunde a enorme escala, de uma renovação da metafísica da história, de uma revolução social apolítica que se pretende que se realiza desde cima. Debater a política da globalização pressupõe, segundo Beck, uma decisiva crítica da ideologia neoliberal do globalismo, de sua unidimensionalidade econômica, de seu pensamento único linear, de seu autoritarismo político em relação ao mercado mundial, que se impõe apoliticamente e que atua de maneira altamente política. (BECK, 1998, p. 163-164).

desemprego e a flexibilização da mão de obra devido à transformação dos sistemas de produção e dos mercados de trabalho, o que tem como consequência a tendência ao emprego em tempo parcial e inseguro, e um rápido crescimento do setor informal, principalmente nos países em desenvolvimento. Segundo Chonchol, com a economia global integrada os Estados perdem autonomia política e têm que se adaptar às forças econômicas internacionais e, em muitos casos, subordinar-se a elas. Os governos respondem a essas novas condições convergindo para o que se chamou de “*Estado da competência*”. Esse novo sistema financeiro global opera sistematicamente em favor dos interesses dos operadores financeiros; e as economias nacionais vão se desligando cada vez mais dos processos sociais.

Os programas de ajustes estruturais são utilizados como método principal para promover a aplicação dos modelos de desenvolvimento neoliberais nos países endividados do Terceiro Mundo (CHONCHOL, 1998, p. 163-186).

Para entender essas “*mudanças*” impostas pelo outro com a “*pretensão*” de promover um desenvolvimento que em nada lhe interessa, poderíamos usar as palavras de Zubero (1996) na sua reflexão sobre a relação entre crise e mudança:

Periodicamente, os analistas norte-americanos nos surpreendem com o anúncio de revolucionárias transformações tecnológicas, políticas e culturais (o choque do futuro de Alvin Toffler, as macrotendências de John Naisbitt), porém que já não revolucionam nada. Transformações que, certamente, modificam a epiderme das sociedades industriais avançadas, porém não como ruptura ou metamorfose, mas sim como a cômoda e natural mudança de camisa à que se submetem periodicamente as serpentes [...] para seguir sendo serpentes (ZUBERO, 1996, p. 23)

A maioria da população nos países extremamente endividados da África e América Latina sofre uma drástica queda em seus níveis de vida (é surpreendente como resistem). O trabalho formal perdeu terreno para o informal e para o trabalho precário, enquanto o desemprego aumentou. Essa realidade expressa que a

[...] economia da sociedade capitalista globalizada já não está em condições de assegurar a todos a plenitude dos direitos econômicos mediante uma renda suficiente ligada ao trabalho assalariado e os direitos sociais e de proteção derivados deste trabalho. Alguns já falam que no próximo século estaremos numa sociedade onde os 20% mais ricos se bastarão a si mesmos. Não se necessitará mais de mão-de-obra. Um quinto dos que buscam emprego bastarão para produzir todas as mercadorias e realizar todas as prestações de serviços de alto valor que pode oferecer a sociedade mundial [...] Há que haver um novo equilíbrio entre a economia, a cultura e a política [...]. Se o crescimento econômico tem uma contrapartida de destruição dos recursos

naturais e de empobrecimento do meio ambiente em que vivem os homens, ele não é aceitável e começa a ser cada vez menos aprovado. Por outro lado, há que combater a crença de que a economia está naturalmente orientada para o progresso da cultura. Há que deixar de aceitar o fato da subordinação crescente da cultura e da política à economia, como se este fosse um fato natural derivado das necessidades da própria sociedade (CHONCHOL, 1998, p. 163-186).

Nesse contexto de globalização contemporâneo, inserem-se os movimentos sociais, que se convertem numa referência para a participação coletiva dos “que não se resignam ao desencanto frente uma democracia reduzida à partitocracia e sacudida por continuos fenômenos de corrupção política” (ZUBERO, 1996, p. 15). Zubero defende que a principal abordagem dos movimentos sociais quanto à tarefa de transformação da realidade social é fundamentalmente de caráter cultural, já que o momento atual das sociedades industriais avançadas caracteriza-se pela diversidade de orientações culturais, em que a lógica da economia e da tecnologia muitas vezes supera outros valores, dando o tom até mesmo de relações interpessoais. A perspectiva dos movimentos sociais serve como contraponto para essa racionalidade instrumental quando aponta para a necessidade de questionar modelos de desenvolvimento excludentes que contrariam formas emancipadoras de vida. Assim, Zubero entende que nos encontramos imersos em um combate cultural sobre a definição de modelos de democracia, de alternativas econômicas, de políticas de desenvolvimento. “A exclusão se converte, assim, tanto em chave epistemológica como em teste de verificação de qualquer projeto político de reconstrução da solidariedade” (ZUBERO, 1996, p. 47).

O sujeito histórico se constitui quando assume o compromisso de uma nova solidariedade, baseada no mito da cidadania universal – a qual só se realiza com a transformação radical da base econômica das sociedades contemporâneas, baseada no modelo consumista. Portanto, um modelo de desenvolvimento alternativo, com justiça social, rompe com princípios inquestionáveis do modelo de desenvolvimento dominante, baseado na crença da universalidade do estilo de vida dos indivíduos ricos, e propõe a revisão do modelo consumista das sociedades industrializadas. Na contemporaneidade, dado o poder invasivo das tecnologias de comunicação, a transformação dos valores na sociedade passa pela visibilidade no espaço público de valores alternativos, via midiaticização dos movimentos sociais.

Quando as dificuldades para a mudança social derivam de limitações econômicas, é preciso debater sobre alternativas econômicas, o que se refere ao exercício político. É porque questões sociais e culturais estão atreladas às discussões econômicas e políticas que não podemos discutir nosso problema de pesquisa sem essa contextualização nos valores vigentes na sociedade

civil globalizada. Falar de estratégias de cidadania dos movimentos sociais hoje é levar em conta essas relações e suas complexidades. Portanto, é fazer um estudo sobre as práticas culturais que permeiam esses âmbitos da vida. É no âmbito da cultura que se definem os sentidos da realidade vivida e se constroem alternativas de desenvolvimento, e, neste sentido, o movimento social é também um movimento cultural.

A manutenção de uma ordem social se dá com sua naturalização por meio das ações cotidianas, as quais se fundam em condições já dadas. Todo projeto de mudança refere-se ao questionamento da ordem estabelecida, e sem este questionamento não há transformação. Por isso um projeto de transformação da realidade exige esforço de análise desde novas chaves culturais, segundo Zubero. Os movimentos sociais têm como obstáculo proporem alternativas de desenvolvimento inseridos em uma ordem estabelecida, que se fortalece diariamente em pequenas práticas sociais, como uma simples compra de supermercado. São práticas naturalizadas que, dentro de uma proposta de “*reforma revolucionária*”, temos que começar a questionar para sairmos da posição de indivíduo para nos assumirmos como sujeitos históricos. Portanto, requer que o sujeito faça a crítica cultural da realidade social cotidianamente. Atuar sobre a realidade pouco a pouco é possível, assim como atuar por meio de uma ação coletiva, inserida dentro dos movimentos sociais. E, ao fim e ao cabo, são estas ações locais inseridas em redes globais que se constituem em alternativas dentro da ordem da globalização. Segundo Rozdak (1985, apud ZUBERO, 1996), a experiência privada de ter uma identidade pessoal e descobrir um destino pessoal que cumprir se converteu em uma força política subversiva de grandes proporções. Cabe aos movimentos e organizações sociais reconhecerem a importância e valorizar as subjetividades que os constroem enquanto coletividade.

Para Zubero, são em momentos de generalização da crítica cultural frente à hegemonia da concepção materialista de progresso que se proliferam os movimentos sociais. Estes vão introduzindo questionamentos e, assim, abrem oportunidades para críticas e para os protestos. Zubero, como Touraine, entende que um movimento social é decorrente de um movimento cultural, já que é necessário conhecer os valores culturais e propor uma cultura alternativa, antes de buscar a transformação da realidade social por meio da ação coletiva que caracteriza o movimento social. Para Alberoni (1986, apud ZUBERO, 1996), a longo prazo, se difunde a convicção de que os recursos cruciais da civilização não podem ser técnicos, mas sim os recursos internos. Daí a importância da ética, e da ética política, que em nosso tempo inclui a discussão de questões como a exclusão social e de “*natureza*” ambiental.

Segundo Leff (1991), a ética ambiental manifesta uma resistência frente às ideologias modernas. A consciência cidadã refere-se à produção de

novos sentidos, de novos valores. É aí que a economia política se relaciona com a política das escolhas cotidianas no que concerne à nossa própria vida, fazendo-nos questionar os fundamentos ideológicos do crescimento e do progresso. Quando a marginalização se generaliza pelo desemprego e pela pobreza, expõe-se o desafio de desenvolvermos o “*saber ambiental*”, para pôr limite à razão economicista. Não basta mais o diagnóstico pessimista frente ao paradigma neoliberal, é necessário “*criar (e não descobrir) novos mundos*”, usando da imaginação sociológica e da criatividade política, de motivações e estratégias de cidadania diante da globalização. Os movimentos de cidadania com seus projetos sociais surgem como uma contra-ordem diante dos valores economicistas vigentes. Seu fortalecimento, no entanto,

[...] depende de sua capacidade de inventar novas estratégias de poder, capazes de burlar o poder tecnoburocrático e de construir uma nova racionalidade social [...]. Trata-se da criação de novos sentidos para a existência [...]. O movimento ambiental não é uma fuga ao passado, mas a invenção de um novo futuro; não é a recusa da ciência, mas a fusão dos saberes tradicionais e do conhecimento moderno [...] as telecomunicações são instrumentos de luta em defesa dos direitos humanos que enlaçam um movimento solidário internacional. [...] os meios tecnológicos gerados pela globalização estão sendo convertidos em instrumentos de poder e liberalização para as classes dominantes [...]. Com as armas da pós-modernidade cibernética, o subcomandante Marcos conseguiu subverter o poder vertical do Estado mexicano, lançando ao mundo comunicados pela Internet. Através dos meios de comunicação estabeleceu-se uma solidariedade internacional e convocou-se a cúpula da humanidade frente ao neoliberalismo (LEFF, 1991, p. 96-132).

A tarefa mais importante dos movimentos sociais é ampliar o repertório de valores a partir do qual se constrói uma proposta de sociedade, “*fazer florescer o inédito viável*”, dificultar que as lógicas mercantis se instalem em todas as formas de atividade e da vida, como expressa Zubero. Essa maneira de ampliação do repertório de valores requer uma reação indignada diante dos valores vigentes, o que resulta na construção de novos quadros culturais, novos sentidos e significados para a realidade social. Nesse sentido, as ações dos movimentos sociais podem ser interpretadas como mensagens contendo construções de sentido sobre a realidade, mapas de sentido a serem interpretados por um pesquisador das ciências da comunicação.

Pressupostos teóricos para abordagem dos movimentos sociais

Para a análise aprofundada da dinâmica comunicacional e midiaticizada da organização social Centro de Educação Ambiental Vila Pinto, vamos nos valer do conhecimento dos autores que nos acompanham até agora e de teóricos dos movimentos sociais – principalmente Melucci e Touraine, mas também

Castells, Giddens e Villasante. A partir do pensamento desses autores, vamos propor o que será o nosso modelo de análise, tendo como pano de fundo o contexto sociocultural contemporâneo, e partindo da perspectiva teórica dos estudos culturais, e da abordagem de uma análise sociosemiótica dos discursos sociais, conforme exposto anteriormente.

Os movimentos sociais são denominados por Castells como ações coletivas com propósito de determinado resultado, que transforma valores e instituições da sociedade, podendo ou não obter sucesso. Segundo o autor, os movimentos sociais constituem identidades de projeto ou identidade coletiva, em que os atores sociais que participam deste projeto podem construir uma nova identidade, redefinir sua posição social, e transformar a estrutura social. Assim, a identidade de projeto produz sujeitos, atores sociais coletivos pelo qual os indivíduos *“atingem o significado holístico em sua experiência”* (CASTELLS, 2001, p. 26). A identidade de resistência, própria de atores desvalorizados pela lógica de dominação e que constroem trincheiras de resistência, leva à formação de comunidades (resistência coletiva). Dessa forma, os sujeitos são formados por um prolongamento da resistência comunal. Segundo hipótese do autor, se na modernidade a identidade de projeto foi constituída a partir da sociedade civil, na sociedade em rede a identidade de projeto desenvolve-se tendo como origem a resistência comunal.

[...] as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias, que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural comunal. Apresento a hipótese de que para que isso aconteça, faz-se necessário um processo de mobilização social, as pessoas precisam participar de movimentos urbanos (não exatamente revolucionários), pelos quais são revelados e defendidos interesses em comum, e a vida é, de algum modo compartilhada, e um novo significado pode ser produzido (CASTELLS, 2001, p. 79).

Partindo do pressuposto que comunidades locais constituem fontes de identidades quando construídas por meio da ação coletiva, para Castells, as comunas culturais – movimentos ou grupos sociais – são a principal alternativa para a construção de novos significados na sociedade contemporânea, que podem dar lugar a fluxos reversos de informação, por resistirem às tendências sociais dominantes. A resistência comunal tem como objetivo a defesa de fontes autônomas de significados, assim os movimentos sociais constroem identidades defensivas que servem de refúgio e fonte de solidariedade, pois as comunas culturais são construídas culturalmente em torno de valores com significado e uso compartilhados, e marcado por códigos de autoidentificação. As comunidades culturais podem dar surgimento a atores de transformação social, construindo significados em torno da identidade de projeto. Conforme

Castells (2001, p. 85) “*devido ao fato de que os novos processos de dominação aos quais as pessoas reagem estão embutidos em fluxos de informação, a construção da autonomia tem de se fundamentar nos fluxos reversos da informação*”. Estes fluxos reversos podem se dar com a criação de canais de comunicação próprios, pela ocupação de espaços públicos, inserindo-se em redes sociais, apropriando-se de espaços midiáticos tradicionais ou não etc. Castells aponta como um caminho de pesquisa a análise de processos, condições e resultados da transformação de resistência comunal em sujeitos transformacionais, o que contribuiria na construção de uma teoria de transformação social na era da informação.

É esse o significado real da nova primazia da política de identidade na sociedade em rede. A análise dos processos, condições e resultados da transformação da resistência comunal em sujeitos transformacionais é o terreno ideal para o desenvolvimento de uma teoria de transformação social na era da informação (CASTELLS, 2001, p. 28).

Giddens também percebe a interdependência entre identidade pessoal e identidade coletiva, ao debruçar-se sobre questões de política e identidade. O autor distingue como participantes da agenda política da modernidade uma política emancipatória e uma política da vida, as quais se manifestariam de forma interdependente. A política da vida de Giddens refere-se à autoidentidade, enquanto a política emancipatória refere-se a um processo que participa da construção da identidade coletiva. Nesse sentido, Giddens, Castells e Melucci se aproximam em suas teorias.

Segundo Giddens, desde o início da era moderna estimula-se a emancipação humana, primeiro em relação aos imperativos dogmáticos da tradição e da religião. Também os pensadores políticos liberais e os radicais falavam em libertação dos indivíduos das condições da vida social que limitavam sua liberdade. A emancipação progressiva deveria ser buscada.

Defino a política emancipatória como uma visão genérica interessada, acima de tudo, em libertar os indivíduos e grupos das limitações que afetam negativamente suas oportunidades de vida. Ela envolve dois elementos principais: o esforço por romper as algemas do passado, permitindo assim uma atitude transformadora em relação ao futuro; e o objetivo de superar a dominação ilegítima de alguns indivíduos e grupos por outros. O primeiro desses objetivos facilita o ímpeto dinâmico positivo da modernidade. A ruptura com as práticas fixas do passado permite que os homens aumentem o controle social sobre as circunstâncias de suas vidas. É claro que surgiram grandes diferenças filosóficas sobre como alcançar esse objetivo. Alguns supunham que o impulso emancipador era dirigido por condições causais que, na vida social, operam de maneira muito semelhante ao de causação física. Para outros – e esta posição é certamente a mais válida – a relação

é uma relação reflexiva. Os homens são capazes de, reflexivamente, 'usar a história para fazer a história' (GIDDENS, 2002, p. 194).

Para Marx, a classe era a força impulsionadora da história, e a emancipação da humanidade deveria ser conseguida com uma ordem sem classes. Para os não marxistas, a política emancipatória dá importância também a questões de gênero, étnicas, de subordinação e dominação entre nações, de gerações presentes e futuras. Em todos os casos "o objetivo da política emancipatória é libertar os grupos não-privilegiados de sua condição negativa ou eliminar as diferenças relativas entre os grupos na sociedade" (GIDDENS, 2002, p. 195). O objetivo de libertar as pessoas de situações de opressão implica a adoção de valores morais, tais como os valores de justiça, igualdade e participação. Esta se opõe à opressão, pois permite aos grupos influenciarem decisões que lhe dizem respeito, estando relacionada com os ideais democráticos. Enfim, a política emancipatória é movida pelo princípio da autonomia, em que o indivíduo tem uma liberdade que supõe agir responsabilmente em relação aos outros e reconhecer as obrigações coletivas.

Enquanto a política emancipatória é a política das oportunidades da vida, a política da vida é a política da escolha. A política da vida é a política do estilo de vida, da autorrealização num ambiente reflexivamente organizado, em que a reflexividade liga o eu e o corpo a sistemas de alcance global.

A política da vida refere-se a questões políticas que fluem a partir dos processos de auto-realização em contextos pós-tradicionais, onde influências globalizantes penetram profundamente no projeto reflexivo do eu e, inversamente, onde os processos de auto-realização influenciam as estratégias globais (GIDDENS, 2002, p. 197).

É a política das decisões da vida, relativa às questões que afetam a autoidentidade (a qual deve ser formada, alterada e reflexivamente sustentada em relação a circunstâncias da vida social que mudam rapidamente, numa escala local e global). É alcançada se a pessoa desenvolve uma autenticidade interior, ou seja, um referencial de confiança básica por meio do qual a vida pode ser entendida como uma unidade contra eventos sociais em mudança. Portanto, a política da vida refere-se aos debates e contestações derivados do projeto reflexivo do eu. O pessoal é político. É o exemplo do movimento das mulheres, que inclui interesses emancipatórios, questões de autoidentidade, problemas de definição filosófica (o que é a pessoa?), de direitos humanos, de moral. Os movimentos ecológicos também se incluem aqui, já que se referem ao reconhecimento de que a reversão da degradação ambiental depende da adoção de novos estilos de vida, diferentes dos modos de vida a serem adotados na sociedade mundial.

Os problemas ecológicos realçam a nova e acelerada interdependência dos sistemas globais e mostram a todos a profundidade das conexões entre a atividade pessoal e os problemas planetários” (GIDDENS, 2002, p. 204).

A agenda da política da vida foi produzida pelo impacto emancipador das instituições modernas. A política da vida traz de volta as questões morais e existenciais recalcadas pelas instituições centrais da modernidade. As questões de como devemos viver nossas vidas em circunstâncias sociais emancipadas trazem para o primeiro plano problemas e questões do tipo moral e existencial. Tanto na vida cotidiana como nas lutas coletivas, os problemas morais/existenciais são recuperados e trazidos para o debate público. Debates sobre como a existência deve ser percebida e vivida envolvem opções de estilo de vida. O eu e o corpo tornam-se por sua vez lugares para uma variedade de estilos de vida.

Questões substantivas na agenda da política-vida estão centradas nos direitos da pessoa e do indivíduo, que por sua vez se ligam às dimensões existenciais da auto-identidade enquanto tal (GIDDENS, 2002, p. 207).

As questões da política de emancipação, como os direitos de cidadania continuam fundamentais, e servem de arena onde as questões da política da vida são debatidas, segundo Giddens. Os movimentos sociais têm um papel importante de trazer as questões da política-vida para o primeiro plano, forçando a atenção pública sobre eles. Praticamente todas as questões da política da vida colocam problemas do tipo emancipatório. “A emancipação pressupõe uma transformação na política-vida” (GIDDENS, 2002, p. 211). Ou seja, há uma interdependência intrínseca entre políticas de emancipação e de vida. Uma das consequências da modernidade, segundo o autor, é a globalização, a qual se trata de um fenômeno de transformação da subjetividade e da organização social global. Em situação de globalização acelerada, deve-se usar o poder – meio de conseguir que as coisas sejam feitas – de forma coordenada, organizada. “*Isto vale para a política emancipatória bem como para a política da vida.*” Portanto, refere-se às políticas emancipatórias e de vida, locais e global, entrelaçados de forma complexa.

A globalização – que é um processo de desenvolvimento desigual que tanto fragmenta quanto coordena – introduz novas formas de interdependência mundial, nas quais, mais uma vez, não há ‘outros’. Estas, por sua vez, criam novas formas de risco e perigo ao mesmo tempo em que promovem possibilidades de longo alcance de segurança global (GIDDENS, 1991, p. 174).

A modernidade não é particularmente ocidental, na medida em que se fala de interdependência mundial e consciência planetária, segundo Giddens.

Nem a modernidade, nem a globalização são processos completos, pois estão sendo afetados pela diversidade cultural do mundo como um todo. Giddens (2002, p. 193) cita Theodore Roszak que afirmou que “vivemos numa época em que a experiência muito privada de ter uma identidade pessoal a descobrir, um destino pessoal a realizar, tornou-se uma força subversiva da maior importância”.

A transformação social é sempre relativa, já que se dá dentro de um sistema social em que imperam as formas de dominação com as quais se busca romper. Portanto, a resistência coletiva que nos fala Castells, assim como as agendas políticas da vida e emancipatórias são forjadas em um contexto que as afeta, o que determina que as relações sociais sejam contraditórias. Os movimentos sociais, então, mesmo quando propõem mudanças fundamentais, não rompem totalmente com o sistema social em que estão inseridos, mas com ele estabelece relações de luta simbólica, de resistência, e, ao mesmo tempo, de adaptação, como pressupõe Villasante. Segundo o autor, grupos antagônicos agem tanto no sistema social como dentro do sistema de ação do movimento social. Os antagonismos se dão quando ocorre ruptura da reciprocidade no reconhecimento dos valores de troca, com que lidam uns e outros atores que participam da produção de recursos sociais fundamentais, o que pode ser observado numa leitura atenta das gramáticas discursivas. Os conflitos explicitam a tensão entre reconhecimento e reciprocidade na relação de grupos sociais diferentes, que manifestam formas de ação social conflituais. Essa troca conflitual complexifica o desenho que os movimentos da ação social fazem sobre a estrutura social, estabelecendo um padrão específico para a interação entre campos sociais diversos. Esses conflitos e contradições nem sempre estão explícitos nas falas dos atores, tendo o pesquisador que buscar o significado da fala para quem fala.

Por trás de cada mobilização concreta ou de cada rede de associações, há algo mais que o manifesto; não é só a atividade ou a reivindicação expressada, há estilos e culturas sociopolíticas em jogo. Tratamos de analisar em profundidade o que escondem as linguagens de dirigentes e dirigidos [...] que condutas e conjuntos de ação potencializam e tornam mais prováveis processos clientelares ou emancipatórios, ou como se passa de uns para outros na prática (estudos de caso) (VILLASANTE, 2002, p. 28).

Villasante compactua com Melucci na aproximação dos movimentos sociais a partir do paradigma da complexidade, apesar de não centralizar sua análise na identidade dos atores, como Melucci faz. Villasante (2002) cruza propostas metodológicas, seguindo como eixo epistemológico central a busca por “dar respostas operativas com os movimentos populares para que sejam transformadores ou emancipadores a partir das suas situações cidadãs. Partir de casos concretos, investigar com maior profundidade a sua práxis”. Práxis

esta que, no nosso caso, refere-se à trajetória histórico-midiática do Centro de Educação Ambiental Vila Pinto de Porto Alegre, identificando e compreendendo que matrizes culturais se forjam na interação desta organização social com outros campos sociais, e acabam intervindo na interação do CEA com o campo midiático.

Villasante propõe a pesquisa-ação sobre as redes de complexidade social contemporâneas, para a transformação de situações de poder não emancipadoras em emancipadoras.

Mais alguém das identidades e dos sujeitos, pretendemos mostrar que a construção de sujeitos e as suas identificações são construções muito provisórias e versáteis, e que essas identidades-sujeitos estão fendidas por fraturas de todo tipo: medos, culpabilidade, condicionantes de classe, de ecossistema, de ideologias etc. Por isso, nos interessa, mais que as próprias identidades dos sujeitos sociais ou dos movimentos, as suas relações internas, rizomáticas ou em redes múltiplas, fraturadas, fractais, que condicionam as suas condutas, ideologias e estilos de fazer. Quer dizer, como em cada grupo tratam de superar as carências básicas que os constituem, as proibições culturais aos seus desejos, tal como aprenderam na sua relação com a autoridade do pai, do mestre, do Estado ou da TV. E como, hoje, é possível reproduzir ou transformar essas condutas diante do novo sistema de poderes. A respeito dos valores dominantes, diante de cada relação de poder, há várias respostas que podem se conjugar [...] (VILLASANTE, 2002, p. 38).

Todos grupos têm inimigos interiores e exteriores jogando com suas carências e desejos, que interagem na formação do movimento social, já que este se constitui a partir da sua relação com outros e com os sistemas de poderes no qual está inserido. Nos movimentos populares cruzam-se conjuntos de práticas de poder contraditórios, que vão se modificando justamente por interagirem. São relações dinâmicas que se estabelecem entre grupos sociais, os quais se confrontam nas suas ações e nos seus discursos. Nestes confrontos, posições são adotadas no campo social de ação, as quais resumem determinações, matrizes culturais, múltiplas e complexas, que delimitam horizontes e potencialidades. Villasante apoia-se no que denominou “*socioanálise*” e “*antropologia de sociedades complexas*” para compreender as relações que se estabelecem nas redes que compõem os movimentos sociais.¹⁷

A partir dos pressupostos teóricos de Giddens, Castells e Villasante, vamos aprofundar as questões levantadas por estes autores e outras, apropriando-nos

17 Seu interesse é pelas relações, redes, mediações, pelo processo de socialização dos movimentos sociais. E, nesse sentido, sua análise se aproxima de Martin-Barbero e de García Canclini, assim como de Bourdieu e Esteves, quando aborda as posições nos campos sociais, como de Morin e Bachelard, quando parte do paradigma da complexidade para a investigação dos movimentos sociais.

do trabalho de Melucci e Touraine, que constituem a base do modelo teórico que utilizamos.

Touraine e o retorno do sujeito na sociedade programada

Definir a sociedade em que ocorrem os movimentos sociais é importante porque “é impossível definir um conflito social se não se definir, ao mesmo tempo, o campo cultural no qual ele se insere e que constitui o cenário das relações entre organizações sociais diferentes” (TOURAINÉ, 1992, p. 299).

Portanto, para Touraine, o movimento social deve ser contextualizado no campo cultural onde acontece, ou seja, no tipo de sociedade onde se desenvolve. O autor chama de “*sociedade programada*” aquela que se constitui pela oposição entre o sujeito e o mundo dos objetos de consumo. Esta oposição substitui a relação de oposição entre capital e trabalho da sociedade industrial. A sociedade programada – que também se caracteriza como ultramoderna ou sociedade de consumo – constitui-se o campo cultural onde se situa a reivindicação do sujeito, da mesma forma que a sociedade industrial se constituía o campo cultural onde se formou o movimento operário.¹⁸

Para Touraine (1992, p. 242),

não há modernidade sem racionalização, mas também não há modernidade sem a formação de um sujeito-no-mundo que se sinta

18 Paralelo ao conceito de sociedade programada de Touraine, Wolton fala da sociedade individualista de massas. Para Wolton, a modernidade caracteriza-se por dois fenômenos contraditórios: “a emergência da sociedade de massas, com as suas qualidades e defeitos, e uma extrema valorização do tema da liberdade individual, sobretudo nos domínios da cultura e da comunicação. Foi essa realidade que designei por sociedade individualista de massas, em que cada um tenta gerir essas duas dimensões contraditórias. Esta realidade caracteriza o funcionamento interno da sociedade, e cada qual, a sua maneira, adapta-se a ela segundo as suas tradições. Mas, em todos os casos, há uma tensão entre duas aspirações, individual e coletiva [...] Ao lado das identidades culturais individuais, assiste-se ao ressurgimento de uma reivindicação cultural colectiva pelas línguas, história, tradições [...] É uma forma de contrabalançar a extrema fragmentação das nossas sociedades. O discurso oficial continua a ser o do individualismo, ao passo que o fim das grandes referências sociais e ideológicas, somado às desordens criadas pela globalização, impõe que se volte para as identidades culturais coletivas. [...] a reivindicação identitária faz-se de modo coletivo, com este fenómeno novo: relativamente ao que conhecemos neste último meio século, trata-se de uma identidade cultural colectiva que passa mais explicitamente do que antes pela referência a uma problemática política. A identidade cultural individual era um facto social. A identidade cultural colectiva é directamente um facto político.” (WOLTON, 2004, p. 53-54). Hoje a identidade coletiva é diferente daquela anterior, que estava associada ao nacionalismo. Assim o autor trata do que considera as três rupturas essenciais da modernidade: “laços cada vez mais fortes entre cultura e comunicação; a coabitação permanente no seu seio de duas aspirações contraditórias, valores e interesses, dimensão funcional e normativa; por último, a emergência de uma identidade cultural coletiva, como nova questão política.” (WOLTON, 2004, p. 59). “[...] pensar o papel que pode ser desempenhado por este novo triângulo identidade-cultura-comunicação é uma das condições indispensáveis para dominar a globalização”. (WOLTON, 2004, p. 60)

responsável em relação a si próprio e à sociedade. Não confundamos a modernidade com a forma puramente capitalista de modernização.

Enquanto na pré-modernidade o divino e o homem se confundem, assim como as palavras e as coisas, ou a representação e as coisas que representam; na modernidade o homem e o divino se separam graças à razão científica/racionalização.

[...] o drama da nossa modernidade é que ela se desenvolveu, lutando contra metade de si própria, perseguindo o sujeito em nome da ciência.[...] Não existe modernidade a não ser através da interacção crescente do sujeito e da razão, da consciência e da ciência, pretende-se impor a ideia de que era necessário renunciar à ideia de sujeito para fazer triunfar a ciência, que era necessário sufocar o sentimento e a imaginação para libertar a razão, e que era necessário esmagar as categorias sociais identificadas com as paixões, as mulheres, as crianças, os trabalhadores e os colonizados, sob o jugo da elite capitalista identificada com a racionalidade (TOURAINÉ, 1992, p. 245).

A nova modernidade, segundo Touraine, une razão e sujeito, duas metades de si mesma, faz um elo entre a racionalização e a subjetivação. É a passagem de uma concepção centralizada na racionalização, e que colocava esta em oposição à subjetivação, para uma percepção da simultaneidade e complementariedade entre estas duas faces. A sociedade da modernidade é a sociedade programada, e sua ideologia é da troca constante de informação, com a cultura dominante impondo a ideia de que a inclusão se dá pela inserção no processo de transmissão de informação. Ou seja, quem não se comunica não existe para esta sociedade.

O que foram a metalurgia, a indústria têxtil, a química e também as indústrias eléctricas e electrónicas na sociedade industrial, são-no a produção e a difusão dos conhecimentos, dos cuidados médicos e das informações, a educação, a saúde e os media, portanto na sociedade programada (TOURAINÉ, 1992, p. 290).

Para Touraine, o movimento operário deve ser reconhecido como a primeira grande ação coletiva que transformou a subjetivação de uma orientação cultural num movimento social, fez surgir os conflitos que opõem a procura da produtividade ao respeito pelos direitos dos trabalhadores, que eram frequentemente tratados como simples força de trabalho. Enquanto os movimentos operários disputavam a direção dos meios de produção, os novos movimentos sociais disputam as finalidades das produções culturais (educação, informação de massas, saúde). Tratam de novos problemas e conflitos, simultaneamente do tipo cultural e social. E as mulheres mostraram-se as protagonistas principais dessas novas demandas.

O espaço público é preenchido, hoje em dia, por esses movimentos sociais, cujas contestações, mesmo misturando afirmações globais e objetivos particulares, visam a mudar a vida, manifestando-se também em defesa de populações mais pobres e dominadas. Daí o internacionalismo destes movimentos, segundo Touraine. Para ele, é a consciência moral que está no centro dos novos movimentos sociais, o que se liga à defesa da identidade e da dignidade contra a opressão extrema e a miséria. Essa viragem da ação coletiva – de temas econômicos para temas pessoais e morais – se expressa tanto nos movimentos sociais quanto nas atitudes expressas na vida cotidiana. Os novos movimentos sociais mobilizam princípios e sentimentos. Falam mais de autogestão do que de sentido de história, e mais de democracia interna do que de tomada de poder, como era o caso do movimento operário e dos partidos políticos.

De uma sociedade para outra, o que muda é o sistema de ação histórica. O que define o sistema de ação histórica é esse conjunto de orientações culturais (historicidade) e de conflitos sociais pela apropriação desses modelos de ação da sociedade sobre si própria. A sociedade programada tem um sistema de ação diferente da sociedade industrial, a qual tinha como modelo a energia, o trabalho, o controle de si mesmo. A sociedade programada centra-se no sujeito. Por isso, Touraine considera essencial reconhecer a formação de uma cultura e de relações sociais novas, ligadas à substituição das indústrias materiais pelas indústrias culturais. A sociedade programada representa um novo sistema de ação histórica, quando o que a melhor define não é o aparecimento de melhores técnicas, mas o regresso à ideia de sujeito. Este retorno do sujeito, no entanto, não deve negar a continuação de uma racionalidade da técnica. O que há de novo é pensar a interação entre subjetivação e racionalização. Por exemplo, fluxos de informação (culturais e sociais) são, ao mesmo tempo, fluxos econômicos.

A ideia de sujeito é inseparável da de relações sociais. Na sociedade programada, o indivíduo, reduzido a um mero consumidor, a um recurso humano ou a um alvo, opõe-se à lógica dominante do sistema afirmando-se como sujeito, contra o mundo das coisas e contra a objectivação das suas necessidades em exigências de mercado. É por isso que a ideia de sujeito não é dissociável de uma análise da sociedade presente, não como pós-moderna, mas como pós-industrial ou programada". A sociedade moderna "é uma rede de relações de produção e de poder. É também o espaço onde o sujeito aparece, não para esquivar-se às imposições da técnica e da organização, mas para reivindicar o seu direito de ser agente. [...] da mesma forma que o sujeito, numa sociedade de produção, está simultaneamente empenhado na racionalização e na procura da sua libertação em relação ao domínio das mercadorias e das técnicas, também numa sociedade moderna o sujeito não se perde inteiramente nos papéis e nas hierarquias, pois o indivíduo procura libertar-se do mundo social através de um contrato tão direto quanto possível

com o mundo do ser. [...] defendo aqui, ao mesmo tempo, uma concepção 'liberal' do desenvolvimento e uma concepção do sujeito bastante oposta a um individualismo que apresenta o homem como um ser não social, associando estreitamente, pelo contrário, a ideia de sujeito à de movimento social, e, portanto, à relação conflituosa de que é feita a vida social (TOURAINÉ, 1992, p. 311).

Para compreender o pensamento de Touraine é fundamental diferenciar os conceitos de indivíduo, sujeito e agente. O indivíduo é definido pelas expectativas dos outros e controlado por regras institucionais, pelos papéis sociais, pela lógica do sistema social. O indivíduo que não se constitui em sujeito é constituído pelos centros de poder que definem e sancionam seus papéis. É marionete das ideologias dominantes, podemos dizer. Consume a sociedade ao invés de a produzir e de a transformar. É submetido por aqueles que dirigem a economia, a política, e a informação. O indivíduo só se torna sujeito caso de oposição à lógica da dominação social em nome da lógica da liberdade, da livre produção de si próprio. O indivíduo é fruto da sociedade liberal, que está associada à libertação dos desejos e a satisfações das necessidades individuais, rejeitando as imposições coletivas, considerando tudo o que entrava a liberdade de escolha e de comportamento individual como algo ultrapassado. A sociedade liberal prevê a satisfação individual via consumo (sociedade de consumo). Ela substitui o modelo tecnicista e mobilizador da sociedade industrial. A sociedade de consumo ou ultramoderna, como definida por Touraine, afirma que o pensamento, as leis, e os costumes só são modernos se eliminam toda e qualquer referência ao sujeito. A modernidade baseada na ideologia da sociedade de consumo assim definida é materialista. A subjetivação é a penetração do sujeito no indivíduo, ao contrário da submissão do indivíduo. "É através da relação com o outro como sujeito que o indivíduo deixa de ser um elemento de funcionamento do sistema social e se torna criador de si mesmo e produtor da sociedade" (TOURAINÉ, 1992, p. 269).

Diferenciando-se do indivíduo, o sujeito busca, portanto, dar sentido pessoal à existência, para que o indivíduo se transforme em agente inserido nas relações sociais, transformando-as sem se identificar por completo com um grupo ou coletividade. O sujeito é construtor/produtor da sua experiência social, um ser ativo. "O sujeito, tal como eu defino, é um dissidente, um resistente e forma-se no outro extremo da preocupação consigo mesmo, onde a liberdade se defende contra o poder" (TOURAINÉ, 1992, p. 312). O sujeito é aquele que denuncia as lógicas da sociedade de consumo e a ideologia dominante, é dissidente, resistente, e assim se diferencia do indivíduo, que desfruta desta sociedade sem fazer a crítica dela.

O sujeito é um movimento social. Não se constitui na consciência de si próprio, mas na luta contra o anti-sujeito, contra as lógicas de aparelho,

sobretudo quando estas se tornam indústrias culturais e, a fortiori, quando têm objectivos totalitários. [...] É o gesto de recusa, da resistência, que cria o sujeito...E a subjectivação opõe-se sempre à socialização, à adaptação a estatutos e a papéis sociais, mas com a condição de não se fechar numa contracultura da subjectividade e de se envolver, pelo contrário, na luta contra as forças que destroem activamente o sujeito. [...] Nenhuma experiência é mais fundamental do que esta relação com o outro, através da qual um e outro se constituem como sujeitos. Seria, porém, artificial opor esta relação privada à vida pública. Todos os indivíduos são apanhados numa teia de papéis, existem para outrem [...] É estreita a associação entre o sujeito pessoal e o movimento social [...] O sujeito constrói-se, simultaneamente, através da luta contra os aparelhos e do respeito pelo outro como sujeito; o movimento social é a acção coletiva de defesa do sujeito contra o poder do comércio, da empresa e do Estado. [...] Não há sujeito sem envolvimento social, não há movimento social sem apelo direto à liberdade e à responsabilidade do sujeito (TOURAINÉ, 1992, p. 269, 312, 325, 327, 338).

Aqui Touraine caminha no mesmo sentido de Melucci, quando este afirma a relação de coprodução experiência subjetiva e ação coletiva. O sujeito se define pelas relações sociais, as quais são permeadas por ideologias, que acabam definindo o sujeito, ao mesmo tempo em que concorrem com outras ideologias dominantes e não dominantes. Da mesma forma, os sujeitos são definidores das ideologias, já que sem ele não existe ideologia. O sujeito não existe fora dos papéis sociais que desempenha na sociedade, e que o posicionam nos campos sociais diversos em que participa. O que define o sujeito é sua disposição para lutar contra os papéis sociais que lhe são impostos, sua disposição de ser autor da sua história e não se submeter ao lugar que lhe foi reservado. É isso que diferencia o indivíduo e o sujeito.

A noção de sujeito é inseparável da noção de agente, para Touraine. O agente é aquele que modifica o meio material e social no qual está situado, transformando a divisão do trabalho, as formas de decisão ou as alterações culturais. É agente de uma ação social, do movimento social. É agente da sua vida, das suas ideias, dos seus comportamentos. Assume sua autonomia, portanto.

Touraine (1992, p. 283) define o movimento social como “o esforço de um agente colectivo para se apropriar de ‘valores’, das orientações culturais de uma sociedade, opondo-se à acção de um adversário ao qual o ligam a relações de poder.” E complementa, diferenciando movimento social de luta:

um movimento social é, ao mesmo tempo, um conflito social e um projeto cultural [...] visa sempre a realização de valores culturais, bem como a vitória sobre um adversário social. Uma luta reivindicativa não é, em si própria, um movimento social [...]” (TOURAINÉ, 1992, p. 283-285).

Touraine diferencia o movimento social do movimento cultural. Este luta pela transformação de valores, enquanto o movimento social não pode combater o seu adversário se não partilhar com ele orientações de que o controle social é o terreno de combate. Um movimento cultural aparece como pré-condição da formação de um movimento social, considerado assim quando há um conjunto de objetivos com participação de indivíduos numa ação coletiva. Os movimentos sociais, segundo ele (1981, p. 169), “têm necessidade de agentes de transmissão política, simultaneamente agentes de reivindicação e de gestão, animadores da democracia local”. De qualquer forma, os movimentos sociais que se formam na sociedade programada operam uma passagem da ação de defesa à contestação de um poder, afirmação de identidade e denúncia de formas de dominação.

Touraine também diferencia comportamentos coletivos de lutas e movimento sociais, podendo o mesmo conflito se manifestar tanto como comportamento coletivo quanto como luta e movimento social, segundo o autor. O comportamento coletivo se define por ações conflituais que podem ser compreendidas como um esforço de defesa, de *reconstrução ou de adaptação de um elemento doente do sistema social* (quer se trate de um valor, de uma norma, de uma relação de autoridade ou da própria sociedade). Não há consciência do ator, não há projeto. A luta consiste em mecanismos de *modificação de decisões*, portanto fatores de mudança, forças políticas no sentido mais amplo do termo. São ações mais limitadas, pontuais. Não visam à construção de um sistema social. Já o movimento social refere-se a ações conflituais que *procuram transformar as relações de dominação* exercidas sobre os principais recursos culturais – a produção, o conhecimento, as regras éticas. Não é uma resposta ao sistema social, mas quer construir um sistema social. Quer o controle dos modelos culturais, da historicidade. Pode acabar rompendo com o sistema político. Os movimentos sociais manifestam-se quotidianamente nas formas de organização social e cultural.

Um movimento social é uma acção conflitual pela qual certas orientações culturais, um campo de historicidade, são transformados em formas de organização social, definidas tanto por normas culturais gerais como por relações de dominação social. A noção de movimento social não é separável da de classe. Mas o que opõe o movimento social à classe é que esta pode ser definida como uma situação, enquanto o movimento social é uma acção, a acção de um sujeito, isto é, do actor que põe em causa a formação social da historicidade. O movimento social é a acção, ao mesmo tempo culturalmente orientada e socialmente conflitual, de uma classe social definida pela sua posição de dominação ou de dependência no modo de apropriação da historicidade, dos modelos culturais de investimento, de conhecimento e de moralidade, para os quais ele próprio é orientado (TOURAINÉ, 1996, p. 102-104).

Não existe classe sem consciência social de classe e a consciência política, que asseguram a tradução do movimento social em ação política. O movimento social combina a referência a um campo cultural e a consciência de uma relação social de dominação, segundo Touraine¹⁹

A noção de classe social correspondeu a um pensamento historicista. Ela faz assentar a oposição entre dominantes e dominados na oposição entre sociedade e natureza, ou entre passado e futuro. Hoje em dia, pelo contrário, devemos substituir as noções que definiram os agentes por uma situação não social, por outras noções que analisam as situações em termos de agentes e de relações sociais. É por isso que a noção de movimento social deve substituir a de classe social, tal como a análise de ação deve tomar o lugar da análise das situações. Isso não equivale à substituição do facto pela opinião, do objectivo pelo subjectivo, mas sim ao reconhecimento de que o sentido da acção, se nunca se reduz à consciência que dela têm os agentes, é ainda menos independente. Um movimento social não é uma corrente de opinião, uma vez que põe em causa uma relação de poder que se inscreve muito concretamente nas instituições e nas organizações; tem, sim, em vista orientações culturais através das relações do poder e das relações de desigualdade (TOURAINÉ, 1992, p. 289).

Para Touraine, os movimentos sociais devem ser analisados como um campo de ação histórica, no qual o movimento social é um dos atores. Este campo de ação histórico – ou sistema de historicidade – refere-se ao princípio de totalidade que define a natureza dos movimentos sociais, ao lado do princípio da identidade e de oposição. Estes três princípios funcionam como categorias/níveis de análise dos movimentos sociais, sendo o princípio da identidade correspondente ao nível organizacional interno; o princípio de oposição referindo-se a um nível de relação institucional dos movimentos sociais; e o princípio da totalidade correspondendo a um nível de contextualização histórica do movimento social na sociedade onde se insere. Nas condutas de crise do sistema organizacional, o campo de conflito é a própria organização. Aqui a reivindicação do ator se dirige a um interlocutor que detém a autoridade, o poder. A ação coletiva neste caso só nasce se o poder é questionado. A ação que se forma é mais ruptura que transformação. Touraine afirma que o ator é definido no interior de uma organização; ele se refere às suas regras, a seus costumes, a suas necessidades. Nas tensões institucionais

19 “O próprio da ação social é que ela se analisa sempre em termos de relações sociais desiguais (poder, dominação, influência, autoridade); mas as relações sociais nunca ficam completamente ‘abertas’: já dissemos que também se fecham, se transformam em ordem social, mantida por agentes de controle social e cultural e, finalmente, pelo poder do Estado. Esta ordem social é suscetível de, também ela, entrar em crise, sobretudo quando a sua estabilidade se opõe às mudanças do meio ambiente [...] relações sociais e ordem estão sempre em mudança”. “Por detrás da aparência de ordem, sobrevivem sempre relações sociais de dominação e de contestação” (TOURAINÉ, 1996, p. 109).

o sistema institucional tem por produto decisões definindo o quadro de ação das organizações. Os atores são forças sociais tentando exercer uma certa influência sobre decisões de importância para a coletividade. A ação da força social se define por quatro componentes fundamentais: o reconhecimento dos limites da ação; uma força social visa a melhorar sua posição relativa em relação a outras forças sociais no sistema de influência; cada força social elabora uma estratégia de ação, já que tem problemas tão diferenciados quanto aqueles que a sociedade trata com seu sistema político; e a ação de uma força social está orientada para uma decisão a ser tomada. As forças sociais solicitam participar da tomada de decisões. Como para Touraine as sociedades não se definem pelo seu funcionamento, mas pela capacidade de se transformarem, o autor chamou de historicidade a ação de transformação da sociedade sobre si mesma. Ação social no seu sentido histórico refere-se a um sistema de orientações culturais de uma ordem dada e os recursos de organização para superar o modelo cultural vigente. A ação historiciza-se quando impõe orientações outras para a prática social, afetando o funcionamento da sociedade. Ou seja, quando propõe um novo modelo de desenvolvimento.

O seu primeiro elemento é o modelo cultural, modelo de desenvolvimento ao qual está associado um princípio de hierarquização que transforma este movimento em ordem social. A este subconjunto de orientações junta-se e opõe-se um subconjunto de recursos: por um lado o modelo cultural encarna-se sob a forma de mobilização da qual a divisão do trabalho é o aspecto mais político; por outro, modelo cultural e hierarquização suscitam necessidades que resistem ao mesmo tempo às suas orientações. Em nenhuma sociedade o sistema de acção pode ser reduzido a uma ordenação dos recursos, das formas de organização e das necessidades, mesmo quando se trate de sociedades que exercem uma muito fraca acção sobre si próprias. Inversamente, as sociedades mais avançadas economicamente não são nunca inteiramente senhoras de si mesmas: encontram sempre a resistência 'natural' das formas de organização e também das necessidades. É por esta razão que todas as sociedades se encontram divididas por orientações opostas e não comandadas por um corpo central de valores. Uma sociedade pós-industrial é orientada por um modelo cultural a que chamamos desenvolvimento, mas também é orientada por um tipo de 'necessidades' a que podemos chamar gozo ou busca de identidade [...] esta sociedade de desenvolvimento é também uma sociedade de consumo [...]

também um sistema de hierarquização e portanto barreiras sociais de um tipo novo [...] (TOURAINÉ, 1982, p. 100).²⁰

Para o autor, os movimentos sociais caracterizam-se por serem inovadores, anteciparem novas formas de organização social e de decisão política, e constituírem-se ações de historicidade. Enquanto condutas desviantes, os movimentos sociais, no entanto, podem vir a se tornar dominantes, já que há sempre um jogo de forças sociais entre as forças de controle e as forças desviantes. É dessa dinâmica que se oxigena o sistema social: de mudanças e de manutenção de determinados quadros estruturais, os quais definem um campo cultural e as relações de classes. E aí reside a questão central de análise dos movimentos sociais, para Touraine: tentar compreender como a mudança pode ser simultaneamente continuidade e descontinuidade, como o futuro se forma no presente, mesmo o negando.

Melucci e a natureza comunicacional da ação social

Alberto Melucci aborda a problemática dos movimentos sociais a partir da dimensão cultural da ação social, sendo esta entendida a partir da sua natureza comunicacional. O autor afirma que “conflitos sociais mobilizam atores que lutam para se apropriar da possibilidade de dar sentido ao seu agir; atores que buscam tornar-se sujeito da própria ação e de produzir significados autônomos [...]” (MELUCCI, 2001, p. 9). Os processos de mudanças sociais contemporâneos implicam em novas formas de conflito e de ação coletiva, que interagem com as dimensões individuais e com a experiência subjetiva. A decomposição analítica dos elementos da ação social leva ao reconhecimento das heterogeneidades de diversas naturezas de que são feitos os fenômenos

20 A noção de sistema utilizada por Touraine não se choca com a perspectiva dos campos sociais que utilizamos nesta pesquisa, pois para Touraine os sistemas sociais são abertos, ultrapassam a reprodução e asseguram a produção da sociedade sobre si própria, assim como têm diferentes níveis de funcionamento. A sociedade se constituiria de sistemas distribuídos hierarquicamente, onde cada um goza de uma certa autonomia. “A sociedade aparece, assim, como uma hierarquia de sistemas de naturezas diferentes, e não como um sistema global dotado de um sistema geral de regulação. Cada sistema possui uma certa autonomia, ao mesmo tempo que é comandado pelos sistemas mais elevados e representa para eles um condicionamento. [...] O sistema da historicidade é, na realidade, a projecção da dupla dialéctica das classes sociais sobre o sistema de acção histórica; ele é, simultaneamente, um sistema de actores e um sistema de orientações. O sistema político é autónomo, porque é definido por uma colectividade política, por uma unidade social concreta, que não corresponde directamente a um sistema de historicidade: uma formação social não é um modo de produção, mas está subordinada à historicidade, isto é, simultaneamente aos limites de um sistema de acção histórica e a um modo de dominação exercido pela classe dirigente. Do mesmo modo, uma organização – ou uma sociedade local ou nacional, considerada como organização – possui uma certa autonomia, que é a de um conjunto, cujas partes são interdependentes, mas subordinadas ao poder. Este é a projecção da dominação social sobre esta unidade concreta e comanda as relações de autoridade. A organização está também submetida às decisões do sistema político, que afectam igualmente a autoridade na organização [...]” (TOURAINÉ, 1982, p. 103-104).

coletivos, e que acabam produzindo novas formas de poder, de violência e de injustiça. Os movimentos podem ser observados enquanto

[...] sistemas de ações, redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação social. A identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atores. Processos de mobilização, formas organizativas, modelos de liderança, ideologias e formas de comunicação são níveis de análises significativos para reconstruir internamente o sistema de ação que constitui o ator coletivo. Mas, também, as relações com o exterior, com os concorrentes, aliados, adversários e, em particular, as respostas do sistema político e dos aparatos de controle social, definem um campo de oportunidade e de vínculos dentro do qual um ator coletivo se forma, se mantém ou se modifica no tempo (MELUCCI, 2001, p. 23).

A proposta metodológica de Melucci enquadra-se no paradigma da complexidade. O autor propõe que se busque a compreensão da multiplicidade de elementos que se combinam nas formas de ação coletiva, os quais “dizem respeito aos diversos níveis da estrutura social, que implicam diversas orientações, que pertencem a fases históricas diversas” (MELUCCI, 2001, p. 25). Noutras palavras, ele trata das matrizes culturais diversas, que se cruzam na ação social coletiva, formando uma unidade complexa. Para Melucci, é necessário interrogar o dado para ver como esta heterogeneidade se constitui como uma unidade para a ação do movimento social. Como se negociam internamente os sentidos, que fluxos comunicacionais participam desta negociação, qual o padrão da rede comunicacional interna do movimento social, e como este padrão interage com os padrões comunicacionais das forças sociais externas.

Os conflitos se desenvolvem naquelas áreas do sistema diretamente investidas pelos fluxos informativos e simbólicos mais intensos e, ao mesmo tempo, submetidas às maiores pressões para a conformidade. Os atores destes conflitos são provisórios e a sua ação opera como reveladora, anunciando para a sociedade os dilemas cruciais que a atravessam (MELUCCI, 2001, p. 27).

Para Melucci, os sinais são intercambiáveis, e o poder se situa nas linguagens e nos códigos que organizam os fluxos de informação, em que a própria ação coletiva representa uma mensagem enviada para a sociedade. A natureza da ação do movimento social é, portanto, comunicacional. Assim como a ação coletiva revela dilemas e conflitos da sociedade em que se insere, também interferem na definição do ator social de si mesmo, e na reapropriação do sentido do agir individual e coletivo. Ou seja, a ação coletiva comunica tanto para a subjetividade do ator social quanto para o contexto social em que se insere o movimento em que ele participa, variando o significado da ação

conforme o sistema de relações sociais ao qual a ação faz referência, e conforme a natureza do conflito.

Melucci entende que o movimento social é expressão de um conflito, o qual é uma ação coletiva e solidária em busca do rompimento dos limites do sistema; que a ação de um movimento social depende do sistema de relações no qual se situa e à qual se refere; que as ações do movimento colocam em circulação uma pluralidade de significados; e que cada movimento constitui-se um sistema de ação em si.

A partir desses pressupostos, Melucci propõe alguns princípios para a análise dos movimentos sociais: 1) um movimento social não é a resposta a uma crise, mas a expressão de um conflito. Um conflito supõe a luta de dois atores pela apropriação dos mesmos recursos (que podem ser de ordem simbólica, material, social, política, econômica etc). A crise, por sua vez, refere-se a processos de desagregação de um sistema, que induz a reações tendendo ao restabelecimento do equilíbrio; 2) um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere. Estes três aspectos funcionam como três eixos de análise da ação coletiva; 3) o campo analítico da ação de um movimento social depende do sistema de relações no qual tal ação coletiva se situa e à qual se refere. Os sistemas de relações constituem estruturas analíticas, formas específicas de relações sociais, que se referem a aspectos produtivos, políticos, organizativos etc; 4) todo movimento concreto contém sempre uma pluralidade de significados analíticos. Ou seja, um movimento é uma realidade histórica complexa e heterogênea, em que, no seu interior, encontram-se significados de ação de diversas naturezas, que envolvem uma série de problemas, atores, objetivos. A decomposição dos elementos que constituem essa pluralidade deve ser analisada para compreender a ação coletiva dada.

O modo pelo qual o sistema atingido pela ação coletiva responde à pressão conflitual é um primeiro indicador do significado de tal ação. [...] Os interesses afetados reagem no ponto em que se sentem ameaçados[...];

5) Cada movimento é um sistema de ação.

A ação coletiva é um sistema de ação multipolar que combina orientações diversas, envolvendo atores múltiplos e implica um sistema de oportunidades e de vínculos que dá forma às suas relações [...]. A definição que os atores constroem não é linear, mas produzida por meio de interação, da negociação, da oposição entre orientações diversas (MELUCCI, 2001, p. 46).

Os atores formam um 'nós', ajustando três ordens de orientações interdependentes: relativas aos fins da ação, aos meios e às relações com o ambiente. Respectivamente, referem-se aos objetivos, aos recursos e aos limites. Estes três aspectos são movimentados por contínuas tensões, em

que ocorrem negociações e renegociações constantes. A forma organizativa da ação refere-se a como o ator coletivo/movimento social tenta dar uma unidade a essas contradições e complexidades de que é formado. A ação tem de ser considerada como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, que correspondem, respectivamente, a orientações e oportunidades e coerções sistêmicas.

Uma ação coletiva não pode ser explicada sem levar em conta como os recursos internos e externos são mobilizados, como as estruturas organizativas são constituídas e mantidas, como as funções de liderança são garantidas. O que é empiricamente chamado de movimento social é um sistema de ação que liga orientações e significados plurais. Uma ação coletiva singular ou um evento de protesto, além disso, contém tipos diferentes de comportamento e as análises têm de romper sua aparente unidade e descobrir os vários elementos nela convergentes e possivelmente tendo diferentes 'consequências' (MELUCCI, 2001, p. 56).

Melucci propõe, portanto, usar o conflito, a solidariedade e o rompimento dos limites do sistema como macrodimensões analíticas básicas. Entende por conflito a relação entre atores opostos lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão um valor; solidariedade como a capacidade dos atores partilharem uma identidade coletiva (isto é, a capacidade de reconhecer e ser reconhecido como uma parte da mesma unidade social); e os limites indicam o espectro de variações tolerado dentro de sua estrutura existente. Ou seja, o movimento social é uma ação coletiva baseada na solidariedade, se desenvolve a partir de um conflito, e tem como fim romper com os limites do sistema em que ocorre a ação. Nesse processo, a informação é o recurso fundamental.

Somos continuamente chamados a produzir, através de nossas escolhas e decisões, as relações e o campo de nossa própria ação social. Isto significa que a vida social perde sempre o seu caráter natural, seu caráter de dado objetivo, e se torna sempre mais um produto de ações e relações. Neste campo assim definido, o recurso fundamental que circula neste sistema é o recurso da informação. Informação é o recurso essencial para fazer funcionar sistemas complexos caracterizado pela incerteza. Reduzimos a incerteza produzindo informações, e nossas decisões modificam continuamente aquelas informações disponíveis [...] os conflitos sociais mudam de natureza, mudam de qualidade. Os conflitos da sociedade industrial...eram conflitos que se articulavam em torno de dois elementos fundamentais: de classe e de exclusão da cidadania. [...] na sociedade contemporânea, coexistem conflitos pós-industriais, e conflitos propriamente típicos da sociedade industrial, bem como conflitos que são descontínuos, diversos qualitativamente daqueles precedentes [...]. São conflitos que dizem respeito à capacidade ou à possibilidade dos atores de definirem o sentido das suas ações. Num sistema complexo [...] os atores para poderem se mover neste sistema, para poderem decidir, escolher, passar de um sistema a outro, transferir no tempo suas

capacidades, reduzir o campo de possibilidades, devem dispor de recursos que lhe permitam moverem-se como sujeitos autônomos da ação [...] recursos de educação, conhecimento e informação: são recursos do tipo cognitivo, relacional, comunicativo que permitem a esses sujeitos tanto individuais, quanto sujeitos coletivos, de agirem como sujeitos autônomos capazes autonomamente de produzir, receber e trocar informações (MELUCCI, 1996a, p. 23-25).

Uma multiplicidade de grupos sociais, com interesses diferenciados e muitas vezes antagônicos, entrelaça-se nas sociedades complexas. Nesse sentido, é importante levar em conta os fatores externos como determinantes da mudança de um sistema.²¹ O sistema de ação de um movimento social específico intercambia com o sistema social em que está inserido, formando-se uma relação de interdependência entre um e outro, alimentada por trocas simbólicas que trabalham na formação da identidade dos sujeitos do movimento social via relações que são, em última instância, relações de comunicação. A tese de Melucci é que:

[...] a transformação do ambiente ocorre junto com a produção de sentido e de relações, mediadas simbolicamente. A produção comporta, portanto, um reconhecimento do produto como resultado da ação e do produtor [...]. A produção é uma relação social que implica o reconhecimento recíproco da identidade dos produtores, tornando possível, sobre esta base, a troca [...]. Uma teoria da produção social comporta, portanto, uma teoria da identidade (MELUCCI, 2001, p. 50).

Ao propor que os movimentos sociais sejam examinados como sistemas de ação, Melucci aponta para a necessidade de não se valorizar inteiramente o que os movimentos dizem de si mesmos, mas tentando descobrir o sistema de relações internas e externas que constituem a ação. Ou seja, as relações que o constituem internamente como uma organização social, que se relaciona com outras dentro de um campo social específico, dos movimentos sociais contemporâneos, e também nas suas interações com outros campos sociais, como nos propomos. Um das mais importantes contribuições do pensamento de Melucci para a nossa análise é sua percepção dos atores sociais enquanto “terminais efetivos de redes informacionais complexas”.

21 “A intervenção de fatores externos aumenta, obviamente, a ameaça de desequilíbrio e multiplica as exigências de regulação. É aqui que a noção de contradição, despojada dos seus traços determinísticos, torna-se utilizável. Defino a contradição como a incompatibilidade entre elementos ou partes de um sistema [...]. Incompatibilidade entre elementos no interior de um certo sistema específico (por exemplo, no interior do sistema político ou de uma organização) e incompatibilidade entre sistemas diversos são os fatores de ativação dos movimentos sociais e das outras formas de ação coletiva.” (MELUCCI, 2001, p. 54).

Os conflitos sociais saem do tradicional sistema econômico-industrial para as áreas culturais: eles afetam a identidade pessoal, o tempo e o espaço da vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual. Os conflitos revelam uma mudança maior na estrutura dos sistemas complexos e novas contradições aparecem, afetando sua lógica fundamental. Por um lado, sistemas altamente diferenciados produzem cada vez mais e distribuem recursos pela individualização, pela auto-realização, por uma construção autônoma das identidades pessoais e coletivas. E isso é porque os sistemas complexos são sistemas informacionais e não podem sobreviver sem assumir uma certa capacidade autônoma nos elementos individuais, que tem de ser capazes de produzir e receber informação. Consequentemente, o sistema deve aperfeiçoar a autonomia dos indivíduos e grupos e sua capacidade para se tornarem terminais efetivos de redes informacionais complexas (MELUCCI, 1989, p. 59).

É a partir dos anos 80 que os movimentos sociais e suas formas de ação se redefinem intensificando investimentos informacionais e simbólicos. As funções dos atores dos movimentos sociais passam a ser revelar projetos, e anunciar para a sociedade problemas fundamentais.

Eles são uma espécie de nova mídia (Marx & Holzner, 1977; Sassoon, 1984). Eles não lutam meramente por bens materiais ou para aumentar sua participação no sistema. Eles lutam por projetos simbólicos e culturais, por um significado e uma orientação diferentes da ação social. Eles tentam mudar as vidas das pessoas, acreditam que a gente pode mudar nossa vida cotidiana quando lutamos por mudanças mais gerais da sociedade (MELUCCI, 1989, p. 59).

Esses sujeitos que podemos chamar de sociomidiáticos acabam determinando a forma de organização dos movimentos sociais contemporâneos, que entrelaçam questões relativas à política da vida e à política emancipatória. Melucci também entende os movimentos sociais como redes de movimentos ou áreas de movimentos – redes de grupos partilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva. Para Melucci, os movimentos sociais mudam suas formas de organização em relação aos movimentos tradicionais, constituindo, além das relações formais, redes de relações informais. Isso resulta em uma autonomia crescente em relação aos sistemas políticos, o que determina a criação de um espaço próprio para a ação coletiva nas sociedades complexas. É o espaço de convergência dos comportamentos diferentes que não são integrados no sistema. O movimento é uma rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana. Uma rede em que pessoas e informações circulam constituindo um sistema de troca. Esta forma de organização permite associação múltipla, militância parcial e de curta duração, envolvimento pessoal e solidariedade afetiva como condição de participação. Essa forma do campo dos movimentos sociais se organizar funciona como uma mensagem. Nesse sentido, o autor

aponta para a configuração de um novo espaço político constituindo-se como um espaço público intermediário – que se distingue tanto do espaço político tradicional, representado pelo Estado, quanto da sociedade civil – cuja função é “fazer a sociedade ouvir suas mensagens e traduzir suas reivindicações na tomada de decisão política, enquanto os movimentos mantêm sua autonomia” (MELUCCI, 1989, p. 64).

Esta necessidade apontada por Melucci, de os movimentos sociais contemporâneos terem atores sociais que se constituam nestas espécies de “*novos mídia*” é atendida pelos movimentos socioambientais de diferentes tempos e espaços: como os mexicanos Zapatistas com o Subcomandante Marcos; os primeiros movimentos socioambientais gaúcho, exemplo da Agapan com Lutzemberger, e o Movimento Roessler na sua primeira fase, com o próprio Roessler; e mais recentemente com o Centro de Educação Ambiental Vila Pinto, com a sua líder. Esses atores sociais foram responsáveis pela tecelagem de uma matriz sociomidiática, ou seja, uma matriz midiática dentro do movimento social contemporâneo. Esses líderes sociais assumiram a autonomia em relação à gestão dos recursos informativos. Segundo Melucci (1996b, p. 26-27),

[...] o poder que se exerce num sistema complexo, é um poder que se exerce nos códigos e na linguagem que organiza o sistema. [...] o campo de conflitos sociais emergentes nas sociedades complexas [...]. Trata-se de conflitos cujo núcleo é centrado nos recursos de informações, do modo como os recursos são produzidos, distribuídos para os sujeitos e, da forma como o poder e o controle se exercem na sociedade. Nestes conflitos se opõem grupos sociais, atores que reivindicam autonomia da sua capacidade de produzir o sentido para seu agir, para a sua identidade, para o seu projeto de vida, para suas escolhas e aparatos sempre mais neutros, sempre mais pessoais, que distribui códigos de linguagem, códigos da forma de organização do conhecimento, que são impostos aos indivíduos e aos grupos e organizam o seu comportamento, organizam as escolhas o seu modo de pensar. [...] Os conflitos sociais que emergem

na sociedade complexa, são conflitos que investem na esfera da vida cotidiana.²²

Para Melucci (1996), a sociedade contemporânea caracteriza-se pelo: 1) recurso da informação como constituinte da experiência humana, afetando a maioria das nossas atividades cotidianas; 2) pela planetarização do sistema, que se tornou um espaço único e planetário, a interdependência global do fenômeno social; 3) pela natureza simbólica do recurso da informação; 4) e pela capacidade de se utilizar a informação como recurso reflexivo. Possuir e controlar a informação, enquanto recurso, é essencial para controlar ou possuir os códigos que organizam o sentido da realidade social. O acesso aos códigos informativos tem moldado novas formas e estruturas do poder, que se refere ao controle na criação dos significados. A democracia interna no uso dos recursos informativos é tão fundamental quanto o uso dos recursos informativos externamente, o que corresponde à interação comunicacional com outros campos sociais e, também, ao processo de midiaticização. Midiaticizar-se é ter acesso a estas novas formas de poder: o poder de determinar os sentidos da realidade no espaço público midiático, o que se refere à habilidade de atribuir e produzir o sentido dos nossos planos, sonhos, ações. Trata-se de um poder relativo ao capital simbólico.

[...] o fato mesmo de tomar posse de informação permite a reconstrução e recriação contínua de novos códigos. Portanto, essas formas de poder estão constantemente em funcionamento, na tentativa de impor sentido à sua ação e de nomear a realidade. Trate-se de riqueza ou de questões ambientais, o modo como a questão é nomeada, especificada e definida é, desde já, uma questão fundamental, porque condiciona as opções políticas e econômicas, e as decisões de alocar recursos de um modo ou de outro. Os grandes temas científicos atuais voltam-se em grande medida ao modo como os problemas são formulados. Está claro que esse controle de diferentes tipos de linguagem, ao lado dos debates sobre linguagem e as controvérsias sobre a possibilidade de nomeação, está se tornando central para diversos campos da vida social (MELUCCI, 1996c, p. 204)

22 Os conflitos a que o autor se refere são da ordem da subjetividade, diferentes do sistema de referência da sociedade industrial, que se referiam a atores em relação à estrutura produtiva (classe social) e à relação de inclusão e exclusão destes mesmos atores em relação ao sistema político do Estado (cidadania). Na sociedade contemporânea, novas formas de poder e de domínio estão incorporando-se às formas já existentes na estrutura social das sociedades industriais do tipo capitalista. Ou seja, novas formas de poder e ação coletiva social se incorporam a outras já existentes. Assim também os conflitos que caracterizam as sociedades industriais capitalistas e as sociedades modernas, planetárias, globais podem manifestar-se intrincadamente. É o que percebemos no CEA, que, na sua trajetória, incorpora conflitos de ordem da classe, da cidadania, da subjetividade e outras que abordaremos com profundidade nos capítulos subsequentes. Ou seja, trata-se de dois níveis de necessidades políticas: da política da vida e de emancipação, conforme abordado por Giddens.

Para entender os movimentos sociais enquanto ações coletivas contemporâneas devemos, portanto, levar em conta os intensos fluxos de informação em que os indivíduos estão inseridos, que se referem à expansão do campo simbólico em comparação com as capacidades de ação e escolhas da vida cotidiana. Melucci mostrava-se convencido de que os movimentos sociais contemporâneos voltam-se a questões fundamentalmente transnacionais, planetárias, globais, relativas à diversidade de espaços e temporalidades culturais humanas, em que a informação coloca-se como o recurso fundamental para produzir, trocar e comunicar. Os indivíduos funcionam como terminais de redes de informações. Os recursos informativos são distribuídos e individualizados, dados, sentidos, pelos sujeitos, por meio do que são moldadas as identidades. Sobre o papel da comunicação na individualização dos sentidos e a construção de um nível coletivo a partir desse processo individual, Melucci escreve que se trata de um processo ambivalente.

[...] vejo o processo de individualização como extremamente ambivalente: de um lado, eles são processos que sustentam a autonomia, a auto-definição, a possibilidade de meta-cognição e de meta-comunicação, ou seja, a habilidade de aprender a aprender, o processo em 'enésimo' grau que fortalece a autonomia individual; porém, de outro lado, esses processos são extremamente frágeis, já que são expostos a manipulações por códigos externos, os quais são impostos e frequentemente invisíveis. Tudo o que pertence a essa fronteira delicada entre os níveis individual e coletivo, o individual e o societal, é, em minha opinião, uma área de pesquisa e de reflexão crítica extremamente interessante para os sociólogos contemporâneos. É aí que muitas das vezes que são importantes para o nível 'coletivo' acontecem, não no nível 'psicológico', no sentido individualista e estrito do termo, mas como uma subjetivação rica dos fatos sociais (MELUCCI, 1996c, p. 210).

Melucci chama atenção para o fato de que, mesmo com a generalização dos sistemas de informação, a disponibilidade dos recursos simbólicos acabou por gerar desigualdades de acesso aos bens simbólicos, a exemplo da desigualdade de acesso aos bens materiais que caracterizava as sociedades tradicionais, e também as industriais. Novas formas de controle, manipulação e exclusão manifestam-se na estrutura social contemporânea que explicitam maiores complexidades também nas estruturas de dominação. Essa situação determina, por sua vez, a base para novos conflitos, em que se interpenetram questões individuais e coletivas. Os atores esforçam-se para construir seus próprios sentidos, usando os recursos à sua disposição. Os movimentos sociais surgem do esforço autônomo de construção feito por indivíduos e grupos diante das lógicas de dominação. Movimentos sociais são, assim,

[...] fenômenos compostos de elementos numerosos e variados [...] sua possível novidade reside na habilidade de dar forma aos problemas fundamentais da sociedade pós-industrial, complexa, ou como quer que seja nomeada [...] as

coisas existem porque são nomeadas e pelo modo como são nomeadas, as formas mesmo das linguagens e do conhecimento são uma parte integrante dos conflitos sociais e participa de modo pleno na construção do campo e na relação com seus atores, os quais devem ser vistos, simultaneamente, como objetos de conhecimento [...]. Esse modo de nomeação ou construção de sentido que ocorre em atores individuais tanto como nas redes subjacentes que penetram a vida cotidiana me parece ser o aspecto mais importante dos movimentos sociais contemporâneos. No entanto, para que a nomeação individual, ou invisível, produza mobilização, ela deve se tornar política. A ação coletiva, repitamos, não começa necessariamente em organizações, mas em grupos, redes, correntes informais de pessoas inter-relacionadas que não são, portanto, indivíduos isolados, mas fazem, desde já, parte de uma rede. Quando falamos de movimentos, este é o nível a que deveríamos nos referir, o que está envolvido aqui é algo mais que indivíduos alimentando questões sociais. Redes já são apresentadas aqui, mas elas não são diretamente extrovertidas e dirigidas à ação pública, e são frequentemente desprezadas por aqueles que estudam movimentos sociais (MELUCCI, 1996c, p. 218-219).

Para Melucci, a influência dos movimentos sociais vai além dos efeitos políticos produzidos por eles, dando-se de forma direta sobre os sistemas políticos, obrigando-os a alguma reação, seja transformando as formas de participação política ou mudando regras do sistema. E, também, de forma indireta, se referem a mudanças nas formas de organização, produção de novas elites políticas, assimilação de novas linguagens (por exemplo, incorporando preocupações ecológicas no discurso, com a igualdade de gênero). O conhecimento pode ser crítico, segundo o autor, na medida em que se referir à contribuição dos intelectuais no processo de nomeação para além dos significados impostos por forças exteriores, produzindo-se e reconhecendo-se novos significados para a vida individual e coletiva (MELUCCI, 1994, p. 155).²³

Ao nomear criticamente a realidade social – seja enquanto pesquisador, separador, liderança social –, o sujeito estabelece uma ponte entre a experiência subjetiva e a rede de relações sociais. Ao integrar redes comunicativas, os sujeitos sociais descobrem formas de participação e de ação social, condição para a vida em sociedade. Ao nos situarmos em meio às relações sociais, em que exercitamos nossa capacidade de falar e agir, construímos nossa identidade, num processo contínuo.

23 “Os movimentos sociais constituem aquela parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas sociais, onde a ação é a portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e do seu sentido. Ao menos para mim, eles não constituem um simples objeto social e sim uma lente através da qual problemas mais gerais podem ser abordados. Estudar os movimentos sociais significou para mim questionar a teoria social e lidar com questões epistemológicas tais como: o que é ação social? Como as pessoas se inter-relacionam? O que significa ser um observador? Em que sentido o conhecimento pode ser crítico?”.

Nas ciências sociais contemporâneas emerge com força a ideia de que o indivíduo e sistema se constituem reciprocamente e que o sujeito não se torna consciente de si se não na relação-delimitação a respeito de um ambiente externo. A identidade define, portanto, a nossa capacidade de falar e de agir diferenciando-nos dos outros e ficando nós mesmos. Mas a autoidentificação deve possuir um reconhecimento intersubjetivo para poder fundar a nossa identidade. A possibilidade de distinguir-se dos outros deve ser reconhecida por esses outros. Portanto, a nossa unidade pessoal, que é produzida e mantida pela autoidentificação, se apóia por sua vez sobre o pertencimento de um grupo, sobre a possibilidade de nos situar no interior de um sistema de relações. Ninguém pode construir a sua identidade independentemente das identificações que os outros lhe enviam. Cada um deve supor que a sua distinção dos outros seja cada vez reconhecida e que tenha reciprocidade no reconhecimento intersubjetivo (MELUCCI, 1994, p. 31-32).

A identidade de um grupo – coletiva – regula, por sua vez, o pertencimento dos indivíduos ao grupo, definindo os requisitos para fazer parte do grupo, os critérios para reconhecer-se e para serem reconhecidos como membros.

[...] a identidade supõe a capacidade de reflexão sobre nós mesmos...a nossa identidade se fundamenta, sobretudo em uma relação social, e para que aja identidade deve ter interação, reconhecimento recíproco entre nós e os outros, então a identidade contém uma tensão irrisória e impossível de resolver entre a definição que damos de nós mesmos e o reconhecimento que os outros nos dão. A identidade comporta uma diferença entre a autoidentificação e a identificação que nos vem dos externos (MELUCCI, 1994, p. 34).

A identidade estabelece uma relação de reconhecimento da autoidentificação via processo comunicacional, em que o nosso discurso sobre nós mesmos (seja sujeito individual ou grupal) busca o reconhecimento no discurso do outro (seja ele a organização ao qual o grupo pertence, uma instância governamental ou o campo do movimento social). O conflito se dá quando não há reciprocidade na interação, quando um se recusa a reconhecer o outro, quando a nossa identidade é negada. Mas, ao mesmo tempo, é no conflito que encontramos a solidariedade de outros grupos, o que reforça a nossa identidade. As redes solidárias que se formam de movimentos sociais ajudam a suportar os conflitos identitários que surgem entre os grupos sociais, numa sociedade diferenciada e mutável. Na sociedade da informação, marcada por uma potência tecnológica que dilata continuamente os limites das possibilidades simbólicas e de representação da realidade, segundo Melucci, não conseguimos mais discernir entre imagens e realidade – expressão e representação. Tornamo-nos os “nômades do presente”.

Nos (*sic*) encontramos, pois, envolvidos em uma pluralidade de pertencimentos que brotam da multiplicação das posições sociais, das

redes associativas, dos grupos de referência. Entramos e saímos destes sistemas muito mais frequentemente e mais rápido que no passado. Animais migrantes nos labirintos das metrópoles, viajantes do planeta, nômades do presente. Participamos da realidade e no imaginário de uma infinidade de mundos. Alguns desses, caracterizados por uma cultura, uma linguagem, um conjunto de papéis e regras, o qual devemos nos adaptar cada vez que migramos de um a outro. Isto leva a uma pressão constante à mudança, à transferência, a traduzir aquilo que éramos, um instante antes, em novos códigos e novas formas de relações. Nos (*sic*) transformamos em terminais sensíveis, emissores e receptores de uma quantidade de informações [...]. O ritmo da mudança sofre uma aceleração extraordinária. A multiplicação dos nossos pertencimentos sociais, a quantidade excedente de possibilidade e de mensagens alargam desmedidamente o campo da nossa experiência. Enfraquecem-se as referências tradicionais que forneciam a possibilidade de nos identificar (família, igreja, partido, raça, classe) (MELUCCI, 1994, p. 43).

Em relação às referências tradicionais, elas não necessariamente se enfraquecem. Mas a forma de trabalhar esses pertencimentos tradicionais modifica-se. A construção da individualidade de um eu múltiplo, abordada por Melucci, tem paralelo com a identidade coletiva múltipla, que se dá a partir da interação com múltiplos sujeitos de campos sociais diversos possibilitados na sociedade complexa, o que se revela na necessidade de reconhecimentos e diferenciações identitárias também múltiplas. O processo de construção da identidade se complexifica pela ampliação dos espaços e tempos de interações, possibilitados pelas tecnologias de informação. Conversamos muito mais e com muito mais pessoas ou grupos de espaços diferenciados nas sociedades complexas. Pertencemos e deixamos de pertencer muito rapidamente aos grupos de referência, o que nos torna nômades do presente da sociedade complexa. Para poder viver esta multiplicidade de tempos e espaços é solicitada aos sujeitos sociais uma capacidade de metamorfose que percebemos como uma característica do comportamento da líder do CEA: sua capacidade de conectar muito rapidamente a cultura desenvolvida dentro da sociedade tradicional da infância com a cultura da sociedade complexa onde atua.

Melucci (1994), assim, coloca a identidade como um campo dinâmico de possibilidades de construções. A identidade é uma “organização processual de diversos sistemas de relações”, em que a responsabilidade de cada um é construir o seu lugar no mundo. A identidade torna-se o resultado de um processo de negociação, ajustamento, entre as partes de um eu múltiplo.

A negociação comporta contínuo ajustamento da perspectiva temporal e a capacidade de tecer novamente, pelo presente, a ligação entre memória e projeto. Enfim, a nossa identidade compreende também a negociação entre os diversos sistemas de relações e diversos sistemas de si. Aquilo que somos não depende somente da nossa intenção, mas das relações da qual nossas intenções se situam. A responsabilidade não olha somente intencionalidade

do sujeito, mas também os efeitos que a nossa ação produz nos sistemas de relação da qual fazemos parte e os vínculos que destes recebemos. Somos, portanto, também as nossas relações, aquelas que aceitamos ou refutamos, aquelas que nos limitam e aquelas que enriquecem. Se atentarmos para a negociação a nossa identidade se apresenta como um processo, da qual nada é definitivamente perdido e nada é definitivamente adquirido. Portanto, aquela que se abre é uma experiência de si na qual a provisoriedade e a reversibilidade se tornam constitutivas da experiência. Não no sentido da identidade ser precária e transitória, mas no sentido que essa depende das nossas escolhas (MELUCCI, 1994, p. 49-50).

A ação do movimento social, segundo Melucci, pode ser, portanto, analisada a partir de relações internas da organização e externas, com outros grupos. Nesse sentido, há uma convergência com o pensamento de Touraine, que propõe como categorias de análise a identidade que a organização social constrói (contexto organizacional interno), e as relações institucionais (contexto entre campos sociais), devendo estas relações ser contextualizadas historicamente na sociedade em que acontece o movimento social. Estas e outras questões são abordadas por pesquisadoras dos movimentos sociais no Brasil, entre elas Scherer-Warren e Gohn, que trabalham com as relações entre a os movimentos sociais e o contexto sociocultural em que acontecem.

Os movimentos sociais brasileiros e as redes de cidadania

Quando, nos anos 90, a realidade da globalização da economia e as políticas neoliberais avançam no mundo, no Brasil a realidade não é diferente. Como consequência do desemprego, o mercado de emprego informal cresce, e a exclusão se alastra.

O processo de urbanização acelerada no mundo está fazendo surgir arquipélagos formados pelas ilhas de modernidade e bem estar, cercados por um oceano de exclusão, cidades onde impera a miséria (GOHN, 2000, p. 85).

Ou seja, ilhas de consumo e produção de resíduos, e outras de separação e venda para poder consumir para a sobrevivência, e se inserir pelo menos no grupo daqueles que sobrevivem. Ambientes de desemprego, baixos salários e falta de justiça representam comunidades que se organizam em uma sociedade de baixo capital social.

[...] diminuir os índices de violência, melhorar a qualidade de vida e de relacionamento entre as pessoas etc., são fatos que dependem não apenas da melhoria da situação econômica, mas também da capacidade da sociedade aumentar seu capital social. Apenas se estiver ligado a uma vida associativa o indivíduo aprende a discutir, tomar decisões e assumir responsabilidades.

Não adianta esperar que o Estado crie ou desenvolva este associativismo. É a própria sociedade civil que deve impulsioná-lo (GOHN, 2000, p. 90).

Gohn caracteriza a cultura das organizações não governamentais (ONGs) brasileiras nos anos 90 como resultado da herança de características de movimentos sociais dos anos 70 e 80, que se dividiam, basicamente, como militantes e propositivos. São ONGs que trabalham e produzem capitais sociais distintos. Tanto uma quanto a outra tem ampliado o campo de ação coletiva da sociedade civil. Assim como contribuem para a construção da cidadania, desenvolvem o sentimento de pertencimento e responsabilidade social de indivíduos e grupos, além de gerar um campo de sociabilidade importante no cotidiano de muitas pessoas via cursos, oficinas etc. Esta caracterização serve-nos na medida em que percebemos que o CEA, assim como inúmeras organizações sociais que surgem no Brasil dos anos 90, é um híbrido delas. O CEA constitui uma cultura própria enquanto organização social que faz parte do campo dos movimentos sociais. Trata-se de uma cultura de margem, fronteira, já que mescla matrizes das ONGs militantes (privilegiam temas políticos: democratização, direitos, cidadania, justiça social, ética etc.) e propositivas (privilegiam como ideias-força temas socioeconômicos: sustentabilidade, geração de renda, produção coletiva, trabalho cooperado etc.).

Vamos entender melhor. As ONGs militantes têm uma cultura participativa, identitária e autônoma. Geraram uma grande participação da sociedade civil no cenário urbano dos anos 70 e 80, contribuindo decisivamente pela queda do regime militar. Lutaram pela igualdade com justiça social, criaram o discurso da participação popular, da necessidade de democracia, tinham participação mística com símbolos religiosos, mantinham pouca interlocução com órgãos públicos institucionalizados, eram críticos e rebeldes, fazendo uso de práticas de desobediência civil. Trouxeram novos temas para o debate público: como saúde, meio ambiente, lazer, e temas de interesse específico, como acesso a direitos de doentes mentais etc. “Suas ações abriram espaços que demarcaram novos ‘lugares’ para a ação política, especialmente ao nível do poder local e no meio urbano, na gestão das cidades” (GOHN, 2000, p. 63). Têm matrizes discursivas nos movimentos populares de base da igreja dos anos 70 e 80, do novo sindicalismo dos anos 70, e na nova esquerda que deu origem ao Partido dos Trabalhadores e outras alas progressistas. Fizeram da política seu eixo de articulação básico via reivindicações de direitos sociais, políticos, econômicos e culturais, por cidadania etc. Eram amalgamados por ideologias de esquerda, e surgem dos movimentos populares. Essas ONGs privilegiam temas políticos: democratização, direitos, cidadania, justiça social, ética etc.

Com a Constituição de 1988 e a abertura política, as ONGs militantes tiveram que optar por continuar sendo oposição ao Estado ou usarem os

espaços de representatividade que se abriam em forma de Conselhos e Câmaras para a sociedade civil organizada. Trata-se de novos espaços de negociação de interesses, baseados na gestão democrática e numa cultura de participação social também nova para a sociedade brasileira, entre eles o Orçamento Participativo, instituído pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, primeiramente, e depois levado para outros estados brasileiros e até outros países, com adaptações.

As ONGs propositivas, por sua vez, atuam segundo estratégias, utilizando lógicas instrumentais, racionais, mercadológicas. São pluralistas, defendem políticas de parcerias com o setor público e privado, não têm setores populares ou associações comunitárias por detrás das suas ações. Muitas surgem da iniciativa empresarial e fazem uso de recursos internacionais. Incorporam critérios da economia de mercado do capitalismo para a busca de qualidade e eficácia das suas ações, atuam segundo estratégias de marketing, utilizam a mídia para divulgar suas ações e desenvolver uma cultura favorável aos seus projetos. Voltam-se para conquista de objetivos imediatos, utilizam-se do planejamento estratégico como ferramenta operacional, trabalham segundo a lógica empresarial onde impera a equação do custo-benefício. Competitividade e eficiência são seus indicadores, fazem mobilizações pontuais. Têm como exemplo internacional o Greenpeace e a Anistia Internacional. Como exemplo nacional, tem a Campanha Contra a Fome. É pouco ou nada politizado; pode ser até integrado às políticas neoliberais. Surge de movimentos de várias classes sociais. Essas ONGs privilegiam como ideias-força temas socioeconômicos: sustentabilidade, geração de renda, produção coletiva, trabalho cooperado etc. Têm uma concepção abstrata e generalizante de cidadania.

Herdando características das ONGs militantes e propositivas, nos anos 90 o Terceiro Setor se fortalece, representado por uma heterogeneidade de atores sociais: organizações, associações comunitárias, filantrópicas ou de caridade, fundações, cooperativas etc. Na sociedade civil, inúmeras iniciativas destacam-se com o desenvolvimento de ações em que não é exceção atuarem em parceria, quer seja com o poder público, com universidades, ONGs ou grupos de cooperação internacional, entre outras. Assim, o Terceiro Setor forma-se enquanto um fenômeno complexo, diferenciado e contraditório. Para Gohn, é contraditório porque inclui entidades progressistas e conservadoras; programas e projetos sociais populares emancipatórios, que propõem a construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa, com programas assistenciais, baseados em ações estratégico-racionais, pautadas pela lógica do mercado. O ponto em comum entre todos é o fato de falarem em nome da cidadania, segundo Gohn. É assim que fóruns de debates surgem em todo país para debater direitos humanos, cidadania, meio ambiente, aspectos da luta feminista etc. Todas essas iniciativas determinam a construção de uma nova

cultura política no país e apontam para uma sociedade civil que, apesar das crises econômica e social, ainda consegue reelaborar sua agenda de práticas sociais.

É bom recordarmos que, após o período transcorrido entre 1964-74, sob o regime militar, a sociedade civil reagiu e se manifestou. A partir de 1978 e ao longo dos anos 80 tivemos um novo ciclo das relações sociedade-Estado, que entrou para a História como sendo de natureza reivindicatória e participacionista. Nos anos 90, a nova conjuntura política e econômica forçou os setores progressistas da sociedade civil a se redefinirem. As grandes mobilizações que conferiram vitalidade nos anos 80 aos grupos e movimentos sociais organizados, principalmente no setor urbano, perderam visibilidade, mas surgiram novas formas de fazer política. Os setores organizados da sociedade civil tiveram que requalificar sua participação, nos termos do agir estratégico, voltado para a construção de seu próprio caminho, em parceria com os que lhes dão apoio, em práticas sociais mais propositivas do que reivindicativas, sem permanecer mais à espera das eternas promessas não realizadas” (GOHN, 2000, p. 11).

Gohn considera que o atual cenário das lutas sociais é fruto do processo sociopolítico vivido pela sociedade civil brasileira nas últimas décadas. As práticas dos novos movimentos sociais brasileiros ressignificam velhos valores, bandeiras de lutas dos movimentos sociais populares que os precederam. Essa ressignificação passa por uma valorização das áreas de comunicação e da cultura nas lutas, movimentos e organizações sociais. Nesse sentido, a autora afirma que pesquisar esse processo de mediação dos movimentos sociais tornou-se tão necessário quanto pesquisar sobre as formas de sobrevivência, de lutas e de resistência às mudanças, já que se trata de fenômenos relativos à formação da cultura política dos grupos subordinados da sociedade.

Nos anos 90, um dos componentes mais importantes de um movimento social são as representações simbólicas que ele constrói por intermédio da mídia ou que a mídia constrói sobre ele [...] indagando sobre o significado e a importância do uso da mídia nas relações sociais e nos processos político-culturais que os movimentos constroem. Deve-se indagar sobre o papel desempenhado pelas representações que a mídia constrói sobre os movimentos e divulga para a sociedade, qual a força destas representações [...]. Entender o papel da mídia junto a um movimento social, nos anos 90, significa entender um dos principais caminhos por meio do qual as ações coletivas são construídas [...]. Como as informações têm sido globalizadas a partir das tecnologias avançadas, a prática interna dos movimentos tem se alterado nos anos 90. Como resultado, o estilo de comunicação e o perfil dos líderes têm se transformado para se adequar às exigências do novo padrão tecnológico. No novo contexto sociopolítico, a força e a expressividade de um movimento são dadas mais pelas imagens e representações que eles conseguem produzir e transmitir via mídia do que pelas conquistas e vitórias ou derrotas que acumulam [...]. Nesse cenário, ter acesso aos meios

de comunicação parece ser um ponto central nas agendas das estratégias políticas dos movimentos. [...] a presença na mídia é um fator constitutivo dos movimentos sociais neste final de século (GOHN, 2000, p. 22-24).

Ou seja, ganha importância o enquadramento dado pela mídia ao movimento social, a construção simbólica de determinada organização social por ela mesma enquanto fonte, e pela mídia enquanto receptora do seu discurso, aspectos que determinam a oferta de sentidos sobre a organização social no espaço público midiaticizado. O uso dos recursos de informação nos processos de construção simbólica dos movimentos sociais, que passam pela sua midiaticização, acaba repercutindo na cultura política do movimento social. Ou seja, naquilo que se constitui a partir do comportamento dos indivíduos, das ações coletivas, dos conhecimentos que os indivíduos têm a respeito de si próprios e do seu contexto, dos símbolos e da linguagem utilizados, repertórios discursivos, universo imaginário, representações sociais, principais correntes de pensamento etc. Segundo Gohn, a cultura política de um movimento ou organização social está relacionada com o contexto histórico, valores, crenças, temas e problemas que caracterizam uma sociedade num determinado tempo e espaço. É resultado de um processo de formação que se constrói cotidianamente e reciprocamente entre os diversos atores sociais de diferentes campos de ação que interagem. Ou seja, se constrói também nas redes sociais das quais determinada organização vai participando.

Para Scherer-Warren, os movimentos sociais contemporâneos diferenciam-se dos anteriores por apresentarem-se como uma cooperação de forças vitais e interesses sociais diversificados, muitas vezes pluralistas.²⁴ Na complexidade do cenário político atua uma multiplicidade de atores sociais, que expressam uma diversidade de identidades e ideologias, que se interrelacionam nos movimentos sociais. É uma pluralidade de interesses entrecruzados em redes. Esses interesses, tanto interna quanto externamente, se conflitam, são cooperativos, solidários, contraditórios. E é desta forma que representam uma alternativa ao modelo econômico dominante, mesmo quando se articulam com representantes destas forças sociais dominantes para a realização de suas ações.

A sociedade em rede é, para Castells (2001), um dos pontos determinantes do surgimento dos movimentos sociais. Para Scherer-Warren é a própria forma de organização estratégica dos movimentos sociais. As redes são propostas pelos movimentos sociais como uma forma de organização

24 A estrutura em rede dos movimentos sociais contemporâneos seria consequência, para a autora, da democratização dos países latino-americanos (que permitiu a expressão pública dos interesses); o desenvolvimento tecnológico das redes informatizadas (agilizandando a comunicação); um movimento internacional de estímulo à formação de redes sociais internacionais (e não só econômicas – o movimento de transnacionalização é o mesmo, mas os interesses são outros).

social contemporânea, e constitui-se uma estratégia de ação e de interação. Os movimentos sociais contemporâneos são redes de movimentos. Para Scherer-Warren,

Concebemos os movimentos sociais, na era da globalização, como redes sociais complexas que conectam, simbólica, solidarística e estrategicamente, sujeitos e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico de identificações sociais, éticas, culturais e político-ideológicas, de intercâmbios, negociações, definição de campos de conflitos e de resistência aos adversários e aos mecanismos de discriminação e exclusão sistêmica (SCHERER-WARREN, 2002, p. 14).

Para entender as configurações contemporâneas desses movimentos, é conveniente acompanhar a trajetória de constituição, transformação e criação de redes.

No mundo globalizado há uma tendência, tanto por parte das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais em pensar suas articulações e intercâmbios mútuos enquanto redes, quanto do pensamento científico em criar modelos analíticos e categorias que dêem conta desta realidade. Os atores dos movimentos tendem a conceber a rede como uma categoria empírica, isto é, como um meio real ou virtual ou, ainda, como uma imagem das novas formas de articulações solidarísticas e políticas da sociedade civil. No pensamento científico, os estudos das ações coletivas na perspectiva de redes, ora tratam estas como um elemento da sociedade da informação que em si estrutura-se cada vez mais sob a forma de redes; ora como uma metodologia adequada para se investigar estas ações na sociedade complexa; ou, ainda, como uma nova forma de relações/articulações dos movimentos do mundo globalizado, cujas características merecem novas formas de entendimento (SCHERER-WARREN, 2002, p. 63).

A noção de rede é polissêmica, variando seu significado nas diferentes disciplinas e abordagens teórico-metodológicas. A rede poderá ter um efeito multiplicador de difusão simbólica de novos valores e de empoderamento dos movimentos. A rede desempenha

um papel estratégico, enquanto elemento organizador, articulador, informativo e de empoderamento do movimento no seio da sociedade civil e para a sua relação com e contra os outros poderes instituídos (SCHERER-WARREN, 2002, p. 67)

No entanto, a rede como estratégia pode ser usada tanto como meio libertário quanto totalitário. Depende do tipo de movimento. De qualquer forma, “terá de haver o mínimo de acordo interno à rede quanto às estratégias

de ação para que a identidade da rede não seja ameaçada” (SCHERER-WARREN, 2002, p. 67).²⁵

Inspirados na proposta de Scherer-Warren e na teoria dos campos sociais, pensamos as interações entre as organizações sociais do campo dos movimentos sociais como formadores de uma rede movimentada por relações comunicacionais. Nessas relações, a fiação de sentidos se reconfigura continuamente, e vai transformando as representações coletivas, refletindo-se em universos simbólicos plurais postos em circulação no espaço público midiático, no qual buscam legitimação. A pluralidade simbólica gera a complexidade social e a consequente diversidade de orientações de ações ofertadas para a sociedade contemporânea, fazendo emergir novos valores que dão suporte ao funcionamento social.

Múltiplas redes antiautoritarismo estatal e societário se organizaram a partir da década de 60 nos vários países latino-americanos, dando origem ao que Scherer-Warren denominou movimento pró-democratização e de direitos humanos. No Brasil, surgem os movimentos estudantis; luta contra a violação dos direitos humanos e civis; greves sindicais; mobilizações para anistia de exilados; ampla rede de organizações de base (CEBs, associações de moradores, pastorais, ongs, movimentos feministas, ecologistas etc.), especialmente nos anos 70 e início dos 80; mobilização pelas Diretas Já; mobilizações por uma Assembleia Constituinte Cidadã; movimento pelo *impeachment* do presidente da República Collor de Mello; organização de Fórum de ONGs e associações comunitárias na Eco 92; movimentos pela ética na política e contra a fome; lutas de resistência pela reforma agrária etc.

O movimento cidadão desenvolve-se a partir dos estados de direito democrático que sucederam as ditaduras na América Latina, com referências simbólicas e de ação social que fazem referência a valores de cidadania e

25 Há uma diversidade de experiências de ações coletivas em redes citadas por Scherer-Warren: redes de economia solidária – relativa à possibilidade de auto-gestão de trabalhadores excluídos do mercado formal (CEA). Terceiro setor – gestão em parceria empresários, ongs, Estado, grupos, ações humanitárias – de ajuda emergencial para imigrantes, desastres etc. Redes identitárias – articulação e intercâmbio entre os novos movimentos sociais (feministas, ecologias, populações negras etc.) Criam um novo campo de reflexividade (da política da diferença). Constroem intersubjetividades a partir da junção de múltiplas identidades sociais e políticas. Ambiente de solidariedade e parcerias inter-organizacionais ou inter-redes, que se constroem a partir dos conflitos identitários, de reconhecimento, de inclusão etc. nascidos do multiculturalismo. Redes de ações educativas – experiências estratégicas que trabalham interfaces dos grupos identitários e conflitos sociais, culturais e outros. No Brasil, foi importante o trabalho das CEBs. Trabalharam em conflitos relativos a novas identidades político-culturais e a processos históricos de dominação e exclusão social. Democracia participativa – tem relação com políticas públicas. Ex.: Agenda 21, Orçamento Participativo. Cidadania planetária – redes e alianças transnacionais entre ongs e movimentos sociais como a Eco 92, a Conferência Mundial sobre Mulher de Pequim em 95 etc.

democracia, que se desdobram em diversas vertentes. Segundo Scherer-Warren,

[...] a cidadania inclui as noções de direitos humanos e civis, sociais e de terceira geração. A democracia inclui os ideários de justiça, participação, reconhecimento das diferenças e outros que vão sendo construídos no próprio processo de democratização (SCHERER-WARREN, 2002, p. 77).

Além da participação em novos canais institucionais, os movimentos sociais vieram a fazer uso das facilidades de interação disponíveis no ciberespaço e nas redes de comunicação midiaticizada, a exemplo das estratégias comunicacionais midiáticas empreendidas pelos Zapatistas e pelo Movimento Sem Terra, só para citar dois dos exemplos mais importantes. Estes movimentos conseguem articular suas agendas nas agendas midiáticas institucionalizadas ou não.

Segundo Scherer-Warren, as demandas por cidadania e direitos civis são próprias dos movimentos sociais contemporâneos. No entanto, a exclusão social que causa essas demandas é um processo com trajetória histórica. A ampliação dos direitos de cidadania relaciona-se com os processos de democratização, quando a participação política é enfatizada em suas diferentes formas. É o Terceiro Setor, formado por ONGs e uma diversidade de movimentos sociais e organizações populares, que cumpre o papel de mediador da organização social e do desenvolvimento de valores e ideais de construção de uma esfera pública democrática. Assim, a inclusão de novos direitos entre as demandas dos movimentos sociais se dá nas últimas décadas. São os direitos considerados de terceira geração, entre eles os ecológicos, de gênero e étnicos.

Silva-Sánchez (2000) percebe que a ação dos movimentos ambientais – explicitando de forma cada vez mais abrangente os conflitos ambientais na arena política, como um processo de revitalização da noção de direito e cidadania, com a emergência de novos direitos, da natureza e das gerações futuras – culmina com o desenvolvimento da cidadania ambiental. O desenvolvimento desta forma de cidadania teve contribuição da pressão da comunidade internacional, dos organismos financiadores e de alguns governos mais preocupados com a questão ambiental. Como a degradação ambiental atinge a totalidade do mundo, o caráter desse movimento é global. A degradação ambiental é uma das questões centrais da polarização entre Norte e Sul. Os benefícios gerados pelo modelo de desenvolvimento capitalista hegemônico são desfrutados por uma minoria da população mundial, os problemas são compartilhados por uma maioria crescente, geralmente localizada nos países em desenvolvimento do Hemisfério Sul. Para Silva-Sanchez, os movimentos ambientais têm a possibilidade de se constituírem na negação dialética dessa situação, pois emergem como um projeto emancipatório e de transformação social, que dá

uma dimensão transnacional a problemas também transnacionais. É esse alargamento do campo político promovido por essa energia emancipatória dos movimentos sociais que abre caminho para novos exercícios de cidadania. Como outros movimentos sociais, os movimentos ambientais estabelecem uma nova relação com o político, com a política passando a fazer parte da sociabilidade, transcendendo o limite dado anteriormente pela instituição do Estado.

No Brasil e na América Latina, dois momentos principais marcam os movimentos sociais: as demandas por liberdade política e de expressão; e as demandas de justiça social e de desenvolvimento com sustentabilidade ecológica, política e cultural.

A conexão entre políticas contestatórias e de cooperação são recentes no movimento social. O futuro do movimento social será desenhado pelas formas de articulação e pela dialeticidade das práticas dos múltiplos e variados atores sociais, interpelados pelo ideal de construção de uma sociedade melhor, baseada na cidadania sem fronteiras. [...] Os projetos civilizatórios emancipadores, construídos por e construtores de sujeitos sociais libertários, na era da globalização, devem considerar a complexidade dos cenários sociais existentes e a dialeticidade de múltiplas e variadas práticas sociais. [...] o fortalecimento da sociedade civil está associado à capacidade dos sujeitos sociais de se articularem, tornando-se atores de ações coletivas amplas e impactantes na esfera pública. Nessa direção as ongs têm sido mediadoras relevantes, tecendo redes entre movimentos sociais comunitários, movimentos sociais nacionais e transnacionais, e captando o apoio de segmentos mais amplos não organizados da sociedade civil. Esta dimensão da esfera pública forma-se de dois tipos de redes: redes sociais diretas e redes informatizadas (SCHERER-WARREN, 1999, p. 90, 17, 83).

As redes informatizadas atuais têm matriz no desenvolvimento da comunicação massiva, alternativa e popular em voga no final dos anos 70, quando estas três formas de comunicação se entrelaçavam. A comunicação massiva, que estava relacionada ao capital internacional; a comunicação alternativa, relacionada com a organização dos intelectuais em torno de um projeto histórico nacional; e a comunicação popular, relativa à organização dos movimentos sociais de base. No Brasil entre 1968 e 1978, a década da ditadura, três entidades desempenham um importante papel de articuladores do movimento social brasileiro: a Igreja católica, a Organização dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa. Especificamente a Igreja católica entrou no movimento popular pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que surgiram por milhares de cidades e no campo (BERGER, 1990). Nos anos 80 o vídeo começa a ser usado pelos movimentos sociais populares. Até este momento as formas dominantes de comunicação utilizadas pelo movimento popular eram teatro, assembleias, músicas, boletins e periódicos. Um vídeo

que marcou um momento importante de midiaticização do movimento popular foi produzido por Márian Starosta sobre a ocupação da Fazenda Anonni no Rio Grande do Sul pelo Movimento dos Sem Terra. Isto foi em 1985. E já a partir de 1987 o movimento das mulheres começa a fazer uso dessa ferramenta midiática para promover mostras e sensibilizar a sociedade (BERGER, 1990).

O movimento dos separadores de resíduos sólidos de Porto Alegre segue essa trajetória e já tem seu primeiro vídeo produzido em 1992 – *Lixo é Vida*. É interessante perceber que a igreja faz a ligação entre estes três movimentos – movimento de mulheres, movimento dos separadores e Movimento dos Sem Terra –, dos quais o Irmão Marista Antônio Cecchin é um dos articuladores, juntamente com sua irmã, Matilde Cecchin. Vamos aprofundar a organização dos movimentos sociais a partir da Igreja ao analisarmos a relação do CEA com o campo dos movimentos sociais.

II – As interações comunicacionais-midiáticas: a perspectiva dos estudos culturais

Noções de cultura

Diferente dos animais, que não têm distintos níveis de comunicação, o ser humano se comunica em três níveis ou domínios ontológicos: consigo, com o mundo por meio de percepções e relações mecânicas, e com outrem – este nível de comunicação sobredetermina os outros. O ser se humaniza ao penetrar no universo simbólico, que se refere aos planos da cultura, da história e da sociedade, nos quais se desenvolve a subjetividade. A consciência humana é construída a partir da comunicação. O corpo traz a potencialidade, mas há necessidade de que ele se relacione para que se desenvolva a consciência. Palavras estão carregadas do estado afetivo do emissor; o que provoca reações no receptor, de modo a reconstituir o objeto. Quando se gera reação, as consciências se tocam, estabelecendo-se a interação social e as trocas simbólicas.

Outra diferença nas formas de comunicação entre seres humanos e animais se dá na transmissão. No caso do animal, com sua morte se perde a experiência, enquanto entre os humanos o conhecimento pode ser transmitido a partir de registros. O canal de transmissão de informações no humano não é genético somente, mas cultural.

Com o humanismo moderno, Deus deixa de ser o fundamento do conhecimento e é no ser humano que as coisas passam a ser fundamentadas, entre elas a questão do poder. O estudo do humano passa a ser o estudo da linguagem, das construções simbólicas, da comunicação. Para entender o

ser humano é preciso entender a comunicação, a linguagem, a subjetividade. Assim, enquanto no século XVIII o homem faz parte da natureza, no século XIX pensa-se o homem não como parte da natureza, mas como parte da cultura – um produtor simbólico. E, no século XX, começa-se a pensar cientificamente a comunicação nas relações humanas. Desde 1910, a comunicação nos Estados Unidos encontra-se ligada ao projeto de construção de uma ciência sobre bases empíricas. A Escola de Chicago enfoca aspectos microssociológicos dos modos de comunicação na organização da comunidade. A supremacia desta escola dura até o início da 2ª Guerra Mundial. O pragmatismo marcou a Escola de Chicago. Utilizando-se da metodologia etnográfica, propunha-se a estudar as interações sociais a partir desses aspectos microssociológicos, que partem das manifestações subjetivas do ator. Para a Escola de Chicago, indivíduo e mídia são ambivalentes. O indivíduo é submetido a forças de homogeneização, mas mesmo assim é capaz de experiências singulares. A mídia pode ser tanto fator de emancipação quanto de desintegração e superficialidade nas relações sociais. Enquanto a sociologia funcionalista concebia as mídias como novas ferramentas da democracia moderna, como mecanismos decisivos de regulação da sociedade, as escolas do pensamento crítico interrogam-se sobre as consequências desses novos meios de produção e transmissão cultural, recusando-se a tomar como evidente que, com as inovações técnicas, a democracia seja fortalecida. Descritos e aceitos pelos funcionalistas como mecanismos de ajuste, os meios de comunicação tornam-se suspeitos da violência simbólica, meios de poder e dominação.

Os estudos culturais surgem na Grã-Bretanha fazendo a crítica da dissociação entre cultura e sociedade, e são influenciados pela etnografia e pelo interacionismo simbólico da Escola de Chicago. Interessam-se em analisar valores e significações vividas, as formas dos grupos comportarem-se diante da cultura dominante, e como os atores sociais definem suas vivências, assim como também é de seu interesse as questões ideológicas. Em um movimento na mesma direção, o retorno do cotidiano nos estudos de comunicação se dá com as metodologias que consagram como unidades de análise a pessoa, o

grupo, as relações intersubjetivas na experiência da vida cotidiana. Esta linha coloca-se como uma reação às teorias estruturais-funcionalistas.²⁶

Os anos 70 foram marcados pelos estudos das lógicas de desterritorialização, com ênfase nas estratégias dos macrossujeitos. Nos anos seguintes estudam-se as lógicas de reterritorialização, os processos de mediação e negociação entre exigências externas e realidades singulares. Interrogam-se sobre os complexos processos de apropriação e reapropriação, de resistências e mimetismos. A multiplicação das formas de comunicação, acionadas pelas ONGs ou outras associações da sociedade civil, constitui outra realidade, inédita no processo de mundialização. São novas redes sociais que passam a fazer parte do debate sobre a possibilidade de um espaço público em escala planetária. Segundo Mattelart (2001, 187), *“a era da chamada sociedade da informação é também a de produção de estados mentais. É preciso pensar de maneira diferente, portanto, a questão da liberdade e da democracia”*.

Os estudos culturais

Para compreender as especificidades das interações entre organizações de campos sociais diversos, que se constituem em universos simbólicos, com práticas sociais próprias, múltiplas e variadas, ser-nos-ão úteis conceitos dos estudos culturais, europeus e latino-americanos, principalmente o conceito de

26 Estas metodologias que valorizam aspectos culturais fizeram ressurgir debates sobre o risco de reificar os fatos sociais, sobre o papel do ator em relação ao sistema e o grau de autonomia das audiências diante do dispositivo de comunicação. Aqui se inserem a etnometodologia, o interacionismo simbólico e a fenomenologia. Estas teorias fazem parte das sociologias interpretativas, que se desenvolveram, a partir dos anos 60, nos países anglo-saxões. Elas aprofundaram o corte entre uma sociologia dos microprocedimentos e as ideologias estruturais, interessadas nas coações sociais exteriores ao indivíduo, e consagradoras do primado da sociedade sobre o sujeito, da estrutura sobre a prática. A etnometodologia objetiva o estudo do raciocínio prático do senso comum em situações comuns de ação. As atividades do dia a dia são observadas como métodos dos membros de organizar-se praticamente, e relatar estas práticas. A etnometodologia é influenciada pela teoria dos atos de fala, em que a linguagem é voltada para alguma coisa, é um fazer pelo ato de fala, e também um agir sobre o outro.

matrizes culturais, sobre o qual o problema de pesquisa trata. Começemos por compreender o conceito de cultura²⁷.

A abordagem interacionista da cultura tem lugar na primeira metade do século XX. Mas antes dos chamados interacionistas, Sapir já considerava a cultura como um sistema de comunicação interindividual, quando afirmava que o lugar da cultura são as interações individuais. A cultura é entendida como um conjunto de significações que são comunicadas pelos indivíduos de um dado grupo através das interações. Sapir baseava sua análise nos processos de elaboração da cultura (SAPIR apud CUCHE, 2002).²⁸ Inspirados em Sapir, os interacionistas insistem na produção de sentidos a partir das interações entre os indivíduos. Para Gregory Bateson e a Escola de Palo Alto,

[...] a comunicação não é concebida como uma relação de emissor e receptor, mas segundo um modelo orquestral, ou seja, como resultante de um conjunto de indivíduos reunidos para tocar juntos e que se encontram em situação de interação durável. Todos participam solidariamente, mas cada um à sua maneira, da execução de uma partitura invisível. A partitura, isto é, a cultura, existe apenas através da ação interativa dos indivíduos. Todos os esforços dos antropólogos da comunicação consistem em analisar os processos de interação que produzem sistemas culturais de troca. Não basta, no entanto, descrever estas interações e seus efeitos. É preciso considerar o 'contexto' das interações. Cada contexto impõe as suas regras e suas convenções, supõem expectativas particulares entre os indivíduos. A pluralidade dos contextos de

27 Ao mesmo tempo que participam de uma cultura universal, as populações humanas se diferenciam pelas suas escolhas culturais, às quais se referem a ordem simbólica. O conceito de cultura evolui ao longo do tempo. No século XIII referia-se a uma parcela da terra cultivada. No começo do século XVI não significa mais um estado de coisa cultivada, mas uma ação – o ato de cultivar a terra. Na metade do século XVII adquire o sentido de cultura de uma faculdade, refere-se ao fato de trabalhar para desenvolver uma faculdade. No século XVIII cultura é usada no singular, o que reflete o universalismo da noção, como se houvesse uma cultura universal. A palavra é associada à ideia de progresso, evolução, educação e de razão. Ideias que estão no centro do pensamento iluminista que reinava na época. A partir do século XIX, desde a Alemanha, a noção de cultura começa a tender seu sentido para a delimitação e a consolidação das diferenças nacionais. O que representa uma particularização em relação ao sentido universalista que tinha a palavra antes. Mas está ligada ao conceito de nação. A cultura aparece como um conjunto de conquistas artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação, fundador de uma unidade. Ainda no século XIX, os franceses, por sua vez, deram à palavra uma dimensão coletiva, e ela passou a não se referir somente ao desenvolvimento intelectual do indivíduo. Passou a designar também um conjunto de características próprias de uma comunidade, mas com sentido impreciso. Encontram-se expressões como 'cultura francesa' (ou alemã) ou 'cultura da humanidade'. 'Cultura' aproxima-se e confunde-se com o sentido de 'civilização'. Do século XVIII ao século XX, o debate franco-alemão realiza-se centrado em duas concepções de cultura – uma particularista, a outra universalista. Estas duas maneiras de definir o conceito de cultura nas ciências sociais contemporâneas ainda coexistem (CUCHE, 2002).

28 Para Sapir, a cultura é essencialmente um sistema de comunicação. Ele tenta elaborar uma teoria a partir das relações entre linguagem e cultura: a língua é um fato cultural em si, e a cultura, por sua vez, deve também ser estudada como uma língua.

interação explica o caráter plural e instável de todas as culturas e também os comportamentos aparentemente contraditórios de um mesmo indivíduo que não está necessariamente em contradição (psicológica) consigo mesmo. Por esta abordagem, torna-se possível pensar a heterogeneidade de uma cultura ao invés de nos esforçarmos para encontrar uma homogeneidade ilusória (CUCHE, 2002, p. 106-107).

Falar de contexto refere-se a uma abordagem que situa historicamente o objeto de estudo. Roger Bastide (1960, apud Cuche, 2002) defendia que “as relações culturais devem [...] ser estudadas no interior dos diferentes quadros de relações sociais, que podem favorecer relações de integração, de competição, de conflito etc”. Pensar sobre cultura considerando as relações interculturais entre campos sociais leva a uma definição dinâmica de cultura. O processo de interculturalidade elimina a perspectiva purista de cultura e interpreta o contato cultural como um fenômeno universal que atinge formas e graus diversos. Em contato cultural, as culturas específicas dos campos sociais se desestruturam e reestruturam, o que faz evoluir o “sistema cultural” dos campos em interação. “Toda cultura é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução. O que varia é a importância de cada fase, segundo as situações” (CUCHE, 2002, p. 137). Essa desestruturação ou deculturação não é necessariamente negativa, mas pode ser causa de reconstrução cultural, ao dinamizar as culturas. Devido aos contatos culturais diversos, todas as culturas são, em diferentes graus, culturas mistas, feitas de continuidades e descontinuidades, segundo Cuche.

Não há verdadeira descontinuidade entre as culturas que, pouco a pouco, estão em comunicação umas com as outras, ao menos no interior de um dado espaço social. As culturas particulares não são totalmente estranhas umas às outras, mesmo quando elas acentuam suas diferenças para melhor se afirmar e se distinguir. Esta constatação deve levar o pesquisador a adotar um procedimento ‘continuista’ que privilegie a dimensão racional interna e externa, dos sistemas culturais em contato (AMSELLE apud CUCHE, 2002, p. 142).

Quando se abandona a noção de que a cultura é uma herança que se transmite imutavelmente de geração em geração, ela passa a ser compreendida como uma construção que se inscreve na história das relações dos grupos sociais entre si. Do contato nascem distinções culturais. Cada coletividade pode vir então a defender a sua especificidade – identidade. Há um esforço para convencer o outro que o seu modelo cultural é original e lhe pertence. As culturas nascem de relações sociais que são sempre desiguais. As hierarquias culturais correspondem às hierarquias sociais. Há as culturas hegemônicas e aquelas que lutam para hegemonzarem-se. Nesta luta a visibilidade midiática funciona como um instrumento de legitimação e visibilidade cultural de um

grupo. As lutas culturais são lutas de força social dos grupos, em que a cultura dominada não é necessariamente alienada e dependente.

Os Estudos Culturais – *Cultural Studies* – surgem na Inglaterra, na década de 50, e centram suas análises na atribuição de sentido à realidade, na evolução das culturas, nas práticas sociais compartilhadas, na criação de significados comuns. O campo de análise dos Estudos Culturais é a cultura própria da sociedade contemporânea, enquanto significados, valores e práticas que surgem e se difundem socialmente pelos modos de vida e estruturas coletivas, em que a mídia intervém com seus significados. Dentre os autores dessa vertente, Stuart Hall nos ajuda a compreender o conceito de cultura como um local de convergência, um conceito complexo.

A cultura [...] está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas. Desse modo, a questão do que e como ela é estudada se resolve por si mesma. A cultura é esse padrão de organização, essas formas características de energia humana que podem ser descobertas como reveladoras de si mesmas – ‘dentro de identidades e correspondências inesperadas’, assim como em ‘descontinuidades de tipos inesperados’ – dentro ou subjacente a todas as demais práticas sociais. A análise da cultura é, portanto, ‘a tentativa de descobrir a natureza da organização que forma o complexo desses relacionamentos’ (WILLIAMS, 1965, p. 63). Iremos descobri-los [...] através do ‘estudo da organização geral em um caso particular. Analiticamente, é necessário estudar ‘as relações entre esses padrões’. O propósito da análise é entender como as inter-relações de todas essas práticas e padrões são vividas e experimentadas como um todo, em um dado período: essa é sua ‘estrutura de experiência’ (HALL, 2003, p. 136).

Essa noção de cultura aponta para o interacionismo radical – a interação mútua de todas as práticas. Os padrões que distinguem o complexo das práticas num momento histórico da sociedade são formas de organização características que embasam a todas as práticas e que, portanto, podem ser traçadas em cada uma delas. Entendemos que os padrões constituem-se enquanto matrizes que organizam e estruturam a cultura, seja de um grupo social, de uma comunidade ou da sociedade global. No caso de uma organização social, podemos utilizar o termo micromatrizes culturais. No caso da sociedade global, esses padrões constituem-se macromatrizes culturais.

Os Estudos Culturais não aceitam o papel residual até então atribuído à cultura. Já que a cultura é entendida como algo que se entrelaça a todas as práticas sociais; e essas práticas, por sua vez, como uma forma comum de

atividade humana que vão fazendo a história.²⁹ Portanto, constituem os dois elementos-chave no humanismo desse paradigma a experiência e a ênfase dada ao criativo e ao agenciamento histórico. As experiências – onde e como as pessoas experimentam suas condições de vida, como as definem e a elas respondem – fazem com que cada modo de produção seja também uma cultura, e cada luta entre as classes ser sempre uma luta entre modalidades culturais. A análise cultural, portanto, deve favorecer essas questões.

Os estudos culturais abarcam discursos múltiplos, devido à grande diversidade de trajetórias, que se referem a metodologias e posicionamentos teóricos diferentes. Assim, os estudos culturais consistem num projeto aberto ao que não se consegue ainda nomear, segundo Hall. A tensão dessa perspectiva teórica deve-se à abordagem dialógica que propõe, quando se recusa a fechar-se enquanto campo de conhecimento e, ao mesmo tempo, necessita de uma determinação que defina posicionamentos a favor de certos interesses, a fim de defendê-los. Entre os progressos teóricos decorrentes dos encontros com os trabalhos estruturalista, semiótico e pós-estruturalista, Hall cita a importância que a linguagem e a metáfora linguística assumem no estudo da cultura; a expansão da noção do texto e da textualidade (seja como fonte de significado, ou daquilo que escapa e adia o significado); o reconhecimento da semiose dos significados; o reconhecimento da representação, como local de poder e de regulamentação; do simbólico como fonte de identidade.

[...] se acontecer que a cultura lhes arrebate a alma, têm de reconhecer que irão sempre trabalhar numa área de deslocamento. Há sempre algo descentrado no meio cultural (*the medium of culture*), na linguagem, na textualidade, na significação; há algo que constantemente escapa e foge à tentativa de ligação, direta e imediata, com outras estruturas. E ainda, simultaneamente, a sombra, a estampa, o vestígio daquelas outras formações, da intertextualidade dos textos em suas posições institucionais, dos textos como fontes de poder, da textualidade como

29 A partir do pensamento de Willians, o conceito de cultura se define enquanto “sentidos e valores que nascem entre as classes e grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas, pelas quais eles lidam com suas condições de existência e respondem a estas; e também como as tradições e práticas vividas através das quais esses entendimentos são expressos e nos quais estão incorporados” (HALL, 2003, p. 141-142).

local de representação e de resistência, nenhuma destas questões poderá jamais ser apagada dos estudos culturais (HALL, 2003, p. 211-212).³⁰

O problema central dos Estudos Culturais, tanto europeus quanto os latino-americanos, reside na articulação dos conceitos de cultura e ideologia. Nos anos 70, no Centro de Estudos Culturais, houve grande empenho no sentido de repensar e retrabalhar as categorias conceituais da ideologia, seus mecanismos e mapeamentos em várias áreas distintas. Ideologia e signos são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo o que é ideológico possui um valor semiótico.³¹

O que define os estudos culturais como projeto é a prática intelectual como política, segundo Hall, para quem os estudos culturais – tanto no contexto britânico quanto no americano –, têm chamado a atenção pelo seu desenvolvimento teórico, mas, mais que isso, por manter questões políticas e teóricas numa tensão não resolvida e permanente. Os estudos culturais permitem que essas questões não se fechem numa clausura teórica final.

Volto à teoria e à política da teoria. Não à teoria como vontade de verdade, mas à teoria como um conjunto de conhecimentos contestados, localizados e conjunturais, que têm de ser debatidos de um modo dialógico. Mas também

30 Hall cita como conjunturas teóricas mais cruciais nos estudos culturais no seu desenvolvimento movimentos que resultaram na evolução da teoria, os quais, segundo o autor, são: 1) O fato de que em nenhum momento os estudos culturais e o marxismo se encaixaram perfeitamente, em termos teóricos, já que Marx não centralizou nas suas análises o que passou a ser objeto dos estudos culturais: cultura, ideologia, linguagem, o simbólico. 2) A aproximação dos estudos culturais das análises gramscianas sobre a natureza da cultura, sobre a disciplina do conjuntural, sobre a importância da especificidade histórica, sobre a metáfora da hegemonia, sobre a forma de pensar relações de classe apenas caso se recorre à noção deslocada de conjunto e de blocos. Gramsci contribuiu, ainda, para os estudos culturais, segundo Hall, com a necessidade de reflexão sobre a posição institucional e a prática intelectual. Trata-se da exigência de que o intelectual orgânico trabalhasse simultaneamente em duas frentes: intelectual e política, a qual se refere à responsabilidade da transmissão dessas ideias, desse conhecimento, por meio da função intelectual, aos que não pertencem, profissionalmente, à classe intelectual. 3) A intervenção do feminismo como decisiva para o trabalho do *Centre for Contemporary Cultural Studies*, que introduziu uma ruptura ao propor a questão do pessoal como político, o que revolucionou teórica e praticamente os estudos culturais. O feminismo também expandiu a noção de poder, trazendo as questões de gênero e sexualidade para a compreensão do próprio poder. E ainda retomou as questões do subjetivo e do sujeito, colocando-os no centro dos estudos culturais, além de reabrir a fronteira entre a teoria social e a psicanálise. 4) A questão racial nos estudos culturais colocou na sua agenda a política racial, a resistência ao racismo, questões críticas da política cultural. 5) A descoberta da discursividade, da textualidade.

31 “Classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Consequentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes” (VOLOCHÍNOV apud HALL, 2003, p. 230). Para Volochínov, “o signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerar-se-á em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade” (VOLOCHÍNOV apud HALL, 2003, p. 230).

como prática que pensa sempre a sua intervenção num mundo em que faria alguma diferença, em que surtiria algum efeito. Enfim, uma prática que entende a necessidade da modéstia intelectual. Acredito haver toda a diferença no mundo entre a compreensão da política do trabalho intelectual e a substituição da política pelo trabalho intelectual (HALL, 2003, p. 216-217).

A perspectiva dos Estudos Culturais latino-americanos, a partir do pensamento de autores como Martín-Barbero e García Canclini, é particularmente importante para pensarmos as relações entre comunicação, cultura, organização popular e movimentos sociais da forma como nos propomos.

[...] a comunicação se tornou para nós questão de mediações mais que de meios, questão de cultura e, portanto, não só de conhecimentos mas de re-conhecimento. Um reconhecimento que foi, de início, operação de deslocamento metodológico para re-ver o processo inteiro da comunicação a partir de seu outro lado, o da recepção, o das resistências que aí têm lugar, o da apropriação a partir de seus usos. Porém, num segundo momento, tal reconhecimento está se transformando, justamente para que aquele deslocamento não fique em mera reação ou passageira mudança teórica, em reconhecimento da história: reapropriação histórica do tempo da modernidade latino-americana e seu descompasso encontrando uma brecha no embuste lógico com que a homogeneização capitalista parece esgotar a realidade atual. Pois na América Latina a diferença cultural não significa, como talvez na Europa e nos Estados Unidos, a dissidência contracultural ou o museu, mas a vigência, a densidade e a pluralidade das culturas populares, o espaço de um confronto profundo e uma dinâmica cultural incontornável. E estamos descobrindo nestes últimos anos que o popular não fala unicamente a partir das culturas indígenas ou camponesas, mas também a partir da trama espessa das mestiçagens e das deformações do urbano, do massivo (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 16) .

Martín-Barbero propõe investigar os processos culturais a partir das mediações e dos sujeitos, das práticas de comunicação e dos movimentos sociais, em que intervêm as matrizes culturais, que não se referem à evocação do arcaico, mas ao “residual”, “substrato da constituição dos sujeitos”, “veios de entrada para outras matrizes dominadas, porém ativas”. Entendemos as matrizes culturais como marcas incrustadas na experiência social dos sujeitos, que são ativadas nas interações sociais, embaralham-se com as novas experiências e os novos movimentos. São fazeres na vida do sujeito, sejam estes individuais ou coletivos. Estas matrizes culturais atualizam-se no (des)encontro cultural da interação social – comunicacional e/ou midiaticizada – é quando se modificam, desterritorializam-se para reterritorializarem-se. As matrizes culturais se constituem por via das mediações sociais, e, ao mesmo tempo, são elas mesmas mediações para os fazeres sociais e na construção de novas identidades. Martín-Barbero propõe um deslocamento do eixo do debate dos

meios para as mediações. Ou seja, para o espaço de articulação entre práticas de comunicação e movimentos sociais, em que se cruzam as matrizes culturais. Diante dos processos de transnacionalização, de emergência de novos sujeitos sociais e identidades culturais, a comunicação tornou-se um espaço estratégico para pensar a sociedade contemporânea (MARTÍN-BARBERO, 1997).

Diante das propostas que orientaram o pensamento e a ação das esquerdas até meados dos anos 70 – organização excludente do proletariado, a política como totalização, a denúncia como engodo parlamentar burguês –, começa a se formar nos últimos anos um outro projeto, estreitamente relacionado com a redescoberta do popular, ou seja, com o novo sentido que essa noção hoje adquire: revalorização das articulações e mediações da sociedade civil, sentido social dos conflitos para além de sua formulação e síntese política, reconhecimento de experiências coletivas não enquadradas nas formas partidárias. O que se encontra em processo de mudança, hoje, é a própria concepção que se tinha de sujeitos políticos [...] as relações de poder, tal qual estão configuradas em cada formação social, não são mera expressão de atributos, e sim produto de conflitos concretos, batalhas travadas no campo econômico e no terreno simbólico. Afinal, é nesse terreno que se articulam as interpelações a partir das quais os sujeitos e as identidades coletivas se constituem (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 285).

Com essa concepção do político, emerge uma valorização dos aspectos culturais na América Latina, que passam a ser pensados a partir de processos de comunicação. Nessa redefinição, o político e o cultural são pensados como processos produtores de significações. Ou seja, falar do político é falar do que acontece culturalmente com as massas, que se formam a partir dos meios de comunicação massivos. Assim entendidos, os modos de apropriação cultural, os diferentes usos sociais da comunicação, são práticas políticas. O consumo é visto muito além de uma prática passiva ou de reprodução, mas também como produção de sentidos. Um lugar de luta, em que os usos sociais são práticas, modos de ser, provenientes de competências culturais. “Assim, pensar o popular a partir do massivo não significa, ao menos não automaticamente, alienação e manipulação, e sim novas condições de existência e luta, um novo modo de funcionamento da hegemonia” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 310). Entendemos que a apropriação cultural não se dá apenas no nível dos usos sociais feitos da comunicação de massa, mas também dos usos feitos dos discursos do outro quando nos encontramos na posição de seus receptores. Na troca cultural, a prática política se dá no cruzamento de matrizes, nos conflitos, nas formas de resistências e também nos encontros de sentidos.

No processo de interação comunicacional, o aspecto ideológico se presentifica como constitutivo do próprio processo. Supõe-se que os discursos descrevam e expliquem o real. Essa prática de produção do discurso é, portanto, inseparável do seu aspecto ideológico. O efeito ideológico do discurso está em

ser ele representação do real, e não sua expressão direta. O fato de a expressão ter que ser mediada pela linguagem discursiva constitui o próprio efeito ideológico do discurso (VERÓN, 1980). Assim, o que eu falo é determinado por como eu falo. O dito pelo não dito.

García Canclini (1997), ao descentrar a investigação da ideologia das classes dominantes e incorporá-la no estudo das classes populares, faz com que a problemática ideológica não apareça como elaboração mais ou menos autônoma de uma classe que explica suas condições de vida, mas a problemática ideológica é pensada no espaço de interação entre classes e grupos sociais, e como parte da luta pela hegemonia. Os fenômenos ideológicos não derivam apenas das classes. Segundo García Canclini, também resultam de outros modos de diferenciação social. As ideologias e diferenças culturais entre os grupos se constituem não apenas na produção – como na teoria marxista clássica sobre as classes –, mas também no consumo. Segundo García Canclini, os setores populares coparticipam nas relações de força que se constroem, simultaneamente, na produção e no consumo. Em movimentos populares urbanos e associações, entre outras formas, os setores populares falam e atuam, e assim defendem seus interesses de produção e de consumo. O popular se define pelo que é acessível a ele, no que gosta, usa ou adere.

O popular, conglomerado heterogêneo de grupos sociais, não tem o sentido unívoco de um conceito científico, mas o valor ambíguo de uma noção teatral. O popular designa as posições de certos agentes, aquelas que os situam frente aos hegemônicos, nem sempre sob a forma de confrontos (GARCÍA CANCLINI, 1998, p. 279).

O que de mais alentador está ocorrendo com o popular, para García Canclini, pode ser o fato de que os especialistas de diferentes áreas, entre eles os comunicólogos, não escreverem mais só para serem lidos pelos iguais ou para determinar o que o povo é, mas para reconstruir esse conceito junto com os movimentos sociais.

Martín-Barbero parte da crítica da visão ilustrada do popular (que invoca o popular como forma de legitimação da política burguesa, em que o popular se constitui pelo que lhe falta e não pelo que é, sintetizando tudo que há de negativo: in-culto, superstição, desordem, ignorância etc.), e da visão romântica (que dá supremacia à cultura do povo, em que o popular constitui-se como espaço de criatividade, atividade e produção). Ao definir o popular, os românticos mistificam-no, negando seus conflitos, e purificam-no negando as mestiçagens, contaminações, circulação cultural e ambiguidades que o constituem. Martín-Barbero critica, ainda, a dificuldade do marxismo para lidar com as pluralidades de matrizes culturais e a alteridade do popular na sua ânsia de explicar as diferenças culturais pelas diferenças de classe, o que

impede esta linha de pensamento de pensar a especificidade dos conflitos populares, que articulam a cultura a modos de luta, em que as identidades socioculturais convertem-se em “matrizes constitutivas de sujeitos sociais e políticos, tanto no intercâmbio ou no enfrentamento entre formações sociais diferentes como no interior de uma formação social” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 40).

O deslocamento para ressituar o popular se dá ao assumi-lo como memória constituinte do processo histórico, quando ocorre um descentramento no conceito de cultura ao se redesenhar as relações entre cultura e povo, e povo e classes sociais. Nesse sentido, o pensamento de Gramsci e seu conceito de hegemonia foi particularmente importante para os estudos culturais britânicos e latino-americanos. Gramsci pensa a dominação social não como imposição do exterior, de um outro, mas como um processo que as classes subalternas hegemonizam na medida em que representa interesses nos quais elas se reconhecem de alguma maneira, o que significa também que a hegemonia não é algo permanente, fixo.

[...] mas sim que ela se faz e desfaz, se refaz permanentemente num ‘processo vivido’, feito não só de força mas também de sentido, de apropriação do sentido pelo poder, de sedução, de cumplicidade [...]. Gramsci liga cultura popular à subalternidade, mas não de modo simples. Pois o significado dessa inserção diz que essa cultura é inorgânica, fragmentária, degradada, mas também que esta cultura tem uma particular tenacidade, uma espontânea capacidade de aderir às condições materiais da vida e suas mudanças, tendo às vezes um valor político progressista, de transformação (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 105).

García Canclini critica a percepção da contraposição entre cultura subalterna e cultura hegemônica, como se a primeira tivesse como destino ser dominada pela segunda, ou então, ao contrário, sempre assumisse uma posição de resistência e tivesse capacidade de ação. Este autor ensina-nos a prestar atenção a trama que deixa entrever que nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno é submissão, assim como nem toda recusa é resistência, e que, da mesma forma, a classe dominante também está contaminada por outras lógicas e valores que não são só de dominação. “A trama se faz estreita e contraditória na cultura de massa” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 107). Esta trama de mestiçagens remete à própria constituição da história sociocultural latino-americana, e à necessidade do reconhecimento do surgimento de uma nova sensibilidade política aberta à institucionalidade, à cotidianidade, à subjetivação dos atores sociais e à multiplicidade de solidariedades que operam na nossa sociedade. Uma série de dimensões opera nas mudanças culturais, em que intervém tanto estratégias hegemônicas ou mesmo subalternas (como os modos de fazer, de lutar, de usar, de agir, de ler, de ouvir, e outros),

que interrompem determinadas lógicas criando outras. Exemplo desse fazer encontramos nas formas de ação e estratégias dos movimentos sociais, os quais formam um campo, uma instância de organização da sociedade que tem suas próprias dinâmicas, e constituem-se objeto dos Estudos Culturais, perspectiva teórica que adotamos aqui.

Para estudar mercados informais, caso das culturas populares urbanas, categorias convencionais usadas em oposição (subalterno/hegemônico, tradicional/moderno) perdem sentido e exigem novas modalidades de organização da cultura e outros instrumentos conceituais, como a hibridação intercultural, conforme García Canclini. A expansão urbana é uma das causas de intensificação da hibridação cultural. Na trama urbana estão disponíveis ofertas simbólicas heterogêneas, renovadas por constantes interações do local com redes nacionais e internacionais.

A industrialização na América Latina determina novas formas de trabalho, a recomposição de grupos sociais com conseqüente urbanização, e o surgimento de uma massa com o crescimento das classes populares e a proliferação de seus novos modos de existência. As invasões do rural e das periferias aos centros urbanos explicitam a impossibilidade de manterem-se as hierarquias tradicionais, e a necessidade de uma reorganização social.

As massas queriam trabalho, saúde, educação e diversão [...] A massificação era de uma só vez, com a mesma força, a integração das classes populares à 'sociedade' e a aceitação por parte desta do direito das massas [...] (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 223).

A massa constitui-se da hibridização dos diferentes que se encontram nas cidades e formam o que vem a ser uma cultura urbana.

Segundo Hall (2003), as mudanças nas relações das forças sociais ao longo da história se revelam como lutas em torno da cultura, das tradições e formas de vida das classes populares. Assim o foi na transição para o capitalismo agrário, como também terá sido na formação e no desenvolvimento do capitalismo industrial. Transformações no sentido de reconfiguração das tradições, do movimento de conter e resistir, situam-se no centro do estudo da cultura popular. No século XVIII estas culturas de "fora das muralhas", distantes da sociedade política e do triângulo do poder, estiveram, mesmo assim, no campo amplo das forças sociais e das relações culturais. O povo constantemente ameaçava eclodir, e quando o fez, segundo Hall, demonstrou uma disciplina ritual popular surpreendente. Já no final do século XIX e começo do século XX, a inserção da classe trabalhadora como audiência de uma imprensa comercial popular exigiu a reorganização da base de capital e da estrutura da indústria cultural, o atrelamento a novas tecnologias e novas formas de trabalho, com também novas formas de distribuição, que passam a operar via novos mercados

culturais de massa. “Um dos seus efeitos principais foi a reconstituição das relações políticas e culturais entre as classes dominantes e dominadas”. Segundo Hall (2003, p. 253-255), para compreender a cultura das classes populares contemporâneas é preciso partir do pressuposto de que não existe uma ‘cultura popular’ íntegra, autêntica e autônoma, já que a cultura popular se forja no campo de força das relações de poder e de dominação culturais.

Creio que há uma luta contínua e necessariamente irregular e desigual, por parte da cultura dominante, no sentido de desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular; para cercá-la e confinar suas definições e formas dentro de uma gama mais abrangente de formas dominantes. Há pontos de resistência e também momentos de superação. Esta é a dialética da luta cultural. Na atualidade, essa luta é contínua e ocorre nas linhas complexas de resistência e da aceitação, da recusa e da capitulação, que transformam o campo da cultura em uma espécie de campo de batalha permanente, onde não se obtém vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas.

Muitas dessas batalhas se travam na contemporaneidade a partir das interações que se dão no espaço público midiático, na qual as formas culturais jogam com as contradições que lhes são próprias. O que importa, segundo Hall, é o jogo das relações culturais, a luta em torno da cultura, sendo a luta de classes sempre uma luta cultural, que se refere a formas diferenciadas de apropriação e valoração dos signos, o que compreende, por sua vez, uma questão ideológica – diferentes formas de nomear e representar as mesmas situações sociais.³²

O termo ‘popular’ guarda relações muito complexas com o termo ‘classe’ [...]. Os termos ‘classe’ e ‘popular’ estão profundamente relacionados entre si, mas não são absolutamente intercambiáveis. A razão disso é evidente. Não existem ‘culturas’ inteiramente isoladas e paradigmaticamente fixadas, numa relação de determinismo histórico, a classes ‘inteiras’ e variáveis. As culturas de classe tendem a se entrecruzar e a se sobrepor num mesmo campo de luta (HALL, 2003, p. 262).

O “*reduccionismo de classe*” está sendo substituído pelas noções acerca de várias formas de resistência, o que torna o estudo das culturas populares menos determinista e mais conjuntural, conferindo uma centralidade à dimensão simbólica. Gramsci representa a mais significativa influência teórica sobre essas formulações. Foi seu conceito do nacional-popular como terreno

32 Para Hall, a definição de popular enquanto todas as coisas que o povo faz ou fez, aquilo que define um modo característico de viver, que engloba cultura, valores, costumes e mentalidade caracteriza-se como uma definição antropológica e muito descritiva. Para o autor, as oposições entre o que é ou não é popular não podem ser construídas de forma puramente descritiva, quando o que importa não é o inventário descritivo, que pode ter o efeito de congelamento da cultura popular, mas as questões de poder que pontuam e estruturam as relações de forças que sustentam a distinção e a diferença.

de luta cultural e hegemônica relativamente autônomo, pelo menos em relação a outros tipos de luta social, que ajudou a deslocar os traços do reducionismo no argumento, baseado no alto (cultura dominante) e baixo (cultura popular), sem abandoná-los totalmente, mas revisitando-os a partir de outras entradas, já que as práticas culturais não se situam fora do jogo do poder, segundo Gramsci.

Negociação, resistência, luta: as relações entre uma formação cultural subordinada e uma dominante, onde quer que se localizem nesse espectro, são sempre intensamente ativas, sempre opostas num sentido estrutural (mesmo quando essa ‘oposição’ for latente, ou experimentada simplesmente como o estado normal das coisas...). Seu resultado não é dado, mas construído. A classe subordinada traz para esse ‘teatro de luta’ um repertório de estratégias e respostas – formas de liderar com situações e resisti-las. Cada ‘estratégia’ no repertório mobiliza certos elementos materiais, sociais [e simbólicos]: os constrói como suportes para as diversas formas de vida das classes, [negocia] e resiste à contínua subordinação das mesmas. Nem todas as estratégias têm o mesmo peso; nem todas são potencialmente contra-hegemônicas (HALL, 2003, p. 229-239).

A luta cultural se dá em forma de incorporação, distorção, resistência, negociação, recuperação, consentimento. Diferentes culturas correspondem a diferentes formas de luta que se entrecruzam, fazem contato, deslocando sentidos, fazendo interagir e modificarem-se as matrizes culturais. Por isso, para Hall, a tentativa de elaborar uma estética popular universal é quase sempre profundamente equivocada, pois a cultura popular se forma de “símbolos e pedacinhos ambíguos”, já que os signos não carregam dentro de si um significado único. A luta cultural é viva.

A cultura popular, especialmente, é organizada em torno da contradição: as forças populares *versus* o bloco do poder. [...]. Mas o termo ‘popular’ [...] é altamente problemático [...] assim não há um conteúdo fixo para a categoria da ‘cultura popular’, não há um sujeito determinado ao qual se pode atrelá-la – ‘o povo’. ‘O povo’ nem sempre está lá, onde sempre esteve, com suas culturas intocadas, suas liberdades e instintos intactos, ainda lutando contra o jugo normando ou coisa assim; como se, caso pudéssemos descobri-lo. E trazê-lo de volta à cena, ele pudesse estar de prontidão no lugar certo e ser computado. A capacidade de *constituir* classes e indivíduos enquanto força popular – esta é a natureza da luta política e cultural: *transformar* as classes divididas e os povos isolados – divididos e separados pela cultura e outros fatores – em força cultural popular-democrática (HALL, 2003, p. 263).

Estudar o Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto – CEA é estudar formas de manifestação da cultura popular. E, quando estudamos a partir das mediações, nosso interesse se desloca para onde se produz o sentido: os movimentos sociais, que se dão nos bairros, onde o papel da mulher é

especialmente importante. Para Martín-Barbero, do mesmo modo que a migração para os centros urbanos dissolve solidariedades e modos de viver das pessoas, os bairros tornam-se o lugar para novas formas de solidariedades e criação de novos modos de vida. Associações surgem nos bairros, e, muitas vezes, em torno do interesse comum de buscar soluções para os problemas locais surgem projetos sociais amplos, que representam estes sujeitos sociais frente às instituições tradicionais de poder, e propõem novas formas de exercício da democracia, a partir da inclusão das classes populares.

A luta pelos direitos sociais refere-se a uma luta pela identidade cultural que, nos movimentos sociais que surgem nos bairros, está ligada também às questões de gênero. “A mulher se constitui como a recriadora de uma sociabilidade primordial que é ao mesmo tempo encontro e mediação” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 273). Ela cumpre o papel de unir tramas sociais e afetivas, problemáticas e alternativas, dor e esperança, segundo a pesquisadora Rosa Maria Alfaro. São as protagonistas políticas do cotidiano, identidade que se forma no contexto da família. Assim como o bairro, a mulher tem o papel de mediadora de sociabilidades, o que se refere, em última instância, a relações de comunicação dentro de um movimento específico, assim como na interação deste com diferentes campos sociais. Desta forma, as matrizes culturais que surgem no bairro (cidadãs-comunitárias, de gênero etc.) e nas lideranças dos movimentos sociais (subjetivas, socioeconômicas etc.) intervêm nas relações comunicacionais e midiáticas entre os diversos universos simbólicos que constituem a sociedade.

A mobilização social, do mesmo modo que a estrutura da cidade, fragmenta-se em processos cada vez mais difíceis de totalizar. A eficácia destes movimentos depende, por sua vez, da reorganização do espaço público. Suas ações são de baixa ressonância quando se limitam a usar formas tradicionais de comunicação (orais, de produção artesanal ou em textos escritos que circulam de mão em mão). Seu poder cresce se atuam nas redes massivas [...] Então, às vezes, o sentido do urbano se restitui, e o massivo deixa de ser um sistema vertical de difusão para transformar-se em expressão amplificada de poderes locais, complementação de fragmentos (GARCÍA CANCLINI, 1998, p. 288).

Das ideologias

A linguagem e o comportamento são os meios pelos quais a ideologia funciona e se materializa, portanto são elementos que devemos analisar ou desconstruir para compreender como são constituídos os sujeitos em relação aos distintos discursos. As ideias, segundo Althusser, se materializam em

práticas sociais, práticas que são relativas à produção de significado.³³ Cada prática social é constituída na interação entre significado e representação, portanto, as ideologias constituem-se como “sistemas de representação”. As práticas de produção simbólica têm a especificidade de produzir representações ideológicas. Como o sentido dado às nossas experiências são uma produção de nossos esquemas de interpretação presentes em sistemas de representação, não há experiência fora das categorias de representação ou da ideologia. Nesse sentido, compreender os sistemas de representação coletiva feito por sujeitos de organizações dos campos sociais serve-nos para compreender seus códigos ideológicos. A experiência não é ideológica em si, mas a interpretação da experiência feita pelos sujeitos é ideológica. A forma

33 Segundo Hall (2003, p. 181), o conceito de ideologia em Marx é oscilante, tem sentido amplo e descritivo. Enquanto Marx parte de um rígido determinismo estrutural, Althusser contribui na abordagem da ideologia com uma concepção mais linguística e discursiva, centrando sua atenção na forma como a ideologia é internalizada. Ou seja, a função da ideologia na reprodução das relações sociais de produção. Marx se refere à ideologia: enquanto domínio do pensamento prático e lógico como as ideias tendem a se prender nas mentes das massas e levá-las a agir; como manifestações do pensamento burguês, sobretudo às características distorcidas deste; e utilizou o termo na contestação de ideias consideradas por ele errôneas (as ideologias teóricas). Por isso, uma das principais críticas a Marx se deve a ele ter baseado seu discurso sobre a ideologia num duplo reducionismo: econômico e de classe, que sustenta o marxismo. Segundo Hall, Marx não concebeu a formação social como algo complexo, composta de várias práticas. Althusser foi funcionalista quando pensou a ideologia como função de reprodução das relações sociais capitalistas de acordo com as demandas do sistema. E o seu reducionismo reside aí, especificamente por não abordar as ideias subversivas e a luta ideológica, que também participam do sistema. A crítica feita por Althusser às posições gerais da problemática marxista clássica sobre a ideologia referem-se à ideia de que há alguma garantia de que a posição ideológica de uma classe social sempre corresponderá à sua posição nas relações sociais de produção; e à pressuposição de que há uma única e verdadeira ideologia para cada classe. Diferente de Marx, Althusser pretende pensar “a complexa unidade” que articula o nível da prática ideológica a outras instâncias de uma formação social. Mas, segundo Hall, quando Althusser pensa a ideologia das classes dominadas, esta parece adaptada aos interesses e funções da classe dominante no modo capitalista de produção, como se não houvessem contradições ideológicas nas classes dominadas, práticas de resistência, de exclusão, de desvio etc. “Uma variedade de sistemas ideológicos ou lógicas distintas está disponível em qualquer formação social. A noção de uma ideologia dominante ou de uma ideologia subordinada é uma forma inadequada de se representar a complexa interação dos distintos discursos ideológicos e formações em qualquer sociedade desenvolvida moderna...cadeias discursivas [...] se contestam umas às outras geralmente a partir de um repertório comum e compartilhado de conceitos, rearticulando e desarticulando esses conceitos dentro de sistemas de diferença ou equivalência.”

como os sujeitos interpretam suas experiências sociais dá a conhecer suas ideologias.³⁴

A partir da retomada do trabalho de Marx e Althusser, Hall afirma que a ideologia nos ajuda a pensar como um conjunto de ideias passa a dominar o pensamento social de um bloco histórico. Está relacionada com conceitos e linguagens do pensamento prático que estabilizam uma forma de poder ou dominação, ajudam a acomodar as massas num lugar subordinado da formação social, e com os processos pelos quais as novas formas de consciência e as novas concepções de mundo emergem, capazes de conduzir as massas em uma ação histórica contra a dominação. Ou seja, a ideologia relaciona-se tanto a formas de ação simbólica como a de acomodação e de resistência à ordem dominante. Para Hall, a ideologia refere-se aos

[...] referenciais mentais – linguagens, conceitos, categorias, conjuntos de imagens do pensamento e sistemas de representação – que as diferentes classes e grupos sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar e tornar inteligível a forma como a sociedade funciona (HALL, 2003, p. 267).

Constituindo-se a linguagem num meio de representar o pensamento, é ao mesmo tempo o meio pelo qual a ideologia é gerada e transformada. E é também pela linguagem que a mesma relação social pode ser distintamente representada, ou seja, pode construir diferentes significados em torno do que aparenta ser a mesma relação social ou fenômeno – isso é o que poderemos observar, por exemplo, nas diferentes versões dos fatos que os sujeitos constroem.

Para Hall (2003), o mesmo processo pode ser expresso por estruturas ideológicas distintas, pelo uso de diferentes sistemas de representação. Conforme o processo social em que estamos inseridos como atores sociais e membros de um grupo social, mantemos uma relação particular com o processo, o qual, por sua vez, prescreve para nós identidades com nuances diferenciadas. Ou seja, categorias ideológicas em uso nos posicionam em relação ao relato do processo conforme este é retratado no discurso. É o que observamos, por exemplo, quando a líder do Centro de Educação Ambiental Vila Pinto utiliza

34 “Certamente, a teoria da ideologia deve desenvolver uma teoria dos sujeitos e da subjetividade, como não fizeram as primeiras teorias marxistas. Ela deve explicar o reconhecimento do eu dentro do discurso ideológico, aquilo que permite aos indivíduos se reconhecerem no discurso e expressá-lo espontaneamente como seus autores.” (HALL, 2003, p. 185). “Seria então necessário, em qualquer formação social específica, analisar como a classe, a raça e o gênero são articulados um com o outro para estabelecer posições sociais condensadas. As posições sociais, pode-se dizer, são aqui sujeitas a uma dupla articulação. São, por definição, sobredeterminadas. Observar a [...] fusão entre elas, isto é, as formas pelas quais conotam ou convocam umas às outras ao articularem as diferenças no campo ideológico, não previne os efeitos específicos de cada estrutura.” (HALL, 2003, p. 191-192).

categorias ideológicas discursivas diferentes conforme o processo social em que está inserida: universo social do campo da medicina, do campo religioso, do campo institucional-governamental, do campo dos movimentos de mulheres etc. Para Hall, a forma como agimos em certas situações depende de nossas definições da situação. Ou seja, há uma interdependência entre discurso e ação.

[...] O campo ideológico é sempre o campo das ‘ênfases interseccionadas’ e da ‘intersecção de interesses sociais distintamente orientados’ [...] Esta abordagem substitui a noção de significados ideológicos fixos e ideologias de classe por conceitos de terrenos de lutas ideológicas e a tarefa de transformação ideológica (HALL, 2003, p. 286-287).

Neste movimento da teoria abstrata para uma análise concreta, a luta ideológica passa a ser a luta pelo estabelecimento dos sentidos da realidade social. Para Hall (2009, p. 290), a estruturação classista da ideologia é substituída pela infinidade de sutis variações pelas quais os elementos de um discurso parecem combinar e recombinar espontaneamente uns com os outros, sem quaisquer restrições materiais, a não ser aquelas fornecidas pelas próprias operações discursivas. Portanto, há uma mutabilidade ideológica que pode se dar de forma também rápida. Para Hall, uma concepção ideológica se torna materialmente efetiva quando articulada ao campo das forças políticas e sociais e às lutas em que distintas forças estão em jogo. Assim, numa relação de parcerias, por exemplo, as forças sociais buscam hegemonizarem-se e legitimarem sua autoridade, ter alguma forma de poder. A concepção tem que se fazer ação para materializar a ideologia.

[...] as ideias se tornam efetivas se, ao final, elas se juntarem a uma constelação particular de forças sociais. Neste sentido, a luta ideológica faz parte de uma luta social geral por controle e liderança – em suma, pela hegemonia (HALL, 2003, p. 290).

A luta ideológica é um processo, e não algo dado. Segundo Hall, nenhuma prática social ou conjunto de relações está livre dos efeitos determinantes das relações concretas nas quais estão situados. A ação social é sempre contextualizada dentro do sistema social em que se desenvolve, em que uma rede de forças sociais está em jogo buscando legitimação de suas práticas sociais, que incluem as ações comunicacionais. As lutas sociais são lutas ideológicas.

[...] Frequentemente, a luta ideológica consiste na tentativa de obter um novo conjunto de significados para um termo ou categoria já existente, de desarticulá-lo de seu lugar na estrutura significativa (HALL, 2003, p. 193).

Para Ricouer (1986), a ideologia é algo tomado como realidade autônoma, que fornece guias, modelos ou paradigmas para a construção da

experiência. Também Ricoeur propõe pensar a ideologia e a práxis em conexão, compreendendo a ideologia como sistemas simbólicos de interpretação dos conflitos do cotidiano e a práxis como os conflitos do cotidiano. Trata-se da relação entre interpretação e ação, sendo a ação a estrutura da vida social (práxis = ação social). Por ser a ação social interpretável, é que pode ser distorcida e dissimulada ao ser traduzida, interpretada. A ação social/práxis tem parte do seu sentido traído. Deixa de ser ação para ser interpretação. Por ser simbólico é distorcível.

Geertz propõe pensar a própria ação enquanto ação simbólica. A própria ação como instância interpretativa, que faz a representação de si. A ação simbólica refere-se a uma rede de padrões, bitolas, matrizes, por meio da qual articulamos nossa experiência social e perceptiva. Estas matrizes articulam nossa maneira de “ver o mundo”, a nossa posição social, nossa forma de agir no mundo. E a rede de matrizes da qual fazemos uso é parte do sistema cultural em que estamos inseridos. Poderíamos dizer que as matrizes culturais que o discurso de uma organização social explicita tem, por sua vez, matriz no sistema cultural em que estamos inseridos, o qual é constituído pelo que podemos denominar espécies de “macromatrizes” culturais. Assim, as ações já estão de alguma forma determinadas pelo sistema cultural em que o sujeito da ação se insere. Mas estando enquadrada, não está engessada, existindo sempre margem para a transformação de sentido, novas interpretações, hibridizações matriciais, mestiçagens, reconstruções simbólicas, que funcionam como uma espécie de infidelidades necessárias para a liberdade do olhar sobre a realidade social, para exercícios de criatividade, das artes de fazer cotidianas.

A ação é regida, então, por padrões culturais, em que matrizes organizam processos sociais e psicológicos. Nesse sentido, as matrizes culturais determinam a formação de padrões, modelos de interpretação da ação, e também a própria formulação da ação (já que a ação é simbólica – constitui a própria ideologia da ação). Ideologia e práxis são, então, constitutivas de um mesmo processo. Pensando a partir de Geertz e Ricoeur, a ideologia seria, assim, como o código de interpretação que assegura uma certa integração entre ação e interpretação desta. Podemos compreender que interpretar é sempre distorcer à maneira do sujeito. Pensar a ação é sempre pensá-la ao modo do seu pensador, aquele que comunica sua construção simbólica sobre seu agir. Os sujeitos sociais entrevistados para a pesquisa falam das suas “distorções” sobre as práticas sociais, ação coletiva do CEA e como se percebem parte desta ação, assim como o que ela representa subjetivamente para cada um. Essa distorção é moldada pelas matrizes culturais do campo (ou campos) em que o sujeito atua. Assim, o que é discursivo é também distorcível enquanto construção simbólica da experiência.

Na tentativa de ultrapassar as limitações das ciências sociais que, segundo Geertz, tendem a lidar com a ideologia como um sistema ordenado de símbolos culturais, sem a discriminação de seus contextos social e psicológico, e de um aparato conceitual capaz de lidar mais habilmente com o significado, o autor propõe pensar a ideologia nos modos de interpenetração da cultura, da personalidade e do sistema social, estudar a ação simbólica enquanto expressão de valor dado às coisas por atores sociais. Assim, os rituais de um campo social (que é um campo de produção de sentidos, um universo simbólico) expressam seus modelos simbólicos, padrões e matrizes culturais, os sentidos que tendem a produzir em e com seus participantes. Exemplo desses rituais e modelos podemos observar na comunidade interpretativa formada pelos profissionais do campo jornalístico, por exemplo, nas formas de enquadrar os acontecimentos sociais em valores-notícia, a fim de ofertar um produto simbólico-material para a sociedade, padronizado, assim como também nos rituais e modelos de enquadramento da realidade social pelas fontes das notícias, papel desempenhado pelo CEA. Por essas questões adquirirem centralidade no problema da tese, consideramos relevante aprofundarmos a discussão sobre a ideologia.

Geertz pensa o sistema simbólico organizado a partir das estruturas, padrões de organização, padrões de significado, programas etc. Tanto os símbolos ou sistemas de símbolos chamados cognitivos como os chamados expressivos são fontes extrínsecas de informações em termos das quais a vida humana pode ser padronizada – mecanismos extrapessoais para a percepção, compreensão, julgamento e manipulação do mundo. Os padrões culturais – religiosos, filosóficos, estéticos, científicos, ideológicos – são programas. E, como tal, fornecem um modelo, padrão, gabarito para a organização dos processos sociais e psicológicos, de forma semelhante aos sistemas genéticos que fornecem tal gabarito para a organização dos processos orgânicos. Assim, a organização do discurso jornalístico em fontes primárias e secundárias, ênfases de sentidos, fotos, diagramação etc. expressa modelos cognitivos e expressivos que dão a conhecer sobre o sistema simbólico do campo jornalístico. Da mesma forma se organiza o padrão de uma organização social, que é tecido pelo conjunto de formas de ser e fazer, fios de sentido que estão explícitos nos seus discursos. O padrão de comportamento é guiado, predominantemente, por gabaritos culturais em vez de genéticos. Os gabaritos de Geertz equivalem às matrizes culturais.

O homem, animal que faz ferramentas, que ri ou que mente, é também um animal incompleto – ou, mais corretamente, um animal que se completa. Agente da sua própria realização, ele cria a capacidade específica que o define a partir de sua capacidade geral para a construção de modelos simbólicos. Ou – para retornar finalmente ao nosso tema – é através da construção de ideologias, de imagens esquemáticas da ordem social, que o homem faz de

si mesmo, para o bem ou para o mal, um animal político. Além disso, como as várias espécies de sistema, símbolos culturais são fontes extrínsecas de informações, gabaritos para a organização dos processos social e psicológico, eles passam a desempenhar um papel crucial nas situações onde está faltando o tipo particular de informação que eles contêm, onde os guias institucionalizados de comportamento, pensamento ou sentimento são fracos ou estão ausentes. É justamente nos lugares emocional ou topograficamente não-familiares que se precisa de poemas e mapas rodoviários (GEERTZ, 1978, p. 189-190).

Para Geertz, a ideologia é uma resposta à tensão, não só cultural, mas também social e psicológica. A tensão é entendida como consequência de uma perda de orientação, que dá origem à atividade ideológica, devido a uma incapacidade, por falta de modelos utilizáveis, de as pessoas compreenderem o universo no qual se encontram localizadas. Diante das tensões do mundo contemporâneo oriundas da sua complexificação, por exemplo, a mídia se apresenta como uma instância de orientação, um modelo utilizável para compreender a realidade social, portanto, nesta orientação institui-se como instância ideológica.

O desenvolvimento de uma comunidade política diferenciada pode trazer consigo a tensão e a confusão conceitual, na medida em que as imagens estabelecidas de ordem política se esmaecem na irrelevância ou são levadas ao descrédito, segundo Geertz. Nesse sentido, podemos afirmar que a emergência de novos significados políticos faz os sujeitos depararem-se com o vazio de significados – justamente onde os novos significados querem instalar-se, ressignificando a realidade e assim instituindo-se ideologicamente, chegando a naturalizarem-se. É o que podemos observar ao pensarmos sobre a atual onda de globalização empreendida pelas novas tecnologias de comunicação. Essa tensão/confusão que se instala leva à procura de novos arcabouços simbólicos para agir nesta nova realidade social. Esses novos arcabouços simbólicos podem ser encontrados na própria ideologia da globalização, como em movimentos antiglobalização, ou mesmo nas nuances que podemos encontrar em posições intermediárias entre um e outro. Trata-se, de qualquer forma, de modelos culturais que servem para classificar as coisas e as pessoas. Modelos que são necessários, já que é uma necessidade humana dar significado às coisas para viver. Os modelos culturais constituem-se enquanto mapas da realidade social, quadros simbólicos usados para a interpretação das ações, matrizes culturais.

[...] é a tentativa das ideologias de dar sentido a situações sociais de outra forma incompreensíveis, de construí-las de tal forma a tornar possíveis a atuação propositada dentro delas, que dá conta tanto da natureza altamente figurativa das ideologias como da intensidade com que são mantidas, uma vez aceitas. Da mesma maneira como a metáfora amplia a linguagem alargando seu alcance semântico, permitindo-lhe expressar significados que não pode,

ou ainda não pode, expressar literalmente, o golpe dos significados literais na ideologia – a ironia, a hipérbole, a muito apelada antítese – fornece novos quadros simbólicos contra os quais se pode combinar a miríade de coisas não-familiares que são produzidas por uma transformação na vida política, como uma viagem a um país estranho. O que quer que as ideologias sejam além disso – projeções medos não-reconhecidos, disfarces de motivos ulteriores, expressões fictícias da solidariedade de grupo – elas são, bem distintamente, mapas de uma realidade social problemática e matrizes para a criação da consciência coletiva (GEERTZ, 1978, p. 192).

Para Geertz, embora a ciência e a ideologia sejam empreendimentos diferentes, relacionam-se, já que a função social da ciência é compreender as ideologias no que são, como funcionam, o que dá origem a elas, para poder criticá-las, sem render-se a elas. Um exemplo do risco do “rendimento” da ciência às ideologias dominantes é abordado por Mészáros (1996) quando fala do “círculo ideológico”, referindo-se a uma visão não-dialética das transições entre as diferentes sociedades, que não percebe as continuidades da sociedade tradicional (do antigo regime feudal) para a modernidade e desta para o que se denomina correntemente como pós-modernidade. Passa-se de uma para outra “esquecendo-se” das continuidades de desigualdades sociais. Fala-se em sociedade pós-industrial esquecendo-se das contradições remanescentes do capitalismo contemporâneo. A superação de uma sociedade pela outra simplesmente pelo rótulo pós não passa de intermináveis construções ideológicas, como se o adjetivo “pós” superasse por si as contradições de um tempo sócio-histórico. É a ideologia dominante que faz uso dessas chaves de leitura, fundamentadas em discursos científicos. Para o autor,

[...] não se pode dar muito crédito à conceituação do ‘mundo capitalista avançado’ a partir de uma perspectiva que ignora sistematicamente a esmagadora maioria da humanidade e opera com categorias que não dão atenção às suas reais condições de existência. [...] teorias extremamente duvidosas, [...] tendencialmente eurocêntricas [...]. Por isso, não é de modo algum accidental que neste tipo de teorização não haja lugar para a dinâmica objetiva do desenvolvimento histórico capitalista global, de que é absolutamente impossível excluir problemas veementes do ‘mundo subdesenvolvido’ (MÉSZAROS, 1996, p. 40-41).

Dessa forma, o autor reclama da falta de complexidade das teorias clássicas ainda em voga, que ignoram a realidade social do “terceiro mundo”, assumindo uma posição tendenciosa enquanto cientistas sociais, o que é determinado pela sua tendência em direção às ideologias dominantes. A exclusão social impediria, portanto, o salto da modernidade para a pós-modernidade, e até mesmo da sociedade tradicional para a modernidade. A desigualdade social nos torna sempre tradicionais, por mais pós-modernos que se queira denominar este tempo sócio-histórico. O pecado dos teóricos da

pós-modernidade é ignorar essa situação permanente. O resultado, segundo Mézaros, é que essas teorias gerais da pós-modernidade não deixam espaço para indicar

[...] algumas forças possíveis da emancipação individual e social, juntamente com as modalidades prováveis de sua ação, através da qual a superação das condições de dominação (genericamente criticadas), hoje em dia prevalentes, poderia ser alcançada [...]. Esta lacuna – que decorre da rejeição categórica do trabalho como agente de emancipação – traz consigo consequências metodológicas profundas, compartilhadas tanto pelos ideólogos da ‘modernidade’ quanto pelos da ‘pós-modernidade’ (MÉSZAROS, 1996, p. 67).

Empatia é um termo encontrado na linguagem comum, que indica a vizinhança do outro e a possibilidade de assumir o seu ponto de vista. Todavia, essa é somente a metade do percurso, que não nos poupa o vazio e a perda. Sem a capacidade de permanecer ancorados em nós mesmos, e de atravessar esse vazio, não existe encontro, mas apenas benevolência, literalmente boa vontade. O encontro é a possibilidade de aproximar duas regiões de significado, dois campos de energias em frequências diferentes e de fazê-los vibrar juntos. O encontro é sim-patia, é com-paixão, sentir-com-o-outro. É a possibilidade de descobrir que o sentido não nos pertence e surge no encontro, mas, ao mesmo tempo, só nós podemos produzi-lo. Por isso o encontro com o outro é uma viagem vertiginosa dentro do sentido. O cotidiano é o espaço da presença e da perda, e nesta viagem os outros são simultaneamente os nossos guias, e as miragens que nos fazem perder o rumo (MELUCCI, 2004, p. 128).

Segunda Parte – A trama

A sociossemiótica das interações comunicacionais e midiaticizadas

No ato de conferir sentidos ao desenrolar das ações e dos discursos que os sujeitos trocam entre si, define-se a identidade dos papéis que eles representam. É na relação que estabelecem entre si sujeitos de diferentes campos sociais, na geração e aceitação das regras do processo comunicacional que se estabelecem e são pactuados os sentidos. A relação comunicacional é, assim, uma experiência sociocultural. A interação comunicacional é um processo aberto, em que o indivíduo nunca sabe ao certo se aquilo que lhe é dado ver é aquilo que vê, por isso seus limites estão constantemente sujeitos a transformações, transposições, alargamentos e retraimentos. Outro fator que define a abertura das experiências interativas comunicacionais é a intervenção da diversidade de experiências e de papéis (mais ou menos permanentes ou transitórios) desempenhados pelo indivíduo, os quais definem a vida cotidiana e delineiam a sua identidade, assim como suas relações sociais. Desencontros entre quadros de experiência dos sujeitos em interação podem gerar equívocos e manifestações imprevistas. Cabe ao pesquisador observar as regras processuais da interação, que fazem intervir as estratégias e os objetivos visados, assim como as expectativas associadas aos comportamentos adotados pelos atores sociais inseridos no sistema social, em que diferentes universos simbólicos (que formam os campos sociais) estão em interação.

Diferentes universos simbólicos, cada um relativo a campos sociais específicos, organizam-se como sistema social. Sistemas sociais têm como base de troca relações de comunicação: textos, feixes de sentidos, que se referem a modelos de produção e consumo dos discursos. Modelos discursivos dos campos sociais são construídos a partir de gramáticas próprias, que são colocadas em circulação nas interações sociais, gerando um conjunto de variações de efeito de sentido sobre os discursos dados. Em qualquer discurso há uma multidão de traços heterogêneos de diferentes origens. No espaço de circulação desses sentidos – em que os sujeitos, simultaneamente, ocupam a posição de produtor de discursos e daquele que dá reconhecimento ao discurso do interlocutor –, os sentidos modificam-se fundando outros. A fundação é um sistema de diferenças entre sistemas de relações, nos termos de Verón. Para nós, que partimos da perspectiva dos campos sociais, a fundação de sentidos refere-se às diferenças entre universos simbólicos que constituem

os campos sociais diversos em interação, seja em processos comunicacionais ou mediados.

Entendemos os discursos não apenas como texto escrito ou falado, mas também como a ação social: dos movimentos sociais, dos produtores jornalísticos etc. Estudar os discursos enquanto formas narrativas é dar conta de como se organizam as significações, já que, segundo Van Dijk (2002), “não existe um processo de compreensão único, mas processos de compreensão que variam de acordo com diferentes situações, de diferentes usuários da língua, de diferentes tipos de discurso”.

Para Eco (1993),

[...] poder-se-ia dizer que um texto, depois de separado do seu autor (assim como da intenção do autor) e das circunstâncias concretas de sua criação (e, conseqüentemente, de seu referente intencionado), flutua (por assim dizer), no vácuo de um leque potencialmente infinito de interpretações possíveis. [...]. Embora se saiba qual deve ser a ‘intenção do leitor’, parece mais difícil definir abstratamente a ‘intenção do texto’. A intenção do texto não é revelada pela superfície textual. Ou, se for revelada, ela o é apenas no sentido da carta roubada. É preciso querer ‘vê-la’. Assim é possível falar da intenção do texto apenas em decorrência de uma leitura por parte do leitor. A iniciativa do leitor consiste basicamente em fazer uma conjetura sobre a intenção do texto (ECO, 1993, p. 48 e 75).

Bateson, no mesmo sentido, afirma que cada ser humano conhece uma certa incerteza quanto ao tipo de mensagem que emite, e tem necessidade de ver como as mensagens são recebidas para saber o que eram. Portanto, o sentido se dá na interação comunicacional, e não na emissão ou na recepção somente. Ou seja, nos interstícios, que se constituem a arena em que se encontram as gramáticas discursivas dos interlocutores, em luta simbólica, negociando sentidos da realidade social, marcada pelas ideologias que os discursos de ambos carregam. Isto se dá tanto entre interlocutores dentro de uma organização social, entre sujeitos de campos sociais diversos no processo de interação comunicacional, como entre sujeitos que participam do processo comunicacional mediado. Para Bateson,

[...] entre todos los elementos y todas las peripecias de la formación y de la reformación de las relaciones humana, el proceso más interesante tal vez sea aquel mediante el qual los objetos instauran reglas comunes para la creación y la comprensión de mensajes. Sea qual sea la respuesta que yo pueda dar al relato ilusorio del paciente, propone una convención que nos sirve a los dos como guía en nuestra comprensión del mensaje [...] Los sistemas de reglas posibles que dos personas pueden tener en común son numerosos y complexos. Entre ellos cabe mencionar un sistema que se há caracterizado como simbiótico [...] un sistema de convenciones no verbalizadas y de ordinario inconsciente [...] Fingiendo no reparar

en los matices y las insinuaciones, o viendo sobrentendidos que no eran intencionales, las personas mantienen un extraño simulacro de comprensión (BATESON, 1996, p. 136).

Além da linguagem falada, outras formas de comunicação asseguram o desenvolvimento da interação comunicacional. Winkin (1996) nos traz para a análise o elemento corpóreo da interação comunicacional. Ele se apoia em Birdwhistell, para quem a gestualidade e a linguagem se integram num sistema constitutivo de uma multiplicidade de modos de comunicação. Não existe a significação de um gesto, mas este se integra num sistema interacional de múltiplos canais, que se confirmam ou se invalidam mutuamente. O comportamento interindividual é uma corrente de comunicação com múltiplas balizas. O indivíduo não se comunica, mas toma parte da comunicação, na qual se converte em seu elemento. Não é autor da comunicação, participa dela, que deve ser compreendida como intercâmbio.

La comunicación prodría considerarse, en el sentido más amplio, como el aspecto activo de la estructura cultural [...]. Lo que trato de decir es que la cultura y la comunicación son términos que representan dos puntos de vista o dos métodos de presentación de la interrelación humana, estructurada y regular. En cultura el acento se pone en la estructura, en comunicación, en el proceso (BIRDWHISTELL apud WINKIN, 1996, p. 79).

A cultura é movimentada pelos processos comunicacionais (mediatizados ou não mediatizados), em que participam os sujeitos dos campos sociais em interação. Os participantes da interação comunicacional têm papel ativo de reconfiguradores e reestruturadores das ações sociais, ao produzirem sentido sobre elas. Assumem o papel ora de produtores, ora de consumidores culturais inseridos num processo comunicacional, que dão ou não reconhecimento à fala daquele que ocupa a posição de produtor do discurso. Da mesma forma, os usos sociais dos produtos midiáticos feitos pelos movimentos sociais são formas de consumo, ou seja, ações culturais de sujeitos que estão atravessados por uma diversidade de discursos contraditórios. Apropriar-se estrategicamente do campo midiático é participar de uma interação comunicacional (com os produtores midiáticos) e mediatizada (quando os discursos passam pelas tecnologias de comunicação). A observação de como se dão estes usos sociais, e de como os sujeitos em interação posicionam-se uns em relação aos outros, dá a conhecer sobre as especificidades do processo comunicacional, marcado por lutas simbólicas, que no nosso caso tem como participantes, em primeiro plano, sujeitos dos campos midiático e dos movimentos sociais, e, em segundo plano ou no entorno, sujeitos de outros campos sociais.

Como estamos centrando nossa atenção na relação entre o sentido e a ação, a abordagem sociosemiótica da teoria dos discursos sociais nos ajuda

a analisar a produção de sentido enquanto fenômeno social que fundamenta as representações sociais. A interação entre os campos sociais é observada como formadora de uma rede semiótica, um sistema produtor de sentidos, que forma uma semiose social “condição de funcionamento de uma sociedade em todos seus níveis” (VERÓN, 1996, p. 125). A análise dos discursos que circulam nos processos de comunicação abre-nos um caminho para a compreensão da construção dos sentidos sobre a realidade pelos sujeitos sociais, especialmente aqueles que se propõem serem sujeitos de transformação social, caso dos movimentos sociais contemporâneos.

Os discursos mantêm gramáticas próprias, com regras e marcas que dão a conhecer ao pesquisador sobre as lógicas do processo de construção de sentidos que fizeram uso os sujeitos dos campos sociais em interação comunicacional. Verón denomina “condições sociais de produção” aquelas relativas aos discursos emitidos pelo polo da produção, emissor, enquanto denomina “condições sociais de reconhecimento” aquelas relativas às apropriações dos receptores sobre os discursos. Essas condições referem-se aos efeitos de um discurso. As condições sociais de produção nunca são as mesmas condições do reconhecimento. A distância entre elas é variável, e esta diferenciação funda o conceito de circulação (entre produção e reconhecimento), em que se dá o que Verón denomina “desgaste perpétuo”. A análise dos discursos possibilita apreendermos as operações de atribuição de sentido às matérias significantes, suas condições sociais e formas de mediação, esta entendida como componente intrínseco do funcionamento simbólico e social das sociedades. Trabalhar com as mediações é, portanto, privilegiar a análise dos usos sociais no que intervém as matrizes culturais que marcam e constroem a identidade dos sujeitos em interação.

O campo midiático e os outros campos sociais, que buscam visibilidade pública via midiática de seus discursos na mídia, articulam-se na produção de conhecimento sobre determinados temas – no caso das organizações como o CEA, trata de temas socioambientais – travam disputas e negociações de sentido por possuírem economias discursivas próprias, assim como estratégias e práticas diferenciadas. Nessas negociações, a linguagem atua como dispositivo de atualização das relações de força da sociedade.

Esse espaço de circulação de discursos, de negociações, forma uma intersecção gramatical complexa, o que determina um padrão específico nesta semiose de sentidos, conforme os campos, as falas, estratégias e táticas em uso para instituir sentidos, tanto na interação interpessoal como para o espaço público, via midiática dos discursos. Valores, sentidos comuns, cultura de grupos, e tudo o que se sustenta a partir das relações de comunicação que formam e estruturam as redes sociocomunicacionais formam o padrão de interação, de troca e negociação de sentidos sobre a realidade. O que dá as

nuances desse padrão são as matrizes culturais que se misturam formando um *pachwork* próprio, relativo a uma interação específica. Assim, o padrão de interação do CEA com o campo dos movimentos sociais é diferente do padrão de interação do CEA com o campo institucional-governamental ou com a comunidade interna, porque diferentes matrizes são movimentadas, ou mesmo, quando as mesmas matrizes são chamadas para mediar esta interação, podem surgir a partir de pacotes de sentidos outros.

As negociações que marcam as interações sociais se dão nas intersecções, nos interstícios, como são denominadas as zonas de fronteira entre os discursos, as quais estão inundadas de pontos de indeterminação, em que ocorrem tanto capturas de sentidos quanto desvios e fugas, tensões e conflitos, como não capturas e resistências. Essa zona de fronteira é o espaço da sedução, do jogo, da atualização de forças simbólicas. É o espaço de luta simbólica. Uma espécie de arena dos sentidos. É onde se espelham e retocam, transformam-se as culturas dos sujeitos envolvidos no processo comunicacional, que transformam a comunidade com suas produções de sentido sobre a “realidade” (MAZZARINO, 2009). A natureza política das interações entre os campos sociais refere-se a uma prática de poder simbólico, e, portanto, participa de sistemas simbólicos, nos quais tem suas funções sociais ampliadas, e tendem a se transformarem em funções políticas pela própria eficácia dos símbolos (BOURDIEU, 1974, 1989). Sistemas simbólicos – que também podemos denominar universos simbólicos dos quais se valem os campos sociais –, estruturam a realidade, ordenando o mundo social, e criam “comunidades simbólicas” em torno de símbolos que possibilitam o consenso acerca do mundo social. Os símbolos comunicam e, dessa forma, contribuem para a reprodução social. Sua legitimação se dá ao exercer poder sobre aquele que é comunicado – sejam produtores ou receptores do processo comunicacional.

Os sujeitos inseridos no processo comunicacional carregam consigo esses sistemas simbólicos, com os quais organizam e representam o mundo. Aí se insere a função ideológica da circulação de sentidos que, ao serem postos em movimento, legitimam poderes simbólicos. O processo comunicacional é, assim, uma operação de luta pelo poder de estabelecer sentidos em busca do consenso. Lutas simbólicas presentificam-se nos conflitos da vida cotidiana,

em que está em jogo a legitimação de formas de expressão da realidade dadas por diferentes instâncias produtoras de sentido.³⁵

Nessa interação entre campos sociais diversos, o campo midiático assume uma certa centralidade garantida pela necessidade de outros campos de recorrerem ao campo midiático para ter visibilidade social. E neste contar sobre a realidade que media, sujeitos, atores dos diferentes campos sociais em interação, fazem uso de dispositivos que visam a capturar a atenção e os sentidos dos seus receptores, ou do outro, seu interlocutor. Esses dispositivos despertadores de sentidos, quando usados pela mídia, são denominados mecanismos de midiaticização.

A midiaticização é um fazer da mídia que estabelece regras e princípios para suas falas, sistematizados em gramáticas de produção. Estas funcionam como dispositivos de enunciação, despertadores de sentidos de um outro, o receptor do discurso, que com suas apropriações, sistematiza outras gramáticas, que, como vimos, são denominadas por Verón de gramáticas de reconhecimento. Assim, entre produtores e receptores constituem-se os contratos de leitura. Estes contratos funcionam como pactos de leitura sobre os sentidos em circulação. A mídia interfere na construção da realidade quando estrutura e se estrutura no espaço público, e quando dá visibilidade às falas que acolhe. Ao midiaticizar as falas de outros campos sociais, a mídia impõe normas e condições instituídas por ela. Esta midiaticização se dá via enquadramentos, que funcionam de forma a formatar os acontecimentos que serão ofertados no que se constitui como o espaço público midiático (VERÓN, 1996, 1997). A função da mídia contemporânea constitui-se, assim, em transformar ou conservar os discursos circulantes na sociedade, a fim de ofertá-los para que os receptores apropriem-se.

35 Para Bourdieu (1974, 1989), a prática ideológica da mídia se presentifica quando articula discursos, transformando-os numa relação social que poderíamos denominar “sociabilidade discursiva”, que necessariamente não transforma a estrutura sociopolítica. Os discursos obedecem lógicas, têm seus códigos, que ao serem compreendidos e tornarem-se práticas cotidianas, transformam-se em práticas ideológicas e exercício de poder – micro e macro poderes. No processo comunicacional midiático entendemos que este poder é exercido não só por quem produz o discurso, mas também por aquele que faz uso dele e posiciona-se como consumidor simbólico. Poderes exercidos pela produção e pela recepção são poderes que se atravessam, criando a rede de relações simbólicas. O que está em jogo no campo simbólico é o poder político exercido por diferentes agentes que ocupam posições diferenciadas no campo simbólico, onde os atos sociais funcionam como tradutores das posições ocupadas. Este poder político é mediado pela linguagem e é comunicador das ideologias. O poder do produtor simbólico está relacionado com a posição que ocupa no interior do sistema de produção e circulação de bens simbólicos, e à posição na hierarquia cultural dos graus de consagração. É no interior do campo simbólico que são travadas relações de força. E a própria posição no campo funciona como mediação das relações de produção e difusão do material simbólico.

A comunicação midiática é essa configuração de meios de comunicação resultantes da articulação entre dispositivos tecnológicos e condições específicas de produção e de recepção, configuração que estrutura o mercado discursivo das sociedades industriais (VERÓN, 1997, p. 14).

Essas ofertas, enquanto modos de dizer e fazer ler a realidade construída midiaticamente, intervêm na trama de sentidos tecidos socialmente. Para efetuar essa produção de sentidos, os mídias utilizam-se de micro e macroestratégias simbólicas, redimensionando nesta passagem dos discursos institucionais e dos indivíduos da sociedade pelos dispositivos tecnológicos da mídia relações e hierarquias culturais, complexificando, assim, as relações sociais.

No caso do subcampo midiático do jornalismo, ou campo do jornalismo, mesmo percebendo a notícia como um produto da industrialização informativa, como já o fizeram os autores Escola de Frankfurt, seguimos o conselho de Alsina, que se utiliza da teoria da construção social da realidade e de uma análise do caráter discursivo da notícia, a partir da sociossemiótica. Para ele, notícia “é uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA apud HENN, 1996).

Essa definição valoriza o caráter de mediação da notícia, já que transformar o acontecimento em notícia é uma atividade de reprodução, remodelação, uma construção mental de um objeto, ou seja, uma atividade simbólica do jornalista, inserido em um campo social específico. A representação social do acontecimento permite-nos compreender como o jornalista apreende seu entorno. Portanto, entender o processo da construção da notícia permite compreender como se produz a representação social dos acontecimentos feita pelo campo jornalístico.

A notícia, ao mesmo tempo em que precisa ser institucionalmente legitimada, legitima as instituições. A maioria dos acontecimentos são produtos sociais empreendidos pelas fontes. O jornalista, ao tomar conhecimento do fato, enquadra-lo-á em um mundo de referência, regido por toda uma hierarquia que faz o dia a dia das redações. Ao construir a narrativa do acontecimento, o jornalista entra no âmbito do mundo possível, mas com as marcas do mundo real e de referência. Para construir este âmbito do mundo possível, o jornalista baseia-se em valores notícia para determinar quais fatos serão transformados. Para Henn, notícia

é uma arena sgnica onde as forças que pululam na sociedade se digladiam; um produto de consumo como qualquer outro, mas com características absolutamente particulares, por se tratar de um ser de linguagem a processar

ininterruptos recortes em um mundo que se força sobre ele, narrando-o e hierarquizando-o (HENN, 1996, 37-38).³⁶

Ainda, segundo Henn, o jornalista é um leitor de signos já devidamente interpretados pela fonte, tendo em sua leitura uma série de mediações do próprio processo produtivo jornalístico, que prevê intervenções dos seus superiores na redação ou noutros setores da organização jornalística. E é disso que tratam os estudos sobre a manipulação da notícia. As fontes têm interesses específicos como informantes, e para isso produzem seu próprio discurso para que o jornalista faça uso via suas próprias mediações, a fim de ver o discurso (da fonte) midiaticizado. As fontes funcionam como produtoras das notícias e, muitas vezes, dos próprios acontecimentos, via estratégias que deixam implícitas o conhecimento das lógicas produtivas jornalísticas da parte das fontes. A conectividade com a fonte se institui no processo de pauta.³⁷

O acontecimento essencial do jornalismo se produz na fonte, constituindo-se esta essência da atividade informativa. Para Paillet, a notícia não é criada a partir de um acontecimento, mas do discurso da fonte.³⁸ Os jornalistas possuiriam um papel legitimado e institucionalizado para construir a realidade social como realidade pública e socialmente importante, segundo Alsina (1989, p. 30). A construção social da realidade pela mídia é um processo que incorpora produção, circulação e reconhecimento, portanto não é uma construção unidirecional e sem novos interpretantes. É uma semiose social, que envolve produtores midiáticos, fontes, aparatos tecnológicos, leitores etc.

36 O autor afirma que o signo faz mediação do pensamento, traduz um objeto em um julgamento de percepção, ao colocar sobre ele uma camada interpretativa. O jornalista tem como matéria-prima o pensamento de um outro, a fonte, e é desse contato com a fonte que o acontecimento se constrói.

37 “Praticamente todas as ações sociais hoje são desenvolvidas na expectativa da visibilidade midiática. Qualquer empreendimento, tanto na esfera pública como na privada, pressupõe o aparecimento da imprensa, e existem profissionais incumbidos dessa função. Ou seja, existe uma tecnicidade na fonte, que delimita, inclusive uma forma de trabalho. As pressões dos órgãos governamentais, não governamentais, políticos, empresariais e outros desdobram-se em duas frentes. A primeira, a mais óbvia, dá-se no esforço de entrar na pauta ou agenda das redações, seja por meio de *releases* ou no plantio de informações que possam atizar a curiosidade dos repórteres. A segunda visa, ao contrário, omitir certas informações delicadas para o órgão. Sendo assim, há um esforço no sentido de que algumas notícias não saiam publicadas. E para isso vale tudo, desde suborno até negociações entre as esferas acima das redações. A relação repórter/fonte, portanto, é uma ponta de conectividade da redação com os demais sistemas e subsistemas que compõem o mundo circundante do jornalismo. Na outra ponta, temos a relação com o público, que pode, em determinados momentos, viver o papel de fonte, até mesmo no sentido de pautar matérias. As conectividades internas se dão na relação dos atores que compõem as editorias...há ainda uma rede com os demais setores da empresa [...]. Todos eles mantêm conectividade com sistemas externos, que, em algum nível, podem interferir no produto final: a notícia”. (HENN, 2002, 30-31).

38 Trabalham com esta perspectiva Marc Paillet e José Marcet, conforme Henn (1996).

– todos inseridos em um aparato cultural. Ou seja, um processo socialmente determinado e intersubjetivamente construído, como o autor denomina. Para Henn, a notícia é resultado dessa processualidade híbrida.

[...] a notícia comporta-se como semiose que se desdobra em interpretantes múltiplos e como a interação com a realidade configura-se por meio de signos, a probabilidade de o mundo cotidiano ser, em larga medida acionado ou estabelecido pelo jornalismo transforma-se em hipótese tentadora. Nesse sentido, pode-se pensar o jornalismo como uma espécie de ‘semiótica do cotidiano’, no sentido de ser uma atividade de contínua tradução e recriação dos acontecimentos do mundo em toda a extensão da ambiguidade que esses termos possuem. A notícia, na condição de signo, não se remete apenas à ocorrência que lhe deu origem. Ela é um dos pontos de uma intrincada semiose acionada por objetos dinâmicos múltiplos: os acontecimentos (que já são, em si, interpretantes complexos de alguma coisa), os fundamentos do jornalismo em ação, os códigos das linguagens que são empregadas (da redação, da diagramação), os códigos da cultura em que se inserem, as configurações econômicas, políticas e geopolíticas. Enfim, uma semiose híbrida, cujos nexos as pesquisas na área da produção midiática poderão identificar com maior pertinência (HENN, 2002, p. 93 e 113).

Entende-se, portanto, que jornalistas e fontes negociam e disputam os sentidos determinantes da realidade a ser construída, assim como quais matrizes vão ser enfocadas de forma central ou secundária. Nem na onipotência do emissor e tampouco do receptor, mas na interação comunicacional entre jornalistas e fontes podem residir novos espaços de tomada do poder de construir sentidos sobre a realidade social.

Estudar os discursos sociais a partir da sociossemiótica serve-nos como método para explicitar a relação de diferentes formas de poder nas interações comunicacionais e midiáticas. A organização política da sociedade, entendida enquanto relações políticas dos indivíduos, se constrói na comunicação entre as pessoas quando estão empenhadas em constituir e afirmar sua identidade – individual ou coletiva – que visa ao seu reconhecimento. Ou seja, o reconhecimento das ofertas discursivas significa o reconhecimento identitário, o que é determinante de um certo poder simbólico.

A política em termos de práticas sociais cotidianas gera uma mobilização de tipo microscópico, isto é, uma mobilização que está enraizada ao nível das formas mais elementares e imediatas das relações sociais, a interação face a face, na qual convergem e se cruzam múltiplas formas elementares de comunicação, constituindo assim um universo simbólico de grande complexidade. A ‘micromobilização’ é a forma mais básica (e essencial) de motivação dos indivíduos para uma dada actividade social, decorrendo a sua concretização ao nível primário dos contactos sociais: na interacção social directa, por vezes também designada por ‘encontros sociais’. Estas unidades de análise são de especial significado e importância quando se trata

de compreender o processo de formação das identidades dos participantes: a partir do seu interior gera-se um tipo de relacionamento social em que a consciência do Outro é mais aguda e, por isso mesmo, os investimentos individuais também se tornam mais intensos, tendo em vista a construção de uma determinada ‘imagem de si’ por parte de cada um dos participantes (ESTEVES, 2003b, p. 136).

Para Esteves, a relação poder-comunicação só tem pleno sentido quando o poder assume-se como bem social, constituindo-se em uma firme trincheira de resistência diante das tentativas de normalização unidimensional da experiência³⁹. Esteves propõe que se avance nas limitações da teoria sistêmica por meio de uma análise que trate do poder concreto, exercido num dado tempo histórico, e a relação concreta que este poder estabelece com a linguagem e com a comunicação⁴⁰.

O poder, segundo Esteves, é um fenômeno verdadeiramente social, próprio da ação política que se presentifica na ação social a partir da relação que cada um pode estabelecer com a política e como posição assumida perante as questões políticas. Trata-se de uma forma de poder difusa e indefinida, mas menos abstrata, já que se refere às práticas sociais concretas, a relações sensíveis e empiricamente apreensíveis das pessoas com a política. Podem-se estudar essas relações de poder onde elas tomam forma, ou seja, nas práticas discursivas de mediação política, na observação da linguagem cotidiana. A relação entre poder e comunicação pressupõe um modo de vida político que tem por fundamento a discussão pública.⁴¹

39 [...] uma nova teoria do poder que mantenha uma forte ênfase comunicacional, mas em que o significado subjacente de ‘comunicação’ tem agora de ser outro distinto do que lhe dá a concepção sistêmica); a comunicação situada ao lado da solidariedade (inter-relações e interdependência sociais) e do sentido (reconhecimento do outro), tendo como sua origem as interecções que os indivíduos estabelecem na sua vida cotidiana, através das quais se continua a processar a política e o poder é (e poderá ser) exercido como um bem social – um fim em si e não um simples meio.” (ESTEVES, 2003b, p. 116).

40 Segundo a teoria sistêmica, poder e linguagem estão intrinsecamente ligados. Agentes políticos fazem uso de recursos simbólicos. A ideia sistêmica do poder como médium preconiza a possibilidade de todas as formas simbólicas serem ordenadas segundo a lógica de um código de poder, que trata de estabelecer um enquadramento da experiência no domínio das relações políticas. Assim, a ação política estaria fixada à função de uma gramática própria das formas simbólicas, ordenada de modo binária que visa a ordenar o mundo a partir de polos contrários: se não é governo é oposição, se não é forte é fraco. É a lógica dos media, que estrutura o mundo de forma bipolarizada. Assim a mídia cumpre a sua função simbólica, de doação de sentido do mundo. (ESTEVES, 2003b).

41 “A dimensão pública do discurso político é o pano de fundo da relação poder-comunicação, o que significa que esta relação se encontra bem escorada em discursos e na articulação de enunciados, servindo estes aos indivíduos para definirem relações específicas de poder e ao próprio poder, por sua vez, para a sua aparente produção, alteração e reelaboração (em termos discursivos e performativos).” (ESTEVES, 2003b, p. 128)

Para fazer uma análise da relação entre ideologia e discurso, Fairclough lança seu olhar sobre a tecnologização dos discursos, que interfere na construção cultural e ética, assim como na reestruturação de subjetividades ou identidades. O autor estabelece duas relações entre discurso e hegemonia, que nos leva a compreender os movimentos antiglobalização como uma contra-hegemonia transnacional.

As convenções discursivas naturalizadas são um mecanismo extremamente eficaz para perpetuar e reproduzir dimensões culturais e ideológicas da hegemonia. Por conseguinte, um objectivo importante da luta hegemônica é a desnaturalização de convenções existentes e a sua substituição por outras [...]. O segundo aspecto da dupla relação que se estabelece entre discurso e hegemonia é o seguinte: o próprio discurso é uma esfera da hegemonia e a hegemonia de uma classe ou grupo sobre toda a sociedade, ou sobre determinadas secções da mesma (podemos mesmo, hoje em dia, falar de hegemonia a uma escala transnacional), depende, em parte, da sua capacidade de moldar práticas discursivas e ordens de discurso (FAIRCLOUGH, 1997, p. 80-81).

Fairclough defende que a análise do discurso é fundamental para os estudos relativos à mudança social, relacionando as mudanças discursivas (microanálise) com as mudanças sociais e culturais (macroanálise). Esta relação entre micro e macroanálise se justifica atualmente devido às mudanças radicais da sociedade contemporânea, onde o discurso assume função relevante em várias áreas sociais. Para o autor

[...] grande parte das mudanças sociais e culturais são mudanças nas práticas discursivas. É neste contexto que a tecnologização do discurso está a desempenhar uma função cada vez mais importante, ao contribuir, de forma consciente e estratégica, para a remodelação das práticas discursivas; a sua intervenção baseia-se em cálculos relativos aos efeitos hegemônicos e ideológicos mais alargados que estas práticas podem ter (FAIRCLOUGH, 1997, p. 82).

A relação das análises micro e macro de forma associada se propõem a evidenciar e criticar as conexões existentes entre as propriedades dos textos e os processos e relações sociais (ideologias, relações de poder). O discurso é percebido pelo autor na sua forma tridimensional: um texto linguístico, oral ou escrito; uma prática discursiva enquanto produção e interpretação de texto; e como prática sociocultural. O método de análise do discurso refere-se à descrição linguística do texto, à interpretação das relações entre os processos discursivos (produtivos e interpretativos) e o texto, e a relação entre os processos discursivos e os processos sociais. A característica especial da análise do discurso é relacionar prática sociocultural e texto, entendendo esta relação mediada pela prática discursiva.

Para Van Dijk, metodologicamente, é imprescindível compreender que não podemos “ler” ideologias a partir de estruturas discursivas, sem considerar as transformações possíveis provocadas por fatores que intervêm no processo, os quais se referem a acontecimentos pessoais, modelos contextuais e atitudes contraditórias, controladas pelas ideologias de vários grupos, com os quais os falantes se identificam. A base do discurso são modelos de interpretação específicos usados pelas pessoas individualmente, os quais se transformam na interação social.⁴² Ou seja, a relação entre texto e contexto é imprescindível na leitura dos discursos sociais.

No mesmo sentido de Fairclough, Pedro propõe uma análise crítica do discurso da mídia que vá além das estruturas linguísticas, e que procurem explicar e interpretar como estas estruturas resultam em escolhas contextualizadas também em aspectos sociais, políticos, culturais e ideológicos. E, assim, explicitam representações ideacionais dos produtores textuais, assim como as relações e as identidades. Trata-se de levar em conta o que está, mas o que poderia estar e não está no texto, o que está explícito, o que está pressuposto, e o que está ambíguo no texto. Uso de metáforas, metonímias, pleonasmos, hipérboles etc. A autora cita como exemplo como a estrutura narrativa do texto vai sendo construída, o modo como o jornalista explicita a forma como está percebendo a identidade dos entrevistados, e também dos leitores da entrevista. Como diferentes jornalistas utilizam-se de diferentes estratégias textuais para construir suas “estórias” e a identidade/identificação do ator social (por exemplo, um padre menor é diferente de um padre martirizado). Todas essas “mobilizações” de representações devem ser interpretadas pelo pesquisador como resultado de escolhas do autor para retratar o ator social (PEDRO, 1997b).

Para Van Leeuwen, a análise crítica do discurso deve formular as mesmas questões críticas que faz em relação às representações verbais, às representações visuais. Van Leeuwen chama atenção para dez formas de representação dos atores sociais nos discursos midiáticos: inclusão/exclusão,

42 Modelos “são representações mentais de experiências pessoais relativas a ações, acontecimentos ou situações particulares [...] formam a base mental do discurso oral e escrito localizado: são aquilo de que as pessoas falam, aquilo a que se referem; são constituídos essencialmente pelas construções subjectivas de acontecimentos passados, presentes ou futuros; representam experiências pessoais e planos de acção [...]. Não representam apenas o conhecimento que temos de acções, de outros acontecimentos e dos participantes nesses acontecimentos, mas também as opiniões específicas, pessoais, que acerca deles formamos. Daqui se conclui que os modelos são pessoais e avaliativos, subjectivos e únicos: cada pessoa possuirá um modelo específico (plano, interpretação) de cada texto em cada situação. Uma leitura posterior do mesmo texto pode dar origem a um modelo diferente, actualizado, modificado [...]. Modelos constituem a base experimental de processos de generalização, abstracção e descontextualização, inerentes à formação do conhecimento e de atitudes, comuns a membros de grupos.” (VAN DIJK, 1997, p. 116-118).

supressão, função, diferenciação, individualização, associação, identificação, nomeação, classificação, e personalização.

A inclusão/exclusão se dá geralmente para servir aos interesses dos pressupostos receptores do produto midiático, enquanto a supressão ou colocação de um ator social em segundo plano também diz sobre a representação social que se faz do grupo social que retrata. Da mesma forma, entendo que produz sentido o fato de um ator social determinado figurar como a única voz de uma notícia. Além da supressão, devemos observar também se o ator social representado está com a função de agente ou paciente da ação. Se os atores são representados enquanto agentes ativos, é diferente o sentido que se produz do que se tiverem sendo representados “submetendo-se” a uma atividade ou sendo receptores dela. Assim, “as representações podem redistribuir papéis e organizar as relações sociais entre os participantes [...]” (VAN LEEUVEN, 1997, p. 186). A diferenciação refere-se às pistas deixadas pelo texto quando os atores são representados como pessoas comuns, pessoas excepcionais etc. A individualização ou colocação do ator como parte de grupo é outro aspecto a ser observado na análise crítica do discurso, assim como a associação do grupo ou ator em causa a outros grupos sociais. Nesse sentido, devemos observar como aparecem associados, se a associação é contínua, ou se, ao longo do texto (ou textos), os grupos são novamente individualizados. Em relação à identificação, é importante observar se os atores sociais são representados de forma indeterminada ou são especificados como indivíduos, ou seja, se lhes é dada uma identidade, e como esta é então construída. Nesse sentido, devemos prestar atenção à forma como os atores sociais são nomeados e/ou categorizados. E também como estão classificados: por função social, sexo, classe, idade, etnia, religião, origem, orientação sexual, características físicas etc. E, no caso de estarem personalizados, que pronomes, substantivos e adjetivos são utilizados para esta personalização, a utilização de conotações positivas e negativas etc.

Um modo de tramar

Nossa pesquisa parte de um questionamento sobre o processo de construção social da realidade a partir da interação entre os campos midiático e dos movimentos sociais, em que temos como problema compreender como as interações comunicacionais internas do Centro de Educação Ambiental Vila Pinto; as interações desta organização popular com a comunidade local e regional e as interações com os campos dos movimentos sociais, institucional governamental e midiático concorrem para definir as matrizes culturais que o CEA incorpora nos seus discursos comunicacionais e naqueles mediatizados para o espaço público. Entendemos que as matrizes culturais movimentadas pelo CEA nos processos de comunicação e mediatização que participa

colaboram no projeto de construção da cidadania do campo dos movimentos sociais. Para compreender esse processo comunicacional-midiático, complexo e interdependente, vamos tomar como base a análise das gramáticas discursivas movimentadas pelos sujeitos sociais em interação.

Partimos da perspectiva dos estudos culturais, entendendo a cultura enquanto um processo de produção de sentido que se dá a partir da interação dos universos simbólicos de diferentes campos sociais. Entendemos que o processo de interação que pesquisamos se dá dentro de um contexto sociocultural marcado pelo que podemos chamar de macromatrizes culturais, as quais enquadram as relações sociais entre os campos, suas lutas culturais em torno do estabelecimento de sentidos sobre a realidade social. Essas macromatrizes do contexto sociocultural ajudam a determinar o padrão de organização das práticas e relações sociais do CEA, assim como a interpretação das experiências pelos seus sujeitos sociais.

As matrizes culturais, enquanto marcas vivas incrustadas na experiência social dos sujeitos, são movimentadas e reconstruídas a partir das interações sociais, e assim organizam e estruturam a cultura dos grupos sociais. Nesse sentido, as matrizes culturais expressam contradições, ambiguidades, contaminações, conflitos etc. Essas matrizes culturais se explicitam nas gramáticas discursivas dos sujeitos sociais, nos significados, formas de representar e enquadrar o mundo que os sujeitos utilizam. As matrizes culturais são marcas identitárias, pois a forma de representar simbolicamente a experiência é fonte de construção da identidade dos sujeitos. Ao mesmo tempo em que se constituem por mediações sociais, são elas mesmas agentes de mediação nas interações sociais. Assim, as matrizes culturais são organizadoras dos processos de interação comunicacionais e midiáticos. Entendemos que elas se referem a ofertas simbólicas heterogêneas, híbridas, mestiças, contaminadas, contraditórias.

A comunicação é um espaço estratégico para pensar as dinâmicas socioculturais contemporâneas no contexto latino-americano, marcado fortemente por um processo crescente de exclusão social, pela emergência de novas identidades e de sujeitos de transformação social, explicitando a articulação entre questões culturais, comunicacionais, dos movimentos sociais e das organizações populares. E é justamente aí que se situa nosso objeto de pesquisa. Trata-se de um estudo de cultura popular latino-americana, que passa por uma análise aprofundada das interações comunicacionais da sociedade civil, pelo sentido dado às experiências coletivas pelos sujeitos sociais, e pela redefinição do sujeito – que se politiza nas relações de poderes cotidianas (micropoderes). O sentido do político passa pela produção de sentido, pela forma como os sujeitos sociais representam o mundo. Daí o pessoal passar a ser político.

As lutas populares são, ao mesmo tempo, lutas culturais (pois se dão em torno do poder de nomear a realidade) e sociais (já que têm o objetivo de transformação social). São lutas que ocorrem em torno de modelos culturais. É o caso da luta entre os modelos de desenvolvimento caracterizados predominantemente como capitalista, tradicional, neoliberal, excludente e o modelo de desenvolvimento predominantemente social, alternativo, sustentável, incluyente. São lutas de poder que se dão nas interações comunicacionais e midiáticas, marcadas pelo uso de astúcias, contradições, táticas e estratégias, e têm como condição a existência de repertórios compartilhados. Trata-se de relações ideológicas, marcadas por contaminações culturais. E são as linguagens e os comportamentos dos grupos sociais em interação que dão a conhecer os meios de funcionamento e de materialização das ideologias, as matrizes que formam os padrões do modelo cultural ofertado por um sujeito coletivo.

Quer seja uma organização social popular ou uma organização jornalística, as lutas culturais e sociais são cotidianas. Os jornalistas, enquanto construtores da realidade social a partir das suas narrativas dos acontecimentos, colocam-se no papel de produtores culturais. O fato de os jornalistas apropriarem-se da realidade – transformando-a, dando significado aos acontecimentos via discurso especializado, a fim de ofertar para o consumo cultural dos receptores – torna-os atores de um fazer da ordem do simbólico, marcado pelas matrizes culturais específicas do campo jornalístico e midiático, mas também contaminado pelas matrizes culturais dos campos sociais dos quais se apropria dos discursos, a fim de oxigenar suas próprias falas. Assim, a agenda das organizações sociais e as agendas do campo jornalístico hibridizam-se via lutas simbólicas, marcadas pelas ideologias dos sujeitos dos campos em interação.

Entendemos também que os componentes mais importantes do movimento social são suas representações simbólicas, construídas em interações comunicacionais e midiáticas. Por isso, nos é importante analisar como os “*comunicadores*” de uma organização social negociam seus discursos diante das exigências do campo jornalístico, adequando-se e/ou tensionando-se com estas, quando objetivam ter visibilidade pública. Como defendem alguns autores que nos acompanham, a força e a expressividade de um movimento social podem ser observadas pelas imagens e representações sociais que ele produz no espaço público midiático. Assim, o enquadramento feito pelo campo jornalístico é importante, já que é nesta instância produtora de sentido que o movimento social é construído simbolicamente para a opinião pública.

Como os sentidos dados às experiências são resultado dos esquemas de interpretação, não há experiência que não seja ideológica. O aspecto ideológico é inerente ao processo de interação comunicacional e midiática. Assim, compreender o significado dado às experiências pelos sujeitos é compreender

os códigos ideológicos de uma organização social. O discurso é a instância que torna inteligível as ideologias de uma organização social. O papel e a posição social assumida pelo sujeito nos seus discursos repercute na construção da sua identidade. Enfim, a luta cultural e social é ideológica porque busca o controle, a hegemonia da instituição dos sentidos sobre a realidade social por determinada força social, que quer legitimar-se, ter alguma forma de poder no espaço público contemporâneo. A luta ideológica é, então, uma trama de matrizes culturais. E é feita de contaminações, porque as ações sociais estão contextualizadas no sistema social já existente, já nascendo contaminadas pelas ideologias e matrizes culturais do ambiente sociocultural em que surgem. Mesmo assim, cada organização social faz sua mestiçagem, é construtora de um padrão complexo de matrizes culturais a partir da sua ação social, sua tecelagem, que passa pela apropriação das macromatrizes do ambiente sociocultural, e das micromatrizes dos campos sociais com os quais interage. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é compreender as nuances da matriz cultural complexa que o CEA tece e oferta para o espaço público, e com a qual contribui na oxigenação do campo dos movimentos sociais, e suas relações com as matrizes dos campos sociais com os quais troca.

Conforme nossa compreensão do contexto sociocultural já explicitada a partir dos autores com que nos acompanhamos até agora, pontuamos sete marcas culturais, que caracterizam o contexto em que interagem os campos sociais do movimento social e midiático, final do século XX e início do século XXI: a) a organização da sociedade em campos sociais; b) a tecnointeração; c) a globalização; d) a subjetivação dos movimentos sociais; e) a cidadania planetária; f) as alternativas de desenvolvimento contra-hegemônico; e g) a exclusão social. Estaremos denominando estas marcas macro do contexto sociocultural em que se insere nosso objeto de estudo como macromatrizes culturais. Essas marcas são compartilhadas na experiência coletiva dos sujeitos sociais dos campos midiático e do movimento social, transnacionalmente. Entendemos que, sobre um quadro contextual com fios mais ou menos fixos relativos ao momento histórico da contemporaneidade, surge, se forma e se organiza o Centro de Educação Ambiental Vila Pinto, constituindo as suas próprias matrizes (micromatrizes culturais), na medida em que vai tecendo caminhos e criando formas de mesclar fios de sentidos sobre a realidade já dada. Assim, o CEA vai forjando uma identidade própria enquanto uma organização social, uma padronagem de tecido original, resultado do seu modo de tecer. Assim a identidade coletiva do CEA se entrelaça com as marcas do contexto social macro. Ou seja, a identidade do CEA, formada das matrizes culturais movimentadas nas suas relações internas e externas, é afetada pelas marcas da sociedade em que esta organização social surge e age. Vamos retomar rapidamente essas marcas globais ou macromatrizes:

a) *organização da sociedade em campos sociais* – os campos sociais constituem universos simbólicos-culturais próprios, com as formações discursivas e ideologias que os caracterizam. Os campos sociais são autônomos e interdependentes, ao mesmo tempo são abertos à interação, e têm como característica intrínseca a capacidade de transformarem-se continuamente. São campos de intersubjetividade, que afetam a construção de seus sujeitos individuais e coletivos. O campo midiático é aquele que dá visibilidade aos outros campos sociais no espaço público contemporâneo – espaço de troca simbólica entre os campos sociais, em que se gera a opinião pública. Os campos sociais são instâncias de produção de sentido que buscam se legitimar perante a opinião pública via mediação de seus discursos. Quando na sociedade contemporânea cresce a necessidade dos campos transformarem seus interesses em discursos a serem mediados, os campos sociais que buscam visibilidade pública no campo midiático tendem a se adequar às suas lógicas de produção. As estratégias de apropriação do campo midiático pelos outros campos sociais, e vice-versa, são marcadas por conflitos, rituais, performances, seduções etc;

b) *a tecnointeração* – no espaço público mediado as tecnologias de informação modificam as formas das interações sociais se darem, com estas passando a serem mediadas não só culturalmente, mas também tecnicamente. As lógicas das mídias acabam interferindo nas lógicas de funcionamento e interação dos outros campos sociais. As mediações sociais, que se dão via tecnologias de informação são denominadas mediações. Neste espaço público mediado, a tecnointeração representa uma nova forma de vínculo social, que contribui para o alargamento da experiência humana para além do espaço geográfico fixo. Atualmente, os dispositivos midiáticos ocupam uma centralidade na formação dos discursos e ações sociais, moldando valores culturais e determinando a formação do que se denomina tecnocultura. Discute-se se as tecnologias de informação são facilitadoras ou impedem mais intercompreensão (comunicação). Mas é indiscutível que as novas tecnologias de informação modificam as formas de ação e mobilização dos movimentos sociais contemporâneos, os quais passam a dar importância para a participação em redes planetárias de apoio mútuo via tecnointeração;

c) *a globalização* – debater a política da globalização pressupõe, segundo Beck, uma decisiva crítica da ideologia neoliberal do globalismo, de sua unidimensionalidade econômica, de seu pensamento único linear, de seu autoritarismo político em relação ao mercado mundial, que se impõe apoliticamente, mas atua de maneira altamente política. É preciso refletir sobre a globalização quando atingimos níveis de crescimento sem precedentes nas diferentes áreas, na mesma proporção que os níveis de exclusão sociais batem recordes contínuos nos países em desenvolvimento e

começam a preocupar os países desenvolvidos. Mas também é preciso pensar a globalização para além dos aspectos econômicos. A globalização evidencia choques culturais e a incomunicabilidade entre diferentes visões de mundo. A globalização da comunicação pode tornar-se um recurso político, se adquirir um significado cultural, de negociação entre diferentes posicionamentos, favorecendo processos de emancipação social. A informação constitui-se um recurso político indispensável para formulação de contra-hegemonias. A democracia, na contemporaneidade, só existe se no espaço público midiático são debatidos maior número de problemas sociais, dando lugar para que a diversidade de atores políticos se expresse. A democracia passa pelo reconhecimento das múltiplas identidades culturais. Refere-se a um processo cultural, político e comunicacional – que passa pela intervenção dos movimentos sociais na constituição da agenda midiática. Este é o sentido político do agendamento midiático. O papel estratégico e político do campo jornalístico no funcionamento das sociedades globalizadas é dar existência pública à diversidade de acontecimentos, contituindo-os temas de discussão pública. Por isso, o desafio dos movimentos sociais contemporâneos é fazer do campo jornalístico alvo estratégico;

d) *a subjetivação dos movimentos sociais* – os movimentos sociais contemporâneos apelam para a produção do sujeito, objetivam transformar a vida mais que transformar a sociedade. Temas morais e sociais (relativos às emoções, sexualidade, raça, ecologia etc..) ocupam espaço predominante na agenda dos movimentos sociais. A variável da classe social não dá mais conta das questões culturais que envolvem as ações dos movimentos sociais contemporâneos. O sujeito surge nos movimentos sociais quando o indivíduo assume a responsabilidade pela construção de uma cultura coletiva, o compromisso com a solidariedade, baseada em modelos de desenvolvimento alternativos em relação ao que preconiza a sociedade de consumo. Os movimentos sociais se dão em espaços de ação que reivindicam subjetividades, e, então, as subjetividades acabam demarcando culturalmente as coletividades contemporâneas. O sentido que cada um dá às suas experiências passa a fundamentar a participação do sujeito no espaço comum. Os movimentos sociais subjetivam-se quando passam a tratar do potencial de autonomia da ação humana, da “*ecologia das escolhas*”, quando o direito à diferença torna-se uma das principais bandeiras de luta, um lugar de encontro dos diversos;

e) *a cidadania planetária* – na constituição da sociedade civil global, as noções de direitos e de cidadania são redescobertas, e acabam politizando as subjetividades. Quando o outro passa a ser um sujeito global, modifica-se o sentido da cidadania, pois esta passa a ser exercida de forma transnacional. Na sociedade planetária a cidadania também é planetária. A constituição de redes de cidadania planetária representa uma estratégia de sobrevivência das

organizações que propõem formas de desenvolvimento alternativo. Um projeto de transformação social da realidade inclui a formação de redes de apoio mútuo em várias escalas espaciais. As ações locais em redes globais constituem-se como alternativas dentro da ordem da globalização. A abordagem da cidadania passa pelas questões relativas à ética ambiental, à produção de novos sentidos para a existência, ao uso de novas estratégias de poder capazes de construir uma racionalidade social, ao uso das tecnologias de informação para criar solidariedades planetárias. Na tecelagem das redes sociais (que inclui sujeitos sociais de diferentes campos) os movimentos sociais se conflituam, cooperam, solidarizam-se, negociam. A organização das redes sociais é uma forma de ação e interação estratégica. Nas redes sociais se tecem as identidades dos sujeitos sociais e coletivos via negociações contínuas. Atualmente, o fortalecimento da sociedade civil está atrelado à capacidade de construção de redes sociais e de informação;

f) *as alternativas de desenvolvimento contra-hegemônico* – nos tempos em que predomina a globalização neoliberal, os movimentos sociais contra-hegemônicos e a antiglobalização estão tecendo os novos caminhos de emancipação social quando propõem formas de desenvolvimento alternativo: organizações não capitalistas, novos valores em substituição à racionalidade econômica do pensamento dominante, formas de gestão solidária, associações coletivas populares, estratégias de autonomia de poder comunitário, desenvolvimento local e de baixo para cima, com respeito à diversidade cultural e ambiental. Iniciativas de desenvolvimento alternativo surgem tendencialmente em culturas híbridas, que buscam inclusão social via formas de satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência. O desenvolvimento alternativo passa pela parceria estratégica das organizações sociais com o Estado, com organizações sociais e econômicas (mesmo as capitalistas) locais, regionais, nacionais, transnacionais, e pelo uso das tecnologias da informação. Essas redes de cidadania têm se tornado fundamentais para trabalhar em condições que dificultam a mobilização coletiva, e constituem-se estratégias de ação contra a exclusão social. São as redes de apoio mútuo que podem ser uma forma de organização possível de globalização contra-hegemônica, que inclua aspectos econômicos, tecnológicos, políticos, ecológicos, culturais, sociais, envolvendo atores de diferentes escalas espaciais, que passam a oferecer modelos de desenvolvimento baseado em valores alternativos em relação à ordem dominante. Dado o poder das tecnologias da informação na formação da opinião pública na contemporaneidade, é fundamental que se faça a midiaticização das alternativas de desenvolvimento empreendidas pelos movimentos sociais emancipadores;

g) *a exclusão social* – nos países em desenvolvimento, a transformação nos sistemas de produção se reflete no rápido crescimento dos mercados

de trabalho informal e precário, e no desemprego. Trata-se de processos de exclusão social, resultado das exigências feitas aos países em desenvolvimento para se adequarem ao modelo de desenvolvimento neoliberal. A globalização é um processo altamente político quando observado sob o ponto de vista das exclusões sociais que gera. A perspectiva dos movimentos sociais antiglobalização ou de globalização contra-hegemônica servem de contraponto para a racionalidade instrumental, quando questiona os modelos de desenvolvimento excludentes, que contrariam as formas emancipatórias de vida. A exclusão social se converte, na contemporaneidade, em chave epistemológica.

Essas macromatrizes trazem à luz a percepção que, além dos movimentos sociais constituírem-se a partir de matrizes socioculturais oriundas de outros campos sociais, os próprios movimentos sociais estão configurando matrizes globais que são necessárias de serem levadas em conta quando se quer compreender a sociedade contemporânea. Ou seja, os movimentos sociais não apenas são configurados por matrizes culturais, como são configuradores de matrizes que não podem mais ser ignoradas pelo pensamento dominante global. É o caso da exclusão social, das alternativas de desenvolvimento contra-hegemônico, das redes de cidadania planetária e da subjetivação dos movimentos sociais. A exclusão social e as alternativas de desenvolvimento contra-hegemônicas ou frentes antiglobalização, inclusive, passaram a ser pauta não só do Fórum Social Mundial (que se realiza anualmente tendo Porto Alegre, no Brasil, sido sua sede até 2005; sendo exceção apenas o ano de 2004, quando aconteceu na Índia), como também esteve entre os principais temas da agenda do Fórum Econômico que acontece em Davos, Suíça, reunindo os principais chefes de Estado do mundo.

A partir dessas macromatrizes culturais, vamos expor o que consideramos as chaves de leitura dos movimentos sociais contemporâneos tendo como base a apropriação que fizemos do pensamento dos autores que teorizam sobre os movimentos sociais. Como vimos, para Melucci, o movimento social é uma ação coletiva baseada na solidariedade e nos recursos disponíveis, se desenvolve a partir de conflitos e tem como fim romper com os limites do sistema social (ambiente) em que ocorre a ação. Este conceito tríplice que reúne objetivos, recursos e rompimento de limites complementa-se com o conceito de movimento social de Touraine, para quem é preciso partir de um olhar sobre o contexto onde se inserem as ações dos movimentos sociais – a sociedade programada – para compreender onde a ação coletiva em defesa do sujeito (solidária, portanto) se conflita e luta contra os limites de uma sociedade baseada no poder do comércio, da empresa e do Estado. Para Melucci, o movimento social é um movimento de construção de sentidos sobre a realidade, ou seja, a ação social é de natureza comunicacional. Volta-

se para a defesa de um sujeito contra um poder dominante, para a afirmação de uma identidade, denunciando formas de dominação. Por isso, o movimento social deve ser analisado pela sua busca de transformação na sociedade, pelos recursos dos quais faz uso com este objetivo, e pelo modelo cultural e de desenvolvimento que propõe, nas suas continuidades e descontinuidades com o sistema social.

Os autores com que trabalhamos propõem diferentes categorias de análise, em que encontramos espaços de confluências que nos ajudaram a pontuar questões a fim de atingirmos os objetivos da pesquisa. A ação do movimento social sendo resultado da interação entre objetivos, recursos e limites, segundo Melucci, pode ser analisada a partir de relações internas (processos de mobilização, formas de organização, modelos de liderança, ideologias, formas de comunicação) e a partir das relações com o exterior (concorrentes, aliados, adversários, sistema de controle social etc.). Touraine propõe como categorias de análise a observação do contexto histórico da sociedade em que o movimento social insere suas ações (contexto global), a identidade que a organização social constrói (contexto organizacional interno), e as relações institucionais (contexto entre campos sociais). Já Villasante propõe que a análise se dê a partir das condutas pessoais, e como estas acabam determinando (ou não) as condutas emancipadoras (ou não) de uma organização social, inserida no sistema de poderes da sociedade. Ou seja, como os valores, estilos de fazer, medos, carências, condutas e ideologias pessoais, entre outros fatores, determinam a identidade coletiva de uma organização, e como esta identidade coletiva afeta as relações internas e externas da organização, percebidas como interdependentes. Castells indica como chave de análise investigar os processos e as condições em que se dão as resistências e as fontes de identidade do movimento social, para entender como isto dá lugar a uma identidade de projeto e a atores de transformação social, que colocam em movimento fluxos reversos de informação (tanto via ocupação do espaço público quanto via inserção em redes sociais ou por apropriação midiática). Também Scherer-Warren defende como categoria de análise dos movimentos sociais observar de que maneira o movimento constitui e insere-se em redes (sociais e informatizadas) como forma de ação e organização estratégica, e que negociações a formação de redes expõe. E Gohn considera necessária a observação das questões subjetivas e de comunicação na análise dos movimentos sociais contemporâneos. Giddens, por sua vez, parte da relação, também interdependente, entre política da vida e política emancipatória. A política da vida refere-se à autoidentidade, à reflexividade do eu, à política da vida cotidiana, em que o eu e o corpo são os locais das escolhas do estilo de vida. Mas a construção da identidade pessoal via política da vida é também um projeto emancipatório, está relacionada com a política emancipatória, que se

refere à construção de uma identidade coletiva, à atitude transformadora em relação ao futuro e ao objetivo de superação da dominação via ruptura com o passado e busca pelos valores da justiça, igualdade e participação. Trata-se do exercício da autonomia para agir em relação ao coletivo.

A partir das categorias de análise propostas por esses teóricos dos movimentos sociais, pontuamos alguns elementos em forma de questões, organizadas tomando como base a tríade de Melucci, com as quais os outros autores convergem muitas vezes. Estes elementos nortearam a pesquisa de campo, assim como as interpretações que fizemos dos discursos dos informantes, como poderá se observar ao longo das análises.

Objetivos:

- como se forma a organização social (orientações históricas);
- que influências, valores, ideais expõem (orientações atuais);
- quais significados expõem nos seus discursos (orientações simbólicas).

Recursos:

- quais formas de mobilização se utilizam (práxis);
- quais parcerias vai construindo (redes de cidadania) e que mensagem, posicionamento político estas parcerias dão a conhecer (natureza comunicacional da ação coletiva);
- que posições sociais são adotadas pelos sujeitos sociais internamente (o que revela o sentimento de pertença, identidade comunal, modelos de liderança etc.);
- como se negociam os conflitos internos (o que dá a conhecer os fluxos comunicacionais internos); que meios usa para se comunicar com o externo (fluxo comunicacional externo); quais vozes são midiaticizadas (modelos de liderança).

Limites:

- quais as conquistas e derrotas (interação no contexto social global);
- quais formas de resistência faz uso frente às lógicas de dominação, e sobre que temas versam (ou seja, sobre quais pautas se dão os fluxos reversos de informação, em relação a que temas propõe romper limites);
- quais resultados transformadores, emancipatórios e não transformadores, de continuidade, não emancipatórios expõe na sua trajetória (quais inovações propõem a ação coletiva da organização);
- que interferências produzem as pautas da organização nas agendas do campo jornalístico, e quais pautas são mais suscetíveis de produzir

estas interferências (quais inovações comunicacionais-midiatizadas propõem para a sociedade civil).

Enfim, da negociação entre objetivos, recursos e limites, qual o padrão complexo de matriz cultural que a ação social do CEA oferta para o espaço público? Em que fluxos de informação (produção de sentido e relações sociais) o CEA está inserido, e o que comunicam para a sociedade via visibilidade midiática? Qual o projeto de cidadania que o CEA oferta para o espaço público visando agendar o campo midiático? Todas estas questões inspiraram a pesquisa de campo, na qual nos utilizamos dos procedimentos e técnicas de análise que detalhamos no item a seguir.

Procedimentos e técnicas de análise

Tecelagens comunicacionais-midiáticas do movimento socioambiental trata de um estudo de caso do Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto, de Porto Alegre, organização social formada a partir do trabalho associado entre separadores de resíduos sólidos da coleta seletiva, empreendida pela Prefeitura Municipal da capital do Rio Grande do Sul, Brasil. Segundo Becker (1993), o estudo de caso está orientado para revelar a discrepância entre a realidade operacional e a imagem que os membros de determinado grupo social acreditam e apresentam ao resto do mundo. O estudo de caso faz uso de observação, entrevistas, coleta de documentos (midiáticos e não midiáticos), descrição e análise aprofundada de todo material reunido, na busca por compreender as relações (interações comunicacionais e midiáticas) de um determinado grupo social: quem são seus membros; quais suas modalidades de atividades; se as interações são recorrentes e estáveis, ou não; como se dá a relação interna do grupo e do grupo com outros grupos; etc. O objetivo é perceber como as pessoas interagem umas com as outras, o conteúdo e as consequências da interação, como ela é discutida pelos participantes etc. Estivemos atentos às nuances da linguagem (usos e sentidos de determinados termos), às origens sociais e experiências dos sujeitos sociais, suas opiniões, geração de documentos, às regras e normas do grupo em estudo e estabelecidas em relação aos outros campos sociais etc. Buscamos – na condução das entrevistas e nas conversas, bem como na análise de documentos – compreender os efeitos da estrutura social sobre as falas, cientes de que elas intervêm também na interação comunicativa entre pesquisador e pesquisado. Procuraremos exercer o que Bourdieu denominou “escuta ativa e metódica”.

[...] tão afastada da pura não-intervenção da entrevista não dirigida, quanto do dirigismo do questionário. Postura de aparência contraditória...ela associa a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar sua linguagem e a entrar

em seus pontos de vista, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, forte, do conhecimento das condições objetivas, comuns a toda categoria (BOURDIEU, 1997, p. 695).

A “escuta ativa e metódica” que nos aconselha Bourdieu foi exercitada no contato com o pensamento dos autores que nos acompanharam nesta pesquisa, incluindo seus fios de sentido para tramar com os nossos. Portanto, permeou esta pesquisa, desde a ideia inicial até a conclusão, uma vasta revisão bibliográfica sobre o campo dos movimentos sociais e o campo midiático. Paralelamente à busca de informações empíricas, fizemos retornamos continuamente aos autores que abordavam questões teóricas e metodológicas que atravessam o nosso objeto de pesquisa.

Um dos procedimentos utilizados ao longo da pesquisa de campo foi a observação, que teve como objetivo entender os sujeitos sociais que formam o CEA Vila Pinto, suas formas de trabalho, o processo de interação entre eles, reuniões de trabalho, e outras manifestações que se mostraram importantes para este estudo, como o cotidiano do galpão de triagem e do Centro Cultural. Além da observação e da revisão bibliográfica, utilizamo-nos das *entrevistas em profundidade* e da análise de documentos midiáticos.

Entrevistas

Uma entrevista ou uma conversa pode ser considerada uma “conversão do olhar”, exercitada pela compreensão do pesquisado, onde cabe ao pesquisador criar as “condições de aparecimento de um discurso extraordinário”. Nestas condições, o pesquisado conduz de alguma forma à interação, que se realiza ao se fazer ouvir e levar para a esfera pública sua experiência privada. Ao dar a compreender ao pesquisador sobre sua experiência, o pesquisado constrói sentido sobre seu mundo, explicita suas “*misérias*” e reflexões (BOURDIEU, 1997).

Para o pesquisador entender mais profundamente o sentido dado às suas experiências pelo pesquisado, Bourdieu insiste na necessidade de ele saber ler nas palavras do pesquisado a estrutura das relações objetivas, presentes e passadas, entre a trajetória do entrevistado e a estrutura do sistema em que ele está inserido e com o qual se relaciona. Revelar essas estruturas imanentes permite resgatar a complexidade singular das ações e das reações dos sujeitos sociais, “revelar as coisas enterradas nas pessoas que as vivem e que ao mesmo tempo não as conhecem e, num outro sentido, conhecem-nas melhor do que ninguém” (BOURDIEU, 1997, p. 708).

Nesse fazer, o pesquisador não deve ter a ilusão de que sua ação é neutra, pois a própria transcrição de uma entrevista oral para o escrito revela a perda – de gestos, da entonação, dos ritmos da voz etc. A tradução do oral no escrito

não deixa de ser uma traição, assim como toda leitura é interpretação. Portanto, não tem como o pesquisador não intervir nos resultados da sua pesquisa. Assim, o pesquisador deve ocupar um lugar ambíguo: ao mesmo tempo em que deve converter seu olhar em direção ao olhar do pesquisado, deve objetivar este seu fazer.

Para realizar as entrevistas em profundidade, estivemos atentos à relação entre a fala dos informantes e sua posição no campo social, assim como à recorrência ou não das informações sobre os mesmos temas por um mesmo informante ou entre a diversidade de informantes. Conforme Becker (1993), perguntas diferentes com o mesmo sentido geram respostas diferentes, assim como ênfases diferentes para perguntas semelhantes geram respostas diferentes. Isto porque os informantes sofrem influência das expectativas dos entrevistadores, o que exige que o pesquisador busque uma “neutralidade impossível”.

Fizemos entrevistas individuais, semiestruturadas e em profundidade com atores do CEA Vila Pinto, para compreender como se organizam as relações internas desta organização popular: comunicacionais, de trabalho, de lideranças etc. E o mesmo procedimento foi adotado com os sujeitos da comunidade da Vila Pinto, da comunidade regional, e de campos sociais que se relacionam com o CEA Vila Pinto. Nosso objetivo era encontrar marcas identitárias presentes nestas interações – via interpretação do discurso destes atores – que estivessem atravessando a interação do CEA com o campo midiático. Para isso também fizemos uso da coleta para análise de um conjunto de materiais midiáticos (*folders, home pages, vídeos, reportagens etc.*), como explicitamos no item a seguir. Portanto, a análise será discursiva, tomando como referência a sociosemiótica conforme abordado anteriormente. No total entrevistamos 39 informantes que geraram mais de 50 horas de conversas

gravadas e transcritas em 171 páginas de material. As entrevistas foram feitas entre outubro de 2003 e fevereiro de 2004.⁴³

Para compreender as interações comunicacionais internas do CEA, entrevistamos os sujeitos mais recorrentes nas falas tanto do CEA quanto dos entrevistados:

- a presidente e a coordenadora do Centro Cultural;
- uma coordenadora de equipe de separadoras;
- a coordenadora do Telecentro;
- a secretária do CEA;
- cinco separadoras; e
- dois homens que atuam como serviços gerais e “caqueiro”, como é chamado o responsável por deixar os vidros prontos para venda.

As entrevistas com os associados do CEA trataram dos seguintes temas:

- a história do CEA;
- a relação com a comunidade;
- as relações sociais internas;
- a relação do associado com seu trabalho;

43 Os informantes foram escolhidos a partir das interações sociais mais importantes do CEA, conforme informadas nas entrevistas com seus associados e no site em 2002 – www.ceambiental.org.br, organizados por nós da seguinte forma: Campo midiático – mídias impressa e televisiva; agências de publicidade. Campo dos movimentos sociais – ONGs (Themis, Elos, WEDO); Federação dos Recicladores de Resíduos Sólidos do RS; sindicatos (CUT Nacional, CUT Estadual, Sindicato dos Metalúrgicos, Sindiágua, Sinduscon-RS), outros galpões de triagem de Porto Alegre, Movimento Nacional do Catadores de Materiais Recicláveis. Campo institucional governamental – Executivo (Governo do Estado do RS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre/DMLU); Legislativo (Assembleia Legislativa). Campo educativo – universidade (Cepa/Ufrgs, Ulbra); escolas (Escola Estadual Léa Rosa, Escola Mesquita, Escola Municipal Mariano Beck, Escolas Maristas de Porto Alegre, Escola Municipal N. Sra. de Fátima). Campo religioso – Igreja Católica (Centro da Pastoral Universitária da PUC/RS, Irmãos Maristas). Campo empresarial – indústrias (Agrale, Copesul, Greenplast, Grupo Gerdau, OPP Química); serviços (Álvaro Morais Arquitetos, Anne Bátil Arquitetura de Interiores, Capa Engenharia, Conceito Web, Lomando-Aita Engenharia, Macadar Arquitetura e Consultoria, Polimarketing, SESI); empreendimentos financeiros (Banco do Brasil, Banrisul, Caixa Econômica Federal, Unibanco); militares (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva); comércio (Dado Bier, Dado Garden Grill, Moinhos Shopping, Z Café Bistrô, Carris e *Shopping Center* Iguatemi); fundações (Fundação CEEE, Fundação Corsan, GTZ – Sociedade Alemã de Cooperação Técnica). Comunidade – Residencial Menino Deus, comunidades da Vila Pinto, do bairro Bom Jesus, de Porto Alegre, de outros municípios do Rio Grande do Sul, de outros municípios do Brasil e de outros países, catadores/carrinheiros e carroceiros individuais que vivem na Vila Pinto. Reagrupamos estas categorias como campos do movimento social, institucional governamental e midiático. Aqueles informantes que atuaram como colaboradores voluntários do CEA mas tinham sua atividade baseada na sua atuação como participantes da comunidade e não em uma relação com o CEA que fosse institucionalizada, entendemos que se enquadram nas interações do CEA com a comunidade (local e regional), não constituindo-se esta como um campo social, mas sim um ambiente onde os campos sociais atuam.

- a relação do CEA com outros galpões de triagem e com carroceiros;
- a relação com os outros campos sociais conforme os objetivos da pesquisa;
- as relações com a líder do CEA;
- a percepção da interação do CEA com a mídia.

As entrevistas com a presidente do CEA abordaram além dos temas das entrevistas com os associados, também:

- a contextualização histórica do CEA e suas relações com as redes de movimentos sociais;
- a história de vida da líder;
- sua relação como fonte midiática; e
- sua percepção em relação aos diversos sujeitos sociais com os quais o CEA interage institucionalmente: Federação dos Recicladores de Materiais Sólidos do Rio Grande do Sul, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, ONG Themis, Departamento Municipal de Limpeza Urbana, Anne Báril, Z Café Bistrô, professores universitários, Zero Hora, Televisão Educativa do Rio Grande do Sul – TVE, Ospa, GTZ – Comunidade Alemã de Operação Técnica, Matilde Cecchin, Irmão Antônio Cecchin, separadores do CEA, carroceiros e carrinheiros, comunidade da Vila Pinto, voluntários etc.

Para compreender as interações comunicacionais do CEA com a comunidade da Vila Pinto, entrevistamos:

- crianças que participam do Ouviravida;
- educador que atua na Vila Pinto; e
- seis carroceiros/carrinheiros que vivem na Vila há bastante tempo e conhecem a trajetória do CEA e suas relações com a comunidade.

Com as crianças a entrevista centrou-se nas relações com o CEA a partir das oficinas de música da qual são alunos. Com os outros informantes os temas abordados referiram-se à:

- relação do CEA com a comunidade e o que esta organização social representa para a Vila Pinto;
- relação pessoal com o CEA;
- sua percepção da relação do CEA com a mídia;
- sua relação com a líder do CEA;
- opinião sobre a coleta seletiva etc.

Para compreender interações comunicacionais com a comunidade regional, entrevistamos sujeitos sociais que atuam ou atuaram como colaboradores e voluntários ao longo da trajetória histórica do CEA, mesmo quando oriundos dos campos sociais educativo, empresarial, e da comunidade

em si. Isso porque as relações sociais com o CEA se dão de forma voluntária e não institucional. Incluem-se como informantes da comunidade regional:

- professor universitário responsável por projeto de assessoria em comunicação no CEA a partir de uma atividade de extensão comunitária;
- professor universitário e educador popular que participou da trajetória do movimento dos galpões e conhece a trajetória do CEA;
- professor universitário da área de administração que trabalhou como voluntário no Conselho do CEA;
- arquiteta organizadora do Conselho Consultivo do CEA;
- o empresário que fornece matéria-prima para o CEA;

Com esses informantes abordamos questões relativas à:

- a relação da sua atividade com as atividades do CEA;
- como se constrói a relação com o CEA;
- quais conflitos e encontros de interesses;
- os resultados desta parceria;
- qual imagem tem do CEA e da sua líder;
- como percebe a relação do CEA com a mídia;
- o que representa o CEA como movimento social;
- sua opinião sobre as relações sociais internas do CEA e modelos de liderança;
- como percebe as relações sociais do CEA com outros campos sociais etc.

Para compreender as interações sociais do CEA com o campo dos movimentos sociais, baseamos nossas análises nas entrevistas dos sujeitos sociais citados até agora, e também nas entrevistas feitas com:

- a coordenadora da ONG Themis, que promove o curso de Promotoras Legais Populares, que forma a base de atuação da líder;
- a professora universitária apoiadora do projeto e articuladora do trabalho de várias ONGs, e uma das fundadoras dos galpões;
- irmão marista que foi pioneiro na formação dos galpões de triagem e atuante das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs;
- um dos líderes do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Os temas abordados para compreender a interação do CEA com o campo dos movimentos sociais referem-se, além das questões abordadas anteriormente, também,

- aos encontros e divergências entre posturas políticas e relativas ao exercício de poder;

- modelos de desenvolvimento;
- valores sociais;
- importância do CEA no contexto das organizações que trabalham com a separação de resíduos sólidos;
- contribuição do CEA para o movimento socioambiental como um todo.

Para compreender a interação social do CEA com o campo institucional governamental, entrevistamos representantes do governo municipal e estadual. Conversamos com:

- ex-diretor A do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU. O DMLU gerencia a coleta seletiva em Porto Alegre e organiza os galpões de triagem de resíduos sólidos;
- ex-diretor B do Departamento Municipal de Limpeza Urbana –DMLU.

Nessas entrevistas abordamos questões relativas à

- organização da coleta seletiva em Porto Alegre: o papel do DMLU, o volume e a abrangência da coleta, a infraestrutura em uso, o perfil dos galpões de triagem, a relação com catadores/carrinheiros/carroceiros;
- a administração de conflitos;
- a relação com o CEA;
- a relação entre os galpões;
- a imagem do CEA e da líder;
- as observações que tecem sobre a relação do CEA com o campo midiático etc.

Para entender a interação com o campo institucional governamental entrevistamos, ainda;

- a ex-coordenadora do Ouviravida da Ospa – um projeto do governo estadual que trabalhou na implantação do projeto no CEA até o início da pesquisa de campo.

Os temas abordados referiram-se:

- às negociações para implantação do projeto;
- a suas percepções quanto às relações sociais do CEA com os diversos sujeitos sociais com que interage, especialmente com o campo midiático,
- à representação simbólica do CEA e da líder.

Para compreendermos as interações comunicacionais com os produtores midiáticos e a midiatização do CEA, entrevistamos os seguintes profissionais:

- repórter do Zero Hora;

- editora do ZH Comunidade;
- ex-colunista do Zero Hora;
- ex-coordenadora de produção de telejornalismo da TVE e atual produtora do programa *Primeira Pessoa*;
- apresentador e repórter do programa *Radar*;
- produtora executiva do telejornalismo da TVE;
- repórter da TVE.

Os temas que nortearam essas entrevistas foram:

- as relações que se estabelecem com o CEA enquanto fonte;
- como se dá a negociação da pauta com o CEA;
- o que a líder do CEA representa para os produtores midiáticos;
- o que o CEA representa para o campo jornalístico;
- qual o interesse de cada veículo por matérias sobre o tipo de organização social do CEA e sobre os movimentos sociais;
- como se deu o processo de produção da notícia;
- a frequência com que o CEA é fonte;
- o que motiva a busca do CEA como fonte;
- o grau de conhecimento do campo jornalístico sobre as organizações de separadores;
- como analisa a relação do CEA com o campo midiático etc.

Coleta e análise de documentos midiáticos

Além da revisão bibliográfica, da observação e das entrevistas em profundidade, utilizamo-nos da técnica de análise de documentos, especificamente a partir da coleta e análise de materiais midiáticos em que o CEA foi midiaticizado, por iniciativa própria ou de produtores midiáticos de veículo da grande mídia.

Procedemos a análise dos materiais midiáticos produzidos pelo CEA Vila Pinto buscando compreender que sentidos a organização quer dar publicamente às suas práticas sociais. Para isso, utilizamo-nos dos seguintes documentos: *www.ceambiental.org.br*; dois fôlderes (um voltado para a comunidade local e outro internacional), e do vídeo institucional *Mulher, Meio Ambiente e Cidadania* – trata-se de todos os materiais produzidos pelo CEA na sua trajetória.

Procedemos, ainda, a análise das matérias jornalísticas publicadas na Televisão Educativa – TVE/RS, uma emissora pública, administrada pelo

governo estadual. E a análise de entrevistas da líder do CEA nos programas *Crônicas do Tempo, Radar e Primeira Pessoa*⁴⁴.

Também fizemos a coleta dos materiais produzidos pelo campo midiático sobre o CEA Vila Pinto, publicados em diversos veículos de mídia impressa entre 1999 e 2002. Sobre esses materiais – cerca de 40 matérias jornalísticas – analisamos desde a perspectiva da análise de conteúdo. Partimos para essa análise tendo como categorias as matrizes culturais apontadas previamente durante a fase exploratória da pesquisa de campo.

A partir de entrevistas exploratórias realizadas entre o segundo semestre de 2002 e o primeiro semestre de 2003, e a observação de peças midiáticas tendo o CEA como fonte, veiculadas na Televisão Educativa do Rio Grande do Sul, identificamos como marcas presentes nos discursos do CEA enquadramentos relativos a aspectos socioeconômicos, ambientais, educativos, subjetivos, relativos a políticas públicas, cidadania e reconhecimento social e comunitário, empresarial, étnico, violência, legal, e de gênero. Com essas marcas construímos uma grade de análise para as peças midiáticas veiculadas na mídia impressa, que tem o CEA enquanto fonte primária e/ou secundária, a fim de ter seus resultados como ponto de partida para aprofundarmos a compreensão das matrizes culturais que constituem o padrão comunicacional-midiático do CEA, e definirmos nossas escolhas sobre elas.

A análise de conteúdo que fizemos refere-se a matérias jornalísticas publicadas entre 1999 e 2002 em jornais do estado do Rio Grande do Sul, 69% de mostra em jornais comerciais (Zero Hora, Correio do Povo, Jornal do Comércio, O Sul, jornais do interior) e 31% em não comerciais (revistas, alternativos, de bairro e outros), tendo como local do acontecimento predominantemente Porto Alegre. Esse período de amostragem e esses veículos foram determinados pelo material que coletamos da taxação do próprio CEA, do DMLU, e em pesquisas nos arquivos de jornais, quando constatamos que nos anos de 2001 e 2002 havia um pico de midiaticização do CEA totalizando mais de 55% do total das matérias analisadas. Pudemos observar que essa midiaticização deveu-se principalmente aos prêmios angariados pelo CEA e pela sua líder. Esse período foi marcado pelo reconhecimento do trabalho da organização social.

A maioria das peças enquadra-se no formato de notícia/reportagem de viés informativo (82,75%); aparecem como colunista/artigo assinado ou

44 Secundariamente, para complementar a leitura destes materiais midiaticizados na televisão, procedemos uma leitura aprofundada nos níveis de discurso e das imagens: “Lixo é Vida”, produzido no início da década de 90 sobre as primeiras experiências de galpões de triagem em Porto Alegre; e “Vidas de Papel”, produzido pela TVE sobre os catadores e separadores de lixo. Esses materiais serviram para compreender a trajetória histórica do movimento de catadores e separadores de resíduos recicláveis em Porto Alegre.

opinativo (13,79%); e entrevista (3,45%). As fotos são da líder do CEA em 31,22% das matérias; de recicladores em 31,25%; de materiais de reciclagem em 6,25%; de alunos do projeto em 3,12%; de pessoas em geral em 3,12%, e de matérias sem foto em 25%. Os resultados da análise do conteúdo apontam ainda uma predominância de ter como fontes primárias o próprio CEA quando trata de notícia sobre eles, e uma falta de fontes secundárias. Abaixo reproduzimos os resultados percentuais dos enquadramentos feitos pelas fontes primárias e secundárias, os enquadramentos feitos pelos jornalistas, os enquadramentos cruzados feitos por jornalistas e fontes primárias; o enquadramento determinante feito pelo CEA; e o sentido determinante geral das peças. A partir do agrupamento destes resultados delineamos em seguida aquelas que serão as matrizes culturais básicas com as quais partimos para a análise dos discursos dos sujeitos sociais entrevistados para a pesquisa (comunicacionais) e naqueles midiaticizados.

Enquadramento dado às notícias sobre o CEA pela fonte primária	%
a) socioeconômico	27,34
b) legal	4,83
c) ambiental/socioambiental	8,05
d) educativo	9,67
e) subjetivo	6,45
f) político	3,22
g) cidadania/relações comunitárias/parcerias	22,56
h) empresarial	3,22
i) gênero	12,9
j) violência	1,61

Enquadramento geral dado pelo jornalista às notícias sobre o CEA	%
a) socioeconômico	24,61
b) ambiental	4,83
c) educativo	12,6
d) subjetivo	9,94
e) político/relativo a políticas públicas	8,26
f) cidadania/reconhecimento social e comunitário	20,1
g) empresarial	3,44
h) étnico	1,08
i) gênero	8,1
j) violência	5,76
l) legal	1,25

Sentido determinante geral dos documentos midiáticos	%
a) conflito	5,4
b) exemplo/reconhecimento/elogio	35,12
c) cultural	4,05
d) renda e trabalho	16,21
e) relações de inclusão e exclusão	16,21
f) parcerias governamentais e não/busca de soluções coletivas	22,97

Enquadramento determinante geral dado pelas fontes e jornalistas ao CEA	%
a) socioeconômico	26,04
b) ambiental/socioambiental	5,44
c) educativo	12,72
d) subjetivo/empreendedorismo da líder	9,09
e) político	6,67
f) cidadania/relações comunitário/parcerias	19,33
g) empresarial	4,24
h) étnico	0,6
i) gênero	9,69
j) violência	3,63
l) legal	2,42

Enquadramentos determinantes dados pelo CEA quando atuaram como fonte primária e secundária	%
a) socioeconômico	30,45
b) ambiental/socioambiental	3,65
c) educativo	9,75
d) subjetivo	12,19
e) cidadania/parcerias comunitárias/empreendedorismo	20,67
f) empresarial	2,43
g) étnico	1,21
h) gênero	9,75
i) violência	4,87
j) legal	4,87

A partir desses resultados, agrupamos essas características em nove matrizes, que ficaram assim caracterizadas, a fim de serem aprofundadas a partir das análises dos dados empíricos que procedemos no próximo capítulo em diante.

1) Gênero – refere-se a apropriações de raízes históricas do movimento de mulheres no mundo e no país, e relativos à violência doméstica, ao ecofeminismo etc;

2) Comunicacional-Midiática – refere-se à apropriação das lógicas da mídia para enquadrar os discursos do CEA enquanto fonte, a fim de se rotinizar como fonte (ex.: formas de se posicionar verbal e não verbalmente), apropriações das lógicas usadas por outros movimentos ou grupos sociais na interação com a mídia, fluência verbal etc;

3) Religiosa – específica da organização das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e dos próprios galpões de triagem que deram origem à coleta seletiva em Porto Alegre etc;

4) Ambiental – mescla questões de ecologia com inclusão social, questão dos resíduos sólidos com consumismo, culpa social e solidariedade com o movimento das recicladoras, características da nova fase do movimento ambientalista etc;

5) Empresarial – refere-se a sentidos de produtividade, custo-benefício, ganhos, características de empreendedorismo, liderança, apropriação das lógicas do discurso capitalista no discurso do CEA, a estratégia de buscar consultores/educadores para desenvolver o trabalho etc;

6) Subjetiva – relaciona-se com as questões de construção da identidade pessoal, questões étnicas, de reconhecimento social, dos valores relativos à experiência pessoal, resgate da identidade e da autoestima, qualidade de vida, crescimento pessoal etc;

7) Cidadã-comunitária – relaciona-se com questões sociopolíticas: de trabalho comunitário, parcerias, reconhecimento do trabalho na sociedade, empreendedorismo social, liderança, trajetória histórica, relativo a políticas dos grupos sociais, formação de redes sociais, relativas a outros movimentos sociais, voluntariado para oficinas e outros apoios, questões legais, de direitos humanos, organização social, relacionada com as políticas públicas, a busca de recursos do governo do Estado, a participação no Orçamento Participativo etc;

8) Socioeconômica – relativo ao poder de consumo, oportunidade de trabalho e renda, exclusão e inclusão social, classe social, apoios financeiros internacionais, marginalidade e violência social, falta de infraestrutura básica, crescimento profissional etc;

9) Educativa – relativa ao CEA construir-se enquanto espaço educativo, espaço de arte popular e erudita com a música, papel artesanal, telecentro, oficinas de ginástica laboral etc.

Devemos entender essas matrizes culturais como transversais, e que se cruzam formando matrizes complexas. Por exemplo, a matriz da subjetividade cruza-se com a matriz de gênero e cidadã-comunitária. Pontuamos as matrizes desta forma a fim de ofertarmos ao leitor deste estudo a organização necessária para a sua compreensão.

Quando cruzamos as macromatrizes socioculturais globais – a organização da sociedade em campos sociais, a tecnointeração, a globalização, a subjetivação dos movimentos sociais, a cidadania planetária, as alternativas de desenvolvimento contra-hegemônico, e a exclusão social – com as micromatrizes culturais movimentadas nas negociações comunicacionais e midiáticas do CEA – gênero, sociomidiática, religiosa, comunicacional-midiática, ambiental, empresarial, político-institucional, subjetiva, cidadã-comunitária, socioeconômica e educativa – temos a teia de matrizes que constitui o modelo de análise para a tecelagem que é nosso objeto de pesquisa. Interessa-nos observar, portanto, quando elas se cruzam.

“Minha tese fundamental é que na atualidade não existe possibilidade alguma de pôr em marcha uma prática emancipatória significativa se não for sobre a base de uma prévia transformação cultural. Tarefa de transformação cultural que exige duas coisas: a primeira, aprender a enxergar de uma forma nova a realidade social, ser capaz de analisar a realidade social com chaves novas, diferentes das chaves dominantes; a segunda, estabelecer, a partir dessas novas chaves, um autêntico combate cultural, uma confrontação de legitimações[...]. Um trabalho de interpretação da realidade que não venha relacionado com um projeto de transformação da mesma, acabará reduzido a um puro exercício de virtuosismo intelectual. Porém um projeto de transformação que renuncie o esforço sistemático de interpretação da realidade, dificilmente superará o ativismo voluntarista. Interpretação e transformação são, pois, dois aspectos inseparáveis da aproximação militante da realidade[...]. É precisamente em situações como a atual, complexas e pouco receptivas à perspectiva emancipatória, quando o esforço de análise e reflexão se constitui numa exigência irrenunciável” (ZUBERO, 1996, p. 16-17).

Terceira Parte – A tecelagem

I – Contextualização histórica dos movimentos socioambientais

O movimento ambiental brasileiro contemporâneo

O Brasil é o país da América Latina em que os movimentos ecológicos nascem mais cedo e adquirem relevância maior. A Sociedade dos Amigos das Árvores foi a primeira entidade ambientalista a surgir no Brasil, fundada em 1931 pelo botânico Alberto Sampaio, no Rio de Janeiro. Reunia intelectuais, jornalistas e políticos preocupados com a devastação das florestas nacionais. Dois anos mais tarde um grupo de cientistas se reuniu na Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza.

A política ambiental no Brasil nasce sob o regime de Vargas, nos anos 30, com o Estado administrando os recursos naturais, o Executivo concentrando os instrumentos de controle e gestão de recursos, e a sociedade ausente do processo de elaboração das políticas ambientais. Várias agências setoriais são criadas no governo Vargas. Para aplicação do Código da Água e criação de um programa de energia elétrica, é criado o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, por exemplo. A industrialização tem início no país nessa época, embalada pelo sonho da modernização nacional, que se efetiva realmente a partir dos anos 50. A rigor, até a década de 50 não havia uma efetiva preocupação com os aspectos ambientais como se vê hoje. As normas limitavam-se a aspectos relativos a saneamento, conservação e preservação do patrimônio natural, histórico e artístico, e a soluções para os problemas da seca e das enchentes. É a partir dos anos 50 que se dá a criação de parques nacionais e de florestas protegidas nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste; a criação de normas para proteção dos animais; a promulgação dos códigos florestais, de águas e de minas; a organização do patrimônio histórico e artístico; e a disposição sobre a proteção de depósitos fósseis (BONES; HASSE, 2002). A política ambiental, até os anos 60, é resultado das ações centralizadoras do Estado, autoritário e desenvolvimentista, sem contribuição de forças sociais organizadas. No período pós-guerra, a euforia desenvolvimentista atenuou o debate sobre a questão da natureza no Brasil e a exploração predatória, que era considerada o preço do atraso, passa a ser considerada como o preço do progresso (PÁDUA, 1987). A modernidade capitalista intensificou os

problemas de degradação do meio ambiente, e a relação deles com as formas de organização sócio-econômicas começa a ser repensada.

Em 1958 foi criada, também no Rio de Janeiro, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, com o objetivo de preservar a flora e a fauna, particularmente as espécies ameaçadas de extinção. A FBCN surge vinculada à União Internacional para Conservação da Natureza, fundada na Suíça, em 1947. Esta se constitui a organização internacional mais importante da área ambiental, até a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em 1972. Esse vínculo internacional explicita já uma organização transnacional dos movimentos ambientalistas, mesmo que ainda incipiente.

Desde o final da década de 60, emergem os valores pós-materialistas com setores da população começando a demandar qualidade de vida ao invés da expansão indiscriminada do consumo de bens materiais. É a emergência de novos valores que se deve à mundialização do movimento ambientalista, preocupado com os problemas ambientais globais (buraco na camada de ozônio, aquecimento global, perda da biodiversidade, devastação das florestas tropicais) (VIOLA, 1992). Estes valores emergem no Brasil apenas nos anos 80.

O crescimento econômico acelerado preconizado por Juscelino Kubitschek, tendo como palavra de ordem “crescer 50 anos em 5”, explicita o tipo de desenvolvimento que se quer para o país: acelerado e predatório. Este modelo se perpetuou durante o governo Médici, quando o Brasil publicava anúncios nos jornais e revistas do primeiro mundo convidando as indústrias poluidoras para se transferirem para este país. Em 1972, na Conferência Internacional do Meio Ambiente, em Estocolmo, o Brasil faz um convite aos países com o mesmo teor, por acreditar que as preocupações com a defesa ambiental mascaravam interesses imperialistas que não queriam que os países em desenvolvimento crescessem.

A Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) foi criada no governo Geisel, em 1973, com o fim de cumprir exigências de organismos internacionais que exigiam um órgão oficial para emitir relatórios de impacto ambiental, para aprovação de empréstimos destinados a grandes obras públicas. O mesmo dirigente do órgão atravessou as presidências de Geisel, Figueiredo e Sarney. A Secretaria Especial do Meio Ambiente só propôs a primeira lei ambiental do país, destinada à proteção da natureza, em 1981. Por intermédio dessa Secretaria, o governo federal instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, pela qual foram criados o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e, ainda, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) que possibilita a participação da sociedade civil, e tem poderes regulamentadores, estabelecendo padrões de meio ambiente. Na Nova República, o presidente Sarney não apresentou

nenhuma mudança efetiva em relação ao desenvolvimento econômico predatório.

Mas esta história de descaso observada na década de 70 começava a mudar com o surgimento de outras organizações ambientais no país. Uma das mais atuantes surge em 1971, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul: a Agapan, uma organização de perfil ambientalista amplo, diferente daquelas que tinham um perfil conservacionista, caso da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. A Agapan tinha como pontos principais do seu programa fundacional a defesa da fauna e da vegetação, o combate ao uso exagerado de meios mecânicos contra o solo e contra a poluição causada pelas indústrias e veículos, o combate ao uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas e herbicidas, o combate à poluição dos cursos d'água pelos resíduos industriais e domiciliares não tratados, combate à destruição das paisagens naturais, a luta pela salvação da humanidade da destruição e difusão de uma nova moral ecológica (VIOLA, 1992). A Agapan teve sua atuação dificultada durante a presidência de Médici, quando um clima repressivo dominava o país, tornando heroica a existência de uma organização autônoma da sociedade civil que não agia sob proteção da Igreja Católica. A partir de 1974, a atuação da Agapan melhora, tornando-se visível para a sociedade gaúcha. A Agapan elabora críticas globais e profundas, inspirada em movimentos contra as usinas nucleares. Suas críticas tiveram impacto sobre a opinião pública gaúcha, o que resultou na aprovação de uma emenda na Constituição do Estado proibindo a construção de usinas nucleares no RS⁴⁵.

Na década de 70, pela primeira vez os problemas de degradação ambiental provocados pelo crescimento econômico foram percebidos como um problema global que supera as questões pontuais levantadas nas décadas de 50 e 60. Pode-se dizer que o despertar da consciência ecológica no mundo se dá com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo, em 1972; com a divulgação do Relatório Meadows formulado pelo Clube de Roma, do mesmo ano, sobre os limites do crescimento; com o surgimento do paradigma teórico da ecologia política; e com a proliferação dos movimentos ambientalistas. O movimento denominado Clube de Roma, na Europa, teve início por volta de 1968, formado por especialistas de várias áreas preocupados com a questão da fome. Em relação a esse problema, o Brasil, que era membro das Nações Unidas, assinou acordos, pactos e termos de responsabilidade com outros países. Em 1972, o Clube de Roma publica seu relatório *Os Limites do Crescimento*, alertando sobre as evidências de esgotamento do modelo econômico baseado no consumo exacerbado e altamente concentrado em poucas nações. O cenário mundial teve, assim, seus reflexos no cenário nacional.

45 Mais detalhes no item seguinte, intitulado "O ambientalismo no RS".

Foi em 1973 que o artista plástico Emílio Miguel Abellá desfilou pela Avenida Paulista, em São Paulo, usando uma máscara contra gases, denunciando a poluição urbana. Acredita-se que tenha sido o primeiro protesto realizado no Brasil contra a poluição do ar. Ao virar notícia nos jornais, inaugura-se uma nova fase do movimento ambientalista, com a adoção de uma postura que inclui nas suas estratégias exposições, passeatas e protestos pelo país, buscando a divulgação via imprensa. Essas práticas foram encampadas pelo Movimento Arte e Pensamento Ecológico – Mape, também de São Paulo.

Na segunda metade da década de 70, no Brasil, surgem grupos ambientalistas nas principais cidades do Sul e do Sudeste, com o objetivo de denunciar os principais problemas de degradação ambiental nas cidades. São formados por poucos ativistas e têm pouco apoio financeiro. O movimento ecológico dessa época constitui-se de movimentos paralelos e independentes: comunidades alternativas rurais e movimentos de denúncia da degradação ambiental urbana. As comunidades alternativas rurais são constituídas em meados da década de 70 por jovens provenientes das regiões metropolitanas, que recebem influência do movimento da contracultura norte-americana, revalorizando o trabalho manual, vivendo em contato permanente com a natureza, com alimentação lacto-vegetariana produzida na própria comunidade, sem uso de agroquímicos, com práticas de meditação, e medicina alternativa. Muitos de seus integrantes acabaram voltando para as áreas urbanas, onde abriram entrepostos e restaurantes naturistas. Já os movimentos de denúncia da degradação ambiental urbana divulgam a problemática ambiental via movimentos específicos, que acontecem no fim dos anos 70: contra a construção do aeroporto em Caucaia do Alto, na Mata Atlântica paulista; para salvar as Sete Quedas no rio Paraná; em defesa da Amazônia; contra a construção das usinas nucleares. Nos anos 80, surgiram os movimentos contra a extrema deterioração socioambiental de Cubatão, em São Paulo; e contra os agrotóxicos, no Rio Grande do Sul. A campanha contra os agrotóxicos, promovida pela Agapan, conseguiu grande receptividade da opinião pública gaúcha, ocorrendo uma pressão bem sucedida na Assembleia Legislativa, que culminou com a aprovação da primeira lei estadual de agrotóxicos, em 1983. As denúncias não detêm a degradação ambiental, mas aumentam a percepção da sociedade sobre esta problemática. A partir deste momento, começa-se a perceber a mídia como um espaço de visibilidade para as causas ambientais.

Como corresponde a qualquer processo de ação coletiva, é no transcórrer destas lutas que vai constituindo-se a identidade coletiva do movimento ecológico. Este processo de formação da identidade coletiva implicará uma crescente diferenciação perceptiva, atitudinal e comportamental em vários planos: passa-se de uma percepção monoliticamente negativa do Estado

para uma percepção de suas contradições e nuances internas; passa-se de um formato de luta com predomínio exclusivo da ação da denúncia para uma definição mais precisa de fins e meios a utilizar para atingi-los; passa-se de uma visão grosseira do significado de ser ecologista para outra mais complexa; passa-se de um quase desprezo pela formação teórica dos militantes para uma valorização do trabalho teórico. Todo este processo de formação da identidade coletiva irá ter um ponto de desemboque qualitativo na fase seguinte de transição (1982-85), quando é redefinida a relação com a política (VIOLA, 1987, p. 90).

Na primeira metade da década de 80, proliferam-se os grupos ambientalistas, muitos deles com vida curta, emergindo em torno de temas de luta específicos, e com pouca estrutura organizativa.⁴⁶ Além de serem, em sua maioria, formadas por pequenos grupos, as organizações iniciam sem estruturação jurídica, em que um ou dois integrantes se destacam dos outros membros do grupo: em dedicação à causa, prestígio público, autoridade de decisão, acesso aos meios de comunicação, acesso ao poder público. O uso da mídia é centralizado na figura de poucos líderes. As organizações são formadas predominantemente por pessoas de formação universitária, com renda acima da média brasileira, sendo predominantemente homens. Suas metas de trabalho são centralizadas em uma ou duas causas da problemática ambiental. Os alvos de luta mais comuns nesta fase fundacional são as indústrias poluidoras das águas, as instalações industriais de alto impacto ambiental, a preservação de áreas verdes com risco de exploração depredatória, a defesa de áreas de preservação ambiental ou de parques histórico-arquitetônicos. Viola afirma que, nessa fase, a eficácia das lutas é baixa em termos de ganhos precisos, mas alta em termos de ecologização da sociedade.

Em 1982, houve uma tentativa, com apoio do Mape, de criar uma federação nacional de organizações ambientalistas. Criou-se a Assembleia Permanente das Entidades em Defesa do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Apedema), que chegou a ter 120 entidades filiadas. É ainda nesse período que surgem os primeiros movimentos organizados, que associavam as questões ambientais com os problemas sociais. Eles consideravam inaceitável um movimento de luta para manter a natureza intocada (ambientalismo conservador) enquanto pessoas passavam fome e não tinham onde morar. Também se inicia a crítica ao modelo consumista. Esta discussão se dá no momento de redemocratização do país. Portanto, aí reside a matriz fundacional do movimento socioambiental, no qual enquadramos o trabalho que vem sendo feito pelo Centro de Educação Ambiental Vila Pinto.

46 Havia, no Brasil, aproximadamente 40 grupos ambientalistas em 1980, localizados, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste. Em 1985, o número de grupos ambientalistas tinha chegado a aproximadamente 400 com pelo menos um ano de existência.

Também em 1982, representantes do movimento ambientalista elege-se como deputados estaduais e vereadores no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, o que faz com que, em 1986, o ambientalismo entre na arena política com a expectativa criada com as eleições do Congresso Constituinte. Isso leva à fundação da Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte – CIEC, em 1985. Apesar do otimismo inicial, o CIEC entra em colapso. Dos ambientalistas, candidatos por vários partidos, apenas o paulista Fábio Feldmann se elege, dos cerca de 20 candidatos ecologistas. Em 1984 realizavam-se vários encontros entre movimentos ambientalistas do Rio Grande do Sul e de São Paulo, quando se discutiam formas das organizações lidarem com as agências estatais. Estes encontros acabaram contribuindo para a politização do movimento ambiental, por meio de discussões em torno dos principais pontos de degradação ambiental nos Estados, definição das prioridades de luta, discussão sobre a relação entre movimento ambiental e partidos políticos, alianças com outros movimentos sociais, fortalecimento das associações, formas e conteúdos da participação das pautas ambientais na Constituinte. Nesta fase, o ambientalismo foi influenciado de forma “parcial e difusa” pelo ambientalismo norte-americano e europeu, com a introdução de ideias, muitas vezes sem crítica.

A definição ampla da problemática ambiental (luta pela preservação de ecossistemas naturais, pelo uso racional dos recursos naturais e contra a poluição urbana e rural), que era muito clara no ambientalismo norte-americano por volta de 1970, teve um impacto mínimo no ambientalismo brasileiro (restrito ao RS). Durante a fase fundacional dominou no ambientalismo brasileiro uma definição estreita da problemática ambiental, que o restringiu, basicamente, a combater a poluição e a apoiar a preservação de ecossistemas naturais (VIOLA, 1992, p. 60).

Na articulação das problemáticas da degradação ambiental e do crescimento populacional, houve, também, pouca influência dos países desenvolvidos. Mas duas questões, inter-relacionadas, foram importantes para o ambientalismo dos países em desenvolvimento: a questão da justiça social e do desenvolvimento econômico. Enquanto no começo da década de 70, os grupos ambientalistas defendiam intransigentemente o ambiente, por volta de 1986 descobrem que a conexão com os setores populares é primordial para pensar soluções para a problemática ambiental atrelada à problemática social. Esse momento constitui-se como a gênese de projetos como o da organização dos separadores. O movimento ambientalista começa, então, a dialogar com ativistas sindicais, movimentos de trabalhadores rurais sem terra, movimentos comunitários, seringueiros, índios etc. Mas nessa fase fundacional a conexão entre problemática ambiental e desenvolvimento econômico não era pensada

em profundidade. Falar em ecodesenvolvimento era motivo de abalo da imagem dos ambientalistas.

Várias transformações ocorreram no tecido social do movimento ecológico entre 1982 e 1985 que explicam a radical mudança de posição política: proliferaram-se entidades nas cidades médias dos seis estados do Sul-Sudeste; o número de ativistas por entidade e o número de simpatizantes cresceu consideravelmente; os ecologistas penetraram no interior de muitas associações de moradores de classe média; em algumas áreas e cidades industriais começou um diálogo de interinfluência entre o movimento ecológico e o sindicalismo operário; o movimento ecológico começou a penetrar estruturalmente no estudantado universitário; influência do movimento ecológico, no Sul, nos movimentos dos 'sem-terra' e contra as grandes barragens. Mas a transformação fundamental foi na mudança do padrão de atuação do ecologismo: o movimento de pura denúncia foi sendo substituído pela formulação de estratégias que levaram em consideração fundamentalmente a eficácia pontual da luta (VIOLA, 1987, p. 99).

Assim, em 1985, as lutas dos ecologistas começam a afetar os processos decisórios das políticas públicas, e ocorre uma mudança qualitativa na opinião pública. Isso se reflete também nos meios de comunicação de massas, que aumentam o espaço dedicado às questões ambientais. A partir da segunda metade dos anos 80, Viola percebe uma mudança no rumo dos movimentos ambientais brasileiros. O número de grupos com mais de um ano de existência cresceu de aproximadamente 400, em 1985, para aproximadamente 700, em 1989. E o perfil também se diferencia da fase fundacional: emergem novas organizações, com corpo técnico e administrativo pago pela organização, que trabalham com captação de recursos financeiros, têm definida sua área de atuação e metas concretas, viáveis, com avaliação do desempenho para atingi-las. As organizações proliferam-se, além das regiões Sul e Sudeste, para o Centro-Oeste, Norte e Nordeste. O ambientalismo está presente em todas as cidades grandes e médias do Sul e do Sudeste, e também em pequenas cidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Nas outras regiões nacionais, há organizações nas capitais e nas principais cidades do interior.

Os grupos amadores continuam crescendo, tendo suas ações baseadas em passeios ecológicos, algumas denúncias, e ações diretas. As entidades semiprofissionais reciclam seu estilo de atuação, pois há ainda uma distância da prática cotidiana. Essas entidades tratam de profissionalizarem-se com o auxílio de entidades do Primeiro Mundo, o que implica no abandono de certo grau de independência. Já as organizações profissionais inovam a cultura ambientalista brasileira. Elas não têm como objetivo principal a denúncia, mas sim a afirmação de uma alternativa viável de conservação ou restauração do ambiente danificado. Cada entidade tem objetivos específicos e área de atuação bastante delimitada: defesa dos mares, educação ambiental etc. Suas fontes de

recursos são fundos de organizações do primeiro mundo, doações, e contratos com agências governamentais brasileiras. É o caso da SOS Mata Atlântica, Amigos da Terra e Greenpeace, por exemplo. Nessa fase, o ambientalismo começa sua influência sobre vários movimentos sociais, que incorporam a proteção ambiental entre suas ações. São exemplos disso o movimento dos seringueiros, de trabalhadores rurais sem terra, dos movimentos indígenas, dos atingidos pelas barragens, movimentos feministas, de bairro (como os separadores), pacifistas, em defesa do consumidor, pela saúde do trabalhador, movimento estudantil, e de grupos de desenvolvimento do potencial humano, que enfatizam a ecologia pessoal.

Na interação com o campo político-institucional, durante as deliberações do Congresso Constituinte, em 1987-1988, os ambientalistas realizam um sistemático *lobby* diante dos parlamentares, coordenado pelo então deputado federal Fábio Feldmann. A posição ecocapitalista teve forte peso na Comissão Constitucional, apesar de ser fraca no seio do movimento ecológico⁴⁷. Tarefa similar foi realizada entre os constituintes estaduais em 1988-1989. Como noutros países, no Brasil foi criado o Partido Verde, a fim de ser transformado na expressão político-partidária do movimento social. O Partido Verde tem entre suas principais lideranças Fernando Gabeira, jornalista que estava exilado no período da ditadura e retorna ao Brasil, onde se elege deputado por diversos mandatos.

Viola assinala que o movimento ambientalista das regiões Sul e Sudeste tem um perfil ocidental, diferente do ambientalismo da Amazônia, formado por populações nativas da floresta. Essas organizações têm apoio tanto daquelas do

47 Viola (1995) sintetiza as posições do movimento ecologista mundial em quatro tipos, não levando em conta que esta tipologia não é estanque, já que o movimento ambientalista tende a ser contaminado por mais de uma destas características: 1) fundamentalistas – de herança anarquista-niilista, pessimista, acredita na construção de uma sociedade ecologista apenas enquanto sociedade alternativa, desconsiderando as possibilidades de transformação global da sociedade. Encara a lógica predatória–exterminista como irreversível. 2) realistas – apostam na transformação da sociedade a partir da construção e do desenvolvimento do movimento ecologista rígido nos princípios, mas flexível na interação com a sociedade. Apostam na ecologização do capitalismo e do socialismo. Pensa como sistema produtivo pequenas propriedades privadas e propriedades cooperativas, autogestionárias, com alocação de recursos do Estado em nível local. Esta posição é herdeira do socialismo utópico, do socialismo democrático, do liberalismo de desenvolvimento da pessoa. 3) ecossocialista – é favorável a uma ruptura com a sociedade capitalista, e pensa no sistema produtivo gerido através de planejamento participativo centralizado. Considera impossível a ecologização do capitalismo e do socialismo. Esta postura é herdeira do marxismo heterodoxo, do socialismo revolucionário-democrático. 4) ecocapitalista – argumenta em favor do mercado como alocador de recursos, sendo o mercado disciplinado por um Estado guardião ecológico da sociedade. O sistema produtivo é compatível com o das oligarquias. O Estado de Bem Estar Social deverá transformar-se em Estado do Bem Estar Sócio-Ecológico. Esta postura é herdeira da social-democracia, do liberalismo social e do conservadorismo social.

Sul como de entidades internacionais. Exemplo disso é a aliança ambientalista formada em 1985-1986 por cinco atores sociopolíticos: o Conselho Nacional dos Seringueiros (liderado por Chico Mendes), organizações indígenas da área afetada pelo projeto, o Instituto de Estudos Amazônicos (com sede em Curitiba), a Associação Brasileira de Antropologia e organizações ambientalistas norte-americanas (particularmente EDF e NWF). A partir de 1988, observa-se uma abertura do ambientalismo brasileiro para a problemática do desenvolvimento sustentável, quando a ecologia é percebida inter-relacionada a outros aspectos, econômicos, sociais, políticos etc.⁴⁸

Em junho de 1990 constitui-se o Fórum das Organizações Não Governamentais brasileiras, para participação na Rio 92, reunindo 40 organizações. Um ano depois, 800 organizações já participam do Fórum, que culmina com a elaboração de uma agenda de atuação com os seguintes pontos: para uma nova ordem econômica internacional identificando novos modelos de desenvolvimento para o Brasil; geração de influência no resultado da Rio 92, coorganizando uma conferência paralela de ONGs durante este evento; e preparação de um relatório sobre o estado do meio ambiente e do desenvolvimento no Brasil, alternativo ao relatório oficial.⁴⁹ Os objetivos principais da Rio 92 eram identificar estratégias regionais e globais para ações relativas às principais questões ambientais; examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas desde a Conferência de Estocolmo, em 1972; analisar as estratégias de desenvolvimento sustentado e de eliminação

48 Esta mudança deve-se aos seguintes fatores: 1) a crise econômica que atinge os movimentos ambientalistas tornando necessária a revisão de posição para não perder a influência adquirida; 2) a percepção de que os problemas ambientais e sociais são interdependentes; 3) a influência das novas organizações ambientais formadas por profissionais, com conexão internacional; 4) a disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável pelo relatório Nosso Futuro Comum da Comissão Brundtland; 5) a desprovincialização do movimento ambientalista, com a visibilidade que os problemas ambientais brasileiros adquirem devido às queimadas na Amazônia e ao assassinato de Chico Mendes. Isso faz com que os ambientalistas brasileiros se percebam partes do cenário internacional, e que devem incorporar um novo padrão de eficiência para suas práticas; 6) a decisão do Brasil de ser a sede da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED-92 ou Rio 92), que estimula as atividades do movimento ambientalista. (VIOLA, 1992, p. 66-67)

49 Na década de 90, o ambientalismo transforma-se num movimento multisetorial e complexo. Os setores que o compõem são oito, principalmente, segundo classificação de Viola e Leis (1995): 1) ambientalismo *strictu sensu* (grupos comunitários ambientalistas amadores, semiprofissionais e profissionais), 2) ambientalismo governamental (de nível federal, estadual e municipal), 3) o socioambientalismo (organizações com outros objetivos, que incorporam a problemática ambiental), 4) ambientalismo dos cientistas (fazem pesquisa científica na área ambiental), 5) ambientalismo empresarial (que pautam sistemas produtivos e investimentos pelo critério da sustentabilidade ambiental), 6) ambientalismo dos políticos profissionais (de partidos que incorporam a dimensão ambiental), 7) ambientalismo religioso (que vinculam a questão ambiental à consciência do sagrado e do profano), e 8) ambientalismo dos educadores (com capacidade de influir nas massas: professores, jornalistas, artistas).

da pobreza nos países em desenvolvimento. A Rio 92 gerou uma preocupação do governo com a imagem do país no exterior, o que resultou na criação do Ministério do Meio Ambiente, no mesmo ano. A realização da Rio 92 representou o reconhecimento da problemática ambiental como relevante para a sociedade brasileira, e da importância dos ambientalistas como atores sociais. A disseminação da preocupação pública com a degradação ambiental, a partir da década de 80, faz com que o ambientalismo seja pauta de interesse de diversos setores sociais, entre eles dos cientistas e os empresários. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, passa a atuar como catalizadora do movimento dos grupos científicos em universidades e institutos de pesquisa para pensar a problemática ambiental em suas diversas facetas. Os empresários também começam a orientar investimentos e gestão de sistemas produtivos, segundo o critério de preservação ambiental, quase sempre em função de exigências legais nacionais ou de mercado internacional.

Este processo de transformação da problemática ambiental no Brasil, da proteção ambiental para o desenvolvimento sustentável, deve ser colocado num contexto de defasagem entre os níveis do discurso, do comportamento individual e da política pública. A importância da política pública está hoje bem estabelecida, no nível do discurso, nos formadores de opinião e no conjunto da população que se considera informada, sendo que uma grande maioria dela é favorável a uma relação equilibrada entre desenvolvimento e meio ambiente, e há duas reduzidas minorias nos extremos, uma priorizando o desenvolvimento, e a outra, o meio ambiente. A importância discursiva da questão ambiental traduz-se numa legislação relativamente avançada. Porém, os comportamentos individuais estão muito aquém da consciência ambiental presente no discurso [...] (VIOLA, 1992, p. 70).

É na década de 90 que se firma a necessidade de pensar as relações entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, questão que afeta os setores ambientalistas, mas vai além deles, abalando a sociedade e o Estado brasileiros de modo geral. A sustentabilidade ambiental adquiriu princípio de legitimidade a partir da Rio 92.⁵⁰ A Rio 92 foi considerada vitoriosa no sentido de fazer emergir e legitimar o papel da sociedade civil de todo o planeta na busca de soluções para a crise socioambiental global, num mundo governado pelo mercado e pela política. No entanto, a Conferência foi considerada ao mesmo tempo um fracasso no plano político-econômico, pela incapacidade na

50 É neste evento, também, que é apresentado o vídeo “Lixo é Vida”, produzido pelo movimento socioambientalista gaúcho, que conta a história das primeiras duas organizações de separadores de resíduos sólidos do Porto Alegre – Ilha dos Marinheiros e Vila Dique. Esse vídeo é um marco na história dessa tendência do movimento socioambiental gaúcho. Por ele se dá visibilidade pública a uma realidade local num evento mundial, via instrumento midiático, em que são retratadas, paralelamente, as realidades de mulheres organizadas no trabalho coletivo da separação, e do trabalho individual dos catadores.

construção de referências para implementação de ações transnacionais que visassem à resolução dos problemas ambientais. Os movimentos ambientais brasileiros aceleraram sua expansão e consolidação ideológica organizativa, mas julgaram ter mais força que, na realidade tiveram durante o evento, no qual seu papel não foi decisivo, segundo Viola e Leis.

Com o fim da Rio 92 assistimos então a um processo de ‘desorientação’ do ambientalismo brasileiro, fruto da rápida perda de seu principal marco de referência simbólico e organizativo na conjuntura. Paralelamente, a sociedade civil que antes vinha recebendo uma enorme dose de informação sobre a problemática ambiental, por intermédio dos meios de comunicação, agora é bruscamente reorientada para outros temas (em especial para o processo de *impeachment* do presidente Collor, que começou a ‘esquentar’ logo após a Rio 92) (VIOLA; LEIS, 1995, p. 142).

Internamente, as causas dessa desorientação incluem a falta de uma agenda estruturada sobre as questões de sustentabilidade para o cenário nacional; falta de elementos teóricos e analíticos para esta problemática; precariedade das bases organizativas; grande diversidade entre as ONGs e falta de articulação entre elas; falta de infra-estrutura e de recursos e sobrecarga de tarefas e desafios das ONGs; comunicação deficitária entre os diversos setores do ambientalismo, e entre as organizações ambientalistas e a sociedade (BONES, 2002; VIOLA; LEIS, 1995). Segundo Viola e Leis, entre as causas externas, este revés estaria condicionado também pela complexidade que vai assumindo a sociedade contemporânea, marcada por uma nova conjuntura internacional.

Alexandre (2000) observa uma perda da radicalidade do ambientalismo, com a apropriação do movimento ambientalista por diversos setores sociais, refletindo-se na perda da espontaneidade deste movimento social e do seu ativismo político crítico, passando a ser bandeira oportunista para empresários e governos, que fazem “*marketing verde*” e assim o movimento ambientalista acaba “*engolido pelas forças burocráticas do sistema*”. Estas apropriações do discurso ambiental não tocam no cerne da problemática ambiental, ou seja, das causas da crise ambiental generalizada, consequência do desenvolvimento econômico neoliberal predominante no mundo globalizado. Para o autor, a ecologização das empresas tem objetivo de aumentar o consumo de seus produtos vendidos como “*ecologicamente corretos*”. Portanto, não é uma ecologização desprovida de interesses comerciais. Por outro lado, as políticas ambientais e normas vigentes refletiriam uma preocupação setorial e preservacionista das mazelas ambientais – que enquanto isso se proliferam – carecendo, o Brasil, “de uma política nacional séria, capaz de corrigir as imensas desigualdades sociais” (ALEXANDRE, 2000, p. 41).

Leis, no entanto, aposta no movimento ambientalista como o

único movimento contemporâneo em condições de desenvolver valores e conhecimentos de novo tipo [...] meios sincréticos para uma ativa cooperação sinérgica entre atores com interesses e perspectivas diferentes (e até contraditórias) (LEIS, 1998, p. 42).

Leis trabalha com a hipótese de que o ambientalismo constitui um amplo movimento histórico de alcance global e importância prática no processo de redefinição do caráter da política mundial, um paradigma emergente, com capacidade explicativa e transformadora da realidade social e política. Uma política ambiental, entendida no seu sentido amplo, inclui uma discussão de valores profundos da sociedade humana. O movimento ambientalista se constitui, então, portador de valores e interesses universais, que ultrapassam fronteiras de classe, sexo, raça e nação, sendo incorporado por esses movimentos, por propor um sistema de valores sustentado no equilíbrio ecológico, que se refere à justiça social, a não violência ativa e à solidariedade com as gerações futuras (LEIS 1995).

Para Leff (1991, p. 96-132), a perspectiva ambiental enriquece as categorias tradicionais de análise dos processos de desenvolvimento econômico e social. O desenvolvimento sustentável inclui a produtividade do capital, do trabalho, do progresso científico-tecnológico, dos processos ecológicos de suas diferentes regiões e nos valores culturais de suas populações. As relações sociais de produção encontram-se entrelaçadas numa trama ecológica que sustenta um sistema de recursos naturais e condiciona suas formas de reprodução e aproveitamento. Com a crise ambiental novas demandas juntam-se às reivindicações tradicionais de democracia, de justiça social, de distribuição do poder e da renda, da propriedade da terra e dos meios de produção, de participação social e política. As demandas ambientais referem-se tanto à participação democrática da sociedade no uso e manejo dos recursos naturais como ao desenvolvimento fundado em princípios de sustentabilidade ecológica, equidade social, diversidade étnica e autonomia cultural.

Segundo Leff, assim a crise ambiental gerou novas orientações para o processo de desenvolvimento e novas demandas para os movimentos sociais. E a necessidade de reorientação do progresso científico e tecnológico numa perspectiva interdisciplinar, que articula os processos sociais e naturais para a gestão social do desenvolvimento sustentável, incorporando uma “*dimensão ambiental*”. O saber ambiental questiona os comportamentos associados à sociedade de consumo ou pós-industrial, e leva-nos a ressignificar o movimento ecológico e ambientalista, e pensar em um movimento que se pensa socioambiental, pelas nuances de questões que põem em discussão na sociedade civil, local e global. Para Leff, apesar de o ambientalismo mobilizar para a construção de uma nova racionalidade produtiva e um projeto alternativo de civilização, suas reivindicações não se desvinculam das raízes

históricas das lutas camponesas, operárias e populares. E é nos países da América Latina e do Terceiro Mundo, portanto, que o ambientalismo adquire importância estratégica, por se tratar de países onde prevalecem formas arcaicas de exploração das populações e dos recursos naturais e culturais, onde urge o desenvolvimento da consciência ambiental, a fim de mobilizar atores políticos para a transformação das relações e formas de produção. Portanto, os movimentos ecológicos ou ambientalistas estão historicizados nas lutas populares e movimentos sociais que surgem contrapondo-se aos regimes totalitários e antidemocráticos.⁵¹

Como o ambientalismo abre-se para um novo projeto de civilização, orientado para a construção de uma nova racionalidade social e produtiva, trata-se de um movimento multidimensional. Lutas diversas (indígenas, rurais, urbanas, operárias, populares, das classes média, alta e baixa, associações de base, grupos ecologistas etc..) articulam-se também diversamente: em organizações profissionais, não-governamentais, grupos privados e associações civis, mas com um objetivo de participar dos espaços econômicos e políticos abertos pela problemática ambiental.

Este processo vai abrindo novas frentes de luta, novas estratégias políticas, novas fórmulas de negociação e novas táticas de concentração entre o Estado e a sociedade[...] Nos anos recentes, novos atores sociais vêm ocupando a cena política. Dos conflitos que nascem da racionalidade social dominante emergem movimentos sociais caracterizados por suas novas demandas, formas de organização e estratégias de luta, dinamizando e transformando as formas de exercício de luta pelo poder. Entre os movimentos feministas e estudantis, das minorias étnicas e das organizações urbano-populares,

51 “O saber ambiental questiona os comportamentos associados às práticas de consumo derivadas da sociedade pós-industrial e os interesses disciplinares que obstaculizam a produção de estudos integrados do processo de desenvolvimento; da mesma forma, problematiza as ideologias que orientam as demandas das classes trabalhadoras e dos movimentos populares para satisfazer suas necessidades básicas através do acesso ao mercado de trabalho e da redistribuição da renda[...]. A incorporação das classes trabalhadoras e das populações rurais ao progresso e à modernidade significou a degradação de suas condições de vida: exploração econômica, desemprego, marginalização social, inacessibilidade aos serviços públicos, desarraigamento cultural, emigração territorial, destruição de seus recursos naturais, abandono de suas práticas tradicionais e perda de seus meios de subsistência. A qualidade de vida dos grupos majoritários da população não depende de seu acesso a um tempo livre criado pelo incremento da produtividade do trabalho. A erradicação da pobreza e a satisfação de suas necessidades básicas não se conseguiram acionando os mecanismos do mercado e as políticas compensadoras do Estado[...]. Esta situação é mais notória nos grupos marginalizados do processo econômico nacional, mais dependentes de suas condições de enraizamento territorial e de sua integração cultural no nível local, para definir suas necessidades materiais e espirituais, e alcançar níveis básicos de autossuficiência e bem-estar. Nenhum salário real compensa a perda da integridade cultural dos povos e a degradação do potencial produtivo de seus recursos, do progresso para a morte étnica e a destruição ecológica, muito mais efeito de uma racionalidade econômica do que de uma catástrofe natural” (LEFF, 1991, p. 96-132).

emergem os grupos ambientalistas e ecologistas. A caracterização destes novos movimentos sociais dentro da sociologia política não tem sido tarefa fácil, tanto devido à novidade, variedade e dinamismo de suas manifestações, como devido ao seu caráter complexo, transclassista e multissetorial e às suas formas variáveis de expressão e de concentração política. Tudo isto dificulta a sistematização de suas experiências, a tipificação de suas estratégias e a previsão de suas tendências (LEFF, 1991, p. 96-132).

Leff, assim como outros teóricos dos movimentos sociais, aponta para a importância da análise e uso de novos instrumentos e práticas para a gestão e apropriação dos recursos feita pelos movimentos sociais, entre os quais se incluem os recursos comunicacionais e midiáticos, assim como dos impactos que causam sobre os diferentes grupos sociais. As categorias e conceitos tradicionais, como a divisão de classes e as facções políticas, tornaram-se insuficientes para caracterizar os movimentos e organizações sociais ambientalistas, pois não permitem apreender a diversidade de matrizes culturais das quais são atravessadas – origens, motivos, objetivos, formas de manifestação e de organização, inspiração, influências de outros movimentos sociais (étnicos, de exclusão social etc..).

A perspectiva ambiental não só propõe a incorporação de novas demandas dentro das reivindicações e das formas de organização política tradicionais, mas uma complexificação e ressignificação das demandas da cidadania emergente. Surge assim a questão da capacidade dos movimentos ambientais de conduzir estas demandas sociais dentro de uma racionalidade alternativa, de seu potencial mobilizador para construir novas formas de convivência, relações políticas e organizações produtivas, frente à racionalidade econômica dominante, aos seus interesses e inércias institucionais, que buscam dissolver o ambiente nas estratégias da globalização econômica (LEFF, 1991, p. 96-132).

Na diversidade de nuances que assumem os movimentos ambientalistas no mundo, Leff (1991) aposta que é nos países do Terceiro Mundo que se encontram as condições ecológicas e culturais mais ricas e perspectivas conceituais e políticas mais complexas. Enquanto no Norte, devido ao próprio contexto, o movimento ecológico tende a se orientar para a conservação da natureza e o controle da contaminação, no Sul os movimentos ambientalistas transcendem o campo de ação do ecologismo conservacionista.

Estes movimentos caracterizam-se por sua composição pluralista e pela heterogeneidade de seus atores sociais que vão conformando alianças em torno de objetivos comuns: a sobrevivência da espécie humana, a conservação da natureza, a diversidade étnica, a auto-suficiência alimentar, a seguridade social, o equilíbrio ecológico, a qualidade de vida e a participação comunitária na gestão dos recursos. Porém é difícil passar desta lista de problemas que mobilizam diferentes grupos sociais ao estabelecimento de uma tipologia

específica dos diversos movimentos e grupos ambientalistas, com base em sua fidelidade formal, discursiva ou prática aos seus princípios e objetivos, em suas estratégias políticas, em suas alianças de classe em suas filiações partidárias (LEFF, 1991, p. 96-132).

É apropriando-se dessas diferenças entre Norte e Sul que Leff denomina os movimentos “ecologistas do Norte” e os movimentos “ambientalistas do Sul”. O autor leva em conta as condições em que surgem e se desenvolvem estes movimentos nos países subdesenvolvidos (em que se incluem objetivos de transformação dos contextos social, político, cultural e econômico), assim como seus interesses e suas estratégias de luta, que transcendem as visões dos grupos ecologistas dos países industrializados⁵².

São movimentos que definem as condições materiais de produção e os valores culturais das comunidades locais. Porém, uma justificação mais forte para designar estes novos movimentos sociais como ambientalistas é que o direito ao acesso democrático aos recursos, seus significados culturais e as condições para um desenvolvimento sustentável não são guiados por uma racionalidade ecológica. O ambientalismo não pretende restabelecer as condições ecológicas de inserção da espécie humana na natureza. Estes grupos se mobilizam por princípios de racionalidade ambiental que incorporam as condições ecológicas em novas formas de significação cultural e de organização social; que constituem novos valores e sentidos existenciais; que fundam novas estratégias de produção e orientam os diferentes tipos de desenvolvimento de cada comunidade (LEFF, 1991, p. 96-132).

Segundo Leff, o ambientalismo refere-se, portanto, a uma perspectiva mais rica para entender a articulação dos múltiplos processos que integram o ambiente e as relações sociedade-natureza, e uma nova racionalidade produtiva, fundada no manejo integrado dos recursos – naturais e culturais. O ambientalismo problematiza a racionalidade social imposta pela ordem econômica dominante, articulando produtividade ecológica com a inovação tecnológica, a autogestão produtiva e a participação popular. A articulação

52 Para Leff (1991), a racionalidade ambiental incorpora, em suas formações ideológicas, um conceito de ambiente mais rico e complexo que o conceito de ecologia que caracteriza o movimento conservacionista dos países centrais. Leff explica que, inicialmente, associou-se o termo ecologia ao manejo dos recursos (*green issues*), e ambiente aos efeitos da contaminação (*brown issues*). Mas estas denominações foram se transformando pelos usos discursivos, ao longo do tempo. O ecologismo dos países altamente industrializados surge como “movimentos de consciência”, voltado para a salvação do planeta do desastre ecológico e para a recuperação do contato com a natureza, mas que não questiona a ordem econômica dominante. Já, os movimentos ambientalistas surgem em resposta à destruição da natureza dos países pobres ou “em desenvolvimento”, mas são, ao mesmo tempo, voltados para o controle dos recursos, e para a reapropriação social da natureza, o que está vinculado a processos de democratização, à defesa de territórios, das identidades étnicas, da autonomia política, da capacidade de autogerir as formas de vida e os estilos de desenvolvimento.

dessa diversidade de demandas em bandeiras de luta, formas de ação social e organização política é o desafio dos movimentos ambientalistas, que também podemos denominar socioambientais, dando conta da especificidade com que atrelam questões de meio ambiente e sociais.

O ambientalismo no RS

Desde que o conceito de ecologia foi proposto, em 1969, pelo biólogo Ernst Heinrich Haeckel, até os dias atuais muita coisa aconteceu. Hoje o Brasil tem leis ambientais, uma estrutura pública para tratar questões referentes a essa problemática, para a qual a sociedade está sensibilizando-se um pouco mais a cada dia, o que em boa parte é fruto do trabalho das organizações ambientais não governamentais. Nessa transformação gradativa da mentalidade via movimentos ambientais, a mídia tem desempenhado seu papel, seja por falta de pauta para completar o conteúdo de jornais, como aconteceu durante os períodos de ditadura, seja pela emergência da temática na agenda pública regional, nacional e transnacional. Um dos inspiradores do movimento ambientalista gaúcho foi o padre jesuíta e botânico, Balduino Rambo, que publicou *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*. O livro serviu de referência ao engenheiro agrônomo José Lutzenberger, que veio a ser um dos ativistas mais polêmicos e reconhecidos do movimento ambientalista gaúcho. Rambo defendia a criação de parques de preservação já em 1942.

Mas é Henrique Luís Roessler quem é considerado o pioneiro do movimento ambientalista no RS. Funcionário público da Delegacia Estadual dos Portos, ele atuava em São Leopoldo, no Vale do Rio dos Sinos, região onde um grande número de curtumes já poluíam os cursos d'água. Desde a atuação de Roessler, o movimento ambientalista gaúcho teve como aliados os instrumentos midiáticos. Em 1955, Roessler fundou a União Protetora da Natureza, considerada a primeira entidade ambientalista do Estado, com sede em São Leopoldo. Dois anos depois, ele começou a escrever crônicas semanais no Correio Rural, suplemento do Correio do Povo. O trabalho durou até sua morte, em 1963, e somaram mais de 300 textos. Foi a partir dessas crônicas que ele se tornou conhecido e, depois, serviu de referência para os fundadores da Agapan – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, em 1971, em Porto Alegre.

A história da primeira fase do ambientalismo gaúcho confunde-se com a história da Agapan, entidade que veio a se tornar uma das organizações ambientalistas mais radicais do Brasil, devido, principalmente, à atuação do agrônomo José Lutzenberger, o qual defendia a natureza com conhecimento técnico e retórica privilegiada. Das lutas importantes desta primeira fase de atuação da Agapan está a defesa do Rio Guaíba contra a poluição da Indústria de

Celulose Bourregaard (largamente midiaticizada). Instalada em março de 1972, sem nenhuma preocupação ambiental em relação aos dejetos que produzia, a empresa lançava os resíduos químicos da produção de celulose direto no Guaíba, sem tratamento, colocando a saúde da população em risco. O cheiro que exalava das chaminés da empresa era sentido por todos, e incomodou alguns a ponto de organizarem uma campanha contra a Bourregaard. Ativistas – principalmente da Agapan – técnicos, entidades profissionais, imprensa e políticos reuniram-se, o que acabou determinando a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa. Depois de fechar e ser investigada sobre as negociações político-financeiras, a empresa transformou-se no que é hoje, a Celulose Riograndense Ltda. – Riocell, que pertence ao grupo Klabin. A luta contra a poda indevida das árvores de Porto Alegre, manifestações nacionais em defesa da Amazônia, luta contra o programa nuclear brasileiro e a busca pelas causas da mortandade de peixes na ponta do Hermenegildo, praia do Chuí, foram alguns dos fatos sobre os quais a Agapan posicionou-se e manifestou-se, despertando a atenção da mídia, com o objetivo de sensibilizar a opinião pública para as causas ambientais. O movimento ambientalista gaúcho obteve vitórias como a Lei dos Agrotóxicos e o Receituário Agrônomo, que passaram a vigorar no Rio Grande do Sul e, depois, noutros Estados. A Agapan chegou a ser alvo de investigações da polícia em plena ditadura, 1973, quando se manifestou duramente contra as experiências nucleares, fato que foi noticiado na imprensa gaúcha e na paulista. Mas não houve perseguições como a outros movimentos sociais, já que não se sabia muito bem como lidar com esse tipo de ativismo, o ambientalismo.

Estudar a história da Agapan nesse momento histórico é entender a entidade organizada, especialmente, a partir da atuação de Lutzenberger em palestras, entrevistas e artigos publicados pela imprensa, e pelo trabalho de Augusto César Cunha Carneiro, responsável pelo cadastro e cobrança dos sócios, a base dos recursos da entidade até hoje. Além de Carneiro e Lutzenberger, idealistas, técnicos, agrônomos e biólogos, ex-companheiros de Roessler e outros interessados na causa ambiental trabalharam na construção da Agapan. Os primeiros ativistas da Agapan surgiram de convites feitos por Carneiro a ex-companheiros de Roessler, e por um anúncio no Correio do Leitor, do Correio do Povo, em outubro de 1970. Na história do ambientalismo gaúcho a mídia foi aliada em diversos momentos.

O senso de propaganda de Lutzenberger e o sentido de organização de Carneiro levaram a Agapan a funcionar como uma espécie de clube aberto em defesa da natureza. Toda segunda-feira, do início da tarde até meia-noite, a entidade escancarava-se ao público. Dedicava considerável atenção às cartas de simpatizantes. Levava adiante as denúncias de sócios e colaboradores. Organizava abaixo-assinados. Promovia palestras, debates,

cursos e seminários. Assimilava as críticas e respondia a provocações (BONES, 2002, p. 35).

Nas diferentes formas de atuação e diversas fases do movimento ambientalista configuram-se estratégias midiáticas que acabam determinando uma matriz cultural para o socioambientalismo gaúcho contemporâneo. Isso se explicita quando Carneiro responde a pergunta que ele mesmo se faz:

Como é que a Agapan foi a principal entidade sem dinheiro e sem patrocínio? Foi por causa da cobrança e por causa das notícias. Eu não precisava argumentar muito não, nós dominávamos a imprensa. Eles davam essa cobertura para nós por quê? Por causa da ditadura. Eles não tinham nada para publicar. Com as notícias nos jornais eu fazia a cobrança de casa em casa, dos mil sócios, que pagavam anualmente (BONES, 2002, p. 141).

A Agapan se manifestava publicamente a fim de marcar sua posição frente à sociedade e aos associados, e para não perder a oportunidade de aparecer na mídia. Sobre Lutzenberger, Lewgoy afirma que a formação científica dele contribuiu para tornar a atividade da Agapan mais técnica, dando aos protestos e às manifestações públicas uma base científica. Além de Lutzenberger, as líderes da Ação Democrática Feminina Gaúcha – ADFG, hoje Núcleo Amigos da Terra, Magda Renner e Giselda Castro, e outros simpatizantes da causa ambiental, também começaram a escrever para os jornais. A Agapan já desfrutava de espaço na mídia estadual quando ganhou espaço na mídia nacional, e até em jornais de Buenos Aires. O fato se deu devido à defesa do corte de árvores em Porto Alegre, quando o estudante Carlos Dayrell subiu numa delas, reunindo aí a polícia e os ativistas da entidade, gerando um fato nacional. Segundo Carneiro, “tivemos aliados, cobertura da imprensa, soubemos trabalhar e salvamos a área” (BONES, 2002, p. 39).

Ao longo da sua história inicial, a Agapan e outras entidades pioneiras preocupadas com a causa ambiental sempre tiveram boa cobertura da mídia. “*Os primeiros tempos eram bastante agitados. Os jornais publicavam todas as passeatas*”, afirma Hilda Zimmermann, uma das fundadoras da Agapan (BONES, 2002, p. 64). Segundo Giselda Castro, fundadora da ADFG,

[...] durante anos, lutamos com toda a cobertura da mídia. Em tempos de repressão e censura, éramos um prato cheio para os jornais. Nós tínhamos as páginas centrais de graça. Hoje nem uma cartinha podemos mandar porque somos barradas (BONES, 2002, p. 75).

Passeatas de mulheres também foram usadas como estratégia do movimento ambientalista de Porto Alegre, na década de 70, para chamar a atenção da mídia. Um espaço no rádio ou uma manchete de jornal era

comemorado pelas ativistas femininas da ADFG, conforme lembra Magda Renner.

Mas o ambientalista gaúcho que parece ter melhor aproveitado os espaços midiáticos em prol das causas ambientais foi José Lutzenberger. Ele empreendeu com seus colegas da Agapan uma série de denúncias nos anos 70, quando a Agapan determinou a pauta do movimento ambiental no Rio Grande do Sul, e também, em parte, no Brasil. Ele afirmava nos anos 80 que “a fase de denunciar já passou, agora é preciso agir” (BONES, 2002, p. 97). Para ele, não bastava protestar, tinha que fazer o possível para mudar. A Agapan constituiu-se como uma fonte permanente de informações. Lutzenberger podia falar o que queria porque gozava de independência financeira graças ao trabalho que exercera na Basf. Essa liberdade pessoal dele foi emprestada para a entidade, em nome da qual falava. A liberdade econômica dele gerou a liberdade da palavra em prol das causas ambientais.

Hoje, a Agapan atua em defesa das causas ambientais de forma política institucionalizada e via informações científicas.⁵³ A organização, como se fosse um órgão oficial, muitas vezes é consultada para dar pareceres sobre problemas ambientais. Ao longo de sua história a relação com a mídia foi cíclica, e em determinadas épocas chegou a ser proibida de ser fonte de um dos mais importantes jornais gaúchos. Atualmente, é procurada pela mídia para dar opinião sobre uma diversidade de assuntos, segundo a presidente, Edi Xavier Fonseca. Para o ex-presidente da entidade, Flávio Lewgoy, o cenário midiático mudou, e, assim como o próprio movimento ambientalista, fragmentou-se com a proliferação de informações e formas de atuação próprias da mundialização cultural contemporânea (BONES, 2002, p. 158). Manifestar opiniões técnicas e políticas sobre assuntos da pauta ambiental é a estratégia de atuação da Agapan na sociedade. Para isso, usa a mídia enviando material ou servindo de fonte para os assuntos que estudam. Segundo Flávio Lewgoy,

Hoje a Agapan não faz mais aqueles protestos de levar cartaz e sair para as ruas, como antigamente. Hoje a entidade está nos quadros, isto é, dentro do sistema, apesar de não estar subordinada a ele. Assim, nós fazemos o acompanhamento de diversas questões (nos conselhos estadual e municipal do meio ambiente, por exemplo), que são as nossas lutas atualmente: a construção de barragens, a energia a carvão, a duplicação da Riocell. Acho

53 A estratégia política é participar em órgãos de caráter deliberativo, que decidem sobre as diretrizes de impacto ambiental (Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conselho Municipal do Meio Ambiente, Pró-Guaíba, Conselho da Saúde, Conselho de Agricultura e Abastecimento, Conselho de Agricultura Orgânica, câmaras técnicas de conselhos de meio ambiente municipal e estadual, Fundo Nacional de Meio Ambiente, Rede Interamericana para Democracia – rede de ongs ambientalistas sediada em Quito, Equador, coordenação da Apedema RS e Grupo de Trabalho no Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais – FBOMS). Portanto, a Agapan participa de redes sociais municipais, estaduais, federais e internacionais.

que até é mais proveitoso usar os recursos legais como o Ministério Público e a própria legislação. É uma forma de luta contemporânea (BONES, 2002, p. 160).

O ambientalista refere-se a uma tendência atual de apropriação de outros campos sociais sobre as questões ambientais. Assim como aconteceu no país, na segunda fase do ambientalismo gaúcho, na década de 80, as demandas ambientais começam a ser apropriadas pelo governo, partidos políticos, sindicatos, por órgãos públicos e pela própria mídia. Após a Rio 92, o ambientalismo volta-se para o agir local diante do pensamento global. A separação para reciclagem de lixo doméstico e dos resíduos industriais reverte-se em uma das bandeiras de luta ambiental mais atuais no país e no Rio Grande do Sul.

A organização dos separadores em Porto Alegre

Desde meados da década de 80, os catadores e separadores de resíduos sólidos têm se articulado gradativamente de Norte a Sul do país, formando redes que, mesmo incipientes, têm divulgado esta alternativa informal e precária de renda para as pessoas excluídas do direito ao trabalho e às condições primordiais de sobrevivência: moradia, educação, saúde. Em diferentes regiões do país, caracterizada por diferentes realidades socioculturais, a sobrevivência a partir da separação dos resíduos sólidos via organização social passou a ser uma necessidade. Hoje os catadores já se apercebem que é preciso além de coletar e separar os materiais recicláveis, conhecer o processo de reciclagem e comercialização, a fim de ganhar mais e não ser explorado pela iniciativa privada, que começa a olhar esses resíduos como um novo nicho. A Cooperativa de Materiais Recicláveis de São Paulo (Coopamare) foi a primeira cooperativa de catadores do Brasil. No entanto, conta-se que os imigrantes espanhóis que trabalhavam como catadores, no Brás, São Paulo, desde o início do século passado, já tinham esse ofício. A partir dos últimos 50 anos, começam a surgir, por todo o país, homens e mulheres que buscam na venda do lixo a sua sobrevivência. Muitos catadores de hoje seguem a profissão dos pais.

Apesar de a profissão dos catadores já fazer história, sua organização enquanto movimento começou em meados da década de 80, e o reconhecimento da profissão aconteceu só em 2002, como resultado da luta dos catadores pelos seus direitos. A profissão foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego

na Classificação Brasileira de Ocupações.⁵⁴ As organizações multiplicam-se pelo país. A professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP Maria Cecília Loschiavo afirma que os catadores “*dão ao mundo uma lição de como manejar a questão ambiental, fazendo uma intervenção fundamental no ciclo de vida dos produtos, criando um outro sistema, que está na contramão e que significa dizer não à exclusão*”. Segundo ela, a profissão do catador remete ao fazer do coletor, imagem fundamental para a história da humanidade. “*O catador colhe o que a sociedade de consumo desperdiça: as sobras da cidade*”.⁵⁵

Em Porto Alegre, os catadores começaram a recolher resíduos passíveis de reciclagem na década de 70. A organização em forma de galpões de triagem começa no final dos anos 80. Hoje são centenas de pessoas vivendo da separação de lixo em dez galpões espalhados pela cidade. Coube à Igreja o papel de mediador inicial na organização dos papeleiros no RS. E à mulher coube o papel de organizadora desta nova fase do ambientalismo ou socioambientalismo.

A organização dos catadores de lixo no Brasil começa, recorrentemente, a partir da intervenção da Igreja Católica, em suas diversas facções: das Irmãs Oblatas Beneditinas, em Minas Gerais; das Cáritas Brasileira, em São Paulo; dos Irmãos Maristas, em Porto Alegre. No Rio Grande do Sul, em meados da década de 80, o Irmão Marista Antônio Cecchin e sua irmã, a professora universitária e feminista Matilde Cecchin, engajados no trabalho das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, começam a pensar na organização dos papeleiros da Ilha Grande dos Marinheiros, onde uma das principais formas de sobrevivência era a catação dos resíduos de Porto Alegre. Segundo o Irmão marista

A CEB, fruto de uma opção da igreja pelos pobres, e os catadores são o exemplo símbolo dos excluídos. Matilde e eu somos pioneiros com as CEBs no

54 Conforme o documento, a categoria é caracterizada como: “Títulos 5192 – 05 Catador de material reciclável – Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa), Separador de sucata (cooperativa), Triador de sucata (cooperativa). Catadores de material reciclável – Descrição sumária – Catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis. Formação e experiência – O acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional. As cooperativas de trabalhadores ministram vários tipos de treinamento a seus cooperados, tais como cursos de segurança no trabalho, meio ambiente, dentre outros. Condições gerais de exercício – O trabalho é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas. Trabalham para venda de materiais a empresas ou cooperativas de reciclagem. O trabalho é exercido a céu aberto, em horários variados. O trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e, muitas vezes, à violência urbana. Nas cooperativas surgem especializações do trabalho que tendem a aumentar o número de postos, como os de separador, triador e enfardador de sucatas.

55 Fragmento discursivo retirado do informativo “Catadores de Vida”, publicado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e Fórum de Estudos Sobre a População de Rua, edição 1/2002.

RS. Num momento, dentro das periferias de Canoas e Porto Alegre, decidimos trabalhar com os catadores, numa radicalização de opção pelos pobres. A Vila Teodora foi transferida para Restinga Velha, e outro grupo de 50 a 60 famílias foi transferido para a Ilha Grande dos Marinheiros. Foi a primeira população de favelados nas vilas. Aí começa o trabalho com catadores em Porto Alegre[...].A gente foi pro meio dos carroceiros com as CEBs. A comunidade, a capela, as reuniões, as místicas eram os ingredientes. Houve uma caminhada das CEBs no sentido de organizar grupos de geração de renda. Esta foi a radicalização das CEBs (entrevista).

O Irmão marista conta que o início foi de ajustes culturais. Em Canoas lidavam com operários, provenientes de áreas rurais, que vieram para a cidade a fim de trabalhar na construção do Pólo Petroquímico. Em Porto Alegre, percebeu-se que não se tratava de catadores, mas de pequenos criadores de porcos, que tinham como maior interesse os restos de comida do lixo para alimentar os animais, e não os resíduos sólidos para triagem, que era o interesse secundário, o que determinou algumas dificuldades na continuidade do trabalho. Além dessas dificuldades, os irmãos perceberam que *“o catador, de tanto lidar com o lixo, ele introjeta que é o lixo humano. Aí vem a questão da droga, da violência etc. A gente se assustou”*, como conta o Irmão marista. O galpão da Ilha Grande dos Marinheiros foi construído com recursos das Cáritas da Alemanha, conseguidos pela articulação do Irmão Marista. O Irmão marista conseguiu recursos da Ordem Religiosa Marista para adquirir um caminhão que buscava a coleta feita pelos carroceiros nas suas casas, em colégios, paróquias, eventualmente em empresas, para que fosse feita a separação em um galpão de triagem. Esse caminhão foi interditado muitas vezes pelo poder público, o que fez o Irmão marista organizar passeatas reivindicando o trânsito livre dos primeiros catadores de resíduos de Porto Alegre. Já aí se percebe o valor da movimentação, uma raiz da midiaticização. Também já se buscava mercado para os materiais. Os subsídios das Cáritas nacional e dos Maristas permaneceram posteriormente, quando, com o dinheiro recebido das Cáritas para construir um galpão de alvenaria, o Irmão marista o transformava em seis galpões de costaneira.

[...] deslocamos duas ou três famílias para construir o galpão. Começamos com dez famílias separando lixo comum, todo misturado, que era buscado em Porto Alegre com um caminhão de segunda mão dado pelo Bom Conselho. O trabalho não foi bem entendido pelos catadores. No fim do dia eles nos exigiam pagamento, nos consideravam patrões. Dava pouco, não conseguíamos vender o lixo. As dívidas foram se acumulando, não tínhamos mais condições e tivemos que fechar. Tivemos que reunir o pessoal e dizer que não tínhamos mais condições de pagar. Eles ameaçaram tocar fogo no galpão. Não tocaram, mas eu fui apedrejado, chamado de explorador. Não conseguimos que eles trabalhassem juntos. Era cada um por si, não acreditavam um no outro.

Depois de endividados ainda tivemos que dar dinheiro pra eles deixarem de trabalhar. Recomeçamos tudo depois de um certo tempo com duas famílias.

A ideia inicial do Irmão marista era organizar os homens como papeleiros. Mas como estes estavam acostumados a trabalhar individualmente, encontrou-se resistência em implementar entre eles o trabalho coletivo. O passo seguinte foi tentar organizar as mulheres. A ideia deu frutos. Logo elas conquistavam um galpão para a triagem de resíduos sólidos. O galpão da Ilha dos Marinheiros foi o primeiro e transformou-se em modelo de trabalho, tanto em relação ao tratamento dado aos resíduos, que incluía a lavagem dos plásticos, por exemplo, quanto às formas de gestão. O objetivo era que os separadores, aos poucos, andassem por si, desatrelando-se dos intelectuais e outros agentes externos que davam apoio ao trabalho dos recicladores: padres, pesquisadores, poder público etc. Logo surgiu também o galpão da Vila Dique. Até o início da década de 90, outros grupos foram se organizando pela região metropolitana de Porto Alegre. O Irmão marista conta:

[...] fui colega de prisão do frei Betto. A gente trabalhava nas periferias com essa visão de organizar o povo, e aquilo era considerado comunismo. Era evangelho pra nós[...] Tudo foi muito difícil num aprendizado. Marx chama luta e proletariado. Ele diz que com esses aí não dá pra fazer a revolução, não dá pra organizar. Isso aí é bucha de canhão. Ele chama de combustível da sociedade de consumo. Não concordamos, e provamos que esses dá pra organizar. Fui trabalhar com o papeleiros pra contradizer Marx.

Quando o Partido dos Trabalhadores ganha a primeira eleição para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em 1988, o Irmão marista, amigo do então prefeito Olívio Dutra, levou a ideia dos galpões de triagem para ser apropriada pelo poder público municipal. O professor e educador popular que fez sua tese de doutorado sobre a ocupação da Vila Santo Operário, e depois desenvolveu projeto de educação popular junto aos galpões de triagem organizados pelo Irmão marista e sua irmã, explica que havia uma combinação de interesse do governo petista com o trabalho já desenvolvido: trabalhar com projetos populares, buscar a geração de renda para populações marginalizadas, e projetos ecológicos. Segundo o professor esse momento foi regado por conflitos gerados entre uma política pública que prescrevia como fazer a triagem do lixo (de cima para baixo) e propostas de práticas educativas partindo do conhecimento de como faz quem faz (de baixo para cima). Um grupo formado pelo irmão marista e sua irmã e outros intelectuais, voluntários, engenheiros, estudantes, advogados, educadores, economistas etc. se reunia todas as segundas-feiras com o intuito de encaminhar as demandas de educação, saúde, geração de renda das populações que viviam do lixo; encontrar soluções para organização de formas de controle das horas de trabalho e da renda, e para a questão de diferenças de ganhos para diferentes materiais etc. No grupo,

o trabalho do professor e educador popular era refletir sobre esta prática buscando alternativas para melhorá-la, principalmente em relação à educação das pessoas, a partir do ideário de Paulo Freire.

Enquanto essas disputas são travadas entre diferentes campos de poder, instituiu-se, no início dos anos 90, a lei referente à coleta sanitária do lixo em Porto Alegre, feita por caminhões do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU, responsáveis por recolher das ruas os resíduos separados nas residências e entregar nos galpões de triagem. A ideia era uma continuidade dos princípios da organização dos separadores pelo Irmão marista, quando os consumidores que frequentavam a igreja eram reunidos para aprender a lavar as embalagens e guardar em casa. Guardavam o mês inteiro para entregar na coleta seletiva de quatro igrejas. Em cada igreja o recolhimento era feito em uma semana do mês. *“Chegava às 18h de sábado, o caminhão encostava e as famílias vinham. Antes da missa enchiam um ou dois caminhões. Tudo maravilhoso. Aproveitava-se tudo”*, conta o Irmão. O Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU, órgão o poder público municipal, visitou as igrejas, deslumbrou-se com o projeto e começou a coleta seletiva no Bom Fim destinando os resíduos para o galpão, segundo o Irmão, sem comunicar os separadores, o que acabou entulhando o espaço e resultando nos primeiros desentendimentos entre os galpões e o DMLU. Esses conflitos marcam a trajetória histórica da relação entre as organizações dos separadores e o campo institucional governamental. O Irmão marista conta:

O governo popular veio para nos matar na nossa utopia. O nosso sonho, a nossa utopia, que agora com a M. (líder do Centro de Educação Ambiental Vila Pinto) voltou, achamos que não tinha mais volta quando vimos o rumo que esse sistema deu [...] Cada reunião que faziam tinha a presença de pessoas da prefeitura, o ‘poder’, que atrapalhava, prejudicava a sinceridade e a espontaneidade do pessoal [...] Cientificamente, quem começou a coleta seletiva foram os pobres, carroceiros, carrinheiros. O PT se apropriou. E, durante anos, até hoje ele não deixa desabrochar embaixo porque ele é o dono de todo o modelo para o Brasil. E olha que eu sou do PT. Mas do ponto de vista de lixo, no RS, o pior lugar com 100 galpões no Estado é em Porto Alegre, porque é onde se ganha menos, onde os galpões brigam uns com os outros alimentados pelo DMLU para poder dominar, e onde não tem mais lixo para os galpões. É fracassado. A utopia inicial era isso: nós, todo sonho, relações interpessoais ricas entre recicladores ou catadores e produtores de lixo [...].

Para o professor e educador popular, um dos equívocos da política pública em relação ao processo da coleta seletiva foi não saber trabalhar com a população dos recicladores. Catador, carroceiro ou reciclador são pessoas *“provisórias”*, e representam um alto grau de desagregação popular. Para o professor, a coleta seletiva não percebeu a necessidade da articulação entre

consumidores e recicladores, via conscientização dos cidadãos de Porto Alegre de que um está a serviço da sobrevivência do outro.

O ex-diretor do DMLU A não dá paternidade do projeto ao Irmão marista, demonstrando aí outro espaço de disputa. O ex-diretor do DMLU A conta que a primeira tentativa de organização da coleta seletiva em Porto Alegre data de antes de 1975, com projeto da organização social Ação Democrática Feminina Gaúcha – ADFG, hoje Núcleo Amigos da Terra (que reunia mulheres da classe média e alta), que durou poucos meses. Até 1989, quando o Partido dos Trabalhadores assume a prefeitura de Porto Alegre, com a eleição de Olívio Dutra, existiam os lixões da Zona Norte, onde os catadores trabalhavam encima do lixão; uma pequena unidade na Vila Urubatan na zona Sul, e o galpão na Ilha Grande dos Marinheiros, onde o Irmão Cecchin articulava socialmente os catadores. E, no Plano Diretor estava prevista uma área de cerca de 10 hectares para unidade de triagem e compostagem, no final da avenida Protásio Alves, mas a área ainda não estava desapropriada. Segundo o ex-diretor do DMLU A, a partir do conhecimento da experiência da cooperativa de catadores Recuperar, de Medellín, começou-se a pensar projetos semelhantes para Porto Alegre. Era início dos anos 90, e o DMLU deparava-se com a falta de conhecimento técnico e de gestão para resolver os problemas dos lixões existentes. É nesse momento que surge o conceito de gestão integrada, referindo-se à integração de todos os elos da cadeia, desde a geração do produto para o consumo até o resíduo voltar ao consumo, depois de reciclado.

Em sete de julho de 1990 começou a coleta seletiva em Porto Alegre, pelo bairro Bonfim. Depois os bairros Cidade Baixa e Menino Deus também reivindicaram o serviço. O projeto começou pelos bairros mais intelectualizados, onde, acreditava-se, estava a população que gerava mais resíduos. Esse início do processo é marcado pelo uso de ferramentas midiáticas, visando à sensibilização da população beneficiada com a coleta seletiva. Utilizavam-se panfletos, que eram distribuídos localizadamente. Também foram produzidos três filmes para serem veiculados na televisão aberta: o primeiro mostrando que não se devia sujar. O segundo e o terceiro, o que resulta do consumidor separando: a cidade limpa.

Os primeiros resíduos da coleta seletiva são transportados pelo DMLU para o galpão da Ilha Grande dos Marinheiros, administrado pelo Irmão marista; e para o aterro da zona Norte, administrado pelo DMLU. O ex-diretor do DMLU A conta que, no início, no galpão da zona norte os resíduos eram colocados no chão e o pessoal trabalhava em pé. Depois começaram a depositar as cargas em cestos e a separar. Ainda ao relento. Somente em 1992 foi construído o galpão. Em seguida, organiza-se o galpão da Vila Tripa, na Sertório, próximo ao Aeroporto, onde havia uma vila de catadores. Este também foi organizado pelo Irmão marista, com apoio do Departamento de Habitação do Município

(Demab) e do DMLU. Hoje funciona no local o galpão de triagem da Associação Rubem Berta, do Loteamento Wenceslau Fontoura. No segundo mandato do Partido dos Trabalhadores, com o prefeito Tarso Genro, é criado o Galpão Santíssima Trindade, da Vila Dique, formado por trabalhadoras do Galpão da Zona Norte, que são organizados por outro setor da igreja. Esse galpão surge como uma alternativa para o grande número de pessoas que já estavam no Galpão da Zona Norte, e reúne mulheres, basicamente. Também reunindo mulheres, é inaugurado o Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto, em 1996. Para o ex-diretor do DMLU A, o CEA Vila Pinto é

[...] um trabalho organizado pela M. (líder do CEA) em cima das mulheres da Vila Pinto. Um trabalho dela enquanto liderança, pras mulheres com necessidade de uma fonte de renda poderem chegar em casa e dizerem não para os maridos, terem sua autonomia financeira e com isso autonomia pessoal. Todos galpões tinham um pouco mais mulheres, mas não só mulheres era uma característica específica do Galpão da M. O da M. se forma a partir da associação que eles tinham na época, uma pressão encima do governo, da prefeitura, da conquista de recursos para a construção do galpão e a consolidação do galpão da Vila Pinto. Os outros galpões pressionavam, mas de forma diferente. Eram comunidades de catadores, e tínhamos que resolver o problema dos catadores. Na vila as mulheres se unem pra procurar alternativa de renda e os resíduos sólidos era uma das alternativas.

O Galpão da Cavahada surge com o reassentamento da Vila Cai Cai, no Loteamento Cavahada. Nesse período um pequeno galpão foi construído no Galpão da Tuca, parecido com o da Vila Pinto, que é organizado por uma associação de moradores, e não catadores, preocupados com a geração de renda para os adolescentes. No terceiro mandato do Partido dos Trabalhadores na prefeitura de Porto Alegre, surge a associação Amuntuação Ecológica, da Restinga, que começa a se movimentar em cima de uma discussão ecológica e de geração de emprego e renda. O galpão construído mais recentemente surge como resultado da busca de alternativas para a ressocialização de doentes mentais internados no Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP), e para moradores do entorno. Trata-se da Associação dos Trabalhadores da Unidade de Triagem do HPSP – ATUT, que é uma tentativa de fazer com que o doente mental deixe de ser um dependente econômico e, na fase de volta do doente à família, ele tenha uma fonte de renda via trabalho no galpão de triagem de resíduos sólidos. Este é o último dos galpões construídos e articulados pelo DMLU. Nessa trajetória de construções dos galpões de triagem, o Irmão marista construiu, paralelo ao trabalho do DMLU, o galpão Profetas da Ecologia. Segundo o ex-diretor do DMLU A, que deixa explícito uma certa birra nas formas de dizer, o Irmão marista “é um dos grandes criadores da política[...] essa aí[...]de inserção social dos catadores. São as pessoas mais históricas da organização do movimento”.

Com a saída do ex-diretor do DMLU A, assume como diretor do DMLU aquele que denominamos aqui como o ex-diretor do DMLU B, que trabalhava há 15 anos no órgão⁵⁶. Ele explica que o DMLU tem duas equipes de trabalho para a coleta seletiva: uma equipe trabalha com a educação ambiental, e outra faz o recolhimento dos resíduos e entrega nas unidades de triagem. No caso de grandes geradores de resíduos, o recolhimento tem periodicidade específica, conforme a necessidade do gerador. No caso do recolhimento doméstico, todos os bairros são visitados uma vez por semana, e, em 2003, iniciou um projeto para implantação de um segundo dia de coleta seletiva nos bairros Menino Deus, Santana, Cidade Baixa e Bonfim, além dos dois bairros de menor poder aquisitivo: Rubem Berta e Jardim Leopoldina. O objetivo é atender a um anseio antigo da população, que reclama da dificuldade para armazenar os resíduos sólidos, fazendo com que estes acabassem sendo misturados aos resíduos orgânicos. O ex-diretor do DMLU B calcula que as pessoas estão separando mais com este segundo dia, o que comprova que antes os resíduos sólidos eram juntados aos orgânicos e colocados na rua nos outros dias.

O DMLU não se utiliza da grande mídia para trabalhar a comunicação da coleta seletiva. Ao invés disso, utiliza-se de eventos, entrevistas e campanhas porta-a-porta. O segundo dia de coleta seletiva, que iniciou em alguns bairros em 2003, está sendo comunicada à população por uma equipe de 25 pessoas, que trabalha porta a porta. Cada bairro foi visitado por uma semana. Quando as pessoas não estão em casa, materiais informativos são deixados nas caixas de correio, com informações adequadas à linguagem de cada bairro. O ex-diretor do DMLU B explica que neste momento é mais fácil trabalhar *“porque depois de 13 anos de serviço de coleta seletiva as pessoas já sabem quais resíduos são recicláveis e quais não.”* Os elementos trabalhados nos informes referem-se ao anúncio da oferta do novo serviço público, o destino dos resíduos, e seu papel social: cerca de 600 postos de trabalho, o que representa a *“chance de cidadania”* de mais de 3 mil pessoas, que sobrevivem do trabalho de separação. Os informes salientam, ainda, a necessidade de consciência ambiental, diminuição de gastos de energia etc.

Segundo ex-diretor do DMLU B, em 1990, quando iniciou a coleta seletiva, Porto Alegre gerava 500 toneladas de lixo por dia. Em 2004, 14 anos depois, a geração dobrou. Nesse tempo a população aumentou 1% ao ano, em média. A natureza dos resíduos também mudou, resultado das inovações tecnológicas. As garrafas pet, embalagens longa vida, e outras não existiam nos lixos de uma década atrás. A criação do segundo dia de coleta seletiva refere-se a uma adequação à nova realidade de consumo. Para o ex-diretor do DMLU

56 Com o final do mandato do Partido dos Trabalhadores na administração municipal, em 31 de dezembro de 2004, Dutra deixa o cargo.

B, a redução da geração de resíduos depende de uma mudança de hábitos de consumo e responsabilização das indústrias pelas embalagens e produtos que lança no mercado, mas, enquanto não há uma legislação específica para atender a essas questões, o problema, no Brasil, acaba sendo deixado para o poder público resolver.

Segundo dados do DMLU, hoje são 10 galpões de triagem, 22 caminhões diários fazendo o recolhimento, 29 motoristas e 80 garis trabalhando na coleta. São 150 bairros atendidos pela coleta. A geração de resíduos em Porto Alegre é de cerca de mil toneladas/dia (reunindo matéria orgânica e resíduos potencialmente reciclável, estes representam cerca de 30% do total). A coleta seletiva recolhe 50 toneladas/dia das cerca de 300 toneladas que seriam potencialmente recicláveis. Os catadores, que trabalham na coleta informal, recolhem outras 50 toneladas. As 200 toneladas restantes referem-se a resíduos considerados rejeitos (sem tecnologia para reciclagem existente ou sem mercado), são misturadas aos orgânicos, ou, ainda, se perdem de alguma forma sobre a qual não se tem controle. Esse é o potencial que se tem para avançar, segundo ex-diretor do DMLU B. Ou seja, 66% das 300 toneladas referem-se a materiais que poderiam chegar separados para os galpões e catadores.⁵⁷ O ex-diretor do DMLU B percebe a contradição na redução de geração de resíduos.

Hoje o resíduo significa geração de renda, e geração de renda significa inclusão social, portanto quanto mais resíduo tiver melhor. A lógica da coleta seletiva tem se forjado muito em cima disso. Acho que a partir do momento em que a gente consegue estabelecer na cidade de Porto Alegre este grau de consciência, de preservação ambiental, da necessidade de separar o resíduo, da questão da inclusão social, acho que se coloca de forma mais clara a possibilidade da gente discutir este momento da redução. Hoje é difícil tu trabalhar com as pessoas, pelo modo de vida que se estabeleceu. É um processo lento de redução, pequenas mudanças diárias que se pode fazer.

Como vimos, cada um dos 10 galpões tem composição e história diversa, origens culturais e estágios de desenvolvimento diversos. Enquanto alguns são mais empreendedores, outros são mais dependentes do poder público, enquanto um terceiro grupo se caracteriza por usar o poder público, mas também buscar por seus próprios meios para avançar. A formação dos grupos também é distinta. A relação entre as unidades de triagem, e entre

57 Em relação à reciclagem dos resíduos orgânicos, o DMLU trabalha com uma unidade de compostagem que trata 60 toneladas/dia. Uma associação de 180 pessoas organizadas pelo poder público trabalha nesta unidade, construída nos mesmos moldes das 10 unidades de triagem dos resíduos sólidos. O retorno para a prefeitura é a inclusão social via geração de postos de trabalho. Dutra salienta que, para aumentar a compostagem, é preciso ter mercado para o composto orgânico. Outro projeto do DMLU são as composteiras caseiras, que se refere ao incentivo para o tratamento de compostos em casa, para o que foi produzido um caderno, ensinando passo a passo.

elas e o DMLU sempre foi marcada por conflitos. São conflitos que nascem da percepção preconceituosa de técnicos do DMLU sobre os separadores (que não eram vistos como cidadãos de direito, mas como problemas), conflitos internos do DMLU relativos às diversas visões sociais que se cruzam dentro deste departamento do poder público municipal; conflitos relativos às disputas políticas do movimento; conflitos entre separadores organizados em galpões e catadores/carrinheiros que trabalham individualmente disputando a mesma matéria-prima; conflitos entre separadores e atravessadores. O ex-diretor do DMLU B afirma que, hoje, o papel do DMLU é administrar conflitos, mais que fazer parte deles. E seu papel, enquanto gestor, é não ter opção por um ou outro galpão dentro do movimento.

Os conflitos hoje são muito mais por uma divergência histórica, talvez por falta de maturidade na relação, o que potencializa muito os conflitos. A troca de farpas passa muito longe de uma discussão política, de uma discussão de proposta do projeto. Tá muito centrada encima de eu sou isso e ele é aquilo. Talvez falte explicitar a visão, onde quero chegar: eu tô aqui e minha visão é chegar ali. Eu vou por aqui e minha visão é chegar ali[...] Eu percebo este avanço nas pessoas, que eu conheci no início e algumas nem falavam e hoje se expressam e intervêm, sabem levantar o dedo e esperar o outro falar. Pra mim isto é um aprendizado[...]. Tu podes ter uma visão empresarial e ser muito democrático. E pode ter uma visão de autogestão e não ser muito bom pras pessoas, ser uma bagunça, as pessoas não terem muito claro isso.

O empobrecimento da população e o aumento do desemprego gerou a disputa pelo lixo. Cada vez mais catadores individuais se proliferam pelas ruas da capital com suas carroças, e, estrategicamente, passam nos locais de recolhimento antes do caminhão da coleta seletiva, para pegar o que de melhor o lixo pode oferecer. O resultado é que, para os galpões, sobram os restos que o DMLU consegue recolher. Desde que foi implantada a coleta seletiva em Porto Alegre aumentou a quantidade de resíduos sólidos gerados pela população, mas diminuiu a qualidade dos materiais que chegam aos galpões. Isso resultou em novos conflitos, desta vez envolvendo separadores dos galpões, catadores e o campo institucional governamental, que representam uma disputa entre modelos de trabalho coletivo e individual.

Atualmente, o DMLU está voltado para o projeto de criação de entrepostos de resíduos sólidos, que seria um embrião de uma central de comercialização, a qual organizaria o fluxo da reciclagem no município de Porto Alegre. A central de comercialização representa a possibilidade de maior ganho para separadores, pois reuniriam uma grande quantidade de material para vender diretamente para as indústrias, sem atravessadores lucrando em cima do trabalho dos separadores dos galpões de triagem ou dos catadores individuais. De um ponto de vista estratégico, segundo o ex-diretor do DMLU B, “*as centrais*

de comercialização vão permitir aos carrinheiros, aos carroceiros ver como é importante a organização. A leitura que existe hoje é que existe uma exploração desumana dos catadores de rua, que vendem o material do dia por um prato de comida[...]”. O problema da coleta informal se constitui um problema político, relativo às formas de exploração humana e de condições desumanas de vida. Hoje a maioria dos catadores, após recolher os materiais, levam para sua casa, e o que não serve é jogado por perto. A casa passa a ser o local de reciclagem. “A etapa de puxar carrinho, a etapa de carroça tem que ser uma etapa de transição. Não podemos apontar isso como uma alternativa definitiva pras pessoas. Quantos anos a pessoa consegue subir e descer puxando carrinho?”, se pergunta o ex-diretor do DMLU B .

No passado, houve uma tentativa do DMLU para que os carroceiros abandonassem suas carroças e fossem trabalhar organizados em unidades de triagem. Entre outros motivos, a tentativa não vingou porque eles preferiram garantir sua autonomia e seu patrimônio, que é a carroça. A estratégia do DMLU, agora, é tirar a ideia que o carroceiro deve levar os resíduos para sua casa, e sim destiná-los para os entrepostos, onde fará sua triagem individualmente, mas usando materiais de trabalho coletivamente (prensa, baias etc.). O objetivo é que surja neles a necessidade de trabalhar coletivamente. É uma forma que a última administração do DMLU no governo PT encontrou para aproximar-se da coleta informal, e assim, a médio prazo, lidar com as pressões diárias que sofre para retirar os carroceiros da rua.

Outra alternativa que surge é o galpão comprar a coleta dos carroceiros, que está sendo posta em prática pelas unidades de triagem da Cavahada e pelo Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto. Esse avanço e as visões políticas diferenciadas entre essas duas unidades de triagem estão gerando novos conflitos, pessoalizados nas lideranças do Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto e do líder do galpão de triagem da Cavahada, um dos atuais líderes do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Essa disputa para receber material dos catadores, entre unidade do CEA e unidade da Cavahada, foi parar na mesa do diretor do DMLU, que se colocou na posição de mediador.

II – As matrizes culturais nas interações comunicacionais do CEA

a) Das interações comunicacionais internas

A organização social do CEA Vila Pinto

A líder do CEA, depois de ser delegada do Orçamento Participativo⁵⁸ no município de Porto Alegre, fez o curso de Promotora Legal Popular, organizado pela ONG Themis em 1993, voltado para o ensinamento de noções básicas de direito a lideranças comunitárias femininas.⁵⁹ *“Caminhando pelas ruas conheci a situação das mulheres. Pequenas coisas davam em morte. Senti necessidade de fazer trabalho de prevenção.”* Após o curso, a líder do CEA conta que *“saía com a lei embaixo do braço”* e até blefava ameaçando aqueles que mantinham atitudes consideradas por ela como injustas. Uma das separadoras do CEA conta que:

a modo geral das mulheres daqui do Centro e daqui da Vila tem a ver com o trabalho da M.(líder do CEA). Se lá do outro lado tem homem batendo na mulher, nós ficamos sabendo armemo uma caravana, chegamos lá na porta e termina com tudo. E ele vai preso. Fizemos um bafão. Aqui ele não dá mais nela. A gente resolve o problema – de um jeito ou de outro a gente resolve[...] Agora já não tá mais tanto, mas era muito violento aqui, Deus me livre. Agora tá tranquilo visto o que era antes. Aqui era tudo mato, dentro desses mato a gente encontrava os cadáver estuproado, menina morta pelos mato. Do colégio eles levavam.

Esses exercícios de liderança e a especificidade das características da Vila Pinto levaram a líder do CEA a fazer uma pesquisa entre 80 mulheres da vila, em que perguntava: *“O que nós, mulheres moradoras da Vila Pinto, precisamos fazer para inibir a violência?”* Em sua maioria as respostas apontavam para a necessidade de elas terem uma forma de obter renda. Assim, a preocupação com a violência, a questão da mulher marginalizada, a necessidade de trabalho e renda, e a percepção do lixo como matéria prima resultou na fundação da ONG Centro de Educação Ambiental Vila Pinto (CEA Vila Pinto). A organização

58 Iniciativa da prefeitura de governo petista, que tem a função de discutir com a comunidade onde deve ser investida parte dos recursos arrecadados.

59 A Themis é uma organização não governamental de assessoria jurídica e estudos do gênero. Desenvolve três programas: Promotoras Legais Populares – PLPs, Advocacia Feminista, e Centro de Documentação, Estudos e Pesquisas. O PLPs é um programa com duas áreas de atuação: de capacitação legal para mulheres líderes comunitárias e de Serviço de Informação à Mulher – SIM. A capacitação realiza-se via cursos de noções básicas de Direito, direitos humanos das mulheres (especialmente relativos à violência, discriminações, direitos sexuais e reprodutivos) e funcionamento do Estado. Após a conclusão do curso, as alunas são credenciadas como Promotoras Legais Populares.

e pressão popular fizeram com que a Administração Municipal de Porto Alegre doasse um terreno, e o Departamento Municipal de Limpeza Urbana construísse o galpão. Os equipamentos foram angariados com parceiros da iniciativa privada e pública, que também auxiliaram na capacitação dos separadores. E, em 31 de agosto de 1996, é inaugurado e começa a funcionar o CEA Vila Pinto.

O Galpão de Reciclagem de resíduos sólidos do CEA Vila Pinto foi construído num terreno de 5.000 m². Quando foi inaugurado, empregava 15 pessoas. Neste dia, a líder do CEA acertou a ampliação com o prefeito. “*Com a mídia toda lá, fiz Tarso (Genro) se comprometer que iria trabalhar para ampliar o galpão que estava inaugurando*”. Nesta afirmação, a líder do CEA explicita a forma como usou a mídia como testemunha para o compromisso que queria do poder público. A fala revela a ação estratégica da líder comunitária em relação a dois campos sociais: o político institucional e o midiático. A estratégia funcionou. A ampliação foi de 560 metros quadrados, o que deu capacidade para o galpão reciclar 20 toneladas de lixo por dia – volume atual. Hoje o trabalho inclui também homens na unidade de triagem, que funciona em turnos, manuseando os vários tipos de resíduos sólidos: plástico, vidro, lata, alumínio e papel. A matéria prima do CEA são os resíduos sólidos oriundos de parte da coleta seletiva de Porto Alegre e que, aos poucos, tornaram o empreendimento rentável, com aumento da produção e renda e criando oportunidade de trabalho para outras pessoas da comunidade. Outra parte do material é recolhida com caminhão do próprio CEA, em *shoppings centers*, bares, restaurantes, empresas públicas e privadas, escolas, unidades do Exército, além de sucatas e material rejeitado da construção civil, fruto de parceria com a Sinduscon-RS.

Os turnos de trabalho no CEA Vila Pinto variam conforme a demanda de trabalho. Outra variabilidade se observa no grupo de separadores, que já foi de 120 pessoas e no final de 2003 foi reduzido para uma equipe de 58 pessoas atuando nos diversos setores, enquanto o número de associados em 2003 era de 92 pessoas. No CEA trabalham pessoas desde a sua fundação e pessoas que se inseriram na associação há poucas semanas. Este grande “*rodízio*” de pessoas dificulta o trabalho de educação ambiental. Assim impõe-se a contradição de sua fonte de renda depender da separação dos resíduos sólidos da sociedade, mas não o fazem nas suas próprias casas, e no ambiente de trabalho – uma unidade de triagem. Como a maioria das separadoras e separadores são trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, diante da oportunidade de retornar a atividades com carteira assinada saem do CEA, onde não têm direitos trabalhistas assegurados por estarem exercendo atividade enquanto associados.

O CEA Vila Pinto trabalhava com um lucro bruto mensal em torno de R\$ 20 mil a R\$ 25 mil no final de 2003. O salário dos associados do CEA varia

conforme a função: enquanto separadores ganham um salário base menor, relativo à produção mensal, os coordenadores têm um salário fixo. No final de 2003, as separadoras recebiam em torno de R\$ 180,00 reais para um turno diário de seis horas, e, para o caso do turno de trabalho na mesma função ser de 12 horas, o salário era de R\$ 300,00. Enquanto isso, quem exercia cargos de coordenação administrativa mantinha um salário de cerca de R\$ 600,00 para um turno de trabalho diário de 12 horas. A presidente dispunha de um salário de R\$ 850,00 – que ela completa com a cobrança por palestras.

Uma das separadoras conta que *“sozinha, tendo material bom, faço 50 bombonas por dia: 25 até o meio-dia, 25 de tarde. São 36 tipos de materiais. É muito pouco o salário aqui. Esse mês deram R\$ 180”*. A líder do CEA admite que o salário é baixo, mas justifica as desigualdades de uma forma que faz lembrar os valores de uma empresa qualquer e não de uma associação com os valores e missão que o CEA se coloca:

facilitar o crescimento pessoal e profissional dos seus associados e da comunidade onde se insere, sendo um agente de transformação da realidade, do resgate da dignidade, da autoestima e da cidadania. Os valores que norteiam o trabalho da organização são a ética, a valorização do ser humano, a preservação do meio ambiente, a gestão participativa, a educação e a interação com a comunidade.

Segundo a líder do CEA,

As pessoas não são satisfeitas. Eu mantenho alguns contratos com bares, shopping, pra manter um ganho razoável pra coordenação. Eu preciso manter a coordenação animada, e comprometida a buscar coisas pras outras. A coordenação tendo um ganho, eu não vou correr o risco delas procurarem outro emprego, porque elas são muito competentes[...]. E eu, com 180 reais, não consigo ter uma pessoa com dedicação exclusiva como elas tem. Não tem sábado, não têm domingo. As necessidades daqui tem que estar acima das necessidades básicas delas[...] Isso não cria atrito com as outras mulheres[...].⁶⁰

Ao contrário do que líder do CEA afirma, a hierarquização social interna no CEA, por meio de diferenciação de remuneração conforme a função, em que o maior salário de um associado chega a representar cinco a seis vezes o menor salário, mesmo levando em conta a diferenciação de horas trabalhadas e as responsabilidades dos *“cargos”*, surge nas falas dos associados separadores

60 A organização interna do CEA Vila Pinto baseia-se em um organograma definido assim: presidente, secretaria de finanças (à qual estão ligados os coordenadores de finanças), secretária, coordenadores de grupos (os quais são indicados pela presidente, mas escolhidos pelos trabalhadores de galpão), e responsáveis operacionais (pátio, fundos, centro cultural, unidade de reciclagem de papel etc.).

como o principal ponto de atrito e ressentimento, na maioria das vezes não verbalizado para a coordenação do CEA. Uma das separadoras afirma:

O nosso salário tá muito baixo. Tem mês que dá 130, 120, 150, 170. Mas pra isso tem que trabalhar. Os homens têm salário fixo, nós não. O que sobra é dividido entre as mulheres. A gente combina de falar, mas quando chega a hora uns têm coragem outros não têm coragem. Eu não tenho outra opção. O salário da diretoria é um, o das coordenadoras é outro. Tem regra pra tudo, tem horário. A gente vê as coisa, a gente não tem condição de mudar. Eu tenho que dar graças a Deus de ter isso aqui.

Outra separadora acredita que as separadoras gostariam de ganhar mais.

Eu acho que há possibilidade da gente ganhar um pouquinho a mais. Eu não entendo porque então que os outros (galpões) ganham mais e nós ganhamo menos [...]. A gente ouve sempre a mesma coisa: que depende de material, não sei o que. Isso que elas falam.

Outra separadora conta que em sete anos, quando houve diversas mudanças nos turnos de trabalho, apenas uma vez as separadoras ganharam uma quantidade razoável.

Hoje ganhamos o máximo R\$ 160. Teve uma vez só que ganhamos mais, que deu R\$ 295. Acho que tinha menos gente, trabalhamos mais. Mas foi uma única vez. Já fazem três anos. Sempre R\$ 160. Quase dá R\$ 180.

Ela não concorda com a diferenciação salarial entre os trabalhadores:

Acho errado. Acho que todo mundo tinha que ganhar igual. Acho que a maioria pensa assim. Nós ficamos às vezes nós conversando entre nós mesmos. Acho que todo mundo trabalha igual. O serviço nosso é também bastante pesado, né.

Assim que os caminhões deixam o lixo, as separadoras começam seu trabalho, assessoradas por uma coordenadora de grupo. As coordenadoras têm como função cuidar da separação, prensagem e venda. As mulheres responsáveis pelo setor financeiro auxiliam as coordenadoras na hora da venda. *“Só mulheres coordenam. É uma regra interna. Os homens ficam na prensa e movimentam as bombonas”*, conta uma das coordenadoras. Do total dos associados que trabalham no CEA, cerca de 75% são mulheres e 25% homens.

O Centro de Educação Ambiental Vila Pinto lembra uma empresa familiar. Integram o CEA a Unidade de triagem de resíduos sólidos e o Centro Cultural. O Centro Cultural é coordenado pela filha da líder do CEA, e mantido pela unidade de triagem e com trabalho voluntário. A unidade de triagem, coordenada por outra filha da líder do CEA, é composta por cinco setores:

separação, estocagem, prensagem, venda e compra. O companheiro da líder do CEA era o responsável pelo setor de compras quando fazíamos a pesquisa de campo. A filha menor também trabalha no CEA. E outra filha coordena a unidade Profetas da Ecologia, administrado pelo CEA Vila Pinto em função de um acordo com o Irmão marista responsável por aquela unidade. A nora da líder do CEA é sua secretária, responsável pela sua agenda, organização de eventos que acontecem no CEA, congressos, exposições etc. Ela estava desempregada. Assim quando foi preciso uma secretária, ela assumiu a função, sem passar pelas outras funções. Conforme uma separadora, além das filhas, do companheiro e da nora,

tem primos dela que trabalham aqui. Eles trabalham como a gente, parelhinho com a gente. Sábado, domingo, feriado também. Se a gente trabalha até a uma, elas trabalham com a gente.

Como no mercado de trabalho formal, ganhar mais requer mais responsabilidade. Assim, quando alguma associada se salienta, ela é convidada para ser coordenadora do grupo de separadoras, o que implica, além de ganhos salariais, responsabilidade, participação em reuniões e horário de trabalho esticado, o que nem sempre é entendido pela família das separadoras, gerando impasses familiares. Para a presidente,

as pessoas são muito acomodadas hoje. Ninguém quer ter compromisso. As famílias são complicadas, e se a pessoa da família tem um compromisso, automaticamente toda a família tem que estar agregada aquele compromisso.

Uma das separadoras confirma que as coordenadoras são escolhidas nas reuniões semanais. A presidente aponta as coordenadoras, que, se forem aceitas, passam por um teste. Se depois do teste as separadoras a aceitarem, ela fica, se não, outra pessoa é indicada.

A líder do CEA se ressentida da falta de interesse dos separadores de participar do processo de gestão do CEA, pois não se interessam para saber quanto se lucrou com a venda de um caminhão com material pronto para ser reciclado. *“Aqui tudo é aberto, ninguém pega o caderno pra ver. São eles que pesam, que botam em cima do caminhão, mas não se interessam por saber quanto deu o caminhão. Porque é muito mais fácil criticar”*. Para ela, o CEA tem que funcionar como um *“trampolim”* para as pessoas buscarem melhores condições de vida.

As pessoas têm que querer deixar de estar na frente daqueles cestos. Tem que querer buscar uma esteira, no mínimo, se quiser ficar aqui perto dos filhos. Tem que buscar. Dizer: ‘vamos pro Orçamento Participativo; vamos brigar pelo papel da CEEE’. Este é meu sonho.

Mas diferente do que possa pensar a presidente do CEA, nem sempre o silêncio é ausência. Construindo sentidos silenciosamente, o “*caqueiro*” (responsável por transformar vidros de má qualidade em cacos para serem enviados às empresas recicladoras), está aprendendo a participar dos destinos dos grupos sociais em que participa, enquanto se recupera do vício das drogas. Ele conta que gosta de participar das reuniões da comunidade – no colégio Antônio de Farias, de Conselho Tutelar, do Orçamento Participativo.

Não falo nada na reunião. Eu gosto de refletir aquilo que está sendo falado pra depois ter como responder. Aqui dentro me abriu mais a minha visão [...] Às vezes nossa presidente pede, agora eu quero ouvir de vocês o que a gente vai decidir. Daí fica todo mundo, ó. Não sei se é medo da pessoa de responder ou de falar. Eu prefiro refletir primeiro pra depois responder. A gente conversa entre nós, porque somos amigos. O outro diz, não adianta a gente falar, o outro não vai apoiar, vai jogar contra. As nossas reuniões, quando a dona M. (líder do CEA) fala, quem decide é nós da plateia. Ela vota as coisa na reunião [...] Se tu vai pra rua ou não. A dona Marli só chama nós: Vocês é que resolvem. O grupo maior é o que ganha [...].

Separadores, coordenadores, todos concordam que os problemas que acontecem no galpão são resolvidos com reunião, na base do tudo é decidido com todos.

A gente coloca e resolve todos os problemas. Aqui vem tudo pra reunião. Qualquer coisa que aconteça a M. (líder do CEA) já chama pra reunião, faz reunião extra. Uma das coisas que fez com que isso acontecesse foram as reuniões. Depois a gente tem um momento religioso, no final das reuniões a gente reza e se dá as mãos. Isso também [...]. O Irmão Cechin seguidamente vem visita. Às vezes pega uma reunião. As farmacêuticas dão aula sobre alguma coisa, falam sobre aids, sobre sexo, sobre drogas.

Uma separadora conta que as reuniões servem também para resolver desavenças pessoais entre as associadas. Talvez nem tudo se resolva nas reuniões. Uma separadora conta que sempre participa das reuniões, mas só às vezes fala. Quando não se acerta com uma colega não fala, pra não ser acusada de estar contra a colega. “*Fico na minha*”, diz. Outras insatisfações também não são verbalizadas por medo. Além da insatisfação salarial, muitas separadoras reclamam das constantes mudanças nos horários dos turnos de trabalho. No final de 2003 mudou mais uma vez os turnos de trabalho, passando para um turno iniciando às 7hs e prolongando-se até às 17hs, com dois intervalos. A secretária do CEA explicou que a mudança para um turno único prolongado deve-se à diminuição do material que chega ao galpão de triagem. A mudança foi motivo de desagrado entre algumas separadoras. As mudanças de turnos são decididas em assembleia, mas nem sempre aguardam nova assembleia para serem modificados, como afirma uma das separadoras.

Uma hora botam um horário pra gente trabalhar, aí vem e botam outro horário. Complica a vida da gente. Eu tenho três crianças. Uma hora vem me dizer e eu tenho que arrumar alguém até a uma hora. Essa semana era até às cinco, agora é até às seis [...] Acho que não vai aumentar (o salário) [...] Sexta-feira a gente falou várias coisas. A gente tem medo, né. Falamos mas não muito. As ideias são aceitas, mas daqui a pouco já muda. Não entendo, tem essa tal de assembleia, aí pega, decide uma coisa e daqui a pouco já é decidida outra coisa. Fala uma coisa e já muda. Pra decidir uma coisa tipo o horário, decidiram em assembleia que horário ia ter e já mudaram. Se fosse aceito ia permanecer aquele horário. Já trocaram de novo. Pra mim não é aceito então [...] Tem gente que tem medo. Como hoje na reunião, as gurias me falaram. Duas ou três pessoas defenderam que não queriam trabalhar, no caso, até as seis e nem nos sábados. Mas as outras pessoas ficam com medo de ir pra rua e passar mais necessidade ainda. Não consegue nada na rua, não consegue nenhum serviço. Aí fica com medo e não fala. Sempre tem duas, três, quatro que fala. No máximo, e o resto [...].

Medo de falar é o medo de perder o pouco que ganha.

Teve um que falou, não foi pra rua mas levou gancho. Aqui, se tu faltar com o respeito, leva gancho. Fica três dias sem trabalhar e sem ganhar [...] Ele fala a verdade, acho que não gostam de ouvir a verdade. Foi direito dele. Não me lembro o que ele falou, mas não falou assim horrores.

Assim, quem quer exercer o direito de falar fala, mas pouco.

Eu não fico quieta. Eu falo. Quando vejo que tá preta a coisa, eu paro um pouco. Tem uma guria que vai pra rua, porque ela fala demais. Ela fala, ela é tri cara dura. Ela disse que acha que é aqui dentro que ela passa fome. Na rua ela vai conseguir coisa pra *comer melhor que aqui*.

Desta forma, as reuniões semanais constituem-se como espaços de democracia e também de resistência, e de medo travestido de silêncio. Tudo é decidido por todos aqueles que falam, portanto, se há quem não fala por medo, a democracia se faz? Silenciar é não se dar a voz. É não exercer o direito à cidadania nas relações internas da organização. Observamos que as vozes tendem a serem ouvidas predominantemente quando se trata de interesses pessoais. Para melhorar a participação dos associados nos destinos da organização, observamos que não há nenhuma política de formação de lideranças. Ao invés disso, as coordenações e cargos estratégicos em relação às informações tendem, em sua maioria, a serem ocupadas por pessoas ligadas à líder do CEA por laços familiares. A líder do CEA está mais preocupada em conquistar a comunidade da Vila Pinto com grandes projetos culturais e esportivos que com a formação dos associados.

Nós só temos 7 anos. Eu acredito que quando tivermos 15 anos a coisa vai estar maravilhosa. Vamos ter sala de cinema, a comunidade vai estar toda

aqui, canchas poliesportivas, muitos postos de trabalho. Todo mundo vai ter interesse em vir [...] Quem vai divulgar o CEA não tem que ser eu. Eu divulgo a intenção do CEA. Quem vai divulgar vai ser a comunidade, no momento que a comunidade toda tiver aqui dentro. E hoje não está. Não existe como a comunidade estar aqui dentro. Não está organizado. Ainda não.

A sustentabilidade do CEA e, conseqüentemente, de seus projetos são pensadas para se efetivar via parcerias, seja com empresas, poder público, voluntários, escolas ou outras entidades. Os apoios buscados pelo CEA Vila Pinto são de âmbito municipal, estadual, nacional e internacional. Viabilizar a execução dos projetos via parcerias é papel do Conselho Consultivo. O Conselho Consultivo é constituído por pessoas da comunidade de Porto Alegre com boas relações entre empresários, instituições de ensino, pessoas da elite etc. Como neste momento a meta do CEA Vila Pinto é ter uma creche, o Conselho Consultivo trabalha na busca de recursos com empresários. Foi assim que se construiu o Centro Cultural. Da equipe do CEA participam das reuniões do Conselho Consultivo a presidente e sua filha que coordena o Centro Cultural. Os membros do Conselho não participam das reuniões semanais com a equipe de trabalho do galpão de triagem do CEA. Portanto, estas duas instâncias não se comunicam, sendo sua relação mediada pelas falas da líder do CEA e da coordenadora do Centro Cultural. A secretária do CEA explica que:

Um grupo de pessoas ricas queriam ajudar a comunidade, e através da Anne Bátil elas vieram parar aqui. Formou-se esse Conselho, com diversos tipos de pessoas, diversas áreas: empresários, médicos, arquitetos, da construção civil. Eles ajudam [...]. Mas o caminho do CEA é decidido através de assembleia, independente do Conselho. O Conselho presta uma consultoria pro CEA. A assembleia é unânime. Mesmo que eles disserem, se não passa pela assembleia não vale. Na assembleia participam somente os associados.

Integrantes do Conselho assessoram o CEA conforme os assuntos específicos: planejamento estratégico, como proceder em uma reunião com o governador, aconselham sobre quais temas a líder do CEA deve abordar em palestras. O Conselho Consultivo se reúne semanalmente, a mesma periodicidade em que acontecem as reuniões gerais entre os separadores. Além dessas formas de consulta, há as assembleias periódicas, e assembleias eletivas a cada três anos. O CEA também participa de reuniões mensais entre as unidades de triagem, promovidas pelo DMLU. É nessas reuniões que são discutidas questões relativas a relação com os catadores, que se caracteriza pela disputa em torno do lixo. Ainda, segundo a secretária do CEA,

eles (os catadores) tinham muito lixo e nós com os cestos vazios, e quando aparecia era só lixo sujo, podre [...] Aí que a gente achou essa maneira de agregar eles com a gente. Vai ter que pagar pelo lixo deles. A gente faz

reuniões com eles também. Mas a gente ainda não conseguiu trazer eles como associados.

Com as parcerias conseguidas pelo Conselho Consultivo foi possível construir o Centro Cultural do Centro de Educação Ambiental Vila Pinto. O Centro Cultural é o diferencial do CEA enquanto galpão de triagem e o que é determinante para o CEA ser considerado uma referência no seu setor. O Centro Cultural oferece oficina de costura para as mulheres que trabalham na unidade de triagem, coordenada por uma “*senhora rica*” que atua como voluntária. Tem atendimento jurídico e na área da saúde, em que farmacêuticas voluntárias fazem um trabalho de saúde preventiva semanalmente: campanha da verminose, controle de natalidade, de doenças, palestras sobre animais mal cuidados, as doenças do lixo etc. Também no Centro Cultural funciona o Telecentro, numa parceria com o Senac, que pagou um professor para dar cursos de Word e Excel. Essas oficinas ocorrem nos dois turnos, diariamente. O Telecentro é mantido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e coordenado por uma ex-separadora de lixo que, depois de atuar como auxiliar de serviços gerais da coordenação do CEA, fez um curso do Senac e foi convidada para coordenar o Telecentro. “*Eu tô aqui no telecentro trabalhando, com uma boa disposição, mas estou pensando sinceramente que um dia eu vou crescer. Eu quero crescer.*”

Um auxílio fundamental do CEA Vila Pinto foi a parceria com a GTZ – Sociedade Alemã de Cooperação Técnica que apoia projetos de geração de renda de forma autossustentável. Essa parceria foi fundamental para a fundação e organização do CEA Vila Pinto e sua divulgação internacional. Desde 1996, a ONG trabalha em parceria com entidades, empresas, órgãos públicos e voluntários, que subsidiam o trabalho do CEA com treinamento, apoio, participação, materiais físicos, planejamento, orientação e educação. Hoje o “*negócio*” do CEA Vila Pinto não é só a administração do galpão de triagem. O projeto inclui oficinas que acontecem no Centro Cultural, inaugurado anos depois do galpão de triagem. Essas oficinas são possibilitadas por parcerias eventuais e contínuas – locais e regionais. Entre elas a parceria com a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre – Ospa – que possibilita a implantação do projeto Ouviravida, o qual inclui aulas de flauta. O Ouviravida inclui socialmente pela música 250 crianças e adolescentes. Já o Projeto Faça o seu Papel já oportunizou

o trabalho na reciclagem de papel para 30 adolescentes. No CEA Vila Pinto são trabalhadas questões de autoestima e cidadania.⁶¹

Tudo isso faz com que o CEA Vila Pinto seja uma referência internacional, o que foi determinante para a escolha dele como Projeto Mundial pela Expo 2000, em Hannover, na Alemanha, quando o CEA Vila Pinto representou a GTZ durante o evento. Na sua trajetória histórica, a ONG tem obtido o reconhecimento de instituições da sociedade local, regional e nacional, o que se comprova nos prêmios angariados pelo CEA Vila Pinto e pela sua presidente: Projetos Inovadores do Mundo, Unibanco Ecologia, Líderes Vencedores (Assembleia Legislativa e Federação das Associações Empresariais do RS – Federasul), Amigo da Cidade, Troféu Mulher Cidadã (Assembleia Legislativa), Prêmio Educação RS 2002 (Sindicato dos Professores do Ensino Privado do RS – Sinpro/RS). Outra forma de reconhecimento da sociedade observa-se quando inúmeros projetos de galpões de reciclagem no RS e no país têm o Centro de Educação Ambiental Vila Pinto como referência. É o caso, por exemplo, de Uruguaiana, que buscou a assessoria da presidente do CEA para implantação de um projeto semelhante naquele município; e Resende, que veio conferir o sistema de coleta seletiva e triagem em galpões para implantar algo semelhante naquele município.

Observamos que a denominação da ocupação é marcada pela confusão, mesmo entre os intelectuais. Nesse sentido, optamos por definir que o trabalho que se faz na unidade de triagem refere-se a uma etapa da reciclagem dos resíduos sólidos, caracterizada por ser de separação dos diversos materiais que fazem parte dos resíduos sólidos que estão incorporados nos sacos de

61 No vídeo *Mulher, Meio Ambiente e Cidadania*, produzido também com o apoio da GTZ sobre a trajetória da ONG, apresentado em Hannover, o CEA Vila Pinto se identifica como uma “associação de trabalhadores de baixa renda, principalmente mulheres comprometidas com a transformação comunitária, objetivando melhor qualidade de vida e do meio ambiente”, que, em prol das liberdades individuais e coletivas, luta por justiça social e para fazer valer direitos fundamentais. No Plano de Comunicação feito por alunos da disciplina de Projeto Experimental III – Ação Comunitária, que cursam Comunicação Social na Ulbra, a missão do CEA é “gerar e facilitar oportunidades de crescimento pessoal e profissional aos seus associados e à comunidade da Vila Pinto”. O objetivo da associação é “ser reconhecida como agente de transformação da realidade e de resgate da dignidade, da auto-estima e da cidadania, capacitando-os e organizando-os para a conquista de uma melhor qualidade de vida para a comunidade da Vila Pinto”. No entanto, quando visitamos a ONG pela primeira vez, a missão do CEA Vila Pinto explicitada na parede do seu escritório, que é a mesma veiculada no vídeo produzido pela organização, é outra, mas apontam para valores comuns: educação e formação social, participação, cidadania, solidariedade, parceria, cooperação e ambientalismo. Textualmente: “facilitar o crescimento pessoal e profissional dos seus associados e da comunidade onde se insere, sendo um agente de transformação da realidade, do resgate da dignidade, da auto-estima e da cidadania. Os valores que norteiam o trabalho da organização são a ética, a valorização do ser humano, a preservação do meio ambiente, a gestão participativa, a educação e a interação com a comunidade.”

lixo. Uma das separadoras do CEA, mesmo admitindo não saber muito por que, afirma-se recicladora.

Eu sou recicladora. Aqui chamaram de recicladora e ficou. Uma vez teve uma reunião que *fizemo* com o pessoal da Cavalhada e eles disseram que somos catadoras, e outra colega minha levantou e disse, catadora não. Somos recicladoras. Não sei porque ela falou aquilo, acho que não tem diferença nenhuma, acho que é a mesma coisa, mas ela disse não somos catadoras, somos recicladoras.

O professor de administração que atuou como voluntário no Conselho Consultivo, com pós-doutorado em organização ambiental, afirma que *“reciclar é pegar uma matéria-prima e transformar. O que eles fazem lá é separar. Fazem triagem. É a primeira fase do trabalho de reciclagem.”* O professor, que trabalhou com educação popular nos galpões de triagem, explica que galpões é uma linguagem informal, faz parte do senso comum, enquanto o termo unidade de triagem refere-se à linguagem do poder público, especialmente do DMLU. Já unidades de reciclagem é uma linguagem originária do início dos galpões, dos movimentos de base. A partir do ponto de vista econômico, reciclagem refere-se à matéria prima que já cumpriu sua função inicial com o consumidor; portanto, no momento em que esta é separada inicia o processo de reciclagem. Ou seja, a separação é a primeira etapa da reciclagem. Diferentes das unidades, as usinas são os locais de transformação dos resíduos. Já o termo catadores é usado na linguagem do movimento anarquista, que encontra nesta forma de se denominar diferenciar-se da atividade de reciclador, que inclui grandes empresas e já existia no registro das profissões nacional. O lixeiro é o *“clássico ator da cena pública. Palavra que está perdendo o uso”*, segundo o professor e educador popular. Diferente do lixeiro, do separador e do reciclador, o carroceiro e o carrinheiro transportam materiais recicláveis, que entregam para o atravessador, para as unidades de reciclagem e, mais recentemente, também para os galpões de triagem. O atravessador hoje pode ser uma unidade ou galpão de triagem, por exemplo. Enquanto o papelheiro trabalha com um tipo de material específico, que transporta com seu carrinho.

Para além do conceito, voltando à vida vivida das separadoras, o fato é que a mudança que ocorre nas vidas dessas mulheres quando começam a participar do trabalho dentro do CEA é reconhecido pela maioria delas, que salientam a solidariedade e a amizade do ambiente da unidade de triagem, mas não deixam de relacionar com as contradições e conflitos. É inegável, de qualquer forma, que é ali que se dá o reconhecimento primeiro e essencial que as tira da marginalidade social, como conta uma separadora:

trabalha todo mundo junto [...] Todo lugar é assim, tem umas que a gente é mais amiga, se dá mais, conversa, e troca ideia, e conta a vida, e chora, e aconteceu alguma coisa. Sempre tem aquele grupinho que a gente se dá mais.

Tem umas que dão bom dia, boa tarde quando dão. Pessoas que eu acho assim, que não dão importância pro projeto. Porque se eu trabalho junto contigo e me dou contigo, quando tu tá vindo eu já sei que tu não tá no teu dia, que tu tá triste, que aconteceu alguma coisa. A gente conversando aquela coisa vai passando.

Uma das coordenadoras demonstra orgulho pelo trabalho que desenvolve no CEA, e confia no futuro deste:

Eu adoro ser coordenadora de grupo, tenho paixão. Só quero melhorar [...] A coisa não tá tão valorizada como devia de estar. Mas acho que o nosso trabalho tá bem reconhecido, até fora do Brasil. Nosso galpão, nosso CEA. Nós tamo bem. A M. (líder do CEA) já foi pra Alemanha, pra fora, mostrar o nosso trabalho [...]. Acho que vai melhorar cada vez mais. Acho que vai pra frente. Acho que a grande necessidade que temos aqui é a creche. A mulherada tem dificuldade. Para trabalhar com tranquilidade. As creches da Vila são caras, não fecham os horários. A creche está dentro do projeto, vai acontecer em breve. Seria um complemento maravilhoso.

Outra separadora conta que muita coisa mudou na sua vida desde que começou a trabalhar no CEA.

As pessoas são amigas. São tudo unida. Ninguém é diferente de ninguém. Todo mundo trata todo mundo igual. Aqui nunca deu problema nenhum. Pras minhas colegas lá de cima, que tem filho, eu falo que é legal pra elas trazerem crianças pra matricular aqui, tem curso.

Outra separadora conta que no CEA ela aprendeu a separar o lixo em casa para vender na própria unidade de triagem. *“A gente aprende, porque tá lidando com o lixo. Tem muita gente que não separa, e a gente tem que ficar botando a mão.”* Ela conta o que podemos considerar uma contradição: o lixo da Vila Pinto não vai para a unidade de triagem do CEA.

Não vem coisa boa. Lixo de pobre, né. Não vem coisa que dá pra gente reciclar quase. Lixo de rico tem bastante garrafa, refri, papel. Lixo de pobre mais é saco de arroz, de feijão, e coisa assim. Tem bastante diferença.

Ela fala com prazer do trabalho do CEA, apesar de tecer críticas às diferenciações salariais e às constantes mudanças nos turnos de trabalho.

É muito bom. Tem bastante amigas. Com eles lá da separação é ótimo. Até com a coordenação [...] A relação de mulheres e homens é boa [...] Eu acho super calmo a Vila. Tiroteio dava bastante antes. Mais antigamente, que não tinha colégio, essas coisas. Era bem perigoso. Não tinha movimento. Agora é bem movimentado. Tem bastante coisa. Antes tinha bastante mato. Agora tem escola, galpão, armazém, que não tinha também.

A coordenadora do Telecentro conta que o relacionamento com o irmão mudou muito depois que ele começou a trabalhar no CEA.

No momento que ele entrou aqui, ele mudou bastante. O CEA não é só um serviço. É um apoio. Se a pessoa tá necessitada de alguma coisa, se é alcoolatra, as gurias podem arrumar uma clínica específica. O que tiver do alcance delas elas ajudam. Isso ninguém pode negar.

Seu irmão é “caqueiro”, responsável por transformar os vidros que chegam à unidade de triagem em cacos prontos para serem vendidos às empresas transformadoras. Depois de separar as garrafas boas daquelas que não prestam, estas são quebradas em tonéis e entregues para um caminhão transportar até empresas de reciclagem. Desde que começou a trabalhar no CEA, há um ano, ele exerce esta função.

Já trabalhei de carrinheiro lá fora, na rua. Já fui papelheiro. Com oito anos eu já tava na sinaleira vendendo bergamota. Trabalhei 12 anos na Zero Hora vendendo jornal na sinaleira. A minha irmã foi a primeira a colocar os pés aqui dentro. Me arrumou um serviço. Tô aqui até hoje. Prefiro ficar aqui dentro. Lá fora, ser carrinheiro, a gente tá sofrendo demais. Não só por tá puxando carrinho, mas é muita gente na rua. Hoje em dia a gente vê cara com caminhão ajuntando, com Kombi, tudo na rua trabalhando. Antigamente, as coisas eram mais fáceis [...].

O caqueiro conta que sua vida mudou quando deixou o “*mundo lá fora*” e entrou no CEA, onde encontrou apoio, um salário fixo, já tem conta bancária e sonha ter uma família.

Eu já tenho uma família e arrumei outra família que me ajudou muito e me ajuda, me deu vários apoios [...]. Eu tô aqui há um ano, já aconteceu coisa de eu ficar doente e as gurias sempre me apoiaram. Minha vida mudou muito. Eu não tinha meu salário fixo. Eu ganho aqui dentro um salário. Tem o vale que é dia 20, é um adiantamento pra nós. Tenho condição de ter uma conta. Sobra um pouquinho mais dá pra eu me vestir [...]. A pessoa que ficar lá fora não tá ganhando nada. É uma vida que tá sendo dificultosa lá fora [...]. O que eu quero é ter a minha família, construir minha casa, ter uma vida mais tranquila, não aquela vida maravilhosa.

Ele mostra que está apreendendo as falas da presidente do CEA, que encontram ressonância na sua experiência de vida. O caqueiro diz que quase se perdeu e viveu um “*mundo ruim*”, por isso hoje dá valor para o que tem, em que ele inclui o trabalho no CEA.

Se a pessoa não trabalhar, não estudar, não pôr na cabeça que tem que fazer alguma coisa pra adquirir ela não consegue nada lá fora [...] Já fui pra Febem, mas fui um guri que nunca assaltei, nunca matei, nunca tirei nada de ninguém. Antigamente, a cabeça era tão fraca que, às vezes, a gente deixa de

ir pelo certo para ir pro errado. Ninguém leva, é a pessoa mesma que vai e faz. Dei a volta por cima, mas a minha família me segurou e me apoiou. A gente que vive o mundo lá fora é tudo um pouco. Se não tiver aquela pessoa de força pra empurrar, pra botar as coisas na cabeça, que tem que ser diferente, ela se perde totalmente. Minha vida mudou após eu entrar aqui, e antes com a minha família [...]. Muitas coisas que a nossa presidente fala pra nós é a mesma coisa que eu falei sobre lá fora. Muitos pode achar que aqui dentro é assim. Mas é assim, mas tu tá numa coisa mais tranquilo, a pessoa tá trabalhando, tá tendo como se manter. E é o que ela diz pra nós [...]. Antigamente nós não vivia um mundo maravilhoso mas também não vivia muito apertado. Hoje em dia nós tamo vivendo um mundo apertado. Nossas dificuldade financeira, tudo que tá acontecendo no mundo, no Brasil, se a gente não tiver cabeça pra levar aquilo dali [...].

Para a presidente do CEA, separadores são recicladores de vida.

Somos separadores. Digo que somos recicladores da vida. Porque as pessoas que vem, trabalham, se submetem a regras, começam a fazer diferença dentro da comunidade, elas na verdade foram recicladas. Elas nunca mais voltam a ser as mesmas pessoas. O conhecimento é uma coisa que tu não tira mais de ninguém. Quanto tu socializa o conhecimento as pessoas se empoderam dele e saem fazendo coisas.

Nessa fala da líder do CEA se mesclam as matrizes educativa, religiosa e midiática, já que esses sentidos estão explícitos na fala do Irmão marista, no vídeo *Lixo é Vida*, produzido no início da década de 90 que trata da história dos primeiros separadores de lixo de Porto Alegre organizados em galpões de trabalho o coletivo. O discurso da líder do CEA incorpora falas históricas do movimento que foram midiaticizadas. A relação entre a líder do CEA e a irmã do Irmão Marista, e conseqüentemente com o Irmão marista, marcam o CEA desde seu momento fundacional até os dias de hoje, como veremos na análise da interação do CEA com os movimentos sociais. Para o Irmão marista, quando se ensina àqueles que trabalham nos galpões de triagem o trabalho coletivo, há um despertar dos sentimentos de cooperação, solidariedade e autoestima. No mesmo vídeo, o educador ambiental Jacques Saldanha afirma que o projeto das usinas de triagem refere-se ao “*resgate do lixo humano, hoje, que é o catador de lixo*”. E na fala da irmã do Irmão marista, a organização do galpão representa um projeto contra-hegemônico em relação à sociedade capitalista. A reorganização dos resíduos, simbolicamente e socialmente, representa a reorganização de pessoas, transformando materiais e pessoas em processo de exclusão em algo útil. Para ela, não existe lixo, mas matéria prima desorganizada, que, quando organizada, refaz pessoas, com outros valores, por meio do trabalho produtivo. Portanto, como a líder do CEA afirma, ao separar o lixo, a pessoa tem a oportunidade de reciclar a vida, sua e dos materiais, simultaneamente. A fala de uma das separadoras reafirma as reciclagens que o CEA pode produzir na sua vida.

Por isso que eu digo: eu passei trabalho mas em alguma coisa eu sou gratificada, né. Meus neto, eu também. Por isso que a gente tem que dar valor pro projeto. Muita coisa que eu aprendi, conheci aqui eu não teria conhecido se não fosse isso aqui. E depois que eu fui aprender a viver, a ser feliz, me reciclar, tudo eu aprendi aqui dentro. Antes era do serviço pra casa e da casa pro serviço. Chegava em casa tinha roupa pra lavar, comida pra fazer, casa pra limpar, sendo espancada pelo marido, cuidando dos filhos. E era só aquilo. Não saía pra lado nenhum. E depois não, foi uma coisa bem diferente. A gente já é dona do nariz da gente. Agora mudou tudo, graças a Deus.

A partir desses discursos, observamos que uma variedade de matrizes se presentificam nas orientações históricas internas do CEA, muitas vezes mesclando-se, mestiçando-se.

A matriz do gênero foi fundacional na organização do CEA já que este se forma a partir da necessidade de buscar soluções para o problema da violência contra a mulher, e depois retorna quando a líder do CEA recebe o Troféu Mulher Cidadã da Assembleia Legislativa, que representa também um reconhecimento da sociedade sobre o trabalho realizado pela líder do CEA.

A matriz cidadã-comunitária surge antes da formação do CEA, quando a líder do CEA busca subsídios como líder comunitária no curso de Promotora Legal Popular da ONG Themis, que lhe dá subsídios para atuar como defensora dos direitos das mulheres na Vila Pinto. Ajudam na formação dessa matriz o engajamento da líder do CEA como liderança do Orçamento Participativo, na parceria com o DMLU para instalação do galpão de triagem de resíduos sólidos da Vila Pinto, e na participação das reuniões periódicas do CEA nas reuniões que resolvem sobre os destinos da coleta seletiva de Porto Alegre. Depois essa matriz se estabelece na organização do CEA como associação que visa à gestão participativa das mulheres (escolha democrática de coordenadoras, a cultura das reuniões como espaço de resolução dos problemas), na parceria que o CEA vai fazendo primeiramente com a GTZ e depois com outros movimentos sociais e setores da comunidade que dão subsídios administrativos, educativos e para ampliação física da organização (mesmo quando se apresenta como um voluntariado que vai e vem), no reconhecimento do trabalho do CEA por meio do prêmio como Projeto Social Mundial na Feira de Hannover 2000 e outros de importância regional, além do reconhecimento por parte de grupos sociais que buscam o CEA para implantar organizações semelhantes em outros municípios do RS e do Brasil. Essa matriz também se presentifica na preocupação com a interação com a comunidade que consta entre os valores do CEA.

A matriz socioeconômica vem da necessidade de um trabalho que gerasse renda para que as mulheres saíssem da sua condição de submissão diante dos maridos. Depois ressurgiu com a insatisfação das separadoras com os baixos salários que recebem pelo seu trabalho, inferiores ao salário mínimo. Ou seja,

a associação não tira os associados do reino da necessidade, também devido à grande diferença salarial entre os associados.

A matriz empresarial está na criação de um Conselho Consultivo para determinar os rumos estratégicos da organização, o que vai se desmembrar na busca de parcerias variadas tanto com o setor público quanto privado. Entre elas, parcerias com empresas para elevar a matéria-prima do galpão de triagem visando a aumentar o lucro, e, mais recentemente, a parceria com os catadores de lixo, antigos concorrentes de matéria prima, transformando-os em “colaboradores” ao comprar deles parte do seu material. A matriz empresarial está explicitada fortemente nas hierarquias e desigualdades salariais que o CEA estabelece – mesmo insistindo ser uma associação solidária de gestão participativa – o que gera as maiores insatisfações e ressentimentos entre as separadoras, que ficam com as sobras dos ganhos após o rateio entre aqueles que têm cargos com salários fixos bastante superiores. A mesma matriz aparece quando a líder interpreta o não engajamento incondicional dos associados aos compromissos extra-trabalho como acomodação (quando eles trabalham geralmente oito horas por dia por R\$ 180,00 e precisam chegar em casa para cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos). O estilo empresa familiar é marcante no CEA, onde cargos estratégicos são exercidos por familiares da presidente. Também não é uma prioridade para o CEA a formação de liderança entre seus trabalhadores, o que poderia ser feito via parcerias (conforme a lógica do próprio CEA) voltadas para educação da autonomia, o que ajuda a manter uma massa menos crítica. Ainda dentro dessa matriz está o prêmio do CEA como Líderes e Vencedores e no Projeto Inovadores.

A matriz comunicacional-midiática se estabelece com a percepção da líder do CEA do poder da mídia já na inauguração do galpão, quando estrategicamente faz o prefeito comprometer-se com a ampliação da obra. Esta matriz caracteriza-se como sociomidiática quando o discurso do CEA tem forte ligação com o discurso fundacional do movimento dos separadores de lixo, presentes nas falas do Irmão marista e sua irmã. E, mais tarde, quando faz uso do instrumento midiático de um vídeo institucional para contar a histórica do CEA na produção intitulada *Mulher, Meio Ambiente e Cidadania*.

A matriz religiosa caracteriza historicamente a formação dos galpões de triagem, o que não é diferente com o CEA. Muito pelo contrário, o CEA tem uma forte ligação com o Irmão marista, sendo ele um parceiro no Profetas da Ecologia e um “consultor informal” do CEA. A mesma matriz é vivida na mística que marca o momento final das reuniões semanais, quando todos rezam o *Pai Nosso* de mão dadas, a pedido da líder do CEA.

A matriz ambiental do CEA surge na sua fundação, mas é percebida como um valor de fato durante sua trajetória e incorporada tanto aos valores

quanto no título do vídeo, e nos discursos que vão ser midiaticizados. Os apelos às questões ambientais surgem continuamente quando o CEA se coloca como uma organização que ajuda a resolver o problema do lixo da sociedade. O prêmio Unibanco Ecologia demonstra que há um reconhecimento de outros campos sociais sobre esse discurso.

A matriz educativa surge na busca por parcerias com voluntários para aulas de música, cursos de informática, reciclagem de papel, esportes, assistência jurídica e de saúde, oficinas de costura e na criação do Telecentro. A educação está entre os valores do CEA e é a utopia que o Centro Cultural quer realizar por meio de uma interação maior com a comunidade da Vila Pinto. O Prêmio Educação RS 2002 é um reconhecimento desta matriz do CEA.

A matriz subjetiva do CEA é percebida nos valores que norteiam a organização: resgate da cidadania, da autoestima e da dignidade, crescimento pessoal e profissional, melhor qualidade de vida, transformação da realidade. Mas também podemos observar que se trata da mesma matriz o medo de falar sobre as insatisfações internas entre as associadas, os ressentimentos, e a falta de participação nas reuniões, o que requer a inserção de políticas educativas nesse sentido. Da mesma forma, muitas vezes a líder coloca as questões afetivas e do cuidado com a família em segundo plano, priorizando a responsabilidade coletiva incondicional com os rumos do CEA, utilizando-se do argumento que assim os associados terão melhores salários. A matriz subjetiva surge com grande intensidade nas falas das separadoras quando afirmam que as relações sociais no CEA são marcadas pela solidariedade e pela amizade: *“um ajuda o outro”, “somos todos amigos”*. Ou quando se sentem reconhecidos pelo outro, seja este seu colega de trabalho, todo o coletivo, a comunidade local ou mesmo internacional, no caso das premiações. A autoestima é valorizada quando a coordenadora diz ter paixão pelo seu trabalho, pela sua parte dentro de um coletivo, e quando todos afirmam sentir orgulho pelo CEA representar oportunidades educativas para a comunidade da Vila Pinto. E quando compreendem que novos objetivos precisam ser alcançados, como a creche, que vai dar tranquilidade para as separadoras, que poderão estar próximas dos filhos no local de trabalho. O CEA também traz tranquilidade para quem sentia a violência que imperava no bairro e hoje vê que, na região, o movimento que a organização gerou dificulta as ações de delinquentes.

A matriz subjetiva é ativada, ainda, quando se percebe no CEA um lugar no qual encontram apoio familiar, de oportunidade de trabalho para o irmão que viveu o mundo das drogas, um local para trabalhar, ter um salário e poder ter uma conta bancária. O CEA também renova as relações sociais quando o *“caqueiro”* afirma que arrumou *“outra família”*. É ali que ele se permitiu sonhar em construir a sua própria família, quando deixou *“o mundo lá de fora”* e sentiu-se aceito socialmente na comunidade do CEA. Foi a partir do trabalho no CEA

que muitas separadoras passaram a usar sua voz no âmbito da família para dizer não à violência sofrida dos maridos, mudar de vida e dizerem-se felizes hoje. Também fazem parte da matriz da subjetividade os ressentimentos, os conflitos, as contradições que marcam as relações do CEA, por exemplo, em relação à divisão dos lucros entre os associados. Com as contradições inerentes de uma organização social desta natureza, o CEA recicla vidas de excluídos separando resíduos dos incluídos. É um papel social que vai além da ecologia, referindo-se a um papel ambiental, no sentido dado a esta palavra por Leff, conforme vimos anteriormente.

Estar inserido no CEA, mesmo quando o interesse maior é um posto de trabalho que resulte em algum ganho salarial para a sobrevivência familiar, é, portanto, uma forma de resistir ao processo de individualização e atomização a partir da criação de vínculos sociais comunitários. O CEA, enquanto um sujeito coletivo, constitui-se um *locus* para a construção das identidades pessoais das suas separadoras, do “caqueiro”, das coordenadoras, da sua presidente e dos outros envolvidos no projeto, inclusive pessoas da comunidade da Vila Pinto que reconhecem ali um espaço que oferta alternativas de inclusão social, seja pela existência do Telecentro, do Ouviravida ou apenas como um lugar de oferta de trabalho que possibilita alguma renda. É no contexto do CEA que se manifestam interesses comuns, solidariedades e a vida é de algum modo compartilhada. Compartilhada com conflitos, como é próprio de um ambiente que se faz familiar: não livre de conflitos e disputas. Constituindo-se como uma alternativa de construção de novos significados para a sociedade contemporânea, o CEA dá lugar ao que Castells denomina “fluxos reversos de informação”. No entanto, este fazer ainda não é coletivo, mas bastante centralizado entre aqueles que desempenham maior liderança.

As análises apontam para uma carência de estímulo aos processos comunicacionais internos, liderança centralizada e falta de equanimidade entre os associados, o que pode estar interferindo no papel do movimento social enquanto formador de transformadores sociais. Conforme Castells (2001, p. 85), “a construção da autonomia tem que se fundamentar nos fluxos reversos de informação”. Nesse sentido, consideramos que esses fluxos reversos de informação não devem se dar apenas de dentro para fora, mas, e principalmente, de dentro para dentro a partir de metodologias que inspirem dinâmicas de comunicação interna, estimulando a autonomia para uma efetiva transformação social.

A política da vida está em construção no CEA, com os associados desenvolvendo autoconfiança, autoestima, refletindo sobre suas escolhas, buscando o respeito pelos seus direitos, escolhendo novos rumos para suas vidas. Mesmo quando encontramos silêncio e medo, estes não negam o exercício político pessoal que se realiza nas relações internas, nas conversas,

nas amizades e solidariedades que se constroem com o outro, quando se criam redes internas e um novo jeito de ser e fazer. No entanto, se como Giddens (2002, p. 95) afirma, o objetivo das políticas emancipatórias “*é libertar os grupos não privilegiados da sua condição negativa ou eliminar diferenças relativas aos grupos na sociedade*”, via disseminação de valores como justiça, igualdade e participação, os discursos dos informantes mostram que internamente o CEA produz uma ação emancipatória limitada. Os processos emancipatórios internos no CEA, enquanto da “*dominação ilegítima de alguns indivíduos e grupos por outros*”, como aborda Giddens, ainda parecem engatinhar.

Há poucas pessoas dentro do CEA que estão exercitando as características de liderança como a presidente, e este seria o maior legado que a líder poderia deixar para o CEA. A maioria dos associados do CEA não saiu totalmente da condição de indivíduos – definido pelas expectativas dos outros, controlado por regras institucionais, submetido aos papéis sociais que lhe outorgaram – para assumirem-se sujeitos sociais. Estão em transição para este novo papel que é ser sujeito social, que requer a renúncia às tutelas de toda ordem, assumindo-se responsável pelo coletivo, construtor e produtor da sua experiência social, recusando as formas de controle de toda ordem, assumindo voz ativa. O sujeito luta pelos papéis que lhe são impostos para ser ele sujeito da sua história, como afirma Touraine.

Não há dúvida, no entanto, de que o CEA participa do cenário marcado pelo que Touraine denominou a “*subjetivação dos movimentos sociais*”, já que mobiliza princípios e sentimentos que associam a defesa da identidade e da dignidade de uma população pobre, contra políticas globais excludentes colocadas a pleno vapor pelos grupos de campos sociais que defendem e perpetuam o modelo de desenvolvimento insustentável neoliberal. Nesse sentido o CEA tem sua parcela no processo de subjetivação dos movimentos sociais, característica que marca e identifica outro viés da sociedade contemporânea, como vimos ao definir as “*macromatrizes*” socioculturais que contextualizam as interações comunicacionais e midiáticas em pesquisa.

As matrizes culturais movimentadas pela ação social do CEA constituem marcas ideológicas presentes na mensagem que o CEA oferta para a sociedade. Nesse sentido, a ação cultural e social do CEA é de natureza comunicacional, como aborda Melucci. Interna e externamente, os associados do CEA lutam continuamente pela possibilidade de dar sentido ao seu agir, à realidade social, construindo sentidos sobre a sua experiência de vida. Esse processo de semiose social faz interagir experiências subjetivas e sociais, construindo simultaneamente e de forma interdependente identidades pessoais e coletivas.

A forma de negociação de sentidos interna, em que a comunicação não flui de forma transparente, pode estar determinando a interação do

CEA com os outros campos sociais, no meio ambiente externo. Sobre isso tratamos no capítulo que segue, para compreender como interagem o padrão comunicacional interno e o externo.

Internamente, os conflitos são detonados pelas desigualdades de remuneração, que acompanham a lógica capitalista neoliberal de que algumas funções tem maior valia que outras. Ou seja, há uma luta por recursos, e aqui são recursos de ordem financeira, mas que têm definida sua distribuição pela ordem simbólica. O recurso da informação é pouco utilizado pelos associados quando têm medo de falar, ou não tomam a iniciativa de fiscalizar os movimentos feitos pela coordenação geral do CEA. Os associados acabam, dessa forma, marginalizando-se a si mesmos quando não assumem a autonomia que é de seu direito, mas também é de seu dever. Autonomia não é outorgada. Apenas quando assumirem a condição de sujeito romperão com os limites que se colocam para a democracia interna da organização. Cabe aos associados criarem táticas e estratégias para assumirem sua capacidade de serem, internamente, o que Melucci denomina “*terminais efetivos das redes informacionais*”, produtores de informação, saindo da condição de meros receptores. Conforme Melucci afirma, possuir e controlar a informação é essencial para controlar os códigos que organizam o sentido da realidade social. A democracia interna no uso dos recursos informativos é tão fundamental quanto o uso de recursos informativos externos. O uso dos recursos informativos trabalha na construção das identidades pessoais dos sujeitos de uma organização social e das identidades coletivas do movimento social. É por processos de interação comunicacionais, no exercício de falar e agir, que contruímos e reconstruímos continuamente nossa identidade.

A líder do CEA

A líder comunitária e presidente do Centro de Educação Ambiental Vila Pinto é oriunda da cidade de Alegrete, região Sul do Rio Grande do Sul, de tradição rural e sofrida com a estagnação econômica. Filha de pais separados, ela foi criada pela avó enquanto sua mãe trabalhava. E é na figura da avó, – uma negra, filha de escravos, que morreu em 1996, aos 101 anos –, que a líder do CEA se inspira para o seu papel de líder social. Segundo ela, a casa onde vivia era uma espécie de condomínio, onde a avó recebia os familiares que vinham de São Francisco de Assis para buscar trabalho no Alegrete.

Todo mundo morava junto [...] Mas só quem fazia o feijão era minha avó. Minha vó fazia polenta e feijão. Todo mundo fazia outra comida. Acho que eu sou assim comunitária porque eu sempre vivi numa comunidade. Familiar. E hoje eu trago pra cá. Quero que todo mundo sejam muito amigos, que compartilhem as coisas. Eu me identifiquei com esse trabalho e procurei dar um diferencial muito ligada como eu fui quando pequena. E ainda é um sonho

meu fazer o feijão aqui [...]. Todo mundo dava o feijão, cada um trazia, mas ela (a avó) é que temperava [...]. Todas as casas, eram mais ou menos umas oito famílias que moravam no mesmo terreno [...] as crianças faziam fila. E eu era uma dessas crianças que fazia fila. A vó tinha pratinho de goiabada (latas recicladas que eram usadas como pratos). Era o momento em que a vó falava com todo mundo. As mães sempre ameaçavam as crianças de contar pra vó. Acho que a gente gostava tanto do feijão da vó que, talvez a gente respeitasse muito ela pra não deixar de ter o feijão. Ela nunca ameaçou. Mas sempre foi uma figura muito presente.

Esse fragmento da vida da líder do CEA parece uma metáfora do que representa o CEA para as separadoras, conforme vimos nas suas próprias falas. Todo mundo junto, que se reúne num local central de onde vem o alimento básico – o feijão, o salário mensal, pouco mas necessário. Uma comunidade, uma família. “*Quero que todo mundo sejam muito amigos, que compartilhem as coisas*”. Todos dão sua parte, mas o tempero era a líder quem dava – antes a avó, agora a própria presidente do CEA ocupa este papel. Noutro espaço e noutro tempo, mas a mesma inspiração. Filas se formavam pelo prato de feijão no Alegrete como se formam filas hoje por uma vaga no CEA da Vila Pinto. O prato com que se ofertava o alimento era fruto da reciclagem. E tinha o momento em que a avó falava com todo mundo, como a líder do CEA faz nas reuniões semanais do CEA. E não respeitar a líder era correr o risco de não ter seu prato de alimento necessário. Dava medo de falar, mesmo que nunca tenha havido ameaças. Hoje o alimento de cada dia das separadoras é garantido pelo CEA – e sua líder, em consequência.

Voltando ao Alegrete dos tempos de infância da líder, nos períodos de enchente que assolavam o pedaço de chão onde moravam, as famílias eram obrigadas a se mudar. E era a avó quem liderava e organizava as famílias. “*Ela tinha uma postura que eu hoje até tenho um pouco [...] sou mãe dessas mulheres [...]*”, diz a presidente do CEA. Órfã de mãe aos 15 anos, ela teve que se virar.

Eu já era liderança. Eu era artista, era cantora da cidade, fazia parte de um show de calouros que tinha na cidade. Todas as quarta-feiras era anunciado: hoje vai ter M. M. E. a C. M. Tinha sempre duas que estavam sempre se debatendo no primeiro e segundo lugar. Agora, quando fui na minha cidade dar entrevista, o radialista é aquele que apresentava o show. E ele lembrou que eu armei um barraco [...] eu armei um barraco tão forte [...] que eu consegui o que eu queria. Sempre foi muito na gritaria que eu consegui as coisas. Pela justiça.

“*Armar barracos*” para conseguir o que quer é uma prática que se instaurou no início da trajetória de vida da presidente do CEA, seja como caloura no Alegrete, seja como zeladora no centro de Porto Alegre, ou como líder comunitária, e depois presidente do CEA Vila Pinto. A própria formação

do CEA começou com a disputa entre duas líderes mulheres, que acabou resultando na “vitória” da atual líder do CEA e na saída da outra.

Eu tive dinheiro. Sempre tive muita sorte também. Sempre fui muito comprometida com as coisas que eu fiz. Quando eu vim pra Porto Alegre, eu vim como zeladora de um prédio. Foi só o motivo pra mim vir pra Porto Alegre. E eu prometi lá pra minha vó que eu traria todo mundo pra cá. E eu sou uma pessoa que acredito que eu tenho olhos pra ver coisas boas, ouvir além das outras pessoas, olhar além do que os outros olham. O que tu me diz eu sou capaz de fazer uma história. Como zeladora eu trabalhava num lugar que ninguém me enxergava. As pessoas só falavam comigo pra pedir licença pra mim tirar o balde do meio do caminho [...].

A promessa feita para a avó foi cumprida. Como a avó que recebia os familiares oriundos de São Francisco do Assis que iam para o Alegrete em busca de trabalho, a líder do CEA recebeu familiares deste segundo momento de migração, que deixavam o Alegrete para se instalar na Vila Pinto, em Porto Alegre. Ela afirma que ajudou a trazer muitos familiares do Alegrete, a maioria para viver na Vila Pinto, onde hoje moram 269 pessoas da sua família. “*Somos a segunda maior família da Vila Pinto*”. No CEA trabalham oito pessoas da família, entre elas suas filhas e primas.

Se eu sou uma pessoa que cobro as alternativas, então eu preciso mostrar alternativa. O galpão como uma alternativa de renda pras mulheres terem uma independência, porque elas não tinham. Ou elas eram refém dos traficantes, porque tinham que guardar as drogas. Ou eram refém de ter que mandar os filhos pra sinaleira. Ou de ter filhos pra alugar. Escolhiam parceiros mais ou menos bonitinhos pra ter filhos bonitos pra poder alugar. Era todo um sistema criado dentro da vila que as pessoas achavam que era só aquilo. E era muito em cima do comércio. Não existia sentimento. Não se falava em amor. Essas coisas que eu trouxe do Alegrete, essas coisas da vó botar a gente no colo, da vó nanar, da vó passar a mão na cabeça.

Para ela é o esforço que o trabalho exige que faz valorizar o que se consegue com ele, e é o trabalho que traz saúde e satisfação. E é pelo trabalho que ela dá exemplo de vida.

Quanto mais fácil ganha, mais devalorizado é [...] Eu sempre rezo muito pra Deus me dar saúde, uma longa vida, porque tem muitas pessoas que precisam muito de mim. E eu preciso ficar atenta, ativa. Eu tenho uma fé tão forte [...] Pra mim dar o exemplo pro outros eu trabalho enlouquecidamente [...] Eu tenho que implantar a cultura do trabalho! Até na hora do lazer.

Sua secretária afirma que a líder do CEA desempenha papéis diferentes em família e na organização. A chefe de família amorosa é uma presidente de organização exigente.

É tipo mulher italiana, a mãe italiana, que chama todos os filhos pra reunião. Quer todos juntos. Muito mãezona [...]. E como chefe, vou te dizer uma coisa: tem que ralar [...]. As filhas dela trabalham aqui, são coordenadoras, a gente trabalha mais que todo mundo. A gente tem que mostrar pros outros que a gente tá no cargo que tá porque a gente é competente e não porque é parente. Como sogra é maravilhosa, como chefe é rédea curta. Mas é bom. Tira da gente coisas que a gente não sabe que é capaz.

As características pessoais da presidente do CEA, invariavelmente, são observadas com admiração pela equipe de trabalho, tanto da unidade de triagem como do Centro Cultural do CEA, mesmo quando criticam algumas formas administrativas empreendidas da organização. Uma das coordenadoras diz que ela *“é uma grande pessoa. Uma vencedora. Uma mulher batalhadora. Até por ela ser uma pessoa como ela é que o nosso galpão está em primeiro lugar.”* Outra coordenadora afirma que tem *“fé”* na fala da líder e que se sente representada por ela.

Aparece muitas reportagens que ela tá no canal ⁶². Ela não representa só a instituição, mas o pessoal que trabalha. Fala muito bem do galpão. Acho interessante quando ela diz que quer trabalhar muito mais. Não só ela subir, mas quer que todos subam da mesma forma. Todo mundo com dinheiro no bolso sempre. Isso é uma persistência não só dela como de todos [...]. E ela prevê as coisas, e pede pra gente ter muita fé, e eu acredito. Na mídia ela fala muito na fé. Nas reuniões também [...]. Se tu tiver errada ela, vai lá e fala. E ela vai falar com a razão e não sem a razão.”

Os discursos da líder em diversos espaços sociais geram admiração da separadora, que os percebe como coerentes, tanto na mídia como nas reuniões semanais do CEA.

É a mesma fala que ela fala aqui dentro. Fala muito sobre nós, sobre as mulheres daqui. Sobre o ensinamento das mulher. Sobre isso ela fala. O que ela tem pra falar ela diz [...]. Com aquele tamanhinho dela, acho que é uma mulher guerreira, ela vai onde, ela tem que ir, ela enfrenta, ela vai se tem que ir. Eu admiro ela assim. Acho ela superlegal. Ela se esforça bastante pra ajudar a gente. Gosto muito dela [...]. Eu, quando for pro lado dos meus filho, eu enfrento mesmo. A gente vê alguma coisa errada, mas eu prefiro não falar, pra pessoa não começar.

É como liderança do Grande Mato Sampaio, e no papel de presidente do Centro de Educação Ambiental de Porto Alegre, que ela quer criar um modelo de referência de trabalho e de transformação da cultura: de comunidades culturalmente caracterizadas pelo tráfico e pela mendicância, em uma cultura do trabalho. Ela espera que, assim, seu exemplo seja seguido por lideranças de

62 Trata-se da Televisão Educativa, um canal de televisão público, gerenciado pelo governo estadual.

outras comunidades com perfis semelhantes ao da Vila Pinto. Para ela, muitas lideranças não têm o comprometimento que ela tem com a comunidade.

Sou uma liderança privilegiada porque eu tive dinheiro, não fui feliz com o dinheiro [...] absolutamente infeliz. Quando chegava na Vila, tinha meu pé no chão sabendo que minhas raízes estavam aqui, e eu era responsável por isso aqui. Eu trouxe todo mundo do Alegrete, e minha vó me cobrava [...] porque nos trouxeste pra cá [...] lá, antes, nós saíamos uma vez por ano, quando tinha enchente. Aqui a gente sai todos os dias, porque tem tiroteio, estupro, violência. E as pessoas tratando tudo isso com a maior naturalidade. Pegavam uma mulher em cinco. O meu trânsito na Vila não foi muito difícil. Quando eu era zeladora, tudo que eu ganhava no prédio eu trazia pra vila [...]. Eu sempre fui muito competente pros meus patrões. Então eu pensava: se eu tenho toda essa competência, essa força, porque eu não vou fazer pelos outros isso. E a minha vó se queixando. Se, de repente, ela morre por um ato de violência, eu vou morrer. Então eu fui me embora pra Vila. E sabia que podia gramar, mas construí muitos relacionamentos. Fiquei muito bem relacionada [...] Lá (no Bonfim e na Assembleia Legislativa onde trabalhou com lideranças empresariais e políticas) eu tinha uma visibilidade inútil. Eu só servia pra mim e pras minhas filhas.

No final de 2003, um ano antes das eleições municipais, a líder conta que sofria o assédio de vários partidos políticos, que a procuram, tanto para apoio comunitário como visando a sua possível candidatura. Convergente, ela se filia ao PT e diverge, buscando, quando necessário, até mesmo opositores clássicos do PT no Rio Grande do Sul, como secretários estaduais do PMDB, quando este governa o Estado.

Aqui a vila quem abre sou eu. Se eu não apoio a minoria apoia. Nós temos toda uma logística de articulação. Sou eu que traço o tipo de trabalho que tem que ser feito na Vila. As visitas, quais as ruas [...] quais os muros que têm que pintar, quais os pontos estratégicos da Vila.

Ela se considera uma pessoa “*predestinada*” para a liderança, que ainda não terminou sua missão na Vila Pinto. Isso a faz recusar convites de trabalho que a deixariam em situação financeira razoável, segundo ela. Ela considera um absurdo os convites que recebe de instituições governamentais para deixar de lado seu trabalho na Vila Pinto, que tem dado “*visibilidade positiva*” para a comunidade.

Ontem recebi uma proposta que qualquer mulher pobre negra não recusaria [...] A possibilidade de eu ter minha casa legal, meus móveis que eu não tenho. De ter minha casa na praia. Um salário maravilhoso. Numa instituição governamental. Eu digo: não terminei ainda. Eu acredito que eu tenho competência para assumir. Sou muito responsável. Mas quando recebo esses convites eu fico pensando que, se eu tivesse no lugar deles, eu não faria um convite desses pra uma liderança que tá dando certo dentro da comunidade.

Pra mim, representa um descompasso muito grande. Eu sou melhor do que ele que fez a proposta pra mim porque eu não faria. Porque se uma comunidade hoje está tendo uma visibilidade positiva, que antes era só negativa, tem uma liderança que eles consideram ser responsável por isso. No tirar eles tão tirando aquilo da comunidade. Aí o discurso destoa da prática. Eu tenho vontade de denunciar essas coisas. Mas se eu denuncia,r vão dizer que estou me valorizando. Automaticamente vou estar me valorizando. O normal de um político era dizer: M. (líder do CEA) não precisa tirar mais o teu salário da sacolinha das mulheres. Nós vamos te contratar para que tu fique fazendo cada vez mais, mais animada ainda, pra ti não ter dificuldade financeira.

Ela não tem a intenção de seguir carreira na política governamental, mas projeta isso para as filhas, quando elas tiverem “*prontas*”. A presidente do CEA diz que ainda “*não tem como ajudar os outros*” porque ainda está precisando de ajuda. Ela tem projetada a vida de cada filha, e a sua: quer ser consultora técnica de uma organização internacional.

Uma vai pro conselho tutelar. A *outra* vai ser vereadora. Estou com um problema de sucessão. Já comecei a trabalhar em 2003 na cabeça das pessoas que eu vou sair daqui. Achava que a *outra* seria minha sucessora nata, mas ela não quer. Ela disse: Não vou fazer as coisas que a senhora faz. Não quero me relacionar com políticos, não quero me relacionar com prefeitura, não quero fazer articulação política. E se tem que fazer tudo isso não quero ser presidente [...]. Quero ser consultora técnica da Ford Fundacion. Botei na minha cabeça que vou ser. Hoje a minha professora (da Themis) [...] é a presidente da Ford [...]. Tenho uma série de preparação, de coisas que eu tenho pra fazer [...] Tem que terminar os projetos aqui. Porque lá eu vou ganhar dinheiro. Vou ganhar dólar. Dólar. Ahaha [...]. Aqui eu não preciso ganhar dinheiro. Vai ter um momento em que eu vou ganhar dinheiro. Eu vou chegar lá, levar um currículo e dizer: eu sei fazer isso.

Nesse fragmento as matrizes subjetiva e socioeconômica se mesclam, mediadas pelo campo dos movimentos sociais: ela tem um plano de vida que a direciona a seguir os passos daquela que foi sua professora no curso Promotoras Legais Populares, promovido pela ong Themis. Para isso, ela tem que ter um sucessor. O que ela quer é “*ganhar em dólar*”, mas, ao mesmo tempo, planeja criar uma moeda alternativa no CEA. E é dessas contradições que se formula o discurso da líder, constituindo-se um discurso em que se contaminam matrizes do campo do movimento social e do campo empresarial. E é aí que pode estar o principal fator de desconfiança que ela inspira em relação à sua postura. Como partes da sua contradição, a líder do CEA, ao mesmo tempo em que se diz preocupada com alguém que a suceda no trabalho à frente da organização, afirma que quer ser insubstituível.

Eu botei na minha cabeça que eu tinha que ser insubstituível. Eu tenho absoluta certeza que ninguém vai me substituir fazendo o que eu faço. Pode

me substituir numa outra linha. Pode me substituir como presidente. Mas ter a dedicação que eu tenho [...] Toda essa doação que eu tenho com o trabalho, de nunca ter faltado ao trabalho, de ficar sempre buscando coisas boas, coisas novas, duvido que as pessoas têm [...] Não tem ninguém que vai fazer isso [...] Pra ser presidente tem que se preparar. Analisando, olhando como fulana sai, indo junto nas reuniões.

A presidente do CEA tem fluência verbal e uma construção de pensamento capaz de “*enredar*” seu receptor, seja pelo raciocínio, seja pela confusão de temas que aborda numa fala que construiria um parágrafo, ou quando relaciona questões ambientais, com planejamento familiar, a outras, relativas à administração do galpão de triagem e suas relações familiares. Ela tem uma competência própria para “*fazer uma história.*”

As palestras que eu faço eu vejo como as pessoas ficam escutando até o final. Ninguém mais fala estas coisas. Todo mundo centra muito nas estatísticas: 1995, 1996. Tem que ter, mas tem que ter ação também. Eu não sou daquelas pessoas que apontam os números, sou a pessoa que faz com que os números diminuam. Eu digo a mesma coisa na mídia [...]. Acho que é a minha postura. Não tem aquela coisa de preparação [...]. Tudo é muito natural em mim. Acho que isso vem da vontade de querer. Nada pra mim tem barreira. Absolutamente nada. Tem muita coisa boa aí [...] mas hoje elas estão escondidas atrás do medo, da falta de apoio, do medo de não conseguir. Tem que meter o peito na água. Se tiver uma barreira tem que dar uma recuada até esperar o momento de abraçar de novo.

É como ela se vê que gostaria que todos fossem: fortes, visionários, predestinados, trabalhadores, incansáveis, atentos, comunicativos, fazedores de colagens dos discursos dos outros. Talvez aí resida o fascínio que exerce entre uma diversidade de interlocutores, captura-os quando se apropria dos seus próprios discursos.

Eu tenho essa força que vem de Deus, essa crença, essa fé. Eu sou diferente. Eu me considero diferente. Eu consigo enxergar coisas [...]. Eu sou muito atenta. Eu leio, vejo televisão, pra aprender coisas. Procuo me centrar, converso com as pessoas que sabem mais do que eu. Escuto palestras, vou a seminários. Tudo isso eu vou tirando um pedacinho daqui, um pedacinho dali, e isso foi me abastecendo de conhecimentos. É aquele negócio, quando tu quer fazer show [...].

Para a filha e coordenadora do Centro Cultural, a mãe é “*uma pessoa muito iluminada*”, mas carece de treinamento para poder explorar melhor seu dom discursivo, o que é apontado pela filha como uma crítica.

A mãe é uma pessoa que tudo que foi conseguido até hoje foi 80% graças a uma luz que ela tem. Ela é realmente uma pessoa muito iluminada. Às vezes a gente tá numa dificuldade enorme, e por uma coincidência se abre uma porta

que eu fico embasbacada. Agora o CEA chegou num estágio que hoje falta pra ela um treinamento de organizar desde a fala até a agenda. Ela faz as coisas muito intuitivamente. Ela não é uma pessoa que recebeu um treinamento [...]. Quando ela tá na mídia, as coisas poderiam ser mais claras verbalmente. Ela fica tão aflita em passar a informação que ela se perde, e às vezes tem coisas que poderiam ser melhor informadas. Mas é uma questão puramente técnica. Acho que a mensagem principal ela passa. Mas me dá uma aflição [...]. Poderia ser melhorado. Mas acho que ela não vai querer fazer cursos nenhum. Vai continuar intuitivamente. Ela pode não ter organização do raciocínio, mas é superdotada. O que tu perguntar ela sabe. Ela é tão rápida que a gente se perde. Eu não consigo acompanhar. O modo de ela trabalhar não me serve.

Para o professor e educador popular, a líder do CEA é “*uma agente de comunicação inteira*”, já que é uma interlocutora perspicaz nos vários campos sociais e com a diversidade de sujeitos sociais com os quais interage, a partir de um discurso maleável, baseado nos pilares do gênero, da etnia e da exclusão social.

Tu faz meia pergunta e ela toma conta. Ela soube capturar a linguagem dos agentes de mediação, soube capturar o entrevistador, o padre, o poder público. Camaleonicamente. Ela não é maquiavélica, é inteligente, esperta, perspicaz [...] Quando ela vai no DMLU, ela sabe até onde deve pedir, até onde deve cobrar, até onde tem que se independizar. Com a Themis ela sabe trabalhar com assessoria para as Promotoras Populares. Com a GTZ ela sabe como tem que fazer o formulário pra preencher empréstimos e viagens e não sei o que mais. Ela é uma pessoa que sabe usar as palavras adequadas conforme o contexto, o interlocutor. A entrevista que eu vi este ano de 2003 na TVE é muito claro assim: mulher, negra, explorada, periferia, lixo e tal. Ela faz uma lógica dedutiva das condições de exclusão. E depois, pra frente, positivo, luta, organização, circulação, e fecha dizendo assim: a reciclagem do lixo é uma reciclagem de todos nós. Nós temos que nos reciclar pra entender esta mulher pobre, negra [...] Então ela tem um aparato que ela soube filtrar. Ela cumpre um papel extremamente importante. Ela olha pra câmera, tem voz de palanque, tem gestualidade, tem jogo de cena, sabe rir, sabe afirmar. Tem uma corporeidade. Uma agente de comunicação inteira.

A presidente do CEA confirma a fala do professor e educador popular sobre a forma como se constrói sua articulação com os discursos dos sujeitos dos campos sociais com os quais o CEA busca parceria e apoios.

Eu não nasci assim. Claro que eu tinha todo um perfil de observadora, ficar olhando as coisas, querer aprender. Cada reunião que eu vou eu degusto elas. Observo as pessoas, vejo como falam, o que faz, onde é que ele vai, como conseguiu. Bom, se ele foi eu também posso.

Na sua fala se revelam as astúcias comunicacionais e políticas que usa. Seu ethos, um jeito de ser que inaugura uma nova forma de ser liderança

popular, apropriando-se dos jeitos de ser e não ser de outros sujeitos, mesmo daqueles diante dos quais posiciona-se contra. Como um ser de comunicação. Para o professor e educador popular,

Ela é um ser de comunicação sim, mas é um ser que se comunica muito bem pra fora, e acho que [...] ela filtra a informação interna. Ela não revela as idiossincrasias, as personalidades, as contradições que são absolutamente normais em qualquer grupo humano. Esse contraditório interno ela encobre e joga pra frente. A comunidade das mulheres, as negras. E aí ela sabe encontrar articuladores [...] Ela usa o princípio que eu acho extremamente interessante: o que é que eu vou levar nisso. Então GTZ sim, Promotoras Populares sim, PT sim, Igreja sim, universidade sim, empresários sim. A cada um eu mostro que eu sou mais dinâmica, mais organizada. Sabem que eu tenho necessidades. Há uma carência, há um problema econômico, há uma pobreza. Ela sabe usar isso como uma força catalisadora de doações, de empréstimos, de matéria-prima. Na discussão ela faz a crítica quando sabe que pode fazer. Se nós acenarmos com algum retorno pra ela, seja econômico, político ou de visibilidade, ela não tem por que não vir aqui.

Para o ex-diretor B do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), ao buscar tantas parcerias, M. (líder do CEA) acaba tendo que fazer concessões, o que faz da sua atuação enquanto líder comunitária se caracterizar pela complexidade e contradição.

Acho que ninguém se relaciona com todos sem fazer concessões [...] É um equilíbrio difícil esse que ela trabalha. Ela trabalha no fio da navalha, sempre. Na sua própria fala ela tem um ideal, um objetivo, que é fazer conquistas para as pessoas excluídas. E ela entende que essas conquistas têm que ser arrancadas de todos os jeitos possíveis. Ela aproveita bem o fato da oposição enxergar nela uma possibilidade de se inserir no meio da pobreza. Ela é muito cortejada por partidos da oposição. E acho eu ela lida bem com isso. Ela não rejeita, retira o que pode, dá um sinal de que pode ser, mas acho que nunca foi. Ela lida bem com estas questões [...] Ela seduz como uma menina que sai com o cara. Sempre dá a ideia que um dia pode rolar alguma coisa. Mas nunca rola. Mas nunca diz que não também. Acho que ela consegue fazer esta relação. Até hoje, desde que eu conheço ela, eu nunca vi nada que diga que ela não está do lado do bem. Minha visão dela é de uma pessoa do bem.

Uma das habilidades da líder é saber captar elementos para compor seu discurso e fazer conexões apropriadas às necessidades do interlocutor. É desta forma que ela percebe a “culpa social” de determinados setores, por exemplo, e se apropria para criar legitimidade. Conforme afirma o professor e educador popular,

Ela é determinada. Ela aprende rapidamente. Ela vai capturar informações, palavras, expressões que forem úteis para seus desejos, pros seus projetos. Ela se forja. Não é que a coisa está dada. Ela tem certamente uma habilidade.

E ela soube descobrir as conexões. Ela soube ler o papel da sua imagem. Ela sabe que quando ela vai ao governador ele vai enxergar ela como mulher pobre e negra. Ela vai na mídia [...] o que ela disser, é como se ela fosse catalisadora de uma culpa. Ela está legitimada porque ela representa uma somatória de carências. Imagina, depois de falar com uma pessoa como ela no galpão, eu, puxa, falei com uma pessoa que seria objeto de estranhamento, ou do rejeito, da sobra, ela me olhou, e falou. Eu não preciso fazer mais nada, ela vai fazer. Ela capitaliza.

Para o Irmão marista, um admirador confesso do trabalho da líder do CEA, ela realiza a utopia do projeto dos galpões de triagem em Porto Alegre, soma para um projeto que é seu, mas não soma com projetos sem uma troca. Na linguagem popular, é o tipo de líder que “*não dá ponto sem nó*”. Ao mesmo tempo tem presença de espírito, é convincente e não explora midiaticamente divergências com o poder público.

Se ela botasse na mídia a luta dela com o PT [...] e olha que a tentação foi grande. O Barrionuevo pagava o que ela quisesse pra botar na mídia as brigas dela com o PT. E ela nunca deixou. A questão do espetacular [...] Ela é apaixonada por esta questão. Ela poderia se candidatar, e agora um candidato a prefeito de Porto Alegre queria fazer dela candidata a vice-prefeita de Porto Alegre. Andaram atrás dela, me telefonaram para convencer a M. (líder do CEA) de aceitar. Ela não se deixa. Diz: ‘Meu trabalho não é esse [...]’ ela está acima da média [...] de repente ela cruza com um médico numa conferência e diz o senhor é médico? Eu também sou médica. Sou médica do planeta. E aí vai. Ela diz que na Vila tem mulheres que tem pedras nos rins, e que isto destrói uma família. E vai. Tudo somado. O médico garante duas vagas por mês ou por ano pra tirar pedras dos rins de mulheres da Vila Pinto. Tudo de graça. Ela não bota prego sem estopa. Isso é impressionante. Em colégios, aqui e ali, dentro dos objetivos dela ela não faz trabalho só pra fazer. Ela sempre tem presente o bem daquele povo da Vila dela e o projeto dela. Sempre foi o sonho dela. E aí ela nunca se sujeita ao pessoal que vem de cima, para eles, em cima dela, faturar. Eles têm que vir executar o projeto que ela tem com as mulheres dela lá. Se eles vierem pra somar tudo bem. Agora se eles vem querer tirar partido, longe dali. Eu realmente sou um grande admirador dela.

O professor e educador popular observa que a presidente do CEA exerce uma teatralidade no seu jeito de ser. Para ele,

Ela sabe o que é bom pra nós, pras nossas consciências. Ela não é mais das carnes, já é da estratégia [...] Ela não tem a coisa reflexiva, processual. É contraste. É antes e depois. O milagre do centro dela, o milagre da intervenção dela, das assessorias que ela capitalizou. Eu sinto que aí está a esperteza. Eu já cansei de ouvir ela, tantas vezes, é a mesma coisa, sempre. É muita mesmice. Ela não põe um novo que pode ser mais reflexivo, mais da indagação [...] Ela profissionalizou a situação [...] Se hoje ela está independente do poder público, amanhã ela pode estar lá. O camaleão tá lá e vai fazer. A razão da

pobreza, segundo ela, justifica qualquer ação [...] É uma ética fantástica a dela. É uma ética que eu represento um grupo de excluídos, então não vai ser a ética de um fim único, de um princípio único. O meu princípio é ser oportunista, porque na ponta os beneficiários estão excluídos. Então essa circulação, essa esperteza [...] o fim é social. Obviamente ela tem um ganho privado.

O professor e educador popular se questiona até que ponto estar na mídia, trabalhar a imagem, não acaba desestimulando a autocrítica. Na sua análise, a líder está perdendo o *“tempero do contraditório”* que o vivido dá. A visibilidade midiática modifica a líder, que se torna um *“produto da mídia. Ela está comercializada como a líder da Vila Pinto. A líder das mulheres negras, papeleira. Acho que ela está perdendo o tempero, do contraditório, do vivido.”* Mesmo tendo claro que o posicionamento da líder do CEA gera dependência interna ao invés de autonomia, o professor entende que há uma *“prontidão para agir em nome de seu grupo”*. Para o professor, ela explicita seus princípios e estratégias para o grupo, mas para o público externo criou

um mecanismo que é autojustificado em nome de legítimas questões sobre pobreza, sobre exclusão social, sobre racismo, sobre lixo. Essa ideia de lixo sempre é contundente. Pra mim está faltando agora uma parada: quem me seguirá.

Ou seja: quem são os seus pares e as outras lideranças dentro do CEA.

Um dos líderes do Movimento Nacional dos Catadores de Resíduos Sólidos, separador do galpão de triagem da Cavahada e ex-presidente da Federação das Associações de Resíduos Recicláveis do RS, afirma que a líder do CEA *“é uma pessoa muito esperta”*. Os dois têm divergências históricas, muitas dela desembocando na mesa do ex-diretor do DMLU B.

Eu não utilizo o nome CEA, utilizo o nome dela. Ela é coordenadora, mas é a pessoa que manda mesmo. É do jeito dela e não tem outro jeito. As pessoas que vão contra são tiradas fora. É ela. Ela é uma pessoa muito esperta, muito guerreira, sabe o que quer, tem uma visão ampla, empresarial e tal, conhece muito bem o povo da periferia, sabe quais são as necessidades, e usa isso na sua imagem pessoal. Hoje ela já tem casa, ela tem carro – não é do ano mas é quase –, enquanto que os companheiros dela, os catadores, no caso, não têm nada [...] Cada discussão que a gente tem ela leva uma posição. Ela fala tanto que ela mesma se contradiz na própria palavra dela.

Além de considerar a líder do CEA autoritária e contraditória, o líder do Movimento Nacional dos Catadores de Resíduos Sólidos, diferente do professor e educador popular, afirma que a visão da presidente do CEA é *“empresarial”*, individualista, mas admite que a estrutura física é invejável, apesar de tecer críticas administrativas.

Conseguiu aí [...] como ela diz [...] um Centro Cultural [...] tá certo que não funciona [...] ou funciona e não é tudo aquilo que ela diz [...] A questão é bem empresarial mesmo. Não se preocupa com a pessoa, se preocupa com o lucro. Então eu pego e olho pra ela mesma e vejo: é uma empresária. Não é só a visão. Ela é uma empresária. Pensa só nela. Pensa só na questão mais valia, e lucro, e gastar pouco. Usa bem o que as pessoas estão necessitando pra se promover ela própria. Sabe onde vai. Buscou várias assessorias. Têm várias pessoas que já apoiaram por conhecer o projeto dela que é lindo, é maravilhoso. Eu chego lá, me encanto em ver aquilo. Uma grande estrutura, tudo lindo, limpinho, organizado, não tem nada fora [...]. Uma visão linda, maravilhosa, só que quem conhece realmente a estrutura pode que existe não acha isso [...] A forma administrativa. Ela não conseguiria coordenar tudo sozinha porque ela ia enlouquecer. Então ela puxa a filha, o marido [...].

Por outro lado, a líder do CEA afirma que

o pessoal da Cavahada não socializa muito as coisas [...] Não tem uma relação com a comunidade. A gente tem um diálogo muito aberto. Toda essa intimidade [...] Tem uma série de outras coisas que os outros galpões não acreditam.

Os fragmentos discursivos dos dois explicitam os conflitos entre os galpões, protagonizados principalmente por um embate entre lideranças do CEA e do galpão da Cavahada. O CEA diz: nós não somos individualistas, eles são. Nós socializamos as coisas, eles não. Mas tudo isso os outros galpões não acreditam. Uma liderança da Cavahada tem o mesmo discurso da líder do CEA: eles são os individualistas, nós vivemos socialmente, dividindo igualmente nosso salário, sem regalias. Eles fazem festa, mas no final do mês, tudo é cobrado e eles ganham menos ainda. Pode-se afirmar que as tensões sejam decorrentes de diferenças de matrizes políticas e subjetivas. No entanto, as críticas tecidas interna e externamente ao papel de liderança do CEA não deixam dúvida quanto à força da liderança que ela exerce, no CEA e na comunidade da Vila Pinto.

Observamos que as principais matrizes culturais que intervêm na formação da líder do CEA são a subjetiva, cidadã-comunitária, socioeconômica e comunicacional-midiática.

A matriz socioeconômica está na origem social humilde da líder do CEA, também uma excluída social, na formação da associação em torno do galpão de triagem de resíduos sólidos como alternativa de trabalho e renda, assim como na sua vontade de “*ganhar em dólar*” no futuro. Outra manifestação dessa matriz se dá quando disputa espaço com outros galpões de triagem, encarados mais como concorrentes que como companheiros na luta pela inclusão social.

A matriz cidadã-comunitária surge na promessa feita para a avó quando sai do Alegrete rumo a Porto Alegre (*“eu prometi para a minha avó que traria todo mundo para cá”*), quando faz um compromisso pessoal de buscar alternativa de trabalho para a comunidade da Vila Pinto, especialmente centrada nas mulheres, a fim de que deixassem de ser refém dos maridos e dos traficantes. O compromisso com a Vila Pinto acompanhou a trajetória da líder do CEA e a fez mudar o rumo profissional da sua vida, abrindo mão das ofertas de cargos políticos feitas continuamente por diferentes partidos. A líder do CEA tem uma convicção pessoal que está predestinada a cumprir uma missão na Vila Pinto, que é fazer do CEA o que sonhou, o que projeta para finalizar até 2006. Para isso, faz parcerias com quem acenar apoio para a execução do projeto CEA. Ela *“trabalha no fio da navalha”*, fazendo concessões e desenhando uma trajetória de líder comunitária contraditória ao colocar-se como portadora de um discurso contra-hegemônico, ao mesmo em tempo que faz uso também de práticas hegemônicas dominantes. Sua força como liderança acaba gerando dependência interna e pouca autonomia da parte dos associados, que ainda não acenderam para a condição de sujeitos sociais.

A matriz comunicacional-midiática começa a ser exercida quando ela vira *“artista”*, *“cantora”*, quando *“armava barracos”* pela disputa por um primeiro lugar. Hoje podemos perceber essa matriz sendo movimentada quando nos diz que com *“o que tu disser sou capaz de fazer uma história”*. A matriz midiática chega a se confundir com a matriz religiosa quando na mídia e nas reuniões semanais internas do CEA afirma a necessidade de ter *“fé”*, ou quando afirma em entrevista: *“eu tenho esta força que vem de Deus, essa crença, essa fé”*. Quando interage com o outro, a líder do CEA enreda o receptor no seu discurso fluente, nas suas histórias interessantes, na sua forma não óbvia de observar a realidade que a cerca. *“Eu leio, vejo televisão pra aprender coisas [...] converso com pessoas que sabem mais que eu. Escuto palestras, vou a seminários [...] Vou tirando um pedacinho aqui, um pedacinho ali [...] é aquele negócio quando tu quer fazer um show”*. Como foi denominada, a presidente do CEA é *“uma agente da comunicação inteira”*, capaz de ofertar fluxos reversos de informação. *“Tem voz de palanque, tem gestualidade, tem jogo de cena, sabe rir, sabe afirmar, tem uma corporeidade.”* Ela é teatral, performática, comunicadora estrategista, que se encaixa nos valores do campo midiático por ter incorporado as lógicas do campo jornalístico. É de interesse deste campo midiaticizar o tipo de imagem que a líder do CEA construiu de si mesma, como veremos noutro capítulo.

A matriz subjetiva predomina quando reconstruímos a trajetória de vida da líder do CEA. Seu relacionamento com a avó foi determinante para a construção da sua identidade pessoal, que desembocou na construção da identidade coletiva do CEA, que tem suas marcas fortemente presentes, a ponto de uma e outra se confundirem. O CEA é o galpão de triagem da líder. Já

adolescente ela “*armava barracos*” para conseguir o que queria, característica que permanece no jeito de ser e agir dela atualmente. Ela conseguiu ofertar na Vila outra fonte de renda a partir do trabalho com resíduos sólidos. Hoje o CEA constitui-se uma alternativa de trabalho e renda. Ela é a “*grande mãe*”, “*protetora*”, “*exigente*”, que “*cobra resultados*”. É “*batalhadora*”, “*guerreira*”, como afirmam diversos associados do CEA. Desde adolescente ela quis “*ser diferente*”, e como uma guerreira não mediu esforços, persevera e luta para alcançar seus objetivos, mesmo organizando-se intuitivamente. Segundo ela “*tem que meter o peito na água*”, “*consigo enxergar coisas*”, “*sou muito atenta*”. Assim, a líder do CEA desempenha sua função com autonomia plena, muitas vezes atropelando os interesses do grupo, não ouvindo seus apelos escondidos no silêncio das reuniões. É que ela quer ser “*insubstituível*” e tem planos para o futuro que não são pouco ambiciosos: ela quer ser consultora internacional da Fundação Ford. E para isso ela constrói-se como liderança cotidianamente, observando atentamente como falam outros líderes, seus interlocutores, o que fazem, como agem, como negociam. A ansiedade de persuadir seu interlocutor, no entanto, faz seu discurso ser caótico muitas vezes, como foi para a pesquisa, mas nem por isso menos interessante e rico de experiências. Perspicaz, intuitivamente ou não, ela ludibria o interlocutor muitas vezes. Inclusive quando se coloca como portadora de uma tríplice exclusão: mulher, negra e pobre, que surge para cobrar uma “*culpa social*” incorporando o discurso ambientalista tão em voga nos diferentes campos sociais, especialmente no campo midiático, sempre a procura de renovar seus discursos com novas fontes, que são melhores quando já incorporaram as lógicas do campo jornalístico. Como a líder do CEA é perspicaz, obviamente ela já incorporou essas lógicas, como poderemos observar em capítulo específico quando abordaremos essas questões. Ela mistura matrizes subjetivas e socioeconômicas em que coloca o discurso da exclusão na sua pele de “*gente que faz*”. Assim ela se legitima, na “*soma de carências*” que representa para uma sociedade ainda carente de outras “*gente que faz*”. Ela “*sabe ler a sua imagem*”, e se aproveita desta percepção para construir-se para o outro nas interações midiáticas, assim como nas interações comunicacionais externas e internas.

Em relação à legitimação do líder no grupo em que atua, para Weber (apud Ricouer, 1986), logo que surge uma diferenciação entre o corpo governante e o resto do grupo, o corpo governante tem, simultaneamente, o poder de chefia e o poder de fazer cumprir a ordem por meio da força. Nenhum sistema de chefia governa apenas pela força, pelo domínio, mas pede o consentimento e cooperação dos governados. O chefe quer que seu poder, que sua autoridade, seja legitimada pelo consentimento e cooperação do grupo. O papel da ideologia (esta entendida como o sistema cultural construído dentro do grupo) é legitimar a autoridade. Ou seja, o sistema cultural do grupo serve

como código de interpretação que assegura a integração, e, assim, a autoridade no grupo em questão. Dessa forma, a pretensão de autoridade do líder entra em tensão, em negociação (que corresponde ao nível de comunicação) com a legitimação da autoridade por parte do grupo, tendendo a pretensão de autoridade a ser maior que a legitimação autorizada pelo grupo. O poder do líder se fundamenta na crença do grupo no poder do líder.

Como pudemos observar no discurso da líder do Centro de Educação Ambiental Vila Pinto, essa crença é sustentada sobre seu próprio poder, que ela fundamenta na sua experiência de vida, na aura que constrói sobre si com a ajuda das “*coordenadoras*” familiares. Uma aura de chefe matriarcal (em que encarna a matriz subjetiva construída na relação familiar que teve com a avó), que socializa. Mas socializa mais o trabalho que os frutos, porque criou hierarquias de poder e de ganhos dentro do CEA, a exemplo de qualquer empresa inserida no sistema capitalista. A contradição está em contrapor-se discursivamente a esta lógica e fazer uso dela na práxis. Ou seja, observa-se uma contradição entre discurso ideológico e ação ideológica. Ação e discurso não estão integrados, o que diminui a força ideológica da líder, desconstruída dentro do grupo por aqueles que percebem essa contradição. Mesmo aqueles que percebem as contradições mantêm-se no grupo, subjugados pela necessidade primária de subsistência, mais do que pela ideologia do projeto. O CEA constitui-se com muito mais intensidade um projeto pessoal da líder que se socializou do que um projeto social, surgido a partir de um grupo que se organiza, participa com viva voz da gestão e dos rumos da ONG. Desde o início, é ela e não um grupo de mulheres que organiza e impõe as principais matrizes ideológicas do CEA, após receber a primeira formação como Promotora Legal Popular.

A presidente do CEA pede sempre mais crença, fé na missão para a qual se diz predestinada, e recebe o aval silencioso do grupo que ainda não acendeu para a condição de sujeito, no sentido que nos é dado por Touraine, até porque a rotatividade de associados pode ser considerada grande, não facilitando a participação ativa dos associados. Mas, mesmo entre aqueles que estão há mais de três anos no CEA, não se percebe que tenham criado uma relação transparente. O pedido de sempre mais crença no projeto e na liderança expande a mais valia, o capital simbólico da líder, o seu poder. Trata-se de um “*contrato social*” entre a líder e o grupo, que se explicita nas suas gramáticas discursivas. Esse contrato social é fundado na negociação simbólica, de sentidos, portanto, em que as falas das entrevistas explicitam em que termos está se dando esta comunicação interna, com seus conflitos específicos, e quais matrizes culturais estão fazendo emergir. Não deixam também de explicitar os conflitos com outros campos sociais com os quais o grupo interage.

Para Ricoeur (1986), a ideologia ultrapassa a integração (neutra) para atingir a distorção (para legitimação da autoridade, do domínio de um sobre o outro). A ideologia tenta assegurar a integração entre a pretensão de legitimidade e crenças, é o que faz justificando o sistema de autoridade existente. A ideologia funciona como mediadora da legitimação, e neste papel mediador integra o grupo ao legitimar o líder, e também distorce sentidos para se dar a própria legitimação. Para Ricoeur, a ideologia tem a função de preservar uma identidade grupal ou individual, enquanto a utopia tem a função oposta: abrir o possível. A ideologia tem a função de preservação, conservação, a utopia tem a função de transcender, criar o novo. Pensar a dinâmica entre elas é pensar como os grupos sociais vão se oxigenando. Essa dinâmica pode ser observada na utopia da líder de que o CEA continue sua trajetória sem ela, dando lugar a novas lideranças, e a contradição desta utopia com a ideologia que a própria líder vai fazendo crer a cada uma das suas falas, sobre ser insubstituível.

A ideologia é distorciva na medida em que legitima uma pretensão de legitimidade via “*acréscimos*”, motivações à crença espontânea. A ação e o sujeito dão sentido um ao outro no agir. Assim, a ação e a representação da ação se dão simultaneamente. “*um aspecto essencial da constituição da ação é que ela deve ser significativa para o agente*” (RICOEUR, 1986, p. 327). A ação faz sentido para o sujeito e para o grupo em que ele se insere, é, portanto, de natureza subjetiva e intersubjetiva. A líder do CEA orienta sua ação para o grupo a partir de um elo emocional. A líder é a “*mãe*”, legitima-se como a conselheira dos valores familiares, aquela que cobra e dá oportunidade, mas que exige como retorno a confiança em seu poder, a crença. E ela está legitimada pela sua trajetória, reconhecida nos âmbitos locais, regionais, nacionais, transnacionais. A lealdade à líder é a crença na sua legitimação, o que a autoriza para a ação de liderar o grupo.

A função da ideologia é angariar lealdade a um sistema simbólico/de ação social, referente a uma instituição que quer se legitimar via valores simbólicos, segundo Ricoeur. O laço social é o elo contratual, a sensação de comunidade de pertença, o que está por sua vez relacionado com a identidade do grupo – conexão social. Para Weber, a ordem refere-se à imposição de regulamentos de ordenação dos seres humanos pertencentes a um grupo social, que tem sua legitimidade reivindicada pela exigência de cumprimento por parte da autoridade/líder do grupo. O respeito à ordem se dá quando o sujeito percebe-se pertencente a tal grupo social. Ao cumprir a ordem, a legitimamos. Obedecer às exigências impostas é legitimá-las. Ser leal à ordem estabelecida/às regras do grupo é legitimar sua ideologia, seu sistema simbólico. Portanto, na ideologia está em jogo a legitimação de um sistema de autoridade, segundo Ricoeur, já que, quando há credibilidade no sistema de poder (reconhecimento), há lealdade à ordem estabelecida pela autoridade. Reconhecer a autoridade do

outro é estabelecer um contrato social, simbólico. A legitimação do discurso do outro é a legitimação dos seus sentidos. Quando há probabilidade que o grupo seguirá as ordens é porque há dominação. Nesse sentido, Ricoeur afirma que, quando as pessoas querem um líder, a democracia está morta.

Se em Marx a ideologia está no sentido de distorção, e em Weber no sentido de legitimação de um sistema de ordem ou poder, para Hall são referenciais que as diferentes classes e grupos sociais empregam para dar sentido ao funcionamento da sociedade. Já Ricoeur compreende a ideologia enquanto algo tomado como realidade autônoma, que fornece guias, modelos ou paradigmas para a construção da experiência, a partir da relação entre interpretação e ação. Em Geertz, autor ao qual Ricoeur se aproxima, encontramos a ideologia como integração, relacionada à questão da identidade. Para esse autor, a função da ideologia é preservar a identidade de um grupo ao longo do tempo. Em Geertz, via simbolização, qualquer coisa pode ser distorcida, no que se encontra o processo de legitimação. A atitude principal é a conversação, atitude interpretativa, em que intervêm os valores. Assim, a ação simbólica de conversar, comunicar é ideológica por natureza. Os discursos de cada sujeito social comunicam suas ideologias, marcas onde encontramos as matrizes culturais que as forjam. Geertz entende a cultura como um processo semiótico. A linguagem é ação simbólica, como a própria ação em si. O pensamento consiste na construção e manipulação de sistemas de símbolos, os quais fornecem padrões culturais (programas que fornecem bitola ou matrizes para organizar os processos sociais e pessoais). Portanto, para Geertz, os símbolos “*simbolizam*” no sentido de que medeiam sentidos. A ideologia é “*participativa*”, na medida em que requer a identificação do outro com o sistema simbólico proposto, e desta forma integra o sujeito numa comunidade simbólica, que partilha ideias, ideais, imagens, sonhos, conflitos.

A ideologia integra o grupo (cria identificação – o que não quer dizer que não há tensões e conflitos) no espaço (do trabalho, onde se encontram) e no tempo (memória dos acontecimentos, da fundação do grupo, celebrações, festas etc.). Os processos integrativos se dão a partir da linguagem, cultura, nação, comunidade, grupo social (ONG, associação etc.). Os processos integrativos internos, no entanto, se abrem para a integração com outros processos integrativos do exterior do grupo social. E é esta abertura que dinamiza sua transformação.

Mas, ao analisarmos as reuniões do CEA, observamos também “*fechamentos*” internos, tanto por parte dos sujeitos que ocupam a posição de separadores como também por parte dos sujeitos em posição de liderança. Os rituais das reuniões do CEA podem ser considerados como momentos de fortalecimento do poder/momentos de legitimação, momentos “*ideologizantes*”,

por meio dos ensinamentos da líder, os quais se referem a aconselhamentos – comunicam o “*como fazer*” para o sujeito continuar integrado ao grupo.

Durante as reuniões semanais observamos conflitos relativos à falta de autonomia dos sujeitos do grupo na apropriação dos recursos de informação. Se a autonomia para lidar com a informação não for exercitada democraticamente dentro de uma organização, pode-se dizer que esta não é uma organização democrática. Negar-se a falar do outro é negar a sua ação comunicacional, não educar para o desenvolvimento da fala do outro não deixa de ser uma forma de excluí-lo de participar dos discursos sociais. Trata-se de uma falha na gestão dos recursos informativos internos da organização social em causa.

b) Das interações comunicacionais com a comunidade

Diferente dos campos sociais, que se referem a universos simbólicos formadores de campos de saber específicos, entendemos a comunidade aqui referida como o meio ambiente societal próximo, em que se dão as relações cotidianas – âmbitos local e regional. Trata-se de um ambiente intermediário entre os grupos sociais primordiais e o sistema social global. No meio ambiente da comunidade interagem subjetividades, grupos e campos sociais. Assim como os campos sociais, a comunidade constitui-se em um espaço de intersubjetividade. No entanto, nos campos sociais, o grau de interdependência entre seus membros e os quadros simbólicos que organizam a experiência tendem a ser mais específicos. Para compreender as matrizes culturais mediatizadas pelo CEA, “*vasculhamos*”, além das interações comunicacionais internas, as interações comunicacionais externas, a partir das interações comunicacionais com a comunidade local, com a comunidade regional. Incluem-se como interações comunicacionais externas aquelas que se dão com o campo social dos movimentos sociais e com o campo social institucional governamental.

A interação do CEA com a comunidade local

Falar da interação comunicacional do Centro de Educação Ambiental com a Vila Pinto é abordar o CEA como oportunidade de trabalho e renda, de recuperação da autoestima, da possibilidade de aprender mais, enfim, de reconstrução da identidade. Como mulher que se sentiu discriminada por morar na Vila Pinto, uma das separadoras conta que

se não tivesse o CEA e se não tivesse a reciclagem, não sei o que ia ser das mulher daqui da Vila pra trabalhar. Porque muitas mulheres são discriminadas, porque são mulher de carroceiro, mulher de bandido, de assassino. Eu senti, fui fazer uma ficha [...] já fiz várias fichas em tudo que é lugar e não me chamaram até hoje.

Para um dos moradores da comunidade que conseguiu uma vaga de trabalho no CEA, o galpão de triagem de resíduos sólidos da Vila Pinto representa ganhos que vêm do trabalho em uma associação da qual ele se sente parte importante, tanto na associação como para a sociedade.

Aqui a gente ganha. Só que, pra ganhar, a gente tem que produzir. Isso aqui não é uma empresa. É uma coisa pros associados. Como eu, eu sou um associado aqui dentro. No momento que eu tiver lá fora já não sou nada [...] Porque mexer com lixo e material que chega cheio de química. Bah! é um orgulho! A gente tá limpando a população, a sujeira que tá lá fora. É uma coisa que a gente vem aqui pra dentro a gente toma conta de tudo. A gente limpa, recicla. Se a senhora vê o serviço que eu faço, a senhora vê o que é o esforço da gente.

Ex-carrinheiro, hoje ele orgulha-se de ser “caqueiro”, de poder participar de um grupo de trabalho, que ele considera uma família. *“Lá fora a gente é uma família só que uma família separada. Já é diferente”*. Mesmo fazendo parte da comunidade da Vila Pinto e tendo familiares trabalhando dentro do CEA, antes de ser associado, ele não entendia o projeto. Foi trabalhando no CEA que despertou sua vontade de participar de uma identidade coletiva. Hoje ele é um assíduo participante das reuniões internas do CEA e de outras que acontecem na Vila Pinto. Na sua fala, ele demonstra ter incorporado o projeto pela incorporação do discurso da presidente do CEA.

Quando eu entrei aqui eu vi [...] Como a nossa presidente fala: tu tá aqui dentro e quer entender o que é isso aqui, tem que assumir isso aqui. Senão não vai entender nunca o que é esse projeto. E é verdade [...] Vou vendo que a cada dia que passa as coisas melhoram aos poucos [...] Tem colegas meus que pensam: ‘tô lá dentro porque preciso’. Então tu não tá lá dentro [...] Eu tô aqui dentro porque eu quero, participo, e quero participar do projeto que tá acontecendo aqui dentro.

Uma das coordenadoras, que tem 12 dos seus 40 anos vividos na comunidade da Vila Pinto, conta que as relações conjugais mudaram depois que começou a trabalhar no CEA, e hoje se sente recompensada por trabalhar na unidade de triagem, onde ganha um salário de R\$ 300, 00 por mês⁶³. Ela conta que, como diarista, levava para dentro de casa a laranja, a banana, a batata.

Depois que eu vim pra cá, passei a ganhar por mês. Daí passei a comprar coisas grandes, armário, guarda-roupa, pia, mesa. Meu marido já ficou: Opa. Já não tá comprando só batata. A nega já tá [...]. Eu cresci muito como mulher, como pessoa, como mulher [...] Meu marido ficou meio [...] mas agora ele já aceita como eu sou [...] no fundo, no fundo ele sabe o que foi o CEA na vida de todos nós, o que tá sendo, o que vai ser. Sabe do grande orgulho que eu tenho

63 Valor relativo ao início de 2004.

disso aqui, da diferença que vai ter isso pros nossos filhos, pros netos, enfim pra toda comunidade. Mas os homens não gostam muito de admitir.

Ela reconhece o valor que o galpão representa como fonte de renda fundamental na Vila Pinto, mas, para ela, que perdeu um filho assassinado por estar envolvido com drogas, o Centro Cultural é o que está acontecendo de mais importante. A construção do Centro Cultural representa uma estratégia do CEA para aproximar-se da comunidade, mudando a imagem de “lixão”. Para a coordenadora, a oportunidade de educação que o Centro Cultural representa significa a possibilidade de um futuro diferente para os outros cinco filhos e cinco netos.

O Centro Cultural vai fazer com que essas crianças saiam da esquina. Não se tinha nada aqui na Vila, ninguém oferecia nada pras crianças sair da esquina. Agora não. Tem computação, escolinha de futebol, ginástica, vai vim, vai vim. Tenho três filhos aqui. Tenho um que fez parte do Ouviravida, que agora faz parte do Blacksul (banda que saiu do Ouviravida), tá tocando há três anos. Por que eu digo que este Centro Cultural é muito importante? Porque eu perdi um filho nas drogas. Faz dois mês e meio que eu perdi um filho de 21 anos que se perdeu nas esquinas. Eu sempre trabalhei, não tem como tu ficar 12 horas com o filho se tu tem que trabalhar quase 12 horas. Então acabou se perdendo. Então o que eu acho. Se tivesse o Centro Cultural, se tivesse tudo isso aqui, talvez ele não tivesse se perdido: 90% de chance de não ter se perdido nas esquinas da vida da Vila Pinto. O Centro Cultural é a melhor coisa que aconteceu nessa Vila Pinto.

Outro valor do CEA para a comunidade refere-se à matriz de sua formação: a meta de diminuir a violência na Vila, principalmente em relação às mulheres, o que foi alcançado, quando se leva em conta que as mudanças aconteceram tanto no território geográfico quanto culturalmente, a partir do olhar de uma das coordenadoras.

A relação com a comunidade já foi difícil. Em sete anos isso aqui cresceu, cresceu. Antigamente, Deus me livre. Saía pra rua após às oito horas da noite não podia sair pra rua. Só mulher de traficante ou mulher que traficava junto. Dona de casa, eu, por exemplo, chegava as seis horas em casa tinha que entrar pra dentro de casa com meus filhos. Deus me livre ir para o armazém. Era tiroteio, assalto nos armazéns, estupro. Aqui, aqui era desova de corpos. Aqui acontecia muito estupro. Aqui onde a gente está. Era um matagal [...] Então mudou muito. O CEA mudou [...] A (líder do CEA) mudou a cara da Vila Pinto. Não ouço falar mais casos de estupro. Acho que ainda existe, meio oculto, mas nada perto do que era antes.

Outra separadora lembra que “*depois que começou isso aqui melhorou a comunidade. Moro aqui desde 1973. Isso aqui tudo era mato. Agora parece uma cidade, uma vila bonita que tá*”. No CEA, a separadora ampliou seus laços de

amizade, e seu trabalho é quase uma forma de lazer. *“Depois que eu comecei a trabalhar aqui, eu me sinto mais amiga das pessoas [...] Aqui a gente conversa com as amigas. O dia passa ligeirinho pra mim”*. Um dos depoimentos mais marcantes sobre o perfil da Vila Pinto no auge da violência é de outra separadora, que vive há 45 anos na Vila. Há seis anos ela se separou do marido, depois de um longo tempo de vítima de violência doméstica. *“Eu apanhava muito em casa. Sempre trabalhei, sempre sustentei minha família”*. Ao longo da sua vida, teve sete filhos. *“Eu perdi quatro filhos. Agora tenho três só. Perdi por causa de violência”*. Depois que se separou, ela teve dificuldade para conseguir trabalho, devido à idade avançada, até que um dia se inscreveu no CEA e aguardou ser chamada. Com o salário que ganha no CEA, ela sustenta dois netos que vivem com ela. Ela conta que, quando começou o trabalho no galpão, a comunidade não aceitava. Para ela, ainda hoje muitas pessoas da comunidade, e mesmo associados do CEA, não valorizam suficientemente o projeto, entendendo-o mais como um trabalho remunerado que como um espaço pedagógico, de construção das identidades pessoal e coletiva, e de construção da cidadania.

A gente acompanha junto, tudo o que passa. A gente faz palestra, briga, lota o ônibus, reclama, a gente faz tudo [...] Eu não sei ler, não sei escrever. Eu não vou usar o computador. Mas os meus neto vão. Então eu tenho que ajudar a preservar pros meus neto amanhã [...] O valor disso é que eu faço parte e a minha família também faz parte. Eles tem aula de computação, de música uma vez por semana. Então eles participam em todos os eventos. Eles se apresentam nos lugar tocando, então eles se sentem muito feliz. Tem flauta doce e canto coral. Eu arrumo espaço pra eles não ficar na rua pra não botar coisa que não presta na cabeça. Então eu sou muito gratificada por isso. Porque aqui eu tenho este espaço [...] Eles vão participar, eu participo junto. Eles saem pra se apresentar eu vou junto, né. Aquilo pra gente é uma felicidade de ver. O que eu não pude fazer pelos meus filhos eu tô fazendo pelos meus netos agora, no fim da vida. A gente só vai pra trás. Eles tão indo pra frente. Então eu me sinto muito feliz. Gosto muito disso aqui. Isso aqui é minha vida.

É essa compreensão que compartilham estes depoimentos que faz com que seus autores se sintam como parte do projeto, e defendam sua importância para a comunidade. A líder do CEA conta que a confiança da comunidade no CEA se dá a partir de um episódio de violência contra sua filha, que lhe custou a visão de um olho.

Os traficantes descobriram que isso era uma forma boa de lavar dinheiro. Eles achavam que eu não era uma pessoa muito comprometida. Acharam que iam fazer um terrorismo e eu ia ir embora. Eu mesma tive vontade de desistir. Não desisti porque minha filha é mais forte que eu. Ela disse: ‘Não mãe, me criei ouvindo dizer que o bem é maior que o mal. Se nós sair de lá, nós vamos tá confirmando que o mal é maior que o bem’. E aquilo foi o divisor de águas aqui. A comunidade, quando viu que eu não desisti, muitas pessoas vieram

me proteger. E nunca mais houve nenhum tipo de violência. Largaram de mão. Hoje eles mesmos cuidam aqui.

Nessa fala da líder do CEA se expressa a relação entre os valores de confiança/desconfiança/proteção: valores simbólicos importantes que ela foi construindo na sua trajetória, que permeiam matrizes do campo religioso (o bem vence o mal) e subjetivas (o pedido da filha para a mãe). A líder, no seu balanço, conclui que muita coisa mudou na Vila Pinto na última década. Até 1995, o Grande Mato Sampaio era um conglomerado de vilas pobres, sem infraestrutura pública: escola de tábuas, sem água encanada, estrada de terra. A cultura era do *“quem pode mais chora menos, amanhã Deus dará.”*

Hoje em dia a gente já fala em expectativa, fala em futuro. Prepara as crianças pro futuro, que é a informática que tá aqui. As mulheres já comparam o casamento com preparo. Isso não existia. Trepo, fez filho, se o cara quiser fica, se não ela vai ser mais uma mãe solteira. Em 88, com a administração do PT e o processo de Orçamento Participativo, a comunidade começou a querer coisa. O pessoal da Vila Pinto cresceu muito, as ruas foram asfaltadas, colocou água, luz, esgoto, o saneamento básico [...] Onde está o CEA, na parte de baixo da Vila se concentrava toda a marginalização. Havia um mato onde as quadrilhas se escondiam. Mas agora as pessoas aqui de baixo tão começando a buscar. Tem o Centro Cultural, as crianças não quebram os vidros, as pessoas têm como seu. A violência tá inibindo. As pessoas começaram a denunciar. Isso não era uma coisa normal. A mulher era submissa. Hoje ela não quer ser mais. Ela começou a ver que é possível, que ela também tem direitos.

Para a líder do CEA, a comunidade começa a reconhecer no CEA um papel pedagógico e que se reflete no exercício da cidadania. Ela acredita que as pessoas pecam por falta de oportunidade, mas, como liderança comunitária, ela se coloca no dever de acreditar na mudança. *“Eu, como liderança comunitária, preciso acreditar que as pessoas podem mudar. São pessoas que nasceram da descrença, da falta de oportunidade. Tenho isso no meu coração que acreditar nas pessoas, que as pessoas podem mudar”*. Ela conta que colocou o filho de um presidiário como monitor e ele perguntou: *“por que eu? Eu disse para ele que ele vai mostrar pras pessoas que o pai dele não teve a oportunidade de escolher entre o bem e o mal. A vila não oferecia nada, e hoje oferece”*. Nessa atitude se explicita a representação que a líder faz do CEA, a qual é recorrente entre separadores que trabalham no CEA, carroceiros, e mesmo entre membros da comunidade, portanto, é parte da imagem que o CEA comunica para a comunidade. A mesma *“oferta de oportunidade”* já se deu noutras ocasiões. A líder conta que já ofereceu a oportunidade de emprego para o irmão de uma associada, que era presidiário, entrar em liberdade condicional. Ele ganhou liberdade condicional, mas não apareceu para trabalhar no CEA. Ao invés disso,

participou de um assalto. O delegado mandou chamar a presidente do CEA e acusou-a de estar soltando bandido.

Se o juiz ou a assistente social reconhece o CEA como um trabalho capaz de reabilitar eles eu tenho obrigação de ajudar. Agora se ele não fez o certo, o problema é com vocês (policiais), não é comigo. A segunda chance eu não posso dar, mas a primeira chance eu tenho obrigação de dar. Eu posso dizer pra família que o que eu posso fazer eu já fiz, e que agora fugiu da minha mão. Todos os bandidos [...] por maior que seja [...] se a assistente social mandar, eu vou dar emprego. Tu acha que depois eu vou ficar olhando eles dizendo: Olha aí a (líder do CEA) não quis dar.

A estratégia de ação comunicacional que ela usa funciona tanto no campo do crime quanto no campo da segurança pública. Conhece os códigos culturais dos dois, e articula um discurso a partir dos códigos de acesso dos dois campos contraditórios, ficando o bandido em débito com ela e o delegado em concordância. Com o apoio dos dois, ela segue o trabalho dela com mais credibilidade, portanto um poder simbólico fortalecido. E o que a líder fez não passou de ação comunicacional: escreveu a carta, respondeu às perguntas do delegado com argumentação convincente. Dessa forma conseguiu bônus dos dois lados em conflito, entre os quais ela foi mediadora. Mesclam-se aqui a matriz comunitária/solidária, e também se explicita a matriz subjetiva-comunicacional.

A coordenadora do Centro Cultural, filha da líder do CEA, é estudante de direito, conta que despertou para o trabalho social lentamente. *“Há sete anos a mãe tava envolvida e eu nunca tinha me interessado. E, no entanto, tinha gente do outro lado do mundo ajudando, apoiando”*. Com o CEA crescendo, ela, por curiosidade, começou a se aproximar incentivada pela mãe.

Sempre tive muito receio de descer pra cá, por preconceito [...] Eu era uma pessoa capitalista. Sempre dizia pra minha mãe: ‘tu faz tantas coisas pelas pessoas’. E eu não vejo ela recompensada, ainda hoje, pelas pessoas da comunidade. As pessoas sabem que é um trabalho importante, sabem que é uma geração de renda que nunca teve na Vila, no entanto a mãe tem uma imagem não muito legal. Acham ela muito individualista. Não enxergam que o que ela faz é coletivo. Talvez por ela não precisar fazer correntes políticas, acham que ela quer aparecer. São pessoas da comunidade com uma cultura muito pequena. E aí entra o Centro Cultural [...] O Centro Cultural viria para educar [...].

A tarefa com que a coordenadora do Centro Cultural se deparou quando assumiu a função é do âmbito comunicacional e político. Trata-se de conseguir comunicar o projeto do Centro Cultural do CEA como um projeto da comunidade da Vila Pinto. *“Não adianta tu mostrar para fora se os de dentro da Vila não reconhecem a importância do trabalho.”* Logo ela percebeu que o fato de não

conseguir comunicar o projeto do CEA para a comunidade estava atrelado a questões políticas, relativas a desentendimentos com o poder público.

A mãe tem as diferenças políticas com pessoas da Vila ligadas à Prefeitura que acabaram fechando as portas [...]. Pessoas que têm essas diferenças políticas com a mãe e têm poder de opinião dentro da Vila, têm seu cargo público com peso em cima de associações que dificultavam essa aceitação.

A coordenadora do Centro Cultural trabalha no sentido de reativar a comunicação com as lideranças contrárias ao CEA. Mas ainda não há uma estratégia de comunicação direta com as famílias da comunidade. O contato com a comunidade se faz a partir das crianças que participam das oficinas, como a Ouviravida. Para a coordenadora do Centro Cultural,

é a criança ou o adolescente que vai mudar a realidade da Vila. O adulto vai se sensibilizar e aí vai aceitar. A criança tem muito mais abertura, pela carência enorme que ela tem de pessoas que estejam preocupadas com ela.

Três dessas crianças da Vila Pinto são ou foram alunas das oficinas de flauta e percussão do projeto Ouviravida da Ospa. T., 12 anos, conta que fez aulas de flauta, mas preferiu mudar para percussão em 2003, quando aprendeu a tocar *“funk e Olodum. Gostei de tocar. Nunca tinha tocado nenhum instrumento. Na apresentação deu um frio na barriga, todo mundo me olhando. Fiquei feliz”*. A mesma emoção sentiu D., 12 anos, que também prefere percussão *“porque é mais legal. Na apresentação fiquei com medo de cantar. Mas depois, quando eu toquei, pensei que não fiquei com medo”*. L., 11 anos, conta que se apresentou no espaço de concertos da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre *“um montão de vezes”* nos quatro anos em que participa do Ouviravida. Ela gosta de frequentar as oficinas do CEA, nas quais dança e toca. Hoje o Centro Cultural está praticamente pronto para abrigar outras oficinas. A dificuldade agora é manter pessoas voluntárias atuando em projetos, comprometidas com os horários e preocupadas em dar continuidade às oficinas. Segundo a coordenadora do Centro Cultural,

É essa articulação que estamos buscando. O ideal é ter aqui dentro pessoas da comunidade, que saibam da realidade. Que vão saber entender quando uma criança não tá legal. Daí a importância da comunidade abraçar o projeto. Eles próprios vão estar melhorando o ambiente deles. Claro que existem pessoas de fora engajadas, mas tivemos experiências com voluntários desastrosas. Acho que foi por questão de comunicação. Comunicação com a comunidade pra dizer que essas pessoas estavam aqui. Comunicação entre nós e os voluntários.

A Associação Perpétuo Socorro, uma das parceiras do CEA na Vila Pinto, desenvolve atividades para ocupar as crianças nos períodos extraclasse com o objetivo de evitar sua perambulação pelas ruas da Vila quando os pais não

podem ou não lhes dão atenção⁶⁴. As parcerias com o CEA se efetivam para as aulas de percussão do Ouviravida, além do CEA disponibilizar a monitoria do Telecentro para aulas de informática para as crianças da Associação. “O CEA convida quando há alguma festa ou atividade. Tudo que eles conseguem trazer de fora eles convidam a Associação para participar”, afirma um dos educadores da Associação Perpétuo Socorro.

A minha vó trabalhou junto com a (líder do CEA) para trazer o Centro de Educação Ambiental pra cá, há uns 10 anos. Eles ajudam pessoas necessitadas daqui que não conseguem emprego, sempre tem uma porta. Sempre tem uma vaga [...]. O CEA ajudou muito a comunidade crescer. Quando eu era pequeno, sempre ouvia reclamação por emprego nas rodas dos adultos. Agora a maioria deles trabalhou ou trabalha no CEA [...] essa é uma forma de ganhar experiência no trabalho [...] Tinham pessoas que tinham tudo pra entrar na marginalidade e não foram. Foram pra ali e mudaram [...] Eu considero a (líder do CEA) uma mulher de garra. Teve muita dificuldade e ela nunca desistiu. É uma mulher de fibra e garra, porque ela teve pulso pra comandar quando precisou. Eu acho ela flexível. De algumas meninas que ficaram grávidas, ela foi mãe de muitas meninas, no sentido de puxar pro lado certo. E foi uma líder pras outras mulheres. Havia uma dificuldade porque as mulheres paravam um pouco, eu ia nas reuniões com a minha vó, e elas davam uma desistida. Mas a (líder do CEA) ia lá e: ‘Olha não pode desistir, isso é uma coisa pra vocês, pra toda comunidade nossa’. Sempre botando motivação nas mulheres. Então acho ela uma mulher de fibra, ela não desiste. Se tem um ideal, ela vai até o final.

Para o educador, que mora na Vila desde criança, o CEA é a iniciativa “*mais importante que aconteceu na Vila*”. Para ele, os principais conflitos entre a comunidade e o Centro de Educação Ambiental Vila Pinto aconteceram no momento de instalação do CEA, porque ocupou um espaço onde havia moradores. Eram pessoas expulsas de outras vilas que ocuparam aquela área enquanto esperavam terreno da Prefeitura. “*Então ficou aquela: onde vai ser o Centro, será que vão nos tirar mais uma vez. Mas depois, onde tinham pessoas, deram outro lugar pras pessoas morarem. Foi trocado mesmo*”. Para a líder do CEA, hoje o CEA oferece muitas oportunidades para o trabalho voluntário, mas sem organização corre-se o risco de desacreditar o projeto criando-se expectativas na comunidade, que depois acabam não sendo satisfeitas.

Se eu deixasse isso aqui era cheio de voluntários. Só que os voluntários eles são bem voluntários mesmos. Chegam, fazem e enchem o saco. Agora não vou mais. Eles não imaginam o estrago que isso causa na vida das pessoas [...]

64 Na Associação, 95 crianças e adolescentes, de sete a 18 anos, recebem apoio pedagógico, alimentação: café da manhã e almoço, além de poderem fazer atividades esportivas, trabalhos artísticos de pintura e corte e costura, e oficinas de reciclagem.

Então tem que tomar muito cuidado com isso. Melhor não alimentar muito a expectativa.

A líder do CEA explica que um grupo de voluntários Travessia planejou trabalhar no CEA com oficinas de alfabetização e ginástica. No primeiro dia, agendaram e não vieram. No segundo dia agendado, compareceram, mas daí as mulheres não compareceram na aula de ginástica. O que seria uma forma de conquistar a comunidade, serviu como um ingrediente de descrédito do CEA na Vila Pinto. Com isso, muda a estratégia de parcerias do CEA, que, de parcerias de fora da Vila, começa a buscar fazer parcerias com voluntários de dentro da comunidade.

A líder do CEA conta que a acomodação dos moradores da Vila associados ao CEA acabaram determinando exercícios de solidariedade como o “*Mutirão da Alegria*”, que funciona com a compra coletiva de materiais para construir os banheiros, que são pagos em parcelas. A compra coletiva é para baratear os custos. No domingo reúne-se um grupo que pode para ajudar a construir o banheiro da casa de alguém. A solidariedade também funciona para as pessoas pagarem horas atrasadas da colega, que, por algum motivo, faltou ao trabalho. Atualmente, para trabalhar no CEA, a candidata ou o candidato tem que ter a indicação de alguém que já trabalha lá dentro. A pessoa que indica outra para trabalhar acaba sendo responsável por ela. Assim, se a pessoa transgride o regulamento, tanto a transgressora quanto quem a indicou acabam perdendo a vaga de trabalho no CEA.

Ela é madrinha daquela pessoa. Então antes que aconteça alguma coisa [...]. Por exemplo, esses dias uma foi madrinha de um rapaz que bateu na mulher até a exaustão. A mulher quase morreu. Então o que aconteceu. Ela veio correndo aqui. Aí tem uma comissão de ética que avalia. Tem a assembleia que vota. A assembleia é soberana pra decidir. Às vezes o indicador é pior que o indicado. Daí o pessoal aproveita a justificativa pra botar o indicador pra rua.

Esses fragmentos da fala da líder do CEA explicitam as forças contraditórias que se movimentam na formação de uma matriz comunitária própria do CEA, a qual reflete o entorno cultural, em que existem a subjetividade da comunidade, as biografias. Em jogo estão as forças da inconsequência do voluntariado, da carência e da afetividade, da esperança, do crédito/descrédito, da comunicação boca a boca e dos dramas feitos das vidas das pessoas, da cultura da acomodação, mendicância e do assistencialismo, da solidariedade dos mutirões, da alegria das festas, da responsabilidade pelo outro.

Para a líder do CEA, o CEA Vila Pinto passou a ser um centro econômico da Vila Pinto, com os donos de armazéns disputando os associados do CEA como consumidores potenciais dos seus produtos.

Eles disseram que eu sou a galinha dos ovos de ouro deles. Que tem que cuidar dela, manter legal, qualquer coisa que acontecer com ela tem que correr. Porque é de lá que sai o dinheiro que fez a tenda virar um supermercado.

A líder do CEA planeja criar uma moeda própria do CEA.

Por que eu tenho que ter dinheiro nacional se eu posso ter uma moeda [...] por que eu tenho que circular o mês inteiro com esse dinheiro podendo ser assaltada, se eu posso ter uma moeda própria, que vai ter um número. Se for roubada ela perde a validade.

Mas a moeda própria, que se refere a uma matriz de outros movimentos sociais, ainda não passa de um projeto. Observamos aqui a matriz do discurso dos novos movimentos sociais que criam moedas paralelas às oficiais. Assim como a matriz subjetiva: autorrepresentação de uma pessoa importante, que gosta disso e se aproveita para segurança pessoal.

Comercialmente, o CEA não movimenta apenas os armazéns da Vila Pinto. Mas também passou a comprar os resíduos sólidos recolhidos nos diversos bairros de Porto Alegre por carroceiros e carrinheiros que vivem na Vila, o que explicita bem a matriz empresarial do CEA, na sua estratégia em busca de formas para elevar os ganhos para o galpão. Um casal de carroceiros moradores da Vila Pinto vende plásticos para o CEA. A mulher conta que, sozinha, a cada três ou quatro dias, ganha de R\$ 30,00 a R\$ 40,00, e que o preço pago pelo CEA é parecido com o que receberia de outros compradores. *“Tem outros lugares, mas é mais longe, não compensa. Você vai ali, vendeu, recebeu, vai embora. É tudo muito rápido. Eles te atendem direitinho. Recebo dinheiro na hora”*. Seu companheiro conta que há 30 anos vive na Vila Pinto. Para ele, *“o que ela (a líder do CEA) inventou tem gente que critica, mas ninguém inventou esse tipo de coisa. Tem muita gente desempregada dentro da Vila que quebra o galho. Não ganha muito, mas dá pra sobreviver”*. Uma das filhas do carroceiro fez cursos de computação no CEA, mas não gostou porque *“era só desenho e joguinhos. Achou que valia mais a pena ficar em casa. Ela também fez flauta e largou porque estava fazendo outros cursos”*, diz a madrastra. Já outra carroceira conta que nunca participou do CEA, e apenas uma filha conheceu o projeto devido a uma visita programada pela escola onde estuda.

[...] não me dou muito com a dona dali, a que trabalha ali, porque ela (a líder do CEA) fez um abaixo-assinado pra tirar nós daqui por causa das carroça. Daí nós ficamos meio assim. Acho que cada um cada um. Eu trabalho com a carroça. Como é que ela vai fazer um abaixo-assinado pra tirar a carroça da gente? Faz tempo. Daí todo mundo foi contra ela, e não conseguiu. Não conversemos mais. Tem um monte de carroceiro. Acho que nenhum carroceiro entrega ali. Nunca vi.

O depoimento dessa carroceira mostra que as relações com a comunidade variam de apoio incondicional ao que o CEA representa como projeto social e comunitário – um espaço educativo, de exercício da cidadania, de sobrevivência socioeconômica, de facilidade para venda, e também de conflito, de falta de comunicação dentro de uma comunidade. Assim como o casal de carroceiros, e contrariando a percepção da carroceira que “*nunca viu*” carroceiros entregarem o resultado da sua busca diária para o CEA, outro carroceiro hoje também vende para o CEA. Há 20 anos faz suas catações diárias em diversos bairros de Porto Alegre, conforme o rodízio de recolhimento de lixo seco do DMLU, ganhando de R\$ 100 a R\$ 120 por semana.

No galpão (CEA) entregamos só plástico. O plástico tá melhor que o papel. Mas tem lugar pagando bem melhor. Ihh! Mas é distante pra levar de carroça. No Cristal, tem um depósito pagando R\$ 0,60 o quilo de plástico. Eles pagam R\$ 0,30 aqui. E vendem a talvez R\$ 1,00. Olha o lucro que eles têm em cima. Esses dias eu tava falando pra eles, podiam pagar melhor. Eles dizem que não pode subir, tem que ser esse o preço. Querem ganhar bastante. Mas tem gente pagando R\$ 0,40. Tem gente pagando melhor.

Mesmo assim, o carroceiro admira o trabalho da líder do CEA, já que ajuda as pessoas por meio do trabalho.

Se não fosse ela, quantos tinha desempregado. Como esses dias eu falei pra ela. A maior parte mãe solteira, com um monte de filho. Outros vêm da cadeia e tem que trabalhar pra justificar lá. Ela dá emprego. Então é uma pessoa que eu acho que ajuda as pessoa.

Ele conta que agora o CEA está tentando fazer dos carroceiros associados externos, mas a desorganização desta classe é grande. “*Marquemo reunião pros carroceiro conversar, veio meia dúzia. Tem 100 carroceiros, veio meia dúzia. Não tem união. O carroceiro nunca teve união. Cada um pra si*”.

Para a líder do CEA, o lixo hoje está nas mãos dos carroceiros e carrinheiros. Diferente do valor informado pelo carroceiro, que o CEA pagaria R\$ 0,30 pelo plástico, a presidente do CEA afirma: “*Compro a 40 e vendo a 55 centavos. O atravessador paga uns 18 centavos*”. Aproximar-se dos carrinheiros e carroceiros é favorável tanto econômica quanto politicamente, mas depende da organização deles e da construção de uma relação de confiança entre antigos adversários, segundo ela.

Com isso estamos agregando simpatia. No momento que vamos fazer uma gritaria com o governo do Estado, nós vamos ter associados internos e associados externos. Tá todo mundo querendo. A gente não tem ainda a metodologia do regimento. Tudo é muito demorado. É um processo de aproximação, de confiança. Eles precisam entrar aqui dentro. Até então tanto eles quanto nós, um era adversário do outro. A gente competia com o mesmo

produto. A gente se deu conta que estamos dentro de uma comunidade. A diferença é que os associados estão dentro de um espaço organizado, e eles não têm esse espaço. Quem sabe então a gente começa a seduzi-los e a trazê-los pra cá. Eles estão aos poucos vindo pra cá.

Outro carroceiro afirma que não vai às reuniões porque “*tá na luta, tá na rua*”, se ressentido com a pouca valorização do material entregue no CEA.

só querem vantagem. Não apoiam nós. Nós sabemos que eles vendem o quilo a R\$ 1,10 e eles pagam R\$ 0,30. E, geralmente, eles não tem gasto nenhum. Que gasto eles têm? É só ficar na balança pesando. O cara gasta ferradurra, gasta milho. O cara tem que dar duas viagens no dia.

Ele lembra que o CEA já organizou um movimento para tirar os carroceiros da rua e colocar os carros motorizados apelidados de *Baby*. Naquele momento, os carroceiros se uniram para defender o direito de andar de carroça.

Teve reunião pra tirar nós da rua. Queria botar os *Baby*, mas, como nós, a maioria dos carroceiro não sabe dirigir, não tem carteira, como nós ia andar numa faixa. Éhhh! Quando vê já era o *Baby*. A carroça é um carro. A carroça a gente entende. Já temo mais acesso, já temo mais prática. Já sabemo trabalhar mais é em cima de carroça.

O episódio do *Baby* resultou numa imagem negativa para o CEA entre os integrantes deste grupo social, com o qual hoje busca aproximação. Parece que aí está parte da desconfiança que o CEA sente nos carroceiros hoje, além da desvalorização que eles entendem seja feita pelo CEA sobre o produto da sua recolha cotidiana.

Além de buscar o apoio dos carroceiros e carrinheiros da Vila Pinto, com a estratégia de torná-los associados externos, o CEA tenta se aproximar da comunidade local por meio da inserção da coordenadora do Centro Cultural no Carleste – órgão público municipal que atua na comunidade como um espaço de discussão das necessidades das várias pastas (habitação, saneamento, cultura). A coordenadora do Centro Cultural conta que o CEA não era convidado para as reuniões, apesar da importância que o órgão tem na Vila. O CEA, por sua vez, também não procurava o Carleste, mas depois mudou de estratégia ao perceber a importância de participar do órgão para gerar aproximação com outras lideranças da região Leste, e para trabalhar a imagem do CEA na comunidade, e, assim, atingir o objetivo do CEA ser reconhecido e usado como espaço cultural na Vila Pinto. Sem isso, o Centro Cultural do CEA não tem porque existir, afirma a coordenadora. A coordenadora do Centro Cultural conta que sua tática discursiva para se aproximar do órgão foi tornar claro que o CEA não é a líder do CEA, mas uma organização que quer prestar benefícios para a Vila e sente que está sendo prejudicada por questões políticas. O CEA está abrindo

as portas para chamar as pessoas para conhecerem o espaço e decidir como poderá ser usado o Centro Cultural para ele funcionar efetivamente. Segundo a coordenadora, a recepção inicial foi de resistência, mas logo as relações começaram a se facilitar, e no final de 2003 o representante da Prefeitura Municipal dentro da Vila já a convidava para acompanhá-lo nas visitas a outras lideranças. Ela explica que buscou se aproximar, primeiramente, da pessoa que levantou as maiores suspeitas em relação ao CEA, para que fosse ele a apresentá-la aos outros. *“Se foi ele que distorceu, ele era quem deveria abrir as portas”*, diz. Hoje, o CEA está representado nas reuniões da Carleste pela coordenadora do Centro Cultural nos dias em que se discutem temas relacionados à assistência social, cultura e educação. Uma das intenções é conseguir a nomeação de professores para atuarem no CEA. Para isso, ela precisa da concordância das lideranças da comunidade, que *“deverão abraçar o Centro Cultural como um espaço deles também, da comunidade”*. A coordenadora do Centro Cultural conta que outra luta do CEA é conseguir o registro no Conselho Municipal de Assistência Social com o título de utilidade pública.

é um meio de buscar recursos para a organização. Inclusive para projetos pro governo tu precisa ter esse título [...]. O Conselho ainda não entende o CEA como uma instituição de assistência social. A definição de assistência social da constituição é o que nós fazemos.

Além do fortalecimento das relações políticas na comunidade, o CEA, simultaneamente, aproxima-se das elites governamentais estaduais com o mesmo intuito.

Observamos que, na interação com a comunidade da Vila Pinto, o CEA movimenta com maior intensidade as matrizes educativa, cidadã-comunitária, e subjetiva, socioeconômica, e com menor intensidade as matrizes empresarial, religiosa e de gênero.

A matriz educativa se presentifica quando o Centro Cultural começa a funcionar e representar um espaço de recuperação para a degradação social que marca a comunidade da Vila Pinto: *“a diferença que vai ser isso pros nossos filhos, nossos netos, para toda a comunidade”*. A esperança é que o Centro Cultural faça com que as crianças saiam das esquinas, trocando a rua pelas oficinas. A educação já pode ser percebida quando diferente do que acontecia, hoje há respeito e cuidado com o local: *“ninguém quebra vidro, ninguém assalta”*. Percebemos a mesma matriz na compreensão da coordenadora do Centro Cultural da necessidade de investir na educação das crianças para que estas *“eduquem”* os pais sobre o valor do CEA na comunidade. As crianças já estão sendo seduzidas quando afirmam a sua alegria em participar do Ouviravida e se apresentar em espaços da sociedade que desconheciam, como o Teatro da Ospa. Nas demandas do CEA de trazer professores cedidos para atuarem

na formação contínua dentro do Centro Cultural, o que fez a coordenação se aproximar dos órgãos municipais presentes na região Leste, e a necessidade que alguns depoimentos demonstraram de oficinas de informática e outras voltadas para a formação profissional explicitam o cruzamento da matriz educativa com a matriz cidadã-comunitária, no que se refere à necessidade de efetivar parcerias nesse sentido.

Aliás, é a matriz cidadã-comunitária aquela que atravessa mais fortemente a interação entre o CEA e a comunidade próxima. Ela se presentifica nas parcerias com órgãos municipais e associações da comunidade para projetos educativos, assim como nos depoimentos de pessoas da comunidade que não participam do cotidiano do CEA e mesmo daqueles que participam. O CEA *“ajudou muito a comunidade a crescer”* ao dar oportunidade de trabalho, pois *“tem pessoas que tinham tudo para entrar na marginalidade e não foram. Foram ali e mudaram”*. O CEA também representa uma segunda oportunidade para quem *“se perdeu nas esquinas”* porque não existia o CEA para lhe dar a oportunidade de *“escolher entre o bem e o mal”*.

Essa matriz também é movimentada quando o associado do CEA descobre a solidariedade no trabalho, sentindo-se parte de uma construção coletiva: *“a gente faz palestra, briga, lota o ônibus, reclama”*. Esta mesma solidariedade podemos observar, mesmo que de outra forma, quando morre alguém e o CEA intermedeia os serviços de funerária e enterro, *“parcelando”* os pagamentos. Sentem-se parte de uma identidade coletiva, desfrutam do reconhecimento do grupo que lhes desperta o sentimento de pertença: *“O valor disso é que eu faço parte e a minha família também faz parte”*. A matriz cidadã também é movimentada quando aprendem a denunciar maus tratos, a exigir melhorias na infraestrutura da Vila e, depois, quando se sentem recompensados com a vinda dos benefícios: conquistaram água encanada, luz, esgoto, asfalto: *“hoje em dia a gente já fala de futuro”*. Hoje muitos moradores da Vila Pinto, como a separadora, sentem orgulho do lugar onde vivem: *“depois que começou isso aqui, melhorou a comunidade [...] Agora parece uma cidade, uma Vila bonita”*. Gradativamente, o CEA vai conquistando a comunidade, desde sua fundação. Um momento que a comunidade sentiu respeito pelo CEA e pela coragem de da líder do CEA foi quando sua filha foi vítima da violência dos traficantes (que lhe invalidaram a visão de um olho) e ela permaneceu *“firme”*, levando à frente o projeto que materializou. O Centro Cultural surge para conquistar a comunidade, a fim de que se aproprie das ofertas educativas que as oficinas representam. Mas o voluntariado é volúvel, o que fez a coordenação se aperceber da necessidade de buscar parcerias dentro da comunidade para dar credibilidade ao projeto: a comunidade precisa *“abraçar o projeto”*, se não ele não existe. O entendimento de representantes do campo institucional governamental do CEA como uma organização de *“assistência social”* é um caminho encontrado pela coordenação

para poder conseguir professores cedidos. Ainda em relação ao voluntariado, observamos que a expectativa em relação à importância desse tipo de parceria refere-se a uma matriz do campo religioso, que tem a marca da construção das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Trata-se de um modelo que foi superado parcialmente, na medida em que a trajetória dos movimentos sociais dá a conhecer que o voluntariado é importante, mas não é suficiente para sustentar o movimento social.

Um trilhar sobre a matriz cidadã-comunitária se explicita, também, nos mutirões para construção de banheiros para os associados que não têm, o que passa pela desafiante tarefa de educar o outro para o *“instinto de ir à luta”*, desacomodar-se e incomodar-se com a sua situação e com a cultura da mendicância. Por fim, encontramos o viés desta matriz na tentativa de organizar os carroceiros como *“sócios externos”*, mesmo que uma matriz empresarial passe transversalmente por aí, e haja pendente um ressentimento antigo, relacionado com o episódio da instalação do CEA em um território que era habitado por famílias, pelo caso *Baby*, e pela histórica disputa pelo lixo que os galpões de triagem travaram com os carroceiros, carrinheiros e catadores que vivem na Vila Pinto.

A matriz empresarial, então, encontramos neste novo tipo de relação comercial que se inaugura com a compra dos materiais dos carrinheiros e carroceiros, tornando-os sócios em lugar de concorrentes, já que, conforme os vendedores, o preço pago pelo produto é inferior ao de outros entrepostos. Mas essa forma de *“reorganizar”* os papéis dos envolvidos – formal e informalmente – na coleta seletiva de Porto Alegre é um projeto construído coletivamente com o DMLU e representantes de outros galpões, portanto com atores dos campos institucional governamental e dos movimentos sociais. A matriz empresarial cruzada com a matriz dos movimentos sociais se presentifica na vontade de criar uma moeda própria para pagar os associados.

A matriz socioeconômica na interação do CEA com a comunidade pode ser observada na oportunidade de trabalho que a organização representa para os moradores da Vila Pinto – desempregados e sem experiência profissional: *“sempre tem uma porta, sempre tem uma vaga”*. O que depois redundava em movimentação financeira nos estabelecimentos comerciais da Vila, já que aumenta o poder de consumo das famílias dos associados. *“A Vila não oferecia nada, hoje oferece”* – com este fragmento discursivo podemos perceber tanto a matriz socioeconômica, porque se refere a uma oportunidade de trabalho e renda, mas também a matriz religiosa, porque este lugar de trabalho significa a escolha do caminho do bem que o projeto CEA traçou dentro da Vila Pinto. Trata-se do caminho do trabalho, que corre paralelo com o caminho do mal, o caminho do tráfico, do roubo, das drogas.

Já a matriz do gênero pode ser observada quando a associada refere-se ao CEA como oportunizador de trabalho para mulheres da Vila Pinto que sofrem discriminação pelo simples fato de serem moradoras desta comunidade, pela mudança do papel social que as associadas assumem ao obterem seu próprio dinheiro fruto do trabalho, e pelo autorrespeito quando se sentem possuidoras de poder de compra: *“depois que eu vim pra cá passei a comprar coisas grandes”*. O CEA representa também crescimento pessoal para as mulheres da comunidade: *“eu cresci muito como mulher, como pessoa”*. Além disso, os depoimentos indicam com unanimidade que o objetivo fundacional do CEA de inibir a violência contra a mulher foi alcançado na Vila Pinto: *“não ouço mais falar de casos de estupro”*. Claro que há casos de violência, mas os índices baixaram visivelmente conforme podemos concluir pelos fragmentos discursivos dos informantes. E, para isso, o CEA dá mostras de ter contribuído. A mesma matriz ressurgue noutro fragmento, quando a comunidade percebe que as mulheres passaram a ter novas ambições: *“a mulher era submissa. Hoje ela não quer ser mais. Ela começou a ver que é possível. Que ela tem direitos”*.

Por fim, a matriz subjetiva, que, muitas vezes, se cruza com a matriz do gênero como podemos perceber observando as falas anteriores, surge também quando se percebe que o CEA representa a possibilidade de mudança nas identidades pessoais para quem começa a fazer parte da sua comunidade interna: é um lugar de recuperação da vida. Seja da vida do associado que se sente importante por *“estar limpando a sujeira lá de fora e da população”*, seja da avó que no *“final da sua vida”*, após perder a metade dos filhos para as drogas, reconhece no CEA um lugar que lhe ofertou a oportunidade de sentir-se gratificada em ver os netos apresentando-se em eventos culturais. *“Eles vão participar, eu participo junto. Eles saem pra se apresentar, eu vou junto, né. Aquilo pra gente é uma felicidade de ver [...] eu me sinto muito feliz [...] isso aqui é a minha vida”*. A matriz subjetiva é movimentada, também, na performance comunicacional da líder do CEA com os diversos interlocutores que encontra na Vila, e surge em forma de conflitos quando a filha aponta que determinados segmentos a acusam de ser *“individualista”*, *“empresarial”*. A própria continuidade de liderança à frente do CEA, quando este era ainda um projeto embrionário, refere-se a uma questão relativa à subjetividade: sua conversa com a filha após o episódio da agressão que esta sofre. Pode-se dizer que a performance da líder do CEA marca a interação do CEA com a comunidade, devido ao forte personalismo com que o projeto é administrado. Este personalismo se presentifica em diversos momentos nos discursos dos informantes: quando colocam que a Vila é uma antes e outra depois do CEA e de sua presidente, ou quando afirmam, por exemplo, que, *“se não fosse elas, quantos tinha desempregados”*. Trata-se de uma construção simbólica que encontramos no contexto das culturas populares latino-americanas, desdobradas no político

carismático, no coronelismo, no mito do “*salvador da pátria*”, que percebemos como uma matriz cultural que perpassa as interações comunicacionais do CEA. No entanto, esse personalismo, mesmo que às avessas, aponta para um jeito próprio de o CEA construir também sua matriz cidadã-comunitária, ofertando um modelo de liderança.

A interação do CEA com a comunidade regional

O que faz do Centro de Educação Ambiental Vila Pinto uma referência em relação aos outros galpões de triagem de resíduos sólidos é ter um Centro Cultural, o qual é resultado da articulação que a organização social construiu com alguns sujeitos da comunidade regional, fundamentalmente, a partir da relação que se estabelece com uma arquiteta que passa a atuar como voluntária, e, conseqüentemente, com uma rede de contatos que se constitui com membros de diversos setores da comunidade de Porto Alegre.⁶⁵ Conforme a líder do CEA,

nós não tínhamos o Centro Cultural, mas tínhamos a ideia. E estávamos com dificuldade de conversa com o (ex-diretor do DMLU A), que dizia que aqui tinha que botar lixo e não criança [...] A (arquiteta) chegou aqui mandando [...] E as mulheres começaram a me intimar. Quem é que manda aqui: tu ou ela [...] Ela se reciclou.

A arquiteta conta que a morte do seu irmão sensibilizou a família, que começou a procurar uma entidade para desenvolver um trabalho social. Foi quando se criou a oportunidade de conhecer o Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto, junto com alguns amigos. Começaram a visitar o lugar,

tateando, tentando descobrir o que fazia falta [...] Nos impressionou muito aquelas mulheres trabalhando com lixo, a maior parte delas não querendo ficar com o homem por necessidade, ou poder se livrar de uma situação caótica-familiar pelo trabalho [...] A gente enxergou ali uma chance de fazer alguma coisa.

A escolha do CEA deve-se à preferência por um projeto que pudesse gerar mais empregos, já que cada mulher tinha em média 5,5 filhos. A arquiteta conta que iniciou contatos com empresas em busca de mais resíduos sólidos, que gerassem a necessidade de maior número de separadores no CEA, aumentando a inserção da comunidade no trabalho e a geração de renda.

Chegamos a ter 250 pessoas trabalhando, abriu pra homens, inclusive. Hoje nós estamos enfrentando muitíssimos problemas com o DMLU, com a coleta

65 A relação entre a líder do CEA e a arquiteta se dá por meio da irmã desta, que trabalhava como coordenadora do gabinete de um vereador do Partido dos Trabalhadores na Câmara de Porto Alegre, com quem a líder do CEA chegou a trabalhar durante algum tempo.

seletiva [...] 150 pessoas que foram dispensadas vezes cinco (filhos por cada pessoa) dá 750 pessoas que estão passando fome. Essa é a realidade. O lixo do DMLU era muito importante pra nós. Outra coisa a gente foi descobrindo aos poucos que pegar lixo com o caminhãozinho era muito complicado, tem custos muito altos. Depois a gente teve aquele projeto com o *Baby*, que o Tarso subiu em cima, fez aquele monte de campanha babaca dirigindo o *Baby*. O *Baby* tá interditado, não pode circular pela cidade, ele não tem uma licença que é necessária. Então o *Baby* morreu.

Um desses parceiros do CEA oriundos da rede de contatos possibilitou a criação de um projeto para colocar uma clínica ligada ao Menino Deus dentro do CEA, o que dependia do aval da Prefeitura Municipal. Novo entrave com o campo institucional governamental se estabelece, já que este não permitiu, alegando que nas proximidades existia o Posto de Saúde municipal. Segundo a arquiteta, que se diz ex-petista, *“a Prefeitura do PT, dentro do possível, se ela pode nos atrapalhar, ela atrapalha”*.

O Conselho Consultivo do CEA, formado por representantes do CEA, profissionais liberais, técnicos e empresários reunidos a partir da rede de contatos da arquiteta, decidiu fazer o planejamento estratégico da organização. Outro projeto foi o Centro Cultural. *“Nós resolvemos, como tinha o ex-galpão de reciclagem, que não tinha nenhuma função. Nós construímos um prédio debaixo daquela cobertura. Fizemos um Centro Cultural”*. O Centro Cultural foi construído com o apoio financeiro de outra cliente da arquiteta, que não quis ser identificada, doação de materiais do Sindicato da Construção Civil (Sinduscon), a consultoria gratuita de um engenheiro, e outros amigos da arquiteta que investiram dinheiro.

A gente vai fazendo tudo isso com a nossa rede de contatos, que é o que está funcionando. O nosso prédio está embargado pela prefeitura. A obra aconteceu embargada. Nosso prefeito inaugurou a obra e não entrou lá dentro porque ela era embargada. Uma politicagem ridícula [...] chega um dia que cansa. As pessoas cansam. As pessoas vêm e vão. As pessoas vêm, nos dão durante um tempo ajuda, como nada acontece, desmotivam [...]. Embargaram porque a obra não obedece algumas burocracias deles, e porque a (líder do CEA) quis tocar, não quis perguntar muito. E eu acho que é isso aí mesmo. Quer saber, se tu for perguntar muito, óbvio que nada vai acontecer. A (líder do CEA) até enfrenta problemas sérios por causa dessa vinculação que tem conosco, como se ela tivesse padrinhos fortes. Nós não somos fortes. Nós somos um grupo de nada, só de pessoas que querem fazer o bem. Mas realmente eles vão conseguir nos tirar de lá, porque devagarinho as pessoas enchem o saco e vão embora [...] quando eu entrei lá a (líder do CEA) me disse: ‘Nós estamos acostumados que as pessoas vêm e vão’. Eu não fui, ainda. Não sei quanto tempo mais.

Por meio da rede de contatos, a arquiteta conseguiu que 15 dos seus fornecedores se responsabilizassem por 15 bolsas de trabalho para beneficiar 15 adolescentes. Cada fornecedor pagava 100 reais para os adolescentes frequentarem as oficinas de papel artesanal, programadas para durar seis meses. O objetivo era ofertar atividades que evitassem o caminho das drogas. Por inexperiência com o comércio desse tipo de produtos, e pelo fato de a prefeitura pressionar afirmando que era *“ilegal as crianças trabalharem”*, a arquiteta conta que o projeto acabou depois de seis meses.

A ideia inicial, de apoiar um projeto em função da sua potencialidade de trabalho e renda, está perdendo força, quando o número de postos de trabalho no CEA diminui em função do menor volume de resíduos sólidos que chega à unidade de triagem em função da coleta antecipada dos carroceiros e carrinheiros. A arquiteta admite que

Realmente sem o auxílio do poder público é impossível. Nunca houve essa parceria. O (ex-diretor do DMLU A) foi o grande resistente [...] pra mostrar pra estrangeiros levam lá. Agora, pra nos dar lixo, a gente recebe menos que um galpão que tem 24 pessoas trabalhando da mesma família. O nosso lixo tem a menor quantidade de rejeito. Os outros galpões é três ou quatro vezes maior o número de rejeitos [...]. Nós aproveitamos quase tudo.

A arquiteta conta que a ideia inicial era fazer do CEA um modelo a ser multiplicado por meio do desenvolvimento de lideranças noutros galpões, com a ajuda da líder do CEA. Mas os entraves com o poder público e com os outros galpões minaram essa utopia. Hoje, *“(a líder do CEA) muito pouco resolve dos nossos problemas, até porque ela é muito detestada pelos galpões, pelo poder público”*, diz a arquiteta. *“Nós entramos lá porque a (líder do CEA) é gente que faz. Tu olha no olho e tu sabe que ela não tá roubando. O nosso projeto é que ela estivesse fora da Vila há muito tempo, ajudando todos”*. Para a arquiteta, dependendo da sucessão da líder do CEA, o Conselho Consultivo se esvanece, e, conseqüentemente, a rede de apoios que tem sido fundamental para o CEA constituir-se um projeto alternativo dentro da realidade dos galpões de triagem e lixo de Porto Alegre diminui. O que se observa na interação com a comunidade regional via rede de apoio é uma parceria interessante que é pensada estrategicamente, conforme as competências de cada parte.

[...] quando a gente vai num lugar a gente leva a (líder do CEA), ela tem força. Ela não consegue chegar nesses lugares, nós conseguimos, qual é a nossa estratégia: a gente consegue porque a gente conhece as pessoas. A gente conhece o presidente da Ospa, a gente consegue uma reunião com ele, a gente consegue que ele vá lá na Vila. Agora quem tem que falar é (a líder do CEA), ela é a liderança, que é premiada, que é ‘a nega vileira pobre,’ como ela se chama, se auto intitula, é ela. Ela está falando em nome dos excluídos. Eu não tenho esse direito. Nem sei fazer o discurso. Então, a gente pra pedir qualquer

coisa e ir em qualquer lugar, nós temos que ter a ela [...]. Ela já foi convidada 'ene' vezes pra ser candidata a alguma coisa. Ela não quer. E, se ela for, nós saímos de lá [...].

Como aponta o fragmento discursivo, à líder do CEA cabe a força do testemunho pela palavra quando se faz contato com um possível apoiador. O reconhecimento da capacidade comunicacional da líder do CEA é reforçada no fragmento seguinte.

Ela é midiática. Ela já participou de muita coisa. Tudo isso que ela participa não tem nenhuma ingerência nossa. Nós nunca pedimos nada [...] Ela é uma pessoa que tu vê na imagem dela que ela veio do povo, ela fala bem, mas fala uma linguagem do povo. Ela fala olho no olho. Ela é íntegra, ela é honesta. [...] Ela, quando eu enxergo ela, eu enxergo uma liderança, uma pessoa maravilhosa [...] Ela é uma pessoa de muito bom senso, é uma pessoa que conhece como ninguém o assunto dela. Ela poderia ganhar muito dinheiro na iniciativa privada. Eu acho que, por exemplo, só trabalhando com palestras ela poderia ganhar muito dinheiro. Ela, realmente tem, não sei como tem ainda, mas realmente tem um sonho social. Essa é a pessoa que eu vejo na mídia. É uma pessoa admirada, respeitada. Quando ela foi pra Hannover receber o prêmio, ela falava e as pessoas choravam. O trabalho dela é reconhecido internacionalmente. É um trabalho que poderia ser lindo, maravilhoso, muito maior, e não estão nos deixando. A nossa vontade só está sendo quebrada pelo poder público [...].

Outro receio da arquiteta é a apropriação do lixo pela iniciativa privada, fazendo fracassar o projeto do CEA de gerar inclusão social a partir de uma fonte de renda alternativa, representada pela separação dos materiais descartados pela sociedade de consumo. Enquanto parte dos resíduos que chega à unidade de triagem do CEA é oriunda da coleta seletiva, outra parte refere-se a parcerias com empresários, a partir da “*rede de contatos*”. Uma destas parcerias do CEA é com um Café, dirigido por um publicitário especializado em marketing. A relação entre o Café e o CEA se deu por intermédio de um dos sócios que fez um trabalho voluntário no CEA, por meio de uma equipe de professores da Ufrgs envolvida no planejamento estratégico da organização. A empresa entrega resíduos sólidos e orgânicos três vezes por semana para o CEA, que busca de caminhão e de Kombi. Para executar o serviço, o CEA recebe cerca de um salário mínimo por mês. O publicitário explica que, além desse custo por um serviço que “*acredita*”, gasta cerca de o dobro por ano pagando pelo recolhimento feito pelo DMLU, e não usa este serviço, já que o DMLU só recolhe o lixo depositado em frente ao estabelecimento em horários pré-estipulados, com os quais a empresa não se adequa devido aos horários de funcionamento do café e ao perfil dos clientes.

Segundo a líder do CEA, há três anos o serviço é efetuado, e tudo começou apenas com uma conversa sobre o que é lixo seco e o que se constitui lixo molhado. O publicitário confessa que os resíduos que entrega para o CEA nem sempre são devidamente separados por falta de conhecimento de como deve ser feita esta tarefa. Ele reclama da falta de comunicação entre o CEA e o “fornecedor”.

Falta talvez um contato. Isso poderia melhorar o nosso trabalho, pra poder entregar pra eles um trabalho ‘mais fácil’, pra facilitar e pra que eles possam também ter melhores resultados tirando o resíduo daqui [...] isso é o negócio deles. Ter a consciência ecológica é a alma deles.

O publicitário, que não conhece a unidade de triagem, diz que o CEA mantém a regularidade do trabalho, conforme os dias e horários estipulados. Observa que falta “*preocupação ambiental*” nas pessoas, que vem recolher o lixo sem estar uniformizadas e descuidando da higiene. Ele faz críticas de três âmbitos comunicacionais: à comunicação visual, à comunicação interna do CEA com os associados responsáveis por atender o Café, e à comunicação com os “fornecedores” de resíduos. Segundo ele, apresentam o CEA como uma entidade “*modelo*”, mas não tem uma relação profissional com empresas fornecedoras de matéria-prima.

Eles têm a Kombi, mas não tem nenhuma identificação. Poderia divulgar o trabalho deles [...] O que a gente acaba tendo, parece muitas vezes, é o trabalho de um ‘carroceiro’, com melhores condições: tá com um carro. Não tem aquele cuidado, aquela consciência ambiental. Não transparece diferença nenhuma entre o carroceiro e o pessoal do CEA [...] Se tem um cliente meu, na hora que eles vão recolhendo o lixo de manhã, que passar por aqui na frente, e verem que tem uma camionete legal, uma pessoa recolhendo o lixo, isso passa uma imagem [...] Ainda mais que eles vão numa zona (área urbana de circulação de elites) onde tem uma visualização e potencial de crescimento muito grande pra eles, com outros bares, outros restaurantes. Eles podem conseguir várias coisas [...] Se é um centro de educação a educação deveria vir lá de baixo, do pessoal que tá recolhendo. Dizer que a educação está sendo trabalhada na cabeça deles também. Pra mim o CEA é uma cooperativa trabalhando com reciclagem de lixo. E ponto.

O publicitário entende que o trabalho ambiental inclui a imagem que o CEA deveria estar passando, de cuidado com a higiene, apresentação e bem-estar das pessoas que fazem o recolhimento. Para o publicitário e empresário, se o CEA trabalhar melhor sua imagem, o Café agregaria valor a sua própria imagem. Como especialista em publicidade e marketing, ele detecta como uma necessidade do CEA um planejamento de marketing voltado para a questão ambiental, treinamento de recursos humanos (*endomarketing*), e um trabalho cultural com o objetivo de rentabilizar para a questão social.

Acho que o ambiental pode fortificar muito mais financeiramente eles, porque o trabalho social tem inúmeras entidades que fazem por aí. Uma entidade que tem um trabalho ambiental relacionada com o trabalho social ela pode ser muito mais forte, porque tu pode estar agregando pra pessoa, além do desenvolvimento pessoal, social, financeiro, de sustento, estar gerando conhecimento e educação. Isso é importante pra sociedade. Um trabalho voltado pro social, mas utilizando a bandeira ambiental [...] Pra mim hoje, se eles fossem pra mídia dizer que o CEA tem isso tem aquilo, pra mim não agregaria em nada, porque não teria feito um trabalho de base onde eles poderiam aparecer.

O CEA não tem uma assessoria de comunicação. Uma iniciativa nesse sentido foi o trabalho prestado por alunos de Comunicação Social de uma universidade da região metropolitana de Porto Alegre, que cursam a disciplina Projeto Experimental – Ação Comunitária. No último semestre de 2003 o trabalho centrou-se na imagem do CEA entre os recicladores e na comunidade do Grande Bom Jesus – uma reivindicação que partiu do CEA e que a organização quer que seja dada continuidade. Mas o trabalho com a universidade também foi marcado por conflitos motivados pelo não cumprimento de prazos por parte da universidade, quando se comprometeu em produzir um pôster de divulgação do CEA para ser usado em um evento que a líder do CEA participou na Venezuela. Segundo ela, o trabalho da universidade avançou, principalmente, depois que o CEA “*aprendeu o que quer*”.

Hoje nós pedimos pra eles [...] que a gente quer intensificar a nossa comunicação interna e externa. Que toda comunidade saiba quando um repórter pede o que é o Centro de Educação Ambiental. Então como fazer isso? Como fazer que as mulheres daqui saibam o que isso representa na sua vida. Que as pessoas saibam muito bem o que é isso aqui. Eles ficam muito gratificados de fazer isso, porque na verdade nós damos elementos pra eles fazerem isso. Já fizeram um trabalho lá fora na comunidade e ficaram sabendo que a comunidade não sabe muito bem. Sabe que é um galpão de reciclagem de lixo. Fazem uma mistura. Lá no lixo tem ginástica. Me chama a atenção que a comunidade não está chegando aqui. Acho que é porque nós temos algumas reservas. Tipo aqui tem regras. As pessoas às vezes não querem regras.

Observamos que uma dificuldade para a realização desta assessoria de forma mais íntegra é a troca dos integrantes do grupo de alunos a cada semestre, já que se trata de uma disciplina de laboratório de final de curso. A interação com a universidade movimenta uma matriz midiática na ação social do CEA, que vem do campo educativo. O que motiva o trabalho é a percepção da necessidade de se comunicar com a comunidade interna – associados – e de construir uma imagem do CEA na comunidade de entorno – a Vila Pinto. Ou seja, a interação com o campo educativo é motivada pela necessidade de

abertura de canais de comunicação com a comunidade⁶⁶. Segundo um dos professores, os alunos do primeiro semestre de 2003 diagnosticaram por pesquisa a “*falta de informação e de foco, inclusive de autoestima, por parte dos colaboradores do CEA*”. Ao mesmo tempo, perceberam que se trata de uma ONG que já tem construída uma imagem pública reconhecida regional, nacional e internacionalmente. O grupo identificou como prioridade

A necessidade de melhorar os aspectos do relacionamento interno à ONG e interno à comunidade onde está inserida (Bom Jesus) para, daí, alcançar maior interferência na agenda pública [...] a líder do processo apresenta-se como a grande e, por vezes, a única ligação da ONG com a agenda pública. Este fato, aliás, é objetivo a ser tratado em próximos semestres, no sentido de buscar-se a despersonalização da ONG frente aos diversos públicos – o que se entende como desejável à comunicação da entidade.

Em relação à grande mídia, a avaliação dos alunos concluiu que é mais reativa do que pró-ativa. A relação da líder do CEA com a mídia é considerada, pelo professor, “*ótima, já que é incontestavelmente credível. Ela se credencia e credencia o CEA como uma ação de resultado mensuráveis e reconhecidos publicamente, em diversos níveis*”.

Ainda pensando na interação do CEA com a comunidade regional, encontramos o trabalho voluntário de pessoas que desenvolviam projetos no Cepa⁶⁷ ou na própria Escola de Administração. Um desses voluntários foi um professor da Escola de Administração da Ufrgs, com pós-doutorado em organização ambiental, que desenvolveu atividades como membro do Conselho

66 Um dos professores do projeto explica que o projeto se realiza no CEA desde o primeiro semestre de 2002. Os alunos, assim, têm a oportunidade de desenvolver projetos, em situação real, proporcionando, como contrapartida à organização, a prestação de serviço qualificado e orientado por professores que têm experiência na área social. Os professores atuam na orientação dos trabalhos, e os alunos se envolvem diretamente com a organização. O projeto, assim como proporciona a experiência para os alunos, possibilita a qualificação das atividades de comunicação das organizações do terceiro setor. A cada semestre, os alunos buscam dar continuidade às tarefas desenvolvidas pelos colegas no semestre anterior. O professor explica que o trabalho parte do diagnóstico e prognóstico da organização para propôr um plano de comunicação e ações que são implementadas na sequência das atividades. “A negociação parte sempre das necessidades e expectativas do cliente. É evidente que nem sempre as expectativas foram e serão atendidas na plenitude, uma vez que o cliente, nem sempre dispõe de recursos para a implementação, que exige investimentos. Por outro lado, [...] a relação amadurece ao longo do tempo, permitindo ao cliente uma melhor compreensão do que lhe é oferecido. Em consequência, há, por vezes, uma expectativa maior por parte da ONG, do que é possível atender de demandas naturais. Limitações que decorrem do fator acadêmico do projeto, pois é curricular e não uma atividade extensionista. Na prática, o grupo reúne-se com o cliente, diagnostica, planeja, executa e avalia, sempre com a interferência da orientação docente”.

67 Centro de Estudos e Pesquisa em Administração – unidade autônoma veiculada à Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, que presta serviços, consultoria, pesquisa a empresas e outros tipos de organização.

Consultivo organizado pela arquiteta, e, junto com um professor do Cepa, decidiu fazer diagnóstico da organização. Apesar de o Conselho Consultivo ficar conhecido como o “*grupo de empresários*”, o professor de administração explica que os empresários eram minoria. Participavam professores da UFRGS, alunos, prestadores de serviços, empresários, mulheres da elite etc.⁶⁸ O professor de administração explica que

[...] o nosso trabalho era fazer um planejamento, organizar os problemas e tentar propor alguma coisa. Quando a gente começou a trabalhar a gente viu que as finanças vinham tendo problemas, vinha caindo a renda...

Entre os problemas apontados pelo diagnóstico estava a forma variável de remuneração; uso de crédito com juros altos; compra de um caminhão no nome de uma pessoa do grupo enquanto outra do grupo avaliava (“*tudo na amizade*”); o estilo maternal da presidente que, por ser “*meio mãe*” do pessoal, emprestava dinheiro para comprar remédio pro filho etc. Ou seja, a administração era marcada por muitas relações informais e sem controle. Devido a esta “*informalidade administrativa*”, é proposto o planejamento estratégico, a fim de organizar os rumos do CEA.

Tinham problemas mais gerenciais e de recursos. Tinha uma Kombi que só dava prejuízo, então vamos vender essa Kombi. Eles não faziam esse tipo de cálculo. Aí tinham três motoristas. Por quê? A gente questionava e ia sugerindo. Algumas vezes tinha resistência. E algumas vezes a gente se dava conta que nós estávamos errados. A gente sugeria um negócio e via que a coisa não era bem assim. Acho que foi um aprendizado pra nós e pra eles. Eu já tinha experiência em trabalho comunitário, mas a gente sempre aprende coisas [...]. Às vezes a gente aconselhava uma coisa pra a líder do CEA e ela não fazia. Mas por outro lado o nosso papel é só sugerir. É diferente de uma consultoria ou se é teu filho. Tem que respeitar o jeito de ser e a maneira de pensar. E a universidade aprende com isso. É um voluntariado que, como qualquer relação, tem troca. A gente aprendeu com ela e com a experiência do CEA. A gente foi percebendo que houve avanços: a parte financeira, mais controles [...]. Ela começou a usar palavras, termos [...]. O pessoal gozava que ela tava muito chique. Tu começa a ouvir e usar alguns termos. Assim como nós começamos a usar algumas palavras que ela [...]. Comecei a dar exemplos nas minhas aulas de algumas coisas que ela nos contava. É próprio de uma relação.

68 O professor de administração levou alunos da graduação para conhecer a organização. Devido ao interesse dos alunos, decidiu-se que o trabalho do semestre da disciplina seria feito no CEA. A turma foi dividida em grupos – marketing, recursos humanos, finanças, produção etc. Cada grupo tinha que propor alguma melhoria para a unidade de triagem.

O grupo foi formado para dar subsídios para o CEA decidir melhor, de forma organizada, planejada. *“Sempre teve uma preocupação de respeitar a caminhada deles”*, explica o professor de Administração.

Existia um grupo de pessoas que se reuniam, e procurava dar sugestões pra líder do CEA. E trazer outras pessoas além da líder, a filha dela e outra menina que trabalhava na administração, pra ouvir a opinião de outros dentro do CEA e eles também irem percebendo qual era a nossa intenção.

Um aluno do professor de Administração obteve uma bolsa de estudos para fazer o trabalho de conclusão no CEA. Ele ficou nove meses indo semanalmente ao CEA, estudando o caso administrativamente, e começou a desenvolver um programa de controle de finanças.

O objetivo era que a equipe do CEA se apropriasse do conhecimento gerado, e eles mesmos comesçassem a fazer o controle das finanças. Com o apoio da Copesul, conseguiram recursos para uma das associadas do CEA fazer um curso de Excel e foi montado um sistema.

Começou a andar bem. E começou também a criar alguns problemas lá dentro. Porque elas começaram a cobrar. Não, se gastou tem que me avisar. Elas começaram a controlar. Até com a própria (líder do CEA), porque ela fazia as coisas do jeito que ela pensava. Na boa intenção, mas não tinha muito esse controle. A gente começou a levantar questões.

Uma dessas questões era a existência de três motoristas ganhando R\$ 400,00 na época, enquanto outras pessoas ganhavam *“cento e pouco”*. A assessoria explicava a possibilidade de os mais qualificados receberem um pouco mais, desde que tudo fosse socializado nas reuniões. *“Com (a líder do CEA) a gente sempre teve uma liberdade de falar as coisas. Mesmo que ela não gostasse, ela discutia. Teve uma reação muito boa de dizer o que a gente pensava, ela dizer o que pensava da gente também [...]”*.

Segundo o professor de Administração, percebeu-se a necessidade de remunerar melhor as pessoas mais qualificadas, a fim de que não saíssem do CEA quando se qualificavam. Percebeu-se que ideologicamente era importante. *“Se tu qualificar uma pessoa e deixar ela ganhando pouco, logo ela vai ter outras oportunidades. Podia pegar essas pessoas e mandar fazer outros cursos. Dar um reconhecimento”*. O professor lembra que quando tinha algum desempregado, era mandado para o CEA, o que mereceu alguns cuidados para não gerar um excesso de associados ganhando muito pouco, não resolvendo a situação de nenhum.

Se ia demitir, (a líder do CEA) sempre teve a preocupação de não demitir duas pessoas da mesma família: fica pelo menos uma. Do meu ponto de vista ela sempre tinha uma visão meio mãezona. Sempre preocupada com as pessoas.

Eles até tinham um certo código de ética bem rígido. Se alguém fosse pego com droga lá dentro, era excluído, mandado embora [...] outro lado tinham coisas [...] se alguém precisava de alguma coisa dava dinheiro, se estava desempregado, dava emprego.

O professor diz que a líder do CEA ficava receosa em abrir informações para o grupo por desconfiar que eles pretendiam roubar ideias do CEA para dar consultorias. *“Então ela tinha um negócio: nós desenvolvemos uma tecnologia e o pessoal vem aqui roubar. Ela tinha algumas razões em função das coisas que aconteceram”*. O professor explica que a intenção era usar o CEA como uma experiência piloto, desenvolver um *software* para que depois pudesse ser usado nas outras unidades de triagem, de qualquer outra cidade.

Ela ficava um pouco receosa: vocês vão aprender aqui e depois vão passar pros outros. Nós dizíamos, nossa função enquanto universidade é aprender e divulgar o conhecimento. A diferença é que nós não vamos ganhar com isso. Vamos publicar um artigo ou alguma coisa assim. Ela não via muito diferença entre aquele que ia cobrar para passar a frente o que aprendeu. Como acadêmico nós não íamos vender isso. Mas isso não era muito bem visto. O grupo não queria que o CEA fosse a única experiência que funcione. Sempre viu o CEA como experiência piloto.

Segundo a líder do CEA,

no planejamento nós ensinamos muito mais pra eles. Com certeza. Tanto ensinamos que hoje tem uma cadeira específica. Eles ganharam muito dinheiro com a pesquisa que eles fizeram aqui. Como administrar sem ter capacidade de administrar. Como é que conseguem fazer sem planejar.

A presidente do CEA conta que durante essa interação ocorreram “desentendimentos”.

Eles eram bem frios. Eles viam isso aqui como uma empresa que tinha que dar dinheiro. E eu não enxergo assim. Isso aqui tem que andar conforme as pessoas entenderem. Tem que andar com associado que tem que ir no SUS e não pode produzir naquele momento. Que é diferente (do Café) – com que eu mais brigava era o (sócio do Café) – que dizia que tinha que ter gente que produz e produz. Pra mim não me serve. E cadê o social dessa história [...] Nós estamos trabalhando com o lixo humano, que vocês mandaram pra cá. Vocês que produzem este lixo humano. É a sociedade, são os ricos.

Durante o tempo em que o professor de Administração participou do Conselho Consultivo se discutiram a missão e os princípios do CEA, se buscavam apoio e parceria com empresas, surgiu a ideia de construir o Centro Cultural. Quando entrava a relação do CEA com o DMLU, o grupo intermediava. Quando surgiam oportunidades para o CEA recolher materiais nas empresas, o grupo calculava custos e benefícios: um caminhão que tem que recolher em dez

pontos, qual rota tem que fazer, qual custo, quantas pessoas do CEA tinham que trabalhar no local (custos de passagem, almoço etc.). A líder do CEA levava as propostas que chegavam para o grupo, e, assim, este aconselhava. O professor de Administração explica que o CEA era mais eficiente que outros galpões de triagem do ponto de vista ambiental. Aproveitava melhor os resíduos que chegavam.

Eles tinham bem claro que eles estavam reciclando o lixo que a sociedade gera. Estavam reaproveitando. Essa função ambiental de reaproveitar o material, de acabar aumentando a vida útil, diminuir o volume de resíduos que é mandado pro aterro. Mas nós começamos a conversar com eles a gestão ambiental dentro do Centro: o que é feito com os resíduos, se eles têm um cuidado com a educação das pessoas lá de dentro. Essas coisas foram tocadas algumas vezes, de fazer um trabalho lá dentro também. Mas é um trabalho difícil, principalmente porque tem alta rotatividade. Trocam as pessoas, começa do zero. A função do trabalho deles já é ambiental, pegar uma matéria-prima que era enviada pro aterro e reaproveitar, separar. Tu tá poupando árvore, petróleo [...].

O professor conta que o Conselho Consultivo teve momentos de desarticulação devido à dificuldade de tempo. O professor acabou se desvinculando do grupo em função de uma viagem de estudos, mas diz que conserva um carinho especial pelo CEA e pela presidente do CEA, que ele considera uma pessoa carismática.

Ela tem 'ene' qualidades. Muitas coisas ela foi aprendendo na prática. Vendo como é que tem que ser as coisas. Ela é bem sensível para discutir. Aberta a novas ideias e proposições que se fazia [...] Na função de gestora ela tem liderança, o que é fundamental. E ela é aberta às ideias que tu traz. Ela demora um tempo pra aceitar algumas coisas. Por exemplo esse negócio do *software* – a ideia era fazer no Excel e depois conseguir fazer um *software* pra que qualquer pessoa pudesse operar [...] Ela não tem formação técnica, mas tem tino, tem liderança, sabe articular muito bem, ocupar os espaços. Ela tem esse perfil de gestora. Consegue reunir pessoas, agregar pessoas em torno. Ela teria que ter bons assessores, financeiros, técnicos. Ela é muito inteligente. Tem essa capacidade de aprender rápido. Tem algumas resistências que pra mim é em função do meio que ela vive. Além dos problemas internos, tem problema com a prefeitura, com outros galpões. Está no meio de campo.

Para o professor de Administração, a líder do CEA ganha espaço na mídia quando a abordagem se dá via gênero, o que ele compara com Benedita da Silva, política do Partido dos Trabalhadores.

De certa forma ela tem uma história toda de como surgiu o CEA, das mulheres serem espancadas. Ela trabalha com a questão do meio ambiente, com pobreza, com a coisa de criar oportunidade de emprego. São vários temas que são quentes pra mídia. Essa projeção internacional, de certa forma quando

ela sai ela tem espaço, e é convidada pra ir em eventos internacionais, são temas globais. E ela tem muita facilidade de expressar. A história de vida dela já entusiasma, emociona as pessoas, e é o que sustenta o discurso. É a própria trajetória dela e os temas que ela trabalha. Nos outros galpões de reciclagem não têm pessoas que conseguem contar essa história dessa maneira. Não têm a mesma facilidade de comunicação.

A análise sociosemiótica dos discursos desses informantes nos dão a conhecer que marcam a interação social do CEA com a comunidade regional as matrizes culturais empresarial, comunicacional-midiática, cidadã-comunitária, ambiental, político institucional e socioeconômica.

A matriz comunicacional-midiática surge quando se manifesta nessa comunidade o reconhecimento da competência comunicacional-midiática da líder do CEA:

‘ela é midiática’; ‘só trabalhando com palestras ela poderia ganhar muito dinheiro’; ‘ela falava e as pessoas choravam’; ‘ela tem facilidade de se expressar. A história de vida dela já entusiasma, emociona as pessoas, e é o que sustenta o discurso. É a própria trajetória dela e os temas que ela trabalha. Nos outros galpões de reciclagem não têm pessoas que conseguem contar essa história dessa maneira. Não têm a mesma facilidade de comunicação.

Espaços para a comunicação midiaticizada são conseguidos pelo CEA por meio da líder, que baseia seu discurso em questões relacionadas à violência da mulher, ao meio ambiente, à pobreza, e à oportunidade de emprego: *‘temas quentes na mídia’, “temas globais”*. O CEA constitui-se uma fonte *“credível”*, com seu trabalho reconhecido em vários espaços e territórios geográficos. No entanto, o CEA ainda é uma fonte reativa, apenas respondendo aos apelos esporádicos da mídia, carecendo de uma assessoria em comunicação contínua e planejada, que vise à melhora da comunicação interna e com a comunidade, e trabalhe na despersonalização das aparições do CEA no campo midiático. Questões estratégicas para ampliar a participação do CEA nas agendas midiáticas, abordadas pelos alunos de comunicação que atuam em atividade de extensão no CEA, que se confirmam nas observações que fizemos ao longo da pesquisa.

Nossas observações apontam ainda para o desafio posto para o CEA de construir uma imagem para a organização social entre seus vários públicos: interno (não entendem o valor social do projeto, tem autoestima baixa, ressentimentos devido às diferenças salariais, não tem treinamento para lidar com os fornecedores, falta de cuidado para lidar com os próprios resíduos no momento da recolha etc.); externo: comunidade da Vila Pinto (misturam *“lixo com ginástica”*, mostrando não saber exatamente o *“negócio”* do CEA, e, como já vimos, a imagem da líder é polêmica), na sociedade (relação conflituosa

com o DMLU, com outros movimentos sociais como o dos catadores, que reconhecem na líder do CEA “*gente que faz*”, mas questionam o modo de fazer por divergências políticas), com fornecedores (que não têm um canal de comunicação com o CEA que vise, inclusive, formas de melhorar a qualidade dos resíduos que chega no galpão de triagem, ou que não conhecem o CEA, sentem falta de profissionalismo no trabalho de recolha etc.). Há, ainda, falta de uma comunicação visual do CEA, uma necessidade apontada por diversos públicos que se relacionam com o CEA, o que gerou um planejamento comunicacional que não se efetivou. Ao longo da pesquisa, observamos, ainda, uma desvalorização da matriz ambiental em relação a outras matrizes que o CEA oferta para o espaço público. A ênfase na construção de valores ambientais dá indícios de sua importância para o fortalecimento do projeto social do CEA, educativa e economicamente, e também para a renovação dos discursos do CEA, geralmente pautado como um projeto social modelo que tem uma líder carismática.

A matriz empresarial dá indícios de ter sido construída a partir de dois caminhos: o perfil da líder, e a parceria com a rede de contatos que forma o Conselho Consultivo. A líder do CEA tem um perfil de “*gestora nata*”: mostra-se sensível para escutar, tem liderança, uma dose de receio às novas ideias, tem tino, sabe articular e ocupar espaços, consegue agregar pessoas no seu entorno, é inteligente, mostra capacidade de aprender rápido, e é mediadora nos conflitos de interesses que sente entre a comunidade interna e outros campos sociais (especialmente o campo institucional governamental, com quem segue a disputa pelo poder de determinar os rumos e a autonomia do CEA). Outras marcas empresariais encontradas nessa interação: a parceria com voluntários especializados em questões administrativas, que participam do Conselho Consultivo, vai determinar a criação do planejamento estratégico da ONG, os valores, missão, objetivos etc.; a busca de parceiros para manter o nível de resíduos a ser separado no CEA (o que é determinante para definir postos de trabalho e a remuneração dos associados); a busca por soluções para questões gerenciais e de recursos (cálculo dos custos-benefícios das ações de recolha dos resíduos, como o planejamento do itinerário dos veículos, até quantos motoristas, como remunerar etc.); a assessoria por grupos de trabalho: *marketing*, recursos humanos, finanças, produção etc. Esta assessoria “*empresarial*” deixa uma marca na identidade do CEA percebida pelos vários campos sociais com que a organização vai se relacionando, e também na identidade da líder, considerada uma “*empresária do lixo*”. Mas a informalidade administrativa não é deixada de lado no CEA, apesar da assessoria dos técnicos em Administração. E parece ser parte da manutenção da autonomia do CEA em relação à possibilidade de tutela pelo Conselho Consultivo.

A matriz empresarial se manifesta novamente: na necessidade de se organizar para a disputa do lixo que tende a se efetivar com iniciativas privadas, na autonomia que a coordenação exerce na administração (mesmo aquelas que dependeriam do aval da administração municipal), no reconhecimento do empreendedorismo da líder do CEA e da sua liderança comunitária, na eficiência dos associados em produzir materiais para reciclagem com o menor índice de rejeitos na comparação com os outros galpões de triagem organizados em torno da coleta seletiva de Porto Alegre. A mesma matriz pode ser observada, ainda, no uso das competências dos sujeitos conforme os objetivos que se quer alcançar:

[...] quando a gente vai num lugar a gente leva (a líder do CEA), ela tem força. Ela não consegue chegar nesses lugares, nós conseguimos, qual é a nossa estratégia: a gente consegue porque a gente conhece as pessoas. A gente conhece o presidente da Ospa, a gente consegue uma reunião com ele, a gente consegue que ele vá lá na Vila. Agora quem tem que falar é ela, quem é a liderança, que é premiada, que é ‘a nega vileira pobre,’ como ela se chama, se autointitula, é ela. Ela está falando em nome dos excluídos. Eu não tenho esse direito.

A remuneração diferenciada conforme as hierarquias internas, a necessidade de controlar o número de associados para não diluir demasiadamente os lucros, e a percepção da necessidade de implementar uma gestão ambiental (que é dificultada pela alta rotatividade dos associados) são marcas do jeito de agir empresarial que intervêm na construção da identidade do CEA. Mas, além de encontros, essa interação é marcada por táticas de resistência. Entre as formas de resistência presentes nessa interação está o conflito entre diferentes racionalidades: uma dominante e outra alternativa a esta. A primeira oriunda do campo científico, a segunda da cultura popular. A racionalidade administrativa “letrada” é tensionada pelos modos de administrar – jeitos de fazer – do CEA enquanto movimento popular. Essa tensão é resolvida na negociação, a fim de manter a parceria que é estratégica para a construção do CEA enquanto uma organização social diferenciada em relação aos outros galpões de triagem. Um desses jeitos de fazer não dominantes do CEA é não demitir duas pessoas da mesma família, que se refere, ainda, a uma ética feminina, maternal, que se contrapõe com as lógicas usadas pelo campo científico, consideradas frias: “*viam isso aqui como uma empresa que tinha que dar dinheiro [...] cadê o social?*”. A ética do CEA acaba incidindo sobre os jeitos de fazer do campo educativo, como afirma o professor. O mesmo acontece no sentido contrário.

Já a matriz ambiental se explicita na cultura do CEA no que se constitui a matéria-prima que envolve o trabalho dos associados, que é oriunda do descarte da sociedade de consumo, e resulta no menor uso de recursos

naturais. A mesma matriz surge de forma negativa na percepção do fornecedor de resíduos sólidos sobre a falta de “*preocupação ambiental*” que o CEA demonstra ao recolher os resíduos sem conversar com o fornecedor sobre formas de elevar a qualidade do seu lixo, na falta de cuidado na apresentação dos associados que recolhem sem uniformes e identificação, na falta de cuidado com a segurança pessoal destes (sem luvas, sem cuidados com a higiene). O CEA não se constitui de fato um centro de educação ambiental porque a comunidade interna demonstra não estar educada para essa problemática, porque não investe na sua imagem ambiental dando continuidade a uma imagem predominantemente social (de mulheres excluídas e violentadas pelos maridos), e, ainda, porque a questão ambiental, quando é abordada, assume a ótica de “*culpa social*”: “*nós estamos trabalhando com o lixo humano, que vocês mandaram pra cá [...] vocês que produzem [...] os ricos*”. Trata-se de uma afirmação paradoxal, já que, se não houvesse estes culpados, não haveria o CEA e o seu papel de “*benfeitor*” da sociedade de consumo. E também porque são estes “*ricos*” que acabam patrocinando as obras do Centro Cultural.

A matriz socioeconômica guia a escolha da família da arquiteta por apoiar o CEA, porque é um potencial gerador de emprego e renda, e novamente na forma desigual de remuneração, que pouco afeta a condição de exclusão socioeconômica de associados que trabalham na separação.

A matriz cidadã-comunitária surge no início da trajetória da organização, com a parceria que se faz com o campo institucional-governamental. O CEA é um dos dez galpões de triagem de lixo ligados ao DMLU no seu programa de coleta seletiva. Depois esta matriz retorna com a parceria da “*rede de contatos*” que resulta no Conselho Consultivo e na construção do Centro Cultural. E está sempre presente nos conflitos contínuos que marcam a relação do CEA com o DMLU (interdição do *Baby*, diminuição de resíduos sólidos da coleta seletiva depositados no CEA, negação da clínica do Hospital Menino Deus dentro do CEA, embargo do prédio do Centro Cultural, disputa em torno do poder sobre o galpão de triagem – que é mais forte quando está à frente do DMLU o ex-diretor A, como veremos em capítulo próximo). De forma contraditória, a matriz institucional governamental se manifesta no discurso do CEA na percepção que tem da necessidade de o poder público ser parceiro do projeto. Uma relação próxima ao ditado popular: “*ruim com ele, pior sem ele*”.

Por fim, a matriz cidadã-comunitária se apresenta na parceria com a rede de contatos formada pelos voluntários especializados de diversas áreas de conhecimento, na solidariedade da família da arquiteta com a comunidade da Vila Pinto, na solidariedade de empresas que fazem doações de materiais para a construção do Centro Cultural, e que possibilitam as bolsas de trabalho para os adolescentes do projeto de reciclagem de papel artesanal. Ainda em relação à rede de contatos, observamos o viés da cidadania na relação com a

comunidade regional quando se analisa a interação entre a administração informal do CEA e a administração proposta pelos técnicos, que admitem ter gerado um aprendizado mútuo, quando esta parceria possibilitou o envolvimento de voluntários com uma causa social, e quando o conhecimento adquirido via extensões universitárias retorna para a comunidade universitária em forma de relato de experiência vivida feito em sala de aula. Também ao ser dada cientificidade a essa parceria, seja em trabalho de dissertação de aluno ou em forma de artigos científicos, ou desenvolvendo *softwares* para o controle de finanças – o conhecimento construído na ação comunitária é socializado para outras organizações de natureza semelhante.

A matriz cidadã-comunitária está, também, no apoio à autonomia dos associados do CEA para que se apropriem da tecnologia e deixem de lado a tutela dos universitários, e na percepção da necessidade de respeitar a caminhada da ONG e sua autonomia para decidir sobre os “*conselhos*” técnicos que surgem da assessoria. Na nossa análise, entendemos que a mesma matriz surge ainda na intermediação do Conselho Consultivo nos conflitos entre o CEA e o DMLU, e na decisão da coordenação do CEA de, quando “*demitir um associado*”, não demitir dois da mesma família. Encontramos novamente a presença desta matriz no reconhecimento da sociedade nos níveis local, regional, nacional e internacional do projeto social que o CEA oferta, considerado referência conforme as premiações.

c) Das interações comunicacionais do CEA com os campos sociais

O CEA e o campo dos movimentos sociais

Para analisar as interações comunicacionais do CEA com o que estamos denominando o campo dos movimentos sociais, vamos observar como se dão as relações com organizações sociais que acabam determinando matrizes culturais formadoras da identidade do CEA: o movimento de mulheres, o movimento social religioso e o movimento dos catadores (separadores) de resíduos sólidos. Começamos fazendo uma revisão rápida sobre a história do feminismo no mundo.

Quando o movimento operário deixa de ser um movimento para se tornar uma força política, para Touraine, um dos domínios de luta passa a ser o movimento das mulheres. Os outros são os movimentos regionais e o movimento antinuclear. No caso do feminismo, ele passa a ser importante quando se constitui como movimento das mulheres, ultrapassando os limites e as contradições do feminismo, e lutando contra a relação de dominação e pela defesa do que essa dominação destrói. Comunidades e grupos acabam sendo lugares de elaboração dos movimentos sociais das mulheres, que querem

transformar o conjunto da sociedade. A sua fraqueza se constitui quando designa como adversário o homem.⁶⁹

Sanchez (2001) escreve que o feminismo é um movimento que surge no núcleo da democracia da modernidade, questionando e denunciando as exclusões da democracia e da cidadania, e que permite perceber as incoerências internas e as tensões do discurso ilustrado. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, que teve como um dos seus mentores principais Rousseau e que serve de síntese do discurso ilustrado, explicita já no seu nome as incoerências e limitações dos valores universais. O espaço público é um espaço para os iguais, quando a mulher não era considerada uma igual, sendo, portanto, excluídas do contrato social. É a partir dos espaços intermediários que as mulheres começam a participar de atividades políticas. É por meio dos salões literários em casas de mulheres da burguesia e da aristocracia, frequentados por mulheres da elite intelectual, social e artística, que se inaugura no espaço doméstico um espaço com conotações públicas. Os primeiros salões se criam em Paris, no século XVII e se ampliam para Londres e Berlim no século XVIII. É nesses espaços que se manifestam livremente a sexualidade, conhecimentos filosóficos e científicos. Dos salões literários domésticos, elas passam a participar de clubes literários e políticos, sociedades frequentadas por homens e mulheres, onde se discutiam ideias ilustradas e apoiavam-se os direitos das mulheres. Crescem as demandas pelos princípios universais de justiça: liberdade e igualdade aplicáveis a toda humanidade, incluindo as mulheres e os negros escravos.

Especificamente, as mulheres lutavam pelo direito à educação, ao trabalho, direitos matrimoniais e ao voto. Essas reivindicações serão uma constante ao longo do século XIX e XX. O feminismo do século XIX correspondia a um movimento de mulheres da classe média que lutavam por direitos liberais da sua classe.

No século XIX, o discurso feminista se desenvolve principalmente nos Estados Unidos, onde as mulheres alcançaram direitos à educação e ao trabalho antes das europeias, e onde cimentaram as raízes de outros movimentos sociais, como o abolicionismo e o da reforma moral. O movimento republicano vai favorecer o movimento das mulheres, permitindo sua organização em

69 O movimento antinuclear, que o autor chama de ecologia política, o qual também foi animado por inúmeras mulheres, tinha uma definição clara do seu adversário de combate, o que fez dele um instrumento privilegiado de transformação de uma contestação cultural em luta social e política. Os movimentos sociais “aparecem de todos os lados, ultrapassando o domínio chamado político e quebrando os limites dos problemas considerados sociais”. Para Touraine, necessitamos de instituições mais doces. “A maior força dos aparelhos tecnocráticos é a sua capacidade de definir e impor normas; recriemos pois espaços sem normas, marginais, mal definidos, semelhantes àqueles de que, de vez em quando, cada um sente necessidade” (TOURAINÉ, 1981, p. 177).

associações filantrópicas, permitindo a elas engendrarem discursos na ação política. As mulheres sufragistas apropriaram-se dos argumentos do universalismo, republicanismo e direitos individuais. Na Europa, no século XIX, a questão da emancipação feminina esteve ligada ao socialismo. O triunfo da revolução socialista supõe a emancipação e o triunfo das mulheres. Mas a questão da mulher se dissolveu na questão social. Como as questões feministas não eram prioritárias para o socialismo, a luta das mulheres se dava dentro do socialismo, quando sentiam a opressão masculina, e fora dele em relação ao capitalismo, que oprimia os trabalhadores. A mulher sofria dupla opressão: como mulher e como trabalhadoras, já que tinham conseguido o direito de trabalhar. No século XIX as mulheres desejavam deixar para trás o papel da mulher mãe e esposa, para tornar-se independente econômica, psicológica e sentimentalmente. Desde lá também já se colocava a questão do amor livre para as mulheres como parte da sua independência, o que se configurava como direitos sexuais e reprodutivos. No final do século XIX, a consciência feminista se internacionaliza, com a criação de uma rede de feministas internacional, que agremiava reivindicações socialistas, sufragistas, pela paz e pela liberdade. Mas foi só no início do século XX que o direito das mulheres ao voto é reconhecido, gradativamente, em vários países.

O segundo momento histórico do feminismo já se refere ao feminismo contemporâneo, trazendo novos temas para o debate, novos valores sociais e uma nova autopercepção das mulheres. Entre os temas em debate, destacam-se a ampliação de direitos, o reconhecimento pleno da igualdade, a reivindicação da sexualidade livre, a invisibilidade do trabalho doméstico das mulheres, a denúncia dos estereótipos femininos (mulher esposa, ama, mãe, objeto sexual). O feminismo desenvolve-se em três visões distintas, que representam uma variedade de reivindicações, objetivos, procedências políticas e teóricas dos seus protagonistas: o feminismo liberal, o feminismo radical e o feminismo socialista.

O feminismo liberal se desenvolve entre a Segunda Guerra Mundial e os finais dos anos 60. A política dos direitos individuais do feminismo liberal exige para as mulheres o direito à autodeterminação, à liberdade de decisão em caso de aborto, o direito à educação e igualdade de oportunidades. O feminismo radical surge durante os anos 60 e 70, nos Estados Unidos, e afirma que a estrutura de dominação e opressão vivida pelas mulheres é resultado do exercício de poder masculino presente em todos os contextos da vida, pública e privado. O feminismo radical explicitou os mecanismos de opressão presentes nas relações sexuais, na família, na sociedade, e na política. O legado deixado pelo feminismo radical foi, portanto, tocar em temas até então inéditos. Assim como o feminismo radical e liberal, o feminismo socialista tem suas raízes na experiência da prática política das mulheres, e na intenção de explicar por

que as mulheres e suas preocupações eram marginalizadas nas organizações de esquerda. O feminismo socialista analisava a opressão das mulheres em termos econômicos, e também vai adotar elementos do feminismo radical como categoria explicativa – caso do patriarcalismo. Para as socialistas, o poder tem suas raízes tanto na classe social quanto no patriarcado. A união de ambos os sistemas de dominação patriarcal/sexual e capitalista/classe será conhecida como a Teoria do duplo sistema, que constitui um dos principais aportes teóricos das feministas socialistas.

Segundo a politóloga Carole Pateman, a dicotomia entre o privado e o público ocupa um papel central em quase dois séculos de textos e luta política feminista, tratando o feminismo fundamentalmente desta dicotomia. Enquanto à mulher estaria reservado o papel de orientação doméstica, ligada às funções de mãe, ao homem associam-se funções no espaço público, econômicas, políticas e militares, em instituições e noutras formas de associação, onde podem adquirir autoridade e formar hierarquias num mundo separado do das mulheres. Cynthia Nelson, citada por Sanchez na mesma obra, defende que não só os homens desempenham um papel político, mas as mulheres desempenham um papel político crucial nos laços estruturais que se estabelecem entre grupos de parentesco na sociedade, sendo estes grupos instituições sociais fundamentais. Por sua posição na família, as mulheres influem na vida social dos homens, nos rituais, nas tomadas de decisões, portanto, de atividades públicas, as redes de solidariedade de mulheres exercem controle social e influência política.

Para Maquieira (2001), o estudo de mulheres em contexto de pobreza tem questionado a separação entre privado e público, e tem criticado a política que se restringe à esfera pública da vida humana e no âmbito da ação masculina, sem levar em conta que o privado e o pessoal não são apolíticos. Trata-se das ações políticas cotidianas que Martin-Barbero trabalha a partir da apropriação da mídia feita por mulheres latino-americanas em estado de pobreza. A politização do doméstico se dá com a participação das mulheres em atividades coletivas que objetivam melhores condições de saúde e sanitárias, redistribuição alimentária etc. ou seja, quando as mulheres se mobilizam para satisfazer necessidades básicas das suas famílias, buscando melhores condições de vida. Essas atividades também assumem importância na reivindicação de soluções para superar condições de opressão e injustiça que afetam as comunidades onde vivem, o que não pode deixar de ser considerado uma ação política. A ampliação do conceito de política se deve a que tais práticas não apenas contribuem para mudanças de decisões nas casas e comunidades onde vivem estas mulheres, mas também porque as mulheres desenham e implementam programas de ação para mudar a vida das suas localidades em direção à justiça social e ao aprofundamento da democracia. A democratização

dos espaços é uma tarefa que cabe a todos, homens e mulheres. Por esses argumentos, dicotomia público privado para discutir a subordinação feminina parece insuficiente.⁷⁰

Para Jaggar (apud Beltran Pedreira, 2001, p. 191), o feminismo contemporâneo “*trata de identificar e desafiar as formas com que as mulheres têm sido excluídas dos modos em que se tem legitimado sua subordinação desde as correntes de pensamento dominantes*”. Os debates no âmbito da justiça têm sido abundantes e vitais, e reivindica-se que as diferenças sejam contempladas pela substituição de um universalismo substitucionalista (no sentido de que o universal é representado por sujeitos adultos, proprietários, brancos, homens), por um universalismo interativo, que reconhece a pluralidade de modos de ser humano, e as diferenças entre estes, sem prejuízo moral e político devido a essas pluralidades e diferenças (BENHABID apud MAQUIEIRA D’ÂNGELO, 2001). Segundo Beltrán, a cidadania diferenciada inclui as reivindicações de mulheres, negros, indígenas, pobres, anciãos, jovens, trabalhadores [...] Essas inclusões no sentido de cidadania são feitas no final do século XX, quando novos conceitos tomam o imaginário político: identidade, diferença, dominação cultural, reconhecimento.

A luta pelo reconhecimento está se convertendo rapidamente na forma paradigmática do conflito político no final do século [...] A dominação cultural recoloca a exploração como injustiça fundamental. E o reconhecimento cultural recoloca a redistribuição socioeconômica como remédio contra a injustiça e objetivo de luta política (FRASER apud BELTRÁN PEDREIRA, 2001, p. 219).

Para Fraser, a tradicional luta por igualdade do movimento feminista é substituída pela busca de igualdade social e reconhecimento. A igualdade social apela para mudanças na realidade de injustiça econômica e cultural, práticas que se entrecruzam. A reivindicação do reconhecimento se faz em termos de igual dignidade e igual valor moral para todas as pessoas. A identidade das pessoas vem do modo como integram, refletem e modificam sua própria herança cultural e a daqueles com os quais se relaciona. A exigência de reconhecimento é importante porque se vincula à identidade, o que se refere à interpretação que a pessoa faz acerca de quem é e as características

70 É somente nos anos 70 do século XX que acadêmicas feministas anglo-saxãs concretizam o conceito de gênero para referir-se à construção sociocultural de comportamentos, atitudes e sentimentos de homens e mulheres. Sexo ficou definido como as características anatômicas dos corpos, a genitalidade, as características morfológicas do aparelho reprodutor e aspectos como as diferenças hormonais e cromossômicas. Por gênero/ ficaram entendidas as elaborações culturais do feminino e do masculino. Muitos investigadores tratam via uma perspectiva dialética para mostrar as múltiplas interações e a influência recíproca entre a cultura e a biologia, ou seja, entre gênero e sexo.

que a definem enquanto ser humano. A identidade se molda em parte pelo reconhecimento ou falta dele, ou seja, é em parte construída a partir da relação com o outro. Sendo a falta de reconhecimento uma forma de opressão. No caso do feminismo, nas sociedades patriarcais as mulheres têm sido obrigadas a internalizar um sentimento de inferioridade. O mesmo sentimento se dá entre aqueles que são excluídos de alguma forma da sociedade pelas características étnicas, raciais, de idade, de acesso aos direitos de cidadania. O reconhecimento público é parte constituinte fundamental na construção da identidade.

Segundo Alvarez (2001), desde o iluminismo, o feminismo preconizava a ideia de liberdade, igualdade e justiça como um modelo homogêneo e universal. Mas o feminismo radical, que data dos anos 70, inaugura um novo olhar. E assim começam a se colocar as primeiras características do feminismo da diferença. O feminismo da diferença surge como uma resposta às teorias cujos conceitos são caracterizados como universais, pertencentes a todas as pessoas sem distinção. Diferente do modelo homogêneo do feminismo com raízes ilustradas, o termo diferença apela às características que distinguem as pessoas, traços particulares e singulares, apela à heterogeneidade, portanto. O feminismo da diferença terá três tendências: o feminismo cultural e o feminismo pós-moderno, além do feminismo que assinala a diferença dentro da diferença.⁷¹ O feminismo da diferença dentro da diferença propõe que as mulheres não são um grupo homogêneo. Diante das contínuas vozes das diferenças de intensidade variáveis, esta teoria pontua que não existe um modelo único nem uma problemática única da mulher, e que as supostas características comuns correspondem às mulheres brancas, heterossexuais e de classe média de países ocidentais. Das correntes do feminismo da diferença dentro da diferença há o feminismo negro e o feminismo lésbico.

71 O feminismo cultural considera as mulheres como um coletivo com uma identidade específica que se opõe à dos homens, e assim também se difere da construção de feminilidade dos homens. Propõe analisar as mulheres a partir das suas particularidades, o conjunto de características naturais que contribuem para a conformação de uma essência feminina, destacando-se os valores próprios das mulheres vistos pelas mulheres. Nesta linha inclui-se também a tendência feminista da ética do cuidado e maternal. Esta considera a maternidade como prática geradora de uma ética específica que considera três demandas fundamentais: de preservação, de crescimento e de aceitação social. Feminismo pós-moderno representa uma radicalização da ideia da diferença. As feministas pós-modernas rechaçam o projeto ilustrado com sua concepção unitária de sujeito, e propõem uma concepção da pessoa não vinculada a características ou propriedades universais, mas sim ligada a um contexto, uma cultura e uma situação social concreta. As pós-modernistas recorrem à retórica com afirmações sistemáticas setenciando a 'morte do homem', 'a morte da história', a 'morte da filosofia'. Denunciam a história masculina do sujeito, que não é neutra a respeito do gênero, mas faz sua leitura a partir do olhar masculino e com pretensões de uma razão transcendental. Segundo Beltrán, a maior insatisfação que o pensamento pós-moderno deixa é a falta de análise prospectiva, a carência de um projeto.

O feminismo negro parte de uma dupla crítica à teoria feminista: a perspectiva universalista adotada para falar do gênero como categoria única e a falta de consideração pela diferença entre as mulheres; e, de outra parte, afirma que a universalidade exclui as mulheres negras, marginalizadas pela própria teoria feminista. O feminismo seguiu na sua história uma trajetória racista. O feminismo, desde sua origem, tem excluído tanto as mulheres negras como aquelas de outras realidades históricas, culturais, sexuais e econômicas distintas das primeiras protagonistas brancas ocidentais, de classe média. A luta da mulher negra inclui lutar com os homens negros contra a opressão do homem branco, além de lutar contra a opressão da mulher negra pelo homem negro, e da mulher negra pela mulher branca. O feminismo negro surge norte-americano. Luta contra a escravidão, contra a opressão, contra a marginalização, contra a pobreza, contra as violações, contra o racismo e, também, contra todas as formas de opressão contra as quais lutavam as mulheres brancas primeiras protagonistas do movimento feminista. É desse cruzamento de lutas que se faz o movimento das mulheres negras como um movimento diferente dentro do movimento feminista das diferenças. Portanto, como pudemos observar nesta rápida retrospectiva histórica do feminismo,

[...] a teoria feminista não é um bloco homogêneo de pensamento, e portanto cabe diferenciar distintos enfoques que [...] sustentam posições que vão desde posturas com claras apelações ao universalismo até o particularismo essencialista, cultural, passando pela desintegração pós-moderna de qualquer categorização. Apesar desta pluralidade de posições teóricas, convém não perder de vista que o feminismo como movimento e teoria emancipadora parte de uma constatação, parte do fato de que as mulheres, só pelo fato de serem mulheres, têm sido e são discriminadas nos distintos âmbitos da vida e que, portanto, suas possibilidades e oportunidades são comparativamente menores e qualitativamente piores que as dos homens. Esta constatação abre um leque de possibilidades tanto para interpretar como se estrutura a discriminação como para propor modelos de superação da mesma [...] Distintas correntes da prática e da teoria feminista têm buscado a emancipação por distintas vias mostrando uma riqueza analítica muitas vezes silenciada. O feminismo, como qualquer outra disciplina teórica, encerra uma pluralidade de enfoques possíveis que, sem dúvida, não deveriam fazer-nos duvidar dos objetivos sobre os que estão em sintonia as distintas perspectivas (BELTRÁN, 2001, p. 279).

Dentro desse cruzamento de matrizes que a questão do gênero incorpora na trajetória histórica do movimento de mulheres, a Themis é fundada em Porto Alegre, em 1993, por mulheres formadas em Direito, com a missão de ampliar as condições de acesso à justiça. As idealizadoras do projeto partiam de dois pressupostos: falta de conhecimento e consciência de mulheres de classes populares da sua condição de sujeitos de direito, para defender tanto os seus

direitos como o de outras pessoas da comunidade (questão de cidadania); e a cultura dos aplicadores da lei, que tem que garantir os direitos fundamentais.

Baseado nesses pressupostos, a Themis organiza suas linhas de intervenção e o projeto mais importante, que lhe dá visibilidade/reconhecimento público nacional e internacional: Promotoras Legais Populares – PLPs. O PLPs é um curso de capacitação de lideranças comunitárias para que atuem como multiplicadoras. O curso oferece noções básicas de direito, específicas de direitos humanos, sobre o funcionamento do Estado e do sistema judiciário. As PLPs atuam nas comunidades de 11 estados, envolvendo 30 ONGs no país. As PLPs capacitadas acabam tendo projetos próprios de mudança, além da defesa dos direitos humanos, segundo a coordenadora da Themis.

A líder do CEA foi uma das alunas do primeiro curso de PLPs da Themis. É por intermédio da Themis que ela conhece a irmã do Irmão marista, – e, por consequência, o projeto dos galpões de triagem –, em uma viagem a Mar del Plata, na Argentina, durante a conferência regional de mulheres das Américas (uma preparação para a Conferência Mundial de Mulheres em Bejin, de 1995). Lá, a líder do CEA se depara com o mapa da pobreza no mundo, e descobre que, segundo a Organização das Nações Unidas, a Vila Pinto localiza-se dentro de uma das regiões mais pobres do mundo. Ao voltar para Porto Alegre, ela pede assessoria da Themis para montar um projeto relacionando à necessidade de trabalho e renda para as mulheres da Vila Pinto e uma alternativa para o problema do lixo. Na época a Themis estava envolvida com a GTZ, entidade alemã de financiamento de projetos sociais, que acabou apoiando a ideia. *“(líder do CEA) é uma pessoa que tem um potencial muito grande, uma liderança muito forte. Tem vários talentos pra articulação política”,* analisa a coordenadora da Themis. A irmã do Irmão marista conta que a GTZ qualificou as lideranças com *“tecnologia social”*. E o CEA acabou sendo escolhido entre mil projetos da GTZ para representar a experiência como projeto social mundial na Feira de Hannover, na Alemanha, em 2000. Com o apoio da Themis, da GTZ e do Irmão marista e sua irmã, a líder do CEA reuniu as mulheres e fundaram o galpão de triagem, com a infraestrutura do poder público.

O projeto do Centro de Educação Ambiental Vila Pinto começa, então, a partir de valores feministas trabalhados pela ONG Themis, que *“contaminam”* as mulheres da Vila Pinto via processo de conscientização do problema da desigualdade de gênero na sociedade. Como Promotora Legal Popular, a líder do CEA utiliza a informação das PLPs, e o marco teórico que possibilita as mulheres a sair do ciclo da violência, a partir do entendimento do que é a violência, como ela se constitui e se estrutura nas relações sociais. A coordenadora da Themis entende que, antes da formação da Themis, a líder do CEA via na sociedade o problema da violência contra a mulher, mas não tinha as ferramentas teóricas ainda para entender que se tratava de um problema além

da realidade que a circundava. Ela teve acesso a essa compreensão a partir da abordagem do curso da Themis. A Themis toma como base os ensinamentos da Joan Scott, uma feminista norte-americana, que diz que as relações sociais são construídas a partir de três diferenças fundantes: as diferenças sexual, racial e de classe. A partir do valor que é atribuído a cada uma dessas diferenças são estruturadas as relações sociais.⁷²

A (líder do CEA) é mulher, negra e pobre. Esta apropriação que ela fez de compreender que é uma pessoa que pode atuar no mundo como qualquer outra. Compreender que estas discriminações podem ser superadas, a partir de uma nova colocação no mundo. Ela utilizou muito bem a liderança dela pra se colocar no mundo de outro lugar. Ela deixou de estar excluída, de ser uma mulher violentada nos seus direitos de igualdade, na relação familiar ela deixou de ser a mulher submissa, sem possibilidade. Ela cruzou essa potencialidade dela e se transformou num paradigma, numa referência importante. Se projetou não só no movimento de mulheres, mas num projeto mais amplo pra sociedade. Que é essa questão ambiental. Ela juntou nesse projeto o recorte da questão de geração de renda. Ela tava preocupada com a pobreza das mulheres, com a desigualdade revelada desta forma também. Esse empoderamento que ela possibilitou nesta região às mulheres fazem também o cruzamento dessas três diferenças. Ela foi muito feliz no projeto. É uma liderança muito especial que temos na cidade.

Segundo a coordenadora da Themis, a líder do CEA é um exemplo de “*mudança de lugar*” de vítima para protagonista, a partir do processo de construção da consciência e da cidadania. Ela foi a aluna do curso de PLPs que mais se destacou na mídia, o que, para a representante da Themis, deve-se ao fato de estar a frente de um projeto que adquiriu dimensão internacional a partir do prêmio na Feira de Hannover, na Alemanha, em 2000. Segundo a coordenadora da Themis, a líder do CEA tem

[...] uma capacidade de comunicação incrível, organiza bem o pensamento, tem facilidade de verbalizar, de elaborar o pensamento. Ela tem muita sensibilidade nas relações, então ela consegue circular bem nos meios e nas diferenças. Ela não é uma pessoa que se deixa rotular. Ninguém se apropria da cabeça da (líder do CEA). Ela é uma pessoa que tem um projeto, e um projeto que não pode ser cooptado por nenhum outro projeto maior. Esta é uma das características que facilitou esse projeto se manter, se consolidar e ter uma identidade própria. Isso é resultado de características pessoais dela, de habilidade de comunicação e relacionamento. Comunica bem, seu pensamento tem coerência. O galpão tem uma respeitabilidade grande, é referência como projeto social [...]. Ela potencializou a habilidade de comunicação, de articulação do discurso. Ela tem muita abertura, não

72 A coordenadora da Themis explica que atualmente a líder do CEA é uma PLP cadastrada pela Themis, envolvida no projeto, mas não está no cotidiano atuando na ONG. O CEA tem servido de suporte político para o trabalho do SIMs. Fazem parcerias. Trabalham em rede.

é uma pessoa fechada [...] Ela cresceu muito como liderança. E nisso ela se distingue de outras lideranças. Ela tinha uma coisa que era dela, que ela tinha constituído antes do projeto.

A líder do CEA conta que, quando as mulheres da Themis chegaram na Vila ela percebeu que se tratava, realmente, de um projeto de acesso ao direito de quem está excluído. Ela conta que neste momento pensou:

Preciso fazer alguma coisa, pra no mínimo um dia elas dizerem ‘Nosso projeto deu certo’. Alguém se salientou. E eu tenho que incorporar isso. Eu me reconheci diferente. Com minha fluência verbal, minha facilidade de comunicação, me levavam pra fazer palestra em tudo que é lugar. Eu também comecei a perceber: eu tenho a oportunidade que as mulheres da minha Vila não têm. Portanto, a responsável pra levar isso pra Vila sou eu. Porque sou eu que saio. Eu queria que os políticos tivessem este comprometimento que eu tenho.

Desde a fundação do CEA, aos poucos, as mulheres foram ficando mais vaidosas. “*Antes elas nem se olhavam. Tem sempre que ter uma pessoa pra falar. Eu falo. Gente, vamos deixar de lavar cueca de marido. Deixa ele lavar. Eu virei um símbolo. Eu fiz uma coisa pras pessoas se antenar pra essa história*”. Hoje, nas reuniões do CEA, entram na pauta tanto assuntos administrativos como reflexões sobre a subjetividade feminina, como estes e outros. A coordenadora da Themis preocupa-se com a personalização que percebe no trabalho da líder do CEA, e com a “*confusão*” que se percebe entre as identidades dela e do CEA. Para a coordenadora da Themis, isto cria uma dificuldade para o movimento social.

Se o projeto tem caráter público, ele precisa de mecanismos de circulação de poder [...] Um projeto social não pode ter a identidade de uma pessoa. Isso pode servir por um período de consolidação, mas deve ser visto com cuidado. E se tu tira da manga quem tu quer que te suceda tu não vai segurar o projeto, porque se é um projeto coletivo então tem que ser apropriado por um conjunto de pessoas que estão envolvidas naquele projeto, pra não ter uma disputa interna, corrosiva. O movimento comunitário, social, de base, e qualquer movimento social tem que ter esta preocupação de dar este caráter público.

A líder do CEA afirma que continua articulada com a Themis e com o movimento feminista, participando de eventos como a Marcha Mundial de Mulheres⁷³. Esta articulação demonstra que o CEA incorpora a matriz dos novos movimentos sociais, da cidadania que surge da comunicação e articulação em

73 A Marcha de Mulheres reúne entidades de vários locais de Porto Alegre, como entidades, ruas e praças, as quais desenvolvem um trabalho de defesa e promoção da mulher, com oficinas de sexualidade, comida alternativa, tranças. O CEA é um dos lugares onde a Marcha das Mulheres trabalha.

rede. Redes temporárias, entre outras redes mais fixas. A própria interação do CEA com o movimento social religioso se dá a partir de uma rede de comunicação interpessoal, articulada pela Themis, que vai gerar o encontro entre a líder do CEA e a irmã do Irmão marista.

A irmã do Irmão marista explica que o interesse dela e do Irmão pelo CEA se deve ao fato de a organização ter um trabalho criativo. *“A Igreja também se renova tendo como fonte o trabalho nas periferias”*. No evangelho, lembra ela, *“os pobres são os portadores da boa notícia. Pois os pobres se unem na desgraça. Tem solidariedade. Na classe média é difícil”*. Para ela, a dificuldade do trabalho coletivo é a dificuldade da relação social. A articulação só acontece se há uma liderança no grupo e laços sociais.

Na Cavahada, trabalham todos juntos, mas são apenas duas famílias. Aí entra a questão dos laços, que são determinantes. No CEA tem a questão dos laços porque lá já tinha uma comunidade, isto ajuda a experiência a dar certo. Não são itinerantes [...].

Para o professor e educador popular, é a agitação cultural em um território que faz despertar lideranças. Instituições, pesquisadores, intelectuais circulando na vila, jornal comunitário, rádio-poste, assessorias e outras iniciativas da sociedade civil criam participação, manifestações populares, festas, quermesses. Desta forma, a agitação/movimentação cultural faz despertar lideranças. Segundo ele, a líder do CEA é de uma tradição de fortalecimento de segmentos da sociedade civil que vê esgotadas as ações tanto dos partidos políticos quanto do poder público. Esses segmentos se auto-organizam de forma a resguardar sua independência em relação a outros setores, com matriz na experiência das pastorais da igreja católica e nas CEBs. Para o professor e educador popular, *“esta nova forma de organização representa uma retomada das comunidades de base sem o eclesiástico explícito, e sem o reduto de oposição às forças de ditadura em que as CEBs surgem”*. Esta retomada das CEBs sem o aspecto eclesiástico e sem o adversário da ditadura requer que se pense em outras formas de comunidades de base popular, atreladas às mudanças sociais, econômicas, políticas e comunicacionais contemporâneas. Trata-se de outras redes, agora menos locais, sem deixar de ser, e também transnacionais. A possibilidade de uma releitura do movimento das CEBs a partir de comunidades populares globais que lutam contra a exclusão com um discurso que abrange temas globais como a questão ambiental é a utopia atual do pioneiro dos galpões de triagem, hoje parceiro da líder do CEA, o Irmão marista.

Eu gostaria de colocar lá (no Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto) a primeira comunidade ecológica de Base do RS. Não tem nenhuma do Brasil. É uma CEB da era da ecologia [...] Procuro realizar uma mística, não vamos

organizar povo se não tiver um fogo interior muito forte que dê dinamismo. A força do MST é a mística. A mística do MST é com bandeira, com canto, com grito, com símbolos. É impressionante. Eles não resistiriam embaixo daquelas lonas pretas se eles não tivessem essa mística. Não conseguimos botar nos movimentos urbanos essa mística [...] O CEA com a mística seria a primeira comunidade ecológica de base, enquanto movimento urbano. A (líder do CEA) já faz um pouco, reúne pra um pai nosso. Já botei uma imagem da Nossa Senhora Aparecida dentro do galpão. Uma Nossa Senhora Aparecida ecológica, surgida a partir de uma santa que foi encontrada no lixo da Ilha e reconstruída pelas mulheres recicladoras [...] A fé só pode explodir a partir do cotidiano. Quando o ser descobre a dimensão divina no seu cotidiano [...] Está faltando isso. A gente não teve muita ocasião de fazer esse trabalho com esses catadores, porque a necessidade de sobrevivência é muito grande. Temos que recomeçar esse trabalho [...] O sonho é fazer dos catadores o MST da cidade.

O Irmão marista percebe que lideranças populares da mesma estirpe da líder do CEA só são encontradas “*por atacado, no Movimento Sem Terra*”, movimento do qual ele também foi um dos fundadores, a partir da criação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. A irmã do Irmão marista entende que a líder do CEA é procurada pela mídia porque existe carência na agenda midiática deste tipo de trabalho.

E quando dá certo a corrida é pra lá. Não sei até que ponto não atrapalha [...] A (líder do CEA) tem claro a questão que a mídia dá visibilidade. É mostrar uma experiência bem sucedida [...] A gente costuma dizer que ela representa um sonho, uma utopia que a gente sempre buscou no movimento popular, no movimento dos catadores. Chegou onde queria que chegasse. Que o gênio pudesse se desenvolver. O gênio não tem como emergir com as condições materiais como estão [...] Uma figura ética que é um chamamento. Ela é esta esperança possível. As pessoas teriam que ter oportunidade, ter propiciado o que foi propiciado a ela. Ela não deixou passar esta oportunidade. Conseguiu abraçar a vida. Abraçar as oportunidades que tem. Sobre a questão da mídia, ela dá um enfoque (na líder do CEA) e as outras do galpão meio que ficam [...] A (líder do CEA) tinha que ter uma estratégia [...] teria que possibilitar que as outras botassem para fora também [...] A pessoa quando é brilhante demais as outras meio que se intimidam [...] O pessoal recrimina ela quando fala eu. Não adianta falar nós se for hipocrisia. É uma coisa que vem dela, natural [...] Liderança tu não tira do bolso.

O Irmão marista diminuiu sua atuação nos galpões de triagem nos últimos anos. Sua atuação tem se resumido no trabalho dentro do galpão Profetas da Ecologia. O Profetas da Ecologia existe desde 1995, na Vila dos Navegantes, em Porto Alegre, e recentemente passou a ser administrado pelo CEA Vila Pinto, por meio de um convênio assinado com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. O projeto atual tem o objetivo de fazer os catadores individuais se cooperativarem no CEA, já que hoje eles ficam com os resíduos sólidos de melhor qualidade. O

Profetas absorveria os carroceiros para trabalhar, a princípio, individualmente, com o objetivo de ir construindo relações coletivas, gradativamente. A ideia está atrelada ao projeto de remoção de famílias que vivem na entrada de Porto Alegre para casas novas, onde não poderá ser levado lixo, como ocorre ainda hoje. Reuniões estão encaminhando como será implantado o coletivo dentro do Profetas da Ecologia, segundo o Irmão marista.

O professor e educador popular, que conhece tanto o Irmão marista quanto a líder do CEA, aposta que a união não vai longe porque as duas personalidades são “fortes”. O Irmão marista tem uma série de rompimentos antes, e é conhecido como uma pessoa “de difícil relação”, mas “hoje a combinação é muito favorável”, diz o professor, pois percebe uma retroalimentação de interesses, com inimigos comuns (o DMLU e o movimento nacional dos catadores, de facção anarquista). Segundo o professor e educador popular,

O poder de autonomia da (líder do CEA) sempre foi o mesmo, porque ela soube pegar de cada um o que podia ser dado. Ela está com o Irmão marista porque é um nicho que não está com o poder público e não está com o movimento anarquista. E como a pastoral começa a se interessar pelas variáveis: classe trabalhadora, mulher, raça, religião, o Irmão marista se junta com a (líder do CEA) em nome da pastoral da mulher negra, excluída, pobre. É o momento da igreja. A (líder do CEA) veicula todos estes estigmas contemporâneos da igreja. Ela e o Irmão marista se juntam num momento de aproximação não pensada.

O Irmão marista não esconde as divergências com a líder do CEA, como o entendimento de trabalho coletivo, mas confessa: “*Nunca tive coragem de questionar ela a fundo. Porque a experiência dela é a mais válida do Brasil*”. Mesmo supervalorizando a liderança da presidente do CEA, o Irmão marista critica a relação patrão/empregado que se estabeleceu no CEA, e a centralização do poder que não deixa outras lideranças assumirem-se como tal.

Lá no Profetas da Ecologia, eu disse para (líder do CEA) tu já começaste mal lá, porque, se nós queremos um coletivo de trabalho, não pode ser como no teu galpão. Lá tu botaste um da Vila Pinto como guarda e tá pagando 300 reais por mês. Vai pagar 300 pro guarda, mais 300 pro motorista. Tu tem relação patrão/empregado. Coletivo não é isso. Na hora que tu marca um salário pro cara [...] Nós temos que reunir esses do Profeta, fazer um treinamento, dizer: minha gente, todo mundo aqui é pobre, e isso tem que ser auto-sustentável. Fazer toda uma reflexão. Num coletivo é a partir do coletivo que se organiza o regimento interno. Esse regimento interno nós vamos construir através de reuniões regulares, à medida que eles vão crescendo nós vamos melhorando o regulamento. Como se faz a separação, como é que se vende, como é que se compra, como é que cada um ganha, tudo isso vai ser discutido entre o coletivo [...] Nós vamos fazer todos os serviços todo mundo ganhando a mesma coisa [...] eu disse pra (líder do CEA) que lá ela tem essa relação patrão

empregado. Isso não funciona. Lá tu faz uma reunião uma vez por semana e ela praticamente fala sozinha. As pessoas, eu digo, na realidade elas vão no teu discurso. Elas não se sentem responsáveis porque tu é uma liderança muito forte. Que eles cresçam e eu diminua então. Ela sente que tem lideranças ao redor dela, mas, na hora que ela sai, eles ficam desesperados porque não se sentem em condições de assumir todos os trabalhos que ela faz.

Para a líder do CEA, assim como outros que se aproximam do CEA para contribuir, o Irmão marista ensinou, mas *“ele aprendeu muito comigo”*. Da mesma forma, ele também *“se reciclou”* a partir dessa interação. A líder do CEA considera a ideia de coletivo do fundador dos galpões de triagem ultrapassada. Para ela, alguém tem que ter mais poder, e as hierarquias internas devem ser respeitadas.

O Irmão marista vivo representa um mito dos pobres. Ele é um grande articulador da questão das Comunidades Eclesiais de Base, que hoje a gente quer transformar em comunidades ecológicas de base. Eu aprendi muito com o Irmão, e ele aprendeu muito comigo. Praticamente ele se transformou também, ele se reciclou, se modernizou [...] Eu discuto com o Irmão, brigo com ele. Eu não tenho a mesma ideia de coletivo que ele tem. Eu digo, Irmão, eu não tenho a mesma ideia de coletivo que o senhor tem. A sua ideia é maravilhosa, mas já passou. A ideia de coletivo de todo mundo fazendo as mesmas coisas, resolvendo as mesmas coisas, tendo as mesmas determinações, todo mundo mandando em tudo. Não existe. Infelizmente, depois da revolução industrial, a hierarquia precisa acontecer naquele espaço em que tem muitas pessoas. Nisso, eu acredito. E o coletivo também passa a ser um respeito por estas hierarquias. Alguém tem que ter mais compromisso que os outros. Pra mim, não existe essa história de todo mundo ter o mesmo poder.

O Irmão marista entende que a líder do CEA tem que mudar a maneira de trabalhar. *“Essa mudança vem através de curso de formação”*. Além de voltar-se para a reorganização do Profetas da Ecologia, o Irmão marista organiza agora a formação de lideranças dos galpões, com reuniões mensais na Casa da Juventude Marista, onde tem assessoria do Centro de Assessoria Multidisciplinar – Camp. O Camp vai bancar a formação de lideranças de separadores em todo estado do RS. Além dessa ONG, que age de forma independente, outras ONGs trabalham em parcerias com pequenos projetos, repassando recursos que vêm de igrejas da Alemanha. Entre elas, a Avesol (marista), CECA (católica e luterana) e Diacomia (luterana). O Irmão marista aposta na organização de uma frente mundial de economia solidária de resíduos sólidos.

Nós estamos para lançar um discurso que nos vem da Espanha, da chamada economia solidária. A (líder do CEA) foi pra Venezuela num encontro. Na Espanha, tem economia solidária dos resíduos sólidos: resíduos de loja, de indústrias, tudo isso historicamente pertence aos pobres. Os pobres foram os primeiros que olharam para o lixo com outros olhos. Nós víamos lixo,

os pobres viam ali matéria-prima acumulada. Dentro de sua pobreza, em busca de coisas, restos, ele foi vendo valores. O que acontece, hoje, é que damos visibilidade ao lixo, toda essa visão ecológica, damos visibilidade aos catadores que não valiam nada. Porque o que de palavrões que eu cansei de ouvir aqui na esquina, por exemplo. O carrinho puxando carrinho, se arrastando, e atrás vem aqueles buzinaços, e o cara ainda passa e chama com todos os nomes possíveis, era o tratamento que se dava [...].

Em uma das entrevistas feitas com a líder do CEA, ela estava exultante com o convite para formar uma central nacional de recicladores. Um grupo do Paraná a convidara para ser presidente da nova entidade a ser formada. A ideia partiu da percepção de que se os separadores têm o produto, ele não tem que ficar nas mãos dos atravessadores, que, segundo ela, lucram em cima do desconhecimento, desorganização e falta de interação entre os separadores. *“Eles se articulam. Telefonam um para o outro, passam por internet. Assim, a partir do dia 18, o papel branco de 40 centavos passa a ser 18. Se eles podem formar um cartel, porque nós não formamos esse cartel?”*, se pergunta, explicitando na sua fala a matriz discursiva própria dos empresários capitalistas. A matriz capitalista, ao invés de ser questionada por ela, é adotada de forma tranquila. A líder do CEA entende que aceitar a proposta de uma central para que os separadores passem a controlar o mercado significa *“ficar na mira do tiro”* dos grandes industriais da reciclagem. Para ela aqueles que são realmente grandes, os separadores, estão nas mãos deste *“cartel”*.

A partir do momento em que isto reverte, que nós não estamos mais na mão deles [...] Imagina. Eles contratam um matador pra mim. A máfia do lixo é tão forte quanto o tráfico. É um produto ecologicamente correto, é uma necessidade ambiental muito forte, É uma grande fachada para quem quer usar pra outras coisas.

No fragmento discursivo que segue, podemos observar que a líder do CEA se apropria da rede de economia solidária de resíduos sólidos como uma criação sua. Ela coloca-se no *“dever”* de socializar esse conhecimento, que dá a entender, é só seu.

Hoje as grandes empresas têm com praticamente o monopólio do lixo. Por isso, eu estou criando uma rede internacional da economia solidária dos resíduos sólidos. Do Brasil, que eu represento, Venezuela, Colômbia, e Espanha. Pra que o lixo seja uma economia alternativa capaz de inibir ou terminar com a pobreza no mundo. A rede foi formada em 2003 na Venezuela [...] Se comunicam via internet. A Federação das Associações de Reciclagem de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul – Farrgs participa. Eu cuido da região do Delta, que é toda Porto Alegre e grande Porto Alegre. Estamos juntando Paraná, Santa Catarina e São Paulo, pra gente fazer o primeiro Sulão. O primeiro seminário da economia solidária de resíduos sólidos do Sul do Brasil [...] é um modelo que tem que ser multiplicado, e que é necessário que se amplie todo esse

conhecimento. E eu acho que hoje eu tenho um conhecimento nessa área que tem que ser público. Tem que ser de conhecimento público. Não posso ficar pra mim esse conhecimento. Eu vou nos outros galpões e vejo que têm coisas muito mal. Essa falta de solidariedade entre as pessoas.

O Irmão marista acredita que a rede de economia solidária pode ser forte, e explicita a estratégia do movimento: *“Aqui pelo RS estamos nos ligando à CUT e movimentos familiares, fazendo uma rede até certo ponto sólido entre RS, PR e SC. É uma esperança que está aí [...] Mas não temos dinheiro. Pra conseguir um auxíliozinho, é uma agonia”*, afirma referindo-se à disputa de recursos entre os movimentos sociais. Para ele, um dos maiores empecilhos na trajetória da líder do CEA é o movimento dos catadores, com quem ela tem uma divergência política histórica. Para o professor e educador popular, o movimento dos catadores, que é de facção anarquista, surge no vácuo de uma insatisfação, anunciando uma independência de outros setores e se unindo com outros movimentos, como o Movimento dos Sem Terra – MST e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD. *“Criam uma frente anarquista e começam a tomar espaços públicos, muitas vezes utilizando-se de estratégias políticas, midiáticas etc. de movimentos já consagrados aos quais eles se unem. Assim passam a fazer parte da cena política”*.

O grupo ligado à Frente Anárquica Gaúcha chegou a presidir a Federação dos Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul (Farrgs), na gestão do catador da unidade de triagem da Cavahada desde 1998, e um dos líderes do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, na região Sul. A eleição da coordenação da Farrgs, durante um encontro que aconteceu em Santa Maria, em 2003, foi um exemplo das disputas dentro do movimento dos catadores/separadores de resíduos sólidos no RS. O líder do galpão da Cavahada buscava retomar o posto para sua agremiação. Sem serem convidados, mas informados do encontro que aconteceria em Santa Maria, o Irmão marista, sua irmã, a líder do CEA e outras lideranças e separadores de galpões de triagem comparecem em massa ao encontro com o fim de eleger uma candidata que representasse sua facção, e acabam vencendo as eleições com a escolha de uma candidata ligada à líder do CEA. *“A Federação ficou do lado da (líder do CEA), a Eliane trabalha nos Profetas da Ecologia que a filha da (líder do CEA) administra”*, diz o líder do galpão da Cavahada. A líder do CEA se apropria da Farrgs como se apropria da rede de economia solidária e do CEA.

A Federação é nossa. Eu sou a mentora da federação, e agora com a retomada da Federação [...] A Federação estava na mão de uns anarquistas aí. Queriam só usar os recicladores como trampolim pra politicagem. Eu fiquei meio de fora, eles falavam muito que eu me entreguei pros empresários, me elitizei. Quero botar na cabeça das pessoas que elas podem ter muitas coisas, quando o lixo não dá dinheiro. O lixo não dá dinheiro, mas ele proporciona muitas

coisas. O trabalho é reconhecido. O cunho social é grande, mas o ambiental é muito maior. Por isso tu tem que ter alguns ganhos. Ter o Centro Cultural é um retorno que a sociedade nos dá pelo trabalho prestado para a sociedade. Não tá dando de graça, nós já colaboramos contigo, quando tu não tem tempo pra separá o lixo, quando tu não tem tempo pra reconhecer que a natureza é altamente prejudicada. Tu é do ramo da construção civil, que é dos maiores poluidores do meio ambiente. Então vocês estão só devolvendo um pouco. A consciência de vocês [...]. Vocês vão ter as portas do céu aberta. O gerenciamento é nosso, a gestão toda quem faz somos nós, a manutenção toda. Nós só te pedimos que eles só levantem o telefone: ó tu não tem um ferro aí para dar, tu dá o ferro, eu a madeira [...] Pronto. Eu consegui R\$ 30 mil do Unibanco pro Centro Cultural. O Centro Cultural, se fosse ser pago custaria uns R\$ 260 mil. Nós não gastamos R\$ 80. O resto foi doação.

Neste fragmento discursivo da líder do CEA se explicitam as matrizes socioambiental e empresarial, entremeadas com a matriz religiosa, que se explicita no fragmento: *“Vocês vão ter as portas do céu aberta”*. Isso porque, se o empresário não tem tempo pra se preocupar com a natureza, basta pagar/doar para alguém que fará isso por ele (noutras palavras é o raciocínio do comprar um terreninho do céu, velho conhecido no discurso católico). O empresário só precisa fazer sua doação, *“o gerenciamento é nosso”*. O ganho que é o Centro Cultural tem valor de capital simbólico para o CEA, vale como moeda de troca simbólica que justifica para a comunidade interna os salários baixos. Tudo se transforma: culpa em doação, doação em bens materiais e estes em capital simbólico. Tudo se recicla, enfim: os resíduos sólidos, as pessoas e os discursos dos campos com os quais a líder do CEA vai interagindo.

Quando descreve o evento da eleição da Farrgs em Santa Maria, a líder do CEA faz um discurso contraditório com suas práticas e com a percepção do seu papel pelos sujeitos sociais dos movimentos sociais e de outros campos sociais.

Lá só deu (eu). Se eu quisesse ser deputada estadual, meu nome já tava lançado. Então só dava eu, só dava eu em tudo que é canto. Por que é que falam tanto de ti, por que falam mal de ti? [...] na verdade não falam mal de mim. Eu não faço nada errado, eu acredito que faço muita coisa certa. Eles falam do modelo que eu prego, de fazer com que as pessoas se empoderem das coisas. Esse modelo pra eles não serve. Porque eles precisam de gente que seja muito pobre, muito dependente, para que eles possam ganhar dinheiro. O modelo que eu prego é que todo mundo pode ganhar com isso. Pode ser dinheiro, pode ser outras coisas, mas que contribua para a sua vida, que eles possam repensar a si próprios como poderosos, como eu posso fazer da minha vida o que eu quiser de bom. E eles não querem isso. Então esse modelo que eu prego de dizer que comigo e sem migo as coisas acontecem, eles não querem isso. Meu modelo é o participativo, ele é o solidário, esse exemplo de dizer sempre que se eu posso fazer isso por que vocês não podem, por que vocês tem que ter menos que eu? De dizer olho no olho, de colocar o peito na água, de ser guerreiro. Eu sou uma pessoa muito batalhadora, muito comprometida, muito

séria, eu me amo de paixão. Se eu não fosse eu, eu queria ser eu, entendeu. É o modelo que a minha vó me deixou. De ser uma pessoa comprometida, séria com as pessoas, de ser verdadeira, isso é uma linha de conduta que eu tracei pra minha vida e não me afasto dela porque é muito tranquilo viver assim. Tu não tem que ficar se esquivando, tu não tem que ficar inventando coisa. Nós temos que ser feliz. Felicidade não combina com preocupação, não combina com essas coisas arditosas, de ficar tramando. Isso dá desgaste, dá dor de estômago, dá doença. Eu sou uma pessoa perfeitamente saudável. Nem menopausa eu tive. Não tive tempo de sentir menopausa [...] Têm toda a linha do individualismo, e aqui não. Aqui é tudo compartilhado. Aqui também tinha essa linha do individualismo. As pessoas eram assaltantes, o outro metia a mão no tênis. Mas eu dei um norte pra essa história. Nós tinha que botar tudo isso no liquidificador e transformar isso numa coisa nova. Por isso que eu falo da reciclagem humana.

A longa citação se justifica pela riqueza que proporciona à análise do discurso.

Lá só deu “eu”, “eu me amo de paixão. Se eu não fosse eu, eu queria ser eu, entendeu. É o modelo que a minha vó me deixou”, “eu dei um norte pra essa história. Nós tinha que botar tudo isso no liquidificador e transformar isso numa coisa nova. Por isso que eu falo da reciclagem humana”.

Esses fragmentos explicitam o olhar da líder sobre si, como a grande, pouco humilde e única benfeitora da comunidade. Ao mesmo tempo ela se contradiz negando o individualismo no CEA: *“têm toda a linha do individualismo, e aqui não. Aqui é tudo compartilhado”*. A síntese está na frase seguinte: *“o modelo que eu prego, de fazer com que as pessoas se empoderem das coisas [...] que todo mundo pode ganhar com isso. Pode ser dinheiro, pode ser outras coisas”*. Se não é individualista, não deveria ser um modelo pregado por uma pessoa. Se o modelo é pregado por uma pessoa, não há empoderamento pelo outro, pois a autonomia de criar um modelo coletivo inexistente. Se, como afirmou anteriormente, a líder do CEA acredita que coletivo significa que uns tem que ter o poder e os outros respeitar, o modelo não é participativo e muito menos solidário. Portanto, a frase *“comigo e sem mimigo as coisas acontecem [...] meu modelo é o participativo, ele é o solidário”* é uma distorção, no sentido ideológico que já abordamos. Nesse jogo duplo, sempre argumentado com vivacidade, parece que reside parte da força discursiva da líder do CEA, na suas contradições discursivas que explicitam contradições internas, que permeiam sua identidade pessoal e de líder. Também atravessa a fala dela a superação da pobreza pelo trabalho, uma lógica que tem matriz no marxismo e na linha de pensamento das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs.

Analisando a partir das matrizes, percebemos que a matriz subjetiva-familiar media a relação comunicacional interna no CEA. O que eu aprendi a ser

(com minha avó) eu quero ensinar (pro meus recicladores, que eu trato como filhos). Tanto o modelo comunicacional como de gestão são contaminados pelo matriarcalismo. A grande mãe centralizando o poder, a educação. Assim como a líder do CEA é em família, segundo seus entes, ela é no CEA. Protetora. Mas, como já pudemos observar, também exige proteção da comunidade, como um retorno ao trabalho social que desempenha o CEA para a Vila: um lugar onde se troca trabalho assalariado e ganhos simbólicos por sobrevivência. Com a reversão histórica que a líder do CEA organizou na sua vida e na vida da Vila, não tinha como não se “*amar de paixão*”. A autoestima está sustentada pelas suas trajetória histórica e social, movimentadas por ações comunicacionais mediatizadas e não-mediatizadas. No entanto, sua trajetória não se socializa como exemplo de vida que faz seus companheiros de CEA iniciarem também sua trajetória de exemplo de vida. Parece-me que a solidariedade mais tenra carece de ser trabalhada no plano das relações internas do CEA.

Voltando ao episódio que reflete a disputa de poder dentro do movimento social dos catadores/separadores, o Movimento dos Catadores relaciona-se com o Movimento dos Trabalhadores Desempregados, e associações e movimentos espalhados por 23 municípios das diferentes regiões do estado.⁷⁴ Por meio de encontros regionais se dá a escolha dos delegados que vão deliberar quais serão os representantes estaduais do movimento dos catadores. É a estratégia que encontraram para não ser novamente vazados e ter o movimento desarticulado como aconteceu em Santa Maria. Trata-se da construção de um movimento no Estado, paralelo à Farrgs, mas articulado nacionalmente. Nas diversas localidades são apoiados por ONGs locais. Eles seguem uma linha dos princípios e objetivos tirados no primeiro e único Congresso Nacional de Catadores de Resíduos Sólidos do Brasil, que aconteceu em junho de 2001, em Brasília, reunindo delegados de todo o país para discutir políticas para os trabalhadores de materiais recicláveis. “*Não nos ligamos a*

74 A forma que o movimento dos catadores utiliza para chamar a atenção da mídia para sua problemática é ocupando prédios ociosos, em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), nos quais organizam espaços de triagem. A estratégia do MTD é uma apropriação das estratégias do MST lidar com a mídia. O catador explica que já existe inclusive uma periodicidade de pautas, havendo a cada quatro ou cinco meses uma contracapa de jornal garantida no Estado, geralmente a Zero Hora. “Se a gente não procura, eles procuram a gente. A mídia tá sempre aberta porque é audiência pra eles. O povão adora ver isso. E as denúncias que a gente traz são muito fortes. E o número de pessoas que a gente tem, a miserabilidade da onde vem, toda essa história pra mídia é um prato cheio... Na RBS só consegue espaço quando quebra alguma coisa. Na Zero Hora tem espaço, porque daí vende muito o jornal”. Pergunto se não é contraditória esta relação com a Zero Hora, quando eles acabam dando lucro para grupos empresariais com os quais eles dizem lutar contra. “Eles vão estar levando lucro, mas, em compensação, nós vamos estar mostrando nosso trabalho pra pessoas que não têm o convívio direto, não nos conhecem. A partir daí a gente consegue resgatar o nosso respeito”. O Movimento dos Catadores e MTD têm mídias próprias: carro de som, panfletos que eles mesmos produzem, e uma rede de informações na internet (www.cmi.com.br).

partidos e a empresários. Nossa linha de política é os catadores. A gente não aceita ser mandado por alguém”, afirma o catador e um dos líderes do galpão de triagem da Cavahada, negando o viés anarquista e colocando o que o diferenciaria da atual coordenação da Farrgs, que ele considera dominada pela líder do CEA.⁷⁵ O catador diz que o encontro de Santa Maria

[...] foi invadido por cerca de 80 pessoas liderados (pela líder do CEA) [...] nossas políticas internas são totalmente diferentes. Um aponta pra um lado o outro aponta pra outro. E não vai haver espaço algum onde a gente vai estar sentando e fazendo as pazes. Eu sou completamente contra o cinismo. Me dou muito bem com ela, enquanto pessoal. A gente já foi em várias festas juntos. Mas enquanto agente político, bem, então a gente não se fecha. Eu tenho o meu limite; ela tem o dela. Quando ela atravessa pro meu limite, a gente tem que dar um basta [...] Realmente temos políticas diferentes [...] Hoje existem duas tendências: tem aquela pessoa que tem a visão empresarial do lucro. A gente conhece bem: o trabalho, a mais valia, capitalismo, globalização. E tem outra visão que quer lutar contra isso, e quer fazer com que os trabalhadores sejam agente, e que resgatem sua cidadania através do seu trabalho, e com isso o lucro seja dividido em todo grupo. Ela tem a visão empresarial e eu tenho a visão que todo grupo deve ser beneficiado com o seu trabalho. Não posso dizer nada de concreto que lá exista isso, mas [...].

Da mesma forma que o CEA e outros galpões de separação de lixo, o catador explica que no galpão da Cavahada, onde trabalhava antes de assumir as funções políticas no movimento dos catadores, mantinha divergências com os catadores que recolhiam os resíduos sólidos das ruas antes do caminhão da coleta seletiva que entregava o material para os galpões. E, da mesma forma, agora estão mudando de estratégia, e trabalhando no sentido de transformar catadores em aliados, o que demonstra que os discursos tanto do CEA quanto da Cavahada se encontram a partir de uma política proposta pelo campo institucional-governamental, especificamente do DMLU.

Não é com os catadores de rua que nós temos que brigar, nós temos que estar puxando eles pra o nosso grupo. Eles tão catando pra não tá roubando, pode-se dizer. A gente agora está abrindo entrepostos, onde os catadores de rua estão entregando suas coletas, e a unidade da Cavahada compra e vende.

O catador de rua estava tomando conta da coleta seletiva, entraram nas rotas e concorrendo pelos resíduos sólidos, tendo cada vez necessidade de

75 A entrevista com o catador aconteceu no final de 2003, no gabinete do ex-diretor do DMLU A, atualmente vereador do Partido dos Trabalhadores com quem a líder do CEA tem uma rixa antiga. Só por ser naquele local que o encontramos já demonstra sua ligação política e suas divergências com a líder do CEA. Como veremos no capítulo seguinte, a linha de pensamento do ex-diretor do DMLU A em relação à liderança no CEA é semelhante.

catar volumes maiores para ter o mesmo lucro, já que são explorados pelos sucateiros e atravessadores. Segundo ele,

quem nós temos que atacar é o patrão do catador, que é o cara que tá tirando a mais valia em cima deles. É o sucateiro [...] Agora nós temos esta política, de organizar os catadores de rua. Pagando o preço pra eles que é o merecido. O ganho é a organização. Quanto mais catadores organizados no nosso grupo melhor, e um futuro maior.

Uma das separadoras conta que já visitou todos os galpões de triagem, e considera que o salário dos outros é melhor que no CEA.

Eu achei as condições boas. Tem um galpão que é do tamanho do nosso, acho que é da Cavalhada, é bem grandão. É muito bom aquele galpão. Acho que o maior é o da Cavalhada e o nosso. Os outros são menores, são de madeira.

A líder do CEA admite que os ganhos pessoais nos outros galpões são superiores, mas contrapõe a isso os ganhos simbólicos coletivos.

Nos outros galpões eles ainda tão assim. Eles se consideram tão lixo quanto o lixo que eles separam. Não trabalham por objetivo. A gente já reuniu um galpão aqui, da Ilha. Eles disseram pras nossas que jamais vão se mexer por 150 pila. Fiquei bem quieta. O que vocês fazem com 150? Então as mulheres começaram a se sentir humilhadas com aquilo. Tá, mas tu tem centro cultural lá no teu galpão? Não, não tem. Teus filhos estão estudando informática? Não, não tão. Tem futebol, tem. Então elas já têm isso como ganho. Se eu fosse pagar escola de futebol pro meu filho, eu tinha que pagar tanto. Nós vamos ter nossa creche.

As atividades do Centro Cultural justificam a diferença salarial do CEA em relação aos outros galpões. Ganhos simbólicos também são usados como moeda de troca por movimentos ambientalistas nacionais e transnacionais. Se o CEA capitaliza simbolicamente na comunidade imediata e mesmo nacional e internacional, isto reflete no reconhecimento social do trabalho de cada associado lá dentro, assim como no reconhecimento próprio, na autorrepresentação de si. Para a separadora de uma associação que se preocupa em oferecer oportunidades para que ela exerça sua cidadania e tenha reconhecimento social, a associada já não é assim tão excluída. Apesar de ser excluída de parte da divisão do bolo dos ganhos mensais, já que faz parte da categoria dos menos assalariados. Uma das coordenadoras nega a existência de maiores conflitos entre galpões e diz que há entendimento entre os galpões, mas

como o nosso galpão é o melhor, é o mais bem organizado, agora a gente achou esta alternativa de compra, e tem outros que não são tão organizados como a gente, então tem algumas pendenguinhas, mas no fundo todo mundo se considera, se reconhece.

Contrariamente ao discurso da coordenadora, outra separadora considera a relação do CEA com outros galpões “*muito péssima*”, e apoia o estilo da líder do CEA de “*buscar as coisas para nós*”.

Os presidentes dos outros galpões não vão à luta buscar as coisas que nós temos aqui. A (líder do CEA) não recicla, mas ela vai buscar as coisas na rua pra nós. A gente tem que ter uma presidente que vai buscar as coisas. A gente batalha, nós trabalhamos, mas ela se interessa pelas coisas pra gente ter. Por isso a gente tem que dar valor. Muitas vezes a gente fica sentida por alguma coisa, mas a gente reconhece o outro lado. Aqui nós trabalhamos no seco, no inverno trabalhamos com chinelo de pelinho, os outros trabalham atolado no barro.

A presidente do CEA concorda com a separadora, e afirma que a relação com os outros galpões de triagem em geral é “*muito complicada*”, o que se deve às diferenças de trajetória e de parcerias entre os galpões.

Muito complicada. Eu tenho toda uma metodologia que eu aprendi com os alemães da GTZ. A gente tem um planejamento a curto, médio e longo prazo. Hoje eu acredito, antes eu não acreditava, que tu tem que traçar metas. Isso te incentiva [...] o que é que tu quer atingir, o que é que tu quer pra tua vida. Isso te impulsiona a competir contigo mesma. Se eu quero isso, é porque eu posso. Não vou querer uma coisa que eu não posso atingir. Trabalhar com objetivo é uma coisa que te dá um tesão muito forte. O que é que nós queremos? Nós queremos o Centro Cultural. Então onde é que nós vamos? Nós vamos na reunião com o prefeito. Pra quê? Pra buscar a autorização pro Centro Cultural. Então nós estamos dentro daquela meta. Ver o Centro Cultural construído é dizer: ‘Bem realizamos a meta’. Nós somos poderosas pra fazer isso. Nós conseguimos. As pessoas não estão muito acostumadas a traçar metas na vida. O que eu quero? Eu quero dormir com qualquer um. Fazer filho com um, com outro [...] Nem isso elas planejam. Daqui a pouquinho elas se veem no terror. Ah, (líder do CEA) consegue uma vaga, tenho cinco filhos [...] Mas cadê o pai? Ai, o pai não sei o que. Então elas estão começando a aprender: nós somos donas do nosso corpo, da nossa vida, das nossas coisas. Portanto, nós somos responsáveis por aquilo que nós vamos fazer. Tem que refletir. Tem que pensar. Tem que pensar duas vezes. Tem que contar até dez. Essa cultura está começando a vir. Antes vivia a *la loca*. Amanhã Deus dará, seja o que Deus quiser.

Matrizes do campo dos movimentos sociais oriundas da GTZ (financiadora de projetos sociais) e da Themis se contaminam ao serem apropriados pelo discurso do CEA. Metas/objetivos/planos estratégicos ensinados para serem destinados à organização da associação são levados para o campo subjetivo, da organização da vida particular e familiar, mediadas pelos discursos que têm lugar no espaço do CEA, na fala da líder do CEA. Ela afirma que gosta de “*fazer a coisa bem feita*”. E que não gosta de “*mostrar pobreza. Todas as coisas que eu faço é para as pessoas terem interesse pelas coisas boas*”. E é por meio de

parcerias que ela busca viabilizar os inúmeros e contínuos projetos que tem para o CEA. Qual o “segredo” para convencer os parceiros para suas ideias? Ela conta que liga pra pessoa que conhece lá dentro de determinada empresa, relata que tem dificuldades, que quem se propôs não finalizou, e assim foi convidar a pessoa pra viabilizar a entrada. O que o Centro oferece: uma placa com o nome dele; no *site* o nome dele; eles têm livre acesso ao CEA, onde fotografam e usam isso na construção da sua imagem. Nesta forma de ser e fazer explicitam-se as matrizes midiática e empresarial, que têm a intervenção do grupo de conselheiros do CEA, formado por especialistas dos campos educativo, empresarial e por voluntários da comunidade de Porto Alegre.

Hoje a líder do CEA é uma catadora dos benefícios/lixos/resíduos daqueles que vêm a ser parceiros do CEA. É o simbólico do trabalho físico deles na forma de atuação da atriz social. A máscara é de mulher, negra e pobre à cata: do conhecimento do outro, do dinheiro do outro, da matéria-prima do outro, do poder político do outro, seja quem for. O que cata recicla também como poder pessoal. Agrega valor simbólico à sua figura e valor material à sua família (no CEA trabalham duas filhas, ela, o marido e a nora. Cinco pessoas da mesma família. Além da esposa do primo, e mais quem?). As práticas da líder do CEA se aproxima da racionalidade econômica dominante, o que pode ser observado no seu discurso, permeado por falas como: o que eu ganho, parcerias lucrativas, hierarquias, cargos etc. Segundo o professor e educador popular, o fato de o CEA manter relações de troca entre economia formal e informal, ou então de adotar práticas de gerenciamento de mercado, preço, estoque etc. não significa que esteja agindo ao modo neoliberal. Mas se a distribuição dos lucros não é igualitária, se há hierarquias de ganhos, se existe privatização do retorno da atividade política, por exemplo, com as palestras sobre a experiência coletiva representando ganhos privados, aí temos níveis de comparação entre a organização social e uma empresa neoliberal. Mas como o próprio professor lembra, “no reino da necessidade de Marx, não se pode ter muita rigidez de valores”.

Observamos que a interação do CEA com o campo dos movimentos sociais, a partir dos sujeitos escolhidos como informantes para a pesquisa, é atravessada fortemente pela matriz religiosa, cidadã-comunitária e de gênero, e com menor ênfase pelas matrizes comunicacional-midiática e subjetiva, ambiental e empresarial.

A matriz religiosa do CEA pode ser observada de diversas formas nos discursos dos informantes. Um dos fragmentos aborda a parceria que se estabelece entre o CEA e o Irmão marista, reabrindo o Profetas da Ecologia via trabalho associado, que dá mostras da relevância do entrosamento entre o CEA e o campo religioso. De outra forma, o argumento que a líder do CEA usa para justificar os auxílios das parcerias para o CEA, assim “eles terão as portas do

Céu abertas”, retoma o raciocínio muito usado por cristãos de todos os tempos. Mas de forma mais interessante, a matriz religiosa se explicita na fala do Irmão marista e de sua irmã, quando apontam que o CEA realiza a utopia do projeto de galpões de triagem. Quando sua irmã afirma “*a igreja também se renova tendo como fonte o trabalho nas periferias*”, pois “*os pobres se unem na desgraça, têm solidariedade*”, percebe-se a expectativa do movimento social religioso nos movimentos populares, o que tem origem na Teologia da Libertação e nas suas formas de atuar por meio da criação das CEBs. Hoje a revitalização das CEBs transmuta-se na idealização do que seriam as Comunidades Ecológicas de Base, utilizando-se o CEA como modelo, apenas inserindo nele a mística que dá “*força*” aos movimentos sociais. A abertura do CEA para momentos de oração, ainda tímida, já dá indícios da aceitação que os momentos de mística gozam entre os associados e da própria líder, que finaliza suas reuniões com uma oração do Pai Nosso. A mística é uma característica das CEBs e de outros movimentos sociais tutelados pela igreja católica, como o Movimento Sem Terra.

O CEA com a mística seria a primeira Comunidade Ecológica de Base, enquanto movimento urbano [...] já botei a imagem de Nossa Senhora Aparecida dentro do galpão [...] uma Nossa Senhora Aparecida ecológica [...] encontrada no lixo da Ilha (dos Marinheiros) e reconstruída pelas mulheres recicladoras [...] A fé só pode surgir a partir do cotidiano [...] Temos que recomeçar este trabalho [...].

A transmutação das comunidades eclesiais em comunidades ecológicas renova a opção pelos pobres de algumas facções religiosas, o que poderia determinar a criação de uma Pastoral da Ecologia. Apesar de o CEA ser considerado um modelo como comunidade ecológica de base na interpretação do Irmão marista, consideramos que a questão ambiental é mais parte do discurso da líder do que uma compreensão coletiva, que tenha sido construída de forma participativa pela base do CEA. O trabalho de separação, pela base, é ainda mais uma fonte de renda que consciência ambiental. Outras matrizes do movimento social religioso encontramos na heterogeneidade de temas que o CEA traz à tona, que vão ao encontro das questões das Pastorais, que visam populações excluídas: mulheres, negros, pobres.

As CEBs originaram-se de uma ruptura de alguns integrantes da Igreja Católica com as práticas tradicionais desta instituição e com seu atrelamento às classes dominantes, optando pelos pobres e participando efetivamente neste processo de libertação do povo latino-americano, durante o período de ditadura no Brasil, “revelando em sua presença a comunhão de Deus com seu povo” (BETTO, 1981, p. 12). A libertação refere-se não apenas a um processo pessoal e interior, mas também político, econômico e social. As CEBs caracterizam-se como pequenos grupos organizados em torno da paróquia nas

áreas urbanas, e das capelas nas áreas rurais. As primeiras surgem em 1960, em Natal, no Rio Grande do Norte, e em Volta Redonda. As CEBs representam uma nova forma de organização pastoral, em que os agentes pastorais (religiosos ou leigos) vinculados ao povo, trabalham no espaço da igreja com práticas de *“discernimento crítico frente à ideologia dominante e de organização popular capaz de resistir à opressão”* (BETTO, 1981, p. 20). Durante os anos de regime militar no Brasil, os membros das CEBs participaram ativamente da oposição popular.

A Igreja passou a ser a ‘voz dos que não têm voz’, empenhando-se resolutamente na campanha de denúncia às torturas e pela defesa dos direitos humanos [...] O povo descobriu a Igreja, não apenas como seu espaço de expressão e nutrição da fé, mas também como espaço de organização e mobilização (BETTO, 1981, p. 22).

As CEBs ajudam a criar e fortalecer formas de organização popular autônomas, desvinculadas do Estado e da Igreja. A palavra libertação centraliza as meditações e ajudam a comunidade na criação de uma consciência de transformação social e modificação do modo de produção capitalista. Dessa forma, as CEBs são espaços de expressão da palavra dos oprimidos, em que a transformação social começa com o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a ordem social injusta, e a criação de estratégias e táticas políticas. O estudo do texto bíblico serve para as comparações com os problemas vividos pelas comunidades. Assim, a Bíblia é o instrumento comunicacional usado para essa consciência histórica, e funciona como um mediador .

Nas comunidades populares, a liturgia reflete a inter-relação existente entre os seus membros e o que há de comum entre seus interesses sociais e anseios históricos. O que é celebrado é o mistério de Cristo na vida. A liturgia é ‘lida’ a partir dos fatos vividos pela comunidade e, ao mesmo tempo, projeta sua luz bíblica, teológica e espinhal sobre a caminhada da comunidade e do povo [...] A missa é a partilha do pão e do vinho, da comida e da bebida, sacramento subversivo numa sociedade que se nega a socializar os bens materiais essenciais à vida humana. A eucaristia denuncia a acumulação de bens em detrimento da maioria da população, privada de condições mínimas de sobrevivência e, ao mesmo tempo, anuncia uma nova ordem social em que, à semelhança da mesa eucarística, todos os bens serão igualmente repartidos, estabelecendo-se a efetiva fraternidade social (BETTO, 1981, p. 63-67).

A pedagogia do trabalho das CEBs é baseado na autonomia das classes populares, para que elas sejam sujeitos da sua libertação da opressão, e não sejam lideradas pelo agente pastoral, por exemplo. O contato agente-base servindo para a reeducação recíproca, é feito nos moldes da Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire. Parte-se do princípio de que, por meio das práticas

populares ambíguas, é possível a criação de um projeto alternativo de sociedade pelas classes populares oprimidas.

Uma extensa rede de comunicação popular se forma em torno das CEBs, com produção de boletins diocesanos, folhetos litúrgicos, cordel, cadernos de formação etc. produzidos pelos integrantes das comunidades de base, com assessoria de agentes pastorais e mesmo de intelectuais, muitos deles jornalistas, que trabalham voluntariamente junto às CEBs. Mas é a reunião o principal meio de comunicação nas CEBs. E na reunião a “*espinha dorsal*” é o uso do método ver-agir-julgar. Ver equivale ao relato dos problemas, julgar à discussão de como agir, e o agir ao planejamento das ações que visam a enfrentar o problema. Na reunião participam outras formas de comunicação, além das midiáticas citadas anteriormente. Entre elas os cânticos, as notícias trazidas pelos militantes e a meditação e o debate dos textos bíblicos. Mas “*a reunião semanal, quinzenal ou mensal, é o jornal da comunidade* (BETTO, 1981, p. 56).

Com a abertura, movimentos sociais como o Movimento dos Sem Terra se espalham pelo país. Este movimento foi formado também no seio das CEBs. Da mesma forma, os separadores de resíduos sólidos começam a se organizar na grande Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, coordenados pelo Irmão marista, que participou da formação tanto do MST como foi fundador do movimento dos separadores de resíduos sólidos de Porto Alegre, e hoje tem uma relação de proximidade com o CEA. Esta trajetória histórica das CEBs indica esta como uma matriz histórica organizacional na formação do CEA.

A matriz religiosa herdada pelo CEA, atravessada por um forte viés midiático, podemos observar na produção do vídeo institucional do CEA *Mulher, Meio Ambiente e Cidadania*, que explicita marcas discursivas que estão no vídeo *Lixo é Vida*, produzido para relatar as primeiras experiências dos galpões de triagem em Porto Alegre, a partir de uma iniciativa do Irmão marista e sua irmã e com o apoio da Igreja. No início dos anos 90, quando é produzido o vídeo *Lixo é Vida*, este tem o objetivo de retratar a experiência de organização popular coletiva de mulheres gaúchas organizadas em torno dos galpões da Ilha dos Marinheiros e da Vila Dique, para ser apresentado durante a Eco 92, que aconteceu no Rio de Janeiro. O vídeo representa o início da historicização do movimento dos separadores, tomando como dispositivo a mídia. Da mesma forma, como vimos na historicização do movimento ambientalista gaúcho, este teve, ao longo de sua trajetória histórica, ações voltadas para a mídia, a fim de levar a discussão de seus temas para a sociedade.

Lixo é Vida foi feito com verbas das Cáritas, teve roteiro de Tabajara Ruas e direção de Mário Nascimento. O filme utiliza-se de contrastes, em que o centro é o paralelo entre o trabalho individual de um catador de papelão,

Ademar, e o trabalho coletivo de mulheres em galpões de reciclagem da Ilha dos Marinheiros e da Vila Dique. A organização das mulheres recicladoras ficou conhecida no mundo através deste filme. “*Este filme rodou o mundo, talvez ele seja mais conhecido fora do Brasil que dentro do Brasil. O (Irmão marista) tem muitos contatos, com a Alemanha, principalmente*”, conforme afirma a jornalista, produtora executiva do vídeo *Lixo é Vida*.

O filme inicia intercalando *closes* de catadores dos lixões abertos com cenas de consumidores nos supermercados, entram novamente os catadores e depois os consumidores de *shopping center*. Nenhuma fala até então. Após situar na realidade da capital gaúcha, Porto Alegre, se dá início a história de Ademar, catador de papéis que trabalha individualmente, ex-produtor rural, ex-biscateiro. De Ademar passa-se à história de Rose, que já trabalhou no lixão a céu aberto, em casa de família, foi pintora, e cuidou de porcos, até ser convidada para trabalhar em um galpão de reciclagem, “*onde é muito mais melhor, porque dá pra trabalhar unido, passa a tarde bem, brincando e rindo, e ganha pra se defender*”. No começo ela se sentia constrangida entre as outras mulheres, talvez por ser a única negra e por estar acostumada a trabalhar individualmente, se isolava. Aos poucos, ela conta que foi se socializando e, agora, aos domingos, espera ansiosamente a segunda-feira, para estar entre suas companheiras de trabalho no galpão.

O vídeo salienta as questões de gênero, tendendo a celebrar o trabalho feminino como solidário e cooperativo, pois, sempre que aparece Ademar, o trabalho masculino individual é ressaltado, e, quando aparece Rose, a ênfase é no valor do trabalho coletivo das mulheres. As falas de um e outro são entremeadas pelas falas das outras mulheres que trabalham na separação dos dois galpões, da Ilha dos Marinheiros e da Vila Dique. Como retrata o vídeo, no momento do surgimento, as organizações de mulheres eram assistidas pela Pastoral da Mulher Pobre, da Igreja Católica. O início do trabalho foi feito em pátios, onde as mulheres separavam individualmente resíduos sólidos entregues por escolas e pela própria Igreja. Depois de um ano, elas ganharam um terreno, onde construíram um galpão, para centralizar as atividades de separação. A organização do trabalho nos galpões era feita por associadas com prática na separação, e por mulheres em teste, que estavam aprendendo a classificar – o que era condição para serem aceitas como associadas. As fases do trabalho da associação são resumidas em quatro verbos: separar, pesar, vender, ganhar. O resultado dos ganhos era dividido igualmente entre as associadas. A divisão do trabalho era por pequenos grupos, cada um com uma mulher responsável, o que tinha como objetivo desenvolver lideranças.

Segundo depoimento do Irmão marista no vídeo *Lixo é Vida*, o idealizador dos galpões de separação, as maiores dificuldades na organização dos galpões foram a condição de miserabilidade, e ensinar aquelas mulheres a trabalhar

coletivamente, ao invés de disputarem pelos resíduos sólidos. Ao aprenderem essa nova forma de trabalho, associado, elas começaram a despertar para sentimentos como o de cooperação e solidariedade, conforme observamos ao analisar as falas explicitadas no vídeo. Os relatos das mulheres entrevistadas abordam conflitos como algo vencido, fruto do passado, e confluem para o mesmo discurso: coletivamente trabalhavam pela sobrevivência, redescobriam-se enquanto mulheres, buscavam soluções para os problemas que iam surgindo, e recuperavam a autoestima. Rose, como as outras mulheres, ressaltam que a relação de trabalho no galpão não se dá entre patrão e empregado, não é autoritária. No galpão elas têm liberdade e autonomia, e ganham mais. Ela conta que, no final de semana, dividem os ganhos do trabalho, que ela usa para pagar as contas e comprar comida. “Me sinto feliz. Somos unida até no café [...] Todo mundo sente fome junto [...] Tudo junto aqui [...] A gente ri [...] Conversa [...] por fim nem vê o tempo passar trabalhando”.

A matriz do campo religioso, de um trabalho desenvolvido pela igreja que segue a linha da pedagogia da ação de Paulo Freire e da Teologia da Libertação, se explicita na fala da irmã do Irmão marista no vídeo. Segundo ela, que é uma das apoiadoras intelectuais do projeto, a organização do galpão representa outra visão, outro projeto. No seu depoimento no vídeo ela afirma que a sociedade capitalista, ao colocar seus dejetos fora, está colocando pessoas fora. A reorganização dos resíduos representa a reorganização de pessoas, transformando os dejetos e pessoas em materiais e pessoas úteis, que ressurgem a partir de um novo tipo de relação: de cooperação, em que o senso comunitário prevalece sobre o senso individual. Para ela, não existe lixo. O que existe é matéria-prima desorganizada, que, ao ser organizada, refaz pessoas, com outros valores, por meio do trabalho produtivo⁷⁶.

O filme cria “*uma realidade*” quando coloca Rose no cenário de sua casa, que não é sua, mas emprestada de outra recicladora, já que se queria mostrar que o trabalho coletivo resulta em melhor qualidade de vida. E Rose ainda não desfrutava de uma casa diferente daquela do catador individual, Ademar. Assim como sugere a casa de Rose em um espaço que ela não desfruta na realidade, o vídeo também narra as relações como isentas dos conflitos do passado, já que estes se encontrariam superados no presente, quando da produção do *Lixo é Vida*. O vídeo *Lixo é Vida* servirá de modelo para a produção do vídeo sobre o Centro de Educação Ambiental Vila Pinto *Mulher, Meio Ambiente e Cidadania*. Na interação do CEA com o campo dos movimentos sociais, a mesma matriz

76 Os depoimentos presentes no vídeo *Lixo é Vida* apontam para as matrizes fundadoras do movimento dos separadores: a matriz comunitária, presente no campo religioso, que é trabalhada a partir da intervenção da Igreja Católica na organização das mulheres. A matriz do gênero feminino, identificada com a cooperação e a solidariedade. E a matriz socioambiental, como determinante de uma diferença radical em relação ao capitalismo.

midiática se explicita ainda de quatro maneiras: no “*aproveitamento*” que a líder do CEA faz da carência da mídia pelo tipo de trabalho que o CEA representa, ocupando de forma “*competente*”, podemos dizer, as ofertas do espaço midiático. No campo dos movimentos sociais há uma apropriação entre as organizações sociais das formas de fazer uso da mídia. É o que podemos observar na fala do líder do Movimento dos Catadores, que afirma que o MTD segue a “*cartilha*” do MST para se relacionar com os meios de comunicação. A lógica de oferecer uma história rica para as lógicas midiáticas justifica a troca com mídias política e tradicionalmente não favoráveis às iniciativas dos movimentos sociais. Estas histórias ricas são ofertadas pelo MST, MTD e pelo CEA, como o são pelas ONGs ambientalistas de atuação internacional *Sea Shepherd* e *Greenpeace*, e já foram pela Agapan, com Lutzemberger. A divulgação dos apoios dados pelos parceiros com placas, informações no *site*, e fotografias para o patrocinador usar na construção da sua imagem explicita a matriz midiática como uma das marcas identitárias do CEA. E, ainda, a mesma matriz manifesta-se na habilidade de relacionamento e de articulação de discurso que faz com que a líder do CEA possa ser citada como um exemplo importante de como é possível construir “*fluxos reversos de informação*”, constituindo-se o que Melucci chama “*novos mídia*”. De outra forma, a matriz midiática na subjetividade da líder do CEA marca as interações comunicacionais em várias instâncias.

A matriz cidadã-comunitária encontramos já no momento gestacional do CEA, quando a líder adquire conhecimento sobre os direitos essenciais das mulheres das classes populares por meio do curso de Promotoras Legais Populares – PLPs – e busca socializar esses conhecimentos na comunidade da Vila Pinto. Essa interação com a comunidade vai desencadear a pesquisa entre as mulheres sobre o que seria necessário para elas saírem da condição de opressão que se encontram. A conclusão sobre a necessidade de uma fonte de trabalho e renda e a intermediação da ONG Themis para dar início à relação líder do CEA com a GTZ e com a irmã do Irmão marista vão desencadear o processo de construção do galpão de triagem. Então, essa parceria baseada nos valores de cidadania é determinante para a organização do CEA.

O tipo de formação que a Themis proporciona dá as “*ferramentas*” para a líder comunitária aperfeiçoar sua atuação, e vai fazer com que ela se aproprie da sua condição de mulher, pobre e negra, e faça uma “*mudança de lugar*”, saindo da condição de indivíduo discriminado inaugurando uma situação de sujeito e vindo a ser uma agente de transformação da realidade social. Fazer da condição de vítima potencialidade para o protagonismo social é parte do processo de construção da cidadania. No entanto, essa matriz perde parte de sua potencialidade quando não proporciona esta “*mudança de lugar*” igualmente. Os relatos apontam para um “*empoderamento*” das associadas do CEA ainda incipiente, dados os dez anos de sua trajetória

histórica. O discurso dá indícios de ser mais forte que a ação no sentido da autonomia, neste caso.

Outro desdobramento da mesma matriz observamos na capacidade de articulação política da líder do CEA, que, como líder comunitária e presidente do CEA, constrói uma trajetória de liderança para além do espaço de atuação direta, sendo reconhecida regional, nacional e internacionalmente. Esse reconhecimento social em diversas instâncias da sociedade civil é ele próprio um movimento da matriz cidadã-comunitária.

A articulação do CEA em diversas redes de cidadania movimenta esta matriz e reflete uma macromatriz cultural. O CEA participa ou participou de ações da Marcha Mundial das Mulheres, no movimento dos separadores, da Redeh, da GTZ, da Farrgs, da Themis. As marcas discursivas que circulam nessas redes são incorporadas no discurso do CEA, que mescla valores relativos aos direitos das mulheres, ambientais, da economia solidária etc. O projeto do Profetas da Ecologia também dá mostras de que tem essa matriz entrelaçada nos seus valores quando afirma que a médio prazo pretende organizar coletivamente os catadores individuais para que usufruam das mesmas condições materiais de trabalho, de educação e conscientização.

É a própria comunhão de interesses que visa à construção da cidadania que aproxima a líder do CEA e o Irmão marista: questões das mulheres, da pobreza, de raça, busca de alternativas de trabalho e renda. No entanto, essa matriz é manchada quando, em nome de um projeto coletivo, se forjam relações de trabalho não emancipadoras: com poder centralizado em uma liderança; que se apoia em hierarquias e exige que estas sejam respeitadas, o que é determinante do medo de falar nas reuniões; aproximando as relações de trabalho do CEA das relações tradicionais entre patrão-empregado; diferenciações salariais; excesso de cargos entre familiares da líder etc.

A busca de poder faz com que sujeitos de diferentes organizações que tem a mesma natureza se reúnam e se utilizem de cursos de formação de lideranças. No entanto, a relação entre os galpões de triagem é marcada por disputas políticas, por matéria-prima, por choque de interesses na tentativa de zoneamento de áreas entre o galpão do CEA e a Cavalhada, e, ainda, por disputas em torno do domínio da Farrgs. Essas disputas refletem a falta de solidariedade entre “iguais”, e indicam que a parceria cidadã dentro do movimento dos separadores encontra mais dificuldades que as parcerias com sujeitos de outros campos sociais.

Por outro lado, o trabalho a partir dos resíduos sólidos é uma manifestação de luta pelo resgate da dignidade humana por meio do esforço pessoal e solidário em torno do trabalho dentro dos galpões, organizados em forma de associação. Quando se reconhece que o Centro Cultural é fruto

“do retorno que a sociedade nos dá”, ou seja, um ato de solidariedade entre a comunidade regional e a comunidade da Vila Pinto, é outra expressão que a matriz cidadã-comunitária permeia a construção da identidade coletiva no CEA. No caso desse ato de cidadania, é entendido como uma contrapartida da atitude cidadã que o trabalho dos galpões de triagem representa:

nós já colaboramos contigo, quando tu não tem tempo pra separá o lixo, quando tu não tem tempo pra reconhecer que a natureza é altamente prejudicada [...] Então vocês só estão devolvendo um pouco”. E, com isso ainda vão ter “as portas do céu abertas”.

O Centro Cultural oferece-se como um espaço de desenvolvimento da cidadania na comunidade, via iniciativas pedagógicas que resultam no reconhecimento do CEA como instância de fortalecimento identitário: a minha associação está preocupada em oferecer oportunidade para tirar nossos filhos da rua, da violência social e pessoal, enquanto as outras não estão. Assim, o associado sente-se parte de um grupo social que se preocupa com a comunidade. “O nosso galpão é o melhor, o mais bem organizado”. A líder do CEA “vai buscar as coisas pra nós [...] os presidentes dos outros galpões não vão à luta buscar as coisas que nós temos aqui”. Apesar de esses fragmentos expressarem uma delegação da luta, não deixam de demonstrar o apoio que o CEA representa na vida dos seus associados.

Como uma organização que se enquadra no movimento de mulheres, o CEA atualiza matrizes de gênero relativas ao primeiro momento histórico do feminismo: luta contra a exclusão da democracia, pela cidadania, direito à educação, ao trabalho, aos direitos matrimoniais. Ou seja, direitos que eram bandeiras de luta das mulheres do século XIX que não foram alcançados são atualizados no século XXI pelas mulheres da Vila Pinto. O Centro Cultural é uma forma de luta pelo direito à educação, mesmo que informal. O próprio galpão se organiza em torno do direito ao trabalho, mesmo que sem garantias sociais. E alguns direitos matrimoniais são buscados por meio dessa alternativa de trabalho e renda. A dupla opressão, como mulher e como trabalhadora, se impõe no cotidiano das associadas do CEA, só que naquela realidade a opressão enquanto trabalhadora não é um “*privilégio*” das mulheres. O desejo de deixar o papel de mãe e mulher para tornar-se independente econômica e emocionalmente é contemporâneo. A luta por direitos sexuais e reprodutivos, e pelo amor livre, quando alcançados, no entanto, não resultam em menor opressão, o que se explicita na falta de planejamento familiar que não é uma característica das mulheres do CEA, mas de todas as mulheres em condição de exclusão social do planeta.

Do segundo momento histórico do feminismo, século XX, o CEA atualiza a luta pelo reconhecimento pleno da igualdade de oportunidades do feminismo

liberal. Assim como, do feminismo radical, o discurso do CEA contesta o exercício do poder masculino, os mecanismos de opressão nas relações sexuais, na família, na sociedade e na política. E, do feminismo socialista, o CEA se aproxima quando parte do princípio que uma das razões da opressão das mulheres é de origem econômica, deve-se à dominação capitalista. Portanto, a matriz socioeconômica da mulher excluída em termos econômicos interfere no papel social desempenhado pelas mulheres tanto na esfera familiar/pessoal quanto na esfera social/do bairro/da comunidade/na sociedade civil global. É a rede de mulheres excluídas, oprimidas e discriminadas da Vila Pinto que, no exercício da política no cotidiano do bairro, passa a exercer controle social e influência na comunidade, recolocando questões culturais e sociais: de desigualdade e injustiças de gênero, econômicas, familiares. Quando as mulheres do CEA trazem esses temas à tona, no processo de construção da identidade do CEA, elas estão abordando a necessidade de democratização de espaços públicos e privados na Vila Pinto, o que mescla matrizes de gênero, cidadã-comunitária e socioeconômica. A luta por igualdade e reconhecimento dos seus homens amplia-se para a comunidade e para a sociedade. Mesmo ainda não tendo se assumido como agentes sociais, lideranças de fato, a identidade das mulheres do CEA se fortalece. Elas sabem que têm a quem recorrer no caso de serem vítimas de violência doméstica. E elas já se sentem reconhecidas no âmbito familiar, quando percebem que deixaram de trazer “*apenas batatas, para trazerem coisas grandes para casa*”. A “*nega*” já é vista com outro olhar pelo companheiro – depois de desconfiado ele passa a sinalizar com aceitação. No âmbito social o reconhecimento vem com o reconhecimento do CEA como projeto social referência, inclusive internacional. E, de outra vertente do feminismo, do feminismo da diferença, o CEA herda o questionamento à pretensa universalidade e homogeneidade entre as mulheres ao demarcar que diferentes formas de marginalização cruzam a vida de mulheres conforme o contexto sociocultural em que se realizam suas experiências de vida.

Por fim, a matriz subjetiva na interação do CEA com os movimentos sociais ressurgiu quando a líder do CEA personifica o CEA gerando confusão entre as identidades dela e da organização. O CEA é um projeto que “*se privatiza*”, na medida em que as decisões são propostas por uma coordenação para serem votadas “*democraticamente*” pelo grupo, que ainda não assume seu protagonismo, preferindo delegá-lo para a líder. Os associados, assim, não ultrapassam essa condição para assumirem-se associados participantes efetivos de uma gestão democrática e solidária. Não funciona esta apropriação do projeto via centralização de liderança, quando se observa que em dez anos não surgiu nenhuma possível associada candidata à sucessão, e os nomes citados tanto pela líder como por algumas das associadas são de familiares da líder do CEA. Não desenvolver outras lideranças em um espaço como o CEA em

um período de dez anos de existência pode ser considerado um fracasso no que tange à apropriação da matriz cidadã-comunitária. Seu gosto por “*tomar conta*” atropela a participação social. O personalismo da líder e presidente do CEA intimida até mesmo pessoas de “*personalidade forte*” como o Irmão marista – “*nunca tive coragem de questionar ela a fundo*”, diz ele. Que pensar da participação das associadas nas reuniões, que temem pelo seu emprego se não “*respeitarem*” devidamente a liderança? A elevada autoestima da líder do CEA é outra nuance da matriz subjetiva, e pode ser observada na constante citação de si mesma como: “*a responsável por levar tudo isso pra Vila sou eu*”, “*eu virei um símbolo*”, “*eu estou criando uma rede internacional de economia solidária*”, “*eu represento o Brasil*”, “*eu sou a mentora da Federação (Farrgs)*”, “*lá [...] só dava eu*”. E, quando cita aprendizado na interação com o outro, dá a entender que o outro aprende e se recicla com ela sempre mais que o inverso.

A matriz empresarial media o conflito com o campo religioso, explicitado na disputa por modelos de coletivo entre o Irmão marista, de matriz religiosa, e o modelo de coletivo da líder do CEA, de matriz empresarial.

Já a matriz ambiental se observa na lógica do discurso da líder do CEA, quando associa o lixo ao seu valor ambiental, que proporciona, além de dinheiro, ganhos como o Centro Cultural dentro do CEA. O Centro Cultural é resultado de um “*dever ambiental terceirizado*”: quem não faz a sua parte ajuda quem faz no seu projeto social. Ou seja, para ela quem faz é o CEA, que separa o lixo da sociedade e assume a “*dívida ambiental*” do outro. Trata-se de uma lógica corrente em âmbito global, que se institui com os créditos de carbono, em que países poluidores pagam para que outros países plantem árvores ou criem outras alternativas para resgatar CO₂ do meio ambiente, para que o poluidor não tenha que diminuir suas emissões, portanto, continuando a poluir. Trata-se da lógica do modelo de desenvolvimento dominante atravessando a matriz ambiental.

O CEA e o campo institucional governamental

Este tipo de interação é analisado aqui pelas relações que se estabelecem entre o CEA, o DMLU e a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre – Ospa (estadual).

Apesar de o Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto estar inserido no programa da coleta seletiva, em que o DMLU recolhe os resíduos sólidos das ruas para entregá-los nos galpões de triagem, a relação entre o CEA e o DMLU tem sido marcada por conflitos desde o início, como fica explícito nas falas tanto do CEA quanto do DMLU. Para o professor e educador popular,

(a presidente do CEA) é uma liderança diferenciada na relação com o poder público, sim. Porque ela não vem de comunidade de base, não vem de partido, e de nenhum outro setor a não ser ela e sua energia do grupo familiar, o seu

entorno e a sua inconformidade. Com indícios, precedentes do território onde ela vivia ou vive, ela emerge de uma movimentação. Ela não era do Clube de Mães. Ela se juntou com as mulheres para lutar pela sobrevivência a partir do lixo, em uma vila de excluídos.

Essa característica inscreve-se como uma das características dos movimentos sociais atuais, que se diferenciam dos movimentos socialistas. Segundo Touraine, enquanto o movimento socialista assenta-se nos princípios de representação política do movimento operário, invoca a intervenção do estado contra a propriedade privada dos meios de produção, e julga ir no sentido da história e preparar “*amanhãs de felicidade*”. Os movimentos sociais atuais aparecem em diferentes domínios.

Já não são formas de defesa dos trabalhadores contra os senhores da indústria, mas de defesa do público contra os aparelhos de gestão que têm o poder de modelar a procura dos seus interesses; já não invocam a intervenção do Estado, pelo contrário reivindicam a autonomia e a autogestão das unidades sociais de base; finalmente já não falam de progresso e em futuro radioso, mas pretendem organizar a partir de hoje uma vida diferente, agindo sobre as escolhas sociais e políticas que comandam a produção da organização social [...] Sabem também que sua acção não levará à passagem, progressiva ou brutal, do reino da necessidade para o da liberdade. Jamais encontrará paraíso reencontrado ou fim da história. Se a auto-gestão é a ideologia dos novos movimentos sociais populares, é porque ela designa uma vontade de defesa coletiva contra a dominação dos aparelhos [...]. O objectivo central não é criar um poder ‘justo’ mas os meios de combater o poder e devolver aos indivíduos e às coletividades a direcção e a responsabilidade das suas atividades (TOURAINÉ, 1981, p. 211, 212 e 179).

Como poderemos observar nos fragmentos discursivos dos nossos informantes, um dos motivos do conflito histórico entre o CEA e o DMLU é o agir independente da líder da ONG, que se mostra principalmente nas iniciativas como a de construir o Centro Cultural junto ao galpão, a qual foi mal recebida pelo antigo diretor do órgão público. A mudança de diretor melhora a interação com o DMLU, como uma das coordenadoras do CEA afirma.

Agora tá bem melhor, agora mudou a presidência lá. Tá bem melhor. Nós tínhamos uma dificuldade de lidar com o (ex-presidente do DMLU A). Ele era uma pessoa que não aceitava. Achava que o galpão era só lixo. Como o projeto daqui não era só lixo, tinha o Centro Cultural, mais coisa dentro do projeto, ele achava que aqui era lugar de lixo, então ele brigava muito com a gente. O (ex-presidente do DMLU B), que está agora, ele reconhece muito mais o trabalho, valoriza.

Uma relação que já foi “ *muito ruim*” agora está “ *muito boa*”, com a saída de ex-presidente do DMLU A) da direção do DMLU depois de 12 anos no cargo, como afirma a líder do CEA.

Com o (ex-diretor do DMLU A) não teve jeito. Quando a gente queria fazer o Centro Cultural, ele disse: ‘Eu não vou admitir. Só por cima do meu cadáver’ [...]. Não vou me michar pra eles. Sempre foi muito conflitante. O problema dele comigo é pessoal. Uma vez ele me deixou de castigo. Me deixou 10 dias sem lixo. Deixei passar seis dias e fui falar com o prefeito. Peguei dois ônibus, botei todo mundo lá dentro e desabamos lá no prefeito. O prefeito mandou chamar ele. No outro dia começou a vir lixo. Sempre perdendo pra nós nos momentos em que eu tenho esses embates. Então eu fico abusada, fico chata. Fico nojenta com essas histórias. Então eu uso o poder popular. Vocês vêm com o poder público pra mim, eu vou com o poder popular. Poder público pra mim é quatro anos só que dura. O poder popular tenho o resto da vida. Eles não admitem, apesar de ser um governo democrático e popular, eles não admitem que as pessoas da base tenham ideias. As pessoas da base têm que servir [...]. podem até ir pra vereador, mas pra eles poderem tutelar. E aí eu sou rebelde para esse tipo de coisa. Acredito que as grandes revoluções políticas e sociais vão ser feitas pelas bases.

A solução para o problema foi performática, midiática. Criou um show em “*praça pública*” ao interpelar o prefeito resguardada pelo apoio popular: sua base de poder contra o poder “*público*”. O poder popular é seu instrumento de luta para a resistência do campo institucional governamental, com o qual as relações comunicacionais não eram boas durante a administração do ex-diretor do DMLU A. O show tem matriz nas ações sociais do início da organização dos recicladores, quando o Irmão marista organizava movimentações semelhantes. Trata-se, portanto, da apropriação de uma matriz cultural que marca a história do movimento social dos separadores. Este, como um movimento social contemporâneo, constrói-se também num espaço público midiático, incorporando nas suas ações as lógicas midiáticas. Espetaculariza-se no seu fazer político. A matriz midiática colocada em movimento pelos campos midiático e religioso, a fim de fazer frente para o campo institucional governamental, vem a serviço de interesses cidadãos e comunitários (é preciso sobreviver).

A questão com o (ex-diretor do DMLU A) é pessoal porque ele nunca tinha encontrado uma negra, pobre, vileira, que quisesse peitar ele [...] É a questão de gênero isso. As mulheres estão em minoria sempre. Galpão de reciclagem é que nem a guerra. Os homens foram pra batalha, e as mulheres ficaram fazendo as coisas menores. O grande público dos galpões de reciclagem são as mulheres, mas quem coordena são os homens. Pode ver tem muitas poucas mulheres coordenando os galpões. Os chefes de galpões interagem homem com homem. Então quando chega uma mulher e diz: ‘Não, não, isso eu não aceito’, aí passa a ser vista desse jeito. O poder público mais o pessoal

do galpão é que fazem fofoca. Olha aí, se vocês deixarem daqui a pouquinho tem uma piscina lá dentro. Tudo ela quer pra lá. Pra vocês nada, pra ela tudo [...] Nós ganhamos um sítio do Moinhos Shopping, aí o (ex-diretor do DMLU A) alugou dois ônibus encheu de gente dos galpões e desabaram aqui. Começaram o discurso: 'Nós recebemos uma denúncia que a (líder do CEA) tá roubando de vocês pra comprar um sítio, pra comprar caminhão, tá tirando do ganho de vocês. Mas se dá tanto dinheiro assim pra comprar caminhão, pra comprar Kombi, então cadê o dinheiro de vocês que vocês não têm nada disso'. Aí então virou a história. Nós ganhamo nosso salário e ainda sobra pra comprar isso. Aí fechou o pau.

No discurso da líder do CEA, as matrizes do gênero, socioeconômica e subjetiva intervêm nos conflitos comunicacionais com o campo insitucional governamental representado pelo DMLU. Segundo a líder do CEA, o ex-diretor do DMLU A deixa de ser diretor por sua causa.

O (ex-prefeito de Porto Alegre) na Prefeitura chamou o pessoal e disse: 'Eu fiquei sabendo: Olha aqui, a (líder do CEA) vai ficar grandona e eu não quero saber de briga com ela. Portanto, desse momento em diante vamos nos aproximar. Mas com o (ex-diretor do DMLU A) não dá. Então tira'. Ele saiu por causa minha. Eu levei pro diretório. Sou filhada. Fiz um escarcéu, ia levar pro Lula, escrevi carta pro Lula, chamei aqui o Paulo Paim, fiz uma denúncia pública pra ele. E disse que (ex-diretor do DMLU) tava terminando com a coleta seletiva [...] O atual diretor do DMLU é da DS (Democracia Socialista), de uma tendência radical. Mas a determinação dele é de reconhecer as melhores experiências, e saber que a melhor experiência tende a se impor. [...] a gente começou a depender muito pouco da prefeitura. Nós só recebemos um caminhão da prefeitura hoje. Nós compramos o material hoje e vamos buscar. Nós compramos da Infraero. O DMLU foi lá e tentou pegar o contrato e cobrar um monte de dinheiro. E a Infraero veio nos procurar. Nós cobramos duas vezes mais que o DMLU e eles ficaram com nós.

O DMLU, que era fornecedor, agora é concorrente. É a lógica do mercado. Quando eu preciso, eu cobro de ti, e também, quando eu preciso, eu disputo contigo. E como qualquer empresa, o CEA busca fornecedores de matéria-prima (resíduos recicláveis) que tenham bom material e paguem bem pelo serviço de recolhimento, o que caracteriza uma relação de concorrência com o DMLU pelos melhores resíduos.

A reunião de hoje com a primeira dama do estado é uma cobrança [...] a CEEE, por exemplo, que tem que vender energia, que venda energia, que não venda papel. Que o papel possa ser distribuído pra melhorar a situação das pessoas que estão em risco social. Senão é muito bonito falar em risco social, vulnerabilidade social. São palavras maravilhosas [...] E eu dei sorte que o presidente da CEEE foi meu colega de aula no Alegrete. Tem que esperar. Alguma coisa vai acontecer. Eu vivia com os fundilhos encharcados com a água de enchente do Alegrete, e estou aqui hoje, dentro de uma cidade grande,

capital do Rio Grande do Sul, tendo reconhecimento internacional. Quem ia dizer – negra, pobre, vileira – conseguir tudo isso. Enquanto vai esperando, vai fazendo, vou costurando. Vou lambuzando o selo. Se colar, colou. Mas tenho que ir sempre lambuzando. Eu tiro fotografia pra onde vai o caminhão da CEEE, eu me planto na frente. E tenho parceiros lá dentro que avisa. Por isso eu não posso ficar separando o lixo. Ali as coisas não acontecem. Vai fazer com que as pessoas fiquem de frente pro lixo tendo só essa visão. Eu preciso fazer com que esses *layout* sejam modificados. Esse *layout* prega a violência [...]. Chegam em casa e os maridos brigam porque elas estão aqui. Aí dormem cansadas. Brigam bastante, aí vem pa cá e o que sobra pra elas: olhar o lixo. As grades [...]. Eu comecei a dizer isso pra eles. E eles começaram a olhar isso além do que eles olham. Aqui as pessoas têm que estar satisfeitas, porque quanto mais satisfeitas elas estão, mais dinheiro elas vão render.

A líder do CEA é estrategista: enquanto espera vai “*costurando*”, “*lambuzando o selo*”, faz uso de parcerias, relações antigas e novas, cobra do poder público nas diversas instâncias, e, por fim, dá o bote. Ela quer sempre mais: mais resíduos sólidos, mais parcerias para promover mais mudanças no CEA e, com as separadoras “*mais satisfeitas*”, ter “*mais dinheiro*”, já que elas vão “*render mais*”. É assim que ela sobe mais degraus na escada imaginária da fama:

Eu vivia com os fundilhos encharcados com a água de enchente do Alegrete, e estou aqui hoje, dentro de uma cidade grande, capital do Rio Grande do Sul, tendo reconhecimento internacional. Quem ia dizer – negra, pobre, vileira – conseguir tudo isso.

Segundo o ex-diretor do DMLU A, quem inaugura a visão de buscar os resíduos sólidos de fornecedores em portencial no movimento dos separadores é o CEA, depois da primeira tentativa “*amadorística*” articulada pelo Irmão marista. O ex-diretor do DMLU A considera negativa essa forma de agir porque estimula a concorrência entre os galpões e se aproxima da gestão capitalista.

Seria ideal esta visão de ir aos *shoppings* buscar, mas que fosse uma organização que fosse para todos os catadores. Que passasse, na minha visão, por dentro da Federação. Agora, se uma associação salta na frente dos outros e pega estes materiais pra si [...] cria uma concorrência que é típica da sociedade capitalista, e traz conceitos que eu acho que não deveria estar trazendo pra dentro do setor mais pauperizado da população [...] trazer os conceitos de gestão capitalista. Acho que tinha que trazer os conceitos mais de gestão mais socializada, agressiva: realmente tem que ser agressiva, tem que ir atrás, não dá pra se acomodar, mas a gestão em si tem que buscar o máximo possível a socialização dos recursos.

A personalidade “*forte*” da líder do CEA pode ser ilustrada no momento de fundação do CEA, quando o ex-diretor do DMLU B conhece a atual presidente do CEA. Segundo ele, o trabalho no galpão de triagem era feito com duas lideranças que atuavam em turnos diferenciados – uma de manhã, outra à tarde. A líder

do CEA era uma dessas líderes de grupo. O ex-diretor do DMLU B conta que os conflitos avançaram a ponto de o DMLU chegar a suspender a entrega dos resíduos no galpão porque “*tava ficando perigoso para o Departamento por causa da briga entre os dois grupos*”.

Eu defendi, internamente, que tinha que permanecer um grupo e a (presidente e líder do CEA) era a liderança positiva que tinha que ser apostada [...] A minha visão dela é que ela tem a coragem de fazer esse enfrentamento numa Vila onde predomina muito forte o tráfico, e qualquer organização que implicasse a entrada de pessoas, caminhões e outros tipo era ruim para esse tipo de atividade. Ela sofreu ameaças [...] e ela sempre teve a postura de não recuar. E uma visão de não se limitar à questão da reciclagem. Tem uma fala dela que eu acho que é muito real, que é a reciclagem do humano também. E acho que ela se constitui uma referência dentro da Vila. Tanto que o galpão hoje, a unidade, é aceita, talvez mais que qualquer outra estrutura pública, que qualquer outro equipamento público. É preservado, protegido [...] E ela tem este papel, de ter dado sempre esta força e de ter trazido pra dentro da Vila várias empresas, vários parceiros, que passaram a ter uma relação mais de perto com a vila. Ela é muito empreendedora, com uma capacidade muito grande de liderar as pessoas.

Diferente do ex-diretor do DMLU A, o ex-diretor do DMLU B considera positiva tanto a busca de parcerias para fornecimento de matéria-prima quando avançar a ideia do galpão com a construção do Centro Cultural. O ex-diretor do DMLU A reconhece a trajetória de lutas da líder do CEA para transformar-se numa liderança comunitária reconhecida internacionalmente. Para o ex-diretor do DMLU A, a tentativa de trabalhar junto com a líder do CEA não deu certo também porque os dois têm “*personalidades fortes*”. Ele critica a rebeldia e autonomia dela, a trajetória individualizada do CEA correndo em paralelo ao coletivo dos galpões representado pela Farrgs, as diferenças nos ganhos internos do CEA, o que chegou a justificar a proposta de saída da líder do CEA da coordenação do galpão de triagem.

[...] a gente só reivindicava isso: ‘tu tem que se enquadrar nos padrões e voltar pra Federação’ [...] Ela quer defender o galpão dela, tem todo o direito, mas acho que ela não pode se sobrepor ao movimento [...] a gente acha que ela deve voltar pra Federação, mas não pode enquanto o CEA tiver um item no estatuto deles que não permite que voltem pra Federação. E aí sim é um indício concreto de capitalismo. A Federação não aceita que catadores recebam valores diferentes. E no CEA o presidente ou coordenador, não sei qual é o cargo lá, recebe uma porcentagem do que o galpão faturar. Nos galpões todos recebem a mesma coisa, ninguém recebe em cima do faturamento. Tem algumas pequenas diferenças. Este item específico me traz alguma coisa que não me cheira bem. Eu não concordo em relação à estrutura interna do CEA, mas, a princípio, também alegaria que é um problema interno deles. Se o pessoal acha que tá certo, tá certo. É uma coisa que se tornou insolúvel. Até,

em determinado momento, a gente pensou em separar. Tem aquele galpão no fundo do CEA, que ela transformou num Centro Cultural sem autorização de ninguém, foi lá e transformou. A nossa proposta era separá. Faz o galpão do centro ser uma pessoa jurídica e o Centro Cultural faz ser outra pessoa jurídica. Aí tu fica como administradora do Centro Cultural e deixa o galpão [...] Ela disse vamos fazer isso, virou e não fez.

Diferente do ex-diretor do DMLU A, o ex-diretor do DMLU B tem uma visão diferente da forma de administrar o galpão, inaugurada pela líder do CEA. Segundo ele, o empreendedorismo que se aproxima da visão administrativa empresarial gera resultados positivos para o CEA, caso da construção do Centro Cultural, conseguido via parcerias privadas.

O CEA é uma referência de um determinado tipo de organização [...] mais empreendedora, até com uma visão empresarial. Acho que o movimento rejeita isso, porque parece que tem patrão [...] com sua visão empreendedora, empresarial ela tem tido avanços significativos pra unidade. A (líder do CEA) não trabalha só com a questão da reciclagem. Ela trabalha com a questão da educação dentro da comunidade. Ela tem outros tipos de atividade. Ela tem um salto de qualidade no sentido de conhecer e aglutinar mais a Vila [...] Hoje o CEA é um ponto de referência na Vila [...] Isto é um mérito que eu considero de uma visão empreendedora, porque isto não foi tudo colocado pelo poder público, foi buscado com parcerias com a iniciativa privada, que eu acho que é um mérito das pessoas da comunidade [...] A visão dela contaminou. Eles têm um processo, uma caminhada de construção.

Também a relação do CEA com a mídia gera opiniões divergentes entre os dois ex-diretores do DMLU. O ex-diretor do DMLU A critica a falta de submissão da líder do CEA aos “*mandamentos*” tanto do poder público quanto da Federação das Associações de Recicladores de Resíduos Sólidos do RS, e a relação do CEA com a mídia e com o grupo de apoio que constitui o Conselho Consultivo. Segundo ele, ela aparece mais na mídia, e esta agressividade pode estar prejudicando a relação com os outros galpões.

Ela dá bem mais ênfase que os outros galpões. Essa agressividade na mídia [...] acho que é bom, eu concordo, acho que tu tem que ter essa agressividade, qualquer coisa na vida tu não pode ficar parado, então é bom porque atrai as luzes, atrai a discussão, atrai mais apoio. A partir do momento que tu tá na mídia, as pessoas se conscientizam mais da necessidade de separação dos resíduos. Então por um lado é bom. Mas o quanto essa agressividade maior não influi na própria estruturação dentro do galpão? [...] Ela tem um benefício próprio, ela busca o benefício do galpão porque a existência do galpão também dá esse benefício próprio pra ela, e a existência dessa movimentação toda maior dá sustentação pra todo o trabalho, maior apoio [...] o pessoal da Ufrgs [...] eles têm o CEA como referência, porque ela vai atrás ou porque eles veem na imprensa mais o CEA do que os outros. Então isso aí dá um

diferencial que é bom, mas tem que ver o quanto esse referencial bom acaba prejudicando os outros, ou até prejudicando internamente.

Para o ex-diretor do DMLU A, cada galpão construiu uma identidade, e não se confundem entre eles. “*Parecem pessoas com personalidades próprias*”. A contribuição do CEA foi a construção do Centro Cultural, mas este não contribui com o movimento como um todo porque se constitui, ao mesmo tempo, fator de desagregação. Para ele, “*o movimento dos catadores tem que ser mais forte que uma personalidade*”. Como vimos, os outros fatores de desagregação entre o CEA e os outros galpões apontados pelo ex-diretor do DMLU A são o uso excessivo da mídia e a personalidade individualista da líder do CEA.

A mídia é um grande aliado se bem usado. Às vezes, quando tu usa em excesso, passa a ser prejudicial pro movimento [...] Se ela atuasse mais integrada, com aquele potencial que ela tem, ela poderia estar entregando este potencial para o movimento enquanto um todo e não apenas para o galpão dela. A minha avaliação é positiva dela. Mas tem esse detalhe de não botar a sua personalidade, o seu galpão à frente dos outros. Enquanto personalidade não é à toa que ela está fazendo isso. É que realmente é uma personalidade de destaque, mas não pela integração. Ela se destaca pelo lado do individualismo.

Para o ex-diretor do DMLU B⁷⁷, a líder do CEA sabe usar a mídia criando uma imagem própria, de quem sabe o que quer: a de defensora dos excluídos. Esta imagem, ancorada na sua atuação performática, facilita o trânsito da líder do CEA na mídia e entre partidos políticos diversos.

Ela consegue passar muito bem a imagem da ‘nega pobre’. Pobre mas que não tem vergonha, que conhece seu papel, e que diz pros ricos que eles têm obrigação com os pobres porque eles geraram a pobreza. Ela vende esta ideia. As pessoas gostam disso. Os ricos gostam de gente que diga isso, o que não significa que eles façam algo pra mudar esta situação. Ela vende bem essa sua imagem. Ela não vende uma imagem política, uma imagem de uma cidadã politizada. Ela vende a imagem de alguém que sabe o que quer e que tá lá defendendo uma série de pessoas excluídas. E que ela, com aquela sua imagem, da ‘nega’ que veio do interior, de um local reacionário, que é uma cidade machista, ela conseguiu se inserir dentro de uma Vila, fincar pé, construir aquela estrutura. Ela se relaciona muito bem com a mídia. E se relaciona muito bem com outros partidos também. Com todos. Segundo ela, ela tem uma veiculação mais forte com o Partido dos Trabalhadores, então ela é filiada. Ela consegue transitar muito bem por conta dessa sua imagem. De desfavorecida, que é real. Ela não mora na Vila porque gosta. Mas ela vende isso, consegue fazer disso um instrumento da sua luta. Acho que esse é o mérito que ela tem. De ter um discurso. Ela faz um teatro que as pessoas gostam. Ela se relaciona bem com o microfone. Ela é um figuraço.

77 O diretor do DMLU B deixa o cargo no final de 2004, quando o Partido dos Trabalhadores sai da Prefeitura Municipal.

Diferente da interação com o poder público municipal é a interação entre o CEA e o poder público estadual, quando analisamos a relação com a Ospa por meio da Ouviravida. A valorização do projeto Ouviravida se reflete tanto para o CEA quanto para a Ospa. E no caso do CEA, foi determinante para a criação do Centro Cultural. O projeto da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa) Ouviravida nasceu da proposta popular do governo Olívio Dutra, ao assumir o governo do Estado em 1998. O Projeto de Educação Musical Popular Ouviravida na Vila Pinto tinha como ideia inicial trabalhar com crianças de sete a 12 anos, mas devido ao interesse do CEA ampliou-se a faixa de beneficiados até 18 anos, por considerar que os adolescentes representavam maior risco social, e por isso tinham necessidade de um trabalho com o perfil do Ouviravida. Logo, a ex-coordenadora do Ouviravida que atuou no projeto desde o início, em 1999, até 2003, percebeu que o trabalho era mais difícil diante da pretensão de, com a música, gerar transformações pessoais e culturais, para que o público do projeto viesse a exercer outras atividades além daqueles mais presentes na Vila Pinto: de tráfico de drogas e criminalidade.

Com adolescentes é bem mais desafiante. Eles têm os códigos mais estabelecidos. Com a gurizada mais nova o diálogo é mais maleável, como se tivesse mais possibilidade de mudar as perspectivas sociais, de atuação.⁷⁸

Como o CEA não tinha ainda um espaço físico adequado (o Centro Cultural só é inaugurado em 2002), a Ospa busca “*apoiadores*”, que cedem espaço físico, como a Escola Mariano Beck, a Associação Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e o Centro Comunitário São José Operário. A ex-coordenadora do Ouviravida conta que o espaço físico sempre se constituiu um problema, seja por questões acústicas, seja por falta de disponibilidade de salas.

O Ouviravida constitui-se um projeto de educação de música popular, com o objetivo de trabalhar a construção da consciência de cidadania, melhorando a qualidade de vida dos alunos e dos instrutores, inclusive da Ospa. Trata-se de uma troca cultural, a partir do encontro entre música erudita e arte popular. A Ospa disponibiliza instrumentos musicais e instrutores qualificados e possibilita apresentações no seu espaço. Os participantes têm aulas de flauta doce, percussão e canto coral, e a oportunidade de assistir a apresentações musicais, a concertos da Orquestra Sinfônica, outros recitais de músicos nos bairros, assim como participar de apresentações em Porto Alegre, no espaço da Ospa e nos bairros, ou em outros municípios, como aconteceu em Gramado e São Leopoldo.

78 O projeto começou em 1999, tendo inicialmente apenas o CEA como parceiro. Em 2001/2002 o Ouviravida se expande também para Alvorada.

Atualmente o projeto Ouviravida na Vila Pinto se dá também com o subprojeto desenvolvido pelo músico da Ospa, de laboratório de construção de instrumentos musicais a partir de materiais recicláveis. Uma das estratégias do Ouviravida na Vila Pinto foi trabalhar as questões das identidades: a identidade do projeto Ouviravida na comunidade (o que é o projeto, o que é a Ospa, visitas à Ospa), e a identidade das crianças (conversar sobre suas vidas). No canto coral, por exemplo, trabalhou-se a questão da escuta, do uso da voz, do conhecimento da própria voz, “*que ajuda na identidade da voz, e do seu próprio corpo*”. Com a flauta doce trabalhou-se a compreensão de uma grafia musical mais ligada à tradição de uma música ocidental europeia. Já com a percussão, trabalhou-se a ligação a uma tradição de música afrobrasileira, mais ligada à oralidade. A tentativa era misturar erudito e popular. Seguindo o caminho de trabalhar com as identidades, incluíram-se no repertório músicas de Porto Alegre e músicas gaúchas, fazendo um contraponto com músicas do mundo, “*até porque a Ospa traz vários repertórios de música europeia e música brasileira para orquestras ou arranjada para orquestras*”, explica a ex-coordenadora do Ouviravida. Assim, os participantes do Ouviravida aprenderam a tocar de Bethoven, ao *Pezinho* (música do Rio Grande do Sul), *Asa Branca*, o *Trem Caipira* de Villalobos em canto coral, e *Horizontes*, que é uma música gaúcha urbana. O trabalho partiu do conhecimento prévio dos alunos para chegar a trabalhar a identidade num âmbito mais amplo. Os professores também foram “*ampliando horizontes*”, comenta a ex-coordenadora do Ouviravida. Ela explica que trabalhar a partir das identidades

[...] foi uma ideia aleatória. Não foi uma coisa assim de vamos perguntar para a comunidade o que eles querem tocar [...] Na nossa concepção a flauta doce é representante da música mais tradicional, a percussão da música provavelmente mais ligada à cultura local, e o canto coral é uma coisa que integra todo mundo, trabalha com a voz, com o coletivo, e essas coisas são muito importantes. A percussão foi um sucesso absoluto. Apareceu a percussão como um grande representante da cultura local. Todos querendo tocar percussão.

O número de alunos do Ouviravida é oscilante: 90 percussão, 50 flauta. Coral todos deviam ir, mas não vão. Em alguns momentos o projeto envolveu ao mesmo tempo cerca de 300 crianças. Ao todo, desde o início, a ex-coordenadora do Ouviravida calcula que cerca de mil crianças passaram pelo projeto. Mas o projeto Ouviravida foi marcado tanto por desistências como por conquistas de novos integrantes, que começaram a entender o projeto. Muitas das desistências aconteceram pela questão de gênero (maior afinidade de o professor trabalhar mais com meninos que com meninas, por exemplo), e por questões familiares, de pais que não entenderam, portanto não apoiaram acompanhando as crianças, ou então porque os alunos tinham que cuidar do irmão mais novo, ou

o irmão foi pra cadeia, ou teve tiroteio em casa, e outras questões que acabaram impedindo a presença das crianças nas aulas. *“Então é muita rotatividade de crianças e grande desistência, e algumas conquistas de permanência e de quem passou pelo projeto. Claro que a gente quer continuidade, mas é um mistério a continuidade”*, analisa a ex-coordenadora do Ouviravida. Ela entende que a falta de planejamento do CEA faz com que os projetos não tenham continuidade, o que gera insegurança para os participantes e desconfiança na comunidade, principalmente entre os pais dos beneficiados.

Numa reunião de pais uma mãe comentou que o Ouviravida tinha sido muito importante na Vila Pinto, porque sempre as coisas acontecem e param, e o Ouviravida tinha começado e tinha continuado. E o CEA é responsável por a gente tentar esta continuidade.

Além dos problemas de desistência, o Ouviravida enfrentou problemas com os coordenadores do projeto dentro do CEA, segundo a ex-coordenadora do Ouviravida. Uma das coordenadoras do projeto no local, que atuava de forma voluntária, teve conflitos com a líder do CEA, sentindo que seu trabalho não era devidamente valorizado. Outra coordenadora assumiu, uma separadora, e novamente houve conflitos com a líder do CEA. Outras coordenadoras assumiram o projeto no local, mas a falta de continuidade complicou o andamento do Ouviravida, segundo a ex-coordenadora do projeto, que reconhece que simultaneamente enfrentavam-se conflitos internos com a Ospa também. Os funcionários que atuavam no verão não se sentiam valorizados, já que a Ospa não os remunerava nesse período *“de férias”*.

A ex-coordenadora do Ouviravida considera que o projeto teve seu ápice no CEA em 2001, quando aconteceram muitos eventos, e uma dinâmica cultural intensa. Depois, com a indefinição do coordenador local, a falta de planejamento e problemas com espaço físico (falta, distância, porque faz barulho não pode na escola), o projeto no CEA perde parte de sua força. Esperava-se que a disponibilização do Centro Cultural, em 2002, seria a solução para a falta de espaço. Mas até o Centro Cultural não estar completamente pronto (com corrimões nas escadas, banheiros finalizados, entrada para as crianças que não fosse a mesma dos caminhões que buscavam os resíduos, uma pessoa para controlar a circulação das crianças no Centro Cultural), definiu-se que, durante 2003, as aulas de percussão ficariam no Centro Cultural e as outras aulas voltariam para os espaços físicos disponibilizados pelos apoiadores.

A dificuldade de fixar um coordenador do CEA resultou na busca de uma segunda parceria pela Ospa, o Centro Comunitário São José Operário, mesmo mantendo a parceria com o CEA. Mas, segundo a ex-coordenadora do Ouviravida, a líder do CEA sentiu como se o Ouviravida estivesse abandonando

o CEA em função da dispersão e da negociação de coordenação local com a Irmã Sílvia, que representa o Centro Comunitário São José Operário.

Eu vejo que a (líder do CEA) é uma pessoa muito carismática, tem um discurso muito político, muito bacana, mas em alguns momentos ela se depara com questões da cultura dela. Falta um certo planejamento. O que de certa forma tem a ver com a forma como a ela desenvolveu, construiu a sua figura de líder. Existe um certo autoritarismo. Até que ponto é realmente democrático todo o espaço de negociação, de discussão, de tomada de decisões. Deve ser muito difícil também isso [...] conseguir o recurso para tanto. É muito difícil construir a casa, o outro tá com o filho na cadeia, ou a outra não consegue amamentar o filho. São muitas questões concretamente, que de certa forma tomem uma prioridade. Mas pra nós, e a longo prazo também para o CEA, esse projeto cultural e outros projetos culturais deveriam ser levados a sério e ser planejados, junto com muitos parceiros que o CEA conquista. É uma descoberta e uma construção imponente dentro da Vila Pinto. Tanto que gera muita ciúmeira e ao mesmo tempo admiração por aquelas pessoas que vêm de fora [...] A gente nunca foi convidado pra estar nas reuniões do CEA. A gente é que convidava a (líder do CEA) e coordenação pra reuniões nossas.

Apesar de tecer algumas críticas à liderança, à presidente do CEA, a ex-coordenadora do Ouviravida reconhece a dificuldade do papel social que ela exerce, que, ao mesmo tempo, busca a integração pela legalidade, busca proteger o CEA do tráfico, mas também convive com as ilegalidades de pessoas que trabalham no CEA. A ex-coordenadora do Ouviravida caracteriza as relações sociais com o CEA como “*conflitantes*”. “*Estas relações institucionais precisam de muito diálogo, muita negociação para que tudo se estabeleça claramente*”. Os conflitos entre a Ospa e outros parceiros do Ouviravida são diferentes.

A (líder do CEA) tem um grande orgulho, na verdade, de tudo que acontece lá, e imagina que o Ouviravida é um projeto que acontece em parceria, mas ela queria que fosse do CEA. E a gente já entrou dizendo não. O projeto é da Ospa, realizado pela Ospa e Secretaria da Cultura do governo, em parceria com o CEA. Então, quem tem que aparecer primeiro é a Ospa. E aí vêm as disputas. Então muitas vezes aconteceu em algum discurso, alguma fala, reportagem no jornal, saiu só a Ospa, e aí então a (líder do CEA) sempre fica muito braba. Eu concordo, acho que a gente tem sempre que frisar que é em parceria com o CEA. Mas ela queria sempre que aparecesse primeiro o CEA. E aparece porque a mídia se interessa. Ó a orquestra que vai ao bairro. Aparece bastante a coisa do bairro popular, as crianças economicamente carentes. Acho que a gente deve deixar bem flexível isso.

Além das disputas pelos “*dono*” do projeto, a apropriação do Ouviravida pelo CEA assim como foi diferente de outros parceiros, também foi considerada como determinante para novos conflitos e para a relação “*truncada*” entre Ospa e CEA.

[...] deve haver sempre um convênio, uma regulamentação de como as coisas devem tramitar. Então se há um convite pela Vila Pinto isso deve passar pela Ospa. E na verdade tem até problemas de estrutura nossa. Fazendo a autocrítica, se por um lado aconteceu com o CEA, da gente sempre querendo regular, regulamentar o CEA, com Alvorada ficou diferente. Como ficou uma parceria com a prefeitura, eles têm mais autonomia [...] deixa muito pra Alvorada decidir suas apresentações, seus eventos. Acho que tem uma coisa desigual que tem a ver com as relações específicas que são criadas com cada local. A própria questão de não ter uma coordenação local que assuma, não ter um lugar pra armazenar os instrumentos musicais. De repente tu pensar que a qualquer momento qualquer um pode pegar e levar, e de repente usar e trazer ou não trazer de volta, são problemas que não tinham em Alvorada. As relações são fundamentadas nos diferentes contextos. Em Alvorada a gente pedia para nos avisar das apresentações, na Vila Pinto eu pedia pra gente autorizar. Também a (líder do CEA), às vezes tinha uma fala ela levava alunos pra tocar flauta, ou tocar percussão, mas às vezes ela levava ex-alunos representando o Ouviravida. É um uso inapropriado do Ouviravida, na nossa compreensão. Essa questão de apropriação, de fazer uso do projeto, dos próprios alunos, dos instrumentos, assim como fazer uso do nome do projeto, da ideia do projeto, sempre foi bastante negociada, numa relação truncada com o CEA.

Para a ex-coordenadora do Ouviravida, o discurso da líder do CEA para a comunidade e para os parceiros é centrado na sua pessoa, diferente do discurso midiaticizado, que ela centra no valor social do trabalho, permeado pelas questões de gênero e de educação, além da importância das parcerias.

Ela traz muito ela mesma nos discursos. Então, apresentação de final de ano no Centro Cultural que ainda não tá pronto, pra toda comunidade, pra Ospa, pra todo mundo, o que ela faz: ela toma a palavra e fala um monte de si, sua história pessoal, então chora porque lembra quando ela tava não sei aonde e aninhã, porque a filha. Aí ela chama a filha, abraça a filha. Entende? Então tem umas coisas muito centradas nela e na família. Quando eu conheci a (líder do CEA) e fui na casa dela [...] a casa dela tá sempre em construção, sempre em obras, sempre botando mais um tijolo, mais uma parede, mais um móvel. E a família inteira sendo organizada nesse grande espaço, como se fosse um grande clã. Acho que ela é muito ambiciosa de querer que a família dela esteja bem. Ela tem um centramento no discurso das coisas que ela batalha, e acho que ela consegue, conquista com isso, e com as coisas que ela efetivamente faz, apoio, admiração, mas que às vezes é passageiro porque falta um planejamento a longo prazo. É que também preveja essa coisa do trabalho com os outros, para os outros, levando em consideração o que os outros tão pensando. Desde que ela começou com essa história do Centro Cultural, eu tô falando: 'É legal a gente fazer reuniões junto, eu estar participando, e tu fazer um organograma, pensar em como vai ser essa estrutura, porque é uma coisa muito grande pra ti administrar'. E tenho a impressão que sempre foi uma coisa imediatista [...] com a mídia o discurso não é o mesmo que nas festas de final de ano [...] Acho que ela dá uma deslocada pra questão da liderança

comunitária. Aí ela não aparece tanto na sua história pessoal, na sua biografia, no seu lado heroico. Ela aparece mais como aquela que dá, que faz pelos outros, que planeja, que divide, que também é uma face dela, com certeza. Por isso ela está nessa ONG. Tem que lidar com muitas pessoas, resolver muitos conflitos, auxiliar. Acho que na mídia ela mostra mais esse lado da batalha da mulher, ela e outras mulheres, da valorização, da tentativa de melhorar a autoestima e imagem da mulher, das crianças que estão conquistando coisas através do CEA.

A fala da ex-coordenadora do Ouviravida tem ressonância no depoimento de outros sujeitos sociais que interagem com o CEA, ao afirmar que, conforme o interlocutor, se dá a ênfase do discurso. Para a ex-coordenadora do Ouviravida, em um evento dentro do CEA, com presença de parceiros e políticos, a líder do CEA salienta mais seu esforço, centralizado na sua figura. E na mídia a ênfase é no aspecto social do trabalho, quando faz um deslocamento do individual para o coletivo. Já, nas reuniões para a comunidade interna (separadores, coordenadores do CEA), aparece a matriz religiosa, o ritual de dar as mãos, rezar, pregar sobre um tema (planejamento familiar, relacionamento entre as mulheres e os companheiros, ajudar a colega que está no hospital etc.), tenta definir regras, limites, dar energia para o grupo seguir em frente. Enfim, encarna muitos papéis conforme a plateia. *“Ela é uma líder efetiva, carismática, tem um discurso muito articulado. Tem alguns projetos sociais interessantes nos planos dela. E, por outro lado, ela é mulher, é mãe, tem toda uma série de questões [...] Ela tem uma formação muito sólida, de certa maneira”*.

Observamos nas gramáticas discursivas acima que as matrizes culturais trazidas à tona com mais intensidade na interação entre o CEA e o campo institucional governamental referem-se à cidadã-comunitária e subjetivas, e com menor intensidade surgem as matrizes empresarial, educativa, religiosa e de gênero.

A matriz cidadã-comunitária é incorporada pela líder do CEA no seu posicionamento independente e autônomo em relação às constantes investidas do DMLU no sentido de tutelar as ações do CEA. Quando a líder do CEA se impõe diante de posições autoritárias como o castigo promovido pelo DMLU, utilizando-se do poder popular como instrumento de luta e resistência, novamente essa matriz permeia a interação, ou então quando faz uma denúncia pública contra o DMLU. A matriz cidadã-comunitária se apresenta quando o próprio DMLU é chamado a intervir nas disputas internas, que marcam a fundação do CEA. A criação de um galpão de triagem de resíduos sólidos inserido no processo de coleta seletiva do poder público municipal exerce um importante papel na construção de aspectos da cidadania na comunidade da Vila Pinto, assim como a construção de uma relação de confiança e cuidado que

se desenvolve gradativamente da comunidade em relação ao CEA é resultado do fortalecimento da matriz cidadã-comunitária.

A corrida paralela ao coletivo dos galpões, que a líder do CEA faz a frente do CEA, trabalhando individualmente para obter ganhos simbólicos e materiais para o “*seu*” galpão, na interação com o campo institucional governamental, – quando o ex-diretor do DMLU A é diretor do DMLU – serve, no entanto, para afetar negativamente a interação comunicacional, entervando as relações e gerando conflitos frontais entre os dois líderes políticos. O ex-diretor do DMLU A entende que a líder do CEA quer se sobrepor ao movimento dos galpões, enfraquecendo este grupo social na medida em que se fortalece individualmente uma das suas lideranças. Já sob a direção do ex-diretor do DMLU B, as características de liderança, empreendedorismo, independência e liberdade de ação da líder do CEA são motivos de admiração e ampliação do capital simbólico do CEA na interação com o campo institucional governamental. Como veremos logo, questões subjetivas intervêm nessa interação interferindo no processo de cidadania.

Com a Ospa, a comunicação é truncada, mas mesmo assim a parceria acaba sendo um dos maiores ganhos simbólicos do CEA, bastante reconhecido pelo campo midiático, como pudemos observar também na análise de conteúdo feita em materiais midiáticos. A matriz cidadã-comunitária atravessa a interação com a Ospa na própria percepção que esses dois sujeitos coletivos têm da necessidade de estabelecer outras parcerias paralelas para viabilizar o projeto Ouviravida, principalmente devido à necessidade de espaço físico. Diante da necessidade que esta parceria com o campo institucional governamental expõe, surge a ideia de construir o Centro Cultural, determinando uma matriz educativa forte para a construção da identidade do CEA. Voltando ao Ouviravida, seu objetivo explicita esta matriz: construção da consciência de cidadania via troca cultural pela música. Além das aulas em si, as apresentações e os deslocamentos dos alunos do projeto possibilitam desenvolvimento da autoestima e reconhecimento social das crianças e adolescentes da Vila Pinto, ajudando a construir a cidadania, que se refletirá nas relações comunitárias. Também o laboratório de construção de instrumentos musicais a partir de materiais recicláveis e as aulas planejadas de forma que incorporassem aspectos da identidade dos alunos explicitam que o processo de aprendizagem incorpora questões de cidadania na intervenção feita pela Ospa na comunidade da Vila Pinto, em parceria com o CEA. A importância que o Ouviravida vai adquirindo na comunidade, enquanto dinâmica cultural de reconhecimento da própria comunidade, é uma das maiores expressões dessa matriz, marcando essa interação com o campo institucional governamental.

A matriz cidadã-comunitária se mostra enfraquecida, porém, quando a falta de planejamento da organização do CEA mantendo uma coordenadora

permanente para o projeto dentro da organização pode ser um dos fatores de desistências e desconfiança da comunidade com a continuidade do projeto. As disputas em torno do poder e da “*propriedade*” do projeto Ouviravida também afetam negativamente a interação, quando se observa a falta de entrosamento e de confiança entre os parceiros: tanto o CEA não convida a Ospa para participar de suas reuniões quanto a Ospa não dá a mesma autonomia para o CEA como faz com os parceiros do Ouviravida em Alvorada. Por outro lado, o fato de o Ouviravida acontecer dentro da Vila Pinto, precisamente via parceria com o CEA, fortalece o projeto da Ospa, da mesma forma que o CEA angaria capital simbólico e incorpora nuances para sua imagem valorizadas pelos outros campos sociais com quem negocia continuamente, em especial o campo midiático, como veremos no próximo capítulo.

A matriz subjetiva na interação do CEA com o campo institucional governamental ressurgue repetindo o refrão da líder do CEA: a nega, vileira, pobre se faz ‘*engolir*’ pelos adversários que vai fazendo. São as características pessoais da líder do CEA e do ex-diretor do DMLU A que não se comunicam quando em interação, fazendo com que o CEA tenha uma relação problemática durante os muitos anos que ele atuou como diretor do DMLU. No entanto, as mesmas características que vão determinar a construção do Centro Cultural, a busca de resíduos com o setor privado, e os constantes exercícios de autonomia, – mesmo considerando um empreendedorismo do tipo empresarial –, constituem motivo de simpatia por parte do ex-diretor do DMLU B. Isso nos leva a compreender que a interação comunicacional entre o CEA e o DMLU são fortemente atravessadas por matrizes subjetivas trazidas para circular na interação pelos sujeitos pessoais que representam sujeitos coletivos (a organização social e o órgão público). As facções políticas são menos importantes que a “*energia*” pessoal dos interlocutores.

“*A visão (da líder do CEA) contaminou*” a comunidade, o movimento como um todo, e até mesmo a percepção para o campo institucional governamental das apropriações que podem ser feitas do que nasceu para ser um galpão de triagem de resíduos sólidos. Características pessoais da líder – de observadora atenta dos acontecimentos – faz em com que o trabalho com lixo seja também um potencial espaço de educação para a cidadania, mesmo que ainda funcione precariamente.

A subjetividade da líder interfere na comunicação entre o CEA e o DMLU, e entre o CEA e a Ospa. A centralização de poder exercida pela líder do CEA, que caracteriza “*um certo autoritarismo*”, faz com que o Ouviravida seja marcado por uma grande rotatividade de coordenadoras dentro do CEA e a atual indefinição quanto a uma responsável por esta função, afetando negativamente a relação entre CEA e Ospa. Da mesma forma, a administração “*intuitiva*”, “*não*

planejada”, do projeto Ouviravida pode estar dando a impressão de que o projeto está sempre a perigo.

De outra forma, a matriz subjetiva se explicita quando a relação entre alunos e professores do Ouviravida sofre reflexos das personalidades de uns e outros, o que acaba resultando inclusive em desistências. Também a falta de apoio familiar, os encargos familiares dos alunos e as relações deles em família interferem na interação entre o CEA e a Ospa, pois o retorno da comunidade para o projeto é fundamental para a manutenção do projeto Ouviravida.

A matriz midiática retorna na interação do CEA com o campo institucional governamental quando se busca resolver conflitos com o DMLU com performances em praça pública, levando dezenas de pessoas para reclamar para o prefeito.

Positivamente a matriz midiática, quando incorporada pela líder do CEA, está levando para o espaço público midiático a discussão sobre o processo de coleta seletiva em Porto Alegre, e a necessidade de, em qualquer espaço geográfico, os cidadãos separarem os resíduos sólidos do seu consumo como um ato de solidariedade para com quem tem o lixo como matéria-prima para sua sobrevivência. Essa discussão, mediada pela imagem de *“nega pobre [...] desfavorecida [...] que age em defesa dos excluídos”*, constitui-se um instrumento de luta via apropriação do espaço midiático, que se abre para amplificar o discurso do CEA. *“Acho que esse é o mérito que ela tem [...] De ter um discurso. Ela faz um teatro que as pessoas gostam. Ela se relaciona bem com o microfone”*. O uso que a líder do CEA faz da mídia torna o campo midiático seu aliado na trajetória histórica do CEA – que pode ser tanto criticada pelo ex-diretor do DMLU A como elogiada pelo ex-diretor do DMLU B. São contradições que fazem parte das relações comunicacionais.

A matriz midiática e a matriz empresarial, quando postas em movimento pelo CEA, inscrevem-se também a partir da matriz religiosa: pressionar o poder público via manifestações de apoio popular era prática característica que fazia uso o Irmão marista no início da organização dos galpões de triagem. Da mesma forma, é ele quem inaugura a busca de materiais recicláveis aproximando-se do setor privado.

A matriz empresarial surge no discurso do CEA, ainda, quando aborda os conflitos com o campo institucional governamental, a partir das discussões com o ex-diretor do DMLU A, que não admite as parcerias que o CEA vai fazendo para ter mais matéria-prima. A líder do CEA justifica seu raciocínio de soma e multiplicação na exclusão dos associados: quero sempre mais, separadoras satisfeitas dão mais dinheiro porque rendem mais, temos grandes clientes e vamos ter outros. Este mesmo raciocínio surge na interação com o campo institucional governamental, quando, em reunião com a Primeira Dama,

justifica a necessidade do “lixo” da CEEE ir para o CEA devido ao valor social que a organização representa. A matriz empresarial, de viés capitalista, no entanto, acirra conflitos entre o CEA e o DMLU quando entende que essas parcerias beneficiam individualmente o CEA e não coletivamente as associações.

A matriz educativa, assim como acaba mediando conflitos do CEA com o DMLU quando o ex-diretor A está na função, é motivo de elogio na administração do ex-diretor B: *“Isto é um mérito que eu considero de uma visão empreendedora, porque isso não foi colocado pelo poder público, foi buscado com parcerias com a iniciativa privada”*. De outra forma, a interação com a Ospa é feita por meio de um projeto de educação musical, o que faz com que a matriz educativa atravesse e marque a interação com o campo institucional governamental.

Das relações externas do CEA

As interações do CEA com a comunidade da Vila Pinto, com a comunidade regional, e com os campos dos movimentos sociais e institucional-governamental representam, enquanto forma de análise, as relações do CEA com o exterior. A interação com a mídia também enquadra-se como relação com o exterior, mas, dada a sua especificidade e a centralidade que assume nesta tese, vamos analisá-la à parte, no próximo capítulo.

Em termos gerais, observamos que o CEA transforma a estrutura social ao inovar em relação a formas de construção da cidadania de um grupo específico de excluídos da sociedade civil global. Um objetivo relativo à política da vida e emancipatória quando se coloca como uma organização social que se guia por matrizes oriundas do movimento de mulheres, pelo movimento ambiental, relativas à ampliação dos direitos de cidadania, forçando a atenção pública para suas agendas. O CEA busca romper limites de dominação, estabelecendo com o sistema social uma luta simbólica, com o objetivo de ter reconhecidos socialmente seus valores. Constrói uma *“trincheira de resistência”* em relação ao campo institucional governamental, e novos significados para a sociedade contemporânea sobre a possibilidade de romper os limites da proposta de galpão de triagem de resíduos sólidos ofertada pelo poder público municipal, incluindo o viés educativo. O CEA constrói canais de comunicação com sujeitos de campos sociais estratégicos, inserindo-se em redes de cidadania formais e informais, e apropriando-se dos espaços midiáticos, mesmo que desorganizadamente, mas de forma a elevar seu capital simbólico.

Concordamos com Touraine quando afirma que a sociedade contemporânea deixa também suas marcas na trajetória histórica dos movimentos sociais. O CEA existe porque estamos inseridos em uma sociedade de consumo, alta produtora de resíduos, frutos da descartabilidade

indiferenciada. As lógicas da globalização determinam entre outras, lógicas de exclusão que as associadas do CEA conhecem como experiência vivida. O CEA “organiza” suas parcerias a partir da interação com sujeitos dos diversos campos sociais que compõem a sociedade. Também faz uso da tecnointeração para dar visibilidade pública e sensibilizar a opinião do outro. A própria subjetivação dos movimentos sociais afeta a identidade do CEA enquanto uma organização deste campo social. O CEA se fortalece via participação em redes de cidadania e propõe alternativas de desenvolvimento, mesmo que contraditórias. Todas essas características organizam o que definimos como “macromatrizes” culturais do contexto social, em que interagem o CEA e o campo midiático.

Especialmente em relação à subjetivação, esta orienta o fazer do CEA a partir da sua discussão de questões de gênero, de cidadania, de inclusão social e econômica, de construção da identidade, e de educação. Estas questões marcam fortemente a cultura do CEA organizando-se como matrizes fundamentais da identidade coletiva. São formas de manifestação que visam a mudar a vida local, mas se inserem nas discussões globais mais atuais. Essas matrizes, e não só elas, movimentam-se como mediadoras das relações externas dessa organização social: com a comunidade local e regional e com os campos sociais com que interage. São essas orientações culturais que constituem o sistema de ação histórica do CEA como sujeito coletivo do campo dos movimentos sociais da sociedade civil global.

Como um movimento social e cultural, formado a partir de um grupo popular, o CEA tem práticas contraditórias. Contesta formas de poder e de dominação, como observamos principalmente em relação ao campo institucional governamental, e, ao mesmo tempo, faz parceria com os “opressores” quando assim for conveniente. Portanto, partilha das orientações daqueles que se constituem adversários, sem deixar de ser, ao mesmo tempo, parceiros. Anda no “fio da navalha”. E esta forma de se posicionar é parte do seu saber fazer. O CEA tem uma ação culturalmente orientada para a busca da apropriação da historicidade, se conflituando socialmente na disputa por modelos e orientações culturais que controlam as relações de poder e dominação. Seja na relação com o DMLU, com a Ospa, com os voluntários técnicos que participam do Conselho Consultivo, com a própria arquiteta, com o movimento dos catadores, com o Irmão marista, e outros sujeitos sociais, todas as interações são marcadas por disputas de poder pelo estabelecimento de sentido e orientação para as ações do CEA. Dentro do coletivo que o CEA faz parte, o movimento dos separadores de resíduos sólidos, o CEA propõe um novo modelo: como galpão de triagem inserido na coleta seletiva, como tipo de ONG, como forma de liderança, como parceiro em projetos culturais. Compreendemos que a definição deste modelo próprio do CEA é possível com

a mediação fundamental da comunidade regional, que é quem faz as pontes e pensa o CEA com a líder. E, conseqüentemente, é quem possibilita que o CEA, enquanto força social, oriente suas estratégias de ação para o reconhecimento social como uma organização referência, um modelo a ser “*exportado*”, copiado noutros territórios. Esta utopia só não se realizou completamente, em parte, pelas amarras colocadas pelo poder público, que atua como co-gestor da organização.

A relação com a comunidade regional constitui-se uma rede de comunicação informal que acaba definindo as especificidades para o modelo cultural que o CEA propõe, diferente dos outros galpões de triagem, e que acaba sendo motivo para vários dos conflitos que vem a enfrentar, principalmente com o campo institucional governamental, mas também com sujeitos do campo dos movimentos sociais.

O CEA supera o modelo vigente de galpão de triagem, impondo novos sentidos para esta prática produtiva, afetando o funcionamento da sociedade. A partir das relações externas, o CEA rompe limites dados pelo sistema de ação social dominante. No entanto, esse rompimento é relativo quando as relações internas rompem os limites de dominação, mas não tanto quanto quer parecer. A mensagem que o CEA deixa para a pesquisa é que rompe mais limites para fora que para dentro. É mais inovador como forma de organização social na imagem que constrói nas relações externas que na cultura que constrói nas relações comunicacionais internas. A autonomia de ação que o CEA exige nas interações com o exterior não é ofertada nas interações sociais internas. Nos termos de Melucci, podemos afirmar que o padrão da rede comunicacional interna do CEA é um, e o padrão da rede comunicacional externa é outro, e entre si são contraditórios. Essa contradição, aliás, é uma marca das culturas populares que se presentifica na ação de historicidade que o CEA expõe na sua conduta, o que nos foi possível apreender a partir da análise das gramáticas discursivas ofertadas pelos informantes. O CEA oxigena e dinamiza o sistema social, pois, mesmo mantendo aspectos dominantes internamente, propõe mudanças no campo amplo das relações sociais. O sistema social próprio que o CEA constrói enquanto unidade é resultado de pluralidades e contradições, que se constituem, ao mesmo tempo, continuidades e descontinuidades em relação ao sistema social global.

Segundo Melucci, o sistema social que constitui uma organização social intercambia com o sistema social em que está inserido (mediado pelas interações internas e com outros campos sociais), formando uma relação de interdependência que é alimentada por trocas simbólicas. Essas trocas trabalham na formação da identidade dos sujeitos do movimento social, por meio das relações de comunicação. Assim, podemos afirmar que a produção de sentido da realidade social que o CEA oferta atua como coprodutora dos

sentidos que as associadas fazem do próprio CEA e de si mesmas. Nesse sentido, as associadas constituem-se, ainda que consideremos pouco aperfeiçoados, “*terminais de redes informacionais*”.

[...] sistemas complexos são sistemas informacionais e não podem sobreviver sem assumir uma certa capacidade autônoma nos elementos individuais, que tem que ser capazes de produzir e receber informação. Consequentemente, o sistema deve aperfeiçoar a autonomia dos indivíduos e grupos e sua capacidade para se tornarem terminais efetivos de redes informacionais complexas (MELUCCI, 1989, p. 59).

Se entendemos que as coisas existem porque são nomeadas e pelo modo como são nomeadas, a democracia interna no uso dos recursos informativos é tão essencial quanto a democracia externa. Trata-se da autonomia para produzir o sentido sobre o seu agir e para sua identidade, do uso da informação das associadas como recurso reflexivo. Conforme Melucci, ainda, cada movimento é um sistema de ação, de natureza comunicacional.

A ação coletiva é um sistema de ação multipolar que combina orientações diversas, envolvendo atores múltiplos e implica um sistema de oportunidade e vínculos que dá forma às suas relações [...] A definição que os atores constroem não é linear, mas produzida por meio de interação, da negociação, da oposição entre orientações diversas (MELUCCI, 1996a, p. 23-25).

Em conflito, os atores sociais disputam recursos, essencialmente recursos de informação, *que dizem respeito à capacidade ou à possibilidade dos atores de definirem o sentido de suas ações [...] do tipo cognitivo, relacional, comunicativo [...]*(MELUCCI, 1996a, p. 23-25).

Até agora, observamos as matrizes culturais que são movimentadas na construção da mensagem que o CEA comunica a partir das interações sociais internas e externas. Como e o que o movimento social comunica é considerado por Melucci um dos aspectos mais importantes a serem estudados nos movimentos sociais. No próximo capítulo vamos analisar qual a mensagem que o CEA está ofertando para pautar sua visibilidade no espaço público via interação com o campo midiático.

III – As matrizes culturais nas interações midiáticas do CEA

O campo jornalístico e o agendamento

O campo jornalístico situa-se, em relação ao campo midiático, como um subcampo, mas, pela centralidade que tem nesta tese, denominaremos como um campo, já que se assume autonomamente como tal. Esclarecemos,

no entanto, que a denominação de subcampo não está atrelada a uma visão hierárquica ou vertical, mas como uma forma de organização do pensamento em relação à perspectiva teórica que assumimos neste estudo. O campo jornalístico refere-se a um espaço social em que interagem sujeitos sociais que atuam enquanto fontes dos acontecimentos, produtores das notícias ou jornalistas, detentores das estruturas organizacionais em que as notícias são produzidas, e consumidores do produto jornalístico ou receptores da informação noticiosa. No sistema social global, o campo jornalístico é parte de uma teia complexa de interação entre campos sociais diversos, em que sujeitos destes “*outros*” campos sociais buscam visibilidade pública a partir da participação na “*agenda*” dos acontecimentos, que é midiaticizada (ofertada via tecnologias da informação) para o espaço público. É quando sujeitos de outros campos buscam visibilidade e têm que se enquadrar nas regras do campo jornalístico em que coparticipam.

Ao longo da nossa pesquisa, nos identificamos com o paradigma das notícias como construção social, que surge nos anos 60 e 70, mais especificamente com a teoria etnoconstrucionista. Partilham desse paradigma as teorias estruturalista e etnoconstrucionista. Estas duas teorias são consideradas por Traquina como “*complementares*”.

Apesar das diversas sensibilidades que existem dentro do paradigma construtivista, é partilhada a perspectiva que as notícias são um resultado de processos de interação social entre jornalistas, entre os jornalistas e a sociedade, e entre os jornalistas e as suas fontes de informação [...] para o paradigma construtivista o mundo social e político não é uma realidade predeterminada e dura que os jornalistas refletem, e os jornalistas não são observadores passivos, mas participantes ativos na construção da realidade. A actividade jornalística é, para estes teóricos, bem mais complexa do que a ideologia jornalística sugere (TRAQUINA, 2001, p. 62-63).

Entre os pontos de convergência das teorias estruturalista e etnoconstrucionista, ambas: 1) rejeitam a teoria do espelho; 2) reconhecem a importância dos constrangimentos organizacionais com que trabalha a teoria organizacional, mas consideram que o processo de osmose não se dá apenas com valores da organização, mas também da comunidade interpretativa – profissional – formada pelos jornalistas; 3) salientam a importância da estrutura dos valores-notícia dos jornalistas, a ideologia dos membros da comunidade, assim como as rotinas e os procedimentos profissionais; 4) rejeitam a visão instrumentalista das notícias, reconhecendo um grau de autonomia dos jornalistas, os quais consideram participantes ativos na construção da realidade; 5) reconhecem que as notícias são ‘estórias’ marcadas pela cultura dos jornalistas e da sociedade em que estes se inserem, e estas formas narrativas servem para ‘enquadrar’ o acontecimento.

A necessidade de selecionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento – processo orientado pelo enquadramento escolhido – são alguns exemplos de como a notícia, dando vida ao acontecimento, constrói o acontecimento e constrói a realidade (CAREY apud TRAQUINA, 2001, p. 87).

Ao nos apropriarmos do trabalho de Traquina (2001) podemos compreender o enquadramento dentro do processo de produção da notícia como: resultado de escolha narrativa orientada pela aparência que a realidade assume para o jornalista, assim como pelas convenções que moldam sua percepção e fornecem um repertório para apresentação dos acontecimentos. Os acontecimentos são o ponto de partida para a construção dos enquadramentos midiáticos. Os enquadramentos podem ser observados a partir das metáforas, frases feitas, exemplos históricos, descrições, imagens, símbolos, formas do discurso etc. Dessa forma, o enquadramento da notícia funciona como um pacote interpretativo do acontecimento, que faz alusão a ideias, linguagem e temas que participam do repertório cultural do público a que se destina a notícia. Alguns enquadramentos, por exemplo, podem fazer alusão a mitos, contos populares e outros ingredientes culturais.⁷⁹

Vamos nos ater a partir de agora na teoria etnoconstrucionista, segundo a qual as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de acontecimentos em notícias. Os acontecimentos constituem um imenso universo de onde se selecionam aqueles que podem adquirir a existência pública de notícia por terem o ingrediente da “*noticiabilidade*”. Definir sobre a *noticiabilidade* dos acontecimentos é um monopólio de poder de que desfruta o campo jornalístico. É sobre esse fazer que este campo tem autoridade e legitimidade de decisão. Pensando a produção da notícia como um processo interativo, Schudson observa a intervenção de ações de três naturezas no processo produtivo das notícias: pessoal, social e cultural. A ação pessoal porque as notícias são um produto das pessoas e suas intenções. Ação social porque são também produto das organizações e dos seus contrangimentos. E ação cultural porque as notícias são também produto da cultura e dos limites que esta impõe. Nesse sentido, o autor faz sua própria

79 Stuart Hall, Chas Critcher, Tony Jefferson, John Clarke e Brian Roberts são alguns dos autores da teoria estruturalista. Para aprofundar conhecimentos sobre as teorias das notícias ler Traquina, 2001.

síntese de algumas das teorias das notícias, principalmente as teorias da ação social, organizacional e as teorias construtivistas.⁸⁰

Traquina escreve que o campo jornalístico tem um papel estratégico no funcionamento das sociedades modernas e na comunicação política, quando a constituição de um acontecimento em notícia significa dar existência pública a esse acontecimento, constituindo-o como recurso de discussão. Nas sociedades contemporâneas, o campo jornalístico constitui um alvo da ação estratégica dos diversos agentes sociais, que têm o objetivo de fazer concordar as suas “*necessidades de acontecimentos*” com as dos profissionais do campo jornalístico. Mesmo com essas “*intervenções*” no processo de produção das notícias, Molotch e Lester sublinham o grau de autonomia do campo jornalístico na constituição da agenda jornalística (MOLOTCH; LESTER apud TRAQUINA 2001, p. 101). Portanto, podemos entender o jornalismo como um campo social que se apropria da realidade devolvendo-a para o consumo social, após um processo de construção em que entra em jogo o conhecimento do mundo legitimado via especialidade do jornalista. A cultura constitui-se o objeto principal no processo de construção da realidade. Nesta linha do pensamento, que se aproxima dos estudos culturais e situa-se na perspectiva teórica da construção social da realidade, uma das vertentes é a teoria do agendamento – *agenda setting*.

O conceito do agendamento foi exposto pela primeira vez por McCombs e Shaw em 1972. Desde então muitos estudos sobre a produção de notícias têm como base essa “*hipótese*”. Poucos deles, no entanto, estudam o agendamento na interação dos movimentos sociais com o campo jornalístico. Quando o paradigma do agendamento surge, representa um regresso à problemática dos efeitos. McCombs e Shaw tinham como objetivo examinar o papel dos mídia na formação e mudança de cognições, a partir de uma relação entre a agenda midiática e a agenda pública. Baseados em estudos de Lippman e Cohen, eles forneceram dados empíricos sobre o processo de agendamento, assim como criaram esta designação. Algumas conclusões sobre o processo de agenda pública já tinham sido sugeridas nos anos 20 por Walter Lippman, quando,

80 “A criação de notícias é sempre uma interação de repórter, director, editor, constrangimentos da organização da sala de redacção, necessidade de manter os laços com as fontes, os desejos da audiência, as poderosas convenções culturais e literárias dentro das quais os jornalistas frequentemente operam sem as pensar. Pode ser que os repórteres se apercebam dos conflitos entre eles próprios e os directores pelo contróle das reportagens. Do que parece menos provável eles se aperceberem é que muito do poder sobre as reportagens já é controlado pelos constrangimentos da organização social e pelas tradições culturais. Ao dirigir a atenção para estes constrangimentos, as teorias da notícia não pretendem ou não devem pretender que eles sejam imutáveis. Pelo contrário, reconhecer as influências na produção das notícias e compreender as fontes de constrangimentos pode ser uma via para abrir as possibilidades a um cepticismo saudável por parte do público e para uma maior variedade na apresentação das notícias.” (SCHUDSON, 1988, p. 17-27).

sem usar o termo agendamento, este autor argumentou que os mídias eram a principal ligação entre os acontecimentos no mundo e as imagens desses acontecimentos na mente das pessoas. Sobre a relação entre a mídia e a agenda pública, também Cohen (COHEN apud TRAQUINA, 2000) escreveu que a imprensa pode não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem uma capacidade especial para dizer ao seu público sobre o que pensar. A imprensa forneceria um mapa do mundo para as pessoas.

Segundo Rogers, Dearing e Bregman (2000), a literatura do agendamento abarca a pesquisa de três componentes que constituem o processo do agendamento: 1) estudos da agenda midiática, definidos como os estudos do conteúdo dos mídias; 2) os estudos da agenda pública, definidos como os estudos que conceitualizam a relativa importância dos diversos acontecimentos e assuntos por parte de membros do público; 3) e os estudos sobre a agenda da política governamental, definidos como o estudo da agenda das entidades governamentais. Não se incluíam os estudos sobre a agenda das fontes não governamentais.

Quase todos os estudos do agendamento operacionalizam o conceito de agenda midiática com a utilização de dados baseados em análises dos conteúdos do produto do campo jornalístico, ou seja, das notícias. Molotch e Lester (2000) avançam ao oferecerem um quadro que dá conta da dinâmica e complexidade de relações entre a agenda pública, a agenda política governamental e a agenda midiática, ao apresentarem três categorias de pessoas com diferentes posições na organização do trabalho jornalístico: os promotores de notícia (fontes), os profissionais (jornalistas) e os consumidores de notícia (receptores). Este processo de decidir sobre o que é ou não notícia é interativo, com esses agentes sociais exercendo um papel ativo e de negociação constante. As notícias são o produto principal realizado pelos produtores das notícias, ou jornalistas. Segundo Molotch e Lester, as notícias não espelham a realidade, mas são parte de uma realidade a qual foi dada existência pública e, assim, passa a ser tema de discussão. As notícias contam sobre a realidade que não se teve contato direto. E estas “*estórias*” afetam o conteúdo das concepções de um indivíduo sobre a história e o futuro da sua comunidade. Assim como os acontecimentos concorrem entre si para se transformarem em notícia, também os enquadramentos dos acontecimentos concorrem entre si. Quando inseridos em contextos socioculturais diversos e específicos, dão utilizações diferentes para as ocorrências, conforme suas necessidades de acontecimento.

Molotch e Lester afirmam a existência de interesses na promoção de certas ocorrências ou em evitar que estas se tornem em acontecimentos públicos. Ou seja, os promotores de notícias atuam estrategicamente, e, assim, estabelece-se uma luta simbólica, resultado da concorrência entre promotores na mobilização de ocorrências ou de questões como recurso na construção

da experiência, em que o campo jornalístico constitui um alvo dessas ações. Um objetivo primordial da luta política consiste em fazer coincidir as suas necessidades de acontecimentos com as dos profissionais do campo jornalístico, segundo Traquina (2000).

Os promotores de notícias diferenciam-se pelo acesso desigual ao campo jornalístico. Segundo Molotch e Lester, aqueles que não têm acesso regular ao campo jornalístico precisam entrar em conflito com o sistema de produção jornalística, gerando a surpresa, o choque ou uma qualquer forma de agitação, de forma a perturbar o mundo social para perturbar as formas habituais de produção de acontecimentos, e assim “*perturbar*” a agenda midiática. Na década de 90, ao fazerem um balanço da evolução da pesquisa sobre agendamento, McCombs e Shaw reveem a síntese clássica de Bernard Cohen (escrita por Cohen, em 1963), que afirmava que os mídias podem não nos dizer como pensar, mas são bem sucedidos ao dizer-nos em que pensar. McCombs e Shaw escrevem que investigações explorando as consequências do agendamento e do enquadramento dos mídias sugerem que eles não só nos dizem em que pensar, mas também como pensar nisso. A seleção de objetos que despertam a atenção, e a seleção de enquadramentos para pensar esses objetos já são funções do agendamento.

Ebring, Goldenberg e Miller (1980; apud Traquina 2000) descrevem o processo do agendamento como um processo iterativo, em que a influência da agenda pública sobre a agenda jornalística pode ser observada a longo prazo, enquanto a influência da agenda jornalística sobre a agenda pública é direta e imediata, em particular quando envolve questões para as quais o público não dispõe de experiência direta. Esses investigadores levantaram a problemática de que o efeito do agendamento seria diferente conforme a questão, o interesse e o nível de incerteza. Outra conclusão da pesquisa sobre o agendamento é que o efeito da agenda jornalística também varia segundo a natureza do assunto, distinguindo entre questões designadas por Zucker (1978, apud Traquina, 2000) como questões envolventes e não envolventes. As primeiras referem-se a assuntos que têm relação com a experiência direta das pessoas, enquanto as segundas tratam de assuntos distantes da experiência das pessoas. Segundo Zucker, a influência dos mídias exerce-se sobretudo no domínio das segundas. Nesse sentido, nos perguntamos se essas observações feitas em relação ao agendamento da mídia para o público também funcionam em relação ao agendamento dos jornalistas pela fonte. Ou seja, os jornalistas estariam mais suscetíveis de serem “*agendados*” pelos enquadramentos dados aos acontecimentos pelas fontes conforme o tema, o interesse e a necessidade de orientação?

Outros fatores que afetam o agendamento público referem-se à especificidade de cada mídia, à proximidade geográfica da questão, ao papel

que assume a discussão interpessoal e ao destaque dado à questão pelo campo jornalístico. Traquina (2000) escreve que tanto a seleção das ocorrências ou das questões que constituirão a agenda, como a seleção dos enquadramentos para interpretar essas ⁸¹concorrências ou questões são importantes para a teoria do agendamento. Segundo Traquina, os estudos dentro do paradigma do agendamento apontam para a necessidade de conhecer melhor o funcionamento do campo jornalístico, que se referem ao estudo das questões públicas.

O papel das fontes no agendamento do campo jornalístico

Observar como se organiza a rede de fontes de um meio de comunicação midiático dá a conhecer sobre seus parâmetros políticos, econômicos, sociais e culturais, assim como sobre os critérios de noticiabilidade por que se rege⁸². Qualquer pessoa pode ser fonte, ser entrevistada e fornecer informações, mas ser cultivada enquanto fonte significa que há uma conversão de interesses entre o profissional do campo jornalístico e o promotor da informação, e esta relação baseia-se na confiança e nos interesses de troca. Jornalistas e fontes jogam cada um com interesses específicos. Para Blumler e Gurevitch (1995 apud SANTOS, 1997), a relação jornalista-fonte constitui uma interação entre atores dependentes e adaptáveis, que apesar de desempenharem papéis ajustados uns aos outros, perseguem objetivos divergentes, e desfrutam de uma cultura partilhada. Os discursos aos quais as fontes buscam dar visibilidade via interação com os produtores das notícias são enquadrados pelo campo jornalístico conforme os critérios de noticiabilidade e os valores notícia. Sigal (1973, 1986 apud SANTOS, 1997) percebe que a notícia depende das fontes das notícias, e estas dependem da forma como o jornalista procura as fontes das notícias. O “quem” da “estória” assume, para Sigal, a maior importância. Os variados “quem” não têm acesso igual. A preferência dada pelos meios de comunicação às opiniões do poder, aos porta-vozes oficiais, resulta naquilo

81 Esta revisão histórica que fazemos da teoria do agendamento é baseada em artigo em TRAQUINA, 2000.

82 Para Gans, a rede de fontes reflete a estrutura social e a organização dos procedimentos produtivos de uma organização noticiosa. Entre os critérios que os jornalistas utilizam-se para cultivar uma fonte estão a autoridade, a produtividade, a credibilidade. A autoridade ou respeitabilidade refere-se aos procedimentos dos jornalistas que preferem fazer referência a fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade. A produtividade diz respeito às razões pelas quais, normalmente, prevalecem as fontes institucionais, já que estas fornecem os materiais suficientes para fazer a notícia, evitando que os jornalistas tenham de recorrer a demasiadas fontes. A produtividade associa-se à quantidade e à qualidade de materiais, e à necessidade de limitar o número de fontes a consultar. E as fontes devem ser tão credíveis, pois assim emprestam sua credibilidade à informação fornecida. As fontes que fornecem materiais credíveis têm boas probabilidades de se transformar em fontes regulares (GANS apud SANTOS, 1997).

a que Hall *et al* (1999) chamam “*definidores primários*” dos assuntos ou temas tratados. Ao darem a definição inicial ou interpretação primária dos acontecimentos, esses sujeitos comandam o tratamento posterior e fixam os termos de referência dentro dos quais qualquer nova cobertura ou debate tem lugar. É nessa relação estruturada que começa a se desenvolver o papel ideológico dos meios de comunicação, quando constroem uma imagem da sociedade representativa dos interesses destes definidores primários, que assim legitimam suas “*relevâncias*”. Os representantes dos contrapoderes têm de desencadear ações que fujam à rotina para entrarem no quadro dos valores/notícia (GANS; SIGAL apud SANTOS, 1997). Para além dos definidores primários, como Hall et al. definem as fontes dominantes, e dos definidores secundários como eles definem os mídias jornalísticos, eles elaboram o conceito de contradefinidores que nos é útil.

Se a tendência para o encerramento ideológico – a tendência prevalecente – é mantida pela forma como os diferentes aparelhos estão ligados estruturalmente a fim de promover as definições dominantes de acontecimentos, então a contratendência deve também depender da existência de fontes organizadas e articuladas, que geram contra-definições da situação. Como Goldman (1969) observou, os grupos sociais e as colectividades são sempre a infra-estrutura das ideologias – e das contra-ideologias. Isto depende, até certo ponto, de a colectividade que gera a contra-ideologia e exige explicações ser uma força de compensação poderosa na sociedade; de ela representar uma maioria organizada ou minoria substancial; e de ter ou não um grau de legitimidade dentro do sistema ou poder ganhar uma determinada posição através da luta (HALL et al. apud TRAQUINA, 1999, p. 224-248).

Os contradefinidores ou aqueles que baseiam seu discurso em contra-ideologias são aqueles que dão uma definição alternativa para os acontecimentos e em relação às definições primárias.

Muitos contradefinidores emergentes não têm, contudo, nenhum acesso ao processo de definição [...] Os grupos que nem sequer garantiram esta medida limitada de acesso são regular e sistematicamente desautorizados ao serem rotulados de irracionais.

Ericson *et al.* (1989 apud SANTOS, 1997) afirmam que as atividades das fontes de informação incluem estratégias defensivas e reativas, num permanente vaivém entre o que pode ser revelado e o que se mantém privado. A fonte edita e exerce censura sobre o material da própria organização; os jornalistas editam e exercem censura sobre o material da fonte, adaptando-o às suas conveniências. A notícia é apresentada como produto das transações entre jornalistas e as suas fontes, processos de negociação e luta entre fontes e jornalistas. A negociação do controle sobre os valores e significados

dos acontecimentos ocorre em cada nível: entre membros e unidades numa fonte determinada; entre membros de diferentes fontes; entre repórteres e editores numa dada organização noticiosa; entre membros de diferentes organizações noticiosas; entre organizações noticiosas e fontes. Há contextos em que as fontes e os repórteres desenvolvem um elevado grau de confiança e reciprocidade. A confiança é articulada com interesses e valores. A ideia de negociar, segundo esses autores, constitui-se em estratégias que implicam colaboração e/ou autonomia e definem lutas, interesses, conhecimento da outra parte. As fontes têm como objetivos a visibilidade e atenção dos mídias; marcar a agenda pública impondo seus temas; apoio ou adesão a ideias ou a produtos e serviços; a prevenção ou reparação de prejuízos; neutralização de interesses divergentes; a criação de uma imagem pública positiva. E encontram jornalistas em busca de informação inédita; de fundamentação das informações obtidas; dissipação de dúvidas e desenvolvimento de matérias; lançamento de debates; fornecimento de avaliações e recomendações de peritos; a atribuição de credibilidade e de legitimidade das informações que lança. Fontes que querem acessar o campo jornalístico devem se adequar, ao menos minimamente, às regras e lógicas produtivas das organizações midiáticas onde buscam visibilidade, segundo Gitlin (2001). Para este autor, os próprios processos de enquadramento são influenciados pelas pressuposições tradicionais do jornalismo de que: as notícias envolvem os acontecimentos e não as condições que os produzem; as notícias privilegiam as pessoas e não o grupo; destacam o conflito e não o consenso; as privilegiam o facto que “*alimenta*” a “*estória*” e não o que a explica.

O sociólogo britânico Philip Schlesinger (SCHLESINGER apud SANTOS, 1997) substitui a noção de primeira definição de Hall *et al.* pela de ação estratégica, em que os atores utilizam, na competição, diferentes formas de capital como recursos suscetíveis de crescer o seu capital futuro. Faz, portanto, alusão ao conceito de capital simbólico que podemos trabalhar a partir de Bourdieu. Segundo a lógica da teoria etnoconstrucionista ou construcionista, é importante identificar quais são os recursos determinantes que as fontes devem possuir para impor os seus acontecimentos e problemáticas na agenda dos jornalistas e fazer passar os seus enquadramentos na luta simbólica em torno do processo de significação (SCHLESINGER apud TRAQUINA, 2001).

Sobre as estratégias das fontes para fazer passar os seus enquadramentos, podemos citar o uso da retórica e persuasão. Para Santos (1997), a fonte intenta a sedução, o autoelogio e a persuasão do seu público-alvo privilegiado, os jornalistas. A retórica enquadra os sentidos que um sujeito quer produzir para o seu interlocutor. Um orador procura agradar, seduzir, persuadir, convencer, e até manipular, a fim de obter adesão ou consentimento a sua posição. As fontes de informação preparam estratégias retóricas e uso de

meios argumentativos. A fonte tenta controlar ou persuadir o jornalista sobre a relevância dos temas que apresenta para serem inseridos na agenda da mídia noticiosa. Dessa forma, fonte e jornalista negociam no processo de produção da notícia. As fontes usam as organizações noticiosas não apenas para comunicar com os seus apoiantes e opositores, mas também para comunicarem-se entre si. As fontes estão permanentemente atentas aos discursos midiaticizados das outras fontes – concorrenciais ou companheiras – para, se for o caso, usarem estratégias bem definidas nas suas abordagens com os jornalistas no sentido de as suas notícias terem maior destaque que as instituições rivais. Para Santos, os agentes negociam o controle dos signos e acontecimentos, o que faz do campo jornalístico um lugar de interação, de diálogo, convergência e cooperação, de modo a preservar o “*público e privado*” da fonte, assim como os interesses dos jornalistas. Mas o campo jornalístico projeta também valores e poderes, implicando um jogo de papéis, estratégias, jeitos de jogar. Neste jogo de poderes joga-se com conflitos também.

Molotch e Lester (1975 apud SANTOS, 1997) consideram que uma dimensão do poder das fontes reside na sua capacidade de criar acontecimentos públicos. Quanto mais midiatização mais capital simbólico a fonte adquire, o que contribui para alimentar sua legitimidade enquanto fonte. Nesse sentido, o reconhecimento por parte da fonte das rotinas produtivas e valores-notícia do campo jornalístico contribui para elevar o capital simbólico da fonte em relação ao campo jornalístico. Fontes de informação e jornalistas organizam, entre si, estratégias de adequação, de ajustes comunicacionais, de negociação. As notícias são, em primeiro lugar, resultado de um processo comunicacional entre jornalistas e fontes. Desta interação específica resulta a realidade construída socialmente pela notícia. Esta é resultado deste diálogo, em que jogam confiança e desconfiança. Assim como o jornalista tem seus critérios de definição da sua rede noticiosa, as fontes têm seus critérios de definição da sua rede de midiatização, em que valores semelhantes entram em jogo: credibilidade, produtividade, confiança, disponibilidade etc. O campo de notícia tem uma dimensão argumentativa. À medida que cresce o prestígio de um grupo divergente ou marginal, o seu papel de intermediário ou mesmo de árbitro aumenta de poder interventivo. É o que ocorre com o CEA.

A noticiabilidade constrói-se a partir de um conjunto de critérios de valores dados às notícias. Como valores-notícia podemos citar: frequência, ausência de ambiguidade, consonância, significado, novidade, continuidade, negatividade, simplificação, dramatização, personalização e referência à pessoa de elite, temas, continuidade, sensacionalismo etc. Sabendo disso, as fontes tratam de se conformar a esses critérios ou padrões de noticiabilidade via estratégias que, ao mesmo tempo, dão visibilidade ao que querem tornar público, e tratam de segredar o que não é de seu interesse que seja midiatizado.

Portanto, já as fontes representam a realidade para os jornalistas, que, por sua vez, apresentam uma releitura das representações para o público. Devido à escassez de tempo, fatores técnicos, abundância de acontecimentos etc., os jornalistas tendem a preferir fontes estáveis e regulares, passando a depender destes “*canais de rotina*”, estabelecendo-se uma interdependência, muitas vezes pouco salutar. Para Traquina, os principais benefícios dos jornalistas com a criação de fontes rotineiras são a eficácia, maior estabilidade no trabalho, autoridade que valida a notícia. Para as fontes oficiais, os benefícios são a publicação dos seus atos, saliência social, e o reforço de legitimidade. A dependência dos jornalistas em relação aos canais de rotina pode significar que os jornalistas comecem a escrever para a fonte e não o público. Ou então, resulta que uma parte significativa das notícias produzidas tem como base fontes que são profissionais no “*negócio*” de lidar com os jornalistas, que conhecem as lógicas de tempo, enfoques, raciocínios dos jornalistas e nelas se enquadram em troca de maior visibilidade. Assim, para a teoria etnoconstrucionista, o acesso ao campo jornalístico é estruturado socialmente, ou seja, resultado de uma interação. “*As notícias são, entre outras coisas, o exercício do poder sobre a interpretação da realidade*” (1979 apud TRAQUINA, 2001, p. 111).

As fontes procuram dar publicidade aos temas que interessam às instituições em que participam como agentes, e, mesmo precisando se submeter às lógicas produtivas do campo jornalístico, as fontes podem gerir e direcionar a informação, até mesmo performativamente. Nesse jogo, os jornalistas têm o papel ativo de selecionar, enquadrar e contextualizar as informações que obtêm com as fontes, de modo que as notícias sejam formuladas dentro das normas do discurso específicas do campo jornalístico. O poder e a responsabilidade do jornalismo nos planos político e sociocultural decorrem da faculdade de definir, incluir e excluir, atribuir importância, dar a ver e a conhecer. Pinto (2000) observa que a capacidade crescente de organizações e movimentos sociais, mesmo os marginais em relação às esferas dominantes, conseguem a atenção dos jornalistas e, assim, assegurar espaço na agenda midiática trata-se de uma prática relativa à percepção e apropriação da lógica da construção noticiosa e dos valores-notícias por parte dos movimentos sociais que, percebendo que ações sociais têm impacto e conquistam os meios de comunicação, muitas vezes organizam-se de forma a articularem-se até mesmo com os calendários e horários dos mídias. Dessa forma, as organizações sociais pressionam o campo jornalístico para adquirir visibilidade no espaço público. Essa multiplicação de fontes representa a própria complexificação do sistema social global, que se observa na modernidade, quando se diversificam as instâncias produtoras de discursos assim como os canais, formas e quantidade de informação, bem como novos atores sociais entram em cena. Para Chaparro, esse movimento tem nome.

Nesse mundo falante e institucionalizado, o que dinamiza a realidade, e a altera, é a força desorganizativa ou reorganizativa da informação. Noticiar tornou-se a forma mais eficaz de agir no mundo da democracia e do mercado. E criar acontecimentos, recheá-los de conteúdo jornalístico, a mais competente intervenção discursiva das instituições. Quem controla os acontecimentos produz os fatos, os atos, as falas, os saberes, serviços e produtos que nutrem irrecusavelmente os conteúdos jornalísticos. E a competência de produzir e difundir discursos – isto é, a competência de dizer para agir e de agir quando se diz – enriquece a democracia, dinamiza as tramas culturais, dá sentidos novos à cidadania. Esse é o cenário de uma profunda perturbação dos processos jornalísticos, a que podemos chamar ‘Revolução das Fontes’. As fontes se profissionalizaram, assimilaram os conceitos, a linguagem e a lógica do jornalismo, capacitaram seus protagonistas, desenvolveram competência no uso das novas tecnologias para a valorização decisiva da dimensão comunicativa dos acontecimentos. Governos, partidos políticos, empresas, igrejas, clubes, minorias organizadas, movimentos sociais, grupos culturais, sindicatos – os sujeitos institucionais se manifestam por meio de acontecimentos planejados para serem notícia. Em decorrência disso, porque controlam os acontecimentos noticiáveis e noticiados, geram também os conteúdos jornalísticos (CHAPARRO, 2000, p. 295-304).

Essa estratégia de visibilidade pública empreendida pelas fontes, segundo Chaparro, convém à democracia, à lógica do mercado e à ação institucionalizada dos sujeitos sociais. Isso porque se democratiza o acesso ao campo jornalístico com uma certa abertura para falas não necessariamente dos campos sociais dominantes, porém, o campo jornalístico pode ser alvo também da “*propaganda*”. Para o autor, a agenda midiática representa três tipos de intervenções, que se referem a acontecimentos programados e controlados por agentes interessados; revelações e falas planejadas e controladas por instituições ou pessoas também interessadas; e acontecimentos imprevistos, não programados.

A verdade é que os jornalistas das redações deixaram de ser os únicos a pensar na edição do dia seguinte. O projeto da próxima edição tornou-se uma criação partilhada entre os profissionais que, nas redações, têm a atribuição e a responsabilidade de decidir o que publicar, como publicar, e aqueles que, atuando nas instituições produtoras de acontecimentos, municiam de conteúdos e ideias os pontos estratégicos das redações, com informações jornalisticamente ordenadas, propostas de pauta, fotografias, materiais de suporte ou de consulta, e até textos prontos, de artigos que, no dia seguinte, talvez recheiem as chamadas páginas de opinião (CHAPARRO, 2000, p. 295-304).

Além da pressão das fontes, os jornalistas têm de lidar cotidianamente com as pressões organizacionais relativas aos constrangimentos impostos por quem detém e controla os meios, dos anunciantes, dos *lobbies* e interesses

políticos, e da própria comunidade profissional. Todos esses espaços de interação, negociação e conflitualidade dinamizam o funcionamento do campo jornalístico e determinam sua margem de ação, naquilo que se constitui uma luta simbólica permanente, ao estilo descrito por Bourdieu.

Para Bourdieu, as interações simbólicas dependem da estrutura interna do grupo em que se realizam e da estrutura social, externa, em que os agentes estão inseridos – as estruturas de relações sociais. Portanto, é preciso aprender a estrutura que permeia as relações internas e externas do grupo para entender o processo interativo dos sujeitos. O conhecimento do código é condição para a interação simbólica, em que o sentido a ser dado depende do contexto e da situação em que é empregado. Ou seja, para entender a produção de sentido é preciso entender a estrutura social em que se inserem os sujeitos, onde se relacionam e demarcam posições, e atuam como agentes da interação de sentidos. As relações sociais transformam-se em ideologias a partir da automatização dos atos cotidianos, que assim passam a ter determinado poder sobre o sujeito. Os discursos obedecem lógicas, têm seus códigos, que, ao serem compreendidos e tornarem-se práticas cotidianas, se transformam em práticas ideológicas e exercício de poder, exercido não só por quem produz o discurso, mas também por aquele que faz uso dele e posiciona-se como consumidor simbólico. O que está em jogo no campo simbólico é o poder político exercido por diferentes agentes que ocupam posições diferenciadas no campo simbólico, em que os atos sociais funcionam como tradutores das posições ocupadas. Esse poder político é mediado pela linguagem e é comunicador das ideologias. O poder do produtor simbólico está relacionado com a posição que ocupa no interior do sistema de produção e circulação de bens simbólicos, e à posição na hierarquia cultural dos graus de consagração. É no interior do campo simbólico que são travadas relações de força. E a própria posição no campo funciona como mediação das relações de produção e difusão do material simbólico. Lutas simbólicas se presentificam nos conflitos da vida cotidiana, nos quais está em jogo a legitimação de uma ou outra forma de expressão da realidade. O poder simbólico não está no sistema de símbolos que ele agrega, mas no exercício de expressá-los, comunicá-los, legitimá-los perante o outro, exercendo poder político e social. É a crença na legitimidade da palavra que lhe dá poder. A palavra em si não tem poder.⁸³

As matrizes culturais do campo jornalístico

As matrizes culturais do jornalismo funcionam como marcas ideológicas que constituem a identidade deste campo. Ou seja, as ideologias jornalísticas podem ser observadas enquanto marcas culturais presentes na dinâmica e na

83 Bourdieu (1974; 1989). Fragmentos trabalhados em Mazzarino (2009).

estrutura do próprio campo. Essas marcas identitárias do campo jornalístico atravessam as práticas da comunidade interpretativa formada pelos seus profissionais, as regras de produção das notícias com seus valores (valores-notícia), os quais resultam nos enquadramentos dados no processo produtivo das notícias do campo jornalístico, que são ofertados para o público em forma de “estórias” que se pretendem objetivas. Essas são as questões importantes para se entender o funcionamento do campo social do jornalismo.

A ideologia não é um conjunto de falsidades discretas, mas uma matriz de pensamento firmemente enraizado nas formas da nossa vida social e organizada dentro de um grupo de categorias interdependentes, que constitui uma rede de significados estabelecidos, imbuídos na ‘atribuição’ de acontecimentos aos contextos ‘relevantes’ dentro destes ‘mapas de significado’ culturais pré-estabelecidos (MORLEY apud BIRD; DARDENNE, 1999, p. 263-277).

A questão da ideologia perpassa uma grande tradição dos estudos de comunicação de massa, inaugurada pela Teoria Crítica da escola de Frankfurt. A ideologia jornalística, para Henn (2002), é responsável pela confluência do aparato mercadológico do jornalismo com sua pressuposta função pública de “retratar a realidade de forma imparcial e objetiva”. Os teóricos de Frankfurt introduziram o conceito de indústria cultural para caracterizar a produção da cultura segundo a lógica do capitalismo. Faz parte da ideologia jornalística perceber seu trabalho como serviço público, a fim de formar uma opinião pública que corresponda aos preceitos da sociedade democrática; entender a notícia com a função de educar e esclarecer, promovendo o interesse humano. Ao mesmo tempo, o jornalismo é uma empresa que precisa de lucro, serve de voz aos conglomerados econômicos ou grupos políticos.

[...] atuar no jornalismo é uma opção ideológica, ou seja, definir o que vai sair, com que destaque e com que favorecimento, corresponde a um ato de seleção e exclusão. Este processo é realizado segundo diversos critérios, que tornam o jornal um veículo de reprodução parcial da realidade. Definir a notícia, escolher a angulação, a manchete, a posição na página ou simplesmente não dá-la é um ato de decisão consciente dos próprios jornalistas (MARCONDES FILHO apud HENN, 2002, p. 36).

Henn (2002) afirma que o jornalismo proporciona uma certa organização em meio à complexidade que assumem as sociedades industrializadas e pós-industrializadas, principalmente econômica, política e social. Essa função é ideológica. A informação transforma-se em necessidade vital. Ao selecionar e hierarquizar os fatos, seguindo interesses políticos e econômicos (e eu diria também técnicos), o jornalismo propicia uma certa orientação. Além de organizar, o jornalismo constrói a realidade social na medida em que as notícias vão gerando interpretantes na sociedade, os quais se desdobram em outros,

que formam uma semiose infinita. Paradoxalmente, na dinâmica de caos e organização em que se baseiam as lógicas do jornalismo, ele vai inserindo temas baseados no valor da novidade (surpresa, pânico, imprevisibilidade), o que dá a sensação de incerteza e descontrole. Aí reside o duplo caráter ideológico da notícia: a dialética da atemorização e de tranquilização que compõe o fato noticioso (MARCONDES FILHO apud HENN, 2002). A tranquilização se dá por meio do desaparecimento das notícias ou da mudança de enfoque, que suavizam o problema noticiado anteriormente. A tese de Henn (2002, p. 91) é que:

Os jornais fixam-se como centro, em torno do qual o meio social orbita. E como centro detêm aparato ideológico que procura dar *sentido* aos fatos no impulso de *formar opinião*. Absorvem o pânico para depois arrefecê-lo em um fluxo que vai da total expectativa ao desinteresse absoluto. Desta forma, defende-se que os fluxos das notícias, com seus picos e diluições, funcionam como cerimoniais que atendem necessidades simbólicas de conforto diante do medo, da atemorização, diante do caos que os próprios meios orquestram.

Segundo Hall (1999), o aparecimento de um novo paradigma crítico nos estudos dos mídias dependia da redescoberta da ideologia, para que deixasse de ser preenchido pela noção de propaganda, entendida como as mensagens destinadas a enganar e/ou persuadir. Portanto, é preciso estudar a ideologia num processo comunicacional em que os participantes negociam e assumem diferentes papéis ativos, permeados pela ideologia própria do campo a que pertence, e não a partir de paradigmas que pensavam uma divisão estanque entre agentes dominados e dominadores, ideologia como parte da “*identidade*” do campo que “*trabalha*” na identidade do agente/ator social nele inserido. Ao se pensar na ideologia do campo jornalístico, não se pode esquecer que este está inserido no campo midiático que tem especificidades ideológicas que passam o campo jornalístico.

O jornalismo surge como uma certa configuração de sentido, que confere inteligibilidade e unidade a acontecimentos desligados entre si. Para isso utiliza-se de normas que constituem diferentes gêneros jornalísticos. Entre elas, a organização dos elementos da notícia em ordem de importância decrescente, o uso do *lead*, as frases curtas e concisas, o recurso aos verbos na voz ativa etc. Assim, o gênero narrativo notícia é uma construção cultural, ideológica, que busca legitimar o jornalismo como uma área de saber que “*sabe*” a realidade dos acontecimentos. É nessa direção que se encaminha a teoria do jornalismo como “*construção da realidade social*”, e o paradigma do agendamento, segundo o qual os mídias possuem uma importância decisiva na transformação das nossas relevâncias. Mas deixaram de fazer sentido as formulações apocalípticas, baseadas no pressuposto de um receptor facilmente manipulado pela mídia. Os paradigmas comunicacionais contemporâneos

partem do pressuposto de que a construção de sentidos sobre a realidade é resultado de um processo interativo entre os agentes (fontes, jornalistas, consumidores), baseados na lógica de negociação contínua.

Novos agentes podem tomar a palavra para impor outras visões do mundo, dar a conhecer os problemas de 'mundo da vida' que já não se apresentam tão homogêneos e unificadores, participar de forma conflitual na formulação da agenda, ou na visão que se constrói sobre a realidade que se visa representar [...] permitir [...] repensar as relações entre os media e os públicos (CORREIA, 2000, p. 193-211).

Assim a seleção não é definida apenas pela emissão, como observou a teoria do *gatekeeper*. Ela é também igualmente exercida pelo público ao nível da recepção assim como as fontes, que fazem dos jornalistas receptores. É pelas possibilidades de segmentos da sociedade civil forçarem uma democratização de acesso ao espaço público midiático, por pretenderem os diferentes segmentos tomarem a palavra, a fim de fazer chegar ao espaço público interpretações conflituais e afirmações em defesa do reconhecimento de identidades excluídas, que a definição de realidade é, afinal, uma construção complexa.

Os jornalistas, constituindo uma comunidade profissional, dão origem a uma orientação ideológica para a produção de trabalho jornalístico, que é parte do exercício de autonomia do jornalismo enquanto um campo social específico. Uma comunidade interpretativa está unida por um discurso partilhado e pelas interpretações coletivas dos acontecimentos, ou seja, trata-se de um enquadramento compartilhado. Essa ideologia partilhada no campo permite aos jornalistas dar determinadas abordagens na difusão de notícias guiadas pelas mesmas lógicas e valores (ZELIZER, 2000. p 33-61). Hymer define a comunidade interpretativa como um grupo unido pelas suas interpretações compartilhadas da realidade (HYMER apud ZELIZER, 2000. p 33-61). Para Fish, as comunidades interpretativas exibem certos padrões de autoridade, de comunicação e de memória quando interagem mutuamente (FISH apud ZELIZER, 2000. p 33-61). Assim, Zelizer entende que *“os jornalistas estão unidos, enquanto comunidade interpretativa, pelas interpretações colectivas de*

*determinados acontecimentos-chave. O discurso compartilhado que produzem é assim um indicador de como se vêem a si próprios como jornalistas”*⁸⁴

Enquanto um campo de saber autônomo, o campo jornalístico é marcado pelo ethos profissional dos jornalistas, que se constitui num misto de autopercepção enquanto um comunicador desinteressado e comprometido com a verdade, a serviço da democracia. Para cumprir essa “*função*”, movimenta um conjunto de normas, rituais e valores (a objetividade, a independência, o imediatismo etc.) que formam uma ideologia profissional, e servem de base para o que vem a ser definida como cultura profissional (uma linguagem própria, uma maneira própria de sentir o tempo, um conjunto de cultos, símbolos e mitos, o conhecimento dos critérios de noticiabilidade, constituídos por um conjunto de valores-notícia, os quais resultam na capacidade de identificar as ocorrências ou questões que devem ser notícia). Todos esses ingredientes constituem a identidade do jornalismo enquanto profissão. Ou seja, marcas identitárias que se refletem como ideologias próprias desse campo social. A ideologia profissional desta “*tribo*” constitui-se num fator de crucial importância na elaboração do produto jornalístico, na definição da agenda jornalística, segundo Traquina (2000). Para o autor, duas variáveis são determinantes na constituição da agenda jornalística: os critérios de noticiabilidade e a ação estratégica dos promotores de notícias para mobilizar o acesso ao campo jornalístico.⁸⁵

Tuchmann (1978 apud SANTOS, 1997) salienta o papel da comunidade jornalística nos enquadramentos. A notícia constrói-se como reflexo da sociedade, em formas narrativas que procuram enquadrar fatos em estruturas e códigos culturais, regras, fórmulas e valores-notícia compartilhados pela comunidade jornalística, ou seja, jornalistas e outros profissionais da organização jornalística. Dessa forma, as notícias esboçam e reproduzem

84 Quando autores das teorias estruturalista e etnoconstrucionista referem-se à existência de uma comunidade jornalística, esta se caracterizaria por ser detentora de três saberes específicos: o saber de reconhecimento, o saber de procedimento e o saber de narração. O saber de reconhecimento refere-se à capacidade de reconhecer quais são os acontecimentos que possuem valor como notícia, por meio da mobilização dos valores-notícia. O saber de procedimento refere-se aos conhecimentos precisos que orientam os passos a seguir na recolha de dados para elaborar a notícia, o conhecimento das regras acerca das fontes de notícias etc. Já o saber de narração consiste na capacidade de compilar todas essas informações e empacotá-las numa narrativa noticiosa, em tempo útil e de forma interessante; na capacidade de mobilizar a linguagem jornalística com as suas regras estilísticas. (ZELIZER, 2000. p 33-61)

85 “As notícias devem ser encaradas como o resultado de um processo de interação social. As notícias são uma construção social onde (sic) a natureza da realidade é uma das condições, mas só uma, que ajuda a moldar as notícias. As notícias também refletem: 1) os constrangimentos organizacionais; 2) as narrativas que governam o que os jornalistas escrevem; 3) as rotinas que orientam o trabalho e que condicionam toda a atividade jornalística; e 4) as identidades das fontes de informação com quem falam.”. (TRAQUINA, 2001, p. 122-123)

as estruturas institucionais, com suas regras, valores e normas, destinadas a garantir a manutenção da sua existência. Os jornalistas, integrados numa estrutura social, cobrem, selecionam e divulgam notícias sobre temas considerados de interesse ou importância para os indivíduos dessa mesma estrutura. A notícia apresenta-se à sociedade como espelho ou reflexo dos seus interesses e valores. Desse modo, a atividade jornalística, ao enquadrar acontecimentos transformando-os em notícias, constitui-se em uma instituição social. Os jornalistas criam quadros que envolvem a produção da notícia, reunindo fragmentos de acontecimentos num discurso solidário e coerente de causas e efeitos, de interligações, oferecendo definições da realidade social que validam essa construção. Enquadrar tem o sentido de criar quadros para fazer ver a realidade, mapas para o olhar. Esses quadros explicitam princípios de organização que estruturam os acontecimentos, bem como os próprios interesses individuais. O quadro noticioso organiza, assim, a realidade do cotidiano.

A notícia, enquanto um quadro sobre o acontecimento, faz a ligação entre o que a fonte promove e a produção do jornalista, como algo transitório. A cada dia novos assuntos surgem no fazer jornalístico. Devido a constrangimentos organizativos, a notícia tende a ser reduzida a um ponto de vista sobre a ocorrência. O repórter analisa e interpreta o acontecimento influenciado pela instituição em que trabalha, marcas da comunidade profissional e social. Assim, a notícia é o resultado de uma visão do acontecimento partilhada e enquadrada socialmente. Não é a representação da realidade, mas do jornalista enquanto ator social e cultural. Este enquadramento implica uma articulação mútua entre a fonte, o jornalista e a audiência. A notícia colocando-se como quem revela, confunde a realidade social, reproduzindo estruturas institucionais, segundo Santos (1997).

As notícias funcionam, portanto, como enquadramentos da realidade social feita a partir de valores-notícia ou critérios de noticiabilidade, que explicitam as ideologias ou marcas identitárias do campo jornalístico. As notícias são construções, narrativas, “*estórias*”, que começam a ser construídas pelo jornalista já na pauta e na escolha da fonte.

Por que um determinado galpão de triagem, o CEA, é escolhido como pauta e não outro? Porque se enquadra mais nos critérios e valores-notícia do campo jornalístico que outros galpões. Os valores-notícia mudam com o tempo e também na medida em que os atores sociais vão aprendendo as técnicas de noticiabilidade e, valendo-se delas, passam a se constituir como fontes habituais das matérias sobre determinados tipos de acontecimentos. É o caso do CEA: gravidez precoce, renda e trabalho, ambientalismo, movimento social etc. são temas que o CEA oferta para a mídia para capturá-la na sua rede produtora de sentidos, a fim de se comunicar na sociedade via espaço

público midiaticizado. Henn afirma que a pauta se orienta em alguns critérios na delimitação das fontes. Um deles é o fato de o grupo ou os indivíduos já serem conhecidos e terem servido como fonte em ocasiões anteriores. O fato de serem fontes “*produtivas*”, ou seja, ofertarem grande quantidade de dados, de terem credibilidade também afeta a escolha da fonte. Segundo Henn, uma série de regras organiza a produção da pauta e, conseqüentemente, a escolha das fontes: referência ao pessoal/íntimo, prestígio, novidade, poder e sua representação, normalidade a anormalidade, violência, competição, rivalidade pessoal, o extraordinário, exótico, frequência, intensidade, ausência de ambigüidade, significatividade/relevância, consonância com expectativas da audiência, imprevisibilidade, continuidade, composição de um bloco de notícia para ter equilíbrio, referência valores socioculturais, a expectativa do grupo de referência (ou seja, os próprios jornalistas), expectativas da organização jornalística etc.⁸⁶

O pauteiro encontra-se em leitura constante, leitura/tradução que implica seleção, projeção, diagnóstico e prognose. O repórter prossegue no trabalho de pauta/leitura na coleta dos dados, do depoimento das fontes, na constatação perceptiva. Presta contas para o editor ou chefe de reportagem, que vai operar outra tradução e talvez propor novos rumos para a pauta. A notícia corre o risco de ser alterada ou complementada minutos antes da edição final, caso não desapareça no lixo. E a rede interpretativa prossegue com a notícia publicada ganhando outra vitalidade que dependerá da reverberação no ecossistema social. [...] depois de publicada, a semiose da notícia segue novo curso, gerando interpretantes na mente do público leitor. Não só do leitor, como também dos jornalistas, provocando novas pautas sobre o mesmo acontecimento ou seus desdobramentos. Dependendo do peso das ocorrências, elas exigirão novas abordagens que não se esgotam num único dia de noticiário. Muitas vezes, a própria notícia provoca uma repercussão tão intensa no ecossistema social que necessitará ser pautada

86 Estes códigos, convenções, expectativas e rituais etc. organizam a pauta e as respectivas fontes das notícias. Funcionam como critérios de noticiabilidade de um acontecimento. Henn observa que os valores notícia seguem diferentes tipos de critérios: 1) relativos ao conteúdo (importante, de interesse etc.); 2) relativos à disponibilidade (de materiais, das fontes etc.); 3) relativos ao produto informativo (produtividade e credibilidade das fontes, atualidade do acontecimento etc.); 4) relativo ao público (interesse, histórias insólitas etc.); 5) relativo à concorrência (HENN, 1996).

para edições futuras, num processo que, no jargão jornalístico, chama-se suíte (HENN, 1996, p. 88 e 101).⁸⁷

Quando os acontecimentos são inseridos num contexto social que os enquadrem em significados familiares ao público, este processo – de identificação e contextualização – constitui-se em um dos mais importantes – por meio dele os acontecimentos são tornados significativos pelas mídias. Tornar um acontecimento inteligível para o público é enquadrá-lo em mapas socioculturais compartilhados, portanto é um processo sociossemiótico de produção. O processo de significação pressupõe consensos socioculturais, ou seja, partilhas simbólicas. Para Hall, os mídias estão entre as instituições cujas práticas estão de forma mais ampla baseadas no consenso. Assim há uma relação direta entre os enquadramentos socioculturais do público e os enquadramentos do campo jornalístico. Ao interpretar um acontecimento e enquadrá-lo via valores-notícia em um produto do campo jornalístico, o profissional o faz a partir de consensos socioculturais da vida quotidiana. Utiliza-se de explicações, imagens e discursos que se articulam com o saber da sociedade. Assim, os mídias desempenham um papel importante na reprodução das ideologias, quando se apropriam ativamente dos discursos das fontes, e as transformam.⁸⁸

O conceito de enquadramento é aplicado por Erving Goffman (1975) à forma como organizamos a vida quotidiana para compreendermos e respondermos às situações sociais. Quando aplicado ao estudo das notícias, refere-se a um dispositivo interpretativo que estabelece os princípios de

87 David Morley, que estudou a cobertura dos conflitos industriais pelos mídias britânicos, argumenta que mais importante do que o equilíbrio jornalístico é “o enquadramento conceptual e ideológico básico através do qual os acontecimentos são apresentados e em consequência do qual eles recebem um significado dominante/primário [...] Um tal enquadramento não é necessariamente um processo consciente por parte dos jornalistas; pode muito bem ser o resultado da absorção inconsciente de pressuposições acerca do mundo social no qual a notícia tem de ser embutida de modo a ser inteligível para o seu público pretendido [...] Este conjunto de regras e conceitos, ou matriz, constitui uma estrutura profunda que é actividade pelos jornalistas, independentemente da sua percepção consciente, e sem levar em conta as suas intenções deliberadas de iludir ou manipular”. (HACKETT, 1999, p. 101-130)

88 Para Hall, “um acontecimento só faz sentido se se puder colocar num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais [...] Se os jornalistas não dispusessem – mesmo de forma rotineira – de tais mapas culturais do mundo social, não poderiam dar sentido aos acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis que constituem o conteúdo básico do que é noticiável [...] As coisas são noticiáveis porque elas representam a volubilidade, a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo. Mas não se deve permitir que tais acontecimentos permaneçam no limbo da desordem – devem ser trazidos aos horizontes do significativo [...] o processo de significação – dando significados sociais aos acontecimentos – tanto assume como ajuda a construir a sociedade como um ‘consenso’. Existimos como membros de uma sociedade porque – é suposto – partilhamos uma quantidade comum de conhecimentos culturais com os nossos semelhantes [...]” (HALL et al., 1999, p. 224-248)

seleção e ênfases na elaboração da notícia, na construção da “*estória*”. Para Gitlin (1980, apud TRAQUINA, 2000), os enquadramentos midiáticos são padrões de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, que persistem e por meio dos quais os manipuladores de símbolos organizam rotineiramente os discursos verbais e visuais. Os enquadramentos são implícitos, estão “*naturalizados*”. Segundo Gamson e Modigliani (1989, apud TRAQUINA 2000), os enquadramentos são transmitidos por cinco dispositivos: as metáforas, os exemplos históricos, as citações curtas, as descrições e as imagens (filme, fotografia, caricaturas). Para identificar um enquadramento, o conteúdo informativo é menos importante que o comentário interpretativo que o rodeia, presentes nas metáforas, chavões e de outros dispositivos simbólicos que constituem uma forma rápida de sugerir a narrativa subjacente. Estes dispositivos fornecem a ponte retórica pela qual se estabelece um contexto e uma relação entre vários pedaços de informação. O poder do jornalismo reside principalmente na forma como “*enquadra*” as situações, constituindo as “*estórias*” construídas cotidianamente pelo campo jornalístico. Segundo Tuchman (1999), na transformação dos acontecimentos em notícia seguem-se lógicas que se assemelham à construção das “*estórias*”. Não no sentido de terem valor menor ou serem fictícias, mas por tratarem-se de documentos públicos, serem uma realidade construída e possuidora da sua própria validade interna, que existem por si só.⁸⁹

Como as *estórias*, as notícias nunca refletem a realidade e falam de acontecimentos mundanos e quotidianos, mas referem-se ao diferente e ao particular que representam, ao que é desviante, novo, espetacular. Por usarem os mesmos valores-notícia, a “*fórmula da estória*” não varia muito, o que facilita o trabalho dos jornalistas, que tem que escrever várias *estórias* por dia sobre realidades diversas. O esqueleto é o mesmo, os adornos é que mudam. E é para aprender a enquadrar diferentes adornos sempre nos mesmos esqueletos que as escolas de jornalismo ensinam as técnicas de produção de textos jornalísticos. Contar os acontecimentos como *estórias* é também uma forma de torná-los compreensíveis para o público, pois se trata de uma fórmula culturalmente estabelecida. Nesse fazer, a televisão tem os aparatos tecnológicos mais interessantes, podendo fazer uso, além das palavras, de imagens que se sucedem, de som etc.

89 Como as *estórias*, as notícias são feitas de frames ou quadros escolhidos dos acontecimentos para que se constituam, quando reunidos, em notícia. Frames seriam, neste sentido, espécie de retalhos dos acontecimentos escolhidos para constituírem a notícia “*patchwork*”, uma unidade que não deixa ver sua construção e a complexidade do seu processo produtivo, como se fosse um pano único e homogêneo, sem seleções, edições, recortes. No entanto, trata-se de diversidades encaixadas a partir das lógicas que permeiam o processo produtivo de ordem simbólica como se caracteriza o fazer do campo jornalístico.

Os jornalistas encontram-se incomodamente repartidos entre o que eles consideram dois ideais impossíveis – as exigências da realidade, que consideram alcançável através de estratégias objectivas, e as exigências da narratividade. Defrontam um paradoxo: quanto mais objectivos forem, mais ilegíveis se tornam, e quanto melhores contadores de estórias forem, melhor resposta terão dos seus leitores, embora aqui os jornalistas tenham receio de trair os seus ideais [...] Um jornalista-contador de estórias está na verdade a utilizar valores de estórias culturalmente embutidos, retirando-os da cultura [...] (BIRD; DARDENNE apud TRAQUINA, 1999 p. 263-277)

Assim como o jornalista precisa construir uma boa estória para capturar o leitor, receptor, da mesma forma as fontes que sabem contar bem a sua estória, enredam o jornalista nos seus mapas de sentido e o capturam para adotarem as significações que dão aos acontecimentos sociais. Nesse sentido, observamos que a matriz midiática da líder do Centro de Educação Ambiental Vila Pinto refere-se essencialmente ao fato de saber contar uma boa estória ao jornalista. Este saber fazer desta fonte específica que tratamos aqui está relacionado com matrizes relativas à cultura oral-popular que faz parte tanto da identidade/ethos da fonte como da identidade/ethos do campo jornalístico. Assim, a boa estória do CEA rende uma boa estória na mídia. A partir dessas premissas, vamos observar as formas como as notícias produzidas sobre o Centro de Educação Ambiental Vila Pinto são enquadradas pelo campo jornalístico, constituindo-se as “*estórias*” como chaves de leitura na análise dos materiais midiáticos.

Em resumo, a utilização dos mídias pelos seres humanos resulta na construção de redes de significação para si próprios. Os valores-notícia refletem os critérios utilizados no processo produtivo jornalístico ao organizar a “*desordem*” social a partir de lógicas próprias do campo jornalístico. Assim, o jornalismo contribui para a “*construção social da realidade*”, onde os enquadramentos servem como mecanismos de organização dos acontecimentos em notícias, as quais se ofertam enquanto visões e versões da realidade social para o sistema social global. Esse fazer jornalístico tem repercussões nos âmbitos social, cultural e político (CORREIA, 2000, p. 193-211). Portanto, os enquadramentos das matrizes culturais traduzem-se em chaves de leitura para o pesquisador, já que deixam entrever seleções, escolhas, dentre convenções narrativas possíveis, estilo, valores-notícia, constrangimentos organizacionais, o contexto sociocultural amplo onde se dá o processo de produção da notícia etc. Podemos afirmar que diversas matrizes culturais trabalham ideologicamente no campo jornalístico: a cultura da comunidade interpretativa, os valores-notícias, as possibilidades tecnológicas ou linguagens técnicas, o apelo ao direito à informação e à transparência, a espetacularização, a cultura organizacional-empresarial etc. Essas matrizes cruzam-se e têm suas manifestações negociadas quando se dá a interação

com as matrizes dos campos que buscam visibilidade pública aproximando-se do campo jornalístico. O campo jornalístico é um espaço social em que jogam ideologias dos diversos sujeitos sociais que dele participam, assumindo diferentes posições sociais, que correspondem a diferentes mananciais de capital simbólico. Organizados enquanto fontes, jornalistas ou receptores da informação, cada um traz para o jogo suas ideologias, seu ethos/identidade, suas estratégias e táticas, o que estrutura e dá dinamicidade ao campo jornalístico. As variantes dessas características dos sujeitos em interação determinam o tipo de interação comunicacional e, portanto, o produto a ser midiaticizado. A linguagem funciona como agente estruturador do enquadramento do discurso jornalístico, e desta forma o jornalismo participa na luta pela significação dos acontecimentos do sistema social global, o que faz se apropriando dos acontecimentos do sistema social e os devolvendo reordenados/enquadrados/enfatizados segundo lógicas próprias.

Nesse processamento dos acontecimentos, o jornalismo deveria estar empenhado em reaproximar as pessoas da vida pública, segundo Rosen (2000).⁹⁰ Entendemos que o jornalista, ao olhar a realidade social como cidadão, exerce um papel enquanto integrante de uma comunidade interpretativa inserida num campo social específico, que, por sua vez, interage no meio ambiente do sistema social global, de uma forma recriadora do conceito de democracia. Essa forma de jornalismo está relacionada a uma prática de cidadania ou jornalismo público (EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK, 2000. p. 166). O jornalismo cidadão refere-se a um jornalismo que se constitui enquanto um espaço público aberto à heterogeneidade de vozes sociais que circulam no sistema social global, constituindo-se representante dos diversos setores da sociedade civil global. Portanto, um jornalismo cidadão faz alusão a

90 O autor apela para o “jornalismo público” na sua rediscussão do conceito de objectividade à luz da contemporaneidade. “A objectividade é uma filosofia muito má e impraticável para essa tarefa de reaproximar os cidadãos da política e da vida pública. Este é para mim um dos grandes desafios com que se deparam os jornalistas neste momento [...] sucesso que as várias organizações jornalísticas tiveram em patrocinar esta reaproximação foi possível porque se consentiu em questionar a objectividade. Estas organizações estão, com efeito, a desenvolver uma nova teoria de credibilidade [...] Segundo a velha teoria, a objectividade advém da imparcialidade e da distância. É-se credível porque não se está envolvido. Não se está interessado, não se tem benefícios directos. Segundo a nova teoria da credibilidade, a credibilidade é alcançada porque se está preocupado, porque se está interessado, porque se se importa com o que se passa na comunidade. E ganha-se credibilidade na comunidade porque se demonstra que tem benefícios caso, por exemplo, a comunidade enfrente os seus problemas em vez de fugir ou se esconder [...] ao que eu chamo a nova teoria de credibilidade [...] Chamo ‘jornalismo público’ a uma teoria e a uma prática que reconhece a suprema importância que tem o melhorar a vida pública. Podemos dizer que o jornalismo é uma das mais importantes artes da democracia, e que o seu objectivo final não é fazer notícias, ou reputações, ou manchetes, mas simplesmente fazer a democracia funcionar. Desta forma [...] a ‘objectividade’ pode perder algum do seu prestígio. Não é uma perda que devamos lastimar.” (ROSEN, 2000, p. 148-150)

questões levantadas quando estudamos as lógicas que atravessam a interação entre o campo midiático e o campo dos movimentos sociais contemporâneos. Faz-se necessária uma revisão dos valores que devem constituir uma “estória”, para além dos valores-notícia, aproximando-se dos valores relativos à cidadania e à democracia. Isso requer que o jornalismo reveja e reoriente seu papel, assumindo-se como parte interessada, implicada social e politicamente nos destinos da sociedade civil global. Para isso, é necessário um exercício de aproximação dos movimentos sociais que emergem e trazem à discussão novos valores (e também velhos) capazes de oxigenar as agendas midiáticas.

Os enquadramentos do CEA na mídia impressa

A análise de conteúdo dos materiais midiáticos em que o CEA aparece como fonte, conforme abordado na Segunda Parte, indica como enquadramentos primários das notícias e reportagens: a sobrevivência socioeconômica (*Usina ampara famílias*); a criação do Centro Cultural (*Vila Pinto ganha Centro Cultural: espaço poderá oferecer atividades a 500 crianças por dia. Projeto Ouviravida é lançado na Vila Pinto: iniciativa ensina música a crianças e adolescentes. Ospa faz concerto didático a jovens.*); o exemplo que o CEA representa para outras iniciativas semelhantes no Rio Grande do Sul (*Cooperativa de reciclagem poderá começar a funcionar em Uruguaiana. Coleta seletiva e reciclagem de lixo podem tornar-se realidade em Resende. Catadores buscam apoio para a instalação de centro ambiental. Recicladores e catadores de lixo querem formar cooperativa em Uruguaiana*); o reconhecimento do projeto ou da líder (*Líderes e Vencedores será entregue hoje. Mulheres homenageadas por atuação social. Mulher cidadã. Projetos em educação premiados pelo Sinpro: concurso indicou três destaques no setor.*); a forte liderança da organização (*A patrola da Vila Pinto. Uma mulher de fibra que transformou a realidade – Lideranças comunitárias: a mulher que mudou a Vila Pinto*); ambientalismo (*Educação Ambiental em Ação: seres humanos e lixo, uma relação que pode dar certo*); conflitos (*Furtos tumultuam usina de reciclagem: vinte e seis moradores recorrem à 15º DP. Prefeitura embarga obra na Vila Pinto*).

Das matérias publicadas na mídia impressa, vamos escolher três para análise, em ordem: 1) *A patrola da Vila Pinto*; 2) *Vila Pinto ganha Centro Cultural: espaço poderá oferecer atividades a 500 crianças por dia*; 3) *Uma mulher de fibra que transformou a realidade – Lideranças comunitárias: a mulher que mudou a Vila Pinto*. A escolha destas peças jornalísticas se justifica porque são representativas da midiaticização do CEA na mídia impressa, conforme análise quantitativa: foram veiculadas em mídia comercial, duas delas no período em que o CEA foi mais midiaticizado (ano de 2002); refere-se ao gênero reportagem informativa (que representa 82% das aparições do CEA em jornais); têm o CEA como fonte primária. A matéria intitulada *A patrola da Vila Pinto* terá uma

análise mais aprofundada, cruzando a análise do material midiaticizado com entrevistas com os produtores da notícia e com a líder do CEA sobre o processo de interação entre a líder e o repórter. *A patrôla da Vila Pinto* foi veiculada no jornal Zero Hora de 18 de março de 2002, no caderno ZH Comunidade.

O autor da matéria, repórter do ZH Comunidade e a editora do caderno afirmam que o interesse para fazer a matéria do “*perfil*” daquela edição surge a partir dos prêmios e do reconhecimento que o trabalho do CEA tinha de organizações especializadas, que certificam e avaliam este tipo de iniciativa. “*Já é um centro conhecido da redação, todo mundo conhece ela, é um Centro bastante atuante*”, diz o repórter. A editora explica que era a primeira edição do ZH Comunidade, e o objetivo era apresentar um perfil de uma pessoa atuante em projetos sociais-comunitários. Eles procuravam a história de um personagem que tivesse sido determinante pra mudar a história de uma comunidade.

O pessoal se lembrou da (líder do CEA) porque conhecia o trabalho dela lá, sabia que muito do trabalho da usina girava em torno dela. Aí sugeri que o (repórter) fosse lá fazer o perfil dela. E, pelo perfil fica evidente, foi até emocionante neste sentido, porque mostra que muito daquele trabalho se deve a muita força de vontade dela. Que é uma mulher determinada, que batalhou muita coisa lá pra comunidade. Não sei se a gente acaba creditando isso a ela ou se ela tem uma força de determinação e de liderança que realmente torna ela um perfil interessante. Mas ela se tornou perfil por causa disso. A ideia é fazer um perfil de uma pessoa que influencia a comunidade.

O repórter confessa, que quando se pensou em perfil,

já veio meio junto a ideia de fazer com ela. Não veio assim [...] vamos analisar. Acho que o pessoal da Fundação Maurício Sirotsky disse: ‘Ó pra perfil, a gente tem uma pessoa super boa. Tem a (líder do CEA)’. Eles já conheciam o trabalho dela.

A editora explica que a Fundação subsidia o Caderno ZH Comunidade por conhecer inúmeros projetos sociais. Segundo o repórter, “às vezes eles sugerem projetos que eles apoiam, às vezes não”.

A editora não lembra de ter recebido material de divulgação do CEA na redação do Zero Hora. “*Acho que ela não liga pra cá. Não me lembro dela se divulgar. Não parece que é o caso*”. Já o repórter lembra que “*geralmente, o que chega são estes convites que ela recebe pra mostrar o exemplo, encontros ou prêmios, que já foram vários, ou então de dentro da própria prefeitura*”. Para a editora, “*não é ela que divulga. Acho que é a Prefeitura, a Smam, ou a Secretaria de Educação que manda releases. Chega por meio de pessoas que conhecem o trabalho deles*”.

O interesse dos jornalistas pelo CEA e pela líder do CEA deve-se à construção de uma imagem de “*centro modelo*”. A percepção do repórter dessa construção é centralizada na líder. “*Porque é uma comunidade muito pobre e que foi organizada a partir, principalmente, da força de vontade de uma pessoa só. Na verdade é uma coisa meio emblemática, assim*”. Este “*personagem interessante*”, segundo a editora, interessa ao campo jornalístico e as suas “*tendências*”.

Tem o carisma. Acho que é até uma tendência internacional tentar valorizar a história de vida de pessoas dentro de um espaço maior. Fala do centro, mas não só do centro, mas falar de qual é a pessoa lá dentro que mobilizou tudo aquilo, qual é a pessoa que está sendo beneficiada pelo centro. Contar a história de pessoas, histórias humanas que estão dentro de uma matéria que poderia ser impessoal. A unidade processa tantas toneladas, produz uma renda xis pra tantas famílias. Mas é uma tendência que se adotou aqui no jornal de tentar valorizar as histórias humanas, ainda mais numa comunidade. Comunidade, centro comunitário tem a ver com relações pessoais, a gente busca sempre esses personagens que sejam interessantes, assim. Quem toca o projeto, quem criou [...].

O repórter conta que esteve no CEA apenas para fazer a matéria, quando se impressionou com o ambiente caótico e a forma como tudo se organizava em torno da líder da organização. Para quem buscava uma boa história, encontrou naquele “*caos*” seu personagem do dia. Uma liderança ávida para dar visibilidade ao projeto, o que passa pelo contar sua história. Uma história que atendia aos valores-notícia do campo jornalístico, e sua insaciedade por “*estórias*”. Segundo o repórter,

Apesar de ser um trabalho valorizado, é um ambiente de muito lixo, muito sujo, e são montanhas de lixo. A gente não imagina como conseguem equilibrar os sacos. Um ambiente meio caótico. Mas me chamou atenção como a (líder do CEA) centralizava ali todas as ações, todo mundo vinha se reportar a ela, perguntar como é que tinha que ser feito. Ela realmente coordenava tudo. Isso chama atenção. Na aparente confusão ela tinha as rédeas de tudo. E também a pobreza de quem trabalha lá. Eu tinha em mente que eu tinha que puxar por um lado que fosse mais interessante da história. Eu não conhecia ela, não conhecia a trajetória dela, também não conhecia nem como é que funcionava direito. Fui conhecer lá mesmo, conversando com ela. E aí a ideia surgiu enquanto eu conversava com ela. Ela se mostrou uma pessoa combativa, desde muito cedo se preocupava com esse tipo de questão. Foi por aí, mas não foi uma coisa pré-concebida [...] (o título) pelo que eu me lembre foi uma coisa que ela mesma comentou. Eu sabia que tinha gente até na Prefeitura que não gostava muito do estilo dela. Sempre combativa, de ir lá e exigir coisas e tal. E ela mesma falou: ‘ó, tem gente que me chama de patrola, porque eu chego e não tenho muitos cuidados pra falar com as pessoas, vou dizendo o que quero, vou pedindo as coisas, incomodo’. Achei isso interessante, coloquei no texto, o editor, ao ler o texto resolveu pinçar isso pro título. Por ter essa coisa de chamar atenção: patrola da Vila Pinto.

Como podemos observar, os critérios e valores-notícia que determinam a escolha do CEA como fonte referem-se à expectativa da audiência, à expectativa da comunidade interpretativa, ao prestígio do CEA, à relevância da organização social, à credibilidade da fonte, à frequência, normalidade e continuidade com que a fonte é procurada pela mídia, ao extraordinário, à representação de poder e às características pessoais da líder. Ao referir-se a uma matéria sobre seu perfil no ZH Comunidade, a líder do CEA conta:

Me colocaram como patrola. Disseram que foi coisa do DMLU, do (ex-diretor do DMLU A), dizendo que eu patrolava as coisa, que não respeitava, não aceitava as decisões do poder público. Pediram se eu era uma patrola. Eu sou. Onde eu passo a violência não é mais a mesma, nada mais fica como antigamente. Eheh. Saiu muito boa a matéria. Todas as coisas que eu faço tenho um compromisso muito grande que as pessoas tentem receber de mim uma força capaz de deixar elas estimuladas a fazer. Se ela foi eu também vou fazer. Claro que tem os negativos: (a líder do CEA) quer se aparecer, quer estar sobre as luzes dos holofotes. Mas a minha grande intenção mesmo é passar por esta vida, eu tenho uma missão muito importante de multiplicar e socializar todas essas informações. Hoje nós temos o CEA de Uruguaiana, da Vila Nova Esperança, que é bárbaro. Vem de vez em quando se abastecer. Tem o CEA em Horizontina. Vai ter o CEA aqui em Esteio. E eu dou esta assessoria toda. Eu digo tem que ter um grande terreno gente. Porque depois tem que construir uma creche, um centro cultural. Acho que os galpões daqui pra frente não vão ser mais só um galpão pra gerar renda.

Ela se apropria de uma pergunta provocativa da mídia e reverte o sentido dado pelo campo institucional governamental: a patrola, que pode ser aquela que arrasa tudo que vem pela frente, na sua versão arrasa só o que é ruim, deixando por onde passa apenas coisas boas. A manchete foi dada a partir de uma fala da fonte: *A patrola da Vila Pinto*. Ela confessa que gostou da matéria. Como o termo seria uma provocação de um campo com quem o CEA trabalha conflituadamente, penso que ela se sentiu respondendo a uma provocação pela mídia, com “*holofotes*” sobre ela. Interessante observar que, apesar das divergências históricas do CEA com o campo institucional governamental (especificamente com o DMLU) nas suas mediações quando é fonte da notícia não explicita estes conflitos, o que se refere à parte da estratégia do CEA de mostrar apenas as coisas positivas. A interação com o campo da mídia serve também para ela socializar informações, construir uma matriz para o campo dos movimentos sociais. Isso se pode observar quando ela afirma “*Acho que os galpões daqui pra frente não vão ser mais só um galpão pra gerar renda*”. Assim como também ela se apropria da visibilidade midiática para cumprir a missão que determinou para si: “*de multiplicar e socializar todas essas informações*”. Ou seja: a missão é fundamentalmente comunicacional. Aí está a matriz midiática entremeada com a matriz subjetiva. Uma é constitutiva da outra.

A patrôla da Vila Pinto

“À frente do galpão de reciclagem, Marli Medeiros usa a educação para reinventar a comunidade”. O subtítulo da matéria *A patrôla da Vila Pinto* explicita uma midiaticização centralizada na líder do CEA, que se reforça na legenda, feita sob uma foto da própria líder do CEA, sorridente, próxima às bombonas de lixo: “Marli levou a discussão para a população pobre da zona leste de Porto Alegre nos anos 80, quando organizou o ‘Clube de Mulheres’”. Apenas no décimo parágrafo aparece o nome do Centro de Educação Ambiental Vila Pinto. Todos os parágrafos anteriores tratam da história de vida da líder do CEA como uma heroína:

era bem diferente das outras crianças da sua idade em Alegrete, jamais correu do perigo ou se escondeu dos inimigos na atividade de líder comunitária, ao mesmo tempo em que sonhava em melhorar de vida e tirar sua família da zona ribeirinha, Marli se espantava com a diferença de oportunidades entre ricos e pobres.

A líder do CEA “*exigia atitudes firmes dos policiais contra os maridos agressores*”, “*teve de rechaçar bandidos*”, esta postura do repórter de idolatria da líder está presente ao longo de toda a reportagem, o que se pode justificar por se tratar do perfil de uma líder comunitária, dentro de um jornal denominado ZH Comunidade. Os produtores midiáticos constróem um perfil de quem faz e desfaz: “*o estilo determinado e a incapacidade de ouvir um ‘não’ também provocam calafrios em vizinhos, outras lideranças e autoridades*”.

O repórter adota os sentidos da fonte sem questionar-se, sucumbe ao personalismo da líder, embebeda-se na roda viva da sua história, que é a mesma que é contada para a pesquisadora, conforme já historicizamos, e que vamos ver ser contada na maioria das aparições da líder do CEA no campo midiático. Por fim, o repórter finaliza a reportagem com a máxima: “*No galpão da Marli, é o lixo que recicla as pessoas*”. O galpão não é da líder do CEA, mas dos associados. E a afirmativa que “*o lixo recicla pessoas*”, conforme já analisado nas interações comunicacionais do CEA, é uma fala recorrente, e que surge do movimento social religioso, do qual a líder se apropria.

Trata-se de uma matéria de versão única, pois quando outra fonte é entrevistada vem para salientar o que a líder fala, positivamente, de si mesma. Ressalta o “*dom de mobilizar*” da líder do CEA. Ao finalizar a matéria, o repórter cria um quadro *Como funciona*, no qual, no Centro Cultural consta a existência de uma rádio comunitária, de sala de cinema, e lanchonete que não existem, conforme constatações feitas em visitas no final de 2002, em 2003 e início de 2004, quando fomos fazer a pesquisa de campo. Trata-se de planos que a líder do CEA vai antecipando como se já fossem realidade, como o faz nas entrevistas para a pesquisadora. São marcas da subjetividade da líder atravessando a

mediatização da organização social. No entanto, como caberia a um repórter responsável pelas informações que dá visibilidade, para checar bastaria querer conhecer, o que o repórter não faz. Mediado pelo atropelo que sofre o repórter, um leitor desavisado terá também seus sentidos “*patrolados*”. A matéria e o depoimento do repórter dão mostras de que ele termina o dia satisfeito com a “*estória*” que construiu, adequada aos valores-notícia contemporâneos do campo jornalístico. Com um pouco mais de investigação ele teria chegado a outras informações, que gerassem questionamentos e não adoção de sentidos. Na trajetória histórica que fizemos ao longo da pesquisa pudemos observar que a líder do CEA “*atropelou*” outras lideranças na sua trajetória, pode ter provocado o inchaço da Vila levando 126 pessoas da sua família do Alegrete para a capital, que nem todos estão satisfeitos com seu “*patrolamento*”, que o intimidamento que provoca em policiais, autoridades e outros pode não estar reinventando a comunidade como se constrói sentido no subtítulo, mas estar ao mesmo tempo reafirmando autoritarismos. Foi colocado abaixo o senso crítico e outros valores-notícia em troca de uma boa “*estória*”.

No enquadramento geral da reportagem, quando observamos as gramáticas discursivas da fonte primária (a líder do CEA), percebemos que ela enfatiza marcas das matrizes subjetivas, socioeconômica, e de gênero. O enquadramento dado pela fonte secundária – a separadora – também enfatiza o viés da subjetividade. No enfoque dado pelo jornalista, predominam as matrizes subjetivas, cidadã-comunitária (liderança, o exemplo), de gênero, e socioeconômica (classe social, questão da violência, busca pelos direitos, a possibilidade de trabalho e renda). O modo do repórter apurar a notícia não recolhe as contradições dos movimentos sociais. No cruzamento dos enquadramentos percebe-se que o discurso da fonte é adotado pelo repórter sem dúvida: a mulher pobre e destemida do Alegrete, que vai para a Vila Pinto – também pobre – combater a violência contra as mulheres e “*reinventa a comunidade*”. O discurso da líder do CEA na interação com o campo jornalístico e com a pesquisa tem as mesmas marcas que vamos encontrar na mediatização feita via televisão pública – Televisão Educativa. Trata-se de uma fonte coerente nas suas constantes mediatizações, que enquadra suas necessidades aos valores do campo jornalístico. Os dados apontam para a possibilidade de a fonte estar se valendo desta mistificação feita pelo campo jornalístico, não incluindo outras formas de olhar esta organização dos movimentos sociais.

Como fonte, a líder do CEA é “*apropriada*”, já que não tenta interferir no trabalho do jornalista dizendo quais ênfases gostaria que fossem privilegiadas. Ao invés disso, ela está, de antemão, enfatizando apenas as coisas boas, como ela mesma fala. Podemos observar, no fragmento que segue, que o repórter teve pouco o que perguntar, pois ela já sabe o que quer que seja visibilizado.

Tem gente que vai dizendo o que quer, o que prefere que não seja. No caso dela não. Ela foi falando tudo, muito sem [...] em nenhum momento ela falou não coloca, não escreve isso, ou dá mais destaque pra isso. Ela simplesmente foi contando a história dela do início ao fim, desde que ela era pequena até quando veio pra Porto Alegre, começou o trabalho, a filha dela teve aquele problema com os traficantes da região, perdeu um olho acho. Até às vezes eu fazia uma ou outra pergunta para esclarecer um ponto. Até a base da entrevista foi ela contando na ordem cronológica o que aconteceu com a vida dela. A matéria segue isso [...] Me chamou atenção assim que ela tinha muito contato com imprensa, com jornalista. No caso de entrevista, ela, o pessoal já é mais tranquilo, já estão acostumados com isso. Ela sabe que isso valoriza o trabalho dela e chama recursos. Sabe qual vai ser o rumo das matérias. O pessoal vai lá e procura a mesma coisa: o trabalho dela, o centro modelo. Tem uma tendência natural de valorizar os aspectos da vida dela que ela intui que vão dar uma matéria mais interessante. Ela já tem essa capacidade. Lembrar da vida dela, o que já é mais interessante jornalisticamente.

A líder do CEA tem a capacidade, como fonte do campo dos movimentos sociais, de agendar o campo jornalístico. Ela agendou o repórter com suas gramáticas discursivas, capturando a atenção dele para a história dela. Depois a matéria acabou ainda engordando o capital simbólico do ZH Comunidade, já no seu primeiro número, e do repórter na “*comunidade interpretativa*”, que teve seu texto considerado “*super legal*”, como afirma a editora do caderno ZH Comunidade. A matéria teve repercussão positiva na redação e entre outros editores do jornal Zero Hora. “*Foi uma das que mais chamou atenção naquele caderno*”, afirma a editora. Segundo ela, a valorização da equipe se deu pela preocupação em mostrar trabalhos comunitários de comunidades mais carentes ou menos desenvolvidas que buscam alternativas para gerar renda (ou seja, que inova e apresenta algo extraordinário) pautas próprias do ZH Comunidade e da editoria geral.

As pessoas acharam legal ter o perfil de alguém que não sei se seria perfilado por outro caderno ou setor do jornal, por causa da escolaridade ou coisa assim. Quando deu um destaque assim, as pessoas se emocionaram com a história dela, porque a história dela é muito legal, mesmo, a história pessoal dela.

A personalização ao invés do coletivo está entre os valores-notícia do jornalismo contemporâneo. O interesse por histórias pessoais é predominante neste campo de saber. Observa-se nesse fragmento discursivo do repórter outro valor que perpassa o enquadramento do campo jornalístico das culturas populares: este perfil da líder comunitária se justifica no ZH Comunidade da mesma forma que não se justificaria noutra editoria “*por causa da escolaridade ou coisa assim*”, que caracteriza a líder do CEA. A história “*emocionante*” tem o seu devido lugar.

Apesar de conhecer superficialmente os outros galpões de triagem, o repórter considera o CEA “*mais organizado, tem um trabalho mais ambicioso*”. Ele refere-se ao projeto do Centro Cultural, que veio a ser inaugurado após a matéria.

É uma coisa que nos outros pelo menos eu não vi. Era só um galpão, com lixo, e as pessoas trabalhando lá dentro. E ela já tem mais um projeto comunitário mesmo, com outros tipos de atividades que não são só reciclagem de lixo.

A representação simbólica que a editora constrói sobre o CEA vai no mesmo caminho do repórter. Quando perguntados sobre uma segunda unidade de triagem que se constitua uma referência em Porto Alegre, dizem que não surge nenhum nome.

Como leitora do jornal me parece que ele é tido, ou considerado, não sei se é, como um centro modelo, referência, se alguém quer um exemplo de um projeto de reciclagem diz: ‘Ah, vamos visitar o Centro da Vila Pinto’. Os outros parecem uma coisa menor, menos organizada. Não sei se é porque a gente já valoriza mais porque apareceu mais que a gente tem como referência. A imagem que eu tenho é pensar em usina de reciclagem pensa na Vila Pinto [...] ⁹¹ Volta e meia ela aparece em reportagens, não só nossa, quando falam de reciclagem, ou essas coisas de premiação, de reconhecimento, da Câmara, ou recebe algum diploma, ou recebe recursos. Normalmente é ela que vai. Aparece ela como representante oficial. Ela aparece falando do tema dela, como representante do centro no qual ela trabalha.

No processo de midiaticização do CEA, a editora percebe a centralização da líder como fonte da informação. O repórter arrisca que essa centralidade pode ser devido aos “*outros*” não terem “*uma história tão interessante quanto a dela pra vender*”. Em “*outros*” ele inclui ONGs tradicionais no cenário gaúcho e nacional, como a Agapan, que, para o repórter, “*têm mais uma manifestação política. E aí (no CEA) é uma coisa mais de campo, onde a miséria está atuando diretamente*”. Para a editora, trata-se de necessidades básicas, da sobrevivência imediata. A pretensão de reivindicar politicamente ao poder público, para a editora, não é dos separadores, mas “*talvez*” da líder do CEA.

Acho que eles têm um foco diferente, da necessidade primeira das pessoas. Apesar de que agora eles já estão cumprindo algumas etapas pra coisas maiores, essa coisa do Centro, ou essa história de começar a se organizar pra essa coisa do lixo.

Para o repórter, o CEA surge da necessidade imediata de uma fonte de renda que proporcionasse a sobrevivência de mulheres. Para ele, o

91 Percebe-se que há uma confusão na definição da função do CEA Vila Pinto que pode significar um fato não isolado no campo jornalístico. Denomina usina de reciclagem para uma unidade de triagem/separação.

objetivo da líder com o CEA Vila Pinto é coletivo apenas, simplesmente, sem implicações políticas outras, e totalmente interessado na vida das associadas. A complexidade da realidade dos movimentos sociais não é apreensível pelo campo jornalístico, o que pode estar relacionado com os métodos de captura da realidade, constrangimentos organizacionais, pressões por produtividade, pelas próprias lógicas produtivas deste campo etc. No entanto, observamos que a própria líder do CEA, enquanto fonte, ajuda a construir um movimento social isento de contradições. Para o repórter, o CEA existe

[...] pras mulheres não dependerem tanto dos maridos, teve até casos de violência, as mulheres não tinham muito pra onde ir porque não tinham trabalho. É uma coisa mais mão na massa, assim, vamos resolver este problema agora, é assim que se faz. Enquanto as outras ONGs têm uma abrangência maior mas menos profunda que um centro de reciclagem. Atuação mais pragmática que política. Se tem uma atuação mais política acho que é mais nos bastidores. Mas não é a bandeira deles. Não quer ser uma ONG ligada à um movimento. Quer promover a mulher, mas acho que ela quer fazer isso não fazendo discursos, ou fazendo palestras em comunidades carentes. Não, acho que o trabalho dela é mais pragmático: oferecer uma fonte de renda concreta pra aquelas pessoas que tem nome, tem casa, e assim aquelas mulheres conseguem se promover. Pode ter uma implicação política, mas acho que é indireta.

A centralização de poder que a líder do CEA exerce é percebida não só em relação à ocupação do espaço midiático, mas também na função de presidente do CEA.

Conversei com ela uma hora, uma hora e meia com ela dando a versão dela sobre a vida dela. É uma pessoa que pareceu centralizadora. Agora até que ponto isso aí é ruim ou bom [...] Lembro que ela não podia falar muito porque ela tinha que sair pra depositar um cheque no banco que ninguém mais podia ou sabia como fazer. Tem uma personalidade forte. Não sei até que ponto isso cria atrito com outras pessoas. Não dá pra ir muito mais longe.

Diferente de outras editorias do jornal Zero Hora, que farejam fatos novos para construir sua agenda diária, o ZH Comunidade não trabalha necessariamente com fatos do dia, até mesmo porque sua periodicidade não é diária. Rotineiramente, além do “*exemplo*” que o CEA representa, e o “*perfil*” interessante que a líder representa, o CEA pode ser procurado como fonte quando acontecerem polêmicas envolvendo a questão do lixo, mesmo que os fatos não tenham origem lá dentro, segundo a editora e o repórter. Quando a fonte tem uma história interessante e consegue expressar bem, a fonte acaba sendo procurada de novo. “*Se fala bem quando precisa, a gente acaba buscando aquela pessoa*”, concordam o repórter e a editora. Assim, conhecer as lógicas do campo midiático é um fator para voltar a ser fonte – o que a líder do CEA

faz bem. Hábil observadora conhece as lógicas do campo jornalístico, e as necessidades de tempo e de “estórias” dos jornalistas. Assim constituiu-se como uma fonte que fala rapidamente, com clareza, sobre coisas interessantes do ponto de vista da comunidade jornalística, além de sua trajetória pessoal e do CEA constituírem uma fonte credível não só para abordar temas relacionados ao CEA, como para temas que envolvem a coleta seletiva de Porto Alegre. No caso da coleta, o repórter e a editora salientam que se obedece a uma hierarquia de fontes a serem ouvidas. Assim o DMLU tem que ser ouvido, enquanto a líder do CEA talvez. É secundária. A necessidade dos jornalistas terem uma “fonte radical” depende da função da pauta, dizem eles. Às vezes, se é muito radical, até poderá deixar de ser ouvido. Depende do assunto. Se for polêmico, então a visão mais radical é buscada, isso se o radicalismo não “distorce”.

O repórter e a editora explicam como se dá o processo de produção da notícia no Zero Hora. As pautas surgem da observação dos repórteres na rua, de releases ou sugestões de pauta que chegam à redação, por telefonemas de leitores etc. No dia a dia, as ideias são discutidas entre repórter e editor. Decidida a pauta, o repórter vai pra rua e, quando volta, discute com o editor o que colheu: se rendeu, se vale matéria ou apenas uma nota. Semanalmente, há uma reunião de pauta da editoria com todos os repórteres. Serve para discutir o que será ofertado aos leitores como mais importante na semana. O jornal diário também tem as reuniões entre os editores, que acontecem diariamente: de manhã para discutir as ênfases diárias de cada editoria, com os chefes de reportagem; de tarde, só com os editores, para reavaliar o que rendeu; e à noite, para selecionar do que rendeu o que vai ser destaque na capa e contracapa do jornal que chega no dia seguinte às bancas. As manchetes são escolhas dos editores, podendo o repórter sugerir, já que, ao escrever a notícia, o repórter não sabe qual destaque será dado ao assunto, o que depende da reunião da produção total da redação naquele dia. Diariamente, cada repórter tem normalmente duas pautas médias, ou várias notas para dar cobertura. No caso de uma matéria ser produzida a partir de dados coletados de várias regiões do Estado ou até do país, é o editor que as reúne em uma “grande” matéria. O repórter e a editora explicam que a pirâmide invertida – para facilitar os cortes por falta de espaço – não existe mais, pois a tendência é as matérias serem menores, já como resultado de uma seleção específica dos dados mais importantes. Tende-se a seguir o *lead*, produzindo-se matérias mais informativas no cotidiano, e matérias mais trabalhadas quando se refere a um tema ou fato especial. O repórter conta que a matéria sobre o CEA, intitulada *A patrula da Vila Pinto*, a matéria foi editada na íntegra, até porque o repórter sabia com antecedência o espaço disponível para o seu trabalho, por tratar-se de uma matéria especial, de uma página, em um caderno específico.

Centro Cultural

O enfoque é menos centrado na líder do CEA em outra matéria publicada no ZH Comunidade de 12 de dezembro de 2002, que se intitula *Vila Pinto ganha amanhã Centro Cultural: espaço poderá oferecer atividades a 500 crianças por dia*. Esta peça jornalística começa entrevistando um adolescente a ser beneficiado com o Centro Cultural, entrevista a presidente do CEA, a arquiteta e uma das coordenadoras do CEA. No entanto, o viés personalista (a busca por “estórias” pessoais) permanece, mesmo quando não se centra na líder.

No primeiro e segundo parágrafos fala-se da experiência de Sérgio:

Há um mês, o passatempo de Sérgio Roberto dos Santos da Rosa, 14 anos, deixou de ser perambular pelas ruas da Vila Pinto, no bairro Bom Jesus, uma das zonas mais pobres da Capital. As tardes do garoto têm sido preenchidas com aulas na oficina de reciclagem de papel da organização não-governamental Centro de Educação Ambiental (CEA) localizada na Vila.

A matriz socioeconômica, ressaltada no primeiro parágrafo como localizador do CEA, logo é substituída pela matriz educativa, que passa a ser o enquadramento predominante da matéria, dado por duas das fontes e pelo autor da matéria. O próprio menino diz *“estou aprendendo uma coisa útil, legal”*. A líder do CEA, no mesmo sentido, afirma: *“Queremos criar um local que ofereça opções de lazer e capacitação aos jovens”*. O repórter salienta que o lugar vai possibilitar *“aprimorar aptidões artísticas e desenvolver conhecimentos”* com *“oficinas de informática, dança, música, teatro e programas de educação ambiental”* que vão estar à disposição da *“comunidade”*. Outras matrizes que marcam essa midiaticização do CEA é a cidadania, via educação, o que, além de perpassar as falas de Sérgio, da líder do CEA, e o enfoque dado pelo repórter, surge na fala da parceira arquiteta: *“Vimos que na Vila Pinto existia um trabalho sério e decidimos colaborar. Percebemos que, se cada um movimentar o seu pequeno grupo, as coisas podem acontecer”*. Neste fragmento discursivo, a gramática enfatiza a importância do apoio da comunidade a projetos sociais, e a necessidade de cada um fazer a sua parte, mobilizar-se. A matriz da cidadania mescla-se com a matriz subjetiva no discurso de uma das coordenadoras do CEA, que finaliza a matéria: *“Um dos meus filhos mais velhos teve envolvimento com drogas. Com os mais novos, não tenho essa preocupação porque sei que passam o tempo livre aqui, e não jogados nas esquinas da vida”*. Ou seja, o Centro Cultural proporciona confiança e tranquilidade para ela trabalhar, sabendo que seus outros filhos terão a chance de ter outro destino. Em uma análise geral, os sentidos que enquadram essa visibilidade do CEA no espaço público midiático são, além da ênfase na matriz educativa, a importância social da inclusão que o projeto do CEA proporciona, e o papel das parcerias, o que se refere a duas marcas constitutivas da matriz cidadã-comunitária. A personalização

que observamos na midiaticização do CEA, mesmo quando a líder não é a fonte única ou principal, trata-se de uma matriz cultural que marca o campo dos movimentos sociais e midiático, fazendo os dois encontrarem-se com suas lógicas de ação.

Uma mulher de fibra

Em 2004, quando finalizávamos a pesquisa de campo, o CEA é motivo de uma matéria no jornal Diário Gaúcho, no dia 16 de fevereiro, que pelas suas ênfases consideramos importante trabalhar nas nossas análises. A personalização segue como uma das marcas mais presentificadas dentre as lógicas jornalísticas. Vejamos as ênfases dos títulos e legendas. Na capa, o título destaca com letras maiores e em vermelho a palavra fibra: “*Uma mulher de FIBRA que transformou a realidade*”. A legenda refere-se à foto da líder à frente de cinco separadoras no ambiente do galpão de triagem de lixo: *A líder Marli Medeiros obteve importantes conquistas para sua comunidade*. Estas informações da capa chamam para a matéria da página 4, na qual a manchete é “*A mulher que mudou a Vila Pinto*”, e há, novamente, uma foto da líder, desta vez sozinha, e em local superior, onde geralmente posa para as entrevistas, conforme observamos. A legenda: “*Marli busca o máximo para sua comunidade*”. Os títulos, fotos e legendas da capa e da página interna se repetem, com poucas modificações salientam o mesmo sentido: a liderança da presidente e os resultados que a comunidade desfruta, o que se refere às matrizes subjetivas e cidadã-comunitária.

Os sentidos ampliam-se no resumo da notícia: “*Líder comunitária comanda um galpão de reciclagem de lixo onde trabalham noventa pessoas. Objetivo é construir uma creche*”. Aqui surgem a matriz socioeconômica, enfatizando a oportunidade de trabalho e renda, e a necessidade da creche, relativa à matriz cidadã-comunitária. Já tendo feito uma extensa análise das gramáticas discursivas utilizadas pela líder, percebe-se que o discurso em torno da creche trata-se da apropriação estratégica que a líder do CEA faz do campo midiático, enquanto sujeito do campo dos movimentos sociais que vê na midiaticização uma oportunidade para angariar parceiros para os projetos do CEA que ela cria. Ela sabe aproveitar a oportunidade de midiaticização para se comunicar com a comunidade. Trata-se de uma troca a partir da interação: eu te dou a matéria que queres, mas tu mandas o recado que eu tenho para a comunidade. Ao lermos a notícia é o que encontramos ao seu final: “se todo líder buscasse o máximo possível para a sua comunidade, a vida seria bem melhor” – comenta.

Antes encontramos a mesma história contada para a pesquisa, e para os outros dois repórteres do ZH Comunidade: da mulher que saiu do Gregório, e, ao chegar a Porto Alegre, resolve ajudar a mudar a realidade da Vila Pinto

(marcada pela violência) com a construção de um galpão de separação de lixo, mas que não satisfeita transformou num centro de atividades (que o repórter esquece de escrever de que natureza são), para o que enfrentou ameaças, mas não se deixou vencer. Ao final da matéria vem a apropriação que ela faz da mídia: *“Creche é o sonho de Marli: o sonho de Marli é construir uma creche comunitária. Para isso, procura parceria entre as empresas para concretizar seu desejo”*. Ou seja, mesmo sendo uma necessidade colocada pelas associadas nas entrevistas para a pesquisa, a matéria retrata um desejo da líder, porque prefere fazer um trabalho centrado na personalidade, uma marca do campo jornalístico. A necessidade das separadoras passa a ser um sonho pessoal a ser concretizado pelo esforço da líder em buscar parcerias na comunidade, mediada pela apropriação que faz do campo midiático. *“Se todo o líder buscasse o máximo para a sua comunidade, a vida seria bem melhor”*, finaliza a matéria citando uma fala da líder. O que há por trás da líder não é abordado: o trabalho de quem separa o lixo e possibilita o exercício político para a presidente poder *“fazer o máximo para sua comunidade”*, a inexistência de *“felicidade geral”* dentro do galpão (ao contrário do que a matéria faz parecer), a necessidade social do grupo de separadoras de ter a creche e o que representaria este serviço nas suas vidas, e outros aspectos que fazem parte da realidade social do CEA, mas que na construção feita pelo campo jornalístico são ignorados em lugar da repetição de informações. Há espaço para outras informações, pois a capa e as páginas internas juntas utilizam 90% do espaço com informações e fotos pessoais – da líder. E apenas 10% refere-se a informações relativas ao coletivo. Ou seja, quando o campo jornalístico abre-se para pautas relativas aos movimentos sociais segue as mesmas lógicas fundadas pelos valores-notícias de quando cobre outros campos sociais. Não se democratizam as visões de mundo, mesmo quando a cobertura se abre para os campos sociais menos midiáticos.

O enquadramento geral, portanto, privilegia matrizes subjetivas (a história de vida da líder, *“no começo foi difícil implantar suas ideias na Vila”*, *“Creche é um sonho de Marli”*, *“procura parcerias para concretizar seu desejo”*), de gênero (a socialização do conhecimento da líder com as outras mulheres), socioeconômica (trabalho e renda), e cidadã-comunitária (a líder que faz o máximo pela sua comunidade, alteração do histórico de violência da Vila, a necessidade de parcerias para a construção da creche). Como nas outras matérias de mídia impressa analisadas, o discurso da fonte é adotado sem culpa, sem crítica e sem ressalvas.

Observamos que a matriz subjetiva refere-se não apenas a um subjetivo individual, mas também a um subjetivo coletivo: a creche é um sonho da líder que reflete o sonho do grupo social que ela representa. No entanto, a mídia não privilegia o sonho coletivo, mas sim o sonho pessoal. Também percebemos

novamente a falta de percepção das contradições do movimento social pelo campo jornalístico, o que aponta para uma vantagem da fonte que busca “*esconder*” o que não for elevar o capital simbólico do CEA, como vimos. Nesta matéria do Diário Gaúcho explicita-se, ainda, o uso que o CEA faz da visibilidade midiática para se comunicar com outros campos sociais. Especialmente nesta matéria, o interlocutor-alvo é o campo empresarial. Como está ficando visível, o CEA vai construindo sua história repetindo sempre a mesma versão, afirmando-a como “*a*” realidade.

Página 10

Dentre as apropriações que a líder do CEA faz do campo midiático, ela conta que quando aconteceram os conflitos com o DMLU, chegou a procurar um ex-colunista da Zero Hora: “*quando barraram o Baby eu fui pro (ex-colunista do Zero Hora): dá uma colher aí na tua coluna, porque aí os cara vão dizer que a (líder do CEA) se relaciona com todos. Eu sou pluripartidária. Eu sou de todos os partidos*”. Sendo de todos e de ninguém, assim ela é sedutora politicamente. No jogo da sedução compactua com aqueles que tem algo para oferecer que seja de interesse do CEA. Pode ser uma oferta econômica ou política, material ou simbólica. É a matriz empresarial invadindo diferentes formas de interação comunicacional. A interação entre fonte e jornalista como troca explicita-se no uso que o ex-colunista do jornal Zero Hora faz dos sentidos que a líder do CEA lhe oferece para servirem de nota na sua coluna. O discurso da fonte – a líder do CEA – alimentava a indisfarçável postura anti-PT do ex-colunista.

Lamentavelmente, o DMLU, através do (ex-diretor A), procurou boicotar o trabalho do (Irmão marista e da líder do CEA), por não se constituírem aparelhos partidários. O DMLU ofereceu resistência à construção do Baby, um caminhãozinho reforçado, concebido pela Agrale, para a coleta de lixo. [...] O poder público (prefeitura) só tem atrapalhado este tipo de trabalho, desenvolvido pela (líder do CEA) e pelo Irmão marista. Vamos ser francos: ajudar aqueles que são considerados a escória da sociedade, o lumpesinato, não rende votos [...] Pela minha formação, respeito quem desenvolve um trabalho fraterno nesse campo. Procurei ajudar para que o trabalho da (líder do CEA e do Irmão marista) fosse reconhecido [...] (o CEA) representa uma experiência que deveria ser levada para outras prefeituras do país [...]. É fundamental que se compreenda o trabalho dela. A (líder do CEA) é uma autêntica líder comunitária, sem frescuras, que enfrenta com coragem a dura realidade de uma vila onde prepondera o tráfico e a violência contra a mulher.

O colunista midiaticiza o CEA baseado no critério de rivalidade pessoal (com o PT, solidarizando-se com o CEA), de relevância do trabalho do CEA, das características pessoais da líder do CEA (personalismo), expectativa dos seus leitores definida pela postura que o colunista construiu, a credibilidade

da fonte e às expectativas da organização (a RBS manteve uma postura anti-PT flagrante).

Os enquadramentos do CEA na mídia televisiva

Para analisar a visibilidade do CEA na mídia televisiva, escolhemos a veiculação do CEA na TVE por ser, dentre os veículos de mídia televisiva, aquele que mais tem buscado o CEA como fonte no período de pesquisa. Começamos por analisar a midiaticização do CEA nos telejornais da TVE. Das matérias que têm o CEA como fonte, selecionamos aquelas em que o CEA constitui-se fonte primária. Também entrevistamos produtores das notícias para compreendermos o processo de interação entre fonte e jornalista, que resultou na aparição do CEA neste espaço midiático.

Segundo a produtora executiva do telejornalismo da TVE desde 2001, a líder do CEA se constitui, enquanto fonte para os programas de jornalismo da TVE, para além do CEA, por se tratar de um exemplo de vida que se constrói como uma referência. A produtora percebe um esforço pessoal e solitário da líder do CEA em prol do coletivo. Além dela constituir-se em uma fonte interessante, também é “*usada*” para intermediar *cases* dentro da Vila Pinto que enriquecem matérias que não chegam a citar o CEA.

Muitas vezes a gente precisa de uma mulher desempregada, abandonada pelo marido, que tenha milhares de contas pra pagar e tal. [...] Ela sempre dá uns bons *cases* pra gente. [...] A gente pode estar falando sobre economia, então o trabalho que é feito dentro do CEA é citado, mas não exatamente sobre reciclagem.

A produtora explica que, dificilmente, recebe um *release* ou sugestão de pauta envolvendo o CEA, apesar de ter conhecimento da existência de um trabalho de assessoria estar sendo desenvolvido no CEA.

A (líder do CEA) não tem muito essa característica de ficar divulgando as coisas [...] Eu ligo pra ela direto. Uma vez por mês, cada dois meses, mas não necessariamente sobre o CEA. Ela é usada como fonte para muitas outras coisas [...] também não vejo ela se mostrando muito na mídia [...] Ela usa a mídia quando ela é procurada. O interesse dela é ajudar o nosso trabalho.

Observar a líder do CEA como uma fonte desinteressada é ingenuidade. Segundo a produtora, a negociação da entrevista é “*barbadinha*”, já que a líder está sempre disponível para dar entrevistas, a não ser que esteja viajando. Esta facilidade de acesso à fonte faz dela uma fonte de rotina, o que acaba diminuindo a diversidade de abordagens da TVE quanto aos problemas sociais.

Se ela tá disponível, ela dá entrevista com a maior tranquilidade [...] é bem informada. Sabe o que está fazendo. Ela saiu do nada, mas mesmo assim

ela buscou conhecimento. Está sempre disponível. Ela tem um discurso universal. Eu sou fã dela incondicional. Antes dela ser fonte pra mim. [...] pra mim ela é uma fonte de inspiração de vida [...]. Outras pessoas lá não são tão entrevistadas quanto ela. Esses dias ela não podia e uma filha deu entrevista no lugar dela. Em matéria sobre o CEA (a líder) sempre tem o espaço maior, e tem um *case* com menor tempo. Ela vai estar falando sobre o CEA e o funcionário sobre sua experiência pessoal.

Assim como acontece com a produtora, para a repórter de telejornalismo da TVE a figura da líder e presidente do CEA é muito “*marcante*”.

[...] ela marca pra mídia. Ela fala bem pra mídia, ela se expressa bem, e tem conteúdo, tem o que mostrar. Ela reflete aquilo que aquele Centro é. A força que ela traz, a maneira com que ela conduz as coisas. E isso quem vê TV gosta. A própria expressão dela. Ela é uma pessoa que se vende bem. A fala dela, a figura dela. E vende bem o trabalho dela. Então isso atrai. A primeira vez que fui fazer matéria com ela, acho que sobre ser liderança, eu voltei encantada com o que ela falou. E aí, quando tu precisa novamente de um exemplo, tu vai no mesmo lugar, porque tu já sabe que aí tu vai ter conteúdo. Tem substância no que ela tá dizendo, da riqueza do trabalho que é feito ali mesmo. Tu vê que aquilo ali tem um pensamento bem forte dela. Acho que por mais que ela se esforce para descentralizar a coisa tá muito nela. Mas é um trabalho interessante, é um trabalho envolvente.

Para a repórter, a líder do CEA não é uma fonte desinteressada, ao contrário, sabe o que quer na sua interação com a mídia, e assim vende sua “*ideia*” ao contar sobre o porquê da existência do Centro, o trabalho desenvolvido e a necessidade de geração de renda na Vila Pinto.

Tu vê que a fala dela é mais preparada [...] o que ela fala ali é muito fundamentado. ‘Olha, a gente precisa gerar renda, a gente precisa dar oportunidade pras pessoas, elas só vão se desenvolver se trabalhar a auto-estima dela, e eu trabalho a auto-estima delas de tal forma. Essa comunidade tem condições de crescer porque o lixo gera recursos e isso é uma riqueza.’ Tu fala o que tu combinar com ela: eu preciso que tu diga isso, e sai. Ela já é midiaticizada. Ela sabe o que ela quer da mídia. Ela sabe o papel da mídia pro trabalho dela. Ela sabe o que vai falar, o que é importante dizer pra conquistar, pra agregar coisas pro trabalho dela. Eu não digo que ela se aproveite da mídia, mas ela sabe da posição da mídia, o papel que a mídia ocupa dentro daquele projeto ali. A mídia não tá fora daquele projeto. Embora seja mais nós que procuramos ela. Mas ela sabe se beneficiar. Ela não se fecha pra mídia. Ela tá sempre aberta. Ela acha tempo pra falar com a gente. Ela recebe a gente bem. Quando a mídia vai lá, ela sabe o que fazer. Ela sabe o que é importante falar. Ela sabe que é importante divulgar aquilo ali. Até como talvez ela tenha objetivo que seja um exemplo pra outras comunidades.

A admiração da repórter pela líder do CEA é sustentada pelas pequenas surpresas que encontra a cada retorno ao CEA. A repórter conta que na

penúltima vez que visitou o CEA, a líder lhe apresentou o espaço construído com o objetivo de comprar os materiais dos catadores que:

tavam tirando a grana do Centro, porque estavam catando por si e não vinha mais. E ela me mostrou que ela agregou esses caras. Ela compra deles! E o cara me dizendo ela paga direitinho. Ela não me sacaneia. Tu vê que tem uma capacidade empresarial ali, de gerenciamento, de liderança. E isso passa bastante no que ela fala.

A repórter também já se encantou com o projeto Ouviravida por acontecer dentro de um centro de separação de resíduos sólidos, em meio ao lixo e à sujeira.

E tu sabe que é uma mobilização da comunidade, que o filho do traficante tá ali tendo aula de música, porque pode ter um futuro diferente, porque eles acreditam que aquela criança pode não servir ao tráfico.

A repórter afirma que dos galpões de reciclagem que conhece o mais organizado “*disparado*”, é o CEA. E a pessoa mais “*articulada*” é a líder.

Ela mobiliza muito a gente. Essa última matéria que eu fiz com ela eu me lembro que eu peguei a pauta e disse lá vou eu de novo. Sabe aquele dia que tu não tá mais a fim e não é novidade. Já conheço aquele galpão de traz pra diante. Lá vou eu mostrar tudo de novo. E eu fiz uma reportagem imensa, deve ter ficado lá pelos seus cinco minutos. Eu mostrei tudo. Eu cheguei lá e era o dia do pagamento, de dividir a grana. Então eles tavam agitados, as meninas da contabilidade dividindo a grana, e nenhuma tinha feito curso de contabilidade, nada. E como elas tocavam aquilo ali? Tentei fazer uma crônica, até nem vi no ar. Aquele dia na vida daquela comunidade. Seu fulano chegando dizendo que recebia bem. A churrasqueira lá atrás que tinha sido inaugurada, eu não sabia. Cada vez que tu vai lá tem uma coisa nova. Aquela churrasqueira, aquele salão de festas que tava tri bonitinho. Ela me mostrou e eu acabei me empolgando com a matéria, assim. Bah, eu me empolguei e fiz uma matéria imensa. O cinegrafista já tava me olhando de lado. Até porque é pro Jornal da Cidadania, um jornal que tem 45 minutos de duração. Eu sei que posso fazer uma matéria grande. Fiquei bem satisfeita.

A tendência da mídia centralizar as aparições do CEA na mídia na sua líder é motivo de autocrítica para a repórter, que, ao mesmo tempo, reconhece aí uma tendência do campo jornalístico de procurar sempre um “*âncoradouro*” na pessoa que concentra as informações, como uma forma de garantir as informações com tranquilidade.

Tu ouve as outras pessoas, mas com outras funções. Eu costumo conversar com outras pessoas que estão lá que acabou de entrar, com a senhora mais velha que tá lá, mas elas têm outras funções na reportagem. Elas vão ser usadas pra testemunhar, meio que pra dar credibilidade: mudou minha vida, me ajuda, é importante pra mim, agora eu tenho emprego antes eu não tinha,

tô tendo dinheiro em casa e tal. Mas o que vai sintetizar o espírito da coisa é a (líder do CEA). Se não houvesse ela ali, tu ia acabar procurando o responsável. Isso é do repórter. Ele chega no lugar e pergunta quem é o coordenador, quem é que vai me dar a entrevista. Eu acho que a função da fala dela ali é sempre esta: de sintetizar a história, dar o conteúdo da coisa, dar a referência, enquanto tu usa as outras pessoas pra te dizerem mais as questões do seu dia a dia, da sua vida. Questões mais pessoais. E da (líder do CEA) a gente pouco usa da questão da vida pessoal dela. Os outros é mais particularizado, ela é mais a questão social.

A postura da (líder do CEA) na mídia difere de outras lideranças populares, já que ela não usa a mídia para pedir coisas para o Estado ou como alguém que espera acontecer, que precisa de ajuda. Ela usa a mídia para dar visibilidade ao “sucesso” dos seus projetos e se comunicar com outros campos sociais. Ela contradiz a expectativa que costuma se ter diante da “negra pobre da vila”, e assim se constitui enquanto “lição de vida”, para a repórter, que usa desta nuance subjetiva na matéria que chega ao telespectador. Para a repórter,

Ela não tem uma postura de ator fraco. Ela não é um público fraco. Ela não é um ator que esteja ali só pra pedir. Ela não é dali. Poderia tá na Fiergs, na Farsul.⁹² Ela não age como a gente espera que alguém numa vila aja. Felizmente pra gente, porque também é um tapa na cara da gente, da mídia que costuma ver vila como gente pobre sem iniciativa, ela contradiz tudo isso. Se tu for pensar no senso comum, na visão dominante que vê as pessoas pobres como sem iniciativa, sem conhecimento, ela contradiz tudo isso. Pra mim eu sinto uma grata surpresa, até pessoal. É um prazer conversar com ela. Tu te revigora. Tu pensa, bah, eu tô aqui reclamando da vida, como naquele dia que eu tava pra baixo. E a mulher é uma lição de vida, pra gente, pessoal. E isso interfere. Eu sei que, na hora de fazer a matéria, eu vou fazer com muito mais tesão.

Ao contrariar o sentido de popular do senso comum – negras pobres que vivem na vila não têm iniciativa –, a líder do CEA garante seu espaço no campo midiático sem questionamento e sem apreensão das contradições internas do CEA. E é assim que a líder do CEA se constitui enquanto fonte, ao angariar a admiração da comunidade interpretativa do campo jornalístico, não apenas como fonte, mas como personalidade e enquanto projeto social, que foge do lugar comum. Ela fala bem, desenvolve um trabalho “legal”, tem credibilidade. O reconhecimento do CEA por outros campos sociais, especialmente o campo institucional governamental, empresta reconhecimento para o campo midiático. Além do trabalho desenvolvido no CEA, interpretado pela produtora de telejornalismo como um trabalho que a líder do CEA “faz pelas pessoas [...] que não têm quase nada”, ela tem elevado seu capital simbólico no campo midiático quando especialistas avalizam seu trabalho. A produtora sente-

92 Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul e Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, respectivamente.

se incompetente para avaliar tecnicamente o CEA, então adota o valor dado por sujeitos sociais do campo institucional governamental, do qual faz parte também a TVE, já que se trata de uma emissora pública.

[...] pessoas especialistas na área ambiental, que dizem que o galpão é modelo: secretaria de meio ambiente, poder público. Quando precisava marcar com um centro de reciclagem, no início, quando entrei aqui eu ligava pra uma secretaria de meio ambiente. Eles diziam: tem tal e tal. Esse aqui fica perto, este aqui não é tão bom, este aqui tá meio parado. Comecei a me pautar por estas indicações. Depois eu já sabia que o dela sempre foi o melhor. Ela fala bem, sabe bem sobre o assunto, sempre está disponível para dar entrevista, as mulheres que trabalham lá também. Tudo bem organizado. Mais por isso. Tecnicamente se é melhor ou não, eu, como jornalista, não posso avaliar.

A produtora afirma que a mudança de partido no governo do Estado (do PT para o PMDB) repercute na linha editorial do telejornalismo da TVE. “A gente fazia mais prefeitura. Este ano (2003) a gente não tem feito tanto [...] A gente fazia mais matéria sobre esse trabalho mais social”. A repórter explica que

A (líder do CEA) começou a aparecer na TV no governo passado, no governo Olívio. É inegável que tem toda uma ligação com a política editorial da emissora. Aquele governo estimulava muito isso. A gente ia muito ao pobre. Vamos ao povo, vamos ouvir gente, vamos mostrar a vila. Acabou que se descobriu ela por causa disso. Eu me lembro de ir fazer a matéria e voltava encantada com ela, pela pessoa dela, e acaba virando uma referência. E aí tu propagandeia na TV. A outra vez que tu precisar de uma matéria tu não vai num desconhecido.

Observa-se neste fragmento discursivo que o que agenda o campo jornalístico é mais o movimento enquanto popular que o seu aspecto socioambiental. Pergunto para a repórter como fica a questão da “objetividade”, e ela confessa que isso fica complicado devido ao tipo de fonte que a líder do CEA representa hoje.

Em se tratando da (líder do CEA) é complicado tu não se deslumbrar um pouco. Claro que a gente tem que ir pra questionar, tem que ir pra perguntar, mas é um exemplo tão interessante que é muito difícil tu achar furo. Agora até tô me dando conta de um erro meu, de uma falha [...] Eu sei que tem problemas lá [...] O difícil é isso aparecer na matéria. A gente acaba já vendendo a coisa [...] Acredito tanto naquilo ali, acho tão interessante, acho um trabalho tão bonito, acho uma coisa tão valorosa, que em função dos outros que a gente conhece, que tu vê que não andam bem, que são pessoas muito mais miseráveis, muito menos articuladas, que estão dentro do galpão e não tão sabendo por que. E tu vê aquilo ali, tu acaba comprando a ideia. O repórter [...] não é a transcrição da realidade. Se tu compra a ideia, tu vai se dedicar mais pra matéria, vai pedir mais imagens pro cinegrafista, vai ouvir

mais gente [...] Eu não vou mentir, mas eu vou tratar melhor aquela matéria. Com a (líder do CEA) é assim, aquele lugar é assim, acho que ela conta com a simpatia da gente, o que, em se tratando do dia a dia da gente, é uma grande coisa. Muda a imagem de uma matéria tu ir fazer uma matéria de uma assunto que tu não gosta e tu ir acreditando naquilo ali.

Ao longo da relação fonte/jornalista, nenhuma matéria teve como pauta questões negativas relacionadas ao CEA. São matérias que se caracterizaram pela falta de um contraponto: “é difícil fazer o contraponto. Tu pode acabar sendo acusada de jogar um contra o outro lá dentro”. Segundo a repórter,

[...] quando a gente procura é pra mostrar como uma referência, porque a gente sabe que é uma realidade difícil, e estas pessoas estão fazendo um trabalho que é importante. E eu acho que a mídia tem que se dar conta, e a TVE se deu conta e bateu muito nessa questão de separar lixo, de movimento social, de engajamento das comunidades. Quando a gente procura o CEA é como um exemplo de uma coisa que tá dando certo. Talvez a gente até, com essas matérias, a gente acabe mascarando e mostrando que tá dando certo até mais do que realmente está. Porque mostra a coisa tão perfeita, mas é uma referência. Nos outros galpões a gente não vai ver. Tu vê que aquele projeto do CEA não vai se desmanchar. Tu vê aquele Centro Cultural.

Pergunto se quando fez a matéria sobre a divisão do dinheiro no dia do pagamento ela questionou como era feita a divisão, se era de forma igualitária, e ela confessa que não lembra e, pensando bem, acha que foi “enrolada”. “Não me lembro. Mas acho que não é. Eu me lembro delas me contarem. Eu acho que até que elas meio que me enrolaram.”. Como veremos em seguida, no dia de pagamento, a coordenadora responsável por esta tarefa, quando entrevistada, afirma que todos partilham dos lucros, mas omite que a partilha igualitária se deve ao que sobra dos lucros após o pagamento fixo das coordenadoras e da presidente. No entanto, a imagem que passa quando se usa a palavra “partilha” é de partilha igualitária, o que não é a realidade do CEA e não é questionado na entrevista. Segundo a repórter, a líder do CEA não impõe os temas das matérias e também não pressiona para ser fonte. “Ela não vai atrás”. Mas, mesmo não querendo “aparecer”, quando há oportunidade, ela sabe aproveitar a pauta que a repórter propõe, e enreda a repórter alongando a pauta a favor do que lhe interessa dar visibilidade.

Com a (líder do CEA) sempre saem entrevistas longas, porque ela fala muito e sempre tem bastante coisa pra perguntar. Ela vai emendando assuntos e nem sempre responde o que se pergunta. Talvez ela negocie é assim sem negociar claramente. Exatamente. Realmente ela faz isso [...] Ela fala tanta coisa boa que, quando tu vê, tu tá aproveitando outro trecho da entrevista [...] Aquilo que eu tava pensando em perguntar acaba apagado porque ela falou outra coisa superlegal [...] Acho que ela tá preparando uma sucessora, acho que é a filha dela. A gente tá vendo que ela tá começando a entender desse lance de

imprensa. Ela já tá sabendo onde levar a gente, ela já deu uma entrevista uma vez que ela não pode. Ela tá meio que segurando as pontas. Ela tá meio que se midiaticizando também. Bem atenciosa a guria.

Assim, a negociação não se dá na base da combinação em que se pergunta isso e responde-se aquilo. A repórter explica que dá o tema e a líder do CEA vai discorrendo sobre ele e outros temas não questionados. Assim a entrevista é semidirecionada, o que, para a repórter, é possível porque a TVE disponibiliza de um tempo mais flexível para trabalhar do que uma emissora comercial, por exemplo. Ela afirma que a líder do CEA já foi descartada como fonte em uma matéria sobre lideranças porque ela “aparece demais. A gente tentou fugir um pouco dela de tão óbvio”.

Observamos que os critérios e valores-notícia que determinam a midiaticização do CEA nos telejornais da TVE são a continuidade da fonte, a credibilidade, características pessoais da líder, o equilíbrio do produto jornalístico, a produtividade da fonte, a disponibilidade da fonte, a relevância do trabalho do CEA, a expectativa da comunidade jornalística e da organização (TVE como emissora pública durante um mandato do Partido dos Trabalhadores), a expectativa da audiência, o prestígio do trabalho do CEA, o extraordinário, a novidade, a anormalidade que o CEA representa em relação a outros galpões de triagem, a representação de poder, e a relação com os valores pessoais da repórter. No entanto, a frequência com que o CEA tem sido fonte das notícias acaba determinando vetos também.

Pesquisa feita na TVE indica que de 10 de novembro de 2001 a 14 de outubro de 2003, o CEA é fonte primária ou secundária em sete matérias jornalísticas, não se incluindo os programas especiais, que analisaremos na sequência. Dessas sete matérias, escolhemos aquelas em que o CEA constituiu-se fonte primária. Seis delas, veiculadas nos dias:

- Série Gente – 10 de novembro de 2001, sobre o perfil da líder;
- Ouviravida – 12 de março de 2002, sobre o projeto de música no CEA;
- Reciclagem de papel – 4 de julho de 2002;
- Centro Cultural da Vila Pinto – 19 de dezembro de 2002;
- Galpão de triagem – 26 de maio de 2003, comparando a realidade de dois galpões;
- Dia de pagamento no CEA – 14 de outubro de 2003.

Centro Cultural da Vila Pinto

A matéria sobre o Centro Cultural começa com a coordenadora do espaço, filha da líder, respondendo que o Centro Cultural existe porque

um grupo de pessoas se sensibilizaram com a ideia do projeto. Se juntaram às pessoas da comunidade. Não se juntaram só conosco aqui no galpão.

Ele abraçaram a Vila e participam ativamente junto com a gente na nossa conquista.

Entram imagens do Centro Cultural e da manufatura de papéis artesanais com o repórter falando em *off*: “São muitas atividades por aqui. O papel é reciclado dando oportunidades para adolescentes que antes viviam na rua”. Em seguida, são entrevistados alunos do curso de reciclagem de papel. O primeiro afirma: “eu estou aprendendo muita coisa aqui dentro com o lixo. Como eu jogava lixo na rua, agora não”. O segundo, também em meio à oficina de reciclagem, diz: “eu não tenho quase nada pra fazer na rua. Ficava só na brincadeira. Tenho uma coisa pra fazer e ainda ganho pra fazer. Tá sendo bem legal”. O repórter fala: “O mesmo material representa ainda ocupação nesta outra oficina [...]”. Ainda com imagens das oficinas de artesanato de papel uma menina fala: “pretendo comprar as coisas que eu quero”. Sua fala é cortada e aparecem imagens das aulas de música. O locutor fala: “*A música também ocupa o tempo da garotada. Outra novidade é o Telecentro. O computador, antes distante, passou a representar mais alguma esperança para o futuro*”. Em seguida, tem o depoimento da aluna de informática do Telecentro: “*aprendendo aqui posso sair pra fora e aprender outros emprego. Com a computação, hoje em dia, pra tudo quanto é emprego a gente precisa*”. Esta matéria é marcada pelas matrizes culturais cidadã-comunitária (parcerias de pessoas que “abraçaram” o CEA e a comunidade, educativa (“estou aprendendo muita coisa aqui”, “aprendendo aqui posso sair pra fora”), socioeconômica (“tenho uma coisa pra fazer e ainda ganho pra fazer”, “pretendo comprar coisas”, “computação [...] pra tudo quanto é emprego a gente precisa”).

Reciclagem de papel

Outra matéria sobre o projeto de reciclagem de papel começa com a repórter falando em *off* sobre o projeto que possibilitou que 23 jovens tenham uma atividade de arte com reciclagem de papel, deixando as ruas. As imagens são da oficina de papel. Outra das filhas da líder do CEA é entrevistada e afirma:

aqui é um grupo em que todo mundo colabora. Todo mundo dá ideia. Todo mundo participa. Temos um grupo de empresários que também colabora com ideias, trazem colaboradores pro projeto, divulgam em todo espaço onde vão. E tem uma arquiteta que dá um curso pra combinar cores, pra dar um requinte pro trabalho, e a hora que a gente puder sair, atender em loja, a gente já tem um produto aceitável.

Com imagens da oficina, a repórter salienta, em *off*, que, para participar, o aluno tem que estar estudando. Entra a fala de uma aluna: “*muitos de nós não tinha nada o que fazer. Ficava na rua. Ficava zanzando. Agora a gente tem coisa para se ocupar*”. Outro aluno fala: “Aprendi um monte de coisa. Coisa que eu não sabia. Porta-retrato, porta-clips”. Outra aluna finaliza a matéria: “é um

lugar onde a gente é feliz. Tem amizade [...] a gente gosta de fazer [...] acho que a gente vai levar adiante. Ensinar para aqueles que vierem, quiserem aprender”. Esta matéria salienta a matriz cidadã-comunitária quando aborda as colaborações que o projeto recebe, e a matriz educativa, ressaltada nas falas dos três alunos da oficina de reciclagem.

Galpão de triagem

A matéria, comparando a realidade de dois galpões de separação, inicia mostrando o cotidiano do galpão do Movimento Nacional de Catadores. Com imagens do galpão com os separadores trabalhando, a repórter informa que este galpão reúne pessoas que moravam nas ruas, e no galpão passam a ganhar um salário mínimo e ter onde morar. O grupo não se inseriu na coleta seletiva, optando por comprar materiais dos papeleiros. Um separador é entrevistado e conta que tem assessoria, mas é o grupo que dá ideias. A repórter salienta que, apesar das conquistas, o galpão não protege os associados do frio porque é aberto, e os separadores não têm material adequado para trabalhar, além de terem perdas porque vendem o material separado para atravessadores. A repórter, na sua fala tendo como imagens materiais da ONG CAMP – Centro de Assessoria Multidisciplinar, afirma que esses problemas são comuns entre os galpões, mesmo estando desenvolvendo um trabalho *“vital para a economia e a sustentabilidade do planeta, a atividade ainda precisa de qualificação. Entidades do Terceiro Setor começam a participar oferecendo ajuda”*. Corta para entrevista com um dos coordenadores da CAMP, ONG que organiza seminários para os separadores debaterem e refletirem conjuntamente sobre seus problemas comuns. A esta fala seguem-se imagens do CEA, com a repórter em *off*: *“Mas nem tudo são problemas. Neste galpão que já virou Centro de Educação Ambiental, os recicladores trabalham com luvas e jalecos. Motivação e qualificação são palavras de ordem aqui”*. Da fala da repórter entra entrevista com a líder do CEA: *“Se nós quisermos nos manter no mercado, temos que apresentar qualificação, qualidades para poder competir com os concorrentes. Hoje nós já somos concorrentes de algumas pessoas”*. Novo *off* da repórter com imagens do galpão: *“De olho nos negócios, o Centro quer se tornar mais atrativo. E novamente a parceria com as universidades é aliada. Estudantes de comunicação social estão desenvolvendo um projeto de comunicação visual do galpão”*. Entra entrevista com aluno: *“Divulgando este trabalho do CEA nós estamos mostrando para a comunidade como é possível reciclar o lixo e fazer trabalho social”*. O enquadramento da matéria pelo campo midiático compara uma experiência pouco organizada com o modelo de organização, em uma atividade *“vital para a economia e sustentabilidade do planeta”*, ressaltando as matrizes ambiental, socioeconômica e cidadã-comunitária. A matriz relativa à cidadania retorna quando se aborda a parceria com a universidade, e esta matriz se mescla com a matriz educativa e empresarial quando a repórter

salienta a importância de parcerias com o Terceiro Setor para a qualificação profissional. Na fala da líder do CEA, a matriz empresarial predomina, como podemos perceber nas ênfases em sentidos como: “nos manter no mercado”, “qualificação”, “poder competir com os concorrentes”. A importância que a fonte dá à mediação dos aspectos positivos faz com que encene que o trabalho no CEA é exemplar: com luvas e jalecos. Trata-se de adereços do espetáculo da visibilidade, já que observamos que em outras matérias jornalísticas e nas nossas observações do cotidiano do CEA as separadoras trabalhavam apenas com luvas.

Ouviravida

A matéria sobre o Ouviravida inicia com um *off* da repórter sobre imagens das oficinas de música: “*Ao lado do galpão de reciclagem onde os pais trabalham, música para todos os ouvidos. Dentro da aula uma sinfonia que reúne o lirismo da flauta e a vibração dos tambores. Música erudita e popular juntas no projeto Ouviravida*”. Em seguida, a coordenadora do projeto Ouviravida que a Ospa faz em parceria com entidades sociais, é entrevistada, afirmando que o projeto tem por objetivo compartilhar experiências musicais – popular e erudita – em diversos espaços sociais, para que as crianças sejam atores da sua cidadania. Mais imagens de crianças tocando, e a repórter afirma que as crianças da Vila Pinto encontraram na música uma “*saída harmoniosa*” para a falta de harmonia da Vila. Entra fala de uma aluna:

Tô achando muito legal. E agora a gente vai pra Ospa. Antes eu ficava em casa [...] Agora eu vou pra Ospa”. Outro aluno diz: “Vou começar de volta [...] minha mãe tinha começado a trabalhar e eu tive que cuidar dos meus irmãos [...] eu gostava muito. Eu não quero parar [...]”.

Com imagens das aulas de canto, a repórter apresenta o professor, que é entrevistado e afirma o objetivo das oficinas:

a gente procura fundamentalmente trazer pra eles um ambiente musical para que eles cresçam e tenham oportunidade como cidadãos, pessoas. Esse é o nosso objetivo [...] Mais que transformá-los em músicos é transformá-los em cidadãos. Inserir-los na sociedade de uma maneira lúdica e também cultural.

A repórter informa que 20 dos 200 alunos do projeto foram selecionados para a Escola da Ospa. Um dos selecionados fala do seu entusiasmo: “Eu gosto, adoro. Gosto de cantar, tocar, participar, de tudo [...] (minha vida) ficou muito mais (gostosa) [...] Sinto mais e mais vontade de cantar e tocar mais”. A matéria finaliza com outra fala da coordenadora do Ouviravida:

É um projeto que incita a transformação. Que as pessoas não se acomodem. Digam: ‘ah! Eu vou continuar aqui na minha vida que já tá muito bem, ou não tá tão bem, mas afinal não tenho muito para onde me dirigir. Não: eu tenho

condições de me transformar e transformar inclusive a minha família, o meu horizonte cultural, o meu caminho na vida através da música’.

As matrizes culturais predominantes nesta visibilidade do CEA referem-se à cidadania na comunidade e educação, que surgem tanto nas falas dos professores do Ouviravida como dos alunos. Interessante perceber que, mesmo a matéria sendo ambientada no CEA, nenhuma coordenadora da organização social tem voz neste processo.

Dia de pagamento no CEA

Outra matéria começa abordando o dia de pagamento no CEA, em que informa a repórter em *off* sobre imagens das funcionárias calculando os pagamentos, ninguém nunca fizeram curso de Contabilidade. Uma das coordenadoras é entrevistada e diz: *“esse mês vai dar R\$ 180,00. Na verdade aqui é o coletivo. Tudo que é produzido no mês, a gente junta tudo, vê por dia o que vai ser ao mês, e depois multiplica pelos dias trabalhados delas”*. Com imagens das separadoras trabalhando no galpão, a repórter diz que uma delas se prepara para receber seu primeiro salário. *“Tô loca pra receber meu dinheiro. Tenho um monte de coisa pra pagar”*. A repórter em *off*, com imagens dos associados trabalhando no galpão, informa que no CEA tem muito trabalho: *“o lixo tá na origem de tudo. Em 1996, começou o projeto para recuperar a auto-estima das mulheres da comunidade da Vila Pinto”*. A associada fala: *“Acho muito bom. Emprega muita gente [...] da comunidade”*. Volta para a repórter, que, em *off* sobre imagens externas do CEA, aborda a queda no volume de resíduos separados no CEA devido à *“interceptação”* de material pelos carroceiros e carrinheiros. O CEA, então, criou a Central de Compras, como forma de *“agregar”* os carrinheiros e carroceiros. Antes o CEA corria o risco de baixar o número de postos de trabalho. *“A mentora de tudo isso se chama Marli Medeiros. Uma alegretense de origem humilde que não se cansa de acreditar no potencial deste lugar.”* Entra entrevista com a líder do CEA:

uni o útil ao agradável [...] a gente sentou com os nossos compradores, com o DMLU e combinamos de fazer uma parceria e a tentativa de criar um programa diferenciado na cidade. Deu certo porque os carroceiros nos olhavam como concorrentes e nós olhávamos eles como concorrentes: Pô! Tá indo com eles todo o material que antes vinha de graça. Aí sentamos todos juntos – o DMLU, a comunidade, carroceiros, associados do Centro – e decidimos fazer uma associação externa. Eles são hoje associados externos do Centro de Educação Ambiental.

A repórter afirma, em *off*, com imagens externas que refletem as melhorias que aborda: *“Esta confiança já construiu o galpão crioulo para festas, está finalizando o sobrado para o zelador e se orgulha do seu Centro Cultural. Em uma das salas, a comunidade de toda vila tem aulas de informática”*. Com

imagens do Telecentro, um monitor do Telecentro é entrevistado: “geralmente eles vêm aqui para procurar para fazer pesquisa. E, geralmente, não têm conhecimento da aula de computação. A gente auxilia [...] adolescentes na vida escolar [...] adultos na vida profissional”. A repórter retoma a fala, e, novamente em *off*, com imagens do Irmão marista conversando com as separadoras: “Do lixo sai a autoestima, o sustento e o exemplo para outros galpões. Este irmão marista, pioneiro na implantação das cooperativas de catadores de Porto Alegre, resume o que a força destas pessoas é capaz de fazer”. Surge o Irmão marista como entrevistado:

Esta unidade consegue realizar o mais próximo possível daquilo que foi a nossa utopia inicial. A partir do lixo, da natureza, nós sempre sonhamos construir comunidades ecológicas de base; que são os coletivos de trabalho a partir do lixo.

A matriz socioeconômica surge no sentido de sustentabilidade, mesclada com o sentido de partilha logo no início da matéria, nas gramáticas discursivas da repórter e da coordenadora de finanças. A matriz do gênero e da subjetividade passa rapidamente pela fala da repórter (mulheres que recuperaram a autoestima), antes de centralizar a responsabilidade pelos ganhos do projeto na liderança (a grande “*mentora*” de tudo). O discurso da líder do CEA explicita a matriz cidadã-comunitária quando afirma que transformou concorrentes em parceiros, depois de “*todos sentarem juntos*”. Esta matriz é matizada pela matriz empresarial, já que o fim desta parceria é elevar os lucros do CEA, que perdia com a ação dos carroceiros e carrinheiros chamados pela repórter de “*interceptadores*”. Em mais um exemplo da “*antecipação da realidade*” da líder – que faz de seus planos fatos concretos – afirma que os carroceiros e carrinheiros já são associados externos. No entanto, como pudemos perceber na fala deles mesmos quando analisamos a interação do CEA com a comunidade, nada se concretizou justamente pela falta de união deles. A ideia que ficou no ar para os “*associados externos*” se realizou concretamente na fala da líder do CEA. A repórter salienta a existência de confiança mútua na comunidade, o que se refere a sentidos próprios da matriz cidadã-comunitária. Esta mesma matriz retorna na fala do monitor de informática, quando informa do Telecentro como um espaço de interação entre a comunidade e o CEA. A matéria finaliza com a repórter antecipando os sentidos da fala do Irmão marista: a união tornou a utopia possível, o que se refere à tentativa de construir um sentido relativo à matriz da cidadania para o receptor. Na fala do Irmão marista se explicita ainda a matriz religiosa e ambiental: “nós sempre sonhamos construir comunidades ecológicas de base; que são os coletivos de trabalho a partir do lixo”. O CEA, como uma evolução das Comunidades Eclesiais de Base, seria a primeira Comunidade Ecológica de Base.

Série Gente

Por fim, vamos abordar a matéria da Série Gente, que trata do perfil da líder do CEA. A matéria começa com imagens da líder falando na reunião semanal, imagens externas e internas do galpão, e a fala do repórter, em *off*:

Ela nasceu em Alegrete e veio para Porto Alegre em 1975 para dar outro rumo para uma vida que nasceu na pobreza. Na capital, ela se deu conta que a violência de maridos contra as mulheres, incluindo ela própria, era uma realidade que podia ser modificada. O lugar escolhido para isso foi a própria comunidade local, a Vila Pinto, na periferia de Porto Alegre. Ali nasceu o galpão de reciclagem de lixo. Um projeto ecológico e ao mesmo tempo social, que proporcionou emprego e renda para as mulheres que se uniram na ideia.

A líder é entrevistada no lugar de sempre: um lugar alto, uma espécie de mezanino que tem abaixo as separadoras fazendo seu trabalho.

Nós começamos a perceber que a grande revolução política e social somos nós que temos que fazer. Somos nós que temos que tensionar, que nos libertar da condição de pobrezinha, de carente, de ser vista como marginal. Nós tinha que fazer nossa história. E a gente conseguiu fazer isso. Escolhemos a educação ambiental, por entender que a educação ambiental não é uma luta política, mas sim uma transformação de consciência, de pensamento, de olhar, de foco. Hoje, o nosso foco não é só geração de renda. O nosso foco é a felicidade. Nós temos uma meta: de ser feliz num planeta absolutamente feliz. O cunho social deste trabalho é muito forte. Mas o ambiental é maior ainda, porque o social abrange toda comunidade aqui, mas o ambiental abrange o planeta inteiro. Então isso nos dá uma autoestima muito forte e nos dá condição de nos reconhecer como seres capazes de resolver as nossas próprias coisas.

Em *off*, com imagens internas do galpão, o repórter informa que a líder coordena tudo de perto, que o galpão é fonte de sustento para 100 pessoas da comunidade local e que os ganhos estão piores porque não tem lugar de estocar material, tendo que vender para atravessadores, e aos poucos. Em nova fala, com imagens da líder, ela afirma que a disputa do lixo já não se dá mais somente entre os pobres, já que os empresários estão vendo no lixo um negócio lucrativo. E quando os catadores individuais atropelam a coleta seletiva, os galpões ficam com o que sobra. O repórter fala em *off* sobre imagens da reunião do CEA que as iniciativas de mudar a situação de poucos ganhos são buscadas em reuniões, em que as palavras da líder são “às vezes duras, mas quase sempre respeitadas por quem ouve”. Uma separadora é entrevistada e diz: “ela incentiva a gente a crescer na vida. Dá bastante força, tanto que eu tô fazendo uns cursos”. Uma psicóloga que dá assessoria no CEA afirma: “é uma liderança que faz as coisas acontecerem. Extremamente dinâmica. Extremamente positiva [...] Eu aprendo muito com ela [...]”. Novamente em *off*, com imagens da líder pelo galpão, o repórter fala: “*Os problemas são para serem resolvidos, e enquanto o lixo tiver*

valor só passa dificuldades quem tem preguiça. Os planos são muitos, como o Centro Cultural construído nos fundos do galpão para dar respostas". A matéria finaliza com outro trecho da entrevista com a líder:

Existe a possibilidade da gente fazer grandes coisas [...] Criando espaços onde as pessoas vão melhorar sua cultura, aumentar sua expectativa de vida. E estes espaços têm que acontecer dentro da comunidade [...] E aí nós resolvemos fazer o Centro Cultural onde vai ter sala de cinema, lanchonete, lugar para geração de renda, uma série de lugares que as pessoas vão ficar dentro da sua vila se ajudando [...] (sobe música ambiental de fundo, com imagens dela caminhando pelo galpão em câmara lenta) [...] Acho que essa minha gana, minha raça, minha vontade de querer fazer as coisas comprova que é só querer fazer [...] Querer é poder. É possível acreditar no sonho. Um outro mundo é possível.

O repórter abre a matéria utilizando no seu discurso gramáticas com matrizes socioeconômica e de cidadania-comunitária ressaltando que a líder do CEA veio da pobreza do Gregório para modificar uma realidade de violência contra as mulheres da Vila Pinto. A matriz ambiental surge mesclada com a matriz socioeconômica: a reciclagem de lixo é um projeto ecológico que proporciona emprego e renda. No seu discurso, a líder salienta a matriz cidadã-comunitária ao falar da necessidade de uma “grande revolução política e social”, a qual foi alcançada: “Nós tinha que fazer nossa história. E nós conseguimos fazer isso”. É a conquista da condição de sujeito, de agente de transformação social, uma matriz relativa ao campo dos movimentos sociais. A matriz ambiental, que quase sempre aparece noutros discursos como meio para se atender à necessidade socioeconômica, aqui surge como fim: a educação ambiental levará à transformação da consciência que por sua vez fará alcançar a meta final: “de ser feliz num planeta absolutamente feliz”. Utopia e delírio se fundem nessa afirmativa. Quando afirma que:

o cunho social deste trabalho é muito forte, mas o ambiental é maior ainda, porque o social abrange a comunidade aqui, mas o ambiental abrange o planeta inteiro. Então isso nos dá uma autoestima muito forte e nos dá condição de nos reconhecer como seres capazes de resolver as nossas próprias coisas.

Incorpora-se ao discurso da líder do CEA os discursos dos movimentos sociais globais, o que vai se comprovar com a última frase da matéria: “*Um outro mundo é possível!*”. Trata-se das matrizes relativas à cidadania planetária, que inclui as questões ambientais. Ao longo da sua trajetória, a líder vai adaptando seu discurso ao que é mais atual nos movimentos sociais: da necessidade de geração e renda para acabar com a violência contra as mulheres, para o benefício que o CEA presta à sociedade global como trabalho de relevância ambiental. A relação entre local e global é enfatizada no discurso do CEA

quando este é atravessado pela matriz ambiental. O social é local, faz relação com a comunidade, enquanto o ambiental é global, está realcionado com o planeta. O CEA é construído simbolicamente como uma organização social que media estas duas instâncias: a comunidade e o sistema social global.

No enquadramento dado pelo campo midiático à “estória”, as marcas da identidade pessoal da líder são motivo de respeito e um exemplo a ser seguido, o que se expressa nas falas da separadora, da psicóloga e do próprio repórter: “às vezes duras, mas quase sempre respeitadas por quem ouve”, “ela incentiva a gente a crescer na vida”, “eu aprendo muito com ela [...]”. O CEA é o galpão que dá “respostas” à sociedade, principalmente para quem não tem “preguiça”, segundo o repórter. No discurso da líder, observamos ainda a matriz cidadã-comunitária na sua preocupação em construir alternativas sociais e culturais “dentro da comunidade [...]”, com isso “as pessoas vão ficar dentro da sua vila se ajudando”. Quando a matéria finaliza, o receptor pode se sentir reconfortado, porque mesmo nas condições mais excludentes, há “gente que faz”. Do caos vem esperança, basta querer: “Acho que essa minha gana, minha raça, minha vontade de querer fazer as coisas comprova que é só querer fazer [...] Querer é poder. É possível acreditar no sonho. Um outro mundo é possível”.

Podemos observar nas matérias acima que nem todas têm a líder como fonte. Nas duas matérias em que as filhas assumem a voz oficial do CEA, elas salientam a relação com sujeitos de outros campos sociais que se juntaram às pessoas da comunidade: “Abraçaram a Vila Pinto”. Uma tendência do telejornalismo da TVE, – observada a partir das midiatisações do CEA –, é entrevistar várias pessoas abordando muitos aspectos em matérias longas, o que pode ter relação com o fato de serem veiculadas em um canal de televisão pública, que não está atrelado de forma rígida à condição das temporalidades e de publicidade, como acontece com as mídias comerciais. Observou-se ainda que os repórteres tendem continuamente a se deixar capturar pelas gramáticas de sentido propostas pelas vozes do CEA. O discurso da líder repete diferentes versões dos mesmos discursos nas várias inserções que tem no campo midiático: mídia impressa e televisiva. Ela usa como estratégia fazer colagens com outros discursos; que podem ser próprios dos interlocutores, ou que estão em voga: “um outro mundo é possível”. Há uma tendência da líder apropriar-se do trabalho coletivo como algo construído mais pelo seu esforço pessoal do que como resultado de uma construção coletiva, participativa. A ideia de que é um grupo de empresários que apoia o CEA – o que é motivo de crítica por vários campos sociais – está inscrito no próprio discurso do CEA. A construção simbólica que a mídia faz da história de vida da líder tende a ser de uma heroína.

Primeira Pessoa

A líder do CEA também foi entrevistada no programa semanal de uma hora *Primeira Pessoa*, da TVE, programa apresentado por Ivete Brandalise. O *Primeira Pessoa* faz a história da vida do entrevistado. Trata-se de um programa de uma hora, com apenas um entrevistado, gravado em tempo integral, que vai ao ar praticamente como foi gravado, havendo edição apenas no caso de haver problemas de gravação. “*A gente já grava valendo como se fosse ao vivo*”, explica a produtora. Uma das pessoas “*pautadas*” para o *Primeira Pessoa* em 2004 foi a líder do CEA.

[...] não é qualquer um que segura esse tempo todo, a gente escolhe a dedo, e ela é uma das pessoas que nós vamos entrevistar [...] Pelo que as produtoras que já conhecem me disseram, e me ajudaram, ela administra tudo muito bem, ela administra a vida dela, ela administra o galpão, ela administra a vida de outras pessoas numa comunidade inteira. Essa mulher tem o poder de administrar essas coisas e bem. Esse acho que é o diferencial dela.

Para a produtora, o trabalho do CEA é diferenciado, e a sua presidente tem “*especialidades*” como entrevistada, por exemplo, facilitando o trabalho do editor de telejornalismo ao “*saber*” o que dizer.

Ela tem uma história interessante. De vida e do CEA. Ela teria este diferencial, que é esta característica de história de vida dela e de fluir na entrevista [...] ela vai dar entrevista legal. [...] ela vai falar bem [...] a pessoa tem que ser bem objetiva e dizer exatamente o importante pro repórter usar.

Frente a frente, com uma mesa entre elas, a apresentadora do programa *Primeira Pessoa*, Ivete Brandalise, começa a entrevista com a líder do CEA assim:

Temos conquistas que toda a sociedade deve a mulheres especiais. Algumas realizando trabalhos extensos, mas outras, através de uma atuação específica, um trabalho de valorização e afirmação de mulheres, conseguiram transformar o ambiente. E é com uma mulher destas que vamos conjugar hoje verbos na primeira pessoa: (a líder do CEA), a premiadíssima líder comunitária.

A escolha pela líder do CEA como fonte é determinada tendo como critérios a credibilidade, a expectativa da audiência, a relevância do seu trabalho, seu prestígio e representação de poder, o extraordinário, sua produtividade como fonte e sua personalidade. A primeira pergunta da apresentadora para a líder do CEA é relacionada aos prêmios que ela já recebeu. A líder inicia sua fala agradecendo os elogios da apresentadora e, ao longo da primeira hora do programa, não responde à pergunta, o que só vai fazer na segunda metade do programa, quando a apresentadora a refaz. Assim ela começa a entrevista:

Eu sou uma pessoa muito privilegiada. Tive oportunidade. E eu acredito que o que separa ricos de pobres são as oportunidades. E eu tenho tido muitas oportunidades, que eu socializo com a minha comunidade [...] que tinha muita falta de oportunidade [...] faltava alguém que fosse na frente [...] já haviam muitas marlis lá dentro, que estavam escondidas debaixo do medo. Precisava alguém. E eu vim do Alegrete quase como uma desbravadora [...] (tinha) a promessa de trazer todos meus familiares. Hoje todos meus familiares moram aqui na Vila Pinto.

A líder se coloca como uma corajosa desbravadora que medeia as oportunidades para a Vila, aquela que faz diminuir a diferença entre ricos e pobres. Mescla aqui as matrizes subjetivas e cidadã-comunitária. A líder se diz uma pessoa “sempre muito insatisfeita. Nunca nada me contentava”, e que o papel que exerce como líder comunitária na Vila Pinto “*estava escrito*”. Na realidade crua da Vila Pinto, marcada pela violência e pelo tráfico de drogas, ela diz que teve seu “*trânsito*” facilitado porque “*levava coisas*” já que havia “*tecido muitas relações*”. Trata-se de serviços, vale-transporte, tudo o que ganhava dos condôminos onde trabalhava como zeladora. A líder surge, segundo ela,

quando comecei a me inteirar do problema da Vila, eu comecei a perceber que eu era diferente. E ser diferente não é ter mais que os outros. É perceber as coisas. E ser responsável, é saber o que está acontecendo e fazer alguma coisa.

A líder do CEA escolheu trabalhar com as mulheres porque “as grandes chefes da minha família eram mulheres [...] (e) a maior situação de violência na Vila era com as mulheres”. Quando a apresentadora lhe pergunta como conseguiu mobilizar empresários para a construção do Centro Cultural, ela diz:

[...] acredito que sou iluminada, o que me faz ir sempre às pessoas certas [...] Hoje eu tenho um Conselho Consultivo que é composto por empresários, profissionais liberais, médicos, pessoas de muito conceito que me chamam de minha chefe [...] o que levou eles foi o olho no olho, porque é muito difícil mobilizar muitas pessoas para um lugar como a Vila Pinto [...] Hoje a violência é denunciada [...] existia violência, mas não era denunciada [...] eu comecei a empilhar processos, fazer diversas ocorrências de uma mesma pessoa [...] tive que me afastar da Vila, me esconder [...] A gente tava lá fazendo o bem [...] e o bem é maior.

Nestes fragmentos discursivos explicita-se a matriz religiosa nas gramáticas discursivas da líder do CEA: seu trabalho na Vila “*estava escrito*”, “*acredito que sou iluminada*”. Ela é o “bem” que veio para impor-se ao “mal” que imperava na Vila. Em relação às eleições para presidente do CEA, ela diz que no final de 2004 teria eleição, e que todos apostavam no nome da sua filha. Ela precisa de uma sucessora porque pretende ser consultora técnica – “até queria

ser internacional, mas tem que saber inglês, espanhol [...]” – para “socializar” o conhecimento que acumulou como líder comunitária.

Muita gente me pergunta como é que tu conseguiu fazer tudo isso. Eu gostaria de dizer que foi baseado na sinceridade, na vontade de querer fazer, na responsabilidade, no comprometimento [...] Querer fazer, querer aprender, estar aberto para aprender sempre [...].

A líder do CEA já socializou sua experiência com a comunidade internacional várias vezes. Em Hannover, Alemanha, durante a Expo 2000 quando recebeu o prêmio de Projeto Social Mundial; na Itália, quando palestrou em evento sobre a Agenda 21 das Mulheres; e na Suíça, quando foi apresentada como uma das personalidades “*que faz a diferença em Porto Alegre*”, em função do galpão de triagem do CEA ter um Centro Cultural. A escolha do Centro Cultural em lugar de uma creche se dá por ter mais importância para a líder o cuidado com crianças de sete anos em diante nas condições sociais da Vila Pinto, que até os sete anos, quando as mães que trabalham no CEA têm ainda uma segurança que seus filhos ficam em casa, e não estão nas ruas sujeitas ao aliciamento pelos traficantes. Perguntada sobre a convivência com o tráfico de drogas, ela diz que há respeito. “*Eles existem. E eu também existo. E eu sou do bem. E eu preciso que muitas pessoas pensem como eu [...] Existe a oportunidade e as pessoas têm que escolher*”. Este sentimento de responsabilidade por ofertar uma oportunidade na Vila Pinto para o “bem” perpassa os discursos, midiaticizados e não midiaticizados, da líder do CEA. Para concorrer com as facilidades financeiras que o tráfico de drogas oferece, ela começou a incluir nas suas falas que

dinheiro não traz felicidade [...] se trouxesse o traficante não precisava se esconder [...] quando morre um na Vila que não é do bem eu digo: ‘É porque ele fazia isso [...]’. A gente começou a trabalhar um comparativo [...] Comecei a dizer que o dinheiro é consequência do bem-estar psicológico [...].

Para a líder do CEA, é esta forma de educação informal, comparando o bem com o mal que tem se refletido em algumas novas marcas culturais na identidade da Vila Pinto. No seu discurso “dinheiro não traz felicidade”, pode se estar justificando as diferenças salariais entre associados separadores e coordenadores, o que se refere a uma marca da matriz empresarial.

Segundo a líder do CEA, para se detectar uma liderança, deve-se perguntar para as pessoas quando elas têm um problema a quem elas recorrem na comunidade, quem se prontifica a ajudar encaminhando um morador para a solução dos seus problemas. Este é o líder em potencial, quem tem que ter trabalhada sua liderança, ser capacitado, ter depositada a confiança e o apoio da comunidade. “*A pessoa, com segurança, vai fazer as outras coisas*”. Para o seu trabalho, a líder cita como fundamental o apoio recebido pela Themis, por meio

do curso de Promotora Legal Popular, o apoio da organização internacional GTZ – Sociedade Alemã de Cooperação Técnica, que capacita grupos sociais com metodologias participativas, e os voluntários do Conselho Consultivo. Na sua rede de apoios primordiais, durante esta entrevista, ela não incluiu o poder público, com quem tem uma história conflituosa que hoje está mais amena, e a comunidade da Vila Pinto. Portanto, uma rede de apoio mútuo que inclui sujeitos locais, regionais, internacionais, da iniciativa privada, órgãos governamentais e não governamentais. A articulação de uma rede ampla e irrestrita de apoios de todos os tipos parecem ser o “*diferencial*” que a líder comunitária oferece em forma de “*tecnologia social*” para outras organizações sociais, como uma forma própria do CEA construir a sua matriz cultural cidadã-comunitária.

A líder do CEA afirma que foi o vídeo Ilha das Flores que a sensibilizou para o uso do lixo como fonte de renda, em uma viagem de feministas a um encontro na Argentina, organizado pela ONG Themis.

Foi mais um momento de sorte, de luz, eu com as mulheres pensadoras. (a irmã do Irmão marista) mostrando o filme que dizia: vocês podem viver do lixo sem ter que comer. Eu praticamente comprometi todo mundo que tinham que ajudar. As mulheres mandaram eu escolher um tema para trabalhar. O diferente. Escolhi a violência. Vim fazer uma pesquisa de campo com as mulheres. Comecei a estudar, ler o que o lixo provocava no meio ambiente. Quando criei, pensei: “Tem que ser um grande centro e tem que ter educação. E eu vou colar o ambiental, porque é necessário que as pessoas que estão trabalhando por um ambiente saudável’ [...] Sempre tive muita ajuda das mulheres.

A matriz midiática esteve na ideia fundacional do CEA: foi a partir do vídeo que ela se “*iluminou*”. Neste fragmento discursivo podemos compreender que a matriz cidadã-comunitária expressa na sua tendência a articular diferentes sujeitos nos seus projetos comunitários surge antes do CEA. Observamos, ainda, que a líder do CEA se apropria da tecnologia das metodologias participativas do GTZ para as reuniões, mas não segue este modelo de construção coletiva nas reuniões atuais do CEA, conforme observação participativa que incluímos na pesquisa de campo. A interação com a comunidade interna do CEA é mais diretiva que participativa. Parece-nos que os movimentos sociais deixaram menos marcas na identidade do CEA que o campo empresarial e a comunidade regional formada em parte pelos parceiros que formam o Conselho Consultivo.

Em relação à questão do lixo hoje em Porto Alegre, a líder do CEA afirma que a cidade foi invadida pelos carroceiros com o aumento da pobreza. “*Hoje o carroceiro tem o monopólio do lixo*”, que era da prefeitura municipal. Os 12 galpões de triagem recebem resíduos coletados pelos caminhões da prefeitura, os quais classifica como sendo os restos deixados pelos carroceiros. Com isso,

o CEA começou a comprar dos carroceiros, que trazem o material “limpo, puro, separado”, pronto para o enfardamento e venda. Diferente dos resíduos que chegam da coleta seletiva, que demonstram que a população de Porto Alegre ainda não tem consciência para separar o lixo orgânico do reciclável. Para a líder, o trabalho de conscientização feito de porta em porta é o que resolveria este problema. Aqui ela salienta o papel da educação para resolver o problema socioeconômico – para diminuir a exclusão social.

Quando aborda a forma de negociar o lixo, a líder afirma que começou a se capacitar, estudar o mercado, formas de enfardamento, comparando preços pagos entre os atravessadores, “por Internet”, para ganhar mais. A matriz socioeconômica se cruza aqui com a matriz empresarial e a midiática. E, quando a apresentadora do programa Primeira Pessoa lhe pergunta como se tem visibilidade, ela responde: “É exatamente assim. É um portão muito grande aberto e todo mundo vai lá”. Quem faz o melhor “show” entra, eu complementar. E ela “é gente que faz”.

Radar

O CEA também foi midiaticizado no programa *Radar*. O apresentador e repórter do programa Radar teve conhecimento do trabalho desenvolvido pelo CEA por meio de sua professora de Jornalismo Comunitário da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUC), quando ela comentou sobre o *site* do CEA. A credibilidade do CEA para ele começou a ser tecida com o comentário da professora, e depois pela forma como estava estruturado o *site* do CEA na internet.

O conteúdo que tinha na página demonstrou uma certa credibilidade porque tinham fotos, os textos estavam bem elaborados. Mostrava ser uma coisa que tinha embasamento [...] o que me chamou atenção no *site* não era como são ditas as coisas, mas o que apontava, as coisas que estavam sendo feitas aí. Muitas coisas estavam sendo feitas. Muita coisa ainda é projeto, como a creche. O prédio (do Centro Cultural) está todo levantado, mas ainda está faltando toda uma estrutura pra colocar dentro do prédio. Mas mesmo assim, tendo em vista outros locais e galpões de usinas de reciclagem, a deles está bem estruturada, com um aspecto bem bacana. A geração de renda deles também parece ser bem sério. E as pessoas envolvidas me pareceram ser pessoas sérias no primeiro contato [...] Os projetos que eles têm são bem ambiciosos, porém bem fundados. São coisas fáceis de fazer, tem uma certa praticidade. Acho que em pouco tempo eles vão estar alcançando esses objetivos⁹³.

O repórter não conhecia o CEA a partir da mídia, e considera que a grande mídia não tende a se interessar muito por projetos com este perfil para

93 Novamente aqui observamos um desconhecimento do termo exato como se define o galpão ou unidade de triagem ou separação, e não usina de reciclagem.

contemplar nas suas pautas, mas à TVE, por se tratar de uma televisão educativa, cabe dar publicidade a este tipo de projeto. “São trabalhos legais que estão sendo feitos então tem que ser mostrados. É o mínimo de responsabilidade social que a gente pode ter”.

Achei interessante um centro comunitário ter um site organizado por eles. Busquei informações no *site* e entrei em contato com eles. Nós temos um quadro no programa sobre informática [...] e eles tem um Telecentro lá [...] Quando eu tava acertando com eles pintou a visita do grupo Afroreggae, que faz um trabalho muito forte com a comunidade de Vigário Geral. Eu pensei em ambientar a entrevista do Afroreggae lá na Vila Pinto. Levamos o grupo pra lá. O Afroreggae cresceu muito incentivando a autoestima do pessoal propiciando renda e com incursão na arte musical. Tem um trabalho parecido com o Ouviravida, que é a Ospa trabalhando lá dentro da Vila Pinto [...] A gente fez três entradas ao vivo de lá.

O repórter conta que a recepção para o programa ser ambientado na Vila Pinto “foi a mais fácil possível, muito grande”. Ele sentiu que havia uma vontade de divulgar e mostrar o CEA. E, no momento em que o programa foi gravado, fora do horário de atendimento do Centro Cultural ou de trabalho da unidade de triagem, o espaço estava lotado, com pessoas da comunidade, alunos de escolas, do Ouviravida, e do Telecentro.

Eu falei o que queria e ela (a líder do CEA) produziu um pouco mais até. Ela fez um circo ali, armou um circo pra nós. Acho que foi uma boa oportunidade que eles aproveitaram bem. Aproveitaram bem porque acho que a oportunidade foi boa pra eles porque esses rapazes são um grande exemplo pra essa moçada que tá lá. É uma comprovação que a coisa pode dar certo. Porque esses exemplos são sempre muito distantes. Ela sentiu essa oportunidade e juntou o pessoal [...] Chegamos lá e [...] olhamos uma lona, um pátio, aqui tem uma locação legal. Se a gente faz um travelling com a câmara a gente vê o galpão de um lado, a gente vê o prédio, a gente vê o resto do pátio. Pô, achei interessante. E o pessoal do Afroreggae subiu pra sala e ficou brincando com os instrumentos. Ahá, eu disse: quem sabe vocês arrumam esse palquinho pra nós, só dá uma varrida. E já botaram um tapete no palco. Arrumaram o palco. Eu disse quem sabe a gente consegue umas cadeiras. Quando a gente viu tinham várias cadeiras. Tinha uma multidão carregando as cadeiras, assim. Quando começou mesmo a coisa [...] Vamos buscar o pessoal e [...] tinha uma galera assim. Realmente armaram um circo. Aproveitaram muito bem mesmo a história. Pra nós foi muito proveitoso. Tem que rolar uma cumplicidade. O cenário ficou muito bacana, muito bom. E funcionou muito bem pra ‘ao vivo’. Deu uma dinâmica muito boa pro programa aquela jogada toda. Mesmo tendo o peso de ser uma tv educativa, mesmo tu tendo a melhor das intenções em querer divulgar um projeto tem que ter todo o cuidado com a plasticidade da coisa, em ter imagens legais, em ter o desenvolvimento da conversa num time legal. Infelizmente televisão é isto.

O repórter foi seduzido com o circo. Sua percepção da líder do CEA não poderia ser melhor: uma pessoa “superenvolvida” com o projeto, “supermãe” do projeto, uma pessoa “bem dedicada” ao projeto, que tratava a todos com respeito. Com “boa influência” na comunidade, interessada em “expandir”, que busca informações para fazer o melhor “pro pessoal de lá”, uma pessoa “séria”, “que está correndo atrás”, “humilde”, que está “buscando a informação e repassando a informação”.

Ela falou: ‘Ah! Eu viajei pra não sei aonde, estive fora do Brasil, participei de palestras’. Começou a me dar um histórico rápido, mas rápido demais que eu não consegui assimilar. Falou coisa, coisa, coisa [...] Eu disse: Pô essa mulher tem algo a dizer realmente. Fui bombardeado de informações por ela [...] Acredito que ela foi preparada pra entrevista. Ela foi preparada. Acredito que ela tenha organizado o que seria quase um *release* da instituição. Com algumas dificuldade normais que a pessoa humilde, que a pessoa que tem baixa escolaridade tem de falar em qualquer meio de comunicação. A pessoa sempre tenta se corrigir demais e acaba cometendo erros maiores. Aquele linguagem meio dura, que tu tenta dar uma pompa e tu não tem os dados necessários, a base pra fazer aquela pompa. Como eu trabalho com um programa jovem, com a linguagem mais despojada, eu consegui trazer ela pro universo, pra uma coisa mais despojada. E quando ela se soltou foi mais tranquilo, ela falou como se estivesse conversando comigo e não como numa entrevista. Mas ela teve toda uma preocupação de parecer melhor na televisão. Em televisão é muito mais engraçado, porque acendeu a luz as pessoas mudam, e as pessoas mais humildes têm maior dificuldade, acabam travando, mas no final ela acabou deslanchando. Ela realmente fala bem. Flui assim. Fala bem em termos de quantidade, porque ela fala bastante. Tive que segurar um pouco, dar umas cortadas, mas tudo normal.

A líder começa sua fala no programa Radar agradecendo a presença do programa que está “valorizando o pessoal, tão carente de oportunidades. Esta é uma grande oportunidade que a mídia está dando”, de ambientar o programa com a banda carioca Afrogeggae no CEA. Novamente aqui surge o discurso da “oportunidade”, desta vez no sentido da importância de dar oportunidade para a Vila, mas desta vez a oportunidade é mediada pelo campo midiático e não pela líder. Ou seja, é o mesmo discurso, recontextualizado conforme o objetivo da midiática. Repete-se o discurso, adequando-o no tempo e espaço das entrevistas. Quando a líder fala sobre o CEA ela centra seu discurso no Centro Cultural.

[...] que é um *shopping* da cidadania, onde muitas atividades acontecem criando oportunidades de cultura. Temos o Telecentro, aulas de costura, de ginástica, estamos planejando para muito em breve uma sala de cinema [...] O carro-chefe do Centro Cultural é o projeto Ouviravida [...] temos várias crianças motivadas para essa lado da música. Acho que a música integra, a

música congrega, a música que salva. E é uma grande iniciativa que a Ospa teve junto conosco para promover esta oportunidade.

A oportunidade vem também dos parceiros. O tema central desta midiáticação é a música, o que a líder do CEA capitaliza rapidamente falando do projeto Ouviravida, e referindo-se a ele com matrizes discursivas do campo religioso: “a música congrega”, “a música salva”. Outra marca deste fragmento discursivo é do campo empresarial. O Centro Cultural, que está aí para ser um centro de desenvolvimento da cidadania, tem acoplado o sentido dos centros comerciais e vira “shopping da cidadania”. Na segunda inserção da fala da líder no programa, o apresentador pede para ela chamar a comunidade. Ela prontamente eleva a voz, e como uma carnavalesca que fala a linguagem do povo jovem grita:

Alô minha Bom Jesus. Alô Vila Pinto. Estamos aqui com a rapaziada do Afrogeggae. (se volta para o coordenador do Afrogeggae e diz:) Para nós é uma satisfação. De coração aberto, queremos te agradecer por este exemplo de cidadania, de vida.

Neste processo de midiáticação do CEA foram determinantes os critérios e valores relativos à credibilidade da fonte, à relevância do trabalho, ao extraordinário, à expectativa da audiência, ao equilíbrio do produto midiático, à expectativa da comunidade interpretativa e da organização, e a disponibilidade da fonte.

Apesar de inicialmente ser pensado como fonte primária, o CEA é midiaticado no programa Radar como fonte secundária, pela sua aproximação com aquela que passou a ser a pauta principal: a apresentação, em Porto Alegre, da banda Afrogeggae, que surge na favela de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, com o intuito de envolver jovens com música evitando, assim, as drogas. O agendamento do campo jornalístico pelo CEA deve-se, também, à matriz da cidadania: por uma “reponsabilidade social” de uma televisão educativa e pública, que tem que mostrar os “trabalhos legais”. As matrizes culturais movimentadas pelo CEA nesta midiáticação referem-se à matriz comunicacional-midiática, quando atende e supera a expectativa de organização do ambiente para o programa, o que demonstra uma intimidade do CEA com as necessidades do campo jornalístico. Este conhecimento do CEA das lógicas do campo jornalístico é percebida pelo repórter: “ela foi preparada para a entrevista”, ou “ela teve toda uma preocupação em parecer melhor na televisão”, “armaram um circo. Aproveitaram muito bem mesmo a história”. Na fala da líder durante o programa, percebemos que ela constrói o sentido de popular como “carente de oportunidade”, que vê na interação com o campo midiático uma forma de suprir esta carência. As matrizes educativa e da cidadania-comunitária são enfatizadas quando escolhe falar do CEA a partir

do Centro Cultural, e não a partir do galpão de triagem. Além destas matrizes, como já abordamos, surgiram as matrizes religiosa e empresarial.

Crônicas do Tempo

No dia 28 de julho de 2002, o vídeo institucional do CEA *Mulher, Meio Ambiente e Cidadania* foi apresentado no programa *Crônicas do Tempo*, da TVE. O formato do programa é, a partir de um vídeo, gerar a discussão entre a apresentadora e dois entrevistados, que neste dia eram a líder do CEA e um músico que faz instrumentos musicais com matérias recicláveis. Observamos, inicialmente, que a líder do CEA, na primeira fala da apresentadora, é apresentada como “uma das responsáveis por este trabalho”. Após a apresentação do vídeo, ela é apresentada como “uma das protagonistas desta história bacana [...] O CEA faz um trabalho admirável [...] muito importante, interessante, emocionante [...]”. E, ao final do programa, após as falas da líder, a apresentadora diz: “Eu gosto que a (líder do CEA) fala com uma naturalidade. Ela fez uma revolução. Ela mudou a vida de todo mundo”. Ao que o músico responde: “*pois é, eu também estou sem palavras*”. A líder do CEA aproveita a deixa: “Coisa linda que está acontecendo na minha vila. Eu consigo falar com pessoas que já foram do mal, já me judiaram muito [...]”. Músico: “eu fico sem palavras”. Apresentadora: “Eu também. Já estou embaçada desde o começo do programa”. O músico então afirma: “simplesmente é a salvação do mundo. É a diferença entre a vida e a morte”. A líder do CEA vai crescendo: “Eu costumo dizer que a Vila Pinto só não vai virar galo porque eu sou feminista [...] mas com certeza vai ser uma galinha dos ovos de ouro”. Apresentadora: “Não tenho nem o que te dizer, parabéns pelo trabalho”. Músico: “É uma heroína”. E a apresentadora finaliza o programa: “Porto Alegre se orgulha da Vila Pinto!”. O trabalho do CEA é merecedor de grandes elogios, com certeza, mas o que chama a atenção é como a idealização do CEA como uma organização perfeita, que resolve os problemas mais complexos com união e participação “*de todos*” gerando a perfeita harmonia na Vila Pinto, conforme feita no vídeo captura os sentidos da apresentadora e do músico convidado para o programa que não atentam para perguntar sobre o menor conflito natural nas relações humanas, dando lugar para a “*embascação*” total. Quando a líder do CEA é convidada para falar sobre o CEA pela apresentadora do *Crônicas do Tempo*, diz que

[...] a comunidade [...] realmente abraçou [...] um dos principais empecilhos para o projeto andar é a receptividade da comunidade. É a comunidade entender que aquele projeto veio para transformar. E eu sou a mentora, graças a Deus [...] criei o nome Centro de Educação ambiental por entender que precisava ser um grande centro, porque o Grande Mato Sampaio é muito forte, a violência é muito grande, principalmente contra as mulheres [...] e a educação ambiental é a minha esperança grande de transformação. Não é uma luta política, mas a transformação de consciência, atitude, comportamento.

Transformação de tudo. E graças a Deus a gente tá conseguindo esta transformação”.

A matriz cidadã-comunitária surge quando salienta a importância da comunidade para o projeto e a necessidade de transformação. Por tratar-se de uma entrevista com a líder, a matriz subjetiva faz referência a ela, especificamente, e se explicita em afirmações da líder do CEA como “*eu sou a mentora*”, que ela teima em ressaltar sempre. E a matriz ambiental é citada secundariamente. Ela conta sua história no programa Crônicas do Tempo assim:

[...] eu sou uma feminista capacitada em noções básicas de direito. Fiz este curso na ONG Themis. Como feminista [...] eu consegui fazer um *lobby* com as grandes pensadoras da questão da mulher, e trazer o olhar de muitas mulheres voltadas para a situação da nossa Vila [...] diante daquela historinha do beija-flor quando tava tentando com seu biquinho apagar o incêndio da floresta e passa um urubu [...] naquele momento que escutei esta história eu vi que o Grande Mato Sampaio era aquela floresta, e a beija-flor teria que ser eu. E os urubus eram as pessoas que não acreditavam que pudessem transformar a Vila, cujo perfil era o tráfico, a violência, num perfil da reciclagem, a reciclagem humana. Nós precisávamos nos reciclar primeiro [...] e a gente escolheu o lixo por ser uma matéria-prima de graça. Porto Alegre tava com uma coleta seletiva. Eu sou uma das ativistas que fica dizendo que se na Vila Pinto foi possível em qualquer cidade é possível [...] As mulheres separam o material e a gente partilha, depois, a venda. Essa é a grande alternativa [...] Hoje eu digo que sou uma ambientalista. Sou uma ecologista nata, porque entendo que o problema social é muito forte. E o que nós alcançamos na Vila com o Centro de Educação Ambiental é muito maior. Todas as 20 toneladas que a gente separa e manda para reciclar, isso alcança a sociedade porto-alegrense e o mundo inteiro. Hoje nós somos os médicos do Planeta.

A matriz do gênero se explicita nesta fala da líder do CEA, a partir da sua interação com o campo dos movimentos sociais. Isso se explicita quando informa que é capacitada em informações básicas de Direito por intermédio de uma ONG feminista, e, também, quando conta que foi reunida com mulheres feministas que o CEA foi pensado. A matriz ambiental também vem forte neste fragmento, e está relacionado com o tema do programa Crônicas do Tempo ser a reciclagem do lixo. Assim, conforme o contexto a matriz que é enfatizada muda. Trata-se de uma habilidade da líder do CEA de lançar mão das matrizes culturais do CEA conforme as demandas colocadas pelo campo jornalístico. O que é também uma demonstração da competência midiática. Após conversar com o músico sobre sua labuta, a apresentadora volta-se para a líder do CEA e pergunta quanto tempo levou da ideia até a transformação da Vila, e o trabalho ser “*elogiado no mundo inteiro. Tu vive viajando, dando oficina, palestra,*

conferência”. A líder responde que levou dois anos para o poder público ser convencido até a inauguração do primeiro prédio.

Este ano estamos inaugurando o Centro Cultural [...] com sala de cinema, sala de artesanato [...] Eu tava ouvindo o (músico) falar em energia, e nós também somos muito ligados nesta história, viu. Fui fazer uma palestra na Ulbra e trouxe engenheiros [...] Eu cheguei dizendo que o sonho era criar energia alternativa [...] porque nós temos uma sanga grande, uns chamam de arroio com um volume de água muito forte, e que nós vamos trabalhar com o reuso da água e energia alternativa [...] Vai ser uma coisa para 2004 [...] que com toda certeza vai nos levar para outra Expo. Nós já fomos para a Expo 2000 como um dos projetos inovadores do mundo, não pela reciclagem de lixo, mas pela reciclagem humana. [...] A Vila toda tá se transformando [...] já garantido para a Expo 2005 com o trabalho dos jovens e adolescentes, com a parceria que a gente tem com a Ospa, com os meninos fazendo instrumentos musicais. A gente pretende fazer uma orquestra sinfônica com material reciclado.

A apresentadora se deslumbra: “Orquestra sinfônica é bacana”. Ao que a líder responde: “Muito... Muito”. A apresentadora: “Essa discussão... né. Mundial, né. Esse tema é de relevância total”. A líder:

E tem que ser, né. Eu costumo dizer que tava escrito que o mundo acabou em água, agora vai terminar em fogo. O chorume [...] Se todo mundo resolver não tratar do seu lixo ou dizer que o lixo não é importante, nós todos vamos acabar sufocados no grande lixão. Os governos precisam se tocar [...] A sociedade precisa saber que não pode mais ter aquela atitude que eu tinha, errada [...] meu lixo tá ali dentro da sacolinha, e o caminhão leva, e eu tô livre do problema [...] Nós somos sonhadoras, quem trabalha em reciclagem [...] nós, esses meninos que viviam em situação de risco (aponta para os materiais feitos a partir de papéis reciclados em uma oficina do CEA, que também já não existe), que eram talvez a próxima mão de obra das coisas erradas dentro da Vila e hoje são artistas [...] já estão começando a vender. Estão entrando em feiras [...] a Itália, no Fórum Social Mundial se interessou muito. De repente vão importar. E isso é reciclagem humana. E acredito que muito em breve a gente vai ter coisas maravilhosas para contar pra vocês. Sempre inovando.

Na interação com a apresentadora, a líder salienta as matrizes de gênero (sou feminista), dos movimentos sociais que a capacitaram, e cidadã-comunitária (o *lobby* que fez com as feministas). O discurso ambientalista surge forte, assim como noutras aparições na mídia, o que é uma diferença na interação midiaticizada em relação às interações comunicacionais – interna e com os campos sociais. A líder do CEA direciona seu discurso conforme o tema da midiaticização: música no Radar, reciclagem no Crônicas do Tempo, ela na Primeira Pessoa. Ela demonstra por várias vezes a competência para se apropriar do discurso dos interlocutores para conquistar a admiração do outro: quando se apropria da fala sobre energia para falar de um projeto de

energia alternativa, e que ela já projetava para estar em funcionamento em 2004. Não esteve. O projeto a levaria, sonha, para outra Expo. Ou seja, projeta em função de uma demanda das agendas de agências globais de projetos a serem premiados, o que atenderia uma demanda sua de premiação constante e reconhecimento do CEA como referência mundial. Ou seja, o reconhecimento do CEA é um reconhecimento da líder já que se diz “a mentora de tudo isso”. E quer, com isso, ser consultora técnica. Da mesma forma, apropria-se do discurso do interlocutor quando fala do suposto projeto de uma orquestra sinfônica de material reciclável. O que existe é um projeto de produção de instrumentos musicais a partir de materiais recicláveis, mas não exatamente de uma orquestra sinfônica. A “reciclagem humana” é um fragmento que surge em todas as falas, midiaticizadas e não midiaticizadas. Está naturalizado no discurso da líder do CEA e tem a marca do discurso do movimento social religioso, também presente nos primeiros vídeos sobre os separadores, como vimos. A evolução no tratamento que a apresentadora e o outro convidado dão à líder mostra que ela chega “sem pretensão” e toma conta da conversa. É a “heroína” nas Crônicas do Tempo. A salvadora. A admirável. Não está em julgamento aqui se a líder é passível de admiração ou não, mas como a interação se dá enquanto um processo de troca de sentidos, de luta simbólica, enquanto negociação de sentidos sobre uma realidade – do lixo – e que, no caso, mostra que a vitória é da líder comunitária, que ao longo de todo discurso deixa marcas da sua “iluminação” uma coisa que Deus projetou para ela.

A midiaticização do CEA para os associados

Para uma das coordenadoras do CEA, a organização social é “*bem divulgada*”, já que a líder é “*bem procurada*” pelos atores do campo jornalístico. Conforme uma das separadoras,

A TVE está sempre por aqui [...] As gurias veem, olha aqui a gente no jornal. Tal hora vai aparecer o galpão. A abordagem é sempre positiva. São entrevistados associados mais antigos, que tem um entendimento melhor do trabalho. Mas a maioria já foi entrevistado”.

No entanto, ela se conflitua com as lógicas do campo midiático:

Tem uns quantos vídeos que a gente fez. O projeto cresce muito, tá muito grande, muito evoluído. Todo mundo reconhece. A única coisa que não é reconhecida é o salário que a gente ganha [...] Às vezes a gente fala alguma coisa na televisão, quando tu vai escutar a metade não sai. O que sai não é o mais importante. O mais importante pra nós seria que o nosso salário tem que melhorar.

No fragmento discursivo desta separadora fica claro que na apropriação que o campo jornalístico faz dos movimentos sociais as contradições internas do

CEA são cortadas no processo de edição da matéria. O que é “*mais importante*” ser comunicado para o espaço público pela separadora, via midiaticização, não é importante para o campo jornalístico, que opta por construir um movimento social idealizado. No entanto, observamos que o discurso da líder reflete esta idealização do CEA feita também pelos produtores da notícia, o que tem como resultado o agendamento do campo jornalístico pelo movimento social. Para o “*caqueiro*” nas entrevistas a líder fala:

a mesma coisa que ela fala aqui pra nós. O que ela procura pra nós aqui é o de melhor. É mostrar o nosso trabalho lá fora, o que nós fizemo aqui dentro [...] .Eu achei duas entrevista que eu vi, achei muito maravilhosa. A gente vê ela na frente da câmera muito calma. Muito sensível ao trabalho que ela fez aqui dentro.

A coordenadora do Centro Cultural do CEA considera o apoio da mídia fundamental. Para ela, a importância da mídia para o CEA é divulgar a imagem que o lixo é um meio de vida, de geração de renda, e de capacitação. Ela entende que a mídia é um instrumento para sensibilizar a sociedade da importância da reciclagem, social e culturalmente.

Pras pessoas entenderem que quem trabalha no lixo não precisa estar condenado a só ficar com o lixo. É possível esse projeto de inclusão sociocultural e educacional a partir de uma unidade de reciclagem. É só querer fazer. A mídia procura o CEA porque é o único projeto estruturado por pessoas que tem a vontade de fazer. Um projeto que pode ser copiado, aperfeiçoado, com certeza. Mas é uma semente que pode ser plantada em cada lugar. Não só em galpões. Um Centro Cultural é importante em qualquer vila.

A líder do CEA considera sua relação com a mídia “*muito boa*”.

Televisão, rádio, jornal, jornal de bairro, jornal da região. Todos os veículos que vêm me procurar. Acham que eu tenho uma boa fluência verbal, e eu tenho, acham que eu sei o que eu quero, o trabalho por objetivo é diferente [...] Eles já conhecem o trabalho, gostam muito. Esses dias uma repórter me ligou que precisava fazer uma reportagem com uma família que trabalhe no lixo, viva disso aí, seja alegre e feliz. E outra reportagem, com uma pessoa que trabalhe, não seja tão alegre, que, de preferência tenha as crianças sujinhas. Digo, tu vai fazer o seguinte. Essa figura de mulher triste, de criança ranhenta tu pega noutra vila, aqui não tem. Eu só vou fazer reportagem com mulher que tenha casa, limpinha, bonitinha, com as crianças bem limpinha. Não vou mostrar coisa errada da minha vila. Até tem, mas eu não quero mostrar. Pra que eu vou aproveitar a televisão pra mostrar essas coisas. Tem gente que gosta. E aí tu já te relaciona com o repórter. E aí o repórter já diz: lá com a (líder do CEA) tu só faz o que é bonito. Eu fico pensando porque é que tu vai mostrar as coisas tristes. Tu não tem que mostrar as coisas tristes. Se tu vai pra mídia é pra mostrá [...] acho horrível a linha que o jornal Nacional

está tomando. Só mostra as coisas tristes. O Ratinho só mostra coisas tristes. Aqueles homens batendo nas mulheres. Tem que mostrar que também tem coisa boa. Então a gente mostra. Porque as coisas boas é que vão gerar mais coisas boas. Assim como não admito aqui dentro música de rap com matei meu pai, comi minha irmã. Essas coisas comigo aqui não tem. Agora usa a mesma coisa pra botar coisas positivas dentro de ti. Tu te alimenta disso. A indústria da miséria tá aí, pra gente ganhar muita coisa encima. Eu sou alerta dessas coisas. É esse modelo que ninguém gosta.

A líder do CEA se utiliza do interesse que o projeto do CEA gerou na mídia para elevar o capital simbólico positivo da Vila onde o CEA ocupa espaço. Sua estratégia de apropriação na interação com o campo midiático reverte-se em capital simbólico na hora de negociar com outros campos e firmar parcerias: a imagem positiva do CEA é apropriada pelos parceiros para trabalharem a sua imagem. A Vila boa, bonita, que transforma a miséria social em imagens boas da vida é a Vila Pinto. As outras têm os exemplos negativos. A líder não utiliza a mídia para pedir ajuda, assistência social. Não é tática. É estratégica. Utiliza-se da mídia para comunicar que o CEA existe e participa como protagonista em mudanças sociais positivas na Vila Pinto. A própria matriz midiática é utilizada para interagir com o campo midiático, como podemos observar no fragmento que segue:

Se a mídia quer fazer um programa de levantar astral eles vem a mim. E aqui eu tenho todos os temas: tem gravidez precoce? Tem. Tem mulher vítima de violência doméstica? Tem. Tem terceira idade? Tem. Tem tudo que é tema. Tem meio ambiente? Tem. Tem poluição? Tem. Tem todos os temas. Eles não precisam caminhar muito na cidade pra procurar, aqui tem tudo. Só que tem os dois lados, tem aquilo que é ruim e aquilo que está deixando de ser ruim [...] Falo de coisas negativas: da falta de lixo, de consciência ambiental, da falta de cuidado das pessoas de usar o equipamento de segurança, da dificuldade de articulação que se tem. Eu sou uma pessoa que tem bom relacionamento, fluência verbal, facilidade de comunicação. Não sou tímida como a maioria das pessoas pobres, que fogem, se escondem, não querem dar entrevista, falar. Eu não tenho essa dificuldade. Acho que isso é um agente facilitador pro CEA. Conto as coisas positivas porque a ideia do CEA é ser um multiplicador de coisas positivas. As negativas nunca estão na nossa mão. As coisas negativas que estavam na nossa mão que era o fato de excluída dos seus direitos, de servir de trampolim de politicagem, mão de obra do tráfico [...] Se a gente conhecer essas coisas, souber, a gente tem como repensar e ver o que pode fazer. Todas as coisas negativas têm que ter uma alternativa. E é isso que eu fiz questão de mostrar na reunião. Não adianta tu se queixar que os governos são culpados [...] A divulgação, estar na televisão significa auto-estima pra Vila. Até então a gente ia pra televisão e pro jornal só nas páginas policiais. Só nas coisas negativamente interessantes. Estar na mídia também é uma forma de conseguir as coisas [...] A picotadora vai abrir uma porta pra nós em bancos, cartórios, Tribunal da Justiça, que dão material altamente sigilosos.

Eles só dão pra empresas absolutamente confiáveis. Se nós temos uma picotadora é porque somos confiáveis. O Tribunal da Justiça só dá pra quem tem picotadora industrial. Eles mandam um funcionário e ele tem que ficar lá. E com a nossa picotadora pica uma folha por vez. Quando chegar a picotadora nós vamos chamar o Correio do Povo. Isso é uma coisa que tem que ser dita. Quando saem as reportagens a gente taxa e boto dentro de uma pasta e saio mostrar. Quem não leu a reportagem vai ler comigo, com a pastinha debaixo do braço. E aí eu vou fazer o papel de relações públicas. Vou chegar lá e oferecer o serviço. E oferecer o serviço é tirar fotografia, a picotadora tá aqui, isso vai elencar mais pessoas diferentes dentro da comunidade, carros diferentes dentro da comunidade, carrões diferentes, carros de placa branca dentro da comunidade (quando sempre vinha o IML, o único placa branca a vir dentro da Vila). Vamos dizer pra comunidade que agora nós estamos nos relacionando com o Tribunal da Justiça, com os cartórios, com material sigiloso.

E as entrevistas dos produtores midiáticos confirmam estas afirmações: pra que perder tempo procurando, numa realidade profissional de muitas pautas diárias, e correr o risco que encontrar um entrevistado que não se enquadre aos moldes e lógicas midiáticas, se a líder do CEA tem todas as pautas, os entrevistados, ela mesma fala bem e de forma interessante, e o canal já está estabelecido. Sem contar a admiração pelo trabalho social que os profissionais da mídia nutrem pela própria líder e pelo projeto. A solidariedade dos produtores midiáticos é despertada principalmente pelas matrizes cidadã-comunitária e subjetiva. Eles são capturados pelo discurso da líder: a mulher pobre, negra, que do lixo gera a sobrevivência de muita gente. Ela inspira sua vida, como uma produtora de TV confessa. A matriz midiática da líder se expressa na sua percepção para a criação de fatos. Cria um fato encima do que as pessoas não prestaram muita atenção.

Mataram fulana, oh [...] que pena. Pô, aquilo tem que se tornar uma coisa grave. Eu torno e armo. Vamo pra lá e vamo fazer, vamo enterra, e vamo ir a pé, vamo gritar, e vamo protestar contra isso. Aí todo mundo começa: mas como se até ontem ninguém dava bola, e agora a (líder do CEA) vem e faz esse bafo. Me chama de bafo. Chamo a mídia, vamos pra polícia, chamo o Zero Hora. Vamos tudo caminhando. Isso aconteceu muitas vezes. Tanto que não teve mais estupro na Vila. Não quero saber. Não quero saber. Não quero saber. Digo: é lá na casa daquele lá. Vou dentro da casa com a polícia, os caras vão preso, dizem que vão me matar. Eu digo, então tá. Tu vai me matar. A polícia acha assim que agora eu sou um complemento da polícia militar [...].

A matriz do gênero e da violência – em episódios em que as mulheres sofrem violência no bairro – desencadeia a matriz midiática: vamos fazer um *show* para estancar a violência contra a mulher. Estas matrizes movimentam por sua vez as subjetividades de todos que se envolvem e geram ações cidadãs na comunidade. Forma-se uma matriz complexa. Essa forma de interação

com a comunidade – que se repete na interação com o campo institucional governamental, como vemos quando a líder do CEA lota dois ônibus para reivindicar a entrega de lixo do DMLU para o CEA – gera capital simbólico na comunidade em forma de credibilidade e respeito. Cria-se uma dívida social, que a líder cobra em forma de proteção e fidelidade de quem está dentro do CEA, que ela quer que se expanda pela comunidade da Vila e do bairro Bom Jesus, no que a Ulbra pode auxiliá-la, por isso o interesse em ampliar continuamente a rede de parcerias.

Segundo a líder, a facilidade ao se relacionar com a mídia eletrônica se deu com o “*treinamento*” que teve, quando uma novela de 20 capítulos, produzido pela produtora Alternativa, sobre reciclagem, que foi ao ar pelo Canal Futura, é gravado nas dependências da unidade de triagem do CEA, onde a líder, separadoras e coordenadoras são entrevistadas.

Foi um passo muito importante porque a gente conviveu com as câmeras durante quase três meses, repetindo cenas, nós fizemos o cinema, repetindo. Faz de novo. Isso serviu pra todo mundo. Hoje quando vou pra frente da câmera já pergunto se não tô muito reluzente, eu mesmo já me preparo, já tenho um lado que tenho a boca meio torta porque eu tive um princípio de derrame e meu olho ficou um pouco caído. Então eu já vou pra outro lado. Tem muitas técnicas que eu já [...] fiz um vídeo pra Brasken que tá rodando no início dos filmes nos cinemas, pra Petrobrás. Três minutos. Os caras vieram de SP e disseram: A gente não tem muito trabalho com a (líder do CEA). Ela já é produtora [...].

Para a líder,

É importante falar com quem tem maior alcance. A Band, a televisão é uma mídia que me chama muito a atenção. As rádios né. Eu ainda não consegui ir pra Rádio Gaúcha e a Guaíba. O programa da Lauro Quadros é um sonho que eu tenho de ir. Não consegui ainda. Mas também não vou ficar forçando. Alguém um dia vai me chamar. Alguém um dia vai dizer pro Lauro Quadros que ele tem que trazer a (líder do CEA) pro programa. Eu fico só mentalizando: um dia eu vou no Lauro Quadros, no Ranzolin. Um dia eu vou conversar com o pessoal. Agora a gente tá buscando o Falcão pra ter ele como padrinho da quadra poliesportiva. A revista Caras eu tenho fissura. Tanto dinheiro naquela revista Caras. Se o produtorzinho disser, olha, tantos por cento da revista Caras este mês vai ir pra construir a Sala de Cinema. A gente só precisa de 10 mil reais, é um manjar deles. Mas eu preciso saber esperar pra ver como é que eu entro nessas histórias aí. Eu viajo muito, tu conhece alguma pessoa. Eu tenho esse jeito de falar.

Para a líder, dar entrevistas é importante porque

[...] é um agente multiplicador. Porque eles entrevistam. Eles só fazem entrevistas de coisas positivamente interessantes ou negativamente

interessantes. Eu ligo a televisão e vejo as coisas negativas, mas que são interessantes de ser vistas, até pra servir como exemplo. Eu me lembro quando estava fazendo estudo de campo, de viabilidade, eu ia pros outros galpões, ficava vendo os defeitos dos outros galpões pra poder fazer certo aqui. Perguntava pras pessoas o que estava faltando pra que aqui não faltasse. Acho que dar entrevistas sobre coisas positivamente interessantes é pra dizer pras pessoas que é possível fazer. Como quando é negativamente interessante, pra dizer que aquilo aconteceu, e que as pessoas podem escolher entre aquilo que pode fazer de positivo e negativo. Eu trabalho muito hoje no comparativo. Eu mostro o que é de bom e o que é de mau. Agora a escolha é das pessoas. Eu costumo dizer que a droga e o lixo tem o mesmo retorno financeiro. A diferença é que a droga é morte e o lixo é vida. Eu não posso dizer o que isso representa [...] Repórter precisa ter sensibilidade pra conversar comigo. Que contribua. Quando eu vou pra televisão eu aviso a Vila inteira. Isso pra Vila é autoestima. Quando eu volto tem gente na minha casa ou bilhete embaixo da porta. Os comerciantes gostam disso. A Vila não quer mais ser conhecida como marginal, como perigosa.

Observamos que, no relacionamento com o campo jornalístico, a líder do CEA se vale da sua fluência verbal, da sua facilidade de comunicação, e da “sensibilidade” do repórter para conversar com ela. Estrategicamente usa a mídia para falar com a própria comunidade: “*conto as coisas positivas*”, “*quando eu vou pra televisão eu aviso a Vila inteira*”, “*vamos dizer pra comunidade que agora nós estamos nos relacionando com o Tribunal de Justiça [...] com material sigiloso*”. A visibilidade na mídia também serve para reforçar a liderança do CEA: “*quando eu volto tem gente na minha casa ou bilhete embaixo da porta. Os comerciantes gostam disso*”, “*a divulgação, estar na televisão, significa autoestima pra Vila*”. Da mesma forma, a interação com o campo jornalístico como fonte “*é uma forma de conseguir as coisas*”, seja comunicando a possibilidade de parceria para determinados campos sociais, ou forçando um olhar da mídia para a busca de soluções nos casos de violência contra a mulher: “*vamo ir a pé, vamo gritar e vamo protestar contra isso [...] Chamo a mídia, vamos pra polícia, chamo a Zero Hora*.” Nesse jogo, “*é importante falar com quem tem maior alcance*”. O campo jornalístico amplifica o discurso da líder: “*é um agente multiplicador*”, segundo ela. Então, das mídias ela prefere a televisão, porque “*chama mais atenção*”. Mas sonha e “*mentaliza*” ir ao programa do Lauro Quadros, do Ranzolin e, quem sabe, ser tema na Revista Caras. Mas para isso ela precisa esperar, “*para ver como é que eu entro nessas histórias aí*”. Aqui identificamos o popular contraditório, a mestiçagem das matrizes culturais que atravessam a subjetividade da líder do CEA. Noutra construção do popular, a líder ultrapassa o popular “*carente de oportunidades*” que mediou a visibilidade midiática no programa Radar, e midiaticiza o CEA mostrando as coisas boas: “*mulher que tenha casa, limpinha, bonitinha, com as crianças bem limpinha*”. E é assim que ela entende estar se “*relacionando com o repórter*”. É dizendo que a Vila Pinto

não tem “mulher triste” nem “criança ranhenta” para mostrar, que o movimento social estabelece regras para a interação com o campo jornalístico. Na disputa do sentido de popular a ser midiaticizado, o popular idealizado pela líder do CEA tem tido mais visibilidade nas midiaticizações do CEA que o popular “*pelo que lhe falta*”, como abordam Garcia Canclini e Martin-Barbero.

O CEA como autor da sua midiaticização

O vídeo institucional

No vídeo *Mulher, Meio Ambiente e Cidadania* o CEA conta sua história, narrada como uma trajetória marcada pela harmonia entre as pessoas, onde todos são felizes e participam de tudo. Trata-se de um vídeo institucional produzido com o apoio da GTZ – Sociedade Alemã de Cooperação Técnica, no ano de 2000, para ser apresentado na Feira de Hannover, na Alemanha, por ocasião da premiação do CEA como Projeto Social Mundial. Portanto, o receptor pensado para este instrumento midiático é a sociedade global. Como o vídeo foi produzido em 2000, ele é anterior ao pico de midiaticização do CEA na grande mídia. No entanto, ele é veiculado no programa *Crônicas do Tempo*, da TVE – Televisão Educativa do Rio Grande do Sul – quando este tem como tema a reciclagem, conforme analisado anteriormente.

No vídeo, o Grande Mato Sampaio, onde a Vila Pinto se localiza, é retratado em 1994 como um dos 12 bolsões de miséria de Porto Alegre, onde impera uma rotina de morte, violência familiar, prostituição, trabalho infantil, e total falta de perspectivas. Tudo isso com imagens em preto e branco de lugares degradados de Porto Alegre e do Grande Mato Sampaio. Com fotos das primeiras reuniões de mulheres, a apresentadora fala: “*Diante da ineficiência do poder público, os moradores iniciam uma revolução pacífica. O primeiro passo é a união e o reconhecimento de que podem e merecem uma chance*”. As cenas da Vila em preto e branco são substituídas por cenas do galpão de triagem. A narradora diz que em março de 1994 começa a história de uma gente que luta por reconhecimento, respeito e dignidade. Numa iniciativa da líder do CEA, promotora Legal Popular, um grupo de mulheres resolve que a organização comunitária deve ser o ponto de partida para o exercício dos direitos básicos de cidadania. A líder fala que o CEA surge da necessidade de inibir a violência contra a mulher da comunidade com uma fonte de renda que pudesse bancar sua autonomia. Por isso procuraram o apoio técnico da GTZ. Com imagens das pessoas se encaminhando para reunião, a narradora afirma que, em 31 de agosto de 1996, o centro se torna realidade, agregando pessoas com diferentes perfis, que precisam administrar conflitos, aprender sobre motivação, relacionamento, amor próprio, cidadania e participação solidária. Com imagens de manchetes de jornais e das associadas trabalhando

no galpão, a narradora afirma que o primeiro teste do grupo foi enfrentar *“lideranças negativas querendo manipular ideologicamente o movimento e a administração de sua própria independência [...]”*, mas tudo resultou em *“uma independência do poder público e com iniciativa própria”*. A líder do CEA surge afirmando que *“pessoas não acreditavam que o CEA, por ser um projeto que envolvia lixo, viria para melhorar a vida das pessoas”*. Com cenas do galpão e do grupo em reuniões, a narradora fala do CEA como uma organização baseada em práticas de democracia, regras exaustivamente debatidas, liderança forte apoiada por um grupo ético, regimento discutido por todos: *“atrasos, faltas, produtividade, partilha, lucros, aplicações e os destinos do Centro são discutidos abertamente por todos.. O CEA é um exemplo de vida comunitária, fé no ser humano e autogestão aplicada”*.

A narração é continuamente intercalada por depoimentos com imagens em preto e branco quando afirmam o quanto a vida era negativa antes de estar no CEA, imagens estas que são substituídas por coloridas quando afirmam a importância do CEA nas suas vidas. Um associado fala: *“Eu mexia com drogas, vivia no meio de gigolô, prostituta [...] ela me deu a oportunidade [...] me tratou como se eu fosse gente [...] me deu valor pra mim mesmo e me deu a chance de eu mesmo mostrar aquilo que eu sei fazer. Me autovalorizar eu”*. A narradora volta: *“Todos têm espírito empreendedor, são participativos e têm orgulho de estar inseridos na comunidade”*. Outra associada fala: *“Eu tava desempregada [...] é tudo pra mim [...] dou a minha vida por este trabalho aqui”*. E a outra diz em seguida: *“a gente trabalha, ganha seu dinheirinho aqui, sustento a família”*.

O vídeo segue mostrando imagens do galpão afirmando que o CEA trabalha 24 horas, e que oferece ginástica laboral para os associados (imagens das aulas). Coisas que já mudaram, assim como muitos daqueles associados já não estão mais no grupo. Com imagens do galpão, das oficinas de ginástica e de reuniões, a narradora explica que:

[...] é feita a avaliação dos problemas e encaminhadas as soluções. Inclusive de problemas na comunidade que envolvam a participação de associados. O espírito de participante do Centro exige que a atitude fora do local de trabalho seja um exemplo para todos [...] Este projeto conta com o apoio e a participação de entidades, órgãos públicos e voluntários, que fornecem material, planejamento, orientação, treinamento e ensinamentos para jovens e adultos. A evolução empresarial do CEA mostra que a autonomia de gerenciamento possibilita a satisfação das necessidades individuais e coletivas.

Com imagens de tabelas, a narradora conta que a busca de parcerias aumentou o volume de resíduos e, com isso, há mais vagas de trabalho. A qualificação e treinamento gerou maior produtividade, o que beneficia a todos, com a redução da jornada de trabalho há mais vagas e maior renda. Assim, com

imagens do galpão, segundo a narradora, “a evolução econômica do Centro é resultado do crescimento de cada um”. Um associado fala: “se tu trabalhar tu ganha [...] Depende da tua produção [...] só depende de ti”. Na fala da associada que se segue a deixa da narradora, confirma-se a estória, da tristeza anterior ao CEA para o sentimento atual: “todo mundo feliz. Todo mundo buscando o mesmo objetivo. Todo mundo lutando pela mesma coisa”.

Com imagens do Centro Cultural, a narradora apresenta os vários “subprojetos” do Centro: artes plásticas, Ouviravida, educação ambiental “que atende filhos de trabalhadores e demais crianças e adolescentes da Vila, fazendo a consciência ecológica e o respeito à natureza se tornarem importantes em suas vida”. Surge a fala de uma professora afirmando sobre a importante parceria do CEA com a escola para educação ambiental e artes. Uma aluna diz que tem menos lixo nas sangas e as ruas estão mais limpas.

Novamente a narradora retoma a “estória”, com imagens de reuniões e fotos históricas do CEA, abordando o envolvimento dos adultos em atividades de alfabetização, assistência psicológica, orientação familiar e sexual e comunicação comunitária.

O surgimento do Centro trouxe mudanças significativas para a região. Houve melhora na qualidade de vida, aumento da autoestima, desenvolvimento econômico e uma nova vida comunitária.

Uma associada afirma: “Agora tenho dinheiro sempre pra tudo”. Outro associado afirma que: “é uma família”. E a narradora segue, relatando sobre imagens de reuniões e do galpão:

A participação ativa na comunidade faz parte do dia-a-dia do Centro. Os trabalhadores têm atividades culturais e esportivas, como os times de futebol masculino e feminino e o grupo de pagode [...] o grupo de teatro [...] como você vê, o Centro de Educação Ambiental não é só separação de lixo. É uma contribuição para a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. Além de uma reciclagem na vida dessas pessoas e da comunidade.

Outra separadora afirma que deixou a marginalidade, tudo mudou e agora é feliz: “é que nem uma irmandade”. A narradora afirma que os sonhos não têm limites, entre eles a patrulha ecológica e a creche. E relata a escolha do CEA para apresentar o projeto na Expo 2000, na Alemanha.

A líder surge na “estória” afirmando que:

nosso grande projeto em relação ao Centro é que ele seja um centro de referência e exemplariedade na busca da conquista da dignidade, da cidadania, da preservação do meio ambiente, do resgate da autoestima pras comunidades carentes.

Esta imagem representa bem o modelo de liderança do CEA, conforme já abordamos nas páginas anteriores: a líder comunicando o que é o projeto em um lugar alto, tendo ao fundo e abaixo imagens das separadoras trabalhando na separação do lixo. Depois surge a fala da consultora da GTZ dizendo que “*mudou muito*”, no processo de trabalho desenvolvido no CEA. A narradora então finaliza o vídeo, com imagens do trabalho dos associados trabalhando no galpão, participando das reuniões, sorridentes:

Este é o Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto. Uma associação de trabalhadores de baixa renda, preferencialmente mulheres, comprometidos com a transformação comunitária, objetivando melhor qualidade de vida e do meio ambiente. A seleção e reaproveitamento do lixo viabilizam a sobrevivência e a concretização da ajuda mútua. Além de incentivar a luta pela defesa das liberdades individuais e coletivas, justiça social e direitos fundamentais.

O CEA constrói-se para visibilidade pública como uma organização social de grande sucesso, uma referência para satisfações de necessidades socioeconômicas, de cidadania, ambientais, subjetivas, de gênero. No CEA todos são felizes, todos participam de tudo, todos têm voz, o CEA é autossustentável, as mulheres adquirem amor próprio, auto-estima, todos são empreendedores, trata-se de uma família feliz onde todos trabalham juntos e unidos, todos têm consciência ambiental, os problemas têm soluções coletivas, parcerias proporcionam treinamento, apoio, participação, planejamento, reeducação, maturidade empresarial. A evolução econômica é resultado do crescimento de cada um já que cada um ganha conforme trabalha. O CEA proporciona então crescimento econômico além de atividades culturais e educativas para crianças, adolescentes e adultos, que resultam em qualidade de vida, desenvolvimento da comunidade, e contribuições para o meio ambiente.

Como observamos na interação do CEA com o movimento social religioso – no capítulo que trata da interação com o campo dos movimentos sociais – a linguagem utilizada em *Mulher, Meio Ambiente e Cidadania* tem as mesmas marcas que o vídeo *Lixo é Vida*, produzido para relatar as primeiras experiências dos galpões de triagem de Porto Alegre, com apoio das Cáritas. O vídeo do CEA não compara o trabalho individual com o trabalho coletivo, como é feito em o *Lixo é Vida*, mas compara as experiências dos associados do CEA antes e depois de fazerem parte da organização social, retratando o antes em preto e branco e o depois com cores. Ou seja, os dois vídeos são construídos a partir de uma linguagem que apela para o dualismo: o bom e o ruim. Tanto *Mulher, Meio Ambiente e Cidadania* como o *Lixo é Vida* idealizam o trabalho coletivo como o lugar de união, de harmonia, de felicidade, de igualdade, de participação, onde os conflitos do passado foram vencidos num presente que anuncia um futuro imaculado. Da mesma forma, os dois vídeos salientam as questões de gênero

como determinantes para o trabalho solidário e cooperativo. As marcas na linguagem dos dois vídeos têm matriz no campo religioso.

Observamos que estas marcas da construção simbólica do CEA presentes no seu vídeo institucional *Mulher, Meio Ambiente e Cidadania*, onde o CEA se auto-midiatiza, migram para a midiática na grande mídia. Ou seja, a midiática do CEA na grande mídia se assemelha à midiática institucional ofertada pelo CEA.

Fôlder: Mulher, Meio Ambiente e Cidadania

No *fôlder Mulher, Meio Ambiente e Cidadania*, o CEA é identificado como “*Uma associação de trabalhadores de baixa renda, preferencialmente mulheres, comprometidos com a transformação comunitária, objetivando melhor qualidade de vida e do meio ambiente*”, assim como no vídeo que tem o mesmo nome do folder. Mas, diferente do vídeo, a frase se completa assim: “*num exemplo de como a união das pessoas e a comunhão de objetivos faz os órgãos públicos agirem, a sociedade despertar e a comunidade se sentir viva para enfrentar os problemas do mundo de hoje*”. No vídeo a frase se completava assim: “*A seleção e reaproveitamento do lixo viabilizam a sobrevivência e a concretização da ajuda mútua. Além de incentivar a luta pela defesa das liberdades individuais e coletivas, justiça social e direitos fundamentais*”. Portanto, permanecem as matrizes socioeconômica, de gênero, cidadã-comunitária e ambiental na autorrepresentação do CEA, mas o complemento no *fôlder* apela para a parceria como solução dos problemas da comunidade, ressaltando a matriz cidadã-comunitária. Enquanto no vídeo identifica-se a mesma matriz, mas fazendo referência ao sentido dos direitos humanos.

A matriz cidadã-comunitária pode ser observada ainda nos sentidos que o CEA enquadra para construir sua identidade para os públicos a que se destina este material impresso: “*concretização do ideal de ajuda mútua*”, “reintegração do ser humano nos conceitos de ‘direitos’ e ‘responsabilidades’, o resgate da autoestima das mulheres como prática de cidadania,

organização participativa e democrática de conscientização e conquista da cidadania”, no reconhecimento do projeto por órgãos públicos e entidade, nas iniciativas da área da educação com o fim de “despertar o espírito solidário e participativo”, “um exemplo para outras comunidades.

A cidadania é a matriz cultural predominante, seguida pela matriz do gênero: “preferencialmente mulheres”, “resgate da auto-estima das mulheres”, “permiutindo a estas mulheres terem uma clara consciência da realidade em que vivem”, “as mulheres conseguiram tornar a empresa rentável”.

A matriz ambiental é aquela que menos fica impressa: uma associação comprometida com “o meio ambiente”, o trabalho visa “o desenvolvimento

sustentável, combinando aspectos econômicos, ambientais e sociais”. A reciclagem de lixo está mais atrelada aos sentidos de sustento para pessoas de baixa renda e fortalecimento da cidadania que a preservação ambiental.

Tanto o vídeo quanto o *fôlder* foram elaborados em 2000, com apoio da GTZ, conservando a mesma linguagem: tabelas demonstrativas da importância socioeconômica do CEA: volume de lixo recebido, pessoas ocupadas, jornada de trabalho, renda. As tabelas fazem referência a marcas da matriz empresarial ao ressaltarem o aperfeiçoamento profissional, que “as mulheres conseguiram tornar a empresa rentável”, “a evolução empresarial do Centro”.

A matriz educativa está presente no sentido de processo de conscientização das mulheres da realidade que vivem e de como transformá-la, e nas iniciativas que vão desencadear a construção do Centro Cultural.

Nem este *fôlder* e tampouco o outro – que analisaremos a seguir – tem uma linguagem dirigida à comunidade da Vila Pinto. Este, como tem a versão em inglês, pensa como público a comunidade internacional, provavelmente organizada em torno do público alvo da GTZ.

Já no *fôlder* intitulado *Centro de Educação Ambiental*, o público constitui-se como os possíveis parceiros para a concretização do sonho atual do CEA: a construção da creche, o que se explicita nas primeiras frases do item Importância/Metas. O apelo às parcerias está na capa: “*Só será possível construir um projeto social de sucesso quando houver sinergia de todos: poder público, iniciativa privada e sociedade em geral*”.

A valorização da mulher, do meio ambiente e da cidadania que as obras sonhadas pelo CEA proporcionarão justifica o apoio do parceiro. O atendimento “*sócio-educativo-cultural*” não só dos filhos das separadoras do CEA, mas para crianças de toda a comunidade que o texto expõe como intenção do CEA, dá a conhecer a educação e a cidadania como matrizes culturais da organização, que se juntam às matrizes de gênero e ambiental. Conforme o público, se acena com marcas diferenciadas no discurso: às mulheres, cidadania; às crianças e adolescentes, educação; aos adultos em geral, melhorias econômicas.

Os objetivos do CEA no *fôlder* têm matrizes da cidadania (“*bem-estar social*”, “*zelando pelos seus direitos*”, “*acesso à participação nas atividades*”), socioeconômica (“*viabilizar a sobrevivência do grupo*”), educativa (“*capacitação de pessoal*”, “*promoção de atividades culturais*”), ambiental (“*preservação e conservação do meio ambiente*”).

Ao parceiro que for “*capturado*” na teia de sentidos ofertada pelo material midiático do CEA, a organização oferece como retorno social uma série de atividades que ela se compromete a realizar. Trata-se de uma oferta simbólica, pois o parceiro que investe no sonho do CEA sente-se fazendo o que

o CEA compromete-se a fazer por ele: formação social, cultural e educativa de crianças, adolescentes e adultos; desenvolvimento comunitário, satisfações subjetivas dos públicos do CEA; tirar pessoas do risco social; ofertar trabalho e renda ajudando no sustento das famílias envolvidas no CEA, resgate da cidadania e inclusão social.

Consideramos que estas iniciativas de mídia comunitária impressa foram pontuais e pouco representativas quantitativamente na trajetória histórico-midiática, já que ao longo de dez anos de existência apenas dois *fôlderes* foram produzidos. Qualitativamente, estes materiais reafirmam valores e marcas culturais que o CEA reforça nos seus momentos de visibilidade na grande mídia, principalmente as matrizes de gênero, cidadã-comunitária, socioeconômica, educativa e ambiental. Além destes materiais, o CEA mantinha na *web* o *site* www.ceambiental.org.br que, quando visitado, em 18 de outubro de 2002, tinha em suas páginas a missão da organização, seus princípios e valores a identificação de “*quem somos*”, a história, informações sobre o contexto social do Grande Mato Sampaio, os parceiros do CEA e um convite para parceiros dos “*sonhos*” do CEA, para que participassem com doações financeiras, materiais e /ou técnicas. O *site* também apresentava as atividades que o Centro Cultural congrega, as características da unidade de triagem, e notícias do CEA. Com exceção do *link* notícias, todos os outros mantêm coerência com as informações e os sentidos que o CEA usa para construir-se simbolicamente no espaço público, conforme já trabalhados ao longo da tese, portanto seria repetitivo revê-los.

A partir das análises sobre os materiais onde o CEA é autor da sua midiatização, observamos que o CEA utiliza-se de materiais midiáticos não para falar com a comunidade local, da Vila Pinto, mas para interagir com a comunidade regional e com os campos sociais, objetivando parcerias para seu projeto de cidadania.

“O nosso tempo é um tempo paradoxal [...] O paradoxo está em que, se, por um lado, parecem hoje, mais do que nunca, reunidas as condições técnicas para cumprir as promessas da modernidade ocidental, como a promessa da liberdade, da igualdade, da solidariedade e da paz, por outro lado, é cada vez mais evidente que tais promessas nunca estiveram tão longe de ser cumpridas como hoje” (SOUSA SANTOS, 2003, p. 11).

Quarta Parte – O padrão tecido

Conclusões

O padrão tecido trata de uma retomada das interpretações feitas ao longo do texto, reorganizando-as para que nos apontem a matriz cultural, a que o CEA dá visibilidade no espaço público, a partir das suas interações comunicacionais e midiáticas. Começamos por compreender a interação comunicacional com os produtores midiáticos. Parte do nosso estudo trata da interação entre agendas midiáticas e agendas de organizações não governamentais, uma linha de pesquisa que se inscreve na vertente dos estudos de agendamento e da teoria etnoconstrucionista. Quando estudamos os enquadramentos feitos pelo campo midiático, entendemos que estes têm a função de agendar os sentidos dos receptores, mas, antes deste agendamento, o próprio produtor midiático desempenha o papel de receptor em relação à agenda da fonte.

Na interação comunicacional em que o CEA ocupa a posição de fonte em relação aos produtores midiáticos, apesar dos teóricos entenderem que os enquadramentos dos acontecimentos dados pelas fontes e pelos produtores de notícia concorrerem entre si, observamos que parece haver uma tendência dos produtores midiáticos não visibilizarem os conflitos e fragilidades do CEA, por tratar-se de um *“modelo de cidadania”*. Ao observarmos a midiática do CEA, concordamos com Molotch e Lester quando afirmam que as fontes, estrategicamente, trabalham na lógica de promoção de certas ocorrências escondendo outras. Como observamos, a presidente do CEA afirma que conta *“as coisas positivas porque a ideia do CEA é ser um multiplicador de coisas positivas”*. No CEA, o repórter não terá *cases* de *“mulher triste, de criança ranhenta”*. Há um pensamento estratégico na interação com o campo midiático: *“pra que eu vou aproveitar a televisão pra mostrar essas coisas”*, afirma a líder. Ela entende que *“estar na mídia também é uma forma de conseguir as coisas [...]”*. Na luta simbólica que o CEA trava na interação com o campo jornalístico, observamos que o capital simbólico do CEA é encorpado porque só midiática acontecimentos que fortaleçam o projeto social e a identidade que quer construir no espaço público. Apenas uma das matérias que encontramos – dentre todas as impressas e televisivas – tratam de um fato relativo à violência, e, mesmo assim, abordada de uma forma que constrói o sentido que pessoas de fora do CEA estão querendo tumultuar o trabalho do CEA (nos termos da líder, seria o *“mal”* que não quer que o *“bem vença”* na Vila Pinto). Assim, a agenda

midiática – agendada previamente pela fonte – nos oferece o que pensar e como pensar o CEA: como uma organização social formada por mulheres que trabalham com a separação de resíduos sólidos, que é uma referência, porque além do lixo se preocupa com a cidadania das suas associadas, e é reconhecida internacionalmente, principalmente graças ao trabalho exemplar da sua líder, uma mulher destemida. Observamos que, quando o CEA “*perturba*” a agenda midiática, o faz acrescentando sempre novidades com projetos criados de última hora, que são dados como fatos concretos. Esta forma de interação do campo dos movimentos sociais com o campo midiático está relacionada com uma apropriação do CEA das lógicas do campo jornalístico, que tem a novidade como um valor notícia.

Perguntamo-nos, ao longo as páginas anteriores, se os jornalistas tendem a ser agendados conforme o tema, interesse e necessidade de orientação e concluímos que, no caso da interação com o CEA, isto acontece. Creditamos esta tendência ao fato de o CEA ter se constituído como uma referência dentre as organizações de separadores de resíduos, “*oficializando-se*” como fonte do campo dos movimentos sociais, o que vem ao encontro de uma rotina do campo jornalístico de buscar fontes que têm credibilidade e já estão, de alguma forma, legitimadas. O tema interessa aos produtores do campo jornalístico, na medida em que se constitui uma “*revolução*” na realidade problemática que é a sobrevivência a partir do lixo. É de interesse dos jornalistas contar a “*estória*” de um galpão de triagem que administra empresarialmente seu negócio e avança com a proposta da inclusão social via um “*shopping da cidadania*”, e tem uma liderança “*espetacular*”, que ainda por cima já é midiaticizada, o que facilita o trabalho de produção jornalística. O que nossa pesquisa observou é que não interessa ao campo jornalístico investigar as contradições que a fonte esconde, ir além da construção da realidade que o CEA oferta.

O CEA e o campo jornalístico interagem na base da confiança e da troca de interesses convergentes. Esta convergência de interesses se expressa nas construções simbólicas dos produtores das notícias sobre o CEA. A confiança é articulada por valores, que, neste caso, referem-se principalmente aos valores de cidadania que o CEA incorpora, e às características subjetivas da líder do CEA. Estas matrizes – cidadã-comunitária e subjetivas – são determinantes para a colaboração dos produtores midiáticos com o CEA. Outras matrizes atravessam a midiaticização do CEA pelo campo jornalístico, como vimos, mas não com a intensidade destas duas. Como fonte, o CEA se constitui um contra-definidor, já que oferta uma definição alternativa para os acontecimentos pela sua própria forma de se constituir um galpão de triagem ofertando uma alternativa contra a exclusão não apenas socioeconômica, mas também às exclusões de gênero, aos direitos humanos, da política do cotidiano, da educação etc. Diferente de muitos contra definidores, o CEA tem acesso ao “*portão da visibilidade*” que se

constitui o campo midiático, onde consegue ofertar sua autorrepresentação. O enquadramento que o CEA, enquanto fonte, faz de si não se choca com os enquadramentos do campo jornalístico, conforme observamos nos discursos tanto do CEA quanto dos produtores midiáticos. Prova disso é a satisfação que a líder tem com os sentidos midiáticos sobre a organização. O CEA tende a ser fonte de rotina por se contrapor à cultura da pobreza, e ao conceito de popular dado pelo senso comum. A pobreza no CEA supera as expectativas relativas aos estereótipos da comunidade jornalística, quando a organização social assume uma postura ativa em relação aos problemas decorrentes das exclusões sociais.

Além disso, observamos que os “acontecimentos” que o CEA oferta se encaixam na necessidade de exercício de cidadania não só dos repórteres como do próprio campo jornalístico. Os produtores midiáticos têm sua própria cidadania mediada pelo CEA quando dão visibilidade ao seu projeto social, sentindo-se seus “colaboradores”. As organizações midiáticas, ao espetacularizarem o CEA midiaticizam o sentido de cidadania que a organização representa, cumprindo uma função de empresa cidadã que é mediada pela cidadania do CEA. A espetacularização da cidadania é uma tendência que observamos nas práticas midiáticas, e que se instaura entre o que podemos considerar os novos valores que o jornalismo incorpora nas suas lógicas. Nunca se midiaticizou tanto os sentidos de cidadania e solidariedade como neste momento histórico. Esta tendência se relaciona com as marcas das macromatrizes da globalização, da cidadania planetária e da exclusão social, que marcam o contexto sociocultural em que o campo midiático interage.

Mesmo o CEA não se oferecendo como fonte para o campo jornalístico enviando *releases*, por exemplo, quando surgem as “oportunidades” faz uso delas utilizando-se da retórica, da persuasão, da sedução, do autoelogio, com o que procura agradar e convencer o outro para aderir às suas construções de sentido. Trata-se de uma abordagem que tem como resultado a continuidade da interação com o campo jornalístico. A apropriação do CEA como fonte pelo campo jornalístico acontece porque se enquadra nos seus critérios e valores-notícia. Como observamos nas gramáticas discursivas dos produtores de notícias entrevistados, o CEA e/ou sua líder são considerados, por diferentes produtores das notícias, uma fonte que atende aos seguintes critérios: à expectativa da audiência, à expectativa da comunidade interpretativa e à expectativa da organização jornalística. O CEA tem prestígio na comunidade de jornalistas das diferentes mídias, é considerada uma organização social com trabalho relevante, faz um trabalho “extraordinário”, oferta os valores de “novidade” e “anormalidade” em relação a outros galpões de triagem. Além disso, atende à necessidade do campo jornalístico no que se refere à busca de equilíbrio para os produtos que oferta no espaço público. A produtividade e

disponibilidade da fonte também faz com que ela se rotinize. O CEA é fonte pela relação que se constrói com os valores pessoais da repórter, e pela personalidade da líder e a sua representação de poder. Como fonte, o CEA e sua líder desfrutam de grande credibilidade, por isso são buscados com frequência pelo campo jornalístico, o que ajuda a reforçar a credibilidade do CEA continuamente.

As mediações recorrentes do CEA elevam seu capital simbólico e o legitimam como fonte, fazendo-o ser procurado rotineiramente – dada a necessidade dos jornalistas terem fontes estáveis e confiáveis – porque além de se enquadrar nos valores-notícia do campo jornalístico, também tem conhecimento das suas lógicas produtivas (*time* das falas, aspectos mais interessantes a serem abordados etc.). Os jornalistas tendem a escrever para o CEA e não só para seu público receptor, o que se explicita no modo de operar dos jornalistas, que se observa tanto nas peças midiáticas, quanto nos discursos dos jornalistas entrevistados para a pesquisa. O campo jornalístico não dá conta das contradições do campo dos movimentos sociais, indo ao encontro das lógicas usadas pelo CEA para interagir com o campo midiático, que apaga as contradições e conflitos internos, baseia-se no personalismo da líder do CEA, e visa à construção de uma política de comunicação que media seu modelo de cidadania como referência.

O campo jornalístico é capturado por estas estratégias de interação do CEA, e acaba legitimando a construção de um popular idealizado pelo CEA. É na crença na palavra do outro que o ideológico se realiza. É por meio das suas falas que os grupos como o CEA defendem seus interesses, atuam e legitimam suas representações simbólicas da realidade. Ao mediar o CEA, o campo jornalístico legitima o CEA construindo um sentido de popular onde impera a união, a confiança mútua, a harmonia, ofertando para o receptor dos produtos midiáticos um popular isento do “conglomerado heterogêneo” e do “valor ambíguo” de que é feito. O campo jornalístico é agendado pelo CEA devido às próprias construções simbólicas que faz do CEA, que ficam na corda bamba entre o popular ilustrado e o popular romântico. Conforme vimos quando abordamos o pensamento de Martín-Barbero (1997), o popular ilustrado se expressa na expectativa generalizada dos produtores midiáticos, de que estes grupos sociais caracterizam-se pelo que lhe falta: in-culto, ignorância, desordem, supersticioso, falta de acesso aos recursos materiais. Quando se deparam com o CEA e a performance da sua líder, sobrevivem uma visão romantizada de popular: caracterizada pela criatividade, produção, sem conflitos, puro, sem contaminações culturais ou ambiguidades. Uma e outra visão estão fechadas às contradições e complexidades das culturas populares, constituindo-se duas formas contrárias de homogeneizá-las. As visões ilustrada e romântica do popular não dão conta das pluralidades de matrizes culturais de que são

feitas as culturas populares. Segundo Garcia Canclini (1998), não existe uma cultura popular “*íntegra, autêntica e autônoma*”, mas sim como resultado de relações de poder, lutas simbólicas e sociais, negociações, estratégias e táticas de resistência, mestiçagens de formas de fazer. A cultura popular é uma cultura de matriz híbrida. Parte desta aproximação do campo jornalístico das culturas populares, onde misturam estas visões sem superá-las, pode estar sendo determinada pelas rotinas produtivas do campo (pouco tempo para produzir muitas pautas, por exemplo), pelos valores-notícia, pelos constrangimentos organizacionais etc. Mas há aí também relações com a subjetividade e com a cultura desta comunidade interpretativa.

No seu interesse por visibilidade no espaço público midiático, o CEA tem ajudado a hegemonizar um posicionamento de popular que esconde as contradições e conflitos ao mostrar apenas o “*lado bom*” do CEA e da Vila Pinto, como uma fonte interessada. Estabelece-se, assim, um pacto de leitura sobre a cultura popular, entre o CEA e os jornalistas. Um contrato de leitura onde se encontram as gramáticas discursivas do CEA, enquanto produtor do discurso, e dos jornalistas, enquanto reconhecedores das gramáticas do outro, a fonte. As regras deste contrato são estampadas quando os jornalistas assumem o papel de produtores do discurso, ao construírem a “*estória*” do CEA na mídia. Quando a líder do CEA e os profissionais do campo jornalístico compactuam com o sentido de popular não significa que o CEA não perceba suas próprias contradições, mas sim que faz uso desta leitura rápida do campo jornalístico a seu favor, porque ela abre o “*portão da visibilidade*”.

Uma retomada dos fragmentos discursivos onde os produtores midiáticos referem-se à líder do CEA, sustenta esta visão de popular que está sendo construída na interação do CEA com o campo jornalístico, conforme argumentamos. A líder do CEA é construída como mulher, negra, pobre, da vila (visão ilustrada), mas também como mulher determinada, pessoa que influencia a comunidade, líder de um centro de reciclagem modelo e de uma comunidade muito pobre, que foi organizada pela força de uma pessoa só, um personagem interessante, carismática, que centraliza as ações, pessoa combativa, que não ouve não, rechaça bandidos, exige atitudes firmes dos policiais, recicla pessoas, que jamais correu do perigo, tem experiência no contato com a mídia, sabe qual vai ser o rumo das matérias, tem uma história pessoal interessante, quer promover a mulher, oferecer a elas uma fonte de renda, uma mulher de fibra, a mulher que mudou a Vila Pinto, a líder que busca o máximo para sua comunidade, que comanda “*90 pessoas*”, desenvolve um trabalho fraterno, tem uma experiência exemplar, uma autêntica líder comunitária, sem “*frescuras*”, enfrenta com coragem a dura realidade de tráfico e violência da Vila, é bem informada, sabe o que está fazendo, saiu do nada e buscou conhecimento, sempre disponível, tem um discurso universal,

fonte de inspiração de vida, “*ela marca pra mídia*”, tem força, expressão, se vende bem, tem conteúdo, faz um trabalho envolvente, tem fala preparada, é midiaticizada, sabe o que quer da mídia, sabe o papel da mídia para o trabalho dela, sabe o que vai falar, sempre aberta, mobiliza muita gente, é articulada, uma lição de vida, não tem a postura do ator fraco, ela encanta, ela conta com a simpatia da gente, ela fala “*tanta coisa boa*”, a mentora de tudo, pessoa de origem humilde, incansável, que acredita no potencial da Vila Pinto, uma líder “às vezes dura”, mas respeitada, administra muito bem a vida da comunidade inteira, premiadíssima líder comunitária, que faz um trabalho de valorização e afirmação da mulher, que consegue transformar o ambiente, uma pessoa “*superenvolvida*”, “*supermãe*”, preparada, uma heroína, que mudou a vida de todo mundo, faz um trabalho “*bacana*”, admirável, fez uma revolução.

É tendo construído simbolicamente o popular por meio da líder do CEA desta forma romantizada, que a líder contradiz a expectativa ilustrada que o campo jornalístico tem de uma mulher negra, pobre, que vive na Vila, e espera-se seja um “*ator fraco*”. O popular passa a ser construído com uma visão romantizada ao contradizer a visão dominante de que pobre não tem iniciativa. É o discurso ilustrado transformado em romântico agendando o campo jornalístico.

Entendemos que o popular não se constitui em si como uma matriz, mas os sentidos de popular se disseminam pelas diversas matrizes culturais que o CEA movimenta, como a subjetiva e de gênero, para citar duas. Todas as matrizes culturais trabalhadas são observadas como constituintes da cultura do grupo popular formado pelo CEA. Portanto são matrizes da cultura popular.

Por estes pactos de leitura que se estabelecem entre o campo dos movimentos sociais e o campo jornalístico que se mostra insuficiente buscar nas interações sociais relações entre dominantes e dominados nas interações sociais. Nestas interações que estudamos, se explicitam inversões e mestiçagens entre um e outro jeito de agir e posicionar-se nas trocas simbólicas. Comunicação é trama de mestiçagens. Uma trama que, segundo Martín-Barbero (1997), remete à própria constituição da história sociocultural latino-americana, à necessidade de reconhecimento das culturas populares sem visões puristas e/ou pejorativas.

Os jeitos de ser, agir, ouvir, fazer, ler etc. constituem-se estratégias que permeiam as lógicas dos movimentos sociais explicitadas nos seus discursos. Ao longo destas páginas tratamos de compreender a “*disciplina ritual*” que o CEA faz uso nos seus discursos comunicacionais e midiaticizados. O CEA confirma a crescente capacidade dos movimentos sociais de conseguirem espaço nas agendas midiáticas apropriando-se da lógica de construção noticiosa, conforme observado por Pinto (2000). Ou, como denominou Chaparro (2000),

percebemos que o CEA participa da “*revolução das fontes*”, caracterizada pelo protagonismo que assumem alguns atores dos movimentos sociais que se profissionalizam como fontes, o que dinamiza a democracia e dá novos sentidos à cidadania. O conhecimento do código é condição para a interação simbólica, segundo Bourdieu (1974; 1989). A líder do CEA, mais que outros associados da organização e mais que líderes de outros galpões de triagem, e talvez mais que outros movimentos socioambientais gaúchos, conhece os códigos do campo jornalístico e já os tem naturalizados no seu discurso. A apropriação que a líder do CEA faz do campo midiático está relacionado com a sua experiência de vida e com a rotinização de acesso às mídias, que lhe dão uma competência midiática não formal. A apropriação midiática constitui-se uma prática ideológica, um exercício de poder: ao saber usá-los os usa em benefício do seu próprio capital simbólico. Se como Bourdieu afirma, o poder do produtor simbólico se relaciona com a posição que ocupa no sistema de produção e circulação de bens simbólicos, a posição do CEA no campo jornalístico é de uma fonte privilegiada, indiscutível e até venerada. Esta posição está mediando as relações de produção e difusão do material simbólico: a *mediatização*.

Também podemos afirmar que o poder político e social do CEA, e da sua líder, reside principalmente na crença no seu discurso que – como vimos nas análises da *mediatização* feita na grande imprensa – é marcado com mais ênfase pelas matrizes cidadã-comunitária, subjetiva, de gênero, e comunicacional-midiática. E, secundariamente, pelas matrizes socioeconômica, educativa, ambiental, empresarial, e religiosa.

Se compararmos estes resultados, que se referem a uma análise qualitativa aprofundada a partir da *sociosemiótica* do discurso, feita na Terceira Parte, com os resultados da análise de conteúdo dos materiais *mediatizados* impressos feita no início da pesquisa (que é uma análise mais ampla quantitativamente, mas mais superficial qualitativamente – os resultados estão explicitados na Segunda Parte), observamos que o enquadramento predominante (dado por fonte e jornalistas) era relações de cidadania (19,33%, ao que acrescentaríamos os aspectos que viemos a agrupar posteriormente nesta matriz: legal 2,42%, violência 3,63%, político 6,67%, o que totaliza 32,05%) e as questões socioeconômicas (26,04%), como matrizes secundárias apareciam no resultado das análises as matrizes educativa (12,72%), de gênero (9,69%), subjetiva/empreendedorismo da líder (9,09%). A matriz ambiental é pouco enfatizada (5,44%), assim como a empresarial (4,24%). A matriz religiosa não aparecia na análise de conteúdo, mas aparece em algumas *mediatizações* do CEA, principalmente na Televisão Educativa. Quando analisamos com maior profundidade os discursos nos textos *mediatizados* na grande mídia tendo o CEA como fonte, ampliando para a mídia televisiva como foi feito na Terceira Parte, observamos que há encontro nos resultados relativos à ênfase nas

matrizes cidadã-comunitária e socioeconômica, de gênero e subjetiva apesar de haver variações na importância de cada uma. Ou seja, as matrizes de gênero e subjetiva, que na análise aprofundada surgem como predominantes, na análise de conteúdo apareciam como secundárias. A matriz socioeconômica, que na análise de conteúdo é predominante, na análise aprofundada é secundária. A matriz educativa é secundária nos dois casos. E as matrizes ambiental e empresarial, que aparecem como secundárias na análise aprofundada, na análise de conteúdo têm importância ainda menor.

Ao analisarmos a construção de sentidos que o CEA faz de si a partir dos materiais midiáticos que a própria organização social produz, observamos que as matrizes culturais mais enfatizadas são a cidadã-comunitária, socioeconômica, de gênero, ambiental e educativa. Se compararmos com os resultados das análises de discurso das midiatisações na grande mídia que enfatizava as matrizes cidadã-comunitária, subjetiva, e de gênero, deixando em segundo plano as matrizes socioeconômica, educativa, ambiental e empresarial (conforme Terceira Parte), observamos que o CEA enquanto fonte, agenda com mais sucesso o campo midiático com as matrizes cidadã-comunitária e de gênero. As ênfases que o CEA dá, no seu discurso, às matrizes socioeconômica, ambiental e educativa ficam em segundo plano para o campo midiático, mesmo sendo abordadas na maioria das peças analisadas. E o campo midiático agenda para o público, ainda, as matrizes subjetivas e empresariais do CEA, que se referem a uma leitura da organização social a partir da líder, o que está relacionado com os valores-notícia do campo jornalístico.

Atendendo ao objetivo geral que propomos para este estudo, que é compreendermos que características constituem o modelo cultural ofertado pelo CEA no espaço público – a partir das suas interações comunicacionais e midiatisadas – compreendemos que nesta tecelagem do padrão do CEA predomina a matriz cidadã-comunitária. Esta matriz é predominante em todas as interações do CEA que foram analisadas neste estudo: comunicacionais e midiatisadas. Em segundo lugar, aparecem as matrizes de gênero, socioeconômica e subjetiva, que, das oito interações analisadas aparecem em seis delas como predominante. As matrizes educativa, empresarial, comunicacional-midiática e religiosa são enfatizadas em cinco das interações analisadas. A matriz ambiental marca quatro das oito interações.

Numa leitura a partir das interações sociais, conforme as pré-conclusões dos capítulos, observamos que as relações internas do CEA são mediadas por uma mescla de todas as matrizes. Enquanto as falas da líder são marcadas pelas matrizes socioeconômica, cidadã-comunitária, comunicacional-midiática e subjetiva. Na interação com a comunidade, o CEA movimenta com mais intensidade as matrizes educativa, cidadã-comunitária, socioeconômica e subjetiva, e, com menor intensidade as matrizes empresarial, religiosa e

de gênero. Enquanto na interação com a comunidade regional as matrizes empresarial, comunicacional-midiática, cidadã-comunitária, ambiental e socioeconômica predominam. Já na interação do CEA com o campo dos movimentos sociais, as matrizes religiosa, cidadã-comunitária, e de gênero surgem com mais força, e com menor intensidade as matrizes comunicacional-midiática e subjetiva. Também observamos, bastante frágil, o aparecimento das matrizes empresarial e ambiental. E, na interação com o campo institucional-governamental, as matrizes cidadã-comunitária e subjetiva predominam, sobre as matrizes empresarial, educativa, religiosa e de gênero, que aparecem mas com menor intensidade.

Quando fazemos uma leitura a partir das matrizes, podemos observar os mesmos resultados por outro ângulo. A matriz de gênero é predominante nas interações internas, com a comunidade da Vila Pinto, com o campo dos movimentos sociais, com o campo institucional governamental e com o campo midiático tanto nas midiatisações feitas pelo próprio CEA quanto naquelas feitas pela grande mídia. A matriz socioeconômica medeia as interações internas, nos discursos da líder, as interações com as comunidades da Vila Pinto e regional, e com o campo midiático tanto nas midiatisações feitas pelo próprio CEA quanto naquelas feitas pela grande mídia. A matriz empresarial medeia as relações internas do CEA, as relações com as comunidades da Vila Pinto e regional, com o campo institucional governamental e com a grande mídia. A matriz comunicacional-midiática medeia as relações internas, marca o perfil da líder, e aparece nas interações com a comunidade regional, com o campo dos movimentos sociais e com o campo midiático. A matriz religiosa está presente nas interações internas, com a comunidade da Vila Pinto, com o campo dos movimentos sociais, com o campo institucional governamental e com a grande mídia. A matriz ambiental se explicita nas interações internas, com a comunidade da Vila Pinto, e com o campo midiático tanto nas midiatisações feitas pelo próprio CEA quanto naquelas feitas pela grande mídia. A matriz educativa aparece nas interações internas, com a comunidade da Vila Pinto, com o campo institucional governamental e com o campo midiático nas midiatisações próprias e naquelas feitas pela grande mídia. Enquanto a matriz subjetiva predomina nas interações internas, nos discursos da líder, na interação com a comunidade da Vila Pinto, nas interações com os campos dos movimentos sociais e institucional governamental, e com o campo midiático na grande mídia.

A especificidade que o CEA dá a cada uma das matrizes resulta nos jogos de interação entre os campos. Começamos pela matriz cidadã-comunitária. A matriz cidadã-comunitária do CEA revela-se na defesa dos direitos das mulheres; no trabalho associativo; nas parcerias com os movimentos sociais, com o poder público, com universidades e com voluntários da comunidade; no

reconhecimento social como projeto modelo no resgate da cidadania de uma comunidade de excluídos; na preocupação em melhorar a comunicação com a comunidade; na responsabilidade que a líder se coloca de criar oportunidade de trabalho na comunidade e constituir uma alternativa para o mercado das drogas e para a falta de fonte de renda; nas negociações que o CEA faz com diversos sujeitos sociais de vários campos sociais, buscando realizar um projeto social diferenciado; na opção da líder pelo trabalho na Vila abrindo mão das ofertas de cargos políticos; na manutenção de uma autonomia relativa em relação ao campo institucional governamental; na socialização do conhecimento adquirido no curso de Promotora Legal Popular, o que acaba desencadeando a união das mulheres para criar o CEA.

A capacidade do CEA de articular-se politicamente com sujeitos de diversos campos sociais, interesses e espaços geográficos, desencadeando a formação de redes de cidadania planetária a partir de uma associação que trabalha com resíduos sólidos para gerar renda, e tem como fim o resgate da dignidade via trabalho solidário, revela a forma como o CEA faz o cruzamento das matrizes cidadã-comunitária, com as macromatrizes da cidadania planetária, da exclusão social, e de alternativas de desenvolvimento contra-hegemônico em relação às lógicas da globalização. Neste cruzamento de micro e macromatrizes, a mídia converge como parceira, já que se constitui um instrumento de visibilidade, portanto relativo à macromatriz da tecnointeração. Esta interação com o campo midiático, sendo marcada pelas matrizes do gênero, e da subjetividade, e, em menor escala, pelas matrizes ambientais e educativas, faz alusão à tendência global de subjetivação dos movimentos sociais, o que, como já vimos, refere-se à inclusão entre as bandeiras de luta de temas relativos à política da vida. Neste padrão complexo que resulta dos jeitos do CEA tecer matrizes culturais com macromatrizes, a matriz empresarial parece ser aquela que desencadeia os conflitos mais graves, as contradições mais flagrantes.

No entanto, o “*jeito empresarial*” do CEA não deixa de ser uma marca que contribui com as formas possíveis de organização dos movimentos contra-hegemônicos dada a sua necessidade de criar estratégias para não perder espaço para as iniciativas privadas no “*negócio do lixo*”. O desafio é construir cidadania de fato caminhando nesta linha tênue que separa formas de desenvolvimento capitalistas e alternativas, racionalidades ambientais e econômicas, sem que a cidadania passe a ser mais a espetacularização orquestrada por uma liderança do que ação sociopolítica construída coletivamente. O CEA parece cambalear neste meio-fio. Não há dúvida que o CEA constitui-se efetivamente uma alternativa de trabalho, um espaço educativo e de construção da cidadania na comunidade da Vila Pinto, mesmo quando não atinge seus objetivos da forma como faz parecer nos momentos de visibilidade pública. O CEA muda as relações sociais na comunidade, faz com que os moradores da Vila Pinto deixem de

sentir vergonha e passem a sentir orgulho de viver ali. No entanto, como uma das coordenadoras afirma, falta conquistar a comunidade, comunicar melhor o projeto para o seu entorno social, e trazer voluntários da comunidade da Vila Pinto para atuar no Centro Cultural. Fazer parcerias com organizações que atuem na formação de voluntários da comunidade para oficinas de educação permanentes dentro do Centro Cultural, onde os monitores sejam remunerados como associados. Fazer mutirões de formação da comunidade, e não apenas para construção de banheiros. Enfim, esquecer um pouco da infraestrutura para investir na construção de sujeitos sociais autônomos. É preciso mudar o foco. A matriz cidadã-comunitária está relacionada com as macromatrizes da tecnointeração, da cidadania planetária, das alternativas de desenvolvimento contra-hegemônico e da exclusão social.

A matriz empresarial revela-se nas formas do CEA se organizar com um planejamento estratégico; na disputa de mercado via parceria com empresas que lhe ofertam os resíduos sólidos; na busca de maiores lucros via criação de postos de compra de materiais dos catadores; no organograma que explicita hierarquias de poder e salariais; no estilo de empresa familiar; na falta de preocupação com a formação de lideranças críticas entre todas as associadas; na percepção dos outros galpões como concorrentes. A matriz empresarial se fortalece com as características pessoais da líder do CEA e pelas parcerias que surgem da comunidade regional. Com o Conselho Consultivo o CEA é pedagogicamente orientado para agir estrategicamente no mercado de resíduos sólidos, mas algumas nuances desta matriz se manifestam no jeito de ser da presidente do CEA. A matriz empresarial está relacionada com a macromatriz da globalização e com a organização da sociedade em campos sociais.

A matriz socioeconômica do CEA se revela na busca de autonomia via trabalho e renda, na inconformidade com as diferenças de remuneração que caracterizam as relações internas do CEA; na origem de exclusão social das associadas; quando o CEA se transforma no “*primeiro emprego*” para a comunidade, quando aumenta o poder de consumo dos moradores que agora têm uma fonte de renda e movimentam o comércio local. Esta matriz está relacionada com as estratégias dos grupos sociais para lutarem contra a exclusão social com formas de trabalho alternativas, tendo como matéria-prima os resíduos da sociedade de consumo, marcada pela desigualdade de acessos. A matriz socioeconômica está relacionada com as macromatrizes da globalização, das alternativas de desenvolvimento contra-hegemônico e da exclusão social.

A matriz comunicacional-midiática revela-se na identidade do CEA, na percepção de que o campo midiático é um aliado para ampliar o leque de “*oportunidades*” para a organização; na apropriação que a líder faz das falas dos

interlocutores para buscar sua adesão às ideias que propõem; na preocupação do CEA em construir instrumentos midiáticos próprios (vídeo, *fôlder*, *site*) e em adquirir competência para lidar com a mídia (sendo simplesmente atento durante a interação ou, então, aceitando a assessoria dos alunos da Ulbra). Esta competência se reflete na importância que a organização dá à midiática. A matriz comunicacional-midiática do CEA se revela também na abertura para a assessoria em comunicação via convênio com o curso de Comunicação da Ulbra; e no aproveitamento que faz dos espaços de visibilidade abertos pelo campo midiático, que são capitalizados simbolicamente pelo CEA, e usados depois para sair com a “*pastinha*” de releases em busca de apoios para seus projetos. A mesma matriz revela-se de forma contundente na personalidade “*performática*” da líder, sua fluência verbal, preocupação em estar continuamente informada, no seu poder de argumentação, na sua competência oral-popular de contar histórias e “*fazer uma estória*”; na sua capacidade de ser uma ouvinte atenta e de fazer colagens de discursos que escuta nas diversas interações em que participa; na gestualidade e jogo de cena da líder; e na capacidade da líder de incorporar as lógicas produtivas do campo midiático. Esta matriz pode ser melhor trabalhada a partir de planejamento que inclua a comunicação dirigida aos vários públicos da organização, enfatizando estrategicamente as matrizes educativa, cidadã-comunitária e ambiental, e menos as matrizes subjetivas e empresariais. Desta forma, o CEA oxigena seu discurso, renovando o modelo cultural que está ofertando no espaço público. A matriz comunicacional-midiática está relacionada com as macromatrizes da organização da sociedade em campos sociais, da tecnointeração, da cidadania-planetária, das alternativas de desenvolvimento contra-hegemônico e da exclusão social.

A matriz religiosa revela-se na continuidade que o CEA dá a dois movimentos sociais de trajetória histórica: o dos separadores de resíduos e das Comunidades Eclesiais de Base. O CEA constitui-se a “*realização da utopia*” de um dos fundadores das CEBs, que considera a organização a primeira Comunidade Ecológica de Base. Até mesmo quando se contrapõem os modelos de coletivo do campo religioso e da líder do CEA, esta disputa por sentidos contribui para definir uma matriz religiosa na identidade do CEA. A mesma matriz revela-se na inclusão das místicas nas reuniões; nos fragmentos discursivos da líder do CEA que reflete falas do campo religioso: a iluminada, escolhida para dar a oportunidade do caminho do bem para a comunidade da Vila Pinto. A enviada. A matriz religiosa e a matriz subjetiva cruzam-se muitas vezes criando uma matriz híbrida, quando sujeitos do campo religioso afirmam o valor da autoestima, da autonomia, da participação na construção do coletivo, ajudando a construir a identidade coletiva do CEA. E, ainda, a percepção da mídia como aliada é uma prática que caracterizou a ação do Irmão marista quando fundou os primeiros galpões de triagem, e que é apropriada pelo CEA de forma competente. Neste

caso, trata-se de um cruzamento da matriz comunicacional-midiática com a matriz religiosa. A matriz religiosa está relacionada com as macromatrizes da tecnointeração, subjetivação dos movimentos sociais, da cidadania-planetária e das alternativas de desenvolvimento contra-hegemônico.

A matriz ambiental na identidade que o CEA constrói revela-se na relação que o CEA faz da triagem de resíduos com um trabalho de cunho ambiental. A matriz ambiental foi “colada” como diz a líder do CEA, mas ainda não é de fato incorporada pelo CEA. Esta matriz é deixada de lado pelo campo jornalístico e pelo próprio CEA, que só a recupera de vez em quando, geralmente para fechar o raciocínio e apelar para seu papel na construção de uma cidadania global. E é aí que lançaria a hipótese de que o CEA poderia dar continuidade à sua contribuição “inovadora” para o campo dos movimentos sociais, oxigenando as marcas identitárias que mediatiza, e mediatizando um projeto de cidadania que incorpore o ambiental, conforme o conceito de ambiental proposto por Leff. O Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto tem sua identidade mais associada a um centro de trabalho e renda mínima do que a um centro de educação ambiental. O CEA está no meio do caminho entre a racionalidade econômica e a racionalidade ambiental. A dificuldade em constituir-se um centro de educação se dá pela dependência de voluntariado, que se mostra transitório. E a dificuldade ambiental se dá devido à falta de distribuição de poder, de equidade social nas relações internas do CEA. Como observamos, a líder salienta seu entendimento de coletivo a partir do respeito às hierarquias. Talvez por isso os recursos comunicacionais não são utilizados democraticamente no CEA, o que se sustenta nas afirmações de várias associadas sobre o fato de não se sentirem à vontade para explicar suas ideias. Trata-se de um desafio que se impõe ao CEA na sua relação com o sistema social, conforme apontado por Leff. O autor refere-se à

capacidade dos movimentos ambientais de conduzir estas demandas sociais dentro de uma racionalidade alternativa, de seu potencial mobilizador para construir novas formas de convivência, relações políticas e organizações produtivas, frente à racionalidade econômica dominante, aos seus interesses e inércias institucionais, que buscam dissolver o ambiente nas estratégias da globalização econômica (LEFF, 1991, p. 96-132).

A racionalidade econômica dominante deixa fortes marcas no CEA, dificultando a emergência da racionalidade ambiental: questionadora da ordem econômica dominante, articulando produtividade ecológica, com a inovação tecnológica, a autogestão produtiva e a participação popular. A matriz ambiental está relacionada com as macromatrizes da subjetivação dos movimentos sociais, da cidadania-planetária, e das alternativas de desenvolvimento contra-hegemônico.

A matriz do gênero revela-se na proposta de mudança do papel social das mulheres da Vila em casa e na comunidade; no autorrespeito que vão adquirindo; no crescimento pessoal que o CEA oportuniza a essas mulheres; na diminuição das mulheres como vítimas da violência; na ambição que passa a fazer parte dos seus vocabulários. Antes disso, o projeto do CEA tem origem na interação de um grupo de mulheres ligadas à Themis que viajam para um encontro de feministas e assistem ao filme *Ilha das Flores*. E, como vimos, o CEA incorpora na sua identidade coletiva marcas dos diversos momentos históricos da luta feminista. A matriz do gênero se presentifica na identidade que o CEA constrói como uma caminhada feita dos pequenos embates cotidianos nas relações de gênero no âmbito da família, do trabalho, da comunidade. Exemplo disso observamos quando muitas mulheres associadas do CEA dão a entender que não se envolvem mais na organização como liderança devido à falta de apoio dos companheiros. A matriz do gênero está relacionada com as macromatrizes da subjetivação dos movimentos sociais, da cidadania-planetária e das alternativas de desenvolvimento contra-hegemônico.

A matriz educativa do CEA revela-se na sua trajetória histórica a partir da criação do Centro Cultural que oferta “oportunidades” de formação da comunidade a partir de oficinas, que tem como objetivo o desenvolvimento humano; na preocupação com a faixa etária dos 7 aos 18 anos por ser a mais suscetível de “perder-se nas esquinas”. No entanto, a dependência de voluntários para a efetivação dos projetos do Centro Cultural do CEA faz com que, quando contabilizamos o que se efetiva, tenhamos um resultado pouco positivo. O CEA, nas suas inúmeras manifestações – mediatizadas e nas interações comunicacionais – constitui-se como um projeto que oferta cursos de computação no Telecentro, curso de reciclagem de papel, creche, projetos agrícolas de compostagem e produção de ervas medicinais, energia alternativa, educação ambiental, artes plásticas, música, grupo teatral, esportes, assistência à saúde, corte e costura, assistência psicológica, alfabetização, rádio comunitária, biblioteca e sala de cinema. Durante a pesquisa de campo, observamos que de todos estes projetos apenas o Telecentro, as oficinas de música do Ouviravida, o curso de corte e costura e a assistência à saúde funcionam. Os cursos de reciclagem de papel, grupo teatral, e esportes, assistência psicológica, artes plásticas, compostagem e alfabetização já aconteceram, mas não foram citados como ainda “em funcionamento”. Os projetos de energia alternativa, creche, rádio comunitária e sala de cinema ainda não aconteceram. A biblioteca era um amontoado de livros a serem organizados. A educação ambiental dá mostras de sua incipiência nas interações internas, quando no lixo do banheiro da coordenação encontramos resíduos sólidos misturados aos papéis, ou quando conhecemos o riacho que fica ao lado do “restaurante” com lixo ao longo do seu curso. No entanto, os projetos mesmo quando ainda não existentes ou já

inexistentes não deixam de ser citados nas midiatisações. Observamos que a matriz educativa sobrevive, principalmente, com a continuidade do Ouviravida dentro do CEA. Mas é um projeto em risco devido à falta de construção de uma relação de confiança entre Ospa e CEA, e aos conflitos comunicacionais com as coordenadorias do Ouviravida dentro do CEA. A matriz educativa está relacionada com as macromatrizes da subjetivação dos movimentos sociais, da cidadania-planetária, das alternativas de desenvolvimento contra-hegemônico e da exclusão social.

A matriz subjetiva revela-se na identidade do CEA na preocupação com a auto-estima das associadas, dignidade, crescimento pessoal e profissional; nos medos e ressentimentos presentes nas relações internas; na falta de participação durante as reuniões; na abordagem de questões afetivas e familiares nas reuniões; nas relações de solidariedade e amizade que se fazem entre as associadas; no reconhecimento que o trabalho no CEA tem da sociedade que se reflete em orgulho coletivo; na tranquilidade relativa que o CEA gerou no bairro; no apoio familiar que encontram na associação. O sentir-se representado em seus anseios pelo fazer da líder também é uma marca da matriz subjetiva que o CEA construiu, e, da mesma forma, a centralização da liderança se dá por uma marca que se constitui a partir da subjetividade da líder. Esta marca é determinada pela importância que as relações afetivas da infância assumem na construção da personalidade da presidente. Sua subjetividade afeta o desenvolvimento ou não do protagonismo das outras mulheres do CEA; sua apropriação do projeto social do CEA como um projeto pessoal, ou o inverso, na transformação de um projeto pessoal em um projeto social. A subjetividade da líder da associação afeta profundamente os rumos que o CEA toma na sua trajetória; e as características comunicativas da líder que são determinantes para a visibilidade do CEA. A matriz da subjetividade se revela na identidade do CEA, ainda, quando o trabalho coletivo repercute em mudanças nas identidades pessoais: há recuperação de vidas no ambiente do CEA; que passa a ser identificado como um lugar que oferta a possibilidade de um futuro diferente para filhos e netos. Assim, a subjetividade movimenta-se no pessoal e no coletivo. As características subjetivas da identidade dos atores da organização social – principalmente dos líderes – são determinantes nas interações comunicacionais e midiatisadas do CEA, e, portanto, na formação da identidade coletiva da organização social, conforme observamos nas relações comunicacionais internas, com as comunidades, com os campos dos movimentos sociais, institucional governamental e midiático, e nas análises das ofertas de sentido midiatisadas. A matriz subjetiva está relacionada com as macromatrizes da subjetivação dos movimentos sociais, da cidadania-planetária, e das alternativas de desenvolvimento contra-hegemônico.

Nas interações comunicacionais e midiáticas, o CEA Vila Pinto se apropria de matrizes de outros campos sociais. Estes também se apropriam simbolicamente do fazer da ONG. O campo midiático, o campo dos movimentos sociais e institucional governamental se apropriam do significado do CEA para encorpar seu capital simbólico. De antemão, podemos afirmar que as matrizes do campo midiático perpassam o processo de midiática do CEA, marcam-na, e, ao mesmo tempo, funcionam como dispositivos de abertura do campo midiático para a legitimação do CEA no espaço público. Via participação nas agendas midiáticas, o CEA objetiva ter seu lugar assegurado nas agendas públicas. Participar do espaço público midiático representa a ampliação do capital social e simbólico do CEA, pelo seu reconhecimento público. Num movimento contínuo, este capital simbólico é usado como barganha no momento de estabelecer suas parcerias. Sendo que a matriz comunicacional-midiática não se manifesta apenas quando as organizações sociais midiaticizam seus discursos na grande mídia, mas quando incorporam práticas que passam pela mídia.

As matrizes culturais que o CEA movimentada constroem sua identidade, que, portanto, é forjada a partir das interações sociais – comunicacionais e midiáticas – onde posiciona-se como sujeito coletivo. No sistema social, o CEA tanto incorpora matrizes culturais dos campos sociais diversos, como oferta em forma de um padrão complexo uma matriz cultural própria, seu jeito de ser e fazer que se constitui um modelo de cidadania, que já é uma referência, inclusive internacional. O processo de construção desse modelo está desconstruído na tecelagem que expusemos ao longo das páginas anteriores. Segundo Cuche, a:

identidade resulta unicamente das interações entre os grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações [...] a identidade se constrói e reconstrói constantemente no interior das trocas sociais [...] A identidade existe sempre em relação a uma outra. Ou seja, identidade e alteridade são ligadas e estão em relação dialética” (CUCHE, 2002, p. 182-183).

A construção da identidade coletiva de uma organização social é o resultado de lutas sociais e culturais, que são travadas nas interações comunicacionais e midiáticas.

Todo o esforço das minorias consiste em se reapropriar dos meios de definir sua identidade, segundo seus próprios critérios, e não apenas em se reapropriar de uma identidade, em muitos casos, concebida pelo grupo dominante. Trata-se então da transformação da hetero-identidade que é frequentemente uma identidade negativa em uma identidade positiva (CUCHE, 2002, p. 190).

Entendemos como positiva a autonomia que os grupos sociais vão adquirindo na construção da sua identidade coletiva, como resultado de um padrão que tecem a partir de si mesmos e da interação com os campos sociais.

Conforme Cuche, a identidade tem um caráter processual, dinâmico, flutuante, construída por um misto de várias culturas, que fazem da identidade uma síntese original, sincrética. Nos termos de Garcia Canclini, híbrida, mestiça. Uma organização social, assim como um ator social,

[...] utiliza seus recursos de identidade de maneira estratégica. Na medida em que ela é um motivo de lutas sociais de classificação que buscam a reprodução ou a reviravolta das relações de dominação, a identidade se constrói através das estratégias dos atores sociais (CUCHE, 2002, p. 196).

Ainda segundo Cuche, *“a identidade se constrói, se desconstrói e se reconstrói segundo as situações. Ela está sem cessar em movimento; cada mudança social leva-a a se reformular de modo diferente”* (CUCHE, 2002, p. 198). Isto explica a utilização de discursos diferentes para diferentes públicos. A identidade é uma construção social que se faz a partir das relações comunicacionais e midiáticas. A identidade coletiva do CEA tem ingredientes das macromatrizes culturais da tecnointeração ou tecnocultura, da globalização, da subjetivação dos movimentos sociais, da cidadania planetária, das alternativas de desenvolvimento econômico, da exclusão social e da organização do sistema social em campos com universos simbólicos específicos. Tanto as macromatrizes culturais determinam a identidade do CEA como a identidade do CEA contribui na reformulação contínua destas macromatrizes, com suas formas inovadoras de ser participante dos movimentos sociais enquanto um galpão de triagem de resíduos sólidos.

A formação de redes de cidadania refere-se a uma macromatriz da sociedade global, e, também a um jeito de fazer dos grupos populares. A rede de cidadania que o CEA constrói é formada por sujeitos de campos sociais diversos, oriundos da comunidade local e regional, e também da sociedade global, que se organizam como campo midiático, campo institucional-governamental, campo dos movimentos sociais, campo empresarial, campo religioso e campo educativo. Da interação com estes campos emergem as matrizes que forjam a mensagem de cidadania que o CEA faz uso para abrir espaços nas agendas midiáticas.

A forma com que o CEA tece sua rede de cidadania tem as marcas culturais da sociedade contemporânea, mas o seu jeito próprio de fazer constitui-se uma contribuição para um jeito de tecer redes no campo dos movimentos sociais como um todo. A rede de cidadania que o CEA tece passa pelo campo institucional governamental, mas vai além dele, quando busca construir canais de comunicação com os outros campos sociais, exercendo sua autonomia. Estas

interações múltiplas, ao mesmo tempo que fortalecem a organização social, sustentam os discursos do CEA nos seus momentos de visibilidade. A interação com o campo midiático é estratégica para o CEA continuar interagindo com os outros campos sociais e, assim, ir tecendo sua rede de cidadania.

Nesta trajetória histórica, onde se dão as interações analisadas, o campo institucional governamental, que se coloca como um campo de interação estratégico para a constituição de movimentos sociais na sociedade global conforme nos apontaram alguns autores, no caso do CEA tem um papel fundamental na sua própria fundação – atrelada ao projeto de coleta seletiva da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. No entanto, é esta mesma interação, com as matrizes subjetivas que a cruzam, que “*perturbam*” o processo de construção da autonomia do CEA enquanto movimento social na sua busca por romper limites, inclusive aqueles impostos pelos sujeitos do campo institucional governamental. Observamos que as interações com os campos sociais são interdependentes, já que os conflitos com o campo institucional-governamental se salientam quando o CEA começa a construir parcerias com sujeitos sociais de outros campos sociais a partir de si mesmo, de forma não tutelada.

Assim, entendemos que as matrizes culturais movimentadas nos processos comunicacionais e midiáticos do CEA colaboram na construção de um projeto de cidadania do CEA. É da tecelagem das matrizes cidadã-comunitária, de gênero, subjetiva, socioeconômica, empresarial, comunicacional-midiática, religiosa, ambiental, e educativa que surge o padrão de cidadania tecido pelo CEA, que é ofertado para a sociedade global. É preciso explicar que, enquanto a matriz cidadã-comunitária refere-se a uma relação próxima, com as comunidades local e regional como o próprio nome explicita, este padrão de cidadania tecido com esta e as outras matrizes que o CEA vai se apropriando nas interações com os campos sociais refere-se a um projeto de cidadania relacionado à sociedade planetária, que aponta para questões necessárias de serem trabalhadas quando analisamos a construção simbólica dos movimentos sociais na sociedade global contemporânea.

O estudo de caso do CEA nos dá a conhecer sobre as complexidades com que os movimentos sociais contemporâneos são feitos quando se organizam a partir do cruzamento de uma diversidade de matrizes culturais. Esta complexidade refere-se a uma permanente tensão entre lógicas comunicacionais e midiáticas, e exige dos atores e sujeitos destes movimentos sociais o exercício de competências discursivas plurais, a fim de construir estratégias de visibilidade para suas agendas. O CEA inova em relação às formas de construção da cidadania, e é esta contribuição que acaba forçando a atenção das agendas midiáticas às agendas desta organização do campo dos movimentos sociais.

Com suas contradições e complexidades, o CEA propõe uma alternativa de desenvolvimento. O significado das mensagens que o CEA oferta no espaço público enquanto ação comunicacional e política, oferta-nos uma compreensão sobre o sistema de significações que forma a cultura da sociedade contemporânea. As matrizes que marcam a identidade coletiva do CEA orientam culturalmente suas interações sociais e sua ação histórica. Trata-se de uma identidade forjada a partir de orientações que mesclam valores dominantes e formas de resistência, que constituem um tecido original, sem sombra de dúvida. E que, como observamos, esta identidade com suas contradições e complexidades não é capturada ou visibilizada pelo campo jornalístico. A construção simbólica que o campo jornalístico faz do CEA Vila Pinto no espaço público midiático sobrepõe-se à experiência do vivido, não dando visibilidade às suas contradições internas. Oculta-se “*aos olhos da tela o que se quer reduzir a nada*” (SUBIRATS, 1989). E é com as mesmas regras que o CEA joga. Assim como outros movimentos sociais, o CEA, embora tenha divergências com o campo midiático, não se contrapõe frontalmente a ele, preferindo a via da negociação. Percebe-se que a negociação do CEA com o campo midiático não é conflituosa quando fazemos uma comparação entre a midiática do CEA por seus próprios meios, e a midiática nos meios de massa. O CEA é representado pelo campo jornalístico de uma forma muito próxima a como se autorrepresenta nos seus materiais impressos e no seu vídeo institucional.

Como a não exposição das contradições do movimento social não é uma prática universalizada, faz-nos pensar que a exposição ou não dos conflitos dos movimentos sociais está relacionada com os interesses em jogo no movimento, com o tipo de projeto político e com que estruturas o movimento social se contrapõe, e com os interesses em jogo no campo midiático. Dependendo das causas em jogo no movimento social, a interação com o campo midiático pode ser mais ou menos conflitiva. Ou seja, é projeto de cidadania que está em jogo definiria o tipo de interação entre os campos dos movimentos sociais e midiático.

Pelas lógicas da mídia, o que não se torna espetáculo não é midiaticável. E, neste caso, o CEA é midiaticável, dada a espetacularização da sua própria experiência pela líder desta organização social e à forma como o CEA se midiaticiza, privilegiando seu modelo de cidadania. Esta tendência de construir a realidade de forma performática é um fazer que caracteriza o campo midiático na sociedade contemporânea, e é uma lógica cada vez mais apropriada pelo campo dos movimentos sociais para atender a sua necessidade de dar visibilidade a si mesmo, o que acaba sendo um dispositivo de democratização do espaço midiático, antes de qualquer crítica que se possa fazer sobre como se dá o jogo de mostra-esconde que caracteriza este processo de interação social. As

lideranças comunitárias que, por trajetória de vida pessoal, tem naturalmente incorporada a tendência a espetacularizarem-se (caso da líder do CEA), ou que aprendem a fazê-lo tendem a ter mais momentos de visibilidade para a sua “*estória*” espetacular, ofertando-a como uma alternativa de construção da cidadania na sociedade contemporânea, marcada a ferro e fogo pela exclusão social. São elementos para serem levados em conta quando pensarmos em estratégias de visibilidade para os movimentos sociais contemporâneos.

Por fim, dentro da perspectiva da construção do objeto de estudo, consideramos que para compreendermos as interações sociais contemporâneas é necessário relacionar as matrizes culturais que atravessam os movimentos sociais com as macromatrizes que caracterizam o contexto sociocultural onde acontecem estes movimentos, buscando conhecer como se dá a interdependência entre os contextos micro e macro. E que, se não tivéssemos analisado as interações comunicacionais do CEA, as contradições, tensões e encontros que explicitam, para então focarmos as interações midiáticas, não teríamos dado conta de compreender como a mídia tende a construir os movimentos sociais engendrados por atores populares de um jeito isento das contradições que a investigação das interações comunicacionais revelam. Portanto, entendemos que conhecer as lógicas das interações comunicacionais é relevante para estudar as interações midiáticas, da mesma forma que é relevante conhecer as correlações entre os contextos micro e macro. Assim, a tecelagem que realizamos com as interações comunicacionais-midiáticas entre o campo midiático e o campo dos movimentos sociais, a partir do jeito de tramar que escolhemos como caminho metodológico, se oferecem como uma das principais contribuições epistemológicas desta tese para o campo da Ciência da Comunicação.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T. A indústria cultural e televisão, consciência e indústria cultural. In: COHN, G. **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

ALEXANDRE, Agripa Faria. **A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro**: uma contribuição à crítica do movimento. Blumenau: Edifurb, 2000.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio. Ideologia: revisitação de um conceito. **Revista Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n. 21-22, dez. 1995.

ALSINA, Miguel Rodrigo. **Teorías de la comunicación**: ámbitos, métodos y perspectivas. Barcelona: UAB, 2001.

ÁLVAREZ, Silvina. Diferencia y teoría feminista. In: BELTRÁN PEDREIRA, Elena. MAQUIEIRA D'ÂNGELO, Virginia (Org). **Feminismos**: debates teóricos contemporâneos. Madrid: Aliança Editorial, 2001.

BABO, Maria Augusta. A rede como metáfora e suas implicações. **Revista de Comunicação e linguagens**, Lisboa, ed. extra, 2002.

BACHELARD, G. Pontos de Partida. In: _____. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2001.

BATESON, G. Comunicación. In: WINKIN, Y (Org.). **La nueva comunicación**. 4.ed. Madrid: Kairós, 1996.

BAUDRILLARD, J. A troca impossível. In: _____. **A troca impossível**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECK, Ulrich. **Qué es la globalización?** Falacias del globalismo, respuestas a la globalización. Barcelona: Paidós Ibérica, 1998.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BELTRÁN PEDREIRA, Elena. Justicia, democracia y ciudadanía: las vías hacia la igualdad. In: BELTRÁN PEDREIRA, Elena; MAQUIEIRA D'ÂNGELO, Virginia (Org). **Feminismos**: debates teóricos contemporâneos. Madrid: Aliança Editorial, 2001.

BERGER, C. . Movimientos sociales y comunicación en Brasil. **Comunicación y Sociedad**, Guadalajara, v. 9, n.9, p. 9-29, maio agosto 1990. P. 16

BERNARD, Jessie. Desorganizacion de la comunidad. In: SILLS, David L. (Org.) **Enciclopedia internacional de las ciencias sociales**. Madrid: Aguilar Ediciones, 1974.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

BIRD, S. Elizabeth.; DARDENNE, Robert W. Mito, registro e 'estórias': explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Veja, 1999.

BONES, Elmar.; HASSE, Geraldo. **Pioneiros da ecologia: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Já Editores, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. A economia dos bens simbólicos. In: _____. **Razões práticas**. Campinas: Papyrus, 1998.

_____. **A miséria do mundo**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BRAGA, J. L. Constituição do campo da comunicação. In: FAUSTO NETO, A. et al. **Campo da comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas**. João Pessoa: Universitária, 2001.

BRAIDOTTI, Rosi et al. **Mulher, meio ambiente e desenvolvimento sustentável: para uma síntese teórica**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

CAMPS, Victoria. **O século das mulheres**. Lisboa: Presença, 2001.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHAPARRO, Manuel Carlos. O acontecimento como discurso. **Comunicação e Sociedade 2**, Lisboa, v. 14, n. 1-2, 2000.

CHONCHOL, Jacques. Impacto de la globalización em las sociedades latinoamericanas: que hacer frente a ello? **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, n. 34, p. 163-186, set./dez. 1998.

CORREIA, João. Poder do jornalismo e a mediatização do espaço público. **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n. 27, mar. 2000.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: EDUSC, 2002.

DAHLGREN, Peter. El Espacio público y los medios. In: MASSON, V.; DAYAL, D. (Orgs). **Espacios públicos en imagens**. Barcelona: Gedisa, 1997.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2000.

DUPAS, Gilberto. A lógica da economia global e a exclusão social. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, n. 34, set./dez. 1998, p. 121-159.

ECO, U. Interpretação e história. In: _____. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

EKSTEROWICZ, Anthony J.; ROBERTS, Robert.; CLARK, Adrian. Jornalismo público e conhecimento público. **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n. 27, mar. 2000.

ESTEVES, João Pissarra. **A ética da comunicação e os media modernos: legitimidade e poder nas sociedades complexas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003a.

_____. **Espaço público e democracia: comunicação, processo de sentido e identidade social**. São Leopoldo: Unisinos, 2003b.

FABBRI, P. Lo conocible y los modelos. In: _____. **El giro semiótico**. Barcelona: Gedisa, 2000.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, Emília Ribeiro (Org). **Análise crítica do discurso**. Lisboa: Caminho, 1997.

FAUSTO NETO, Antônio. **Comunicação e mídia impressa: um estudo sobre a AIDS**. São Paulo: Hackers, 1999.

GALINDO CÁCERES, Jesús. Buscando um rosto, encontrando una mirada: cultura e movimento social. **Revista Estudos sobre Culturas Contemporâneas**, Colima, v. 4, n. 10, 1990.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

_____. **Cultura e comunicação:** entre lo global y lo local. La Plata: Universidad de la Plata, 1997.

_____. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. Puede ser hoy marxista la teoría de la cultura? In: _____. **Ideologia, cultura y poder.** Buenos Aires: UAB, 1997.

GEERTZ, Clifford. **O saber local:** novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Mídia, terceiro setor e MST:** impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOMES, Wilson da Silva. Duas premissas para a compreensão da política espetáculo. In: _____. **O indivíduo e as mídias.** Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

HABERMAS, J. A problemática da compreensão nas Ciências Sociais. In: _____. **Teoria da ação comunicativa I.** Madrid: Taurus, 1999.

HACKETT, Robert A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo:** questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja, 1999.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson. (Org) **Jornalismo:** questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja, 1999.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. Estudos culturais: dois paradigmas. In: HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

HENN, Ronaldo. **Pauta e notícia.** Canoas: ULBRA, 1996.

_____. **Os fluxos da notícia:** uma semiose sistêmica. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

ISER, Wolfgang. A interação do texto com o leitor. In: _____. **A literatura e o leitor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JENSEN, K. B.; JANKOWSKI, N. K. **Metodologias cualitativas de investigación en comunicación de masas**. Barcelona: Bosch Comunicación, 1993.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru: Edusc, 2001.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEIS, H. R. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1998.

LEIS, H. R.; D'AMATO, J. L. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões históricas, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, C. (Org). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.

MAQUIEIRA D'ÂNGELO, Virginia. Género, diferencia y desigualdad. In: BELTRÁN PEDREIRA, Elena. MAQUIEIRA D'ÂNGELO, Virginia (Org). **Feminismos**: debates teóricos contemporâneos. Madrid: Alianza Editorial, 2001.

MARX, K. **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa: Estampa, 1977.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **De los medios a las mediaciones**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MARTINO, L. C. Elementos para uma epistemologia da comunicação. In: FAUSTO NETO, A. et al. **Campo da comunicação**: caracterização, problematizações e perspectivas. João Pessoa: Universitária, 2001.

MATA, Maria Cristina. De la cultura masiva a la cultura midiática. **Revista Dialogos de la Comunicacion**, Lima, n. 56, 1999.

MATTELART, A e M. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2001.

MATURANA, H. Tudo é dito por um observador. In: _____. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MAYHEW, Leon H. Sociedade. In: SILLS, David L. (Org.) **Enciclopedia internacional de las ciencias sociales**. Madrid: Aguilar Ediciones, 1974.

MEDINA, C. Jornalismo e epistemologia da modernidade. In: _____. (Org) **Novo Pacto da Ciência**: a crise dos paradigmas. São Paulo: Editora ECA/USP, 1991.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Um objetivo para os movimentos sociais? **Revista de Estudos Feministas Lua Nova**, São Paulo, n. 17, jun. 1989.

_____. Sociedade complexa: identidade e ação coletiva. **Revista movimentos sociais na contemporaneidade**, São Paulo. Entrevista de 1996a.

_____. Movimentos sociais e sociedade complexa. **Revista movimentos sociais na contemporaneidade**, São Paulo. Entrevista de 1996b.

_____. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. **Revista Novos Estudos**, n. 40, nov. 1994.

_____. A experiência individual na sociedade planetária. **Revista de Estudos Feministas Lua Nova**, São Paulo, n. 38, 1996.

_____. **O jogo do eu**: a mudança de si em uma sociedade global. 2. São Paulo: ed. Feltrinelli, 1992.

MESQUITA, Mário. As profissões dos media na era da comunicação transnacional. **Revista de comunicação e linguagens**, Lisboa, n. 27, mar. 2000.

MÉSZAROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Vozes, 1996.

MILLS, C.W. Empirismo abstracto. In: _____. **La imaginación sociológica**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

MINER, Horace M. Comunidad-Sociedad. In: SILLS, David L. (Org.) **Enciclopedia internacional de las ciencias sociales**. Madrid: Aguilar Ediciones, 1974.

MIRANDA, José A. Bragança de. Espaço Público, Política e Mediação. **Revista Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n. 21-22, dez. 1995.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

_____. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MORLEY, D. Introducción. In: _____. **Televisión, audiencias y estudios culturales**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1996.

MOLLER, Iver Hornemann; HESPANHA, Pedro. **Padrões de exclusão e estratégias pessoais**, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2002.

PÁDUA, J. A natureza e projeto nacional. In: VIOLA, E. A. et al. **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

PATTERSON, Thomas E. Serão os media noticiosos actores políticos eficazes? **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n. 27, mar. 2000.

PEDRO, Emília Ribeiro. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, Emília Ribeiro (Org). **Análise crítica do discurso**. Lisboa: Caminho, 1997a.

_____. O discurso dos e nos média. In: PEDRO, Emília Ribeiro (Org). **Análise crítica do discurso**. Lisboa: Caminho, 1997b.

PERUZZO, Cecília Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PINTO, Manuel. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade 2**, Lisboa, v. 14, n. 1-2, 2000.

POLSBY, Nelson W. El estudio del poder em la comunidad. In: SILLS, David L. (Org.) **Enciclopedia internacional de las ciencias sociales**. Madrid: Aguilar Ediciones, 1974.

RAMOS, Luís Fernando Angerami. **Meio ambiente e meios de comunicação**. São Paulo: Annablume, 1995.

RICOEUR, Paul. **Ideologia e utopia**. São Paulo: 34, 1986.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Acontecimento. **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n. 8, dez. 1988.

RODRIGUES, A. **Comunicação e cultura**. Lisboa: Presença, 1994.

RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas económicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Porto: Afrontamento, 2003.

RONDELLI, Elisabeth R. Socialidade, espaço público e comunicação. In: O INDIVÍDUO E AS MÍDIAS. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

ROSEN, Jay. Para além da objectividade. **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n. 27, mar. 2000.

SÁNCHEZ Muñoz, Cristina.; BELTRÁN PEDREIRA, Elena.; ÁLVAREZ, Silvina. Feminismo liberal, radical y socialista. In: BELTRÁN PEDREIRA, Elena.; MAQUIEIRA D'ÁNGELO, Virginia (Org). **Feminismos: debates teóricos contemporâneos**. Madrid: Aliança Editorial, 2001.

SÁNCHEZ Muñoz, Cristina. Genealogia de la vindicación. In: BELTRÁN PEDREIRA, Elena.; MAQUIEIRA D'ÂNGELO, Virginia (Org). **Feminismos: debates teóricos contemporâneos**. Madrid: Aliança Editorial, 2001.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1994.

SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1997.

SCHERER-WARREN, Ilse.; ROSSIAUD, Jacques. **Democratização em Florianópolis: resgatando a memória dos movimentos sociais**. Florianópolis: Diálogo, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Organizações voluntárias em Florianópolis: cadastro e perfil do associativismo civil**. Florianópolis: Insular, 1996.

_____. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes e sociedade civil global . In: Sérgio Haddad. (Org.). **ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. São Paulo: Abong; Peirópolis, 2002, v. , p. 63-92.

SCHUDSON, Michael. Porque é que as notícias são como são? **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n. 8, dez. 1988.

_____. A “esfera pública” e os seus problemas: reintroduzir a questão do Estado. **Revista Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n. 21-22, dez. 1995.

SILVA-SÁNCHEZ, Solange. **Cidadania ambiental: novos direitos no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2000.

SFEZ, L. Nascimento do tautismo. In: _____. **Crítica da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1994.

SODRÊ, Muniz. Comunicação, um novo sistema do pensamento. In: FAUSTO NETO, A. et al. **Campo da comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas**. João Pessoa: Universitária, 2001.

SODRÊ, M. O ethos midiaticizado. In: _____. **Antropológica do espelho**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SORRENTINO, Marcos (Org.) **Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental**. São Paulo: Gaia, 1995.

SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Porto: Afrontamento, 2003.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SUBIRATS, Eduardo. **A cultura como espetáculo**. São Paulo: Nobel, 1989.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación**: la búsqueda de significados. Barcelona: Paidós, 1996.

TOURAINE, Alain. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Crítica da modernidade**. Lisboa: Piaget, 1992.

_____. **Pela sociologia**. Lisboa: Dom Quixote, 1982.

_____. **O retorno do actor**: ensaios sobre sociologia. Lisboa: Piaget, 1996.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

_____. A redescoberta do poder do jornalismo: análise da teoria do agendamento. In: TRAQUINA, Nelson. **O poder do jornalismo**: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 2000.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. (Org) **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja, 1999a.

_____. Contando “estórias”. In: TRAQUINA, Nelson. (Org) **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja, 1999b.

UNGER, N. M. (Org) **Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico**. São Paulo: Loyola, 1992.

VAN DIJK, T. A caminho de um modelo estratégico de processamento de discurso. In: _____. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 2002.

VAN DJIK, T. Semântica do discurso e ideologia. In: PEDRO, Emília Ribeiro (Org). **Análise crítica do discurso**. Lisboa: Caminho, 1997.

_____. **La notícia como discurso**: comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona: Paidós, 1996.

VAN LEEUVEN, Theo. A representação dos actores sociais. In: PEDRO, Emília Ribeiro (Org). **Análise crítica do discurso**. Lisboa: Caminho, 1997.

VERÓN, Eliseo. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980.

_____. **La Mediatización**. Buenos Aires: UBA, 1997.

_____. **La semiosis social**: fragmentos de una teoría de la discursividad. Barcelona: Gedisa, 1996.

_____. Esquema para el análisis de la mediatización. **Revista Dialogos de la Comunicacion**, Lima, n. 48, 1997.

VILLASANTE, Tomás R. **Redes e Alternativas**: estratégias e estilos criativos na complexidade social. Petrópolis: Vozes, 2002.

VIOLA, E.J.; LEIS, H.R. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1995.

VIOLA, E. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, Mirian (Coord). **Ecologia, ciência e política**: participação social, interesses em jogo e luta de ideias no movimento ecológico. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: VIOLA, E. A. et al. **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

WINKIN, Y. Una universidad invisible. In: WINKIN, Y (Org.). **La nueva comunicación**. 4.ed. Madrid: Kairós, 1996.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1987.

WOLTON, D. **Pensar a comunicação**. Lisboa: Difel, 1999.

_____. **Internet, y después?** Barcelona: Gedisa, 2000.

WOLTON, Dominique. As contradições do espaço público mediatizado. **Revista Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n. 21-22, dez. 1995.

_____. **A outra globalização**. Lisboa: Difel, 2004.

ZELIZER, Barbie. Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n. 27, mar. 2000.

ZUBERO, Imanol. **Movimentos sociales y alternativas de sociedad**. Madrid: HOAC, 1996.

Tecelagens comunicacionais-midiáticas no movimento socioambiental é um estudo de caso do Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto faz um mapeamento analítico da trajetória histórico-midiática do movimento socioambiental. A obra, resultado da pesquisa de doutorado da autora realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação na Unisinos, está organizada em quatro níveis de análise principais: a) as interações comunicacionais internas do CEA; b) as interações comunicacionais entre o CEA e as comunidades local e regional; c) as interações comunicacionais com os campos: dos movimentos sociais, institucional governamental e midiático; e d) as interações midiaticizadas, relacionando-as às interações comunicacionais. Tomamos como base teórico-metodológica a teoria dos campos sociais, os estudos culturais latino-americanos e a sociossemiótica. As interações comunicacionais e midiaticizadas são analisadas levando-se em conta a relação entre matrizes culturais da organização social sobre a qual se faz o estudo de caso, e as macromatrizes culturais do contexto sociocultural contemporâneo, a partir das quais se dá a interação entre o campo dos movimentos sociais e o campo midiático.